

Maio de 2015

Extractos da  
imprensa Angolana  
sobre questões sociais  
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

**DW CEDOC**

Centro de Documentação e Informação  
Development Workshop  
Luanda - Angola



## DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governação descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços basicos](#)
9. [Genero e Violencia](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Imigracao](#)
12. [ExploraçãoMineira](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

### Redacção

Sobriano César Capitão

### Conselho de Edição

Allan Cain, José Tiago  
e Massomba Dominique

### Editado por:

Development Workshop Angola

### Endereço

Rua Rei Katyavala 113,  
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone + (244 2) 448371 / 77 / 66

Email [cedoc.dwang@angonet.org](mailto:cedoc.dwang@angonet.org)

### Com apoio de

Development Workshop  
OXFAM Novib  
Fundação Bill & Melinda Gates  
International Development Research Centre  
Civil Society Challenge Fund  
Norwegian & The Netherlands Embassies  
European Union

### Disclaimer

#### 1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

#### 2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

#### 3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

# INDÍCE

## I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

9

1.1	Receitas petrolíferas “afundaram” 56% no primeiro trimestre	9
1.2	Produção de 1,76 milhões de barris por dia no primeiro trimestre	10
1.3	MAIS EMPREGOS PARA OS JOVENS NAS INDUSTRIAS	10
1.4	Privados Devem Investir Mais	10
1.5	Nova estimativa para o crescimento	12
1.6	Feira da banana foi um sucesso	12
1.7	É preciso olhar para grandes explorações agrícola	13
1.8	Executivo gasta menos em subvenções	14
1.9	Taxa de inflação subiu em Abril	14
1.10	Angola e Cuba marcam passo no domínio dos petróleos	15
1.11	“ As elevadas taxas de incumprimento do reembolso são um sintomada falta de seriedade dos empresário”	16
1.12	Estratégia deve ser motivação da competitividade interna e da produção de bens e serviços transaccionáveis	16
1.13	MAIS DE 100 EXPOSITORES SÃO ESPERADOS NA FEIRA	20
1.14	Mais simplificado processo para investimento privado	21
1.15	Mais um empréstimo para o país	21
1.16	Preço dos bens básicos em alta e poder de compra dos clientes cai	22
1.17	Salário mínimo. “Fixado em 15 mil kz, esse País é próspero para quem?”	23
1.18	SGSILA. “Reajuste deve ocorrer ao ritmo da subida dos produtos”	25
1.19	Sogester investe no Por todo Namibe	26
1.20	Uíge abre lojas para comércio de café	27
1.21	Agricultura familiar no Bié é expandida aos municípios	28
1.22	A propósito do Salário Mínimo Nacional	28
1.23	Segurança alimentar. Angola atinge e ultrapassa Objectivos do Milénio da ONU contra fome	29
1.24	Parceria europeia impulsiona a produção	30
1.25	Vítimas da seca beneficiam de ajuda	31
1.26	Angola Investe com 72 mil milhões para agro-indústria	31
1.27	Fundo de Apoio Social investe em projectos	32
1.28	Famílias camponesas beneficiaram de apoio	32
1.29	Angola tem bons resultados no combate à fome	33
1.30	Iniciativa agrícola vai beneficiar mais de sete mil ex-militares	33
1.31	Mulheres processadoras de pescado na luta contra pobreza	34
1.32	Custo de vida em Angola voltou a aumentar em Abril	35
1.33	Governo constrói infra-estruturas sociais	36
1.34	Executivo acelera acções para combater a pobreza	36
1.35	IT apoia a promoção de empregos	37
1.36	Sensibilização para o reembolso do financiamento	38
1.37	Acções em curso agradam deputados	38
1.38	Debate do Salário Mínimo Nacional vem tarde	39
1.39	Garantido crédito ao desenvolvimento	40
1.40	Benguela vai realçar a produção de citrinos	41
1.41	O salário dignifica o homem	41
1.42	O Salário mínimo dos Países à nossa volta	42
1.43	Salário mínimo em debate na AN amanhã	42
1.44	Amboim com indica com indicadores de crescimento	44
1.45	Lojas de proximidade geridas por privados	46
1.46	Programa estatal aprova projectos	46
1.47	China consolida parceria com Angola	47
1.48	MAT. Melhorar a comunicação com e sobre os órgãos do poder local	47

1.49	Vítimas passam a receber apoio da Reinserção Social	48
1.50	Novagrolider investe 12 milhões de dólares em fábrica de leite no Cuanza Sul	49
1.51	Número de PME certificadas em Cabinda	50
1.52	Existe um grupo que se apoderou da riqueza dos angolanos	50

## 2. MICROFINANÇAS 52

2.1	"As elevadas taxas de incumprimento do reembolso são um sintoma da falta de seriedade dos empresários"	52
2.2	Serviços vão pagar taxa cambial de 10%	52
2.3	«Kijilas» no aumento do salário	53
2.4	BPC Região Leste Acusados De Trapaça	54
2.5	Governador de BNA «garante» valorização de títulos públicos	55
2.6	Executivo duplica empréstimo britânico	56
2.7	Volume de transacções permaneceu inalterado	57
2.8	Banco de Desenvolvimento vai simplificar concessão de crédito	57
2.9	Crédito a economia cresceu 9,9% no primeiro trimestre	58
2.10	Crédito Millennium Angola avança 44,6%, de depósito sobem 11,2%	59
2.11	Crise. Bancos sem dinheiro reduzem créditos	59
2.12	China quer instalar bancos em Angola	61
2.13	Finanças e taxistas procuram soluções	62
2.14	Empreendedores devem mais de um bilião de kwanzas ao BUE	63
2.15	"A supervisão nunca deveria ser partilhada por três órgãos do Estado"	63
2.16	Parlamento aprova moedas de 50 e 100 kwanzas	64
2.17	Mercados	65
2.18	Giro económico	66
2.19	Crédito para tesouraria está atrasado	67
2.20	Educação financeira no currículo escolar	68
2.21	Novas moedas metálicas baixam custo de emissão	69
2.22	Banco Nacional promove cursos para a Juventudes	69
2.23	Executivo suspende financiamento do crédito agrícola de campanha	70
2.24	Baixa taxa de Juros do CAC	72
2.25	Bué incentiva legalização de empresas	72
2.26	Falta de divisas estrangula actividade empresarial	73
2.27	O acordo para social que fiz com os accionistas, na fase de instalação do banco, foi que nos primeiros quatro anos não houvesse distribuição de lucros aos accionistas	73
2.28	Millennium Angola e BODIVA vão negociar valores mobiliários	74
2.29	O Malparado não gira em torno do sol	74
2.30	"Pescadoras" ganham micro-crédito no Zaire	75

## 3. MERCADO INFORMAL 77

3.1	Ponderada ligeira subida do preço da corrida de táxi	77
3.2	A pensar na formalização da actividade	77
3.3	Banco central mantém taxas taxa e Juro	79
3.4	Preço do táxi sem alteração	79
3.5	Subida do preço de táxi é ilegal	80
3.6	Fiscalização rodoviária para disciplinar taxistas	80
3.7	Taxistas advertidos contra subida de tarifas	81
3.8	Entre o pessimismo e o optimismo populista, onde está a dignidade humano?	82
3.9	Vendedoras agastadas com falta de saneamento básico do mercado	84
3.10	Taxista angolanos querem corrigir mais caras	85
3.11	CANDONGUEIROS PREPARAM AUMENTOS APÓS SUBIDA DOS COMBUSTIVEIS	85
3.12	Tribunal condenou taxistas por arruaça e desobediência	86
3.13	Produtos de campo atraem clientes ao "Sabão"	86
3.14	Macon investe USD 5 milhões no maior terminal rodoviário interprovincial do país	88

3.15	Tribunal condena taxistas que promoveram distúrbios	89
3.16	Mercado de rua volta a surgir na via expresso	89
3.17	Governo presta atenção às Famílias	90
3.18	Taxistas Angolanos Preparam Aumentos Devido aos Combustíveis	91
3.19	Famílias Angolanas obrigadas a “Apertar o Cinto”	91
3.20	Associação dos Taxistas de Luanda	92
3.21	Licença de táxi: Problema resolvido	93
3.22	Taxistas paralisam no Lubango em meio a escândalos	93
3.23	Trabalhadores receiam aumento da cesta básica	93
3.24	Governo do Huambo limita circulação	94
3.25	Feira da Banana rende mais de 200 milhões de kwanzas em negócios	95
3.26	Sustento de famílias provém das tranças	96
3.27	Angola é um destino privilegiado	98
3.28	Preços de táxis sobem	99

#### 4. OGE INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA 101

4.1	Concentram quase 50% dos projectos de construção em África	101
4.2	Transportes públicos têm nova operadora	102
4.3	Angola exporta mais Petróleo mas receitas caíram para menos de metade	103
4.4	BUE a 'meio-gás' consome' 4,4 mil milhões Kz do OGE	103
4.5	TRABALHOS DA PONTE MOLHADA O BENFICA TERMINAM E JULHO	105
4.6	Angola e China consolidam parceria	105
4.7	Fundo público financia acções em todo o país	106
4.8	Obras decorrem em ritmo acelerado	106
4.9	Conta Geral do Estado no Parlamento	107
4.10	Mota-Engil factura 79 milhões de dólares para reparar ruas de Luanda	108
4.11	Governo Provincial solicita aceleração das obras sociais	108
4.12	Melhora a qualidade de vida na região	109
4.13	Novo tabuleiro da Ponte Molhada está pronto	110
4.14	Bué a meio-gás consome 4,4 mil milhões Kz do OGE	110
4.15	Troço Maria Teresa-Dondo Recebe Trabalhos De Manutenção	112
4.16	Ministros aprovam lei do Investimento privado	113
4.17	OGE 2013. Relatório-parecer sem consenso na Assembleia Nacional	114
4.18	Gestores públicos aprendem sobre o OGE	115
4.19	A verdade dos números...	115
4.20	Contas do Estado convencem deputados	117
4.21	Excelentes do petróleo caem em ‘Saco Azul’	117
4.22	Autoridades cortam gastos em divisas	118
4.23	Formação em Planeamento Estratégico	119
4.24	Menos Verbas no Orçamento	119
4.25	Mais investimentos entram na província	119
4.26	Angola pode voltar a ser grande produtor de café	120
4.27	TAAG com prejuízo de USD 14 milhões nas rotas domésticas	120
4.28	Angola investe em meios de fiscalização	122
4.29	Concluída 1ª fase do maior porto de Cabinda em 2018	122
4.30	Angola recebeu mais investimentos directos	124
4.31	Assembleia Nacional aprova Conta Geral do Estado de 2013	125

#### 5. GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA 126

5.1	Municípios de Luanda Recebem Orçamento de Forma Antónimo	126
5.2	Defendida participação de todos na gestão	126
5.3	Encontro nacional este ano	127
5.4	Lei da Comissão de Morad-ores em análise	127
5.5	Ministros aprovam lei do Investimento privado	128

5.6	Luanada. 'Makas' da cidade apresenta em concertação social	129
5.7	Redução do preço do petróleo reduz apetite dos investidores	131
5.8	Luanda recupera redes públicas e jardins	131
5.9	Parlamento debate Lei Geral de Electricidade	132
5.10	Crise financeira adia transferência do Parlamento para a Kinanga	133
5.11	A nova Luanda parece continuar desconhecida	134
5.12	Administrador quer política de proximidade	134
5.13	Aprovado plano de desenvolvimento local	135
5.14	Lubango terá cinco distritos urbanos novos	135
5.15	Modelo angolano facilita estabilidade	137
5.16	MAT. Melhorar a comunicação com e sobre os órgãos do poder local	137
5.17	Lubango terá cinco distritos urbanos novos	137

## 6. URBANISMO E HABITAÇÃO

139

6.1	Primeiras casas da Quilemba estão concluídas	139
6.2	Imogestin garante entrega de casas no Kilamba em Junho	139
6.3	Uso de casas desagrada ao governador	140
6.4	Altos e Baixos	140
6.5	Os lotes têm muitas «makas» e vão cair	141
6.6	Uma grau muito perigosa	143
6.7	Angola lidera construção no continente	144
6.8	Entrega de casas no mês de Junho	145
6.9	Entrega de lotes promove autoconstrução	145
6.10	Governo quer maior rigor nas obras de casas sociais	146
6.11	Governador diz ser positiva execução de obras na região	146
6.12	CHUVAS DESABRIGARAM MAIS DE TRES Mil FAMILIAS	147
6.13	Coordenação feliz com o desfecho	147
6.14	Desalojados de Caxito enfrentam novos problemas em casas defectivas	148
6.15	Governador Recua e Pressiona Luanda	148
6.16	Falta de esgotos impede na Caála entrega de casas	149
6.17	Angola na direcção da UN Habitação	149
6.18	Centralidade do Dundo está pronta para habitar	150
6.19	Centralidades em fase de conclusão	151

## 7. TERRA

152

7.1	Participantes defendem desburocratização	152
7.2	Assaltos às terras que geram milhões (II)	153
7.3	Bairro Operário entre a história e o Zango	154
7.4	Estado deve entregar terrenos urbanizados	155
7.5	Forais das cidades são actualizados	156
7.6	Ocupações à margem da lei têm dias contados na capital	156
7.7	China Jiang Su Ursupa Terras De Camponeses	157
7.8	Governo quer pôr fim à ocupação ilegal de terrenos	158
7.9	Províncias à procura de soluções	159
7.10	Execução de projectos fica condicionado	160
7.11	Infiltração de figuras públicas	161
7.12	Realojamento polémico no B.O	162
7.13	Administração pretende adoptar registo biométrico	163
7.14	Governo disciplina a distribuição	163
7.15	Cidadãos mobilizados contra ocupação ilegal	164
7.16	Agricultores têm pressa na legalização	164
7.17	Municípios têm regulamento sobre uso sustentável de solos	165
7.18	Ocupação ilegal de terrenos em debate	165

<b>8. SERVIÇOS BÁSICOS</b>	<b>167</b>
8.1 Estação De Tratamento De Agua De Cabinda Pronta Para Arrancar	167
8.2 SENHOR GOVERNADOR	167
8.3 Cabinda tem problemas de saneamento	167
8.4 Perigo de morte a vista das autoridades	168
8.5 A salvação contra o lixo veio da Itália	170
8.6 Adeus Lixo?	171
8.7 Exercício, de cidadania alivia impacto do lixo	171
8.8 Governo expande serviço de pré-pagamento	172
8.9 Angola deve diversificar diz analista austríaca em Mercado Energético	172
8.10 “Água para todos” É uma Realidade na comuna do Dingo	174
8.11 Angola. Reunião do OKACOM segunda-feira na capital	175
8.12 Mantidos prazos na eliminação do défice energético	175
8.13 Cabinda tem problemas de saneamento	177
8.14 Gestão de recursos hídricos em análise	177
<b>9. GÉNERO E VIOLÊNCIA</b>	<b>179</b>
9.1 Elevado índice de criminalidade preocupa moradores do Palanca	179
9.2 Causas da criminalidade em Angola: Perversidade dos jovens ou uma sociedade Injusta	179
9.3 Jovem viola e mata a irmã à facada	180
9.4 Criminalidade: Meliantes assumem controlo da periferia e fazem a festa	181
9.5 Desburocratizar e Cadastrar os Terrenos para evitar ocupação Ilegal	183
9.6 Ocupação de terras Governo anuncia regularização jurídica fundiária	185
9.7 Indecisão do Tribunal Penaliza Cidadãos	188
9.8 Vítimas passam a receber apoio da Reinserção Social	188
9.9 Reclusos inseridos no sistema de ensino	190
9.10 Grande adesão de mulheres à alfabetização	190
9.11 Milhares de Mulheres mortas pelos parceiros	191
9.12 Assaltos nas escolas do Bengo	191
<b>10. AMBIENTE</b>	<b>192</b>
10.1 Caçadores furtivos incorrem em crime	192
10.2 Mudanças climáticas juntam especialistas	192
10.3 Apelo à cultura preventiva e formação de quadros	192
10.4 Identificadas as zonas de risco na província	193
10.5 Invasão habitacional ameaça espécies	194
10.6 Sistema inovador limpa os oceanos	195
10.7 Autoridades de Cabinda apertam o cerco à exploração ilegal da madeira	195
10.8 Huambo vai analisar impacto das queimadas no ecossistema	196
10.9 Congo. Desastre ambiental aqui mesmo ao lado na floresta tropical	197
10.10 Palanca Negra Gigante corre perigo	198
<b>11. MIGRAÇÃO</b>	<b>199</b>
11.1 Endiama Doa Viaturas Para Reforçar Combate À Imigração	199
11.2 Assistidas mais Famílias vindas de países vizinhos	199
11.3 Combate sem tréguas aos estrangeiros ilegais	200
11.4 Imigração ilegal e o garimpo de diamantes	201
11.5 Imigrantes ilegais expulsos do país	202
11.6 Imigrantes ilegais expulsos no Zaire	202
11.7 Retornados da RDC já têm documentos	202
11.8 Auxílio à imigração ilegal é punível por lei	202

11.9	Angolanos na Zâmbia querem regressar	203
------	--------------------------------------	-----

## 12. EXPLORAÇÃO MINEIRA 204

12.1	Imigrantes ilegais invadem a Lunda Norte	204
12.2	Direitos dos trabalhadores, subida dos combustíveis e liberdade de imprensa	204
12.3	Mercado nacional absorve granito explorado na Huíla	205
12.4	Recursos naturais pouco explorados podem ajudar na diversificação da Economia	206
12.5	Garimpeiros legais extraíram 332 milhões USO em diamantes	206
12.6	Mais de USD 20 milhões investidos em granitos	207
12.7	SPE perde mais um «round»	207
12.8	Operadores carecem de isenções fiscais	209
12.9	Limpopo inicia exploração de ouro	209
12.10	Projecto de produção de ferro avaliado em 199,5 milhões USD	210
12.11	Em busca de metais preciosos no Planalto Central	210
12.12	Kk Lança-se à produção de ferro gusa	211
12.13	Petróleo e formação amarram a cooperação	212
12.14	África do Sul propõe remessa de capitais	213
12.15	Londres apoia projectos na região da Lunda Norte	213
12.16	BM tem nova representante em Angola	214
12.17	Exploração Mineira em Cabinda com novos Projectos empresariais	214
12.18	Indústria extractiva pode contribuir na Diversificação da Economia	215
12.19	País tem 200 concessões Diamantíferas cadastradas	215
12.20	Combate a imigração e garimpo ilegal de diamantes	216
12.21	País Avança Com Exploração De Ouro	216
12.22	Combate sem tréguas aos estrangeiros ilegais	217
12.23	Aumentou a exportação de minérios	217
12.24	Executivo aprova contrato para prospecção de metais	218
12.25	Exploração de ferro já tem financiamento	218
12.26	Rochas angolana mais atractivas	219
12.27	Valor a investir no projecto de produção de ferro	219
12.28	Projecto de produção de ferro avaliado em 199,5 milhões USD	219



# I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

## I.1 Receitas petrolíferas “afundaram” 56% no primeiro trimestre

*Jornal Expansão*

*22 De Maio de 2015*

*Texto: Carlos Rosado de Carvalho*

O Estado arrecadou receitas petrolíferas de 'apenas' 344,2 mil milhões Kz nos primeiros três meses de 2015, um 'afundamento' de 55,8% face aos 778,5 mil milhões Kz que entraram nos cofres públicos no mesmo período do ano passado, de acordo com cálculos do Expansão a partir de dados do Ministério das Finanças (MinFin).

O 'afundamento' das receitas petrolíferas foi provocado pelo 'mergulho' do preço do petróleo, já que a produção até aumentou. De acordo com as estatísticas publicadas no site do MinFin, o preço médio de exportação do petróleo angolano caiu 51,4%, de 107,7 USD o barril, no primeiro trimestre de 2014, para 52,3 USD no mesmo período deste ano.

Já as exportações de petróleo fizeram o caminho inverso, aumentando 9,9% no mesmo período, de 143,1 milhões de barris para 157,3 milhões. As exportações de petróleo correspondem, grosso modo, à produção, pois a única refinaria de Luanda processa menos de 200 mil barris por mês.

O Orçamento Geral do Estado (OGE) 2015 revisto prevê receitas de cerca de 1 bilião Kz para a totalidade do ano, menos 64,9% do que a estimativa de execução de 2014.

A manter-se o ritmo de entrada de receitas dos três primeiros meses deste ano, as receitas de 2015 deverão ficar próximas de 1,4 biliões Kz, ultrapassando a previsão do Governo em cerca de 350 mil milhões Kz.

O OGE 2015 Revisto foi elaborado com base num preço do petróleo de 40 USD e, no primeiro trimestre, o barril do petróleo angolano transaccionou-se, em média, nos referidos 52,3 USD o barril.

Quanto à produção de petróleo, está ligeiramente abaixo das previsões avançadas no OGE 2015

Revisto, que apontam para um aumento de quase 11% para a totalidade do ano, que compara com a subida de 9,9% do primeiro trimestre.

A receita da concessionária, que corresponde à parcela do Estado nos contratos petrolíferos dos blocos concessionados, foi a rubrica que mais contribuiu para as receitas petrolíferas no primeiro trimestre de 2015: 229,4 mil milhões Kz, uma quebra de 55,8% face ao mesmo período do ano passado. Em segundo, a grande distância, vem o Imposto sobre o Rendimento do Petróleo (IRP), que gerou um encaixe de 92,4 mil milhões Kz para o Estado, uma quebra de 43,2%. Segue-se o Imposto sobre a Produção do Petróleo (IPP), com 16,9 mil milhões Kz, uma queda de 69,8%. Existe uma outra fonte de receita petrolífera, o Imposto sobre a Transação do Petróleo (ITP), mas os dados do MinFin revelam que não proporcionou qualquer receita.

Analisando a receita por campo petrolífero, conclui-se que foi o Bloco 17 que gerou mais valores para o Estado nos três primeiros meses de 2015: 140 mil milhões Kz, menos 25% do que no período homólogo do ano passado. Em volume, as exportações deste bloco aumentaram 69,3%, de 36,0 milhões de barris para 60 milhões, enquanto o preço fez o caminho inverso, ao quebrar 51,5%, de 107,6 USD o barril para 52,2 USD. Feitas as contas, o valor das exportações do Bloco 17 ascendeu a 3,2 mil milhões USD este ano, uma quebra de 17,9% face ao ano de 2014.

Em segundo lugar, em termos de receita gerada para o Estado entre Janeiro e Março de 2015, surge o Bloco 15, com 92,7 mil milhões Kz, menos 58,7% do que no período homólogo. Em volume, as exportações deste bloco recuaram 19,3%, de 35,5 milhões de barris para 28,7 milhões, o mesmo sucedendo com o preço, que baixou 52,4%, de 108,5 USD o barril para 51,7 USD. Feitas as contas, o valor das exportações do Bloco 15 ascendeu a 1,5 mil milhões USD este ano, uma quebra de 62% face a 2014.

No conjunto, os Blocos 17 e 15 contribuíram com 233 mil milhões Kz para os cofres do Estado no primeiro trimestre de 2015, o equivalente a 67,7% do total. Ou seja, porca da 3 Kz de receitas petrolíferas, mais de 2 Kz vieram destes blocos.

Se aos Blocos 17 e 15 somarmos o Bloco 18, chegamos a uma receita petrolífera de 263,9 mil milhões Kz, correspondente a quase 75% do total. Ou seja, porcada 4 Kz de receitas petrolíferas, quase 3 Kz vieram dos Blocos 17, 15 e 18.

## 1.2 Produção de 1,76 milhões de barris por dia no primeiro trimestre

*Jornal Manchete*

15 De Maio de 2015

No mesmo período, foram produzidos cerca de 1.447,7 mil barris de gás de petróleo liquefeito, correspondendo a uma média diária de cerca de 16 mil barris.

Angola produziu 1,76 milhões de barris de petróleo por dia no primeiro trimestre do ano, indica um relatório do Ministério dos Petróleos, a que a Lusa teve acesso. De acordo com o documento, relativo ao sector nacional do petróleo e gás, a produção de petróleo bruto durante o primeiro trimestre do ano de 2015 foi de 158,9 milhões de barris. O equivalente a uma média diária de 1,76 milhões de barris. No período em análise, refere o relatório, registaram-se oscilações nos níveis de produção "decorrentes de motivos operacionais".

A mais recente previsão do Governo angolano, plasmada na revisão do Orçamento Geral do Estado para 2015, aponta para uma produção total de 669 milhões de barris de petróleo este ano, um aumento de 10 por cento face a 2014, equivalente a mais de 1,8 milhões de barris diárias.

Esta ainda prevista a arrecadação de 1 039 biliões de kwanzas (USD 9,07 mil milhões em receitas fiscais petrolíferas durante todo o ano de 2015.

O relatório do Ministério dos Petróleos refere que Angola produziu no mesmo período cerca de 1.447,7 mil barris de gás de petróleo liquefeito, correspondendo a uma média diária de cerca de 16 mil barris.

Um outro relatório, de 7 de Maio e sobre as receitas fiscais decorrentes da exportação de petróleo, do Ministério das Finanças, indica que a exportação de petróleo por Angola cresceu quase 10 por cento no primeiro trimestre o ano, face a 2014, mas as receitas fiscais caíram para menos de metade, devido a forte quebra da cotação internacional de crude.

O Estado arrecadou neste período, entre Janeiro e Março de 2015, mais de 344 mil milhões de kwanzas (USD 2,9 mil milhões). No primeiro trimestre de 2014, as receitas fiscais com a exportação de petróleo ascenderam a 778, mil milhões de kwanzas (USD 6,8 mil milhões), pelo que a quebra, este ano, ascende a 55,7 por cento. No sentido oposto, a exportação esta a crescer 9,9 por cento, passando de 143 milhões de barris de crude no primeiro trimestre de 2014 para

mais de 157 milhões de barris nos primeiros três meses deste ano. Estes números confirmam a forte quebra das receitas petrolíferas a país tem vindo a exportar mais petróleo, mas arrecadou menos receitas em termos homólogos, e justificam-se com a contínua descida da cotação do petróleo no mercado internacional, actualmente à volta de 60 dólares por barril.

O petróleo garantiu em 2013 cerca de 76 por cento das receitas fiscais angolanas, mas este ano não deverá ultrapassar os 36,5 por cento, de acordo com as projecções governamentais.

## 1.3 MAIS EMPREGOS PARA OS JOVENS NAS INDUSTRIAS

*Jornal de Angola*

22 de Maio de 2015

Em declarações a imprensa, para falar da contribuição do sector no que tange ao combate ao desemprego, a responsável afirmou que da cifra, 219 são homens e 29 mulheres.

A gestora explicou que os funcionários foram enquadrados em indústrias de extracção e transformação de granitos, agro-alimentar, de tabaco, calçados e vestuários, construção civil, unidades de produção de bebidas espirituosas e água mineral.

Informou que as unidades fabris que mais recebem jovens são às de produção material de construção civil, de bebidas espirituosas e de extracção e transformação de rochas ornamentais. Segundo ela, as fabricas tem estado a apoiar o governo no enquadramento, assim como na redução de desemprego, principalmente na camada jovem, que mesmo com um nível académico baixo consegue emprego directo nestas fábricas.

Em 2014, as fábricas da província da Huíla empregaram mil e 890 jovens. A direcção da Industria e Geologia e Minas controla mais de 30 indústrias e 29 empresas de extracção e transformação de rochas ornamentais.

## 1.4 Privados Devem Investir Mais

*Jornal A Capital*

23 De Maio de 2015

Texto: Mirene Da Cruz

Especialistas são de opinião que enquanto o Estado for o maior investidor em programas de infra-estruturas, pouco ou nada se devera esperar do Ministério do Urbanismo e Habitação. Pelo menos

assim pensa o economista Samora Machel que considera a contribuição deste sector na estrutura do Produto Interno Bruto angolano, "ainda não é a mais desejada".

E tudo por razões que tem um pouco haver também com a pouca participação do empresariado privado.

Segundo o economista, para que as coisas se tomem mais rentáveis e fundamental que o Executivo, sob proposta do ministério que tutela o sector, crie condições mais atractivas para o efeito.

"O Estado devia diminuir ou então mesmo, isentar as empresas de impostos durante cinco anos e dar benefícios fiscais e outros como a retirada do imposto de consumo na aquisição de matérias-primas", defendeu Samora Machel.

Ele sustenta a sua tese, servindo-se do exemplo da empresa Omatapalo que, mesmo não tendo muita capacidade financeira, tomaram-se grandes empresas pelas razões por si defendidas.

Só que nem todas as empresas têm a mesma sorte, e faz com o ministro do urbanismo e Habitação, Conceição e Silva, se mostre preocupado com a participação dos investidores privados no país.

Não é por acaso que recentemente o governante reuniu-se com agentes privados com interesse no sector imobiliário angolano, para informa-los da necessidade do Estado deixar de ser, como tem sido até agora, o principal investidor no ramo, sobretudo nessa altura em que o tesouro nacional vai mingando em consequência da queda do preço do petróleo, tomando a situação económica do país, de certo modo vulnerável.

Para que tal suceda, o economista Samora Machel tem uma ideia que segundo ele, passa pela criação de estímulos capazes com que o privado. Por exemplo, neste momento, sou Ministro dos Antigos Combatentes e desejo muito optar pela honestidade, seriedade e acção. Mas se um funcionário do meu Ministério for excessivamente burocrático e não entender o princípio da agilidade e urgência que o País precisa nesta fase de reconstrução, ele emperra a máquina. Um documento ou um assunto que levaria meia-hora para ser tratado ou expedido e levar duas horas ou mesmo um dia, sujara a imagem do próprio ministro e arrastara a instituição para um mar de descrédito,

As primeiras perguntas que o povo faz soam as seguintes: Mas será que o Chefe não sabe disso? Mas será que o ministro não tem conhecimento desta situação? E, na verdade, quase sempre estas situações não são do domínio do Presidente, do ministro, até

que o público utente as exponha. Neste caso, o dirigente tem uma responsabilidade acrescida, como é óbvio, pois, o dirigente não pode demitir-se das suas funções dizendo que não sabe e não assume. Pelo contrário, a responsabilidade colectiva é do Chefe. A arrogância dos dirigentes só ajuda a afundar as instituições.

Por isso, aqui reside um problema de governação em tempo de paz que deve ser tratado com sabedoria e celeridade.

Nesta fase de reconstrução nacional e de desenvolvimento sustentável temos de combater estes males para andarmos rápido e consolidarmos as nossas conquistas sem grandes soluços,

Uma outra questão que temos de compreender, neste tempo de paz, é a questão da sucessão das gerações. Este é um processo natural. Quer queiramos ou não, uma geração tem de passar o testemunho a outra. Uma geração nova tem de suceder a outra geração.

Este processo de transferência de responsabilidade tem de ser feito com engenharia, preparo e sabedoria, senão colapso. Isto é assim nas famílias, nas instituições ou organizações, Precisamos de preparar os nossos substitutos e herdeiros de confiança que levarão o projecto da Nação avante. Um pai que não deixa sucessores a altura pode deixar uma tragédia na família para o resto da história.

Estou algo preocupado com a passagem de testemunho da nossa geração a geração herdeira. Acredito, claramente, que não existem líderes ou pessoas insubstituíveis, Podemos ser os melhores ou até gentes, mas um dia temos de entregar as pastas a nova geração. Acredito na singularidade dos homens mas nunca na sua não substituição.

É lógico que nunca haverá um outro Kundi Paihama na história. Sou único mas não sou insubstituível, Eu nunca pensei na morte do Presidente Agostinho Neto mas andava muito perto dele. Não sei porque e que isso nunca me passou pela cabeça mesmo sabendo que ele era um ser humano. Quando veio a acontecer, para muitos de nós foi um pânico, Entretanto, neste aspecto consolam-me as palavras do Presidente Dos Santos, na sua tomada de posse como segundo Presidente da República, quando dizia que a substituição do Presidente Neto era necessária, porém não seria uma tarefa fácil. A passagem de testemunho para outras pessoas é uma tarefa necessária mas nunca será fácil? O barco não pode parar por medo de substituições, A vida é dialéctica e evolutiva. Nós, os mais velhos, não podemos andar agarrados aos nossos valores. Estes mudarão sempre para o bem ou para o pior.

Acredito que a nova geração esta a preparar-se e sendo preparada para assumir o barco.

Esta transferência não deve ser brusca nem totalitária para ter efeitos positivos. A renovação de uma equipa nunca deve acontecer na ordem dos 100 porcentos numa única assentada. Não funciona. A transferência deve ser gradual e participativa. Ninguém deve ter pressa nem para transferir nem para receber responsabilidades. Deve ser um processo natural e nunca precipitado por uma ou outra geração.

Os nossos substitutos nunca serão iguais a nos, como se diz em Quipungo que 'ompinga kelisue na muene (o herdeiro nunca será igual ao dono). Eles serão tão-somente outros, Outros líderes, noutra contexto, com outros desafios em busca de outras soluções, A única coisa que podemos esperar e que os nossos substitutos tenham em conta os nossos ideais, apoiem a nossa visão e valorizem os nossos esforços,

Tanto no partido, como no Executivo esperamos que a transição da liderança seja bem feita e aconteça no tempo certo. Creio na juventude angolana. Creio no potencial dos nossos jovens, da mesma forma como Lúcio Lara e o Presidente Neto acreditaram em mim.

Precisamos de substitutos inteligentes, metódicos, sérios, honestos e práticos. Angola precisa da sorte de ter jovens que agarrem o País com a mesma energia e sabedoria com que o agarramos em tempos difíceis. A sabedoria e a fidelidade do Presidente Neto e a perseverança e a dedicação do Presidente Dos Santos devem ser a inspiração da nova geração.

## 1.5 Nova estimativa para o crescimento

*Jornal de Angola*  
26 DE Maio de 2015

A economia angolana cresce este ano 3,8 por cento, refere uma estimativa divulgada ontem pelo Centro de Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE).

"Em Angola, o crescimento vai manter-se abaixo do registado na maioria da última década por as despesas do Governo estarem em queda devido as baixas receitas petrolíferas", afirma o relatório "Perspectivas Económicas em África 20 15". O documento e elaborado anualmente pelo Centro de Desenvolvimento da OCDE em conjunto com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O défice orçamental angolano deste ano também deve ficar acima do

esperado pelo Executivo: 10,6 por cento. Em 2016, a economia desce para 4,2 por cento e o défice deve cair para 7,7.

A queda do preço do petróleo nos mercados internacionais levou o Executivo a rever em Fevereiro o crescimento em baixa. Angola e o segundo maior produtor de petróleo da África subsaariana, com o crude a ter um grande peso na sua economia. Em 2013, garantiu 76 por cento das receitas fiscais e foi responsável por 98 por do total de exportações.

O crescimento de Moçambique deve ficar em linha com o estimado pelo governo daquele país: 7,5 por cento que, a par da Zâmbia, vai registar o maior crescimento da África subsaariana.

"Em Moçambique o crescimento e principalmente conduzido pelos chamados mega projectos e pelo investimento em grandes infra-estruturas financiadas pelo investimento directo estrangeiro e Governo", afirma o documento. O défice orçamental de Moçambique deve situar-se este ano nos 7,4 por cento, abaixo dos 11,1 do PIB previsto pelo Governo. Para 2016, as previsões de crescimento são mais optimistas, 8,1. Nos restantes países lusófonos, o cenário também e de desenvolvimento. Depois do crescimento de 2,00 por cento registado em 20 14, Cabo Verde deve crescer este ano 3,1 e 3,6 no próximo.

O défice orçamental também deve manter a tendência decrescente, caindo para 7,1 por cento do PIB este ano e 6,2 no próximo.

A economia da Guiné-Bissau sobe 3,9 por cento este ano, depois de um crescimento de 2,6 em 2014. Para 20 16, esta previsto um crescimento de 3,7. O défice orçamental do país para 2015 e de 3,9 por cento e de 3,4 em 20 16. O crescimento económico de São Tomé e Príncipe e de 5,1 por cento este ano e 5,4 no próximo. O défice orçamental fica em 7,2 por cento do PIB em 2015 e em 8,00 em 2016, prevê o Centro de Desenvolvimento da OCDE.

## 1.6 Feira da banana foi um sucesso

*Jornal Grandes Notícias*  
15 De Maio de 2015

A quarta edição da Feira da Banana de produção nacional, Bengo-2015, que se realizou sob o lema "Banana de Angola orgulho Nacional": foi considerada um sucesso pelos organizadores, o Governo do Bengo e o ministério da Agricultura e expositores.

A feira, que durou três dias, esteve sob a responsabilidade do governo do Bengo, em parceria com o ministério da Agricultura, visou mostrar a potencialidade produtiva de cada região de Angola, em diversos produtos do campo, tais como a banana, batata -doce, batata rena, mandioca, dentre outros alimentos.

O evento contou com os expositores oriundos das diversas províncias do país, nomeadamente Bengo, Luanda, Cabinda, Zaire, Uíge, Cuanza Norte e Sul, Benguela, Lunda Sul, Cuando Cubango, Huambo, Namibe e Huíla.

Por sua vez, o porta-voz do presidente do conselho da administração da empresa "Caxito Rega", João Mpilamossi, frisou que a organização vai realizar estudos e procurar sentar-se à mesa com os expositores a fim de poderem encontrar solução da próxima edição da feira, já que os expositores defendem que a actividade do género acontecesse trimestralmente para melhor conseguirem as vendas dos produtos.

Satisfeita com a actividade pela afluência, Natércia Seguro, responsável comercial da Triagro que expôs no local uma quantidade de cachos de bananas, como principal produção da sua fazenda na terra do Jacaré Bangão, disse que a sua companhia é uma das fundadoras da iniciativa. Segundo ela, tencionam para o futuro continuarem a manter na mesma qualidade de produtos, bem como consolidarem a mesma no mercado Nacional Afonso Kiala, expositor proveniente de Luanda, que expos peças de artesanato, referiu que com as vendas que têm efectuado, consegue sobreviver daquela actividade. "Gostei da feira, se fosse constantemente apresentarmos o nosso trabalho teríamos uma outra apreciação".

No final da actividade, os presentes foram participaram de uma actividade cultural, com a dança folclórica e conjunto musical provenientes de Luanda, denominada Kussanguluka, bem como a entrega aos participantes certificados de participação.

## 1.7 É preciso olhar para grandes explorações agrícola

*Jornal A Capital*

*30 De Maio de 2015*

Este é o pensamento do gestor bancário, Fernando Teles, que sugere como estratégias complementares o crédito bonificado, a electrificação de explorações agrícolas e a formação de quadros. Peremptório, o bancário, que falava no decurso da Feira

Internacional de Benguela, disse não acreditar que o país possua mais de 4 milhões de bovinos.

Enquanto observava um novo produto da área de alimentação animal (engorda), o empresário Fernando Teles, há vinte anos no mundo da agro-pecuária, destacava a importância das feiras para a divulgação de marcas, salientando que não se faz diversificação da economia sem a agricultura e a pecuária.

Mais do que reafirmar o que vem sendo aludido, o PCA do EIC tratou de advertir que o fomento da actividade passa por um forte investimento em explorações agrícolas, a maior parte das quais sem electricidade e outros serviços não menos importantes.

Falando do trabalho de casa, para qual o Estado é chamado a intervir, Teles salienta que o crescente número de pessoas interessadas em agarrar na agro-pecuária representa um sinal a ter em conta, mas lembra que as autoridades devem trabalhar com empresários sérios.

Apologista da tese de que a crise provocada pela excessiva dependência do petróleo pode significar oportunidades, foi mais peremptório quando os milhões investidos na importação de carne bovina saltaram para a conversa, num momento aproveitado para afirmar que não é verdade que o país tenha 4 milhões de bovinos.

«Penso, para início de conversa, que as pessoas não devem esmorecer, se considerarmos que a crise pode ser um mal que vem para o bem», assinalou o pecuarista, que se mostrou crítico em relação aos empresários que desviam empréstimos em compras que nada têm a ver com as solicitações.

Estes são, na óptica de Fernando Teles, os que «estendem as mãos» e gastam mal, pelo que devem ser separados de produtores com «algum gabarito», os cumpridores e sem rastos na área de risco de crédito do Banco Central.

Aqui chegado, afirmou que o Ministério da Agricultura é obrigado a formar técnicos que possam evitar a morte de bovinos, geralmente devido à dermatofilose. «Muitos animais importados do Brasil morreram porque ainda não resolvemos estes problemas», alertou, antes de ter tomado como exemplo o desaparecimento de 5 mil e quinhentas cabeças numa fazenda da Quibala (Kuanza Sul), ao lado da sua.

O bancário fala em grande investimento perdido, sendo certo que o preço por animal é superior a USD 1500, e lamenta, por outro lado, que sejam

movimentados bovinos sem qualquer tipo de análise. «O risco de infecção em outras províncias está sempre à espreita, uma vez que não há obrigação de exames prévios», acrescentou, sem nunca ter perdido de vista a importância dos juros bonificados e da subvenção de combustíveis, particularmente para detentores de pivots utilizados na produção de milho.

Acrescenta, confiante, que todas estas acções, se devidamente concertadas, farão com que Angola deixe de gastar, dentro de 3 anos, quinhentos milhões de dólares/ano na importação de carne.

Nesta conformidade, advertiu que a venda de vacinas não deve servir de referência para que se sustente a existência de um parque pecuário com 4 milhões de animais.

«Ternos poucos animais, se calhar nem dez por cento desta cifra. Pode ser que se compre e se venda muita vacina, mas não se aplica no gado. Se assim fosse, é simples, tínhamos carne», finalizou.

Numa demonstração de que não se olha para as explorações agrícolas, o presidente da Federação das Cooperativas Agro-pecuárias de Benguela, Manuel Monteiro, recorda que o Cubal já só conta com duas fazendas funcionais, contra as mais de cem - confiscadas pelo Estado - que faziam o passado marcado por glórias.

## 1.8 Executivo gasta menos em subvenções

*Jornal De Angola*  
16 De Maio de 2015

O Executivo prevê gastar cerca de 242 mil milhões de kwanzas nos subsídios aos combustíveis em 2015, equivalente a 2,1 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) angolano, apesar dos sucessivos cortes nas subvenções.

Os números resultam da análise ao memorando do Ministério das Finanças sobre o ajustamento no preço dos derivados do petróleo, depois do aumento dos preços dos combustíveis a 30 de Abril, o terceiro desde Setembro, correspondente a novo "corte nestes subsídios públicos.

Os subsídios, que permitiam manter os preços dos combustíveis artificialmente baixos desde 2010, custaram ao Estado angolano 710,2 mil milhões de kwanzas em 2013, equivalente a 5,9 por cento do PIB nesse ano.

Já em 2014, incorporando os dois aumentos dos preços dos combustíveis, em Setembro e Dezembro,

os gastos com essas subvenções desceram para 478,1 mil milhões de kwanzas.

Em 2015, e incluindo os aumentos de 30 de Abril, o Ministério das Finanças calcula que o dispêndio das subvenções corresponde a um máximo de 2,2 mil milhões de dólares, uma economia de 56 por cento quando comparado com o exercício anterior e considerando "alterações mínimas" no consumo destes derivados e "mantendo o perfil estrutural das importações".

O memorando refere que entre Outubro de 2014 e Março de 2015, incorporando o efeito dos dois aumentos dos preços dos combustíveis, foi possível "gerar poupanças" ao Estado de 1.199 milhões de dólares, cerca de 132 mil milhões de kwanzas.

Angola produz perto de 1,8 milhões de barris de petróleo por dia, mas devido à reduzida capacidade de refinação, importa dois terços dos derivados que consome.

Nos últimos sete meses, o preço do litro de gasolina em Angola subiu 91 por cento, enquanto o do gasóleo aumentou 125 por cento. Até 30 de Abril, o litro de gasolina era vendido a 90 kwanzas e o de gasóleo a 60 kwanzas. Com a nova alteração, a gasolina passou a ser vendida, em regime de preço livre, até 115 kwanzas por litro, sem qualquer subvenção estatal.

A medida foi justificada pelo Governo com a "conjuntura da economia nacional e global", pela necessidade de aplicar "políticas centradas na promoção do crescimento económico" e de criar "condições básicas" à execução dos projectos nacionais, tendo em conta a actual crise da cotação do petróleo.

Apesar da subida, o preço do litro do gasóleo continua a ser subsidiado pelo Estado em 21,06 por cento.

## 1.9 Taxa de inflação subiu em Abril

*Jornal De Angola*  
16 De Maio de 2015

Os preços dos produtos básicos subiram 0,71 por cento em Abril, sob influência dos aumentos registados na classe de bens e serviços diversos e na dos transportes, de 1,21 e 1,17 por cento, anunciou esta semana o Instituto Nacional de Estatística (INE).

Em nota publicada no seu sítio na Internet, o INE indica que as províncias de Luanda (0,85 por cento),

Lunda Sul (0,80 por cento) e Bengo (0,76 por cento) registaram os maiores aumentos, enquanto Cabinda e Moxico tiveram os menores, com 0,32 e 0,44 por cento.

As classes de bebidas alcoólicas e tabaco, com 0,88 por cento e vestuário e calçado, com 0,83 por cento, também influenciaram o aumento da inflação de Abril, afirma o documento do INE. As restantes classes tiveram taxas de crescimento inferiores a 0,05 pontos percentuais.

O INE também informa que o Índice de Preços Grossista (IPG) registou uma variação mensal de 0,73 por cento no mês de Abril. Em relação ao período homólogo de 2014, a variação do IPG é de 6,69 por cento, o que representa uma diminuição de 0,17 pontos percentuais. Em termos de tendência, indica o INE, a taxa de inflação homóloga continua a experimentar desaceleração desde Maio de 2013.

Durante o mês de Abril, os preços dos produtos nacionais aumentaram em 0,53 por cento, comparados com os preços do mês de Março de 2015. O sector da Indústria transformadora, com 0,61 por cento, teve maior aumento de preços.

De Janeiro a Abril de 2015, a variação acumulada dos produtos nacionais foi de 2,30 por cento. O INE salienta que os produtos que tiveram maior variação de preços neste grupo foram, balde com 3,32 por cento, sabonete com 3,19 por cento, toalha de banho e sifão com 2,96 por cento cada.

#### Produtos importados

Durante o mês de Abril de 2015, os preços dos produtos importados tiveram maior aumento (0,78 por cento), em relação aos nacionais.

Os produtos para agricultura, produção animal, caça e silvicultura, com 1,02 por cento, influenciaram a subida, enquanto para os nacionais, a indústria transformadora foi a que mais contribuiu (com 0,33 pontos percentuais) para a tendência altista. Os produtos que mais aumentaram de preço foram milho em grão, com 2,99 por cento, pêra com 2,56 por cento, laranja com 1,52 por cento, flores com 1,50 por cento, ginguba com 1,30 por cento e tomate com 1,27 por cento. Outros produtos como alho tiveram aumento de 1,17 por cento, ovos com 0,92 por cento, maçã com 0,63 por cento, limão com 0,57 por cento, batata rena com 0,51 por cento, cenoura com 0,41 por cento, grão-de-bico com 0,32 por cento, feijão-verde com 0,17 por cento e cebola com 0,10 por cento.

O INE nota que a variação acumulada de Janeiro a Abril de 2015 foi de 2,49 por cento. A inflação global

do mês de Abril de 2015 foi de 0,73 por cento, sendo a contribuição dos produtos importados a que maior participação teve, com 0,62 pontos percentuais, ou seja, cerca de 85 por cento, enquanto

a contribuição dos produtos nacionais foi de 0,11 pontos percentuais, o que corresponde a 15 por cento do valor da inflação global.

Os produtos importados que mais contribuíram para a subida foram a cerveja (com 0,13 pontos percentuais), carapau congelado (com 0,08 pontos percentuais), automóvel ligeiro (com 0,07 pontos percentuais), frango congelado (com 0,05 pontos percentuais) e arroz branco agulha (com 0,04 pontos percentuais), entre os principais.

## I.10 Angola e Cuba marcam passo no domínio dos petróleos

*Jornal Semanário Económico*

*21 De Maio de 2015*

*Texto: Marta Cassinda*

O secretário de Estado das Relações Exteriores, Manuel Augusto considerou recentemente, em Havana, Cuba, que a cooperação entre Angola e Cuba no domínio dos petróleos constitui um "marco fundamental" nas relações bilaterais entre os dois países.

À imprensa, o responsável afirmou que a mesma cooperação confirma a vontade política e a existência de potencial para se incrementar, cada vez mais, as relações entre os estados. Falando sobre as relações entre os dois países, no quadro da visita oficial de 72 horas do Vice-presidente da República, Manuel Vicente àquele país da América do Sul, Manuel Augusto disse que o sucesso da exploração do petróleo em Cuba vai significar uma mudança, quase radical, na vida desse país do caribe.

Adiantou que vai ser com muito orgulho que Angola dará a sua contribuição para que a exploração do petróleo em Cuba seja um facto.

O secretário de Estado acredita que a cooperação entre Angola e Cuba na área dos petróleos vai conhecer novos níveis, principalmente, no que diz respeito a exploração. Explicou que a petrolífera angolana Sonangol está já, neste momento, em Cuba como um potencial parceiro na exploração do crude.

## 1.11 “As elevadas taxas de incumprimento do reembolso são um sintomada falta de seriedade dos empresário”

*Jornal Expansão*

22 De Maio de 2015

Texto: Francisco De Andrade

Que apreciação faz sobre o funcionamento do projecto "Balcão Único do Empreendedor" (BUE), desde o seu lançamento, em 2012?

Creio que, em termos gerais, o processo de criação de empresas se tornou mais fácil devido à concentração da prestação dos serviços necessários num único balcão. Porém, para que a eficiência fosse máxima, deveria ter-se assistido a uma maior multiplicação destas unidades prestadoras de serviços públicos. O excessivo tempo de espera para atendimento pode ser um sinal de saturação.

Sente que o BUE está a cumprir com o papel para o qual foi concebido?

Aparentemente, sim. Mas a melhor forma de o saber é inquirindo os utilizadores do serviço, o que não é difícil, haja em vista a quantidade de pessoas que diariamente o procura.

Um relatório de balanço da actividade do BUE, a que o Expansão teve acesso, dá conta que 89 das 174 dependências previstas por altura do seu lançamento estavam em funcionamento até ao final de 2014. O que é que isto indicia?

Mais de 50%, portanto. O relatório a que alude na sua questão deve apontar as causas para uma tão reduzida taxa de execução, que podem relacionar-se com a insuficiência de pessoal qualificado para o efeito, quebra da procura por parte dos potenciais investidores/empreendedores, etc.

Como encara o facto de, por alegados problemas técnicos e burocráticos, a constituição simplificada e gratuita de empresas não estar a ser feita há mais de ano e meio, segundo fontes próximas do projecto?

Angola aparece sempre com uma classificação baixa nos relatórios internacionais sobre clima de negócios, facilitação burocrática; corrupção, tráfico de influências, etc. Não sei a que tipo de problemas técnicos se refere, mas uma boa programação deveria prever a sua ocorrência e as forinas rápidas de os ultrapassar. Talvez se encontre aqui uma das razões da baixa taxa de cumprimento do número de balcões.

Outro grande problema que começa a surgir tem que ver com o furto ao reembolso dos financiamentos recebidos, por parte de alguns beneficiários. Que implicações isto poderá ter?

Isto é um problema sério. As elevadas taxas de inadimplência dos bancos (não cumprimento das obrigações e responsabilidades contraídas) são um sintoma da falta de seriedade de muitos empresários, o que leva a banca comercial a apertar os seus critérios de concessão, a subir as suas taxas e comissões, a aumentar as provisões para créditos de cobrança duvidosa, etc.

O que se reflecte consequentemente da disponibilização de mais financiamentos ... ?

Com certeza, isto prejudica o financiamento do investimento privado. Mas este problema não se circunscreve aos utilizadores do BUE, dos financiamentos do Angola Investe (muita gente está

convencida de que são doações do Estado) e de outras iniciativas de pequena dimensão. Até hoje continuamos sem saber a quem foram concedidos os 5,5 mil milhões USD de crédito do Banco Espírito Santo Angola (BESA).

## 1.12 Estratégia deve ser motivação da competitividade interna e da produção de bens e serviços transaccionáveis

*Jornal Agora*

22 De Maio de 2015

O país vive um momento sério e difícil com a redução das receitas obtidas da exportação de petróleo. Em consequência, de repente, todos acordamos para a necessidade de se encontrarem outras saídas para salvar o rumo do seu desenvolvimento.

Uma das questões que mais se colocam agora é a necessidade da diversificação da economia e até já se fala em referências aos índices de produção de 1973, ano em que a produção nacional atingiu o 'boom'.

De forma a contribuir para o melhor entendimento dessa abordagem, retomamos a uma antiga parceria com a Associação Industrial de Angola (AIA), divulgando informação que tem sido resultado dos acalorados debates semanais que decorrem nos estúdios da LAC (Luanda Antena Comercial) no programa Vector, de iniciativa dessa instituição de suporte empresarial.



O tema levado a debate no passado dia 14, em que participámos para abordar 'O papel da comunicação social privada', teve por objectivo principal analisar-se também 'O papel da Banca comercial na diversificação da economia' que, tendo como anfitrião o presidente da AIA, José Severino, reuniu três economistas da nossa praça, designadamente Judite Correia, também consultora, Paulo Silva, director da Banca de Investimento do Caixa Totta e Cláudio Pinheiro, igualmente economista.

Como referiu o presidente da AIA na sua introdução, não é difícil entender quanta expectativa se pode criar quando se fala da banca, embora apenas no segmento comercial, com mais de 20 bancos, a maioria com capital angolano, estes rodeando cerca de cinco com capital estrangeiro, mas com alguma predominância nalguns segmentos e, com isso, a espicaçar salutarmente o dinamismo dos seus concorrentes. Sem descorar estarem todos sob os guarda-chuvas da sua associação, a ABAN e (Associação dos Bancos Comerciais), no quadro da sociedade civil, sendo interlocutor directo junto do Executivo, mas concretamente junto do BNA (Banco Nacional de Angola) que fiscaliza todo o sistema monetário e cambial.

Mas, o objectivo dessa edição foi o de saber como é que, dentro dos parâmetros em que se cinge a banca comercial, pode ela ou não, nas actuais situações, constituir-se num suporte ainda mais activo no desenvolvimento do sector produtivo e dos serviços. A economia real, como se sente, precisa de se oxigenar para partir para o grande desafio do desenvolvimento económico nacional, seja a tão propalada diversificação da economia, processo que se sabe longo, mas cujos resultados se anseiam por ver saltar na oferta nacional, como se sabe, ainda muito débil no confronto com as importações e sem capacidade para encarar o desafio de integração na Zona de Comércio Livre da SADC com os seus 15 países, entre os quais a RDC, com os seus cerca de 65 a 70 milhões de consumidores, constitui o pote de mel que pode tonificar a economia nacional pelas oportunidades que oferece.

Provavelmente, poderá não fazer sentido a intenção de apontar dois dos vários caminhos fortes, que são a banca e a economia real, que poderão encontrar (ou abrir) caminhos para a recuperação. Destaca-se a substituição de importações e a penetração na economia no país vizinho, pelas facilidades de acesso ao mesmo com o CFB (Caminho-de-Ferro de Benguela), o estuário do rio Zaire, o segundo maior do mundo e o acesso via Maquela do Zombo por uma estrada apenas carenciada de duas dezenas de quilómetros por tudo o resto está asfaltada.

Devagarinho, o petróleo de referência do nosso, o Brent, vai reganhando algum ânimo, mas com profundos receios de estagnação no preço ou mesmo de baixa por culpa do conflito militar entre dois ex-aliado a Arábia Saudita, o maior produtor mundial, e o Iémen, corredor por onde passa os petroleiros.

Um novo factor foi, entretanto, adiciona do ao prato de questões que influenciam Como seja, a redução significativa dos subsídios ao gásóleo e liberalização do preço da gasolina. E mais do que nunca se põe necessidade de se encararem meios par activar potencialidades para agregar mais valor no programa do conteúdo local par o fornecimento de bens e serviços ao sector petrolífero.

Apesar de grandes e sucessivos desalentos, há ainda a esperança de que a própria pressão sobre os recursos cambiais obrigue o Estado, particularmente, os sectores da Defesa e da Ordem Interna, a efectuar as suas compras no mercado interno, ainda que apoiados por uma linha de crédito de bancos comerciais, tipo sindicato financeiro.

Apesar de forma leve, nessa viagem também se deu uma 'pincelada' sobre os resultados práticos do Programa do 'Angola Invest', que tanta tinta já fez correr e que pela sua importância continuará a ser assim. Com vários sucessos, face às dificuldades objectivas, de acordo com a AIA, ainda não brilha como se pretende, mas já e uma forte luz no meio do túnel com o seu subsídio a juros de 50% e garantias 70%. Numa só palavra: um sufoco, para quem pretende iniciar qualquer actividade produtiva, ainda que não enviava risco( vá-se a saber qual). A esse programa, poderá associar-se as linhas de crédito do BDA - Banco de Desenvolvimento de Angola -, a aplicar pelos bancos comerciais até 5 000 000 de dólares. Se alicerçados, pode daí também resultar uma componente importante, para que se aumente a oferta interna de bens e serviços na economia nacional.

Nesta primeira incursão, trazemos apenas as contribuições iniciais da abordagem de três dos quatro convidados nesta parceria que, ao longo das próximas edições, procuraremos tornar mais efectiva. Atente para as opiniões de cada um:

Judite Correia

Economista E Consultora

Este ano é de investimento interno, de se aproveitar a crise no sentido de oportunidade, em que se torna urgente o processo que já estava em curso, mas que agora é mais premente: refiro-me à crise do petróleo e à diversificação da economia.

Partimos de um quadro menos favorável que noutros anos, e fazendo apelo ao OGE 2015 Revisto em 2014, o crescimento foi de 4,4% menos 2.4 pontos que em 2013 e menos 3.6 que a previsão do Plano Nacional de Desenvolvimento que era para 8%. E note-se que o petróleo acusou uma taxa negativa de 3,5% e foi o sector não-petrolífero que, crescendo a 8,2%, levou a que houvesse um crescimento de 4.4. Apesar de tudo, já estávamos habituados a dois dígitos e, portanto, não sendo mau, aqui já começamos a dever esse crescimento a actividade não-petrolífera. E essa tendência vai-se manter este ano. A revisão do OGE aponta para um PIB de 6,6% que também ainda é bom, com o crescimento médio da economia na ordem dos 3.8 da economia mundial, o que também é bom.

A banca em Angola tem, como é evidente, um papel extraordinário e tem sido das mais lucrativas do mundo, segundo relatórios das principais agências de auditores internacionais. E tem sido dos sectores que mais têm crescido, mais se tem sofisticado, que tem preparado os seus quadros, que se tem informatizado e que tem trabalhado com regras de compliance (que tentam minimizar o risco do combate ao branqueamento de capitais e de outro tipo que não queremos) internacionais.

Queremos que tudo corra de acordo com as melhores regras e práticas internacionais e hoje em dia o compliance é ligado ao próprio conselho de administração destas instituições. E temos de apresentar sempre esquemas de risco e de controlo extremamente detalhados e que exigem um acompanhamento muito rigoroso, mesmo que sejam pequenas instituições financeiras não bancárias, como é o caso dos micro créditos.

Fazendo a ponte para a economia e lançando mão ao Plano do Governo para o período 2013/2017 (médio prazo), considerou vários mega clusters que são sectores privilegiados que irá desenvolver, definindo nove. E aqui há uma diversificação da economia angolana que tem como alavanca o investimento público, mas como motor a iniciativa privada. E é fundamental que a banca venha a apoiar estes investimentos.

Os clusters são definidos como concentrações geográficas de empresas, organizações e instituições que se relacionam entre si e que constituem assim um ecossistema da inovação e de novos negócios para a criação de sinergias.

O desenvolvimento dos clusters tem sido a grande alavanca-chave para a promoção do desenvolvimento económico e para a diversificação geográfica e sectorial.

Os principais mega-clusters, são: o da Energia e Água; da Agricultura, Pescas, Alimentação e Agro-indústria; da Habitação; dos Transportes e Logística; dos Recursos Minerais; do Petróleo e Gás Natural; Florestal; dos Têxteis, Vestuário e Calçado; do Turismo, Lazer e outros Serviços.

Há uma segunda distinção, que são os programas dirigidos para o sector industrial, que define oito, que também são importantíssimos: a Indústria Alimentar e das Bebidas; Indústria dos Minerais não Metálicos, com destaque para os materiais de construção; a fabricação de produtos metálicos, com referência para equipamentos de transporte, materiais de construção, alfaias, instrumentos de trabalho agrícola; a Indústria de Papel com destaque para as embalagens; Indústria Química incluindo a farmacêutica; a Indústria Têxtil e de Vestuário; Indústria da Madeira e do Mobiliário; Indústria de Reciclagem.

Esses são os sectores prioritários que o Governo definiu no seu Plano de Desenvolvimento a Médio Prazo e que já dão pistas para o desenvolvimento da economia. Creio que foram muito bem definidos, aproveitando a crise e para haver maior alavancagem da economia, acelerando a diversificação, que tem de ser 'lupuka .. lupuka'.

Paulo Silva

Director Da Banca De Investimento Do Caixa Totta

Tem de haver mais investimentos com moeda nacional e não agregado à moeda estrangeira. Mas como é que se vão buscar recursos? É outra questão.

Todos falamos da diversificação da economia, e algumas vezes com algum optimismo e outras com algum pessimismo. Algumas pesquisas de outras economias, latitudes ou países, e a grande conclusão a que cheguei é que nenhum estado conseguiu fazer a diversificação da economia em menos de uma década. Todo o processo de diversificação faz-se entre uma e duas décadas e até três.

Começou-se a falar de forma sustentada sobre a diversificação da economia, sobretudo a partir de 2009, após a crise de liquidez nos Estados Unidos da América, que ocorreu em 2008, chegou à Europa em 2009 e, no mesmo ano, a Angola. Na altura, celebrou-se a tal linha de Stand by com o Banco Mundial num montante de cerca de 1.9 milhões de dólares.

Olhando para a fotografia da economia do país em 2009, sector não-petrolífero representava 54,4% do PID. Saltando de 2009 para 2014, nota-se que o sector não-petrolífero passou a representar 62,6% do

PID, ou seja, o peso do sector não-petrolífero no período de 2009 a 2014 aumentou em 8,2%. Aí está um passo no sentido da diversificação. Aliás, recordo que, a partir de 2012, a taxa de crescimento do PIB não-petrolífero foi sempre superior ao do PIB petrolífero.

Podemos olhar também para as receitas fiscais: em 2009, as receitas fiscais não-petrolíferas representavam 30% das receitas fiscais. Aqui, os valores já não são tão animadores, porque, em 2014, as receitas passaram a representar 31,5% das receitas totais, ou seja, em 2009 a 2014, as receitas não-petrolíferas cresceram 1,5% face as receitas petrolíferas.

A boa nova é que, mais uma vez a partir de 2012, as receitas petrolíferas começaram por decrescer e as não-petrolíferas continuaram a crescer.

No domínio das exportações, em 2009, o peso das exportações não-petrolíferas representavam 3,8% das receitas totais. Chegámos a 2014, em que o peso das exportações não-petrolíferas passou a representar 4,3%. Ou seja: num período de cinco anos elas cresceram apenas 0,5%.

Existem vários instrumentos públicos da governação como o Programa Nacional de Desenvolvimento 2012/2017 e o Programa de Industrialização 2013/2017 e, neste último, estão indicados quais são os sectores prioritários e os eixos de actuação.

Quando olho para os sectores referenciados nos programas e, sobretudo, o enquadramento do Programa de Industrialização, o que vejo é que nestes sectores o que está presente é uma preocupação em substituir as importações pela produção local.

É um bom indicador, mas podemos olhar para o problema de outra forma, porque se está no momento de se fazer uma viragem no paradigma da diversificação da economia, ou seja, temos de passar de um paradigma que é simplesmente de substituição das importações pela produção local, para o novo. O suporte é que o PIE não petrolífero já é superior ao PIE petrolífero, como referimos (62,6% e cresceu 8,2% face ao PIB petrolífero).

O que está em causa neste momento, olhando para a crise que se vive, é que ela é, sobretudo, de carácter cambial e não da economia como tal. Se há uma crise cambial, qual é a mudança do paradigma que trago aqui? Digo que, de alguma forma, temos de olhar para o processo de diversificação num período de 10 a 20 anos e que o paradigma da substituição das importações pela produção local está a ocorrer, tem a sua vida, podemos discutir a velocidade dessa

diversificação, o que é normal e até académica, mas julgo que, neste momento, o que é: diversificação no sentido de aposta nas indústrias que são geradoras de cambiais ou de moeda externa? E há no contexto económico nacional fontes para essas indústrias.

E quais são as indústrias que identifico? Desde logo, a das Pescas, do Gás, da Agro-Indústria, Angola tem a segunda bacia hidrográfica de África e a terceira do Mundo, o Turismo (tem condições naturais como atractivos), a Florestal. Há que complementar, neste Programa de Industrialização 2013/2017, a dimensão da substituição das importações pela produção local, com um novo paradigma que é das indústrias geradoras de meios cambiais ou moeda externa. Essas duas dimensões complementares ajudariam a termos um figurino de um processo de diversificação que pretenderia mais saudável para a economia.

O que se pode discutir também, de forma académica, é sobre qual o ritmo da diversificação da economia. Mas quero ressaltar que existe um documento formal sobre isso. Ela está a ocorrer a um ritmo que conhecemos. Pode ser lento ou rápido, mas pode ser melhorado.

Cláudio Pinheiro

Economista

É preciso definir concretamente que modelo queremos seguir. O modelo de diversificação económica pode assentar, do ponto de vista estratégico, no pressuposto de promoção de exportações. Essa via exige maior abertura da economia ao exterior e fundamentos da própria produção local para então alavancar este sector como sendo um sector produtivo, mas voltado também para a exportação, na medida em que, de alguma forma, a nossa política monetária e cambial é muito arraigada naquilo que é a taxa de câmbio e das reservas internacionais.

Portanto, sendo uma economia importadora, claro que, se temos apenas um sector do enclave e é o maior gerador de receitas, e que larga fatia em divisas se destina para financiar as importações. É preciso que os nossos importadores tomem outra consciência.

Quando se vai fazer pressão à banca local para a satisfação de necessidades de divisas para importar, porque não se faz a reflexão inversa? Porquê que eu não vou, enquanto empresário, agente económico, co-responsável também dos contributos para o crescimento do sector da actividade económica no país, virar as minhas estratégias? É uma boa oportunidade para os empresários repensarem o que

fazem. Ou seja: quando nos voltamos para o modelo centrado na exportação, estamos a falar naqueles em que é necessária eficiência e a produtividade dos factores. E isto requer disciplina, organização, um desafio muito grande por parte dos próprios agentes económicos. E é aí onde é preciso deixarmos de acreditar que, simplesmente, estarmos a exportar matérias-primas; aí é que teremos grandes ganhos? Não! Vamos ter de exportar produtos ou bens acabados com valor acrescentado; produtos finais e não nos concentrarmos só nas matérias-primas.

Como defenderam outros interlocutores que por aqui passaram antes, é preciso caminhar saindo de uma economia focada meramente na exportação de matéria-prima e voltarmos para a produção local de bens e serviços finais de consumo transaccionáveis.

Tudo muito bem! Aproveitamos as receitas petrolíferas para recuperar o tecido ou a infra-estrutura toda que foi degradada durante algum tempo; criamos as centralidades, as vias-férreas; estamos a continuar o processo de alargamento da interligação entre províncias com cobertura nacional, e isso cria um ambiente saudável em termos de recuperação de infra-estruturas. Mas é necessário agora pensar no que vamos continuar a financiar. Vamos para um modelo assente nas exportações? Isso requer afinção dos processos. Ou seja: redefinição das estratégias de negócio por parte do tecido empresarial; definição dos sectores (clusters) que assegurem que na relação de trocas, de preço, custo, produção interna e dos factores sejamos competitivos face a outros produtos do exterior. E colocarmos também lá fora.

Isso vai fazer com que, de alguma forma, haja menos pressão sobre aquilo que são as reservas do Estado e vindas apenas do sector de enclave.

E coloco ainda a seguinte questão: quem são os clientes da banca local hoje? Por aí, pode-se ter noção da carteira dos nossos clientes, pois, maioritariamente, são todos importadores e, muitas vezes, de bens finais. Logo, esse procedimento que é massivo e da carteira dos bancos vai exercer pressão, porque os bancos não têm essas divisas. Recorrem ao banco central que, entre várias outras responsabilidades e finalidades que tem para as suas reservas, tem de dispor uma quantia considerável desses recursos em cambiais para os bancos. E, quando existe uma restrição neste domínio das reservas fruto da redução das reservas do petróleo, é dependente e não temos controlo sobre esta variável logo, temos dificuldades. A banca fica quase que desprotegida, quase que sem soluções para atender os próprios agentes económicos.

Quicá voltarmos para as exportações? Podemos ser geradores de valor acrescentado se começarmos a pensar em produção local não apenas com vista a substituição de importação. Pode ser o ponto de partida numa fase inicial, com as protecções que se pretende. Mas essa protecção tem de ser num curto espaço de tempo, perfeitamente definida, acompanhada e onde haja vantagens competitivas, porque senão vamos continuar com os mesmos problemas.

É preciso definirmos também as condições para se fazer a diversificação, para se fazer negócio, para que os agentes económicos consigam actuar, para termos então um sector mais dinâmico e em ritmos mais acelerados desse crescimento.

### I.13 MAIS DE 100 EXPOSITORES SÃO ESPERADOS NA FEIRA

*Jornal Agora*

*22 De Maio de 2015*

A produção pesqueira do país será exposta numa feira internacional na província de Luanda, em Novembro, onde estão previstos mais de 100 expositores, entre nacionais e estrangeiros, anunciou esta quarta-feira a ministra das Pescas, Victória de Barros Neto.

A Feira Internacional das Pescas e Aquacultura de Angola impulsiona os principais objectivos de promover a introdução de novas técnicas e tecnologias adaptáveis ao processo produtivo pesqueiro e de fortalecer o sistema de investigação científica.

A segunda edição da Feira Internacional das Pescas e da Aquacultura, a acontecer de 26 a 29 de Novembro de 2015, nas instalações da Feira Internacional de Luanda (FI L), decorre sob lema 'Pescas e Aquicultura de Angola, Maré de Oportunidades num Sector em Desenvolvimento'.

O evento conta com países como Noruega, Espanha, Portugal, Polónia, Vietname, Turquia e Brasil. Organizada pelo Ministério das Pescas, a Feira Internacional das Pescas e da Aquacultura tem capacidade para receber quatro mil visitantes, num espaço com cinco mil metros quadrados de exposição.

O Ministério das Pescas pretende mostrar tudo quanto foi feito no sector ao longo dos 40 anos de independência, com destaque para a recuperação dos recursos, a melhoria das infra-estruturas de apoio às pescas, o desenvolvimento da indústria de

processamento e transformação do pescado e sal, o desenvolvimento da aquacultura e a formação de quadros especializados.

## I.14 Mais simplificado processo para investimento privado

*Jornal Agora*

*22 De Maio de 2015*

A medida é vista como inovadora e vai possibilitar a criação de serviços integrados do investimento privado, para projectos de grandes dimensões, mas também traz algumas reservas, nomeadamente o conflito de interesses.

Essa é uma das novas regras introduzidas na nova proposta de Lei do Investimento Privado em Angola.

O ministro da Economia, Abrahão Gourgel, anunciou, recentemente, que o processo de decisão para o investimento privado no país deverá tornar-se mais ágil e o repatriamento de capitais, lucros e dividendos mais expeditos.

Na base da afirmação, o governante aponta a apreciação favorável, na reunião conjunta das comissões Económica e para a Economia Real, ambas do Conselho de Ministros, da Proposta de Revisão da Lei do Investimento Privado, que vai seguir para a Assembleia Nacional.

Abrahão Gourgel disse que o processo de investimento passa, a partir de agora, a ser regulado, tendo-se introduzido "o estabelecimento de sectores prioritários, que são os do Turismo, das Telecomunicações e Tecnologias de Informação, Logística e Transportes, Energia e Águas, bem como o da Construção".

O ministro fez saber, igualmente, que, nestes sectores, "o investidor estrangeiro passa a ser obrigado a ter uma parceria nacional numa percentagem de 35%".

"A nova lei refere que os investimentos até 10 milhões de dólares passam a ser aprovados pelos departamentos ministeriais e que os acima disso serão encaminhados para o titular do poder Executivo", referiu.

Quando à nova Lei do Investimento Privado for aprovada pelo Parlamento, para a actual Agência Nacional para o Investimento Privado (ANIP), será reservado o acompanhamento e a promoção da política interna do investimento.

MAIS POSTOS DE TRABALHO. A nova Lei vai permitir o crescimento dos postos de trabalho. Em Março último, o governante garantiu, num fórum de negócios Angola/Japão, terem sido aprovados 36 projectos de investimento privado, ao abrigo do programa de aceleração da diversificação da economia e espera-se que sejam criados 41 mil postos de trabalho directos nos próximos três anos.

A recuperação da indústria têxtil com o financiamento japonês, segundo o ministro, é considerada 'acelerador' do processo de diversificação da economia.

O total dos investimentos privados que se inserem no programa de aceleração da diversificação da economia, com projectos particulares já programados e outros novos, ascende a 22,7 mil milhões de dólares e envolve sete agrupamentos tidos como prioritários.

É o caso da agricultura, das pescas, do petróleo e gás, da geologia e minas, do turismo, dos transportes e da energia e águas, sendo que "projectos nestas áreas serão tratados pelo Governo como prioritários", salientou o governante.

No processo de diversificação da economia, de acordo com os números transmitidos pelo titular, o peso da agricultura no PII cresceu, entre 2012 e 2014, de 7% para 12", enquanto o sector dos serviços passou de 22% para 27%, no mesmo período.

## I.15 Mais um empréstimo para o país

*Jornal Agora*

*22 De Maio de 2015*

Conforme o despacho presidencial, o Governo vai aumentar para 550 milhões de dólares os empréstimos contraídos junto de uma empresa do Reino Unido, especializada em mercados emergentes.

O documento aprova o aumento de 300 milhões de dólares ao anterior acordo de financiamento com a GemCorp Capital LLP, autorizado por despacho de 5 de Janeiro, então no valor de 250 milhões de dólares, escreve a Lusa.

Esse é um dos vários contractos de financiamento que o Executivo Angolano tem vindo a realizar nos últimos meses, para garantir as necessidades de financiamento para 2015, face à queda das receitas petrolíferas já previstas no actual Orçamento Geral do Estado (OGE).

"Havendo necessidade de reforçar o financiamento de diversos projectos de interesse público,

indispensáveis ao desenvolvimento nacional", lê-se no primeiro despacho em que o Chefe de Estado autorizava acordo inicial com a GemCorp.

A GemCorp Capital LLP, com sede em Londres, foi constituída em Setembro de 2014, tendo por objectivo garantir ou reunir financiamento para investimentos, públicos e privados, em mercados emergentes.

O Governo de Angola tem vindo a contrair empréstimos junto de diversas entidades de Espanha, dos Estados Unidos e da Rússia, bem como do Banco Mundial, a fim de financiar um défice público de 7% do prazo estimado para este ano.

## I.16 Preço dos bens básicos em alta e poder de compra dos clientes cai

*Jornal Agora*

*22 De Maio de 2015*

*Texto: Martins Chambassuco*

Dados divulgados recentemente pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) indicam uma subida notável nos preços dos produtos básicos.

Analisando o comportamento do mercado, em Abril, o INE avança ter havido uma subida de 0,71%, influenciada pelos aumentos no segmento de bens e serviços diversos e na dos transportes, de 1,21 e 1,17%.

Cinco províncias estão no topo da inflação, mas analistas acreditam que a depreciação da moeda nacional (kwanza) pode estar na base desta variação que pode arrasar as economias das famílias.

Luanda (0,85%), Lunda Sul (0,80 %) e Bengo (0,76%) lideram a lista, incluindo Cabinda e Moxico, que tiveram os menores registos de aumentos, com 0,32 e 0,44%, respectivamente.

O INE informa que as classes de bebidas alcoólicas e tabaco variaram 0,88%, enquanto o vestuário e calçado, com 0,83%, também contribuíram para o aumento da inflação no período em referência e as outras classes com notas inferiores em termos de taxas de crescimento, 0,05%.

Relativamente ao Índice de Preços Grossista (IPG), o INE revela ter havido uma variação mensal de 0,73% no mês passado. Comparativamente a 2014, o IPG é de 6,69%, representando uma queda na taxa de inflação de 0,17"10.

A avaliação indica que o referencial continua a ser 2013 e não há subidas notáveis, mas o mercado

paralelo já ressentido estes indicadores da variação da taxa de inflação.

Em Abril, informa o INE, os preços dos produtos feitos em Angola aumentaram 0,53%, comparados com o mês de Março do ano corrente, com destaque para a indústria transformadora que teve o maior aumento 0,61%.

A variação acumulada dos produtos nacionais, de Janeiro a Abril deste ano, foi de 2,30%, com destaque para o balde com 3,32%, sabonete 3,19%, toalha de banho e sifão 2,96%.

IMPORTADOS. O país continua refém aos produtos importados. Em contrapartida, a ministra do Comércio, Rosa Pacavira, avançou que muitos importadores estão com dificuldade de exercer a sua actividade, por falta de divisas e de liquidez nas empresas públicas.

A banca comercial reduziu a venda de divisas e os empresários e distribuidores ressentem esta falta de cambiais no mercado secundário. Aos que conseguem importar e, com as novas medidas aduaneiras, o produto volta a ser vendido a preços astronómicos.

O INE reconhece que os bens importados são mais caros, mas a isto alia-se a reduzida capacidade de produção em grande escala.

No período em análise, de acordo com dados do instituto, os preços dos produtos importados tiveram aumento de 0,78%, em relação aos nacionais.

Os produtos para agricultura, produção animal, caça e silvicultura tiveram um registo de 1,02%, influenciando a subida e os nacionais apenas. A indústria transformadora foi a que mais contribuiu (0,33) para a tendência de subida.

Escalonando os bens importados que tiveram maior aumento, o destaque recai para o milho em grão, 2,99%A.%, pêra 2,56%, laranja 1,52%, flores 1,50%, ginguba 1,30% e tomate 1,27%.

Outros como o alho subiram 1,17%, ovos 0,92%, maçã 0,63%, limão 0,57%, batata rena 0,51%, cenoura 0,41%, grão-de-bico 0,32%, feijão-verde 0,17% e cebola 0,10%.

O INE nota que a variação acumulada de Janeiro a Abril de 2015 foi de 2,49%. A inflação global do mesmo mês e ano foi de 0,73%, sendo a contribuição dos produtos importados a que maior participação teve, com 0,62%, ou seja, cerca de 85%, enquanto a contribuição dos produtos nacionais foi de 0,11 %, o que corresponde a 15% do valor da inflação global.

A cerveja importada, o carapau congelado, os automóveis ligeiros, o frango e o arroz branco agulha estão entre os produtos importados que mais contribuíram para a subida da taxa de inflação.

### 1.17 Salário mínimo. “Fixado em 15 mil kz, esse País é próspero para quem?”

*Jornal Agora*

*22 De Maio de 2015*

*Texto: Júlio Gomes*

O presidente do Grupo Parlamentar do Partido de Renovação Social (PRS), em declarações ao Agora, nesta quinta-feira, 21, manifestou a necessidade de se estabelecer imediatamente o salário mínimo nacional (SMN), ainda que venha a ser implementado a posteriori, num cenário mais calmo, longe da actual crise financeira.

Benedito Daniel diz que, na óptica do seu partido, não existe SMN em Angola, na medida em que este deve ser aquele que permite ao trabalhador não qualificado viver com o seu agregado familiar sem muitos sobressaltos.

Explicando-se melhor, o líder parlamentar fundamenta que o SMN deve permitir que um chefe de família possa pagar as propinas escolares dos filhos e salvaguardar outros interesses da mesma.

"O que existe é uma remuneração mínima que se baseia a nível das empresas. Quer isto dizer que o que um empregado de base auferia na Sonangol, por exemplo, não é o mesmo daquele que está na mesma categoria na Saúde ou na Agricultura. Há uma grande disparidade", notou, acrescentando que "a falta de um salário condigno faz que as pessoas corram para as faculdades apenas à busca de certificado, a fim de aumentar os rendimentos mensais, mesmo sem conhecimentos sólidos", resultando daí a mediocridade de quadros existentes em muitos sectores da vida do país.

Segundo Benedito Manuel, a questão do SMN é séria e deve ser discutida a nível do Parlamento, mas não se esgota por aí, sendo imprescindível o alargamento do debate entre os parceiros sociais. "Não faz sentido que um angolano ganhe 15 mil Kwanzas, quando um cozinheiro brasileiro ou português vence várias vezes mais. Então, este país é próspero para quem?", questionou-se o deputado do PRS, formação política que, no seu programa, já tinha avançado 50 mil Kz como SMN que hoje, em contra partida, com o custo de vida, se manifesta largamente ultrapassado.

O salário mínimo, referiu, deve estar acima de 50 mil Kz. O PRS tinha proposto, igualmente, um subsídio de desemprego, que também não foi tido nem achado pelo Estado.

UMA PROPOSTA DA CASA-CE. A discussão sobre o SMN na Assembleia Nacional (AN) é uma iniciativa da Convergência Ampla de Salvação de Angola (CASA-CE).

O tema foi proposto pelo Grupo Parlamentar da CASA-CE e anuído durante a Conferência de Líderes Parlamentares que definiu também a agenda da 8.1 Reunião Plenária Ordinária da AN, com 12 pontos.

Falando aos jornalistas no princípio do mês, o líder do Grupo Parlamentar da CASA-CE, André Mendes de Carvalho, explicou que a escolha do tema se deve às transformações económicas do país.

De acordo com o parlamentar, esta é uma preocupação dos trabalhadores, sobretudo agora que o preço do petróleo baixou e o Estado retirou a subvenção aos combustíveis.

Para o deputado, é pertinente a discussão à volta da revisão do SMN, daí sugerir que o Estado estude formas de estabelecer nova cifra.

André Mendes de Carvalho indicou que o seu Grupo Parlamentar não tem, para já, uma proposta concreta de SMN, pois está a trabalhar com os parceiros sociais.

Na mesma ocasião, o vice-presidente do Grupo Parlamentar do MPLA, Ferreira Pinto, disse que se justifica a discussão sobre o salário mínimo.

"É um tema actual. Qualquer sociedade deve preocupar-se com o SMN", exprimiu o parlamentar, que prometeu avançar com uma proposta concreta do maioritário à volta do debate que hoje 'aquece' a 'Casa das Leis'.

Na mesma senda, o presidente do Grupo Parlamentar da UNITA, Raul Danda, disse ser pertinente o tema, mas pediu que, neste e noutros debates do género, se façam presentes os auxiliares do Titular do Poder Executivo.

Na sua óptica, só desta forma se podem melhorar a qualidade e os resultados desse exercício democrático no Parlamento, com conclusões e recomendações vinculativas.

Já o presidente da representação da FNIA no Parlamento, Lucas Ngonda, disse que o debate é de suma importância, pois foi aprovada uma nova Lei Geral do Trabalho que não contempla esta questão.

"Esta Lei não abordou a questão do SMN. O salário deve ter critérios que são conhecidos, contemplando a poupança, as férias, as despesas com alimentação", notou Ngonda, para quem "Angola é o país mais caro de África, daí o custo de vida não ser compatível com o salário mínimo".

Considerando o 'subterfúgio' da crise financeira, são aguardados debates interessantes sobre o assunto, para o qual os partidos na oposição pretendem que sejam acompanhados por membros dos departamentos ministeriais correspondentes.

**VISÃO ACADÉMICA.** A especialista em Direito do Trabalho, Josefa Webba, defende que o debate sobre o SMN proposto pela CASA-CE peca apenas por ser tardia.

Abordada recentemente pelo semanário 'O País', Webba acrescenta que "nunca é tarde para se fazerem boas coisas". A jurista insistiu que, independentemente de quem fez, a proposta de debate deve ser aplaudida; mas aconselha os proponentes a fazerem "sugestões concretas, no sentido de que seja tido em consideração daquilo que internacionalmente é exigível".

Webba declarou que Angola nunca teve um SMN, mas sim da função pública que foi sofrendo reajustes, de longe-em-longe, em função do nível de vida que o país foi tendo, estando, actualmente, fixado em cerca de 15 mil Kwanzas.

A também docente da Universidade Agostinho Neto diz não fazer sentido que Angola, sendo um dos países mais caros do mundo, defina aquele valor como SMN.

A jurista considera "humanamente difícil sobreviver com este ordenado, por mais aperto de cinto que os cidadãos trabalhadores façam".

A antiga responsável sindical afirmou, igualmente, que Angola não tem sido "um Estado de bem" por causa desta situação.

Josefa Webba avança, inclusive, que o SMN é abrangente a todas as S pessoas e não apenas à função pública e adverte que a sua não-definição cuidadosa pode acarretar problemas passíveis de desembocar em convulsões sociais dentro de qualquer país.

"É isso que se deveria ter sempre em atenção, a fim de que muitas das convulsões que já aconteceram até agora sub-repticiamente são postas sob capa de que é algo político, mas não é", alertou, sustentando que as pessoas estão, neste momento, com uma indignação,

tal que não precisam de ser mobilizadas por alguém para se revoltarem.

A académica referiu-se à existência de pessoas que estão empregadas, que ganham mal, e outras, subempregadas, que nem sequer estão na sua área de formação e têm de recorrer a outros métodos para poder ganhar aquilo de que precisam para a sua subsistência.

Para ela, a todas estas pessoas se devia definir um SMN, tendo avisado quem de direito para atender à necessidade de se analisar ajuizadamente o problema com base no artigo 160 e seguintes da Lei Geral do Trabalho (LGT), ainda em vigor, "para que de uma vez por todas, se tenha a coragem política, económica, social e, sobretudo, humana de se dar solução a esta situação".

Lembrando que a LGT, ainda em vigor, aprovada em 2000, já comporta a matéria sobre o SMN, lamentou que a mesma não tivesse sido regulamentada para permitir o debate sobre a matéria.

"Isto significa que, se ela fosse sujeita àquela revisão que a AN obrigatoriamente pediu para que fosse regulada, com certeza que este assunto já teria sido solucionado", afirmou Josefa Webba, acrescentando que o facto de a LGT nunca ter sido revista nem regulamentada faz que "muitos assuntos que deveriam ter uma abrangência rápida" do ponto de vista da sua regularização não sejam resolvidos.

Webba destacou que a primeira entidade a chamar a atenção ao Governo sobre esta 'injustiça' foi a Central Geral de Sindicatos Independentes e Livres de Angola (CGSILA), quando propôs para SMN o equivalente a pouco mais de SOO dólares para o nível de vida que já existia no país, na altura.

"Todo o mundo caiu em cima da CGSILA, inclusive colegas afiliados na UNTA", lamentou a fonte, sustentado que, de lá para cá, não houve esforço do Executivo que, em função da regulamentação da Lei, fosse levada em conta a proposta feita.

"Não era crime nenhum vir alguém para dizer a nossa proposta de salário mínimo é esta", afirmou a jurista, avançando que não houve, na altura, ninguém que se dispusesse a analisar a proposta sindical "precedida das necessárias sondagens exigidas pelas convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT)",

As convenções da OIT determinam que nenhum Estado-Membro pode mexer nos salários, sem que tenha, de forma prévia, auscultado os sindicatos, cláusula que nunca foi respeitada por Angola, segundo declarou Josefa Webba, acusando o



Governo de ter, reiteradamente, preferido fazer a análise do salário da função pública, em função do qual algumas pessoas vivem.

Note-se que o salário mínimo está fixado em 15 mil Kwanzas.

Um decreto presidencial de 2014 fixou em cerca de 23 mil Kwanzas o SMN para os ramos do comércio e da indústria extractiva.

No sector dos transportes, dos serviços e das indústrias transformadoras, o valor mínimo mensal é de aproximadamente 19 mil Kwanzas e pouco mais 15 mil para a agricultura.

A acentuada desvalorização da moeda nacional, o Kwanza, o aumento do custo de vida e a baixa do preço do barril de petróleo são as razões suficientes para a presente pressão que a sociedade tem estado a exercer ao Executivo, visando a melhoria do poder de compra dos trabalhadores.

### **I.18 SGSILA. “Reajuste deve ocorrer ao ritmo da subida dos produtos”**

*Jornal Agora*

*22 De Maio de 2015*

*Texto: Ramiro Aleixo*

Para o dirigente da CGSILA, a segunda central sindical que, com a UNTA integra um grupo técnico do Conselho Nacional de Concertação Social, criado com representação tripartida (ou seja, Governo, empregadores e trabalhadores), com representantes de vários ministérios e coordenado pelo Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social, "o reajuste ou a actualização do salário mínimo nacional (SMN) deve ocorrer ao ritmo da taxa de inflação, a fim de se evitarem perdas sobre o salário real".

Para este representante sindical, "ainda se faz necessária a indexação dos salários, ou seja, considerar a inflação indicador/factor viável para o reajustamento do salário em referência, enquanto se vai trabalhando no aprimoramento dos critérios de recolha de dados e de outros indicadores para o cálculo da produtividade, no sentido de permitir que, eventualmente, SMN seja a si indexado".

O ajustamento periódico do SMN, como já demos conta, ocorre mediante o Decreto Presidencial e é de obrigatória aplicação a todos os assalariados urbanos e rurais e, de acordo com o estabelecido, "reflete sobre as exigências do desenvolvimento económico,

os níveis de produtividade e a necessidade de atingir e de manter um alto nível de emprego".

Considerando todos estes factos, David Miqueno argumenta que "podemos, então, compreender que o SMN tem por função social garantir o gasto mínimo para a sobrevivência do trabalhador, face ao custo de vida, e deve ser praticado por qualquer cidadão ou pessoa colectiva, na condição de empregador, quer seja no mercado formal, quer seja no informal".

No entanto, fazendo fé à nossa realidade, David Miqueno dá conta que "os preços se encontram fortemente 'dolarizados' e influenciados pela subida dos combustíveis, desde a compra de um jornal aos produtos de primeira necessidade, até à compra de uma viatura menos confortável, em concessionárias (stands) oficialmente autorizadas".

Em contrapartida, para efeito de tratamento do SMN, David Miqueno referiu que, "a nível do grupo técnico, as discussões estão à volta do cálculo da "produtividade", como o único indicador proposto para o seu reajuste". Para a CGSILA, acrescentou, devem ser considerados dois aspectos em torno desta análise: "a indexação do salário à inflação e a produtividade".

No que se refere ao primeiro aspecto, o secretário-geral-adjunto da CGSILA considera "ser importante salientar que, de facto, o reajuste do salário faz subir também o poder de compra da população, mas, se o aumento dos preços for medido pela taxa de inflação, este reduz, claramente, a sua capacidade para a aquisição dos bens, daí ser necessário avaliar os dois efeitos para se determinar as consequências sobre o salário".

Para ele, a realidade mostra-nos três cenários possíveis: no primeiro, se o salário nominal, onde se inclui o SMN, tiver um aumento superior ao da taxa de inflação, resulta na subida e garantia do salário real; mas, num segundo cenário, se o salário nominal tiver um aumento equivalente ao da taxa de inflação, resulta, como é evidente, na manutenção do salário real; finalmente, no terceiro, se o salário nominal tiver um aumento inferior ao da taxa de inflação, logicamente, o salário real deverá descer, por conseguinte, verificar-se-á a perda do poder de compra".

Sobre o segundo aspecto, o relacionado com a "produtividade", embora se reconheça, de facto, o seu pendor quanto à excelência, David Miqueno, interpretando os argumentos defendidos pela CGSILA, tem por opinião que "ainda não nos parece exequível na nossa realidade, tendo em conta, essencialmente, a insuficiência organizativa e

resistência no fornecimento de dados básicos por parte das empresas para a realização dos possíveis cálculos, assim como a inaplicabilidade de certos indicadores em determinados sectores ou segmentos da economia, enquanto empregadores, para a sua medição".

Quanto à fixação do SMN, David Miqueno considera que "o actual contexto do sector económico, sobretudo a iniciativa da regulamentação do trabalho doméstico, aconselha prudência na determinação de valores nominais, enquanto se vão realizando estudos, consultas, levantamento de casos e dimensão do nível de cobertura, entre outras coisas, com maior profundidade e seriedade".

Em contrapartida, prosseguiu, "não nos sentimos satisfeitos com os valores nominais actualmente fixados (designadamente 15,003,00, no sector da agricultura, 18,754,00, no sector dos transportes, serviços, indústria transformadora, sendo 22,504,50, no sector do comércio e indústria extractiva) por se revelarem desajustados no tempo e no espaço em relação à capacidade aquisitiva de um mínimo necessário que garanta a sobrevivência da pessoa enquanto trabalhadora e sua família".

#### POSIÇÃO DA AIA (REPRESENTANTE DE EMPREGADORES DA INDÚSTRIA)

"Devia-se reduzir a décalage entre o salário mínimo na Agricultura e nas Pescas, aproximando-o do salário médio nacional"

Na nossa ronda sobre esta matéria abordada na Assembleia Nacional. Falámos, igualmente, com o presidente da Associação Industrial de Angola (AIA). José Severino, que, sem rodeios, considerou a questão do salário mínimo um "tema sempre actuante, mormente quando há mudança de diversos factores". E, por isso mesmo, disse mais. "é que, dentro da Concertação Social, há um grupo técnico especializado, do qual fazem parte vários ministérios e é monitorizado o Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, e íntegra as duas centrais sindicais (UNTA e CGCILA), a AIA e a Câmara de Comércio e Indústria".

O presidente da AIA deu-nos conta que "os estudos feitos recomendam, na verdade, neste momento, por diversos factores que ainda não estão suficientemente estabilizados, não mexer no SMN, e esperar para ver como é que a nossa economia se estabiliza, para não haver avanços e depois recuos". Naturalmente que, prosseguiu José Severino, "o SMN é apenas uma referência, mas que faz exponenciar todos os outros, porque, quando se mexe nele, acaba por se mexer em cadeia nos demais".

Mas, em relação a isso, considera que toca mais a Função Pública, "porque, na nossa mecânica patronal, temos um contacto directo com a força de trabalho e aí discute-se e acerta-se casuisticamente".

Infelizmente, deu-nos, ao mesmo tempo, conta, "ainda não há os acordos colectivos de trabalho, mas penso que, neste momento, devemos fazer uma reflexão e ver para onde é que partimos, para não acontecer o que estamos a ver com os combustíveis: aumentam-se os preços e depois é que se faz concertação social". E aí já, como alertou, "há efeitos pejorativos para a economia, como está a acontecer a nível dos taxistas, pois há muitos que, unilateralmente, estão a cobrar mais do que aquilo que está acertado com a Direcção Nacional de Preços e Competitividade".

Sobre o debate na Assembleia Nacional, por iniciativa do grupo parlamentar da CASA-CE, José Severino, tem como "bom que se debata para estruturarmos um pensamento de como faremos uma abordagem: o SMN está diferenciado e será que devemos mantê-lo assim? A maioria das opiniões diz que sim, mas há quem discorde, porque, se é SMN, não devia ser por sectores. Mas está-se a dar algum conforto por exemplo à Agricultura e às Pescas, uma vez que ainda não têm a sua velocidade cruzeiro. Parece recomendar-se ainda a diferenciação, mas, na nossa opinião, devia-se reduzir a décalage. Isto é: o salário mínimo na Agricultura e nas Pescas aproximar-se um bocadinho do salário médio nacional e não continuar a ser um salário residual".

É evidente que, declarou ainda José Severino, "a Agricultura e as Pescas têm um instrumento de defesa, que é o sistema de produção por tarefa e aí é uma questão de discussão entre o empregador e o trabalhador".

Para José Severino, "é sempre pertinente fazer uma abordagem e esperemos que os legisladores tenham, de facto, analisando todos os factores, uma melhor perspectiva da realidade económica nacional, principalmente neste momento e ver qual é a directriz que vamos assumir, enfim .... porque a comissão do SMN é tecnocrata, e a questão política pertence aos legisladores".

## I.19 Sogester investe no Por todo Namibe

*Jornal Agora*

*22 De Maio de 2015*

A Sociedade Gestora de Terminais - Sogester vai investir 21 milhões de dólares no Porto do Namibe, o

terceiro maior de Angola, depois de Luanda e Lobito, para a aquisição de máquinas de cargas e de descargas em veículos pesados.

O anúncio foi feito à saída da formalização de um contrato de investimento privado com a Agência Nacional Para o Investimento Privado (ANIP), no qual foram signatários Maria Luísa Abrantes, presidente da ANIP, e Alexandre Bala, da Toto pela Sogester.

A companhia vai gerir os terminais de cargas do Porto do Namibe, empresa pública, através de uma parceria (Joint venture) com duas empresas priva, das estrangeiras, sendo uma dos Emirados Árabes Unidos e outra da Dinamarca.

A mesma pretende operar mudanças profundas na operacionalidade do Porto do Nartlibe. Além de reabilitar infra-estruturas físicas, quer melhorar os métodos de gestão de recursos disponíveis para a redução de custos e uma maior rentabilização dos meios e é com base nesta visão de negócios que a Empresa Portuária local achou oportuna assinar o acordo de concessão com a Sogester, apesar de a actividade do Porto ser económica, exclusiva do sector público, nos termos da Lei n.º S/02, de 16 de Abril, relativa à delimitação dos sectores de actividade.

Esta instituição, com vasta experiência na gestão de terminais no Porto de Luanda, desde 2007, encontrou, no Namibe, um porto com turnos pouco usuais na gestão actual das empresas portuárias, operando apenas das 7 às 15 horas, o que tornava a produtividade quase nula.

A ANIP é a entidade governamental responsável pela execução da política nacional relativa ao investimento privado, à sua promoção, coordenação e supervisão, criada em 2003.

Todos os contratos privados de negócios a partir de um milhão de dólares norte-americanos (cerca de 100 milhões de kwanzas) devem passar pela ANIP, por força da Lei do Investimento Privado.

## I.20 Uíge abre lojas para comércio de café

*Jornal De Angola*  
22 De Maio de 2015

Lojas de proximidade para comercialização do café abrem em Julho, em todos os municípios do Uíge, disse, ontem, o chefe de departamento comercial da empresa estatal Procafé.

João Ferreira explicou que a decisão é parte do processo de relançamento da produção de café, que absorve parte considerável da força de trabalho desempregada e contribui para o aumento do nível de subsistência dos cafeicultores.

A abertura da loja é dirigida por uma comissão instaladora nacional e abarca todas as províncias em que se produz café e viabiliza a meta de 240 mil toneladas por ano, afirmou João Ferreira.

O ministro da Agricultura garantiu, no princípio do mês, que a produção nacional de café, actualmente situada em 15 mil toneladas por ano, está em fase de recuperação e com boas perspectivas de crescimento, com vários investimentos privados em curso.

Afonso Pedro Canga apontou que a produção de café é assegurada por cerca de 50 mil produtores, dos quais 98 por cento praticam agricultura familiar, o que dá bons indícios do crescimento da produção nos próximos anos.

O secretário-geral da Organização Inter-africana de Café afirmou, recentemente, em Luanda, que Angola pode ter novamente um papel de liderança na produção de café de África. Frederick Kawuama considerou que o cultivo de café é relançado em Angola e são criadas condições para o país retomar a posição de terceiro produtor de África.

Angola assumiu a presidência da Organização Inter-africana de Café em Novembro de 2014, em Campala, Uganda, na 54.ª assembleia-geral anual que juntou os principais produtores de café do continente.

Angola foi o terceiro maior produtor de café até 1973 e o produto contribuiu para a economia na região Noroeste do país, incluindo a província de Uíge.

A produção de café foi devastada por décadas de guerra e o Executivo angolano planeou reactivar o sector do café como parte dos seus esforços para diversificar a economia fortemente dependente da produção e exportação de petróleo.

O investimento requerido para reactivar as plantações de café improdutivas é de 230 milhões de dólares (25 mil milhões de kwanzas), incluindo a abertura de novas estradas para acesso às plantações.

## I.21 Agricultura familiar no Bié é expandida aos municípios

*Jornal de Angola*

27 De Maio de 2015

Texto: Delfina Victorino

O Projecto de Agricultura Familiar Orientado para o Mercado (MO-SAP) aumenta até ao final do ano os apoios às famílias do interior da Província do Bié, com a entrega de materiais agrícolas e de tracção animal, disse, na cidade do Cuito, o coordenador do projecto no Bié, Daniel Júlio referiu que o projecto conta com apoios do Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA), e é executado, num período de três anos, nos municípios do Andulo, Chinguar, Camacupa e Catabola, cuja primeira fase termina em Dezembro.

O responsável esclareceu que o Projecto de Agricultura Familiar Orientado para o Mercado tem como financiadores o Banco Mundial (BM), Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e o Programa de Cooperação e Desenvolvimento do Governo Japonês (PHRD).

O grupo alvo de apoio do Projecto de Agricultura Familiar, Orientado para o Mercado são os agricultores e seus familiares, desde que tenham uma média de área cultivável sem irrigação entre um a dois hectares, com possibilidade de expandir essas áreas para 2,5 hectares. O coordenador provincial do Projecto de Agricultura Familiar Orientado para o Mercado afirmou que, desde o ano 2011, cerca de 3.400 famílias camponesas da Província do Bié beneficiaram de diversos equipamentos agrícolas, com o objectivo de aumentar a produção.

Daniel Júlio esclareceu que os beneficiários foram apoiados com animais de tracção, semeadores, charruas, fertilizantes, bem como formação e formação dos grupos envolvidos na gestão técnica de cultivo.

## I.22 A propósito do Salário Mínimo Nacional

*Jornal O PAÍS*

29 De Maio de 2015

Texto: José Matuta Cuato

Na sexta-feira 22, o Parlamento Angolano tinha agendado o debate mensal sobre o Salário Mínimo Nacional que foi proposto pela CASA CE, mas infelizmente não se realizou porque os Partidos da oposição decidiram inviabilizá-lo, alegadamente, porque o mesmo devia ser transmitido em directo

pelos Órgãos de Comunicação Social! Ou trata-se de falta argumentos por parte da oposição, ou de falta seriedade!... Digo isso porque afinal de contas, os debates no nosso parlamento não são transmitidos em directo!

Por aqui se vê que há argumentos sérios para se debater à volta do salário mínimo, principalmente quando o país vive uma crise como consequência da baixa do preço do barril de petróleo no Mercado internacional, e quando a taxa de desemprego anda à volta do 26 % salário mínimo é o menor salário que uma empresa pode pagar para um funcionário. É estabelecido por lei e a sua criação é feita com base no valor mínimo que uma pessoa gasta para garantir a sua sobrevivência. Mais do que um instrumento regulador das relações de trabalho, o salário mínimo existe por um imperativo de dignidade e é um instrumento importante de combate à pobreza e de justiça social, porquanto garante a todos os trabalhadores de um determinado sector de actividade, ou mesmo do país, um nível mínimo de salário, ou se quisermos, de rendimento abaixo do qual nenhum empregador deve praticar.

Os primeiros países que adoptaram o salário mínimo nacional, aplicaram - no por sectores de actividades e pouco a pouco unificaram-no, mas ainda hoje, a experiência recomenda a sua aplicação diferenciada e por sectores de actividade, tendo em conta a realidade de cada país. Em Angola o Decreto Presidencial nº 128/12, de 08 de Junho faz um reajuste aos valores do salário mínimo nacional, sendo KZ 17.781,50 (aproximadamente, USD 186,00 para comércio e indústria extractiva; KZ 14.817,90 (aproximadamente USD 155,00) para transportes, serviços, e indústria transformadora e - KZ 11.854,30 (aproximadamente, USD 124,00) para a agricultura. Como forma de manutenção da empregabilidade no país, este diploma confere às empresas que encontrem dificuldades na aplicação de valores salariais estabelecidos, a possibilidade de requerer à Direcção Provincial da Administração Pública, Emprego e Segurança Social, autorização para aplicação de valores de salários diferentes, mediante a apresentação de documentos justificativos da situação económica e financeira da empresa que determinam a incapacidade temporária da empresa.

Infelizmente, apesar do valor mínimo ser estabelecido por lei, vários trabalhadores não recebem nem um terço do valor do salário mínimo, isso se deve a exploração feita por alguns empregadores e que o Estado deve combater com veemência.

Actualmente, as famílias Angolanas enfrentam uma perda no poder de compra como resultado da subida

de preços, sendo pois recomendável a negociação da subida do salário mínimo nacional.

E que o processo de negociação do salário mínimo do sector público seja separado do sector privado tendo em conta que em muitas empresas privadas os trabalhadores auferem salários muito acima do salário mínimo nacional.

O critério da subida do salário mínimo nacional deve basear-se na inflação, no custo da cesta básica e numa fracção dos ganhos de produtividade a negociar em sede da concertação social, isto é, a subida deve ser gradual, ajustada à inflação e o valor actual não se ajusta ao custo da cesta básica.

Ajustar salário mínimo nacional seria uma medida economicamente sensata, porque um pequeno aumento no salário dos trabalhadores com menores rendimentos tem impacto directo na economia, visto que esse aumento de rendimento é utilizado em bens e serviços que criam emprego. Por isso, aumentar o salário mínimo é uma necessidade salutar para dinamizar a própria economia nacional.

### **I.23 Segurança alimentar. Angola atinge e ultrapassa Objectivos do Milénio da ONU contra fome**

*Jornal Agora*

*29 De Maio de 2015*

*Texto: Sérgio Soares*

Os angolanos podem ficar orgulhosos com as informações reveladas pelo último relatório da Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO) das Nações Unidas sobre 'O Estado da Insegurança Alimentar no Mundo'. O documento revela a dimensão da fome e da malnutrição em todo o planeta, onde mais de uma em cada quatro pessoas passa fome em 20 países em todo o mundo.

Na África subsaariana, calcula-se que menos de uma em cada quatro pessoas, ou seja, 23,2 % da população, está subalimentada. Esta prevalência da subalimentação, que equivale aproximadamente a 220 milhões de pessoas famintas (período 2014-16), é a mais alta de todas as regiões e a segunda maior em termos absolutos. De facto, o número de pessoas famintas aumentou 44 milhões entre 1990-92 e 2014-15.

É neste contexto que Angola, segundo a FAO, se apresenta como um caso de sucesso, e fica colocada em I.O lugar neste combate à fome em África.

São Tomé e Príncipe, outro país lusófono, também se apresenta com boa prestação no ranking desta luta contra a fome.

Mesmo assim, em Angola, cerca de 3,2 milhões de pessoas sofrem de desnutrição, o que representa uma diminuição de 52,1% em relação aos 6,8 milhões de 1990.

Apesar dos avanços registados, as estatísticas indicam que 14% angolanos ainda experimentam dificuldades no acesso a alimentos.

Em São Tomé e Príncipe, o número de desnutridos sempre se manteve inferior a 100 mil pessoas, e terá diminuído 51,4% neste período. Actualmente, a percentagem de são-tomenses que ainda passa fome é de 6,6%.

"Na costa atlântica de África, há países como Angola e Cabo Verde que fizeram progressos notáveis nos últimos anos. Alguns que foram destruídos pela guerra civil, como é o caso do território angolano, recuperaram e utilizaram os recursos da produção mineral, entre eles, o petróleo, para promover o desenvolvimento, inclusive, o desenvolvimento rural", diz o director-geral da FAO, o brasileiro José Graciano da Silva.

MENOS 800 MILHÕES DE FAMINTOS. O relatório sobre o estado da insegurança alimentar mundial de 2015 nota que melhorias verificadas na agricultura, o crescimento económico e a protecção social foram as principais razões para a queda do número de famintos no planeta.

Segundo as agências das Nações Unidas envolvidas, o número de famintos em todo o mundo caiu para menos de 800 milhões, menos 10 do que no ano anterior.

A redução de 216 milhões de famintos a nível mundial, entre 1990 e 2015, foi um facto notável, dado que, no mesmo período, a população aumentou 1,9 mil milhões, segundo a FAO.

O relatório da FAO mostra que, actualmente, 795 milhões de pessoas sofrem de malnutrição em todo o planeta.

Os dados divulgados pela FAO na terça-feira, em Roma, representam melhoria em relação aos números de há 25 anos, quando mil milhões de pessoas sofriam de malnutrição no planeta.

Segundo a FAO, registaram-se progressos notáveis na América Latina, Caraíbas, Sudoeste Asiático e Ásia Central.

Apesar da diminuição dos casos de malnutrição, o relatório sublinha que muitos países africanos continuam a enfrentar severas crises alimentares.

A FAO constata que a maioria dos estados acompanhados - 72 entre 129 - atingiram os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio de "redução para a metade da prevalência de malnutridos até 2015", enquanto outros 29 países atingiram o objectivo proposto pela Cimeira Mundial para a Alimentação de 1996 de "reduzir para metade o número absoluto de pessoas malnutridas até 2015".

Angola também aqui atingiu essa meta e aqui figura no primeiro lugar em África.

FOME ZERO. O director-geral da FAO diz que "o facto de quase terem sido atingidos os objectivos mostra que podemos eliminar o espectro da fome ainda durante a nossa vida".

"Temos de ser a geração Zero Fome. Essa meta deve ser introduzi da em todas as políticas e inscrita no coração da nova agenda de desenvolvimento sustentável a estabelecer este ano", sublinhou.

Em 20 nações, ainda existe desnutrição crónica que chega a atingir um quarto da respectiva população.

O país mais afectado é o Haiti, onde mais de metade da sua população sofre disso.

O Haiti ainda não se refez do impacto brutal de um terramoto que destruiu a capital, Port-au-Prince, em 2010, no qual 160 mil pessoas perderam a vida e 1,5 milhões se viram na situação de desalojados.

A FAO afirma que uma vasta gama de factores afectou os esforços de combate à fome nas regiões em desenvolvimento, um pouco por todo o mundo, sublinhando que condições atmosféricas extremas, desastres naturais, instabilidade política e revoltas sociais impediram qualquer progresso neste domínio.

Em África, há mais de 220 milhões de pessoas subalimentadas, o que representa 23.2% da população do continente. Esta é a mais alta taxa de prevalência de qualquer região do mundo. Hoje, vinte e quatro países africanos enfrentam crises alimentares, o dobro do que se passava em 1990.

MÉDIO ORIENTE NÃO CORRESPONDE. "Temos algumas regiões que definitivamente ficaram para trás: os países do Médio Oriente que estão em conflito (Síria, Iraque e Iémen), e a África Central Subsaariana, são as regiões que concentram a fome no mundo", destacou José Graziano da Silva.

O problema da fome não é simples: alimentos de qualidade garantem uma boa nutrição, alimentos em quantidade suficiente determinam a segurança alimentar.

Esta distinção explica a diferença entre a luta contra a fome e os esforços para garantir uma alimentação que tenha os nutrientes essenciais para o ser humano.

## I.24 Parceria europeia impulsiona a produção

*Jornal de Angola*

*15 De Maio de 2015*

*Texto: Estanislau Costa*

A lavoura de dezenas de hectares de terras aráveis nas zonas rurais da província da Huíla ganhou novo impulso com o Início na região do Projecto de Fortalecimento da Resiliência da Agricultura Familiar no país, numa parceria entre o Governo angolano e a União Europeia.

O projecto do Executivo angolano fortalece a produção agrícola nas famílias das zonas rurais, com a introdução de tecnologias adaptadas às alterações climáticas para garantir maior informação sobre a temperatura e a humidade.

Orçado em 21 O milhões de euros, Programa de Fortalecimento da Resiliência da Agricultura Familiar em Angola contempla a distribuição de instrumentos de trabalho, sementes, fertilizantes e gado para tracção animal aos produtores das províncias do Huambo, Cunene, Namibe e Huíla. O Jornal de Angola apurou que a acção beneficia mais de cinco milhões de pessoas das zonas rurais e urbanas.

A responsável das finanças e contratos da Delegação da União Europeia em Angola, Guadalupe Cortez Pereira, anunciou durante a visita que efectuou à cidade do Lubango que o referido projecto abrange também os ensinos técnico-profissional e superior, agricultura, água e saneamento básico.

A vice-governadora para o sector Político e Social, Maria João Chipalavela, defendeu que o financiamento da União Europeia contribui para a execução de acções de âmbito socioeconómico, de modo a reforçar o Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza.

Na província da Huíla, as cooperativas agrícolas, compostas por 250.301 famílias, e grandes agricultores lavraram na primeira época produtiva acima de 605 mil hectares de terras aráveis.

A actividade agrícola foi auxiliada com a entrega de sementes e meios de trabalho.

Boas colheitas

Os agricultores prevêem boas colheitas, tendo em conta a regularidade das chuvas registadas na maior parte das zonas produtivas da província da Huíla. O agricultor João Francisco, da Associação Agrícola de Camponeses de Mbembele da Ponte, arredores da Matala, confirma que se perspectivam grandes colheitas, principalmente de milho, massango, massambala, feijão e ginguba.

João Francisco afirmou que a execução do Programa de Aquisição de Produtos Agropecuários (papagro) facilita a actividade dos pequenos e grandes agricultores.

Os camponeses da região produziram mais de 100 hectares de milho, massango, massambala, feijão e hortícolas diversas. “Vamos levar tudo para o desvio do Quilómetro 42, onde se encontram as instalações do papagro”, afirmou o agricultor João Francisco.

Os novos armazéns comunitários, entregues pelo Governo Provincial da Huíla aos habitantes de várias povoações, e os silos dos municípios da Matala, Cuvango, Caconda, Caluquembe e Lubango, favorecem o armazenamento e a conservação de enormes quantidades de produtos do campo.

O agricultor António Calonga explicou que está, neste momento, solucionada a questão da conservação e dos locais de referência de comercialização de bens agrícolas.

“Estamos a guardar os cereais nos armazéns comunitários e por isso não é necessário ter pressa na comercialização”, disse.

## I.25 Vítimas da seca beneficiam de ajuda

*Jornal de Angola*  
1 De Junho de 2015

Mais de três mil toneladas de produto diverso estão a ser distribuídos, no âmbito do Programa Integrado de Combate à Pobreza, às famílias de Menongue afectadas pela seca, confirmou, ao Jorna/ de Angola/a o administrador municipal.

Os bens, distribuídos pela Direcção Provincial da Assistência e Reinserção Social em coordenação com a Administração Municipal, são essencialmente arroz, conservas de atum e sardinha, sal, fuba de milho,

roupas usadas, cobertores, calçado e peças de panos. O administrador municipal, Miguel Popular, referiu ao jornal de Angola que foi dada atenção especial as comunas onde a seca os casos da Jamba Cueio, Caiundo e missombo.

As pessoas da comunidade khoisan têm tratamento específico por serem nómadas, segundo o administrador Miguel popular.

## I.26 Angola Investe com '72 mil milhões para agro-indústria

*Novo Jornal*  
29 De Maio de 2015

O PROGRAMA do governo denominado "Angola Investe" já tem cerca de 72 mil milhões de Kwanzas para financiar 392 projectos aprovados em 17 províncias do país, com excepção do Cunene.

Para o lançamento do programa, uma equipa do governo central, composta pelos ministros da Economia, Abraão Gourgél e da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Afonso Pedro Canga esteve a trabalhar na Kibala.

A fazenda Santo António foi o local escolhido pela equipa do governo que contou também com as presenças do governador do Kwanza-Sul, Eusébio Teixeira, dos empresários Fernando Teles, do Banco BIC Angola, e Pedro da Silva de Matos da Euroeste de Portugal.

O empresário e bancário Fernando Teles, co-proprietário da fazenda, disse ser possível realizar a

agro-indústria em Angola desde que haja vontade e o querer fazer, para a redução das importações e consequentemente a redução dos baixos índices que a economia do país regista nos últimos tempos, Mas para tal é necessário correr alguns riscos:

"Nós estamos a mostrar que é possível fazer com juros bonificados através do Angola Investe, com o apoio do Banco BIC e sem garantias do Estado".

Segundo ele aquilo que estão consiste em provar que a agro-indústria é possível no país, sendo que daqui a um ano, haverá dois mil hectares plantados.

"Neste momento temos 515 hectares irrigados. Teremos uma fábrica de ração, outra de tuba, 800 porcas a produzir, numa proporção de cerca de 20 mil porcas/ano, contamos fornecer matéria-prima

para que haja produção de galinhas e engorda de novilhos", afirmou.

O responsável do programa "Angola Investe" e consultor do ministro da Economia, Licínio de Freitas Vaz Contreiras, respondendo aos desafios dos empresários do ramo agrícola e pecuário referiu que neste momento que o programa Angola Investe conta com cerca de 392 projectos aprovados e com cerca de 72 mil milhões de kwanzas de crédito disponibilizados.

"Em termos de emprego, contribuimos com cerca de 54 mil postos de trabalho em todos os sectores, nomeadamente na agricultura, indústria transformadora e sector de materiais de construção", acentuou.

"À excepção da província do Cunene, onde ainda não temos nenhum projecto aprovado até ao momento a nossa preocupação, neste momento de crise e de dificuldades financeiras, sobretudo em recursos cambiais, é acelerar a substituição de importações, mediante a produção interna, principalmente aquela produção de consumo massivo para a população.

O sector de ovos e frangos, o sector do leite eleitos como sectores que complementam a cadeia do fornecimento de rações a partir do milho que muito contribui para alimentar a suinicultura, bovinicultura e também avicultura também figura entre as prioridades.

Por sua vez, o governador do Kwanza-Sul disse que o projecto para além de ser importante na produção de cereais e de carnes, também abrange a população como envolvente na garantia das suas condições de vida.

Para Eusébio Teixeira, a fazenda Santo António situa-se entre as grandes fazendas da região no corredor n01 no desenvolvimento dos cereais na província do Kwanza-Sul. "É ponto assente que a província está posicionada nas que mais cereais produzem no país", afirmou o governante para quem o desenvolvimento da produção será feito nas grandes fazendas para permitir a redução de importação de cereais.

## I.27 Fundo de Apoio Social investe em projectos

*Jornal de Angola*

*29 De Maio de 2015*

O Fundo de Apoio Social (FAS) investe 32 milhões de dólares e 30 milhões de euros em projectos em todas as províncias até ao ano de 2018, anunciou, no Uíge, o director-geral da instituição.

Santinho Figueira esclareceu que os montantes destinados à construção de infra-estruturas sociais básicas, como escolas e postos de saúde, formação de quadros da administração local, elaboração de perfis de desenvolvimento municipais e na diversificação da economia nas localidades, foram disponibilizados pelo Governo angolano, Banco Mundial e União Europeia. O Executivo e o Banco Mundial contribuíram cada com 16 milhões de dólares, para projectos nas províncias do Uíge, Cuando Cubango, Cuanza Norte e Zaire, até 2017, enquanto a União Europeia alocou 30 milhões de euros para apoiar projectos nas restantes províncias do país, até 2018. "As acções e as áreas de execução estão já identificadas". Disse.

## I.28 Famílias camponesas beneficiaram de apoio

*Jornal de Angola*

*28 De Maio de 2015*

*Texto: Marcelino Dumbo*

Famílias camponesas dos municípios do Bailundo, Londuimbali e Mungo, num total de 3.269, beneficiam de inputs agrícolas, com vista a aumentar as áreas de cultivo e garantir a segurança alimentar, no quadro do programa do Governo de luta contra a pobreza, em parceria com a ONG Mosap.



O vice-governador do Huambo para o Sector Económico, Joaquim Rodrigues da Conceição, afirmou que a agricultura familiar orientada para o mercado constitui um plano do Governo implementado em 25 comunas de 12 municípios seleccionados nas províncias do Bié,

Malanje e Huambo, onde a primeira fase do projecto permitiu garantirem o fomento de pequenos negócios e melhorar as condições de vida das famílias vulneráveis nas comunas do Bailundo, Londuimbali, Mungo, Lunge e Alto Hama.

O director provincial da Agricultura, Emitério Tiago, sublinhou que o projecto comporta três componentes interligadas, sendo a capacitação, apoio ao investimento agrícola e gestão de projectos as principais acções em execução desde 2013. Emitério Tiago disse que 86 subprojectos de apoio ao investimento agrícola estão a ser financiados pelo Executivo angolano e pelo Banco Mundial.

## **I.29 Angola tem bons resultados no combate à fome**

*Jornal de Angola*  
29 De Maio de 2015

Angola e São Tomé e Príncipe foram dos países que mais progressos fizeram no combate à fome ao reduzir para metade o número de pessoas subalimentadas desde 1990-1992, revelou a última edição do relatório da ONU "O Estado da Insegurança Alimentar no Mundo 2015".

Os dois países estão no grupo de 29 países que conseguiram atingir ambas as metas dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) de reduzir para metade a prevalência de desnutrição até 2015 e da Cimeira Mundial da Alimentação de 1996, quando os governos se comprometeram a reduzir para metade o número absoluto de pessoas subnutridas até 2015.

Em Angola, estima-se que 3,2 milhões de pessoas tenham falta de alimentos, menos 52,1 por cento do que os 6,8 milhões de 1990-1992, enquanto em São Tomé e Príncipe, onde o número de malnutridos sempre foi inferior a 100 mil pessoas, o número caiu 51,4 por cento no mesmo período.

Já a proporção de subnutridas na população total é, respectivamente, de 14,2 por cento e 6,6 por cento. Moçambique está entre os 31 países que apenas cumpriu os ODM de reduzir a proporção de pessoas no total da população com fome para metade, cujo número se estima em 6,9 milhões, menos 12,3 por

cento do que os 7,8 milhões de 1990-1992. Cabo Verde, onde o número de pessoas subalimentadas também foi sempre inferior a 100 mil, ficou, tal como outros nove países, perto de atingir esta meta, tendo registado uma queda de 17,5 por cento desde 1990-1992. Timor Leste, que se comprometeu recentemente a reforçar o combate à fome, registou no mesmo período uma redução de apenas dez por cento, para cerca de 300 mil pessoas subnutridas. Na Guiné-bissau, a evolução tem sido no sentido contrário, tendo a falta de alimentos crescido 53,6 por cento nos últimos 20 anos, afectando cerca de 400 mil pessoas, apesar de a proporção de subnutridas na população total ter decrescido.

O relatório da ONU "O Estado da Insegurança Alimentar no Mundo 2015", que monitoriza 129 países, estima que caiu para 795 milhões o número de pessoas com fome no mundo, menos dez milhões de pessoas que em 2014 e menos 167 milhões que na década passada.

A situação melhorou nas regiões em desenvolvimento, onde a taxa de subnutrição - que mede a proporção de pessoas incapazes de consumir alimentos suficientes para uma vida activa e saudável diminuiu para 12,9 por cento da população, contra 23,3 por cento há 25 anos atrás.

Ainda assim, na África Subsaariana, 23,2 por cento dos habitantes passam fome e 24 países africanos enfrentam crises alimentares, o dobro em relação a 1990, indica o relatório, publicado pelo Fundo de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO), Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e Programa Alimentar Mundial (PAM).

## **I.30 Iniciativa agrícola vai beneficiar mais de sete mil ex-militares**

*Jornal Grandes Notícias*  
29 De Maio de 2015

Cerca de sete mil quatrocentos e quarenta e cinco ex-militares vão beneficiar, este ano, de kits profissionais e hectares de terras aráveis na província do Kuanza Sul com o objectivo de melhorar as condições de vida e dos seus dependentes.

A informação foi avançada nesta semana pelo Governador do Kuanza Sul, Eusébio de Brito, quando falava aos responsáveis de distintos departamentos provinciais, no quadro da sua visita de trabalhos aos municípios do interior.

"C entramos a nossa atenção no domínio do reassentamento dos ex -militares que devem beneficiar de cinco mil iniciativas agrícolas e três mil 663 kits profissionais para o aumento de seus rendimentos e de seus dependentes e a preparação de hectares de terras aráveis': sublinhou o governante.

O governante disse ser pretensão do governo do Kuanza Sul o reforço de iniciativas a pequenos agricultores suportados por associações e cooperativas, bem como outras iniciativas de reintegração socioprofissional dos ex - militares.

### 1.31 Mulheres processadoras de pescado na luta contra pobreza

*Jornal Agora*

*29 De Maio de 2015*

*Texto: Júlio Gomes*

"Aí onde o povo grita, onde clama, temos de lá ir atender às suas preocupações. É ali onde deve ser encaminhada a nossa acção", estas palavras do Presidente da República foram citadas pela ministra das Pescas, Victória de Barros Neto, no N'zeto, por ocasião da visita de trabalho que marcou o arranque do programa de micro-crédito que deverá abarcar 188 mulheres da província do Zaire.

O objectivo desta iniciativa do Ministério das Pescas (MINPESCAS), levada a cabo através do Instituto de Desenvolvimento da Pesca Artesanal e da Aquicultura, visa potenciar as beneficiárias que, deste modo, acabam por reforçar e melhorar a sua actividade, aumentando os rendimentos numa perspectiva de combater a fome e a pobreza. O micro-crédito é reembolsável num horizonte de seis meses e, na base da rotatividade, pretende-se abarcar um número cada vez maior de senhoras.

"O micro-crédito, como a palavra diz, não é uma oferta. É um empréstimo", qualificou Victória de Barros, esperançada de que, com isso, venha a aumentar a oferta de peixe seco de qualidade, e que as beneficiárias ganhem dinheiro para pagar o 'kilapi', mas, ao mesmo tempo, melhorar os rendimentos e a sua qualidade de vida.

O programa de micro-crédito que já funciona noutros pontos piscatórios do país, como Buraco e Cabo Ledo, em Luanda, ou no Tombwa, no Namibe, prevê também acções de formação.

No N'zeto, a pesca artesanal captura peixe fresco de muito boa qualidade, incluindo crustáceos e bivalves. O peixe seco da costa daquele município da província do Zaire também é dos melhores. Mas, juntar o útil

ao agradável e serem bem explorados os recursos do mar passa pela melhoria das condições de trabalho dos pescadores, bem como pelo escoamento do produto para as grandes superfícies comerciais de Luanda e não só...

Foi por isso que a jornada de trabalho da ministra das Pescas incluiu a entrega de algumas embarcações novas, entre elas, uma moderna e apetrechada lancha de busca e salvamento, equipamentos de pesca, bem como a imposição da primeira madeira, para a construção de uma ponte-cais para o carregamento e descarregamento de pescado.

As obras a cargo da empreiteira Dourado, a mesma contratada para a construção de outras infra-estruturas do género no Namibe, entre outras, não foram quantificadas. Fonte da construtora resumiu ao Agora que "não é ético falar de números".

Ético ou não, os pescadores querem ver e tocar na ponte cais que será erguida com recurso ao eucalipto vermelho, de acordo com a nossa fonte, permitindo que o pescado seja manuseado em condições higiénicas e, por isso, mais saudáveis.

As mulheres processadoras de pescado manifestaram-se satisfeitas com a iniciativa do MINPESCAS, que reconhece o seu trabalho de processamento de peixe seco, bem como do empenho dos pescadores.

"Congratulamo-nos com as condições criadas para a capacitação técnica e financeira. Este apoio monetário dar-nos-á a possibilidade de criar as melhores formas de trabalho e desenvolver a produção e os produtos processados. Temos consciência da utilidade deste micro-crédito, garantimos aumentar a produção de peixe seco para as grandes superfícies comerciais e o reembolso nos prazos estabelecidos", o pronunciamento é das mulheres processadoras de peixe do N'zeto, em representação da província do Zaire, quando respondiam à acção do Ministério de tutela.

Os ciclos de formação a que se propõe o MINPESCAS têm a ver, igualmente, com o desenvolvimento da aquicultura e da maricultura. "Vamos ensinar como se faz a criação de peixe, quer nos rios e lagoas, quer no mar", garantiu Victória de Barros, acrescentando que a pesca naquele ponto do país é "extremamente importante", na medida em que "ocupa muitas pessoas e é a base de rendimento de várias famílias".

Na verdade, a agricultura tem fraca expressão no N'zeto e é em virtude disso que, a par da pesca, as autoridades da província gizaram um projecto que, a

ser concretizado, transformará o município num atraente pólo turístico de alto nível.

O desenvolvimento do turismo visa diversificar a economia local, impedindo que os jovens fujam para outros pontos do país, à busca de formação e de oportunidades de emprego.

Por causa das fraquezas económicas e sociais existentes, o Nzeto hoje (para quem chega pela primeira vez) parece parado no tempo e no espaço. Mas há obras que poderão, a breve trecho, mudar a imagem desta vila. E o próprio governador provincial, Joanes André, dá mostras de ser uma figura muito preocupada com o desenvolvimento das localidades da província que dirige. Pode ser das pessoas que preferem falar menos e mostrar resultados.

Por isso, se o programa do turismo ainda está no papel, o da melhoria da estrada, pelo menos do desvio da Barra do Dande - província do Bengo - ao Nzeto está impecável, ou da gigantesca ponte sobre o rio Mbridge, já são uma realidade. A ponte dupla (com duas faixas de rodagem cada) tem 800 metros de comprimento e 16 de largura. Foi erguida pela construtora Mota-Engil e é uma obra de arte, feita a pensar no futuro. É de fácil manutenção, podendo suportar sismo de grande magnitude.

Logo que entre em funcionamento, viajar de Luanda para o vizinho município petrolífero do Soyo será então mais fácil, obviamente, passando por Nzeto. A juntar-se a estas acções, está a projecção de uma estrada circular. Pensa-se que esta permitirá o desafogamento do tráfego auto-móvel numa possível expansão urbana do município, evitando-se os erros de Luanda, a capital do país que parece já não ter solução para os intermináveis engarrafamentos.

No Nzeto, tal como no resto da província do Zaire, não se deve falar apenas da pesca, do turismo, em virtude de a agricultura também ser possível, tendo em conta os solos praticamente virgens e chuvas regulares que permitem o cultivo não só de fruteiras, como também de tubérculos CORIO a batata-doce, a mandioca ou os cereais e leguminosas como o milho e o feijão.

A poucos metros da vila, ergue-se um campo com numerosas naves brancas. É uma fazenda que produz milho, tomate e pimento em estufa. A mesma infraestrutura incorpora uma moageira de processamento de farinha de bombó que pode chegar a mercado em embalagens de alta qualidade. Mas é apenas um pólo agrícola que emprega alguma força de trabalho, na sua maioria mulheres, mas o município e a província no seu todo necessitam de mais lavras, quintas e

fazendas para diversificar a dieta e as fontes de receitas e promover o assentamento humano.

## I.32 Custo de vida em Angola voltou a aumentar em Abril

*Jornal Expansão*  
15 De Maio de 2015

O custo de vida em Luanda, que serve de referência para se determinar o nível de inflação no País, aumentou 8,23% em Abril, mais 1,01 pontos percentuais (p.p) face ao mesmo mês de 2014, em que foi de 7,22%, de acordo com dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE), na sua Folha de Informação Rápida.

Desde o início do, a inflação tem tido uma tendência de crescimento. Em Janeiro, fixou-se em 7,44%, passou para 7,73% em Fevereiro, subiu para 7,87% em Março e, em Abril, avançou para 8,23%. Os níveis da subida de inflação avançados pelo INE não condizem, aparentemente, com os do aumento dos preços dos principais produtos que compõem a cesta básica.

Em termos mensais - Março a Abril, o IPC de Luanda determinado pelo INE, que considera como período base Dezembro de 2014, indica que os preços variaram 0,85%.

A instituição refere que a classe "Bens e Serviços Diversos" foram a que registou o maior aumento de preços, com 1,69%. Destacam-se ainda os aumentos dos preços verificados nas classes 'Transportes', com 1,21%; 'Hotéis, Cafés e Restaurantes', com 1,11%; e 'Vestuário e Calçado', com 1,06%.

A classe 'Alimentação e Bebidas não Alcoólicas' - a que mais pesa no orçamento das famílias - foi a que mais contribuiu para o aumento do nível geral de preços em Luanda, seguida de 'Bens e Serviços Diversos', 'Transportes' e 'Vestuário e Calçado'.

O quadro com a taxa de variação do IPC por classes de consumo apresentado pelo INE mostra que, das 12 classes, cinco têm uma taxa de um dígito ('Bebidas Alcoólicas e Tabaco'; 'Vestuário e Calçado'; 'Transportes'; 'Hotéis, Cafés e Restaurantes'; 'Bens e Serviços Diversos'). As restantes tiveram variações inferiores à unidade. A classe 'Comunicações' não registou variação durante o mês em análise.

### I.33 Governo constrói infra-estruturas sociais

*Jornal De Angola*

*5 De Maio de 2015*

*Texto: Justino Vitorino*

O vice-governador do Huambo para o Sector Económico, Joaquim Rodrigues da Conceição, disse que o Governo da província e os seus parceiros sociais continuam a envidar esforços no sentido de construir mais infra-estruturas sociais e melhorar a vida da população.

Joaquim Rodrigues falava durante o acto que marcou o lançamento da primeira pedra para a construção de infra-estruturas na aldeia de Cassupi, na comuna da Calenga, município da Caála, tendo recomendado aos administradores uma rigorosa execução financeira para o cumprimento dos programas e objectivos traçados.

Trata-se de duas escolas com sete salas de aulas cada, dois postos de saúde e a construção de duas residências para técnicos da educação e saúde. Apontou o programa da criação de parques industriais e municipais para o sucesso do Programa de Combate à Pobreza, e chamou a atenção para a necessidade da apresentação de acções viáveis, que se coadunem com a estratégica do Executivo.

O administrador municipal da Caála, Victor Tchissingui, reconheceu que o Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza está a proporcionar bem-estar a milhares de habitantes da circunscrição. Informou que do programa constam a reabilitação de várias infra-estruturas sociais, o melhoramento do fornecimento de energia eléctrica, fornecimento de água potável e o aumento dos serviços sociais básicos.

Victor Tchissingui afirmou que diversas obras de impacto social já foram executadas desde o início do programa, como a construção de escolas com seis salas de aulas cada, centros e postos de saúde, casas para os técnicos, melhoramento das vias de comunicação, parques infantis, campos polivalentes, sistemas de captação e distribuição de água potável e de energia eléctrica.

Está a ser construída uma nova administração na comuna da Calenga, uma esquadra policial e a recuperação das pontes nas aldeias de Cassupi II, Sanzala Mota, Ngolo e no sector de Mandele.

Para este ano, referiu, começam a ser construídos mais estabelecimentos de ensino, várias residências sociais para os quadros administrativos, professores,

enfermeiros e a abertura de mais pontos de água. A reabilitação do troço rodoviário entre a sede municipal e os demais sectores é outro plano em curso na circunscrição que depois de concluído pode melhorar a circulação e facilitar as trocas comerciais na região", disse Victor Tchissingui.

O administrador comunal da Calenga, Samuel Lutonadio Ntima, assegurou ao Jornal de Angola que construção de chafarizes, bem como a montagem de sistemas de captação e distribuição de água potável nas localidades distantes e bairros periféricos da vila da Calenga constam das prioridades das autoridades locais, para estimular a população a consumir água potável e a preservar a saúde.

Os membros da Unidade Técnica Provincial de Combate à Pobreza (UTPCP) do Huambo analisaram, ontem, na vila do Huna, o grau de execução de acções inseridas no programa durante o mês de Abril.

Os trabalhos foram orientados pelo vice-governador para o Sector Económico e Produtivo, Joaquim Rodrigues da Conceição.

Os membros da Unidade Técnica visitaram vários empreendimentos inseridos no programa de combate à fome e à pobreza.

### I.34 Executivo acelera acções para combater a pobreza

*Jornal De Angola*

*6 De Maio de 2015*

Os esforços do Executivo para a implementação dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) foram realçados pelo secretário de Estado do sector na sessão anual da Comissão da ONU para a Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (CNUCED).

João Teta disse que os êxitos de Angola a nível dos ODM resultam em crescimento económico proporcionado essencialmente pelas receitas do sector petrolífero.

Estes êxitos, sublinhou, permitiram que o país esteja entre as economias que mais cresceram a nível mundial. O secretário de Estado da Ciência e Tecnologia referiu igualmente os progressos registados na consolidação da paz, reconstrução e reforço da soberania nacional, democratização, transparência, respeito pelos direitos humanos, liberdade de imprensa e boa governação.

O secretário de Estado mencionou também a criação de medidas 'essenciais para a redução da pobreza",

que permite um desenvolvimento sustentável e inclusivo, que continua a ser das prioridades do Executivo. João Teta disse que o Executivo aprovou em 2011, no domínio do reforço dos programas de Ciência, Tecnologia e Inovação, "instrumentos reitores, designadamente a Política e a Estratégia nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI) e o Mecanismo de Coordenação do Sistema Nacional.

Consciente da importância da ciência, tecnologia e inovação para o alcance dos Objectivos de Desenvolvimento no pós-20 15, salientou, o Governo criou vários programas e instrumentos legais para o reforço e o desenvolvimento do Sistema Nacional de CTI (SNCTI).

Também em 2013, prosseguiu, foi lançado um amplo Programa de Formação de Quadro, que prevê formar quatro mil doutores e mestres até 2020, "em consonância com as necessidades de desenvolvimento de Angola".

João Teta referiu-se ao lançamento, também em 2013, do Plano Anual de Ciência, Tecnologia e Inovação, que contempla todos os programas e projectos de investigação, desenvolvimento e inovação a serem executados em Angola, com o suporte do Orçamento Geral do Estado.

A criação, em 20 14, do Conselho Superior da Ciência, Tecnologia e Inovação, dirigido pelo Chefe do Executivo, e a aprovação, este ano, dos Regulamentos Gerais das Instituições de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação e dos Conselhos Científicos do S CTI foram igualmente referidas por João Teta.

O secretário de Estado falou igualmente da queda no ano passado do preço do petróleo no mercado internacional, que "põe em causa um vasto programa de investimentos" destinado à diversificação da economia angolana. Na sessão da CNUCED, que encerra na sexta-feira, são analisadas também a Previsão Estratégica para a Agenda de Desenvolvimento pós-2015 e O desenvolvimento Digital.

### I.35 IT apoia a promoção de empregos

*Jornal De Angola*

*11 De Maio de 2015-05-15*

*Texto: Josina De Carvalho*

O director-geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT) recomendou ao Executivo angolano a criação de políticas que promovam mais empregos para a população, principalmente para os jovens. Guy Ryder, que falava sexta-feira, em Luanda, durante uma palestra sobre "Os desafios da economia contemporânea e o conteúdo das relações laborais", disse que, actualmente, o grande desafio no mundo laboral é o emprego, razão pela qual é preciso empregar as populações, principalmente os jovens, criando empregos decentes para que organizem as suas vidas e sejam independentes.

O director da OIT, que terminou na sexta-feira uma visita oficial de três dias a Angola, disse ser uma "situação dramática" haver 200 milhões de pessoas no mundo sem emprego, e bastante preocupante o crescimento contínuo do número de desempregados. "Por isso, a prioridade número um dos governos deve ser a criação de empregos", defendeu.

Até 2030, acrescentou, calcula-se que vai ser necessário criar 600 milhões de empregos para absorver os jovens que entram para o mercado de trabalho. Mas, alerta, os governos não estão a criar empregos suficientes, porque o crescimento global está a desacelerar e a economia global cresce lentamente. Tendo em conta esta situação, Guy Ryder aconselha os governos a estimular o crescimento global para criar emprego.

O director da OIT referiu que África teve uma história de sucesso na última década, em termos de crescimento económico de mais de 5,5 por cento de maneira contínua, embora registe agora uma ligeira redução. Mas esse crescimento, sublinhou, não se reflectiu de maneira abrangente no desenvolvimento social.

Além da questão do emprego, Guy Ryder disse ser necessário analisar a natureza do emprego, uma vez que hoje há mais trabalhadores na economia de serviços do que na indústria. De igual modo, entende ser importante olhar para a economia agrícola como uma parte importante na busca de empregos decentes.

A OIT, disse, está também empenhada na promoção de um debate sobre a formalização da economia informal, uma vez que quase metade da população mundial trabalha no mercado informal, onde a legislação laboral não funciona e os impostos não são pagos.

#### Discriminação das mulheres

Segundo Guy Ruder, a OIT e os governos entendem que a abordagem certa é a formalização da economia informal para garantir empregos decentes e segurança social aos trabalhadores. "Nesta visita soube que o Estado angolano é a favor da formalização e tem uma representação grande de mulheres no seu Governo", disse, dando a conhecer que as mulheres, a nível mundial, recebem menos 22 por cento do que os homens por trabalho igual.

O director-geral da OIT pede aos governos que façam alguma coisa, não só através de legislações, mas assumindo outra atitude social, porque a taxa de participação das mulheres no emprego a nível global é 26 por cento mais baixa, comparada a dos homens. "Elas não estão na mesma proporção que os homens. Estão no mercado laboral em trabalhos de baixa qualidade e no sector informal", referiu.

O outro desafio para os governos, disse, é o desenvolvimento sustentável, assente no desenvolvimento económico, social e ambiental. Durante a palestra, Guy Ryder anunciou a realização de conferências este ano.

O mês de Julho, em Addis Abeba, vai ser realizada a conferência de financiamento e desenvolvimento, onde as Nações Unidas vão adoptar um plano para mobilizar financiamento para o desenvolvimento.

O mês de Setembro, a Assembleia Geral das Nações Unidas vai adoptar uma agenda de desenvolvimento para o período 2015-2030.

### I.36 Sensibilização para o reembolso do financiamento

*Jornal De Angola*

*12 De Maio de 2015*

*Texto: Matias Da Costa*

Os empreendedores que beneficiaram de financiamento através do BUE (Balcão Único do Empreendedor) iniciaram o reembolso de mais de mais de mil milhões de kwanzas, na província do Bié, depois de sessões de sensibilização realizadas pela instituição em parceria com o Banco de Poupança e Crédito (BPC).

O coordenador do BUE na província do Bié disse que a instituição possui a identificação de grande parte dos cidadãos beneficiados e muitos já abraçaram as sessões de aconselhamento que visam efectivar o processo de reembolso.

Cristino Valério lamentou as dificuldades em reaver alguns valores, sobretudo, quando o signatário do financiamento falece e os parentes ou herdeiros desconhecem todo o processo. Mas esclarece que está acautelado o regime de penhora dos bens de cidadãos que se furtam à restituição.

A julgar pela natureza do projecto do BUE que visa o combate à fome e à redução da pobreza, as instituições competentes estão a adoptar mecanismos alternativos para persuadir os cidadãos a fazerem os respectivos reembolsos.

O Balcão Único do Empreendedor tem cobertura em nove dos municípios da província do Bié e já financiou até ao momento 3038 projectos.

### I.37 Acções em curso agradam deputados

*Jornal De Angola*

*13 De Maio de 2015*

As acções desenvolvidas pela Administração Municipal de Malanje no âmbito do Programa de Combate à Fome e à Pobreza são positivas e satisfatórias, consideraram ontem os deputados do MPLA pelo círculo provincial.

No encontro com as autoridades da capital da Província de Malanje, os deputados avaliaram o grau de execução dos projectos ligados ao fornecimento de água, energia, saneamento básico, ensino, saúde e outros projectos sociais.

O coordenador do círculo parlamentar de Malanje, deputado Junqueira Fala, afirmou, à saída de uma visita à Administração Municipal de Malanje, que, apesar da crise económica que o país vive, é notório o esforço das autoridades locais na execução dos programas de melhoria da qualidade de vida e do bem-estar das populações.

Disse que os deputados têm o dever de interagir com os responsáveis pela execução dos projectos para saberem como decorrem as obras e servem os cidadãos que procuram pelos seus serviços.

### I.38 Debate do Salário Mínimo Nacional vem tarde

*Jornal O País*

*15 De Maio de 2015*

*Texto: Venâncio Rodrigues*

Sob proposta da CASASE, o assunto volta à ribalta depois de ter sido levantado, sucessivamente, por sindicatos e partidos políticos ao longo dos últimos anos.

Tendo a crise financeira em que o país está mergulhado, como pano de fundo aguardam-se debates interessantes sobre o assunto para o qual os partidos da oposição pretendem que sejam acompanhados por membros dos departamentos ministeriais correspondentes.

A especialista em direito do trabalho, Josefa Webba, defende que o debate sobre o salário mínimo nacional proposto por uma formação política com assento parlamento só peca por ser tardia.

"Nunca é tarde para se fazer boas coisas", sentenciou entretanto a jurista, insistindo em que, independentemente de quem fez, a proposta de debate deve ser aplaudida.

Contudo, a jurista aconselha aos proponentes a fazer "propostas concretas no sentido de que seja tido em consideração daquilo que internacionalmente é exigível".

Josefa Webba disse que Angola nunca teve um salário mínimo nacional, mas sim da função pública que foi sofrendo reajustes, de longe em longe, em função do nível de vida que o país foi tendo, estando actualmente fixado em cerca de 15 mil Kwanzas.

A também docente da Universidade Agostinho Neto diz não fazer qualquer sentido que Angola, sendo um dos países mais caros do mundo, defina aquele valor como salário mínimo nacional.

A especialista em Direito do Trabalho considera "humanamente difícil sobreviver com este ordenado, por mais aperto de cinto que os cidadãos trabalhadores façam".

A antiga responsável sindical afirmou mesmo que Angola não tem sido "um Estado de bem" por causa desta situação.

Josefa Webba diz que o salário mínimo nacional é abrangente a todas as pessoas e não apenas à função pública e adverte que a sua não definição cuidadosa pode acarretar problemas passíveis de desembocar em convulsões sociais dentro de qualquer país.

"É isso que se deveria ter sempre em atenção para que muitas das convulsões que já aconteceram até agora sub-repticiamente são postas sob capa de que é algo político, mas não é", avisou. A interlocutora deste jornal sustentou que as pessoas estão neste momento com uma indignação tal que não precisam de ser mobilizadas por alguém para se revoltarem.

Josefa Webba referiu que existem as pessoas que estão empregadas, que ganham mal, e outras, sub-empregadas, que nem sequer estão na sua área de formação e têm que recorrer a outros métodos para poderem ganhar aquilo que precisam para a sua subsistência.

Para a jurista, a todas estas pessoas se devia definir um salário mínimo nacional, tendo avisado a quem de direito para atender a necessidade de se analisar "ajuizadamente" o problema com base no artigo 160 e seguintes da Lei Geral do Trabalho, ainda em vigor, "para que de uma vez por todas se tenha a coragem política' económica, social e, sobretudo, humana de se dar solução à esta situação".

A jurista lembrou que a Lei Geral do Trabalho (LGT), ainda em vigor, aprovada em 2000, já comporta a matéria sobre o salário mínimo nacional mas lamentou que a mesma não tivesse sido regulamentada para permitir o debate sobre a matéria.

"Isto significa que se ela fosse sujeita àquela revisão que a Assembleia Nacional obrigatoriamente pediu para que fosse regulada, de certeza que este assunto já teria sido solucionado", afirmou.

Josefa Webba sustentou que o facto de a LGT nunca ter sido revista nem regulamentada faz com que "muitos assuntos que deveriam ter uma abrangência

rápida" do ponto de vista da sua regularização não foram resolvidos.

Ela reiterou que a primeira entidade a chamar a atenção ao Governo sobre esta "injustiça" foi a Central Geral de Sindicatos Independentes e Livres de Angola (CGSILA) quando propôs para salário mínimo nacional e o equivalente a pouco mais de USD 500 dólares para o nível de vida que já existia no país na altura.

"Todo o mundo caiu em cima da CGSILA inclusivamente colegas afiliados na UNTA", lamentou a fonte, sustentado que, de lá para cá, não houve qualquer esforço do Governo para que, em função na regulamentação da Lei, fosse levada em conta a proposta feita.

"Não era crime nenhum vir alguém para dizer a nossa proposta de salário mínimo é esta", afirmou a jurista acrescentando que não houve, na altura, ninguém que se dispusesse a analisar a proposta sindical "precedida das necessárias sondagens exigidas pelas convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT)".

As convenções da OIT, segundo a fonte, determinam que nenhum Estado membro pode mexer nos salários sem que tenha, de forma prévia, auscultado os sindicatos, cláusula que nunca foi respeitada por Angola, segundo declarou a fonte de o PAÍS.

Josefa Webba acusou o Governo de Angola de ter, reiteradamente, preferido fazer a análise do salário da função pública, em função do qual algumas pessoas vivem.

A proposta da Convergência Ampla de Salvação de Angola-Coligação Eleitoral (CASA-CE), foi aceite e agendada durante o último encontro dos presidentes dos cinco grupos parlamentares.

O salário mínimo em Angola está fixado em pouco mais de 15 mil Kwanzas, em função do ramo de actividade.

Um decreto presidencial de 2014 fixou em cerca de 23 mil Kwanzas o salário mínimo nacional para os ramos do comércio e da indústria extractiva.

No sector dos transportes, dos serviços e das indústrias transformadoras o valor mínimo mensal é de aproximadamente 19 mil Kwanzas e pouco mais IS mil para a agricultura.

A acentuada desvalorização da moeda nacional, o Kwanza, o aumento do custo de vida e a baixa do preço do barril de petróleo são a razão suficiente para a presente pressão que a sociedade tem estado a

exercer ao governo, visando a melhoria do poder de compra dos trabalhadores.

### I.39 Garantido crédito ao desenvolvimento

*Jornal de Angola*  
20 De Maio de 2015  
Texto: Maria João

O administrador do Banco de Desenvolvimento de Angola considera que a baixa do preço do petróleo no mercado Internacional não compromete os objectivos da Instituição, na medida em que goza de uma robustez de tesouraria.

Walter Barros, que falava numa palestra para estudantes e aos expositores da 5a edição da Feira Internacional de Benguela (Fffi), disse que, por via do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), o Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) beneficia de cinco por cento de todas as receitas fiscais do petróleo.

"O que pode acontecer, talvez seja uma redução das receitas fiscais no geral e por essa via, a diminuição das entradas, mas nunca condicionar o processo de concessão de créditos aos clientes, pois, o banco é detentor de um capital social, além de recursos próprios e outros créditos que podem ser negociados com parceiros estrangeiros", frisou.

"Nós temos dinheiro não só para financiar projectos este ano, mas para sustentar o banco durante o tempo que existir, no quadro do seu objecto social", disse em resposta à questão sobre a carteira de créditos de 2015. Para a cadeia de produção de bens de consumo, sejam industriais ou agrícolas, afirmou, existe uma carteira que vai até 12 mil milhões de kwanzas, "mas tudo depende da viabilidade e seriedade dos projectos, não sendo relevante a questão de fixação da carteira".

Processo mais rápido

O Banco de Desenvolvimento de Angola vai simplificar o processo de análise e concessão de crédito ao sector empresarial nacional, anunciou o administrador executivo da instituição financeira.

Walter Barros garantiu que a instituição bancária está a trabalhar, desde os finais do ano passado, num processo que abrange o reforço de recursos humanos qualificados e as estratégias de abordagens dos pedidos de financiamento.



"Vamos aligeirar-nos em todos os domínios, por meio da absorção de alguma informação que recebemos dos nossos clientes", frisou.

No quadro da reorganização interna, Walter Barros informou que desde finais do ano passado o banco atende projectos estruturantes de montantes superiores a 500 milhões de kwanzas. Os montantes inferiores a 500 milhões são da responsabilidade dos bancos comerciais.

"Enviamos cartas a todos os bancos comerciais e estamos a negociar com os mesmos, no sentido de definirmos as regras desse processo", frisou o responsável.

O administrador assegurou que tanto os investidores com projectos de montantes superiores como os de inferiores, atendidos pelo BDA, não encontram dificuldades maiores, desde que apresentem um projecto de viabilidade económica e observem os procedimentos exigidos pelo banco.

Walter Barros disse que os resultados da acção do BDA são mais visíveis na província do Cuanza Sul, onde as chamadas "mangas agrícolas" (espaços de cultivo de grande extensão, com produção diversificada) produzem grandes quantidades de bens para o mercado de consumo nacional.

O BDA foi criado a 7 de Junho de 2006, como instrumento financeiro do Estado angolano, destinado a apoiar o desenvolvimento sustentado da economia do país, impulsionando a diversificação da actividade produtiva, a promoção das novas tecnologias e a oferta de mais empregos

## I.40 Benguela vai realçar a produção de citrinos

*Jornal Seminário Económico*  
21 De Maio de 2015

País vai contar com novas indústrias de transformação ainda este ano.

Duas novas fábricas de transformação de frutas em sumo e de produção de batatas fritas entram em funcionamento no segundo semestre deste ano, nas províncias do Bengo e Luanda.

Trata-se da "KB- Agroí", situada na província do Bengo, e da "Fabrialimentos", localizada na província de Luanda, sendo que a primeira vai transformar frutas em sumos e a segunda batata fritas e pipocas.

Ferrangol com projectos de prospecção mineira

O presidente do Conselho de Administração da Ferrangol, Diamantino de Azevedo, informou nesta recentemente no município do Cuchi, província do Cuando Cubango, que a sua empresa está a trabalhar na prospecção de mineiros de ferro, ouro, cobre, manganês, entre outros, que visam engrandecer cada vez mais o sector mineiro.

O responsável disse que as províncias da Huíla, Cuanza sul, Cuando Cubango, e Cabinda.

## I.41 O salário dignifica o homem

*Jornal Seminário Económico*  
21 De Maio de 2015

A dignidade humana é o atributo que impulsiona a igualdade entre os homens, sendo inerente à sua própria condição existencial. Aliás, a Lei Constitucional consagra que os homens são iguais perante a lei. Entretanto, a não observância deste princípio, é apontada como a principal causa da violência social em todo o mundo.

A análise de um salário suficiente e justo para o trabalhador não pode ser vista apenas sob um único enfoque, isto é, a necessidade dele. É preciso que também se tenham em conta as questões estruturais relativas à economia nacional e de âmbito interno dos empregadores.

No entanto, não se pode deixar para segundo plano toda uma normatividade fundamentada na função social de seus institutos e na protecção da pessoa humana, protagonista de qualquer ordem económica, social e política, de tal forma que não haja efectividade na implantação da justiça social e no desenvolvimento pessoal pleno de cada um.

O que se tem visto nos momentos de crise do sistema vigente, é sempre a busca de reajustes para sua própria sobrevivência. Ou seja, o foco continua o mesmo: a valorização do capital financeiro, em detrimento do homem e da sociedade.

Entretanto, os trabalhadores angolanos esperam com expectativa o debate que vai abordar esta quinta-feira, 22, o salário mínimo nacional, sob a proposta da bancada parlamentar da CASA-CE, no âmbito dos debates mensais da casa das leis.

Este debate surge numa altura em que os salários da maioria dos angolanos registam uma desvalorização acentuada motivada pela propalada crise do ouro negro. Como consequência, o poder de compra caiu, na medida em que um dos principais factores de produção - o combustível - regista subidas em tempo

recorde.

Qualquer debate sobre esta matéria será importante se for capaz de influenciar o decisor, entenda/se o Executivo. Se assim não for, tratar-se-á de mais um debate para preencher a agenda política dos deputados.

Refira-se que um decreto presidencial de 20J 4 fixará o salário mínimo na ordem dos 23 mil kwanzas para os ramos do comércio e da indústria extractiva, enquanto que para os sectores de transportes, serviços e indústrias transformadoras, o valor mínimo mensal estaria perto dos 19 mil kwanzas e pouco mais de 15 mil para a agricultura.

Na maioria dos países africanos, os salários mínimos são definidos tendo em conta os critérios básicos, como a inflação, a cesta básica mensal e o desempenho económico do país. O salário dignifica o homem e o trabalho mal remunerado danifica o homem .

## I.42 O Salário mínimo dos Países à nossa volta

*Jornal Seminário Económico*

*21 De Maio de 2015*

*Texto: Maurício Camate*

As Seicheles são um destino muito requisitado para viagens de luxo e não é por acaso. Além das paisagens paradisíacas, o arquipélago tem hotéis exclusivos e sofisticados para aqueles que desejam férias requintadas.

Talvez por isso, entre os países da SADC, é o que tem o salário mínimo mensal mais elevado: superior a 400 dólares, um valor relacionado com o turismo na região. Há muita procura por parte de turistas de todo o mundo e isso impulsiona igualmente a economia doméstica.

Segue-se a África do Sul. Este país é uma das cinco maiores economias emergentes do mundo. A mineração, o ferro e o aço são os principais produtos exportadores. Vive essencialmente das exportações, em que as principais indústrias são, a Mineração, a montagem de automóveis, a metalurgia, máquinas têxteis, ferro, aço, produtos químicos, fertilizantes, alimentos e reparo de navios comerciais. O sector turístico deste país também superou a tendência mundial, com um crescimento de 3,6 por cento no número de visitantes estrangeiros. No caso de Moçambique e do Lesoto, os valores encontram-se na casa dos 100 dólares. No caso da Namíbia, o valor apresentando na tabela abaixo (ver caixa) refere-se

aos trabalhadores do sector agrícola, já que o vencimento mínimo depende da área laboral. Já o Zimbabué não tem definido um salário mínimo. No entanto, de acordo com as fontes consultadas, os trabalhadores do sector mineiro recebem, em média, 227 dólares por mês.

A criação da União Sul-Africana impulsionou a assinatura, a 29 Junho de 1910, do Acordo que criou a União Aduaneira da África Austral (Southern Africa Customs Union - SACU), cujo objectivo foi promover o desenvolvimento económico da União Sul-Africana, tornando-se, com isso, na mais velha união aduaneira do mundo.

Em 1969 foi feita a primeira actualização do Acordo da SA- CU, que foi aderido por três novos Estados (Lesoto, Botswana e Suazilândia) e pelo Sudoeste Africano (Namíbia) , este último, país que ainda estava sob a administração da África do Sul, num mandato definido pela Sociedade das Nações, desde o final da Primeira Guerra Mundial, em 1918.

A Southern Africa Customs Union (SACU) tem como objectivo primordial a livre circulação de mercadorias entre os Estados- Membros. Quando foi criada em 1910, já se previa uma Pauta Aduaneira Única (Tarifa Externa Comum - TE C) para todas as mercadorias importadas e a livre circulação de produtos fabricados pelos respectivos membros, que se traduziu na liberdade de direitos e de restrições quantitativas.

O principal parceiro económico externo ao SADC é a União Europeia.

O contacto dá-se maioritariamente pela África do Sul, que com a UE realiza importantes trocas há alguns anos.

Há planos de integração entre o Mercosul e a SADC, mais especificamente entre o Brasil e a África do Sul.

Embora ainda não se conheçam datas definidas para a implementação de acordos bilaterais abrangentes entre esses países, não há previsão de inclusão de uma vasta gama de produtos com tarifas reduzidas curto prazo .

## I.43 Salário mínimo em debate na AN amanhã

*Jornal Seminário Económico*

*21 DE Maio de 2015*

*Texto: Sónia Cassule*

Nos últimos seis meses, o dólar norte -americano, valorizou mais de 10 % face ao kwanza, o que fez

disparar os preços dos produtos, principalmente os importados.

A pressão para mudar aumenta cada vez mais, tendo em conta a forte desvalorização da moeda nacional e a subida do custo de vida.

Actualmente o salário mínimo está fixado entre os 15 e os 22 mil kwanzas, consoante o sector de actividade, estabelece um decreto presidencial de 1 de Junho de 2014.

O salário mínimo nacional referente aos sectores do comércio e da indústria extractiva aumentou no ano passado, para 22 504 kwanzas, enquanto o valor mínimo mensal para os sectores dos transportes, serviços e indústrias transformadoras está fixado em 18 754 kwanzas.

Para o sector da agricultura o valor é ainda mais baixo, rondando os 15 000 kwanzas. É de realçar que, anteriormente, o salário mínimo variava, dependendo dos sectores, entre os 11 mil e os 16 mil kwanzas.

Segundo o vice-presidente da bancada parlamentar da CASACE, Lindo Bernado Tito, o salário mínimo nacional representa uma das formas de distribuição da renda nacional. É através do salário mínimo que as pessoas conseguem obter rendimentos para satisfazer as suas necessidades primárias.

Lindo Bernado Tito salientou a importância desta questão para identificar os constrangimentos e os investimentos que inviabilizam a distribuição do rendimento através do salário mínimo nacional.

Adiantou que o seu partido considera que a distribuição salarial não pode ser fixada num valor, devendo ter em conta todos os indicadores económicos " A fixação do salário mínimo num valor fixo pode prejudicar, tendo em conta a variação económica que exige que o próprio salário se ajuste".

Tito defende ainda a existência de uma fórmula que possibilite a atribuição do salário mínimo nacional, tendo em consideração o isolamento das localidades servindo de incentivo para outros. "Defendemos também a diferenciação de salários a partir das localidades"

A fórmula, segundo a CASA CE baseia - se na cesta básica alimentar, factores económicos como a inflação, o valor per capita e o PIB.

Partindo do mesmo princípio, o deputado da F LA, Lucas Ngonda, considera que o valor do salário mínimo nacional deve ser definido através de um processo de concertação social.

N o seu entender, a Lei Geral do Trabalho recentemente aprovada omite, em todas as suas vertentes, a questão do salário mínimo nacional. "Em qualquer parte do mundo, o salário mínimo deve obedecer a determinados critérios relacionados com a família, poupança, alimentação", frisa.

Lucas Ngonda nota que, em Angola, os salários mínimos têm sido fixados por lei e nunca corresponderam à realidade económica e ao nível de vida das populações.

Salário mínimo por sectores

Outro aspecto defendido pelo partido dos irmãos na voz de Lucas Ngonda, é um salário mínimo por sectores.

O presidente da Bancada Parlamentar da FNLA, mostra-se a favor de um salário mínimo. por sectores. Assim, existiria um salário mínimo para a construção civil, um salário mínimo para os funcionários do Estado.

Ainda na sua opinião, cada sector deve estipular o seu salário mínimo em virtude da produtividade, e do rendimento da empresa e dos trabalhadores.

PRS defende 50 mil kwanzas

Já o presidente do Grupo Parlamentar do PRS, Benedito Daniel, refere que, no passado, o seu partido propôs fixar o salário mínimo nacional em 50 mil kwanzas, e num subsídio de desemprego, valor que agora considera insuficiente devido ao actual quadro macroeconómico do País.

Benedito Daniel considera que o salário estipulado já não faz sentido. "Não existe salário mínimo em Angola", diz. Nota que o salário mínimo é o valor peculiar que pode ser discutido tendo em conta as necessidades básicas de um funcionário público e de um trabalhador não qualificado.

E exemplifica, afirmando que no caso de um trabalhador não qualificado com um mínimo de três filhos a estudar em colégios diferentes, o dinheiro não chegaria nem para pagar a propina de apenas um dos filhos, nem para suportar um táxi durante um mês de trabalho. Recorda ainda que, na altura, a questão que se colocava era a da incapacidade das pequenas e médias empresas suportarem os salários, considerando que tal é discutível, desde que seja possível satisfazer as necessidades básica " Para nós, o salário deve ser acima dos 50 mil kwanzas", defende.

O Presidente do Grupo Parlamentar do PRS refere ainda que a primeira questão a apresentar no debate

tem a ver com a disponibilidade do Executivo estabelecer um salário mínimo. A segunda questão diz respeito ao trabalhador expatriado.

"Nós estamos a dizer que estamos em crise, mas entretanto não se reduz 'o salário de um estrangeiro que normalmente deveria ganhar menos que o angolano ... ganha quatro a cinco vezes mais e continuamos a contratar, mesmo em tempo de crise", observa.

"O aumento do salário tem que atender à conjuntura económica do país"

O vice-presidente do Bancada Parlamentar do MPLA, João Pinto, reconhece a importância do tema proposto para o debate. "É um tema actual. Qualquer sociedade deve preocupar-se com o salário mínimo nacional", afirma. João Pinto revela a crescente preocupação do Partido para aumentar a produção e distribuir melhor. Alerta para o facto de qualquer aumento do salário mínimo nacional não poder ser visto de forma isolada porque não é viável do ponto de vista económico. "O aumento dos salários tem como consequência imediata a circulação de massa monetária de mercado e a inflação", nota.

Na opinião deste deputado, para existir aumento de salário é necessário haver aumento da produção. Cada indivíduo no seu local de trabalho deverá empenhar-se para ser promovido pela entidade patronal.

No que respeita aos trabalhadores do Estado João Pinto considera que "o salário mínimo e médio em Angola não é mau".

O vice-presidente do Bancada Parlamentar do MPLA refere o estudo da SADC que concluiu que a África do Sul, na área da agricultura, tem um salário médio que não ultrapassa aos 50 dólares. Salienta também o facto de em alguns países europeus existir um salário mínimo nacional subsidiado pela União Europeia, através de políticas europeias de convergência e de redução das simetrias do combate a pobreza. " Em Angola, não temos uma política salarial que determine um salário mínimo razoável".

João Pinto mencionou ainda a cesta, assim como um conjunto de políticas que o seu partido tem implementado, entre as quais, a merenda escolar, as bolsas de estudo internas, ou o cartão que kuia, com objectivo de apoiar as classes mais pobres.

O deputado reconhece as debilidades que o país apresenta nas áreas da saúde e educação, mas nota que tais serviços em Angola são gratuitos. "Uma operação em qualquer país ocidental como a

Inglaterra ou nos EUA, é cara, mas em Angola é gratuita mesmo com as debilidades que apresenta".

"O debate sobre a actual conjuntura que o país vive é bom porque ajuda a reflectir sobre os mecanismos de protecção da classe trabalhadora, mas tem que se ter em conta o realismo da sociedade", considera.

UNTA propõe 30 mil kwanzas

O secretário-geral da UNTA, Manuel Viagem, defende um reajustamento salarial, de acordo com a actual taxa da inflação. a sua opinião, a taxa de inflação tem estado a corroer o poder de compra dos salários e há necessidade de repor o poder de compra. Para que isso se verifique, defende um salário mínimo de 30 mil kwanzas.

Segundo Manuel Viagem, este valor corresponde ao da cesta básica alimentar. "Só com 30 mil é que conseguiremos adquirir a cesta básica alimentar", frisa.

Para Manuel Viagem, cada empresa, tendo em conta a sua disponibilidade financeira, deve fazer ajustamentos. "Se olharmos para as grelhas salariais, só 10 ou 20% dos trabalhadores assalariados é que estão na faixa do salário mínimo nacional. A maioria está acima deste valor e até duas vezes mais do que o salário mínimo nacional".

Viagem nota que o Estado, enquanto maior empregador, já decidiu que não vai fazer ajustamentos por falta de disponibilidade e de provisionamento financeiro de forma a poder aumentar a sua despesa. Considera, no entanto, que não é possível esperar o ajustamento do salário no sector público, salvo se houver uma situação extraordinária de algum fluxo de receitas não previstas que fazem com que o Estado eleve a sua despesa pública em aumentar o salário.

#### I.44 Amboim com indica com indicadores de crescimento

*Jornal De Angola*

*24 De Maio de 2015*

*Texto: Casimiro José*

Com 21 projectos em execução, financiados com recursos públicos, o município do Amboim, província do Cuanza Sul, vislumbra uma nova etapa de desenvolvimento.

Dentre os projectos, enquadrados nos programas Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural, de Combate à Pobreza e de Cuidados Primários de

Saúde, destaca-se a requalificação urbana da cidade da Gabela, sede municipal. Em termos globais, as acções compreendem a construção de escolas, unidades de saúde, infra-estruturas de água e saneamento básico e de fomento agrícola.

O administrador do Amboim, Francisco Mateus, disse ao Jornal de Angola que o sector social é prioritário.

"Estamos conscientes que a actual conjuntura macroeconómica e financeira do país exige uma gestão parcimoniosa de recursos alocados. Por isso, temos de executar as acções que visam satisfazer as necessidades das nossas populações, sobretudo nomeio rural", frisou.

Entre as acções previstas para 2015, Francisco Mateus destacou a reabilitação do pavilhão e piscina municipal, arranque das obras do Instituto Politécnico da Gabela, biblioteca municipal, casa da juventude e ginásio da escola primária Augusto Ngangula.

Francisco Mateus manifestou-se preocupado com o atraso nas obras da centralidade da Gabela, cujo espaço já foi identificado e demarcado, a fraca capacidade da estação de captação e abastecimento de água potável à sede municipal e arredores, bem como a degradação das vias secundárias e terciárias que ligam à comuna do Assango e o abate indiscriminado de árvores.

O administrador garantiu que a execução dos projectos corresponde aos anseios das populações. "As preocupações são imensas, mas, a cada etapa, vamos atacar os problemas mais prementes, porque as verbas são escassas", referiu. Outra preocupação tem a ver com a degradação dos hospitais da Gabela e Boa Entrada. Essas unidades assistem pacientes do município e também da Quilenda, Ebo e Conda, tendo em conta a sua localização geográfica.

#### Requalificação da Gabela

Francisco Mateus manifestou-se satisfeito com a conclusão da primeira fase da requalificação da cidade da Gabela, um projecto de coordenação central. Acrescentou que a Administração vai pôr em marcha o programa de pintura dos edifícios, cuja execução vai contar com a colaboração dos municípios.

"Vamos trabalhar para conferirmos à cidade da Gabela uma imagem digna, com a pintura dos edifícios, para a qual os municípios são chamados a participar", disse.

O administrador realçou que os projectos de reabilitação dos pontos emblemáticos da cidade da

Gabela, como o jardim municipal, a piscina e o Morro do Cruzeiro, já foram elaborados e decorre o processo de contratação pública para adjudicação das obras, que devem arrancar em breve.

#### Relançamento do café

O administrador municipal do Amboim manifestou-se preocupado com a falta de apoios financeiros aos cafeicultores para relançarem a produção. Francisco Mateus defendeu que a diversificação da economia manifestada pelo Executivo deve abranger a área do café, sector que emprega muitas famílias camponesas. "Temos de partir do princípio de que a diversificação da economia é a chave para o combate à pobreza, por representar a inclusão económica da população. Por isso, o sector do café, por congregar muitas famílias camponesas, também deve ser periodizado", disse.

A Administração procede ao adestramento das fazendas cafeícolas, ao que se vão seguir os inquéritos aos actuais detentores sobre a capacidade de exploração. Tão logo termine o processo, de acordo com Francisco Mateus, os titulares que apresentarem debilidades de exploração vão ter de ceder a favor dos que manifestem interesse e capacidade.

O administrador do Amboim acrescentou que a cultura do café contribui para o equilíbrio ambiental, pelo facto de, além do cafeeiro, necessitar de outras plantas de cobertura, o que acaba por formar ecossistemas.

Francisco Mateus considerou o relançamento da produção de café um desafio, tendo em conta a necessidade de mão-de-obra. Apontou como saída a distribuição de parcelas pelas famílias.

"Entendemos que, se durante a vigência do sistema colonial, eram os contratados que produziam o café, agora podemos inverter o quadro, distribuindo um hectare por cada família e, feitas as contas, se envolvermos um grande número de cafeicultores, teremos muitos hectares a produzir", disse.

#### Saúde e educação

O administrador do Amboim fez saber que os sectores da Saúde e Educação no município funcionam

de forma regular, mas esforços vão continuar a serem feitos para melhorar a assistência sanitária e a qualidade de ensino.

Amorim possui dois hospitais municipais, um na sede municipal e outro na Boa Entrada, seis centros e 14 postos de saúde. Prestam serviços no sector oito

médicos e 90 enfermeiros de vários escalões. A rede escolar é formada por 56 escolas, da iniciação ao II ciclo do ensino secundário. Os 40.872 alunos matriculados no presente ano lectivo recebem aulas de 1.018 professores. Com 1.027 quilómetros quadrados de superfície, Amboim tem 234.869 habitantes. Está dividido em duas comunas, a sede e a do Assango, e as áreas administrativas das Salinas, Honga e Boa Entrada(ex-CADA).

#### **I.45 Lojas de proximidade geridas por privados**

*Jornal De Angola*

*24 De Maio de 2015*

*Texto: Paula Mulaça*

As lojas de proximidade passam em breve a ter gestão privada para tomar mais eficaz o escoamento da produção para os centros de consumo e o combate à pobreza, disse na Sexta-Feira, em Cabinda, a ministra do sector.

Rosa Pacavira afirmou estar satisfeita com a evolução dos projectos do sector na província de Cabinda, principalmente com as obras da rede de lojas Poupa Lá no Tando Zinze, Chinfuca, Cacongo e em Mbuco, bem como o Centro de Logística e Distribuição (CLOD) de Chibodo e o complexo de frio do grupo Emcica, na comuna do Malembo.

A ministra garantiu que Cabinda tem reservas alimentares suficientes para abastecer a população.

Quanto à situação financeira, também assegurou não haver motivos para preocupação, pois os projectos iniciados do ano transacto estão em fase de conclusão e os pagamentos acautelados.

Em Luanda, vários responsáveis de associações e cooperativas agrícolas de Icolo e Bengo pediram a execução do Programa de Aquisição de Produtos Agro-pecuários (Papagro), para a venda dos seus produtos. O presidente da cooperativa Kilamba Kiaxi, na aldeia de Caxicane, frisou que dada a importância do Papagro, os camponeses querem a implementação do programa ao município, para evitar a deterioração dos produtos no campo. Armando Baião Júlio sublinhou ser importante que a nova Direcção da Administração municipal de Icolo e Bengo se preocupe em solicitar ao Ministério do Comércio para implementar o Papagro, de modo a apoiar todos os esforços empreendido pelos camponeses na venda dos seus produtos, pois que, a falta de conservação e de escoamento, tem sido um "quebra cabeça".

O presidente da cooperativa Ngueto Maka, José Ribeiro, defende que o município tenha mais lojas de Papagro na região, uma vez que já começou uma nova época de cultivo de hortícolas e as grandes quantidades de produção pode ficar sem aproveitamento.

"A falta de transporte para o escoamento dos produtos e a de local para conservação tem sido um assunto recorrente que até hoje não se resolve, por isso, queremos o Papagro cá na municipal idade", desabafou o responsável da Ngueto Maka. O município de Icolo e Bengo possui 18 associações e 29 cooperativas agrícolas, onde estão envolvidos mais de sete mil camponeses.

#### **I.46 Programa estatal aprova projectos**

*Jornal de Angola*

*24 De Maio de 2015*

O Programa Angola Investe aprovou no ano passado, em Cabinda, sete projectos avaliados no total em 280 milhões de kwanzas, disse na sexta-feira à Angop o responsável provincial do Instituto Nacional de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (INAPEM).

João Neto afirmou que a pouca quantidade de projectos aprovados se deve aos candidatos não respeitarem os critérios exigidos para o acesso ao financiamento bancário.

O responsável referiu que para ter acesso ao seu financiamento é necessário alguma garantia, que pode ser patrimonial, pois há sempre o risco de quem recebe não podei honrar o compromisso.

João Neto lembrou que o programa prevê uma garantia pública de I 70 por cento para o acesso e que é necessário que a empresa esteja certificada pelo INAPEM.

Na província do Cunene, uma delegação do Instituto Nacional de Apoio às Micros, Pequenas e Médias Empresas (INAPEM), chefiada pelo administrador para área de planeamento e finanças, Samora Mendonça Silva, procedeu à avaliação do grau de acesso dos empresários locais ao programa Afigola Investe.

Samora Mendonça Silva manteve encontro com os empresários locais, pequenos empreendedores e gerentes dos bancos operadores no programa Angola Investe.

O encontro serviu para a apresentação dos constrangimentos por parte dos empresários locais sobre o acesso ao programa Angola Investe. Sexta-feira, o administrador do INAPEM visitou as obras de construção do novo Centro dos Serviços no Cunene, escritórios de consultorias e empresas na cidade de Ondjiva.

O Angola Investe, criado em Setembro de 2012, envolve 22 bancos comerciais angolanos com o objectivo de criar uma classe empresarial forte, através do apoio ao micro pequena e médias empresas. O programa, que dá prioridade a sectores prioritários hotelaria e turismo, fomento agro-pecuário, pescas e fabricação de materiais de apoio ao sector produtivo, pretende tornar a economia angolana mais competitiva.

### **I.47 China consolida parceria com Angola**

*Jornal de Angola*  
7 de Maio

A China consolida cada vez mais o lugar de principal parceiro estratégico de Angola, numa altura em que o país recorre a financiamento externo para reduzir o défice de 7,6 por cento no Orçamento Geral do Estado provocado pela queda do preço do petróleo no mercado Internacional.

Os dados oficiais mais recentes das exportações petrolíferas do país, recentemente divulgados, indicam que a China comprou mais de 116 milhões de barris de petróleo no ano passado, quatro vezes mais do que o segundo maior consumidor, a Índia.

De acordo com a Economist Intelligence Unit, estes dados mostram a "importância da relação de Angola com a China", ate por se tratar de um fornecimento energético e por isso estratégico, a par de uma perda de importância das trocas com os Estados Unidos, que compraram apenas sete milhões de barris a Angola em 2014.

Os dados, indica a Economist Intelligence Unit, evidenciam a "mudança para os mercados asiáticos" como clientes de Angola.

"Uma altura em que o país se debate com falta de receitas devido a persistente baixa do preço do petróleo, que, os parceiros emergentes, e em particular a China, assumem cada vez mais importância enquanto financiadores", ressalta a Economist Intelligence Unit.

Em entrevista recente ao jornal "Financial Times", o ministro da Economia, Abraão Gourgel, apontou a

China como um dos parceiros preferenciais para novas Linhas de financiamento, depois de a Sonhando ter obtido um crédito de dois mil milhões de dólares da banca chinesa. "Os principais objectivos da política externa de Angola são a consolidação das relações com parceiros estratégicos chave", como Portugal e a China, e "a diversificação do acesso ao financiamento internacional", afirma a Economist Intelligence Unit num dos mais recentes relatórios sobre a economia angolana.

"Angola continua a aumentar as linhas de credito e financiamento disponibilizadas pelos seus parceiros, sobretudo China e Brasil", a par de concretizar a emissão de dívida através de euro-obrigações, entre mil milhões e dois mil milhões de dólares, adianta a Economist Intelligence Unit, que refere que, dadas as actuais dificuldades da economia brasileira, a probabilidade de o apoio vir daquele país e mais remota, pelo que a importância de Pequim como fonte de financiamento e ainda maior.

No caso de Moçambique, os especialistas esperam um reforço dos laços com países emergentes, e em particular da China como fonte de liquidez. "O investimento do Brasil, Índia, Austrália e China vai fortalecer os laços com estes países (Angola e Moçambique)", e no caso chinês emerge também "um grande financiador para o Estado moçambicano", refere a Economist Intelligence Unit. "As grandes reservas de gás de Moçambique vão atrair mais investidores estrangeiros, especialmente entre os países asiáticos importadores de gás em grande escala", conclui a Economist Intelligence Unit.

### **I.48 MAT. Melhorar a comunicação com e sobre os órgãos do poder local**

*Jornal Agora*  
8 De Maio de 2015

O Ministério da Administração do Território (MAT) lança na quarta-feira, a revista institucional da administração local, denominada "Nossa Terra".

Segundo uma nota dos seus órgãos de apoio, a Criação da revista decorre, da necessidade e de serem introduzidas melhorias na comunicação entre a Administração Central e a Administração Local e pretende-se otimizar a informação das actividades inscritas no objecto social do MAT, complementando-a com a divulgação do que se passa bem nos municípios, cidades e povoações.

## I.49 Vítimas passam a receber apoio da Reinserção Social

*Jornal de Angola*

17 De Maio de 2015

Texto: Sampaio Júnior

O trabalho, assegurou Isaac dos Anjos, não terminou. "Os novos desafios, agora, tem outras características que permitem a sua permanência e dentro de um determinado prazo espera-se que sejam executados mais 300 bases em construção civil para execução de casas definitivas que vão albergar os sinistrados.

Toda esta empreitada tem como condão os materiais doados por várias organizações, membros da sociedade civil, pessoas singulares e colectivas, que estiveram solidárias com as populações vítimas do sinistro".

A imprensa, o governador afirmou: "Agora que terminou o processo de assistência solidária segue a fase de instalação definitiva dos sinistrados na futura centralidade, que se situa no ordenamento entre o Culango e Biópio, município da Catumbela, no quadro da expansão das cidades do Lobito e da Catumbela, onde vamos proporcionar maior qualidade de vida".

Isaac dos anjos, reconhecendo a pessoa humana como o bem supremo, realçou que "qualidade de vida e o método utilizado para medir as condições de um ser humano, que envolve o bem espiritual, físico, mental, psicológico e emocional, além de relacionamentos sociais, como família e amigos e também a saúde, educação, poder de compra, habitação, saneamento básico e outras circunstâncias da vida".

No encontro com os membros da sociedade civil, o governador de Benguela pediu aos seus colaboradores para passarem a mensagem aos populares para que não confundam o padrão de vida, uma medida que quantifica a qualidade e quantidade de bens e serviços disponíveis. "Durante as enxurradas, em Marco, que abalou a nossa bela cidade portuária do Lobito, registamos acções positivas desenvolvidas pela comissão Governador provincial afirmou que a coordenação provincial de Protecção Civil e Bombeiros, durante e depois das calamidades moderna industrialização, frisou, vai ser impulsionada no ordenamento do Culango e Biópio, com empreendimentos de pequenas e grandes empresas. "Esses empreendimentos são os principais motores do crescimento económico, que servem de tecido auxiliar as pequenas, medias e grandes empresas", referiu,

Adiantou: " E essencial a promoção de serviços que possam dar resposta a direitos básicos de cidadania, de carácter social. Esses serviços vão gerar coesão social e propiciam, naturalmente, uma maior igualdade de oportunidades".

Todo trabalho adicional que tivermos que fazer, como entrega de parcelas de terrenos as comunidades, vai continuar a ser feito, de forma que as habitações construídas em zonas de risco vão continuar a ser cadastradas e espera-se contar com a contribuição das populações, no senti do destas acatarem com as orientações das administrações municipais". O governador reconheceu que a actividade feita pela Comissão Provincial de Protecção Civil e Bombeiros assentou no processo de um intenso trabalho conjunto com outros membros da sociedade civil, que resultou em êxito.

Um total 9.136 sinistrados na província, dos quais 778 no município da Baia-Farta, 6.818 em Benguela, 410na Catumbela 1.130 no Lobito são os dados registados.

### Recursos financeiros

Os recursos financeiros, doados por pessoas singulares e colectivas, foram usados em primeira instancia para a compra de urnas, transportes para os funerais, tendas, agua potável, instalação de casas de banho prefabricadas e merenda para mais de 900 soldados dos varies ramos das Forças Armadas Angolanas que se prontificaram na primeira limpeza nos arredores da cidade do Lobito.

Em relação aos apoios recebidos, Isaac dos Anjos destacou, entre outros, 0 do Executivo com urna quantia em dinheiro de 112 milhões de kwanzas, numa orientação do Presidente da Republica de Angola, José Eduardo dos Santos. Enumerou o envio, pela Endiama, de dois cheques, um de 900 mil kwanzas e o outro de 100 mil, perfazendo um total de um milhão de kwanzas, da Embaixada de Cabo Verde, no valor de um milhão de kwanzas e o mesmo valor da Embaixada de Cuba em Angola. O Banco Angolano de Investimentos (BAI) foi citado como tendo disponibilizado dois milhões e 995 mil e 700 kwanzas.

### Ocupação ilegal de terrenos

O governador de Benguela, Isaac dos Anjos, quer a contribuição da sociedade para acabar com o fenómeno de ocupação ilegal de terrenos na província de Benguela, que da azo a construção em zonas de risco.



"A ocupação desordenada de terrenos e o aproveitamento político tem fomentado a desordem, de informação e impunidade urbana, dificultando o andamento e concretização de projectos de autoconstrução dirigida", frisou o governador de Benguela.

Acrescentou: "É importante que usa e aproveitamento da terra seja feito em prol de toda comunidade, para que não sejam fontes de conflitos sociais, mas factor de paz em harmonia, para que possamos alcançar o desenvolvimento económico e social". De acordo com Isaac dos Anjos, ao nível da província de Benguela, o fenómeno de ocupação ilegal de terrenos cria muitas dificuldades ao Governo. "O Governo Provincial tem necessidade de promover o ordenamento de terras, para que se estabeleçam a favor das comunidades direitos fundiários e se avaliem as disponibilidades para novos assentamentos", sublinhou.

Os terrenos solicitados para aproveitamento agrícola, disse Isaac dos Anjos, não podem ser sacrificados para a construção civil, como se assistiu nos vales do Cavaco e da Catumbela, onde a semente deu lugar ao cimento. Na província de Benguela, o Governo tem identificados terrenos para construção civil, dentro do quadro legal das Reservas Fundiárias do Estado, para a construção de moradias, indústria, locais para o comércio e serviços.

Em Benguela, precisou, existem planos para o ordenamento nos municípios do Cubal, Caimbambo e Chongoroi, para estabelecer projectos geradores de empregos e dinamizadores da economia.

## 1.50 Novagrolider investe 12 milhões de dólares em fábrica de leite no Cuanza Sul

*Jornal Semanário Económico*  
13 De Maio de 2015  
Texto: Nadina Txipungo

A produção nacional actual de lacticínios, de acordo com o Ministério da Agricultura é de 11,5%, pois o mercado nacional é dominado maioritariamente pela importação de produtos derivados de leite.

Atento a estes números, a Novagrolider vê uma oportunidade de negócio. De acordo com o administrador do grupo Novagrolider, João Macedo, a sua empresa vai entrar para o sector agro-industrial com um investimento de 12 milhões de dólares.

A fábrica vai ser instalada no município da Kibala, província do Cuanza Sul. Numa segunda fase será

aberta outra unidade de produção na província da Huíla, projecto que não é para já.

"Com este projecto leiteiro pretendemos cobrir cerca de 20 por cento da necessidade de consumo do mercado nacional com uma população de 500 animais e uma produção diária de 35 mil litros de leite", revelou.

João Macedo lembra que "o nosso mercado é dominado pela importação, por isso os agricultores não podem olhar apenas para a produção mas, também para a transformação", afirma.

João Macedo garante que os novos produtos a serem lançados pelo Grupo Novagrolider vão entrar para o mercado a partir do primeiro semestre de 2016, acrescentando que os produtos serão distribuídos por todo país sem descartar a possibilidade de exportar, mas observa que a prioridade é para o mercado nacional.

O administrador disse que a Novagrolider está a criar uma empresa de distribuição em Kinshasa, capital da República Democrática do Congo, onde prevêem começar a exportação dos produtos a serem lançados no próximo ano.

"A empresa de distribuição que está a ser construída em Kinshasa chama -se Fresh To Joo. Pretendemos dar a conhecer não só aos angolanos, mas ao mundo que em Angola há produtos derivados de leite com qualidade", explica.

João Macedo fez saber que a nova fábrica vai gerar 400 postos de trabalho, referindo ainda que o projecto é particularmente do grupo ovagrolider sem parceria.

Mais de 40 mil toneladas de banana este ano

Com uma colheita de 30 mil toneladas de banana no ano passado, a Novagrolider pretende atingir uma cifra superior a 40 mil toneladas ainda este ano, para continuar a distribuir pelas grandes superfícies comerciais existentes pelo país.

João Macedo, administrador da empresa Novagrolider, disse que os produtos nacionais já têm maior aceitação no mercado, o que é satisfatório para todos produtores.

Com cerca de 130 hectares de terras disponíveis no Vale do Bom Jesus, no Bengo, para a produção de frutas e hortícolas, o grupo está a apostar também na produção de carne bovina e café na província do Cuanza Sul.

Sem avançar data, João Macedo fez saber que a Novagrolider prevê a construção de uma fábrica de ração, no entanto, não avança a capacidade de produção muito menos o investimento, argumentando tratar-se de um projecto que será concluído a longo prazo.

Agrolider, pioneira na produção de banana nacional Com a sua base na província do Cuanza Sul, onde está instalada a sua maior fazenda, o grupo dedica-se no cultivo de banana, uvas e outros produtos do campo.

N ovagrolider, com seis anos de existência já explora várias herdades em Angola, nomeadamente em Caxito, província do Bengo, Bom Jesus, em Luanda e na Quibala província do Cuanza Sul.

Novagrolider abastece a maioria das redes de distribuição implantadas no mercado com produtos frutícolas e hortícolas, bem como os principais mercados populares.

A propriedade de Bom Jesus cobre uma área de 145 hectares, sendo aí produzida a banana, a manga e a uva de mesa. A presença da Agrolíder na Kibala abarca duas fazendas, uma com cerca de 1.000 hectares e outra que ronda os 750 hectares.

### I.51 Número de PME certificadas em Cabinda

*Jornal Expansão*  
22 De Maio de 2015

O Instituto Nacional de Pequenas e Médias Empresas (INAPEM) certificou, em Cabinda, 275 empresas no período 2012/2015, número que deverá crescer no decurso deste ano. Entre as acções desenvolvidas pelo INAPEM, destaca-se a formação de 627 empreendedores.

### I.52 Existe um grupo que se apoderou da riqueza dos angolanos

*Jornal Republica*  
15 De Maio de 2015

O crescimento económico em Angola não se tem feito acompanhar do respectivo desenvolvimento social, sublinhou o investigador angolano Nelson Pestana, que falou à Lusa à margem de uma conferência na Fundação Calouste Gulbenkian (FCG), em Lisboa.

"Após 27 anos de guerra civil, os angolanos puseram-se de acordo sobre os modelos político e económico e entrámos num período de paz, que deveria ser de desenvolvimento, mas os números estão aí para mostrar que, apesar do crescimento económico que se verificou em Angola, não houve o correspondente desenvolvimento social", declarou o conferencista à agência Lusa.

Nelson Pestana, investigador-coordenador no Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola, apresentou a palestra "Angola nos 40 Anos de Independência: roturas e continuidades" no âmbito da iniciativa "40 Anos de Independências", promovida pela FCG.

"Quando comparamos os indicadores do desenvolvimento económico com os do índice de desenvolvimento humano, vê-se perfeitamente que perdemos mais do que uma década. Se a década de 70 foi perdida em função da própria independência e da guerra civil, a década de 80 perdeu-se pela opção de centralismo económico que foi feito e a década de 90 perdemo-la pelo facto de um grupo se ter apoderado da riqueza e a ter tomado exclusiva desse grupo", afirmou.

Nelson Pestana, investigador-coordenador no Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola

Para o também professor do Instituto Superior de Ciências da Educação, "neste momento, Angola não tem condições de crescimento económico para fazer mais do que manter ou melhorar minimamente os níveis sociais do país".

"O acordo de independência de Angola tinha três componentes: uma componente política, uma componente social e uma componente psicológica. Havia a libertação política, a libertação social e a libertação psicológica. Nós apenas fizemos a libertação política e, mesmo assim, fizemo-la pela metade. As outras foram abandonadas", criticou Nelson Pestana.

"A libertação psicológica terá sido mesmo recuperada a favor do novo poder, criando novas sujeições e recuperando instrumentos que a própria potência colonial utilizava", com claro impacto na participação cívica, adiantou.

Criou-se, ou repôs-se, "um desenvolvimento separado, entre o espaço de cidadania agora não a 'civitas' colonial mas uma 'civitas' nacional restrita e o daquele que não tem direitos, que está excluído da 'civitas' nacional", explicou o investigador. "De qualquer forma, estamos aqui para continuar a

lutar para que a libertação social e a libertação psicológica se façam", concluiu.

Nelson Pestana licenciou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Angola e doutorou-se em Ciência Política pela Universidade de Montpellier I, participando da vida académica e cultural angolana, na medida em que é autor de artigos científicos mas também de trabalhos literários (que assina como E. Bonavena) publicados em Angola, Moçambique, Portugal, Brasil, Senegal, França, Itália e Estados Unidos. LUSA

## 2. MICROFINANÇAS

### 2.1 "As elevadas taxas de incumprimento do reembolso são um sintoma da falta de seriedade dos empresários"

*Jornal Expansão*

22 De Maio de 2015

Texto: Francisco de Andrade

Que apreciação faz sobre o funcionamento do projecto "Balcão Único do Empreendedor" (BUE), desde o seu lançamento, em 2012?

Creio que, em termos gerais, o processo de criação de empresas se tornou mais fácil devido à concentração da prestação dos serviços necessários num único balcão. Porém, para que a eficiência fosse máxima, deveria ter-se assistido a uma maior multiplicação destas unidades prestadoras de serviços públicos. O excessivo tempo de espera para atendimento pode ser um sinal de saturação.

Sente que o BUE está a cumprir com o papel para o qual foi concebido? Aparentemente, sim. Mas a melhor forma de o saber é inquirindo os utilizadores do serviço, o que não é difícil, haja em vista a quantidade de pessoas que diariamente o procuram.

Um relatório de balanço da actividade do BUE, a que o Expansão teve acesso, dá conta de que 89 das 174 dependências previstas por altura do seu lançamento estavam em funcionamento até ao final de 2014. O que é que isto indicia? Mais de 50%, portanto. O relatório a que alude na sua questão deve apontar as causas para uma tão reduzida taxa de execução, que podem relacionar-se com a insuficiência de pessoal qualificado para o efeito, quebra da procura por parte dos potenciais investidores/empreendedores, etc.

Como encara o facto de, por alegados problemas técnicos e burocráticos, a constituição simplificada e gratuita de empresas não estar a ser feita há mais de ano e meio, segundo fontes próximas do projecto?

Angola aparece sempre com uma classificação baixa nos relatórios internacionais sobre clima de negócios, facilitação burocrática; corrupção, tráfico de influências, etc.

Não sei a que tipo de problemas técnicos se refere, mas uma boa programação deveria prever a sua ocorrência e as formas rápidas de os ultrapassar.

Talvez se encontre aqui uma das razões da baixa taxa de cumprimento do número de balcões.

Outro grande problema que começa a surgir tem que ver com o furto ao reembolso dos financiamentos recebidos, por parte de alguns beneficiários. Que implicações isto poderá ter? Isto é um problema sério. As elevadas taxas de inadimplência dos bancos (não cumprimento das obrigações e responsabilidades contraídas) são um sintoma da falta de seriedade de muitos empresários, o que leva a banca comercial a apertar os seus critérios de concessão, a subir as suas taxas e comissões, a aumentar as provisões para créditos de cobrança duvidosa, etc.

O que se reflecte consequentemente da disponibilização de mais financiamentos ... ?

Com certeza, isto prejudica o financiamento do investimento privado. Mas este problema não se circunscreve aos utilizadores do BUE, dos financiamentos do Angola Investe (muita gente está convencida de que são doações do Estado) e de outras iniciativas de pequena dimensão. Até hoje continuamos sem saber a quem foram concedidos os 5,5 mil milhões USD de crédito do Banco Espírito Santo Angola (BESA).

### 2.2 Serviços vão pagar taxa cambial de 10%

*Jornal Expansão*

22 De Maio de 2015

As transferências de divisas para o exterior destinadas ao pagamento de serviços, nomeadamente de assistência técnica, prestados por estrangeiros a entidades comerciais angolanas vão pagar uma taxa de 10%, apurou o Expansão.

Em 2013, Angolagastou quase 23 mil milhões USD na importação de serviços, dos quais 9,3 mil milhões relativos a assistência técnica. Admitindo a taxa de 10%, a contribuição especial poderá render aos cofres do Estado cerca de 1.000 milhões USD/ano. A taxa cambial decorre do Orçamento Geral do Estado (OGE) 2015 Revisto, que autorizou o Presidente da República a criar "uma contribuição especial sobre as operações cambiais de invisíveis correntes".

De acordo com as fontes do Expansão, o decreto presidencial que estabelece o regime jurídico da contribuição especial nomeadamente, a incidência subjectiva e objectiva, a taxa aplicável, a definição dos sujeitos passivos, as isenções, as regras de liquidação, de cobrança e de pagamento, e o regime jurídico

subsidiário foi analisado pela Comissão Económica do Conselho de Ministros na última quinta-feira, 14 de Maio.

A contribuição especial, fixada nos referidos 10%, incidirá apenas sobre as transferências de divisas destinadas ao pagamento de serviços, nomeadamente de assistência técnica, prestados a entidades angolanas por não residentes cambiais. Ou seja, transferências para o estrangeiro de salários de expatriados ou a título de ajuda familiar de angolanos não pagarão taxa cambial.

Apenas os serviços contratados por entidades comerciais serão sujeitos à contribuição especial. "Os pagamentos efectuados a prestadores de serviços estrangeiros pelos ministérios não serão taxados, mas os solicitados pelas empresas públicas já serão, exemplificou ao Expansão fonte conhecedora do decreto presidencial.

O pagamento da contribuição especial será da responsabilidade da entidade residente cambial em Angola e deverá ser feito antes da transferência. Imagine-se que uma entidade angolana tem de pagar 100 mil USD a um não residente ao abrigo de um contrato de prestação de serviços. A primeira coisa a fazer é dirigir-se a uma Repartição de Finanças e pagar a taxa de 10%, no caso contravalor em Kz de 10 mil USD. Só munido do comprovativo de pagamento da taxa cambial é que a entidade angolana poderá solicitar a um banco a transferência de 100 mil USD para pagar ao prestador de serviços estrangeiro.

O Expansão sabe que a taxa cambial está a provocar um enorme 'alvorço' entre as petrolíferas, cujos representantes se têm desdobrado em acções de lóbi junto de entidades oficiais, tentando garantir que o sector, ou pelo menos parte dele - no caso as actividades de pesquisa e prospecção, fique isento.

Face ao poder do lóbi petrolífero, as fontes do Expansão admitem mesmo que o decreto presidencial sofra algumas alterações antes da publicação em Diário da República.

"Parece que o legislador procura apenas aumentar receitas sem conhecer bem os efeitos colaterais desta medida num país que, com isso, se torna mais caro", alerta José Severino, da Associação Industrial de Angola

"A taxa nominal de 10% afigura-se muitíssimo elevada, até porque acresce à retenção na fonte de 6,25% que já é devida", considera Jaime Carvalho Esteves, head of tax da PwC. Por essa razão, "irá penalizar muito a atracção de investimento

estrangeiro para Angola e poderá provocar pressões inflacionistas, dado que alguns fornecedores conseguirão repercutir o novo imposto no preço de bens e serviços", precisa o especialista.

## 2.3 «Kijilas» no aumento do salário

*Semanário Angolense*

*30 De Maio de 2015*

*Texto: N. Talapaxi S.*

O último debate parlamentar, que aconteceu no pretérito dia 22 de Maio, não trouxe nada de novo ao assunto do salário mínimo nacional (SMN) naquilo que para a população é palpável. Mas, se alguma coisa de notável aconteceu, foi só mesmo a confirmação de que o ordenado mensal mais baixo que um angolano deve receber, por lei, é de 15 mil Kwanzas.

Há a realçar também o facto de que a falta de uma discussão mais minuciosa sobre este assunto no decorrer do processo que aprovou recentemente a nova Lei geral do Trabalho, onde a questão salarial se encontraria perfeitamente encaixada, acabou por transportar para o debate mensal as abordagens que no parlatório ficaram caladas.

Há mais ou menos oito meses, esse valor de 15 mil Kz valia perto de 150 dólares norte-americanos, mas as circunstâncias criadas pela baixa do preço do grude no mercado internacional e a desvalorização da moeda nacional, subtraíram consideravelmente o poder de compra do mínimo salarial.

Tendo em conta que o valor cambial do dólar norte-americano, hoje, é de 110,80 Kz, os 15 mil kwanzas do SMN correspondem a 135,37 USD. Quer dizer que, por dia, traduzem-se em 496,38 Kz (4,51 USD). Ou, se quisermos estabelecer esse ganho por hora, como em muitos países, considerando em média uma jornada de oito horas de trabalho, 15 mil Kz representam algo como 62 Kz por hora (65 cêntimos de dólares).

Os próprios deputados sabem que ninguém vive condignamente em Angola com um ordenado deles. Se antes da crise esse limite mensal já era pouco, em tempos de crise é pior. Porque afinal, além de tudo, uma das consequências directas desse momento de instabilidade é também o aumento da inflação. Com isso as implicações, quanto ao aumento de determinados custos, diante de qualquer que seja o aumento na mensalidade salarial do trabalhador, no contexto dos indicadores económicos, são próprias do processo. E as Finanças registam e ressentem esse impacto. Ainda mais quando, como no nosso caso, o

valor do SMN tem como beneficiário primário o funcionário público.

Isso nos levar a ter a consciência de que o projecto de aumento do ordenado é um exercício melindroso. É impossível sair-se de uma mensalidade salarial mínima de 15 mil kwanzas para um mínimo de 50 mil Kwanzas, como sugerir o PRS, sem um tremor sísmico financeiro nas contas públicas e até nos índices macroeconómicos.

Não nos esqueçamos de que o salário mínimo não foi decretado sozinho. O mesmo ofício presidencial que estabeleceu os 15 mil kwanzas como o limite de fundo a ser pago pelos patrões aos empregados, indicou este para os trabalhadores do sector agrícola, assim como determinou que para os sectores do comércio e indústria extractiva o salário mínimo é 23 mil kwanzas e, para os sectores de transporte, serviços e indústrias transformadoras, o salário mínimo é de 19 mil kwanzas.

Implica dizer que o valor mínimo do salário não pode sofrer uma promoção isolada. O aumento deve acontecer em cascata.

Isto é, todos, proporcionalmente, devem usufruir d promoção salarial. Nos moldes do sonho de ganhar 50 mil kwanzas, no lugar dos 15 mil kwanzas, a questão que se coloca é qual seria o aumento então para as categorias cujos ordenados são de 19 mil kwanzas e de 23 mil kwanzas? Inevitavelmente, como proposição imediata da injeção de mais dinheiro no mercado, por meio da promoção dos salários, a inflação tende a disparar. É ela inclina-se a ser maior (o que quer dizer subida de preço dos bens de consumo), quanto maior for o aumento das mensalidades salariais.

Paralelamente a esse fenómeno a outra consequência de uma alta brusca ou mal calculada de salários reside no aumento do número de desempregos e na diminuição de novas contratações. O aumento da folha de pagamento dos ordenados faz com que o empresariado diminua a força de trabalho, para equilibrar as contas, visando a sobrevivência dos próprios negócios.

Por seu turno, o Estado também não foge das regras do mercado, enquanto agente produtor. Está sujeito a suspender ou a adiar novos concursos perante enchimento dos custos com os recursos humanos, tendo em vista que no sector público o salário é apenas o vagão da frente que puxa um comboio de subsídios arcados pelo bolso do contribuinte.

Num panorama geral, o país produz menos frente a nova realidade produzida pelo aumento do salário mínimo. O agravamento dos custos das empresas é directamente proporcional a diminuição do capital de investimento, sobretudo em firmas de peque e médio porte. E, por conta do desemprego, abrem-se os corredores dos biscates e de todo um mercado informal.

Entretanto tudo isso não significa que não se deve avançar no sentido do aumento salarial. É imprescindível. Se o petróleo não está a render como rendia, o preço dos combustíveis subiu, se o Kwanza desvalorizou-se e a inflação aumentou de percentagem, não pode ser somente o salário do trabalhador que vai ficar estagnado.

É tarefa da força governamental pôr a «massa cinzenta» a funcionar para encontrar as devidas soluções nas cifras do equilíbrio.

E como disse o presidente do grupo parlamentar do Partido de Renovação Social, Benedito Daniel, sobre essa matéria em discussão, «ainda que venha a ser implementado a posteriori, num cenário mais calmo, longe da actual crise financeira» o salário mínimo deve ser estabelecido.

Ademais, a indagação que esse política faz é a indicação de muitos: «não faz sentido que um angolano ganhe 15 mil Kwanzas, quando um cozinheiro brasileiro ou português vence várias vezes mais. Então, este país é próspero para quem?».

## 2.4 BPC Região Leste Acusados De Trapaça

*Jornal Manchete*

*15 De Maio de 2015*

O Banco de Poupança e Credito, na região leste esta a ser acusado de ter orquestrado um golpe contra as cooperativas agrícolas naquela localidade no que o credita agrícola diz respeito. De acordo com denúncias chegada a nossa redacção, de cerca 140 cooperativas na região leste que foram apuradas para o referido credito apenas urn terço beneficiou na plenitude.

De acordo com relatos dos visados os valores referente ao crédito agrícola entraram nas suas contas mas desapareceram automaticamente sendo transferidas para contas de empresas supostamente fornecedoras de produtos que entretanto serviriam para a implementação dos referidos projectos.

Facto e que estas empresas fornecedoras não celebraram nenhum contrato com as cooperativas chegando em alguns casos serem mesmo desconhecidas destas. As denúncias referem que a trama era orquestrada pelo Director Regional Leste do Banco de Poupança e Credito, senhor Serafim Neves Cachuchu, que fazia os acordos com os mesmos ao invés dos proprietários das cooperativas.

O Manchete tornou igualmente conhecimento de que as empresas seleccionadas, pela direcção da região leste, como fornecedores, algumas não estão estabelecidos na província, sendo que as que tem escritórios naquelas localidades não tem capacidade de dar respostas aos clientes. Sabe-se porem que em algumas delas quando o cliente lhes solicita o fornecimento de matérias e equipamentos em função dos valores pagos pelo Banco estes "alegam quase sempre autorização do director regional", confidenciou-nos urn visado.

"Eu não fiz contrato com o fornecedor, então não acho legitimo me imporem urn fornecedor que por sinal não tem capacidade de responder com as minhas necessidades e continuo a pagar urn credito do qual não beneficiei, alguém tem que me esclarecer, e este alguém e a administração do Banco", desabafou.

Entretanto o Manchete tentou ouvir o Conselho de Administração do Banco mas não foi bem sucedido, pelo que esforços continuarão a ser envidados no sentido de buscar esclarecimento sobre esta "novela".

## 2.5 Governador de BNA «garante» valorização de títulos públicos

*Jornal Semanário Angolense*

*16 De Maio de 2015*

*Texto: Baldino Miranda*

O governador do Banco Nacional de Angola (BNA), José Pedro de Moraes, disse tudo o que tinha que esclarecer aos gestores da Comissão do Mercado de Capitais (CMC) e da Bolsa de Valores de Divida de Angola (BODIVA) em relação aos critérios de determinação da estabilidade dos preços, estabilidade dos sistemas financeiros e o papel o que o Banco Central desempenha no mercado de dívida pública primário como operador do Estado assegurando a colocação dos títulos emitidos pelo Tesouro Nacional.

O governante enfatizou que no seu papel de garante de preços e do sistema financeiro, o BNA presta uma atenção especial a regulação e monitorização dos mercados financeiros, em particular a

regulação dos níveis de liquidez, para o efeito, o banco central dispõe de instrumentos de regulação de liquidez visando manter este indicador financeiro em níveis compatíveis com os objectivos de crescimento económico e de estabilidade dos preços.

José Pedro de Moraes garantiu que semanalmente o BNA dá a conhecer as suas intervenções no mercado financeiro através de operações de liquidez suportadas por títulos públicos. Neste contexto, frisou, a actuação do Banco visa, por urn lado, retirar os excedentes que podem colocar em causa os objectivos da estabilidade de preços e a estabilidade de sistemas financeiros e, por outro, prover liquidez ao sector bancário permitindo uma meia fluidez operacional e rentabilização das suas estruturas patrimoniais e dos seus balances.

Para o principal gestor do Banco Central, no plano operacional estas emissões de dividas fazem-se sob a forma de instrumentos desmaterializados tal como recomendam as boas praticas internacionais através de urn mecanismo electrónico institucionalizado que permite o acesso Online em modo não presencial as instituições financeiras bancárias participantes deste segmento de mercado. Este mecanismo garante a transparência requerida ao processo de emissão de divida, promove a formação das taxas de juros das emissões dos títulos públicos e preserva a salvaguarda da titularidade dos títulos.

O governador sublinhou ainda que, adicionalmente, o BNA garante a guarda de valores através da sua central de custódia de títulos, tanto as emissões primárias de títulos públicos como as posteriores alterações de titularidade de custódia decorrentes de transições em mercado secundária, realizadas através dos bancos comerciais. Essa função garante ao investidor o registo das devidas aplicações neste segmento de mercado permitindo assim autorização dos mesmos em condições de adequada fiabilidade operacional.

«Todas essas transacções não seriam possíveis se o Banco Central não tivesse criado condições tecnológica e regulamentares para a liquidação das operações em estrita observância das regras internacionais sob os sistemas de pagamento nomeadamente as recomendações do banco internacional de liquidações e as cláusulas da Iusco assegurando a materialização do princípio ECP entrega contra pagamento como forma de liquidação do risco de liquidez», revelou.

José Pedro de Moraes garantiu que e este por enquanto 0 figurino operacional que 0 BNA tem para oferecer nesta fase embrionária do lançamento pela

BODIVA das transacções no mercado secundário de títulos da dívida pública.

«Gostaria apenas de reafirmar aqui aos senhores gestores da Comissão de Mercado de capitais e da BODIVA o nosso compromisso de trabalhar convosco no desenvolvimento do mercado interno da dívida pública para garantir a fiabilidade das transacções com títulos públicos, assegurar a formação de uma curva taxa de juros que reflecta as condições de mercado, prever liquidez aos títulos em mercado e por essa via ampliar o volume de transacções tanto no mercado primário como no secundário».

De acordo com o governador, as instituições tem a responsabilidade de trabalharem em conjunto para a criação de instrumentos financeiros que promovam a estabilidade financeira, fomentem o investimento e incentive a poupança nacional.

Segundo reconheceu, o Fórum Nacional de Investimento em Dívida Pública vem preencher uma lacuna histórica no processo de coordenação macroeconómica e por isso mesmo deve ser aplaudida, tanto pelos investidores que se fizeram presentes na cerimónia, como o Banco Nacional de Angola na sua função magna de gestor da liquidez.

«Por um lado temos os benefícios já amplamente conhecidos dos investidores que acedem a realização diária das operações de compra e venda de Títulos públicos com transparência de preços e prazos adequados as suas necessidades de amortização dos seus activos. Por outro colhemos benefícios de natureza macroeconómica pois o mercado secundário ao permitir a transferência dos títulos entre os investidores privados sem recorrer as operações compromissadas em instituições financeiras monetárias converte-se num importante aliado das políticas afectas ao Banco Central para assegurar a estabilidade monetária».

«Não tenho dúvidas de que a forma cuidadosa como a CMC tem desenvolvido e estruturado o Mercado de Capitais vai contribuir decisivamente para desconcentração de investimentos nas mãos dos poucos agentes económicos tornando possível por meio de um rápido remanejamento do capital a realização de uma maior gama de projectos produtivos e que por consequência contribuirá para diversificação e crescimento da nossa economia», concluiu.

## 2.6 Executivo duplica empréstimo britânico

*Jornal de Angola*  
18 De Maio de 2015

O Executivo vai mais do que duplicar, para 550 milhões de dólares (60,5 mil milhões de kwanzas), o financiamento junto de uma empresa do Reino Unido especializada nos mercados emergentes, garantindo a execução de projectos de desenvolvimento nacional.

Em causa está um despacho de 11 de Maio, aprovando o incremento de 300 milhões de dólares (mais de 33 mil milhões de kwanzas) ao anterior acordo de financiamento com a GemCorp Capital LLP, aprovado por despacho de 5 de Janeiro, então no valor de 250 milhões de dólares (27,5 mil milhões de kwanzas).

Este é um dos vários acordos de financiamento que o Governo angolano assina nos últimos meses para garantir as necessidades de financiamento para 2015, face a queda das receitas petrolíferas já previstas no Orçamento Geral do Estado (OGE) do ano em curso.

O mesmo despacho autoriza o Ministério das Finanças a proceder à assinatura da "segunda tranche" desta "facilidade de crédito",

"Há necessidade de reforçar o financiamento de diversos projectos de interesse público, indispensáveis ao desenvolvimento nacional", lê-se no primeiro despacho, de 5 de Janeiro, em que era autorizado o acordo inicial com a GemCorp.

O Executivo anunciou em Abril que pretende levantar dez mil milhões de dólares (mais de um trilhão de kwanzas) em financiamento extremo para prosseguir o plano de infra-estruturas, contornando as dificuldades internas criadas com a queda dos preços do petróleo, que obrigou ao corte de cerca de um quarto do orçamento estatal para este ano (15 mil milhões de dólares 1.650 triliões de kwanzas).

Apesar do rombo nas contas públicas com a queda em valor das exportações de petróleo, de que depende fortemente a economia angolana, o



Governo vai continuar a dar prioridade aos gastos com infra-estruturas vi tais, incluindo a construção de uma refinaria orçada em seis mil milhões de euros, garantiu o ministro da Economia, Abraão Gourgel, numa entrevista ao "Financial Times".

"Há projectos que estão a ser adiados, projectos que não arrancaram e projectos em curso vão abrandar, mas grande parte são financiados por linhas de crédito estrangeiras, portanto não sentem qualquer impacto", disse o ministro.

## 2.7 Volume de transacções permaneceu inalterado

*Jornal de Angola*  
26 De Maio de 2015

O Banco Nacional de Angola (BNA) vendeu na semana passada 300 milhões de dólares no mercado primário a uma taxa de câmbio média de 110,582 kwanzas por dólar, vela um comunicado publicada sítio da Internet da instituição.

A soma vendida aos bancos comerciais manteve-se inalterada em relação à semana anterior, quando câmbio médio para as transacções vá 110,166 kwanzas por dólar.

O BNA colocou no mercado primário Títulos do Tesouro avaliados 1 61,7 mil milhões de kwanzas, 15 quais 56,1 mil milhões eram Bilhetes do Tesouro (BT) e 5,6 mil milhões obrigações do Tesouro (OT). As OT foram emitidas nas maturidades dois, três, quatro e cinco a taxas de juro de 7,00, 7,25, 50 e 7,77 por cento ao ano, entanto os BT tinham maturidades de 63, 91, 182 e 364 dias e juros de 49,4, 15,4, 77 e 6,42 por cento.

A colocação para venda directa títulos ao público ficou em 12,8 milhões de kwanzas, com reavaliados em 30,9 milhões nas maturidades de 182 e 364 e juros médios de 4,69 e 2,50 por cento.

As OT indexadas ao dólar estavam aliadas 501,9 milhões de kwanzas, com maturidades de dois, três, quatro e cinco anos a taxas de 7,00, 7,25, 50 e 7,77 por cento ao ano.

### Operações monetárias

No intercambio os bancos realizaram cedências de liquidez overnight, sem garantia de títulos, de 101,9 mil milhões de kwanzas, mais 18,21 por cento que na semana anterior, quando as operações se situaram em 86,2 mil milhões. O volume médio diário de transacções foi de 20,4 mil milhões de kwanzas.

A LUIBOR overnight apurada no Último dia da semana foi de 6,25 por cento, inalterada face à semana anterior. Para as maturidades de 30, 90, 180, 270 e 360 dias situou-se em 7,77, 8,41, 8,99, 9,50 e dez por cento ao ano, com variação de 0,0 1 em relação à semana anterior na maturidade de 90 dias.

## 2.8 Banco de Desenvolvimento vai simplificar concessão de crédito

*Jornal Semanário Económico*  
21 De Maio de 2015  
Texto: Marta Cassinda

O administrador executivo do Banco de Desenvolvimento de Angola, Walter Barros, disse em Benguela, durante uma palestra realizada na quinta edição da Feira Internacional de Benguela (FIB), que a sua instituição vai flexibilizar e simplificar o processo de análise e concessão de crédito ao sector empresarial e a empreendedores nacionais.

Segundo o responsável, os trabalhos que visam tornar possível este propósito datam de 2014. "Os trabalhos tiveram início no final do ano passado com a aprovação do novo estatuto orgânico que abrange, entre outras vertentes, o reforço de recursos humanos qualificados e as estratégias de abordagens dos pedidos de financiamentos, a julgar pelas reclamações que foram surgindo nos anos anteriores", disse o responsável.

Walter Barros fez saber que o BDA vai aliviar em todos os domínios, por meio da absorção de alguma informação que o Banco recebeu dos seus clientes.

"Várias reclamações e constrangimentos vividos pelos clientes do BDA foram chegando ao conhecimento do banco, o que vai ajudar, em conjunto a corrigir algumas dificuldades", disse.

Lembrou que, desde os finais do ano passado, o BDA está atender projectos estruturantes de montantes superiores a 500 milhões de kwanzas, porque entregou aos bancos comerciais a responsabilidade de concederem créditos em montantes inferiores a 500 milhões de kwanzas.

### Mais acções no Cuanza-Sul

Referindo-se aos resultados das acções do BDA, Walter Barros disse que estes são mais visíveis na província do Kwanza -Sul.

"É a província onde alguns espaços de cultivo de grande extensão, com produção diversificada têm colocado no mercado grandes quantidade de produtos do campo", fez saber.

Durante a sua intervenção sublinhou que, o banco já financiou muitos projectos que são de médio e longo prazo, mas que estão em execução e que requerem mais algum tempo para que comecem a render.

O Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) aprovou, desde o início das suas actividades em 2007 até ao presente ano, 863 projectos avaliados em mais de 124 mil milhões de kwanzas. Foram contabilizados neste período 34 programas de financiamento, estruturados em 8 subsectores da economia nacional, nomeadamente, o da produção vegetal, pecuária, mecanização agrícola, indústria dos materiais de construção, indústria alimentar e de bebidas, outras indústrias transformadoras, comércio e serviços e por último os programas especiais.

Nesta senda, acordo com a comunicação, os financiamentos abrangeram 544 projectos para agricultura, o correspondente a 44 mil milhões de kwanzas, 189 projectos no sector do comércio e serviços avaliados em 17 mil milhões de kwanzas e 130 projectos ligados ao sector da indústria avaliados em mais de 63 mil milhões de kwanzas.

## 2.9 Crédito a economia cresceu 9,9% no primeiro trimestre

*Jornal Expansão*

*29 De Maio de 2015*

*Texto: Francisco De Andrade*

O crédito concedido à economia pelo sistema bancário angolano em Março, cresceu 9,9%, para 3,7 biliões Kz (34.106 milhões USD), face aos 3,4 biliões Kz (31.029 milhões USD), segundo contas do Expansão feitas a partir das estatísticas monetárias e financeiras preliminares do Banco Nacional de Angola (BNA), publicadas no seu website.

Do volume de empréstimos, 1,0 biliões Kz (9,2 milhões USD), cerca de 27,1%, foi feito em moeda estrangeira.

Os dados preliminares do banco central mostram que os empréstimos feitos à Administração Central passaram de 2,0 biliões Kz, em Dezembro de 2014, para os 2,2 biliões Kz, em Março, uma evolução de 1,2%. Para o sector público (excluindo a Administração Central) saíram 61,5 mil milhões Kz, no último mês do ano passado, fixando-se em Março

nos 63,6 mil milhões Kz, representando um crescimento de 3,3%.

Entre os sectores que mais beneficiaram de empréstimos da banca no primeiro trimestre do ano em curso, destacam o 'Outras Actividades de Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais', com 689.4 mil milhões Kz (um ligeiro aumento de 0,9%), seguindo-se o 'Particulares', que, em sentido contrário, registou uma quebra de 4,5%, para 657,5 mil milhões Kz, face aos 688,6 mil milhões Kz de Dezembro. O ramo da 'Actividade Imobiliária, Aluguer e Serviços Prestados as Empresas' aparece na terceira posição do grupo dos que mais se beneficiaram do crédito da banca, com 609,3 mil milhões Kz.

Compõem o quadro dos maiores beneficiários os sectores de 'Comércio por Grosso e a Retalho' (589, 6 mil milhões Kz); 'Construção' (360,3 mil milhões); 'Indústria Transformadora' (265,5 mil milhões Kz); 'Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura' (147,6 mil milhões Kz); 'Actividades Financeiras, Seguros e Fundos de Pensões' (98,4 mil milhões Kz); 'Indústria Extractiva' (70,2 mil milhões Kz) e 'Transportes, Armazenagem e Comunicações', com 66,4 mil milhões. RIL continuam em queda Por outro lado, os dados do BNA mostram que as Reservas Internacionais Líquidas (RIL) do País atingiram, em Março último, 2,7 biliões Kz, o equivalente a 25,0 mil milhões USD ao câmbio actual, representando uma queda de 1,5% face a Dezembro de 2014.

Em Dezembro do ano passado, as fixaram-se nos 2,8 biliões Kz, valendo, na altura, cerca de 27,4 mil milhões USD, e tudo indica que, ao longo deste ano, continuem a cair progressivamente, dada a queda do preço do barril de petróleo.

Em Janeiro do ano em curso, as RIL equivaliam a 25,4 mil milhões USD e garantiam à volta de seis meses das necessidades de importações angolanas. Em Fevereiro, desceram para 25,2 mil milhões USD, fixando-se em Março, como já referido, nos 25 mil milhões USD.

A queda das RIL era previsível face à quebra nas exportações de petróleo, que, associada à baixa da cotação do crude, levou as receitas fiscais petrolíferas de Angola a caírem para cerca de metade nos últimos meses, e, por consequência, a captação de divisas pelo País, sobretudo dólares, também baixou. Isto mesmo levou o Governo, aquando da aprovação do Orçamento Geral do Estado (OGE) 2015 Revisto, em Março, a projectar uma redução de 28,4% nas RIL este ano, caso persista a "crise do petróleo".

"Na eventualidade de a situação de crise perdurar durante todo o ano, a perda de RIL poderá elevar-se a 8.005,39 milhões USD, posicionando o stock de RIL em 19.277,18 milhões de dólares", prevê o Relatório de Fundamentação do OGE 2015.

O petróleo representa cerca de 98% do total das exportações angolanas, tendo o sector petrolífero garantido, de acordo com dados do Ministério das Finanças, 76% das receitas fiscais. Entretanto, a queda do preço do petróleo poderá reduzir o peso desta commodity nas receitas fiscais para 35,5% este ano.

A crise financeira mundial verificada em 2009 fez as RIL caírem para 13 mil milhões USD, o que 'forçou' o Governo a pedir um empréstimo de 1,4 mil milhões USD ao Fundo Monetário Internacional (FMI), que serviu fundamentalmente para equilibrar a balança de pagamentos.

## 2.10 Crédito Millennium Angola avança 44,6%, de depósito sobem 11,2%

*Jornal Expansão*

*29 De Maio de 2015*

*Texto: Ricardo David Lopes*

A carteira de crédito do Banco Millennium Angola aumentou 44,6% em 2014, face ao ano anterior, para cerca de 117,4 mil milhões Kz, indicam as demonstrações financeiras da instituição, divulgadas esta semana no Jornal de Angola. Este aumento foi acompanhado por um avanço de quase 50% nas provisões para créditos de liquidação duvidosa, que atingiram perto de 7,8 mil milhões Kz, segundo o mesmo documento.

No ano passado, o banco liderado por António Gaioso Henriques viu o total do activo crescer 9,4%, para cerca de 244,7 mil milhões de Kz. Os depósitos, por seu turno, subiram 11,2%, para 180,9 mil milhões Kz, sobretudo à custa da subida dos depósitos a prazo, que avançaram 19,4%, atingindo 84,9 mil milhões Kz. Os depósitos à ordem aumentaram 'apenas' 4,7%, totalizando 95,9 mil milhões Kz.

Em 2014, ano em que os lucros por acção do banco avançaram perto de 17,9% para 606 Kz -, a margem financeira cresceu 314%, para 11,3 mil milhões Kz. O resultado líquido do exercício atingiu cerca 5,7 mil milhões Kz, mais 17,8% face a 2013.

O documento divulgado no Jornal de Angola não explica a origem da forte subida do crédito, mas, segundo o Relatório e Contas de 2014 do Millennium

BCP, que detém, através da BCP África, SGPS, Lda., 50,1 % da instituição, o banco de direito angolano "continuou com uma posição de destaque no financiamento às pequenas e médias empresas (PME) através do programa Angola Investe", tendo apoiado, com crédito bonificado, 78 operações no País, para além de ter lançado o PME Excelência, "com serviços e condições preferenciais para empresas financeiramente estáveis e com projectos inovadores e sustentáveis".

O documento, divulgado na página do BCP na internet, indica que o Millennium Angola fechou o ano passado com uma quota de mercado de 3,3% nos créditos e idêntica percentagem nos depósitos.

Rede de agências cresce 7,3%

A rede de agências passou de 82, em 2013, para 88, em 2014, um aumento homólogo de 7,3%, enquanto o número de colaboradores cresceu 6,3%, para 1.143. Nas novas plataformas, a instituição chegou ao final de Dezembro do ano passado com 1.543 clientes utilizadores de internet banking e 109 de mobile banking.

A rede de ATM era composta por 120 terminais e a de POS por 1.780 'máquinas'.

O 'dono' português do Millennium Angola terminou o exercício de 2014 com um prejuízo de 217,9 milhões de euros (cerca de 26 mil milhões Kz), que compara com o resultado negativo de 740 milhões no ano anterior.

Para além do BCP, a estrutura accionista do Millennium Angola é composta pela Sonangol (29,9%), Banco Privado Atlântico, S.A. (15%) Globalpactum - Gestão de activos, S.A. (5%).

## 2.11 Crise. Bancos sem dinheiro reduzem créditos

*Jornal Agora*

*29 De Maio de 2015*

*Texto: Martins Chambassuco*

A questão já é preocupante para muitos homens de negócios, com particular destaque para a banca comercial, que reduziu o crédito à economia.

Embora a autoridade monetária do país não tenha admitido a real falta de cambiais no mercado angolano, a situação é diferente para quem pretende viajar ao exterior, onde a moeda nacional não é negociável.

Analistas dizem que a última actualização do mercado monetário e financeiro, feita pelo Banco Nacional de Angola (BNA), espelha bem o pessimismo instalado na venda pública de divisas e da concessão de créditos à economia

Em Março último, de acordo com documento do Banco Central, os empréstimos concedidos voltaram a descer cerca de 1,3%, face ao mês anterior, cifrando-se em 4.124 mil milhões de kwanzas (40,2 mil milhões de dólares).

O documento distribuído em Luanda indica que o relatório mensal do BNA sobre o panorama monetário e financeiro do país e os empréstimos à administração central registaram evolução contrária e cresceram durante o período em referência 1,2% para 269.791 milhões de kwanzas (2,7 mil milhões de dólares).

A falta de liquidez nas empresas públicas, conforme o BNA, fez que os empréstimos da banca comercial para o resto do sector público caíssem para os 4,5% no mesmo mês, para 63.538 milhões de kwanzas (635.380 milhões de dólares).

A tendência da redução do financiamento, segundo análise da autoridade monetária angolana, é fruto da queda das receitas do petróleo com a baixa do preço do mesmo no mercado internacional, o que fará o peso do crude nas receitas fiscais do país, na previsão do Governo, descer de 70%, em 2014, para uma estimativa de 36,5% até final do ano.

Mesmo com estas oscilações do mercado financeiro, a situação foi diferente para o sector privado, que absorveu o grosso dos empréstimos concedidos, totalizando 3,2 biliões de kwanzas (23,3 mil milhões de dólares), uma ligeira subida, se comparada a de Fevereiro.

Indica, igualmente, que o crédito total concedido durante o período em análise se cifrou nos 4.124 mil milhões de kwanzas (40,2 mil milhões de dólares), uma redução de 1,3% face a Fevereiro, quando se atingiram os 4.178 mil milhões de kwanzas (41 mil milhões de dólares) ao contrário de Janeiro, aquando o volume total de crédito já tinha descido 4,5%.

**QUADRO NEGRO.** Conforme o economista e docente universitário, Carlos Ngongo, existem duas realidades neste país, o que se vive na economia real não afecta o poder.

"Os sacrifícios anunciados pelo Presidente da República (PR) são um exercício difícil para quem está a ver que os bancos comerciais não estão a disponibilizar os dólares e sabemos que este país está refém ao petróleo e este produto gera divisas. Então,

há que estabelecer prioridades do financiamento que se pretende", disse, tendo explicado que a análise do BNA peca em não divulgar as vendas de divisa no mercado primário e o que aconteceu no secundário.

"Estamos presos à informação da movimentação interna, relativamente ao financiamento da economia e o que, realmente, os bancos receberam do Banco Central como estímulo à sua actividade", questionou o nosso interlocutor.

"Ainda me lembro de que fui das pessoas mais críticas deste processo e disse, na altura, que não se criassem ilusões, porque o país não produz o suficiente para sustentar o mercado interno e que a prioridade fosse a luta pelo crescimento a dois dígitos. Em contrapartida, a teimosia de uma elite duvidosa com o interesse do projecto Angola trouxe-nos até aqui", lamenta o nosso interlocutor.

Um país, avaliou, deve ter a sustentabilidade de na sua indústria. A importação dos derivados do petróleo, neste momento, chega a superar as receitas que entram no país.

"Em 2014, a receita petrolífera cresceu 70%, e tínhamos as reservas internacionais líquidas em alta, cerca de 34 mil milhões de dólares e hoje quanto é que o país tem para acudir a vida interna? Certamente que, em termos de curvas de provisões financeiras, estamos a pique", lembrou o académico.

O que não funcionou, identificou, é a planificação, uma vez que poderíamos muito bem conviver com as duas moedas, embora a externa reduzida. E sustenta a ideia com a afirmação de que o mercado paralelo é o modelo mais vivo da falta de sintonia nos órgãos que definem a política financeira do país e as apreciações que se fazem aos gastos para o poder político.

"O país caminha 'às cegas' para encontrar o modelo de gestão do erário. É bom que se façam análises que vinquem e que há transparência. Estamos preocupados com os preços dos combustíveis, enquanto a moeda nacional derrapa diante do dólar. Uma nota de 100 dólares está a ser vendida a 20 mil kwanzas e o que se assiste é o interesse de ir à rua vender o dólar", sublinhou.

Há, no seu entender, a necessidade de acompanhar o mercado paralelo, porque, à primeira vista, é possível ver o crescimento da venda de divisas nas ruas.

"Cresceu o movimento e a razão é que há pessoas que sustentam este mercado. A desvalorização do kwanza já está reflectida na taxa de inflação real e não a do BNA, uma vez que não há engajamento

nenhum, para que esta tendência não se prolongue", notou.

Na análise que faz do mercado financeiro angolano, Carlos Ngongo junta-se aos demais estudiosos e rebate que a questão das emissões de obrigações como instrumento de financiamento para compensar a descida das receitas petrolíferas não pode ser o caminho.

"Então, recorreremos ao Reino Unido e já estamos com um empréstimo de 1000 milhões de dólares e à espera que as Finanças digam o endividamento do Estado a nível interno e fazer um quadro comparativo com o tecto de endividamento recomendável a nível internacional. O caminho poderá ser um resgate e o fim do monopólio das nossas riquezas", garantiu.

As significativas descidas das receitas fiscais provenientes deste sector, que é o motor do crescimento e estabilidade financeira em Angola, podem condenar o país a mendigar apoios que poderão hipotecar as gerações futuras.

"A governação tem de pensar o dia de amanhã e é fundamental monitorar as movimentações da banca, no bom sentido, porque acredito que muito dinheiro dos bancos comerciais está no mercado informal e a consequência é que não há divisas para quem precisa de se deslocar ao exterior", revelou.

Para ele, isso não é tudo. Há que motivar o interesse dos investidores estrangeiros até nacionais e definir bem as competências quando se trata da aprovação dos projectos de iniciativas empresariais.

"Há interesses em investir no país, mas, se tiver uma avaliação do investimento estrangeiro, nestes cinco meses de 2015 penso que houve uma grande retracção, enquanto vários projectos foram engavetados ou indeferidos", afirmou a fonte, que é aqui onde o país tem deficiências, porque, se o investidor não for de conveniência, nada sairá do papel.

Queres outro exemplo? - Questionou, acrescentando que todas as iniciativas que visavam a promoção do empreendedorismo no país foram partidarizadas.

"Olhe para os beneficiários directos do Angola Investe. O BUE caiu no esquecimento e muitas outras acabaram por voltar para a elite e os cidadãos à espera e ninguém diz", lembrou.

**ENDIVIDAMENTO.** De acordo com dados do Ministério das Finanças, a emissão de dívida pública por Angola deverá situar-se, este ano, em 20 mil milhões de dólares, com recursos a captar junto de

investidores privados, pagando juros que chegam a 7%.

Considerado o pior ano das finanças, o nosso interlocutor acredita que ainda temos margem de manobra para o endividamento até ao tudo.

Questionado sobre o que sabe do plano anual de endividamento público para 2015, respondeu que este montante é o necessário para garantir o financiamento do Orçamento Geral do Estado - 2015 revisto.

Recentemente, Angélica Paquete, directora de Gestão da Dívida Pública, assegurou que "introduzimos, no exercício fiscal de 2015, a possibilidade de os investidores privados ou colectivos poderem aceder ao mercado primário interno".

O acesso dos investidores privados pode ser feito através de Bilhetes de Tesouro, de prazos mais curtos e com taxas de juro que variam entre 4,5% (a 91 dias) e 6% (364 dias), num montante total a colocar pelo Estado equivalente a 402 mil milhões de kwanzas (3,8 mil milhões de dólares).

Igualmente acessível a investidores privados, através do BNA, estão as Obrigações de Tesouro, com maturidades de 2 a 5 anos, e taxas de juro de 7%, descritas pelo Governo Angolano como um dos mais elevados retornos do mundo neste tipo de produto financeiro.

O Estado Angolano espera arrecadar, nesta componente, mais de 480 mil milhões de kwanzas (4,6 mil milhões de dólares) este ano, apesar da situação económica e financeira desfavorável do país, face à quebra nas receitas do petróleo.

## 2.12 China quer instalar bancos em Angola

*Jornal de Angola*  
30 De Maio de 2015

A China quer Instalar a curto prazo sucursais de alguns bancos de direito chinês em Angola, no quadro da colaboração económica entre os dois países, anunciou na quinta-feira, em Pequim, a delegação chinesa na Comissão Mista de Cooperação Bilateral.

A secretária de Estado para a Cooperação disse que Angola tem também interesse em evoluir para a cooperação no âmbito financeiro.

Ângela Bragança afirmou que, com base nesse interesse, Angola entregou à parte chinesa uma

proposta de Memorando de Entendimento para ser analisada.

A secretária de Estado para Cooperação referiu está em aberto a discussão no domínio da promoção e protecção recíproca de investimentos, cujo acordo de formalização deve ser assinado este ano.

Em processo de negociação e aproximação de interesses, declarou Ângela Bragança, estão, entre outros, instrumentos jurídicos e os relacionados com a facilitação de vistos. A Secretário de Estado disse serem documentos que vão ser aprofundados por uma equipa mista. "Está proposto o delineamento de apoios concretos que vão dar uma moldura mais objectiva ao que Angola espera do financiamento do Governo chinês, sobretudo na óptica de obtenção de resultados", salientou.

A par do aprofundamento da discussão de documentos, Angola pretende que mais empresas chinesas invistam no país em áreas ainda por serem definidas pelas partes.

Ângela Bragança disse ter sido estudado, com os representantes do parceiro asiático, outras modalidades de colaboração financeira para elevar a cooperação em várias áreas, incluindo na da avaliação de soluções inovadoras de investimento e financiamento. As relações diplomáticas entre Angola e China datam de 1983. Em 2014, o comércio entre os dois países ascendeu a 37,07 mil milhões de dólares. O chefe da Casa Civil exortou em Abril a China "a reforçar o investimento" em Angola nas áreas da energia, águas, agricultura, pescas e transportes para "consolidar a parceria estratégica" bilateral.

"A nossa parceria estratégica ganha ainda maior significado no actual contexto económico e financeiro internacional caracterizado pela incerteza", disse Edeltrudes Costa num encontro com o vice-primeiro-ministro chinês, Wang Yang.

O chefe da Casa Civil referiu em particular "a queda do preço do petróleo", que desde o princípio do ano tem afectado a economia angolana.

O secretário de Estado da Indústria, Kiala Gabriel, garantiu que Angola está a criar condições para atrair investimento da China, na base da transferência de tecnologias e da experiência de industrialização.

Kiala Gabriel, que falava no final da V Comissão Mista de Cooperação Bilateral Angola/China, realçou que Angola precisa de tecnologia moderna para a indústria do país poder aumentar a produtividade e atingir um nível elevado de competitividade, apoiando o processo de diversificação da economia.

O secretário de Estado da Indústria disse à Angop que os representantes do gigante asiático manifestaram interesse em investir também nos sectores siderúrgico, de produção de cimento, automóvel, de produção de vidro plano, entre outros. A secretária de Estado da economia, Laura Alcântara, sublinhou que Angola espera receber da China mais investimentos para concretizar as metas traçadas no Programa de Diversificação da Economia em curso no país.

O Programa de Diversificação da economia, contido no Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2013/2017, divide-se em projectos estruturantes específicos. A secretária de Estado disse que com estes de projectos pretende-se que sejam desenvolvidos os "clusters" prioritários dentro do PND, por constituírem a base do Programa de Aceleração da Diversificação.

## 2.13 Finanças e taxistas procuram soluções

*Jornal De Angola*

*5 De Maio de 2015*

*Texto: João Dias*

A Direcção de Preços e Concorrência do Ministério das Finanças e a Associação dos Taxistas de Luanda começaram ontem negociações para encontrar soluções equilibradas face à subida do preço dos combustíveis.

O objectivo da reunião, que prossegue hoje, é encontrar equilíbrios numa eventual subida do preço da corrida de táxi, de modo a minorar o seu impacto junto dos consumidores.

A primeira reunião decorreu ontem à porta fechada. Taxistas ouvidos pelo Jornal de Angola afirmam que a subida do preço do combustível implica alterações ao preço da corrida.

"Ainda é prematuro falar em quanto é que o preço da corrida de táxi se vai fixar, mas temos a certeza de que a subida é inevitável, diante do novo cenário", referiu o presidente da Associação dos Taxistas de Luanda, Manuel Faustino.

Em quanto deve subir o preço da corrida, disse que ninguém sabe, porque está tudo a depender dos resultados das negociações entre o Gabinete de Preços e Concorrência do Ministério das Finanças e a Associação de Taxistas de Luanda.

"Voltamos a reunir-nos amanhã (hoje) ou depois, até chegarmos a um consenso. É possível que até esta

semana chegemos a uma conclusão", disse Manuel Faustino. O presidente da Associação apontou o preço do combustível, as taxas aduaneiras e a taxa de câmbio como aspectos que na sua opinião devem ser analisados nas negociações com o Gabinete de Preços e Concorrência. "Estamos a pedir que seja revista a questão das taxas aduaneiras", realçou, lembrando que antes, ao desalfandegar uma viatura Hiace, eram pagos 35 mil kwanzas de taxa. Hoje, paga-se 400 mil kwanzas e a isso junta-se agora a subida do preço dos combustíveis. Poucos dias após a subida do preço dos combustíveis, alguns taxistas já começaram a alterar rotas e preços. As paragens estão mais cheias do que o habitual, pois os passageiros resistem a pagar 200 kwanzas ou mais para uma corrida que sempre custou 100 kwanzas. A subida dos combustíveis dá azo à especulação.

Faustino avisa que "quem assim proceder vai ter de resolver o problema com a polícia, porque ainda se está em fase de negociações e não saiu nada de definitivo".

"Conhecemos bem a sensibilidade dos nossos taxistas e qualquer erro de informação, eles levam a sério. Não podemos correr esse risco", advertiu. Manuel Faustino aconselhou os filiados a manterem a actual tarifa até novas ordens. "Ninguém tem o direito de aumentar os preços. Esta semana, tendo em conta a emergência que temos face ao aumento dos preços dos combustíveis, que estão muito altos, pedimos ao Gabinete de Preços e Concorrência do Ministério das Finanças que resolva a situação o mais rapidamente possível", concluiu Manuel Faustino.

## 2.14 Empreendedores devem mais de um bilião de kwanzas ao BUE

*Jornal Seminário Económico*  
7 De Maio de 2015

Um bilião, 86 milhões, 556 mil e 24 kwanzas é o valor que o Balcão Único do Empreendedor (BUE) disponibilizou aos empreendedores da província do Huambo, entre 2012 e 2013, mas que até ao momento não foi reembolsado.

A informação foi avançada. Pela coordenadora local desta instituição pública, Maria da Conceição Katuvala, informando que o montante foi entregue 1.680 empreendedores que contribuíram suas pequenas empresas no BUE.

A responsável lamenta a falta de honestidade dos beneficiados e exige que os mesmos cumpram com o acordo celebrado.

## 2.15 “A supervisão nunca deveria ser partilhada por três órgãos do Estado”

*Jornal Expansão*  
8 De Maio de 2015-05-15  
Texto: Francisco De Andrade

Que apreciação faz sobre a nova Lei das Instituições Financeiras (LIF)?

A nova LIF é inovadora, na medida em que visa dotar o sistema de regulação e supervisão financeira de instrumentos tecnicamente mais avançados, de forma a assegurar a estabilidade e robustez do sistema financeiro, em linha com as recomendações das organizações internacionais, em que se destacam, necessariamente, os princípios fundamentais para uma supervisão do sector financeiro global eficaz, emanadas pelo Comité de Basileia de Supervisão Bancária de 2012. Visa também ajustar a LIF ao novo enquadramento legal do mercado de valores mobiliários e instrumentos derivados, que foi objecto de reforma, através da aprovação do Código dos Valores Mobiliários.

O que terá motivado a elaboração de uma nova LIF?

A LIF anterior terá sido idealizada e desejada num contexto financeiro diferente, em que não parecia ser necessária a extensão a variados produtos financeiros e a "manobras" de alguns intervenientes do mercado. Portanto, foi necessário adequá-la à nova dinâmica mundial, que, por arrastamento, modela o sistema financeiro nacional.

Que alterações destaca relativamente à anterior LIF?

Entre as alterações, destacam-se a manutenção da repartição das empresas financeiras entre instituições financeiras bancárias e não bancárias; a eliminação das sociedades gestoras de participações sociais e das sociedades de gestão e investimento imobiliário do leque das sociedades financeiras; o tratamento mais detalhado dos mecanismos de controlo de participações qualificadas, bem como das regras em termos da organização interna das referidas instituições; o estabelecimento de dispositivos sólidos em matéria de governação das sociedades, de processos de controlo de risco, de mecanismos de controlo interno e de políticas de remuneração adequada, assim como a previsão de novos instrumentos à disposição dos organismos de supervisão, designados genericamente por providências de intervenção e saneamento.

Como encara o facto de a nova lei "desagravar", de certo modo, as penalizações por eventuais infracções, cujas multas variavam de 1% e 10% ou 0,5% e 5% do capital social mínimo legalmente exigido para cada instituição?

De facto esse é um ponto de certo contra-senso, pois, nos mercados financeiros, o desagravamento de penalizações dá um sinal errado, que demonstra a suavização do controlo e uma espécie de permissão para cometer, para mais, em períodos em que todo o mundo financeiro está a reforçar a fiscalização dos mercados.

Outra questão que tem "dividido" opiniões está ligada ao período de funções dos auditores externos. Que opinião tem sobre o assunto?

Penso que não é uma situação grave, pois é assim em todas as realidades financeiras, com mais um, ou menos um ano, e devemos ver que em quatro anos a empresa em causa está diferente, o mercado estará diferente, portanto, o auditor dificilmente poderá colher benefícios da situação. Por outro lado, é importante que os profissionais do mercado financeiro possam dar o seu contributo no sector privado, com a devida supervisão das instituições.

Como é que olha para a definição da questão da supervisão das instituições financeiras, bancárias e não bancárias?

Na minha opinião, a supervisão nunca deveria ser partilhada por três órgãos do Estado (BNA, CMC e ARSEG), mas sim por uma entidade única de supervisão das entidades financeiras bancárias e não bancárias, sendo que este órgão deveria juntar a ARSEG, CMC e as áreas do BNA viradas para a supervisão financeira, deixando o BNA com as suas funções originais, que são as de fazer política económica e ser responsável pela política monetária.

Que sistema financeiro se espera com a implementação da nova LIF?

Espera-se um sistema financeiro mais dinâmico e adaptado à realidade, não apertando muito o mercado, para que ele possa andar pelos seus pés e não deixado a voar muito ao ponto de ganhar rumos indesejados. Penso que a LIF, no seu objecto, ou no seu racional de criação, tem a melhor das intenções, mas penso que a parte mais séria vem agora com a implementação pelos órgãos competentes, que devem estar à altura dos desafios, pois o objectivo fundamental é a salvaguarda do interesse essencial da estabilidade financeira nacional.

Há quem defenda que a nova LIF "não vai proteger os clientes bancários de taxas altas de juros". Até que ponto isto faz sentido?

Quem compactua com esta opinião tem toda a razão. Mas a verdade é que não é função e nem obrigação da LIF defender os clientes bancários das taxas de juros activas, porque as taxas de juros praticadas pelos bancos dependem de factores puramente "mercantis". A taxa de inflação remete a taxa de juros a um determinado patamar, e os bancos, de acordo com o perfil de risco dos devedores ou clientes, estabelecem o prémio de risco, por isso, os clientes submetem-se a taxas de juros diferentes.

Que instrumento afinal deve proteger os clientes de taxas de juros altas?

Quem defende os clientes das taxas de juros altas é o próprio mercado, que vai criando concorrência em termos do preço do dinheiro, e o banco com taxa acima dos restantes deve ficar sem clientes. A intervenção do Estado deve ser sentida caso haja uma espécie de "combinação" sobre as taxas praticadas, resultando nas punições correspondentes.

## 2.16 Parlamento aprova moedas de 50 e 100 kwanzas

*Jornal Seminário Angolense*  
23 De Maio de 2015

A Assembleia Nacional (AN) aprovou na quinta-feira (21), na generalidade, com 175 votos a favor, nenhum contra e três abstenções, a proposta de lei que autoriza o Banco Nacional de Angola (BNA) a emitir e pôr em circulação, moedas metálicas de 50 e 100 Kwanzas.

O diploma que foi aprovado durante a 8ª Reunião Plenária Ordinária da AN, orientada pelo presidente daquele órgão, Fernando da Piedade Dias dos Santos, foi apresentado pelo governador do BNA, José Pedro de Moraes, que na ocasião deu a conhecer que a circulação destas moedas associar-se-ão às comemorações do 40º aniversário da Independência.

Segundo o bancário, no âmbito do fortalecimento da economia nacional, do aprofundamento da estabilidade macroeconómica e na necessidade de trazer justiça às transacções comerciais, pretende-se mandar cunhar e pôr em circulação, duas moedas comemorativas, com poder liberatório.

José Pedro de Moraes explicou também, que a durabilidade média das notas de 50 e 100 kwanzas é de cerca de três meses e as moedas de 50 e 100 vão



aumentar o seu tempo de vida útil para cerca de nove meses ou mais.

«Com o objectivo de participar activamente nas comemorações do 40º aniversário da independência nacional, cuja efeméride assinala-se a 11 de Novembro do ano em curso, o BNA pretende emitir estas moedas com curso legal e liberatório, concorrendo para uma maior divulgação da história de Angola e do alcance histórico e político», enfatizou.

Do ponto de vista social, José Pedro de Moraes referiu que o diploma trará justiça nas transacções económicas entre a população e os agentes económicos, bem como facilitará a obtenção de trocos e irá concorrer para fortalecer as transacções no mercado monetário, bem como de bens e serviços.

O BNA vai assumir o desenho das moedas agora aprovadas pelo Parlamento depois do fracasso de um concurso público em que, na visão da instituição, «nenhuma das propostas apreciadas reunia os requisitos adequados ao tema».

O concurso decorreu durante todo o mês de Janeiro deste ano.

A concorrência tinha sido aberta a todos os residentes em Angola e previa a selecção dos motivos visuais da face das duas novas moedas metálicas, sendo conduzido pela União Nacional de Artistas Plásticos, e tendo integrado ainda elementos do Ministério da Cultura e do BNA.

Para cada um dos desenhos que fossem escolhidos estava preparado um prémio em dinheiro no valor de um milhão de Kwanzas. A proposta é que elas comecem a circular em Novembro, por ocasião dos 40 anos de independência.

Assim, o país passará a contar, até ao final do ano, com sete moedas diferentes e cinco notas.

Recorde-se que em Fevereiro do ano passado a Assembleia Nacional já tinha autorizado o Banco Nacional de Angola a emitir e a pôr em circulação moedas metálicas de valor facial de 20 kwanzas, a denominada série de 2013.

A moeda de 20 homenageia a rainha Njinga Mbandi, símbolo nacional da luta contra o colonialismo.

Segundo as informações veiculadas, a proposta da «moeda da rainha» tinha sido aprovada com os votos favoráveis dos deputados do MPLA, UNITA, PRS e FNLA e contra da CASA-CE.

O governador do BNA, na altura ainda José Massano, tinha dito ao Parlamento que «a moeda homenageia a rainha Njinga Mbandi pela determinação, coragem, persistência e defesa da soberania e cultura de Angola». José Massano tinha afirmado também que a intenção do Executivo «é divulgar a História do país e o alcance político da intervenção de Njinga Mbandi».

## 2.17 Mercados

*Novo Jornal*

*22 De Maio de 2015*

### PREÇO DO PETRÓLEO SEM TENDÊNCIA DEFINIDA

A subida significativa que se verificou nos preços do petróleo desde o início do ano parece ter parado. Nas últimas quatro semanas, apesar de os preços terem conhecido alguma volatilidade por reacção a notícias específicas, a realidade é que os pequenos "ralies" (subidas rápidas) têm sido sempre rapidamente revertidos levando o Brent a transaccionar à volta dos US\$ 65,50 e o WTI à volta dos US\$ 58,38/ barril. Se por um lado as tensões no Médio Oriente (que afectam a produção desta região), a redução dos níveis de produção e stock nos EUA, assim como a própria descida do US\$, têm contribuído para fazer subir o preço desta commodity, do outro lado somos confrontados com notícias do Irão que pretende aumentar a sua produção e quota de mercado assim que as sanções forem levantadas, e da OPEP que continua a afirmar que não tem intenção de cortar a produção.

Em particular um dos seus membros, a Arábia Saudita, declarou abertamente a sua estratégia de aumentar a produção de petróleo para travar a concorrência norte-americana "A queda de preços dos últimos meses tem afastado os investidores das explorações mais caras, incluindo as de xisto dos EUA", disse ao Financial Times um funcionário saudita. Estas forças opostas vão continuar a dominar o mercado petrolífero pelo que o mais provável é que a recente ausência de tendência se mantenha. Neste cenário, os investidores podem aproveitar as oscilações intra-diárias para entrar em transacções de curto-prazo com Limite de perda (e ganho) definido(s).

COTAÇÃO DO EUR CONTRA O US\$  
VALORIZOU PARA MÁXIMOS DESDE  
FEV/2015

Após algumas semanas a transaccionar sem grande direcção, o Euro acabou por "descolar" tendo terminado a semana acima de 1,14 contra o US\$,

nível que não se via desde Fevereiro. Os mais recentes dados para a economia norte-americana levantaram preocupações até nos investidores mais optimistas que diziam que o fraco crescimento verificado no primeiro trimestre do ano seria apenas passageiro e que o segundo trimestre traria novamente uma forte retoma económica. A realidade é

que os dados para as vendas a retalho do mês de Abril nos EUA, divulgados na semana passada, foram muito abaixo das expectativas, pondo em causa esta ideia e, consequentemente, o cenário de que começaremos a assistir, mais cedo do que esperado, a uma divergência entre as políticas monetárias dos EUA e Zona Euro, cenário esse que sustentou a recente tendência de valorização do uso. Embora estejamos claramente perante uma pausa nesta tendência, será no entanto prematuro falar-se de uma inversão, pois enquanto não for resolvido o problema da Grécia, e o BCE não começar a discutir uma redução do programa de compra de obrigações ("quantitative easing"), dificilmente o Euro poderá subir de forma sustentada.

Além de que, é questionável se a Zona Euro conseguirá manter o ritmo de recuperação económica se o petróleo, e a própria moeda única, começarem a subir. Em resumo, a incerteza à volta do Euro US\$ é alta e de momento é expectável que se mantenha este cenário de Mercado sem tendência definida e com elevada volatilidade.

## BANCO CENTRAL DA VOLTA A CORTAR TAXAS DE JURO

O Banco Central da China anunciou mais um corte nas taxas de juro, o terceiro desde Novembro/2014, baixando a taxa de referência para empréstimos e depósitos a um ano em 25 bp cada para 5,10% e 2,25%, respectivamente. Os analistas do banco suíço UBS acreditam que haverá ainda mais um corte no terceiro trimestre deste ano pois a realidade é que a China não tem parado de surpreender, negativamente, o mercado com indicadores económicos que além de fracos foram abaixo do esperado: vendas a retalho (10% a.a.), produção industrial (5,9% a.a.), investimento fixo (12% a.a) e crescimento do crédito à economia. Assim, é de esperara que também a China venha a adoptar um programa de compra de obrigações ("quantitative easing") à semelhança de outros bancos centrais por todo o mundo.

Como reportou o jornal norte-americano Wall Street Journal, "a urgência para resolver o problema de endividamento crescente do país é sentida no mais alto órgão de tomada de decisão do governo" o que contrasta com a ideia oficial antes veiculada de que

"podemos viver com um novo normal", isto é, taxas de crescimento mais moderadas.

## 2.18 Giro económico

*Jornal Seminário Angolense*  
23 De Maio de 2015

### Balanço da Geologia e Minas

Em Abril de 2015 Angola Exportou 1.721 m<sup>3</sup> de rochas ornamentais, contra 1.380,19 m<sup>3</sup> do mês anterior, um aumento de 24,69%, indica o boletim informativo do Ministério da Geologia e Minas. O valor das vendas (internas e externas) do referido mês cifrou-se em cerca de USD 617.094.07 contra USD 403.219.15 do mês anterior, um aumento 53,04%. O subsector dos minerais de construção civil (inertes) que engloba o burgau, brita, calcário, areias e argila, registou uma produção total de 322,588.69 metros cúbicos. Deste valor a produção de areia contribuiu com 25 por cento, o burgau (13%), brita (39%), argila (2%) e o calcário (21%). Estas produções são provenientes das províncias de Cabinda, Benguela, Namibe, Cuanza Sul, Cuanza Norte, Bié, Bengo, Huambo, Malange, Huíla, Zaire e Uíge. Comparativamente aos resultados registados no mês de Março (329.253.85 metros cúbicos) registou-se uma ligeira variação negativa de 2,02 por cento.

No domínio dos diamantes, em Março deste ano foram produzidos e comercializados um total de 553.390.03 quilates, no valor de 83.047.134,18 dólares, e ao preço médio de 150,07 por quilate. Neste período, não foram registadas a produção do projecto Luminas (sociedade mineira), Lunda Norte, devido ao elevado nível pluviométrico registado na região.

### Angolano «The New York Times»

Angola mereceu destaque na imprensa norte-americana, na semana que passou, com a publicação de um artigo, na revista «The New York Times», que enaltece a política de diversificação da economia do Executivo angolano, e considera o país «um farol para as outras nações de África subsariana». O artigo, com o título «Angola - Diversificação da Economia», refere que o Executivo angolano está a levar a cabo, desde 2012, o desenvolvimento de infra-estruturas, informa uma nota de imprensa do Ministério das Relações Exteriores.

### Terrenos para comerciantes grossistas

A Direcção Provincial do Comércio Hotelaria e Turismo no Huambo está a disponibilizar terrenos

para os comerciantes grossistas construírem novas infra-estruturas, no quadro do plano de transferência destes operadores do caso urbano para periferia.

O facto foi a conhecer na segunda-feira pelo chefe do departamento de Comércio, Luís Américo, salientando que os espaços estão a ser entregues nos municípios da Caála e Londuimbali. Esta acção é levada a cabo com a colaboração da Direcção Provincial de Ordenamento de Território, Urbanismo e Ambiente. Entretanto, Luís Américo lamentou a fraca aderência dos comerciantes grossistas na aquisição de terrenos para a construção dos seus armazéns, apesar do prazo inicial das transferências estar previsto para dia 31 de Agosto deste ano. Explicou que para ter acesso ao espaço é necessário um requerimento dirigido ao Comércio, tendo por isso exortado aos operadores deste ramo para efectuarem as solicitações, com vista a evitarem constrangimentos. Informou que Direcção Provincial do Comercio Hotelaria e Turismo controla 273 grossistas, dos quais apenas 08 solicitaram espaços.

#### Receitas do registo comercial

Um milhão 727 mil e 560 kwanzas constitui o valor de receitas arrecadadas pela conservatória do registo comercial no Cunene, durante o período de Janeiro a Abril deste ano, fruto da cobrança de emolumentos decorrentes da efectivação de actos comerciais, segundo o conservador adjunto local, Aldovino Ndemusiika Mwaefelua. Sobre o funcionamento do sector, o responsável disse que as receitas resultaram do pagamento de 214 actos legais de âmbito comercial, nomeadamente, 105 emissões de certidões, 43 averbamentos, 41 registos de comerciantes em nome individual e 25 registos de sociedades.

Quanto ao registo predial, sublinhou que a instituição realizou 17 inscrições de direito de superfície e aprovou a emissão de 10 certidões que resultaram na arrecadação de 536 mil e 46 kwanzas.

#### «Kixikil» de empréstimos

A Organização Não-governamental angolana Kixi-Crédito, na província da Huíla, em 2014 disponibilizou créditos de 108 milhões 825 mil e 931 Kwanzas, para o apoio ao programa de combate à pobreza nas comunidades. Segundo o responsável da Agência na Huíla, António Pedro, o valor abrangeu um total de um milhão e 519 pessoas que haviam solicitado Kixi-crédito solidário, Kixi-crédito reforçado e Kixi crédito-Kietu destinados a consumo, comércio e prestação de serviço. Relativamente aos prazos de reembolso, sublinhou que vão até dois anos, cuja taxa de desconto é de 35 por cento.

A agência do Kixi-Crédito na Huíla está implantada desde 2011.

#### Lojas de proximidade para café

Várias lojas de proximidade destinadas para a comercialização do café devem ser criadas, a curto prazo, nos diferentes municípios da província do Uíge para agilizar a venda e compra desse produto na região. Segundo o chefe de departamento comercial da Procafé, João Ferreira, a iniciativa é parte do processo de relançamento da produção cafeeíola, em curso no país, e que deverá absorver parte da força de trabalho desempregada e contribuir para a subsistência dos cafeicultores. «Bons momentos virão a partir de Julho do ano em curso, mês em que está previsto a criação das lojas de proximidade, por uma Comissão Instaladora Nacional, nas províncias onde se produz mais café», afirmou João Ferreira. Com a nova aposta na produção do café, o responsável comercial da Procafé no Uíge manifestou-se optimista e espera que nos próximos anos a produção de café no país alcance cifras acima das 240 mil toneladas.

#### Mais dinheiros para o Estado

A direcção provincial da Huíla do Comércio, Hotelaria e Turismo licenciou e renovou, no primeiro trimestre deste ano, 21 estabelecimentos que se dedicam a venda de produtos derivados do petróleo, tendo arrecado para os cofres do Estado um milhão, 971 mil e 112 kwanzas. O director provincial do comércio, Fernando Calola, especificou que foram licenciados nove estabelecimentos e renovados alvarás de 12, nos municípios do Lubango e da Chibia. Os valores arrecadados neste período foram depositados na Conta Única do Tesouro. Houve um aumento de 679 mil kwanzas, em relação a igual período do ano passado. A maior parte das unidades de venda de combustíveis e lubrificantes estão na cidade do Lubango (154). Seguem-se Matala (17), Caluquembe (12), Quipungo (9), Caconda (5), igual número nos Gambos e quatro na Cacula. A província da Huíla controla quatro mil e 638 estabelecimentos comerciais, dos quais dois mil e 980 retalhistas, 813 grossistas e 845 de prestação de serviços mercantis.

## 2.19 Crédito para tesouraria está atrasado

*Jornal de Angola*

*24 De Maio de 2015*

*Texto Kindala Manuel*

A linha de crédito de 500 milhões de euros (62 mil milhões de kwanzas) aberta em Abril pelo Governo

de Lisboa para apoiar empresas com negócios em Angola está inoperacional por os bancos angolanos desconhecerem a decisão, anunciou o Banco de Portugal.

O presidente executivo do BIC Portugal disse que os fundos deviam estar disponíveis em Abril, mas que Lisboa se esqueceu "de informar os bancos angolanos" sobre a linha de crédito, noticiou a imprensa daquele país.

Mira Amaral referiu que o banco está a informar o congénere angolano (BIC Angola) "para tentar operacionalizar" o financiamento e que "esta vertente é essencial", pois "a linha de crédito vai funcionar como adiantamento em Portugal em euros equivalentes aos kwanzas que as empresas portuguesas têm depositado na banca angolana", que têm de ser cativados pelas instituições financeiras locais para servirem de garantia aos seus congéneres portugueses que vão financiar as empresas.

O presidente do BIC Portugal declarou que a entidade gestora da linha, a PME Investimentos, "só muito recentemente divulgou junto da banca as condições de acesso" Mira Amaral disse que, além disso, a Sociedade de Garantia Mútua "ainda não disponibilizou no seu portal a possibilidade dos bancos submeterem as respectivas candidaturas".

O Ministério português da Economia afirma num comunicado tratar-se de "uma linha de crédito totalmente nova" e que o formato do portal sofre "desenvolvimentos informáticos" e apenas "está operacional na próxima semana". O mesmo comunicado anuncia que os bancos podem submeter o processo "por papel, ficheiro ou email" e que "a linha está implementada e disponível para as empresas".

Embora admita que pode "haver casos" em que a linha ainda não esteja "totalmente operacional", afasta qualquer responsabilidade das entidades públicas envolvidas. Sobre a falta de informação aos bancos angolanos, o comunicado refere que o protocolo "apenas diz respeito a bancos a operar em Portugal" e não havia necessidade de informar as instituições angolanas.

O protocolo entre o Governo português e os bancos foi assinado em 23 de Abril, com o intuito de aliviar a pressão que existe sobre a tesouraria de muitas empresas com negócios em Angola e que não conseguem receber pagamentos por falta de divisas.

Remessas dos angolanos

As remessas dos angolanos em Portugal mais do que duplicaram em termos homólogos, passando de 2,5 milhões (310 milhões de kwanzas) no primeiro trimestre de 2014 para 5,1 milhões de euros

(632 milhões) entre Janeiro e Março deste ano, anunciou o banco central daquele país europeu.

O Banco de Portugal afirma que, ao contrário, o dinheiro enviado por trabalhadores portugueses em Angola é muito mais expressivo, apesar de o volume ter diminuído 17 por cento em Março, contribuindo para a queda no primeiro trimestre deste ano ser superior a 15 por cento quando comparada com o período homólogo de 2014.

Os emigrantes portugueses em Angola enviaram 19,1 milhões de euros (2.368 milhões de kwanzas) em Março, o que se comparam aos 23,1 milhões (2.864 milhões de kwanzas) enviados no mesmo mês do ano passado.

Nos primeiros três meses deste ano, os portugueses enviaram 55,1 milhões de euros (6.832 milhões de kwanzas) enviados entre Janeiro e Março de 2014, o que revela uma descida de 15,1 por cento.

A dificuldade em fazer sair divisas estrangeiras de Angola esteve na origem desta descida, conhecidos que são os constrangimentos que os bancos angolanos tiveram em disponibilizar dólares não somente para os pagamentos das empresas aos fornecedores estrangeiros, como também aos próprios trabalhadores de empresas internacionais estabelecidas no país.

Na base desta dificuldade está a descida do preço do petróleo durante a segunda metade do ano passado, que afectou os cofres do Estado ao ponto de obrigar a uma revisão Orçamento Geral do Estado e à apresentação de um conjunto de medidas de contenção de gastos, entre as quais sobressaem a selectividade na despesa pública e um travão nos investimentos do Estado.

## 2.20 Educação financeira no currículo escolar

*Jornal De Angola*

*24 De Maio de 2015*

*Texto: Fernando Neto*

As escolas da Província do Zaire vão ministrar aulas relacionadas com conteúdos financeiros, em resultado da assinatura, em Mbanza Congo, de um acordo entre o Ministério da Educação e o Banco Nacional de Angola (BNA).

O projecto de inserção de conteúdos de literacia financeira no sistema de ensino angolano surge da necessidade de se elevarem os conhecimentos e capacidades das crianças, adolescentes e jovens do país na gestão das finanças pessoais.

O projecto, além do Zaire, está a ser executado em escolas do I e 11 ciclos do ensino secundário de outras quatro províncias, Luanda, Lunda Sul, Namibe e Zaire. Adozinda Rodrigues Coelho, técnica do Ministério da Educação, que apresentou o projecto em Mbanza Congo, explicou que educação financeira traduz a capacidade do indivíduo de tomar decisões e adoptar comportamentos que melhorem o seu bem-estar financeiro. "O grau de literacia financeira de um povo é um importante factor de qualidade de vida, harmonia social e estabilidade económica", disse a responsável, para adiantar que esta situação não depende do nível de rendimentos nem da escolaridade, bastando que se viva bem com o dinheiro que se tem.

Para a execução do programa, está prevista uma formação em Luanda a 20 professores que leccionam as disciplinas de língua portuguesa, francês, inglês, matemática e história da 7.3 à 10.ª classes. Adozinda Coelho disse que nessas disciplinas são introduzidas de forma pedagógica matérias ligadas ao equilíbrio financeiro, orçamento, poupança, decisões e cuidados ao comprar, consumo consciente, bancarização e economia.

Catarina Ferreira João, responsável do sector do planeamento do Banco Nacional de Angola, disse que a falta de educação financeira tem consequências nefastas.

Uma das consequências dessa falta está relacionada com o desequilíbrio no orçamento doméstico, consumo excessivo, endividamento, doenças e problemas de relacionamento no lar. Catarina João considera uma boa educação financeira daquela que permite maior equilíbrio entre receitas e despesas. Nesta linha de pensamento, a responsável do Banco Nacional de Angola aponta o planeamento dos gastos, a formação de poupança, aproveitamento de oportunidades de negócio e a qualidade de vida como outros benefícios.

## 2.21 Novas moedas metálicas baixam custo de emissão

*Jornal De Angola*  
25 De Maio de 2015

A introdução de moedas metálicas de valor facial de 50 e 100 kwanzas permite a poupança de 60 por

cento dos custos de produção de notas do mesmo valor, disse em Luanda, o governador do Banco Nacional de Angola.

O custo é muito elevado para produzir as 136 milhões de notas de 50 e as 146 milhões de notas de 100 kwanzas, neste momento em circulação no país referiu José Pedro de Moraes.

A proposta para introdução das novas moedas foi aprovada pela Assembleia Nacional com 175 votos a favor, nenhum contra e três abstenções. Em resposta a questões levantadas por deputados, o governador do Banco Nacional de Angola disse que além da razão financeira há a razão económica, já que as moedas facilitam as transacções comerciais.

"Questão diferente se passa com as moedas que têm uma durabilidade de nove meses no mínimo e, portanto, há um ganho efectivo para a entidade que manda cunhar as moedas e notas", frisou o governador do Banco Nacional de Angola.

"A introdução de moedas com o valor de 50 e 100 kwanzas tem alguma serventia para a restante família de moedas, porque agora é possível nas transacções de bens e serviços utilizar-se plenamente apenas moedas", acrescentou.

Além das razões financeiras e económicas, a proposta de lei de criação das novas moedas foi motivada pelas comemorações dos 40 anos da Independência Nacional, no dia 11 de Novembro, pelo que a sua entrada em circulação acontece ainda este ano.

Até ao final do ano, Angola passa a contar com sete moedas metálicas e cinco notas diferentes.

A última introdução de moeda metálica ocorreu em meados do ano passado, quando o Banco Nacional de Angola pôs em circulação a moeda de 20 kwanzas, em homenagem à Rainha Njinga Mbandi que morreu há 350 anos, a 17 de Dezembro de 2014.

## 2.22 Banco Nacional promove cursos para a Juventudes

*Jornal de Angola*  
7 De Maio de 2015  
Texto: Adão Diogo

A necessidade de implantar uma cultura de poupança financeira norteou ontem, em Sáurio, a divulgação de estratégias traçadas pelo Banco Nacional de Angola (BNA), em parceria com o Ministério da Educação, para implementação nos currículos escolares

conteúdos de um projecto denominado Literária Financeira.

A técnica do departamento de educação financeira do BNA Creusa Branco disse que os esforços da instituição visam elevar os conhecimentos dos cidadãos sobre comportamentos e decisões correctas na gestão do dinheiro ganho, a fim de criarem factores de tranquilidade social e desenvolvimento económico.

Figuram no grupo alvo definido pelo projecto, efectivado inicialmente nas províncias de Luanda, Lunda Sul, Namibe e Zaire, estudantes da 7<sup>a</sup> até 10<sup>a</sup> classes, e professores do segundo ciclo do ensino secundário, com agregação pedagógica de "bom desempenho profissional", e que leccionar as disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Inglês e Francês.

Ao dissertar para uma plateia constituída por estudantes do Instituto Médio Politécnico, Creusa Branco falou do conceito de Literária Financeira, Orçamento, Poupança, decisões de compra e cuidados ao comprar, acentuando a importância do registo de despesas para configurar um quadro que permita planear, reajustar os gastos necessários, e evitar dívidas.

Creusa Branco acentuou que poupar significa "gastar menos do que ganhamos" para realizar os sonhos. Entre as causas do insucesso de na poupança, apontou a cultura do consumo excessivo, resultante da compra por impulso e vaidade.

## 2.23 Executivo suspende financiamento do crédito agrícola de campanha

*Jornal O País*

*8 De Maio de 2015-06-08*

*Texto: Norberto Sateco*

O Crédito Agrícola de Campanha (CAC) foi de facto uma boa nova para os agricultores, por altura do seu lançamento pelo Governo, no ano de 2003, ao ter como pano de fundo, dentre os objectivos da sua criação, a facilitação do acesso a empréstimos de Bancos Comerciais destinados aos camponeses, sobretudo as famílias rurais. O programa pretendia "colocar dinheiro nas mãos dos agricultores e camponeses", de modo a terem poder de aquisição de ferramentas de trabalho e outros consumos agrícolas, como fertilizantes, fármacos fito sanitários, dentre outras necessidades decorrente da falta de uma cadeia de valores organizada, assegurando o processo

produtivo desde o estudo de viabilidade a comercialização de produtos.

Para alguns especialistas, o Programa de Crédito Agrícola lançado em 2003, não teve pernas para atingir os objectivos propostos com a sua criação, pelo facto de ter sido interrompido para a sua reestruturação, segundo o Ministério da Economia, mentores da iniciativa. Um dos motivos revelados pelas autoridades como justificativa da sua suspensão deveu-se ao não retorno do dinheiro disponibilizado em tempo oportuno, por parte dos camponeses, por alegado fracasso na produção.

"Tivemos perdas irreparáveis com o Programa devido ao reembolso. Mais de 70 por cento dos camponeses não reembolsaram o dinheiro. Tivemos mesmo de parar e analisar outra estratégia de como lidar com a situação", explicou um funcionário sénior do Ministreiros da Economia, que faz parte da equipa técnica do referido projecto.

Pesquisa conclui "Bancos não tem pessoal qualificado" para atender agricultores

Com objectivo de avaliar o impacto do CAC, a ONG Acção de Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) realizou, com outros parceiros, um estudo num universo de acima de 382 mil beneficiários em várias provinciais, tendo revelado que dentre 93 pessoas entrevistadas perto de 72 % não tinha reembolsado o valor.

No extenso relatório produzido no fim do inquérito, salienta-se que os Bancos Comerciais não estavam preparados para a actividade; praticavam preços elevados; impunham um curto período para o reembolso o que infundia um clima de medo nas autoridades tradicionais. O estudo traz também um quadro e resumo do reembolso dos mais de 100 mil beneficiários abrangidos, 2,2 % dos quais não honraram o compromisso num investimento que consumiu dos cofres do Estado perto de USD 150 milhões.

Como recomendações sublinha-se a melhoria das políticas com mais ênfase para a agricultura familiar. Uma contestação que se pode ler no estudo e o valor máximo de USD 5 mil considerado muito baixo, e o tempo de reembolso de 10 meses bastante curto.

O documento refere igualmente que grande parte dos beneficiários não tem bilhete de identidade, assim como os bancos não tem pessoal qualificado para atender a agricultura familiar.

O crédito concedido em 95 municípios do país, a sua longa paralisação em 2012, e prova inequívoca da falta de sustentabilidade, que passa pela

modernização tecnológica, de longo prazo, (energia e fertilidade dos solos).

Contudo, o relatório de avaliação deixa recomendações tais como a revisão dos prazos de pagamento, taxa de juros de 1 %, e a previsão dos riscos decorrentes do clima, pragas e doenças. O CAC deve incidir onde o IDA e outras instituições de assistência técnica tenham condições de ajudar na elaboração das propostas e fazer o acompanhamento. O mesmo dossier sublinha também que se o crédito e de campanha, deve ser operacionalizado antes mesmo de ser integrado com outros projectos locais.

"Não podemos meter a carroça a frente dos bois," alerta o especialista

Quem defende esta opinião é o engenheiro agrónomo Fernando Pacheco, para quem o desenvolvimento agrícola não pode ser visto de forma "simplista" descurando as políticas agrícolas e programas devidamente desenhados, caso que existam.

Apesar de reconhecer que o Crédito Agrícola de Campanha representa inequivocamente uma iniciativa louvável do Governo, por responder algumas das necessidades das comunidades rurais, o seu sucesso dependeria da conjugação de outros esforços. A fonte cita como exemplo, além da recorrente falta de imputes agrícolas, a falta de assistência técnica de qualidade, e um sistema estruturado de comércio rural, sendo esses classificados como determinantes.

"Não foram aplicadas outras medidas. Não basta dinheiro nas mãos dos camponeses. Ao haja loja", explica Fernando Pacheco, também membro do Observatório Político Social Angolano (OPSA). Por outro lado, a necessidade urgente de se quebrar o monopólio de empresas de prestação de serviços agrícolas também é apontada na lista de necessidades dos camponeses, uma vez que os Preços praticados pela única detentora deste mercado no país (Mecanagro), São exorbitantes que nem mesmo o crédito consegue cobrir tais despesas, sobretudo na mobilização e limpeza do solo, segundo contam agricultores no Bailundo e Andulo.

Quanto a assistência técnica, o especialista em Agronomia chama atenção aos recursos humanos qualificados, tendo classificado como uma situação "melindrosa" para o desenvolvimento devido a falta de conhecimento técnico, esta fase em que o Governo desperta para a diversificação económica e peremptória a sua reestruturação, uma pretensão que já foi manifestada pelo titular da pasta de Economia, Abraão Gourgel. Porém, a implementação prática deste compromisso há sensivelmente três anos que

não passa da retórica, pelo que na visão do agrónomo descredibiliza, mancha a reputação de todo um projecto ao nível das comunidades.

Camponeses justificam-se com as alterações climáticas

Já para os camponeses associados, o não reembolso deve-se à fraca produtividade registada nos anos em que foram rubricados estes contratos de financiamento. Pelo menos o agricultor Mário Chilanda diz ter reembolsado parte do dinheiro que recebera, mas não nas percentagens acordadas inicialmente. Como justificativa, Chilanda aponta a situação da seca que ocorreu de forma cíclica em algumas regiões do país. Outro senão, e relativo as pragas e doenças que afectaram a sua produção de batata, numa altura determinante, a fase do período vegetativo activo. "Tivermos grandes prejuízos com a falta de chuva. Quase que não saiu mesmo nada.

Por isso é que não conseguimos pagar o dinheiro aos Bancos Comerciais", justificou a fonte de forma lacónica e apreensiva. Acrescentou também, dizendo que a pouca produção possivelmente foi obtida graças ao uso de motores e bombas, para aqueles casos dos terrenos encontrarem-se nas baixas ou bermas de rios. Porém, outro factor que jogou contra a maximização dos rendimentos foi os gastos atinentes com a aquisição dos combustíveis, um assunto que tem sido rebatido amplamente por especialistas nos certames comunitários no sentido de que o Estado subvencionasse esse produto.

Fiscalização pecou

Em alguns casos, os beneficiários do Crédito Agrícola de Campanha não chegaram a honrar com os compromissos assumidos devido à não aplicação das verbas disponibilizadas para o incremento da produção agrícola.

De acordo com uma fonte ligada a um dos Bancos envolvidos neste Programa, "vários foram os empresários detentores de parcelas de terra que foram abrangidos, mas, entretanto, nada fez se não tornar as fazendas em espécie de centro de lazer, para ambientes lúdicos", denunciou.

O nosso confidente vai mais longe ao afirmar que noutros casos, o dinheiro terá sido investido noutros negócios que nada tem a ver com o desenvolvimento agrícola, premissa basilar do CAC. Houve quem dissesse que preferiu investir noutro negócio, evitando os riscos típicos decorrentes da especificidade que a actividade agrícola encerra.

Contudo, a falta de Fiscalização permitiu que esta situação tive e lugar e daí as consequências na continuidade do CAC.

#### Importância da agricultura familiar

As Nações Unidas dedicaram internacionalmente o ano de 2014, a Agricultura Familiar. Um dos grandes motivos e de chamar atenção aos Governos no apoio a esta franja social, urna vez que grande parte da produção de alimentos ao nível do planeta e garantida pelas famílias camponesas. "Agricultura familiar, como mecanismo de produção ganhou reconhecimento no debate mundial quando o assunto e desenvolvimento sustentável, assegurando a estabilidade económica. De acordo com pesquisas feitas por o País, esta franja pode ser responsável por um contributo assinalável na utilização sustentável dos recursos naturais, geração de rendas, emprego no campo, redução dos desperdícios de alimentos e valorização dos hábitos locais.

O caso de Angola, embora com os constantes gritos de socorro destas famílias, no que concerne aos apoios que são tidos como insuficientes, continuam a ser responsáveis por acima de 80 por cento da produção nacional, tal como fez questão de revelar recentemente o titular da pasta da Agricultura, Afonso Pedro Canga.

## 2.24 Baixa taxa de Juros do CAC

*Jornal O País*  
8 de Maio de 2015

A reactivação do crédito agrícola de campanha surge com uma inovação. O Executivo reduziu de cinco para dois por cento a taxa de juros dos beneficiários do Credito Agrícola de Campanha, segundo uma nota do titular da pasta do ministério das Finanças, Armando Manuel.

De acordo com o mesmo documento, que entrou em vigor na última quinta-feira o Governo reconhece a "necessidade de reduzir-se a taxa de juros dos beneficiários de 5 por cento para 2 por cento", sendo "o remanescente bonificado pelo Estado".

Esta medida segundo o PAIS o Credito Agrícola de Campanha foi lançado em Junho de 2010 para fortalecimento dos pequenos e médicos agricultores e da linha de credito para apoio permitindo aquisição de imputes e consumos agrícolas. Outro desidrata que esteve na base da Criação desse programa foi de facilitar a maximização da produção e a produtividade ao nível das famílias camponesas, uma vez que estas são responsáveis por 75 por cento da produção nacional.

Entretanto, o CAC envolve várias instituições bancárias, tal como Banco de Poupança e Credito, Banco de Comércio e Industria, banco SOL e Banco Africano de Investimentos, que assumiram um compromisso inicial de injeção de USD 150 milhões. A taxa de juros, montantes, limite do capital mutuado e participados dos beneficiários com capital próprio, são fixados anualmente pelo Ministério das Finanças, dentro do quadro do regulamento destes apoios, após o processo de auscultação do Comité de Coordenação do Credito Agrícola.

Este relançamento que o Governo pretende concretizar prevê beneficiar, numa primeira fase, beneficiar 450 agricultores na província de Malange, 500 em Benguela e outros 500 na Huíla. Um trabalho que em princípios irá contar com o apoio de parceiros como os Bancos Comerciais, assim como Acção de Desenvolvimento Rural e Ambiente, ADRA.

## 2.25 Bué incentiva legalização de empresas

*Jornal de Angola*  
17 De Maio de 2015

Os pequenos empreendedores foram aconselhados, ontem, em Ndalatando, Cuanza Norte, a constituírem e legalizarem as empresas, com vista a facilitar a obtenção de financiamentos e evitar constrangimentos legais.

A coordenadora do Balcão Único do Empreendedor (BUE), na Província do Cuanza Norte, Ariete Patrice Tomas Custodio, disse que a legalização não tem apenas como vantagem o financiamento, mas também a constituição e evita uma série de conflitos com a lei que provoca a aplicação de multas pelos serviços de Fiscalização.

"O Balcão Único do Empreendedor tem um papel fundamental no processo de formalização das actividades económicas, visto que a sua finalidade e simplificar o processo de constituição, licenciamento de empresas e regularização de empreendedores que se encontram no mercado informal", explicou a coordenadora do BUE, na Província do Cuanza Norte.

Para todos os processos constituídos no BUB, e atribuído um número de identificação fiscal, certidão comercial, cadastramento no sistema de segurança social, publicação no "Diário da Republica" e atribuição de um alvará provisório, disse Ariete Patrice Tomas Custodio, e acrescentou: "A missão do



BUE e a constituição e licenciamento de micro, pequenas e médias "empresas e não o financiamento de projectos. O financiamento não constitui objecto social do Balcão Único do Empreendedor, mas uma missão dos bancos comerciais". Com a constituição e licenciamento de micro, pequenas e médias empresas nos BUB, os empreendedores tem mais facilidade em obter financiamento bancário para os seus projectos, mas o Balcão Único do Empreendedor não da créditos.

"O Balcão Único do Empreendedor tem como objectivo o surgimento de micro, médias e pequenas empresas. Num só local, estão concentrados diversos serviços administrativos necessários para o registo de constituição e o licenciamento de empresas", explicou Ariete Patrice Tomas Custodio.

Desde a abertura do primeiro Balcão Único do Empreendedor, na província do Cuanza Norte, em 2012, o posto local recebeu cerca de mil processos para a constituição e licenciamento de empresa em nome individual. Na província do Cuanza funcionam seis balões de balcões único do empreendedor, nos municípios do Cazengo, Lucala, Gulungo Alto, Samba Cajú, Quiculungo e Ngonguembo, enquanto o do município do Cambambe aguarda pela inauguração nos próximos dias.

## 2.26 Falta de divisas estrangula actividade empresarial

*Jornal Grandes Notícias*  
22 De Maio de 2015

Algumas indústrias instaladas em Angola tem vindo a confirmar a redução da actividade laboral devido a falta de acesso a matéria-prima importada, tendo em conta os atrasos nos pagamentos de facturas internacionais (em divisas).

Segundo dados recolhidos pela Agencia Lusa, o Banco Nacional de Angola (BNA) manteve (na semana passada) em 300 milhões de dólares (263 milhões de euros) o volume da venda semanal de divisas a banca comercial angolana. De acordo com o relatório semanal sobre a evolução dos mercados monetário e cambial do BNA, as vendas entre 11 a 15 de Maio foram concretizadas a uma taxa média de referência do mercado cambial interbancário de 110,116 kwanzas (88 cêntimos de euro) por cada dólar, renovando máximos de varies meses. Trata-se de um valor idêntico a semana anterior, de acordo com dados do BNA compilados pela Lusa.

Durante o mes de Abril, a injeção de divisas pelo BNA rondou (ate) 310 milhões de dólares (270

milhões de euros) semanais, mas persistem as dificuldades de empresas e clientes no acesso a divisas nos bancos comerciais. O dólar norte-americano disparou mais de 12%, face ao Kwanza angolano, nos últimos sete meses, acompanhando a escassez de divisas devido a quebra nas receitas petrolíferas e com reflexos no custo de vida. O governador do BNA, José Pedro de Moraes Júnior, anunciou este mes que o executivo angolano pretende limitar o acesso a divisas. Em função da quebra da cotação internacional do barril de crude, que por sua vez fez diminuir a entrada da moeda norte-americana no país. Entretanto, cada nota de dólar continua a ser transaccionada nas ruas de Luanda a mais de 150 kwanzas, sendo este um recurso devido as limitações no acesso a divisas pelo sistema bancário.

## 2.27 O acordo para social que fiz com os accionistas, na fase de instalação do banco, foi que nos primeiros quatro anos não houvesse distribuição de lucros aos accionistas

*Jornal Grandes Notícias*  
22 De Maio de 2015

O acordo para social que fiz com os accionistas, na fase de instalação do banco, foi que nos primeiros quatro anos não houvesse distribuição de lucros aos accionistas",

O presidente do conselho de administração do banco BIC, Fernando Teles, disse, em declarações a Angop, que o sucesso alcançado pela instituição bancária que dirige deve-se a motivação da equipa de gestão e dos recursos humanos, assim como da entrega dos accionistas. Explicou que, para motivar os mais de dois mil 200 colaboradores, além de distribuir o 13 e 14 meses, o banco distribui o resultado do final de cada ano, de acordo com o mérito de cada trabalhador e realiza promoções anualmente.

Segundo o presidente, o apoio dos accionistas foi importante, porque para o banco crescer periodicamente precisava aumentar o capital social e para o efeito os accionistas deviam apoiar o órgão de gestão e foi o aconteceu com o Banco BIC.

"O acordo para social que fiz com os accionistas, na fase de instalação do banco, foi que nos primeiros quatro anos não houvesse distribuição de lucros aos accionistas" esclareceu, acrescentando que isso aconteceu e possibilitou ao banco ter hoje um capital social que o permite ter um rácio de solvabilidade

acima de 20 por cento. "É um rácio muito bom, o normal é de 10 por cento, enfatizou o gestor visivelmente satisfeito pela performance da instituição financeira. O gestor do maior banco privado em termos de cobertura de rede de balcões, com 219 pontos de atendimento, espalhados pelas 18 províncias do país, disse que o apoio dos accionistas foi fundamental e contribuiu para que o BIC se tornasse uma referência em Angola e no exterior. De acordo com os principais indicadores de actividade do banco, informou que o volume de negócios do banco passou de um trilião e 200 milhões de kwanzas em 2013, para um trilião e 394 milhões de kwanzas, representando um crescimento de 17 por cento. O crédito a economia passou de 585 biliões de kwanzas para 709 biliões de kwanzas em 2014, um crescimento de 22 por cento, enquanto os recursos de clientes (depósitos) passou de AKZ 614,8 biliões para 684,6 biliões de kwanzas em 2014. O crédito a clientes cresceu de AKZ 223 biliões em 2013 para 278 biliões de kwanzas em 2014, um crescimento de 25 por cento. O crédito ao Estado de 315 biliões em 2013, para AKZ 366 biliões em 2014, um crescimento de 17 por cento. O resultado líquido passou de 19 biliões de kwanzas para 20 biliões em 2014, representado um crescimento de cinco por cento.

Os fundos próprios cresceram de AKZ 86, 7 biliões para 91 biliões em 2014. Em 2013 tinham mil 873 Colaboradores e final de 2014 o banco já contava com dois mil e 97 trabalhadores, cifras que, segundo Fernando Teles, deixam muito orgulhosos os accionistas, administração e trabalhadores.

O Banco BIC fora de Angola Depois de consolidar a sua actividade em Angola, o Banco BIC começou a operar em Portugal em Maio de 2008, com a abertura do BIC Português, depois seguiu-se Cabo Verde, tendo em 2014 aberto um escritório de representação na África do Sul. De acordo com Fernando Teles, em breve o BIC iniciara actividades comerciais na Republica da Namíbia e Brasil. A solidez alcançada e o posicionamento do banco BIC no sector financeiro angolano ao longo destes 10 anos de existência levaram a diferentes distinções, destacando-se: atribuição do prémio Sirius 2013 "Melhor empresa do sector Financeiro em Angola: Distinção "Best Bank in Angola, concedida pela revista The Banker do grupo financeiro Times" e classificação entre os "30 maiores Bancos em África", pela revista African Business Magazine.

## 2.28 Millennium Angola e BODIVA vão negociar valores mobiliários

*Jornal Grandes Notícias*  
22 De Maio de 2015

O Banco Millennium Angola e o mais recente membro da Bodiva Bolsa de Divida e Valores de Angola, depois de assinado um contrato que o habilita a transaccionar títulos emitidos pelo Estado neste novo mercado organizado.

O acordo permite ao Banco Millennium Angola participar em nome dos seus clientes nos Mercados de Registo de Títulos do Tesouro, no Mercado de Transacções por Grosso e também no Mercado de Transacções em Continuo, instrumentos essenciais para que todos os participantes disponham do mesmo nível de oportunidade, transparência e eficiência de custos proporcionado pelo funcionamento da nova Bolsa de Divida e Valores de Angola (Bodiva).

O Presidente da Comissão Executiva do Banco Millennium Angola, António Gaioso Henriques, afirma ser este "mais um passo, desta vez formal, no sentido de o Banco contribuir para a dinamização da Bodiva, que consideramos ser uma instituição de importância crucial para um mercado de capitais".

## 2.29 O Malparado não gira em torno do sol

*Jornal a Capital*  
23 De Maio de 2015

Há dois anos, o presidente do Conselho de Administração do Banco Internacional do Comercio (BIC), Fernando Teles, lamentou do crédito malparado continuar vertiginosamente ao nível da banca nacional. Este facto constitui motivo de forte preocupação por parte, sobretudo, dos comerciais e, por arrasto, do Nacional de Angola, embora Teles tenha desdramatizado a situação do banco que dirige, considerando que o mal parado "não chega a dois to" e que, mais do que isso, haviam criado provisões para as cobranças duvidosas.

Como se sabe, o crédito malparado, crédito de cobrança duvidosa, e o montante não liquidado por parte dos vendedores quando não conseguem fazer face a todas as suas obrigações iras, sejam elas o crédito habitação, crédito automóvel ou até mesmo cartões.

O que acontece intramuros, ao nível dos comerciais, e um acentuar impossibilidade do devedor em cumprir com as suas obrigações, Ou seja crédito concedido toma-se incobrável, de tal forma que alguns processos tramitaram já em tribunal, ao passo que outros em apreciação na área do contencioso das diferentes instituições bancárias para os clientes que insistem em não honrar o compromisso assumido.

Contudo, ao nível do Banco Sol as coisas parecem acontecer de forma bem mais diferente. Isto é, tem o crédito malparado devidamente controlado e, confortavelmente, acompanhado pela sua área de gestão de crédito, Há dois anos o referido banco aparecia na 9ª posição em termos de crédito concedido a clientes, com uma quota e mercado de 2,8 por cento, equivalente a 152 milhões de dólares e um rácio de malparado de 5,2 por cento, de acordo com o estudo angolano "Banca em análise", da consultora Deloitte, de 2013.

Fernando Teles considera que, a condescender, nalguns casos primam ela reestruturação destes créditos. Quem não consegue pagar em um, paga em dois anos, quem não consegue pagar em dois, paga em três, de modo a procurar adequar aquilo que são os proveitos das empresas ao crédito concedido pelo banco", explicou gestor.

Coutinho Nobre Miguel conhece em o raio que incide do seu Sol e revela a fórmula para contornar a agoirenta cobrança duvidosa.

"Em alguns casos somos forçados reestruturar, para reforçar as garantias, e noutros casos obrigados a dialogar permanentemente com os nossos mutuários para acompanhar a sua actividade", prescreveu Coutinho Nobre Miguel, o presidente do Conselho e Administração do referido banco, a e ceita para que o malparado gire distante do Sol.

Numa realidade onde nem sempre as empresas chegam a pagar atempadamente aos bancos os créditos contraídos junto destes, há toda a necessidade de um rigoroso, directo e diário acompanhamento, contando para o efeito com o reforço da Central e Risco, uma estrutura que funciona o Banco Nacional de Angola (BNA), que tem vindo a permitir melhor selecção dos clientes. "Se o cliente tenta solicitar um crédito noutra banco, este não tem como beneficiar de um segundo

crédito", aclarou Fernando eles, que alinha na mesma linha de pensamento do PCA do Banco Sol, ma instituição que e a oitava maior e Angola, com mais de 600 mil clientes, mais de 150 balcões em todo o país com resultados líquidos de mais de três milhões de kwanzas, que persegue agora a sua internacionalização, com abertura de representações em África, Europa e América.

"O banco (SOL) trabalha arduamente para o reforço do crescimento orgânico nacional e, desta forma, assegurar os níveis de liquidez e robustez internas financeiras. Estamos com um banco preparado e apto para dar passos noutras geografias económicas", assumiu o gestor.

## 2.30 "Pescadoras" ganham micro-crédito no Zaire

*Jornal Manchete*

*29 De Maio de 2015*

*Texto: Lídia Sebentina*

A ministra das Pescas, Vitória de Barros Neto, procedeu esta semana, na província do Zaire, à abertura da campanha de micro-crédito às mulheres processadoras de pescado, bem como ao lançamento da primeira pedra para a construção da ponte cais da pesca artesanal a nível da região. As duas actividades decorreram na vila piscatória do Nzento.

Durante a sua estada na província, a governante procedeu igualmente a entrega de dez embarcações motorizadas às cooperativas familiares de pesca artesanal da comunidade do Mbwa Moyo, município do Tomboco, assim como de uma embarcação de busca e salvamento.

Vitória de Barros escalou aquela parcela do país, nesta terça-feira, 26, - via terrestre -para uma visita de trabalho de algumas horas, tendo sido recebida pelo governador José Joanes André, na ponte sobre o rio Loge que separa a província do Zaire com a do Bengo.

Recorda-se que, de algum tempo há esta parte, o Sector das Pescas no país tem vindo a beneficiar de novos incentivos, estando deste modo a trabalhar em colaboração com os governos provinciais na construção de infra-estruturas modernas capazes de facilitar e criar as condições para desenvolver a aqui cultura comunal de maneira sustentável.

Em Março último, por exemplo, a titular da pasta procedeu a inauguração do primeiro centro de larvicultura de tilápia (cacusso) do país, localizado em

Massangano, município de Cambambe, província do Cuanza Norte.

Trata-se, porém, de um projecto que faz parte da estratégia do Executivo.

Na ocasião, Victória de Barros Neto sublinhou que o Executivo está também a proporcionar outros incentivos como o fornecimento de materiais, equipamentos, facilidade ao micro-crédito, a formação e assistência técnica aos aquicultores nas comunidades rurais, tendo de seguida apelado à classe empresarial, no sentido de direccionar a sua acção, dinamismo e criatividade na implementação de projectos agrícolas comerciais, numa altura em que o cacusso é bastante consumido, devido a sua inquestionável qualidade.

O complexo pesqueiro em referência, foi erguido numa área total de cinco hectares, com um investimento de 1,060 milhões de kwanzas, prevendo produzir anualmente cerca de dois milhões de alevinos.

## 3. MERCADO INFORMAL

### 3.1 Ponderada ligeira subida do preço da corrida de táxi

*Jornal de Angola*  
18 De Maio de 2015

A tarifa de táxi pode subir até 20 por cento, para 120 kwanzas, devido aos efeitos acumulados de três aumentos dos preços dos combustíveis em sete meses, refere um memorando do Ministério das Finanças.

O documento, que invoca uma fórmula definida para a correlação entre o ajustamento dos preços do gasóleo e a formação das tarifas do táxi, conclui que se forem considerados os efeitos cumulativos dos últimos ajustes de Setembro e Dezembro, com 0 de Abril, o preço por corrida não ascende a 120 kwanzas. O memorando afirma que se for tido em conta apenas o último aumento dos combustíveis há uma subida de 5,13 kwanzas.

"Os dados mostram que os aumentos da tarifa com base nos do preço do gasóleo não são tão significativos", refere o documento.

O último dos três aumentos dos preços dos combustíveis causados pela redução na subvenção do Estado ao sector foi em 30 de Abril, mas a tarifa oficial permanece nos cem kwanzas por viagem.

O preço da corrida está hoje abaixo do preço do litro de gasolina na venda ao público, que é agora de 115 kwanzas, e ligeiramente acima do de gasóleo, 90 kwanzas. Nos últimos sete meses, o preço do litro de gasolina subiu 91 por cento e o do gasóleo, 125.

"Estamos preocupados com os aumentos dos combustíveis, pois o combustível é mais caro do que a nossa tarifa", disse o presidente da Associação de Taxistas de Luanda, Manuel Faustino. Aquela associação iniciou no dia 4 de Maio contactos com o Ministério das Finanças para analisar o aumento das tarifas.

### 3.2 A pensar na formalização da actividade

*Jornal A Capital*  
30 De Maio de 2015  
Texto: Mirene da Cruz

Se tudo correr de acordo com aquilo que é pretensão das organizações sindicais, o trabalhador doméstico terá, por força de Lei, o direito de ser inscrito no Instituto Nacional de Segurança Social, bem como de auferir o décimo terceiro mês, subsídio de férias, bem como os demais benefícios sociais contemplados na legislação laboral angolana. Entidades como o secretário-geral da maior central sindical do país garantiram a este jornal que tudo está a ser feito para que assim aconteça, ultrapassada que está o factor que condicionava a regulamentação do trabalho doméstico em Angola.

Uma alusão a nova Lei Geral do Trabalho aprovada recentemente pela Assembleia Nacional.

"Agora que a Lei Geral do Trabalho está aprovada, vamos viver um período de consultas, onde cada parceiro vai apresentar a sua melhor proposta sobre o trabalho doméstico", assegurou Manuel Viage, que, ainda assim, faz saber que a regulamentação da actividade "nunca tinha sido esquecida".

Diz a UNTA que apesar do tempo transcorrido, há todo o interesse que o trabalho doméstico esteja regulado, de forma a conferir dignidade aos agentes que se ocupam nesse sector da economia.

Segundo Manuel Viage, a grande vantagem disso está no facto do processo poder trazer para a economia formal uma actividade que, no fundo, garante a subsistência de um universo significativo de famílias angolanas.

E não é a única valia prevista, na medida em que qualquer trabalhador doméstico poderá gozar de direitos equiparados ao pessoal, empresa no sector formal da economia, àquele segmento coberto pela Lei Geral do Trabalho.

"Com o andar da carruagem, pode ser que ainda este ano a lei seja aprovada" acredita Manuel Viage.

Se assim for, o calvário por que passam pessoas como a doméstica Clotilde Ramos, cujo trabalho é marcado por condições deploráveis, pode estar perto do fim.

Ela diz que trabalha como empregada doméstica há já cerca de 5 anos e foi obrigada a mudar de patrão inúmeras vezes devido as condições de trabalho que lhe eram oferecidas.

À constante falta de respeito, juntaram-se situações como atrasos salariais, para além de ser obrigada a fazer trabalhos fora do acordo inicialmente com o patrão.

"Primeiro chamavam só para tratar da roupa, lavar e passar, depois já queriam mandar cozinhar e arrumar a casa, sem falar em aumento salarial", queixou-se.

Foi, aliás, por essa e outras razões que fazem com que ao longo de todos estes anos ela tenha passado por mais de cinco casas, na perspectiva de encontrar uns patrões com quem pudesse manter as mínimas relações possíveis.

"Mas todos só queriam aproveitar-se da minha necessidade de ganhar um pão para os meus filhos", denunciou. O problema é que o salário, na óptica de Clotilde, também não é lá grande coisa, embora diz ser com ele é que satisfaz as necessidades mínimas de casa, nomeadamente alimentação e algumas preocupações escolar dos filhos.

Tudo isso atendido com um salário de 28 mil Kwanzas, o que faz com que ela se desdobre em vários biscates nos seus momentos de folga.

"Só assim consigo facturar em condições", contou.

Por situações similares também passa a senhora Manuela Nunes, ela que desde que começou a trabalhar como empregada doméstica não deixa de enfrentar uma série de vicissitudes, por, tal como disse, "não ter outra escolha possível".

"Já queixei um antigo patrão à Inspecção Geral do Trabalho, porque trabalhei dois meses e nem metade do salário quis pagar", lembrou Manuela, que, mesmo ainda assim, acabou por não reaver os seus ordenados prometi dos por altura da sua contratação.

Ainda assim, diz que o trabalho doméstico é, para ela, a alternativa possível enquanto não surja uma oportunidade de emprego decente no sector formal da economia, onde Laura Domingas, outra doméstica, também gostaria estar ocupada.

Esta última conta que antes de se transformar em empregada doméstica na casa em que está

actualmente empregada, trabalhou como diarista, mas acabou contratada por convencer a patroa com a qualidade do seu trabalho.

Na primeira conversa, o patrão lhe havia feito promessa de contrato que incluía, para além de salário domiciliado num dos bancos, benefícios sociais previstos na legislação laboral angolana.

Mas o espanto: "Já se passaram dois anos e nada do que prometeu". O grande paradoxo no meio de tudo está,

como disse Laura Domingas, no facto da sua patroa, enquanto jurista, ser alguém ligado às leis. "Seria ela a cumprir com estes trâmites", lamentou.

Pelo serviço prestado àquela residência, Laura Domingas diz auferir algo como 45 mil kwanzas, salário relativamente melhor do que, regra geral, é oferecido a muitas das suas colegas.

Ocorre, entretanto, que qualquer uma dessas domésticas trabalha sem ter garantias de um futuro seguro, pelo facto de não descontar para a segurança social, para não falar de alistamento em algum fundo de pensões aberto.

Um biscate vai dando jeito

Entre as domésticas ouvidas por este jornal, não há quem não se queixasse das condições de trabalho oferecidas, à semelhança de Inocência Cardoso, que, por estar desempregada não viu outra saída que não fosse sujeitar-se a isso.

"Já trabalhei na área de limpeza em várias empresas, mas como fui despedida, tentei este novo caminho", contou Inocência.

Ela anda nestas lides há cerca de 3 anos e sempre a trabalhar com a mesma família, o que, para ela, representa haver entendimento entre as partes.

Embora não seja famoso, o salário, este, já cresceu duas ou três vezes ao longo deste tempo. Todavia, o grande problema está no facto dela não descontar para a segurança social, pelo que começa a ver o seu futuro comprometido.

Os direitos que assistem ao doméstico

Considera-se empregado doméstico, aquele que presta trabalho por conta de outrem, na habitação ou local de residência deste, mediante remuneração.

Apesar de ser uma figura entre nós ainda pouco valorizada, em outras paragens o trabalhador doméstico também goza de direitos garantidos por

lei, o primeiro dos quais o de possuir contrato de trabalho, que pode ser celebrado a prazo certo ou incerto.

Tem ainda o direito de ser inscrito no sistema de segurança social, para além do empregado beneficiar da assistência médica e medicamentos a, descanso semanal e férias anuais remuneradas, assim como ser tratado com correcção e respeito. Mas, entre nós, pouco se sabe da existência de tais direitos.

E esta conclusão não é de todo desconexa. Não apenas por se tratar de emprego cuja remuneração é, regra geral, bastante miserável mas, sobretudo, pelo facto do trabalho doméstico não dispor, ainda, de um regime jurídico que regula o seu exercício.

Até 2012, alimentou-se a esperança de que os empregados domésticos teriam assegurado o conjunto de direitos acima enumerados, incluindo o de ter protecção social nas situações em que puderem deixar de exercer a actividade laboral.

Só que o ante-projecto sobre o regime jurídico do trabalho doméstico não passou disso mesmo, pelo que pessoas como a empregada Inocência Cardoso espera que, o tal seja efectiva o mais cedo quanto possível.

### 3.3 Banco central mantém taxas taxa e Juro

*Jornal de Angola*  
31 De Maio de 2015

O Comité de Política Monetária do Banco Nacional de Angola (BNA) manteve os juros na sua reunião mensal, realizada na sexta-feira em Luanda para tomar medidas de política com vista a reduzir a relativa volatilidade dos preços na economia nacional.

A taxa básica de juro (taxa BN A) foi mantida em 9,25 por cento, a de facilidade permanente de cedência de liquidez em fez por cento e a da facilidade permanente de absorção de liquidez em zero por cento, informa o comunicado emitido no fim da reunião.

O documento afirma que na reunião foi analisada a evolução da inflação, da economia real, das contas fiscais e monetárias, bem como a informação recente sobre a conjuntura económica internacional, incluindo a da região SADC ao longo do mês de Abril.

O BNA declarou que a inflação de Abril, medida pelo índice de Preços ao Consumidor de Luanda, foi de 0,85 por cento, superior em 0,34 à do mesmo mês do

ano passado, e que a dos últimos 12 meses foi de 8,23 por cento, mais 0,36 que a anual de Março. A menor subida da taxa de inflação do mês em todo o país foi no Moxico, onde índice cresceu 0,44 por cento.

O documento do banco central angolano atribui a maior quota da inflação de Luanda à subida dos preços da classe de alimentação e bebidas não alcoólicas, com 0,36 por cento, assim como os bens e serviços diversos, com 1,69 por cento, e transportes, com 1,21. Naquele período, a taxa de juro LUIBOR overnight - um dia - ficou em 6,25 por cento e nas maturidades de três e 12 meses em 8,41 e 9,99 por cento, anunciou o banco central. O BNA citou dados preliminares que indicam que, em Abril, o crédito à economia contraiu em 0,24 por cento e, em termos acumulados de 201,5 cresceu em 1,95 por cento. O documento diz que os bancos comerciais adquiriram divisas avaliadas em 1.470 milhões de dólares no mercado cambial, das quais 1.357 milhões ao banco central e o restante aos seus clientes.

No mercado primário, a taxa de câmbio média de referência depreciou-se em 1,21 por cento face ao mês anterior, para 109,293 kwanza.

### 3.4 Preço do táxi sem alteração

*Jornal de Angola*  
30 De Maio de 2015

O Ministério das Finanças desmentiu ontem a existência de qualquer acordo com Associação dos Taxistas de Luanda, no sentido de alterar o preço da corrida de táxi em Luanda de 100 para 150kwanzas.

O chefe do Departamento de Preços e Concorrência do Ministério das Finanças, Ernesto Ramos, alertou que o anúncio feito pelo presidente da Associação dos Taxistas de Luanda, Manuel Faustino, sobre um suposto acorde com o Ministério das Finanças, não condiz com a verdade.

A reunião entre as partes, realizada terça-feira, não foi conclusiva e não houve qualquer decisão, nem o acordo de um preço satisfatório, razão pela qual a tarifa não pode ser aumentada por nenhum taxista, esclareceu o representante do Ministério das Finanças.

Os taxistas defendiam a subida da corrida para 185 kwanzas e o Ministério das Finanças 162 kwanzas, mas as partes teriam concordado em deixar o valor final em 150, avançou na altura o presidente da Associação dos Taxistas de Luanda, informação que foi desmentida.

O Ministério das Finanças garante que estão em curso estudos, envolvendo, entre outros aspectos, as rotas dos táxis, a qualidade das estradas e dos veículos, para determinar o valor final.

### 3.5 Subida do preço de táxi é ilegal

*Semanário Angolense*  
30 De Maio de 2015

A subida do preço da corrida de táxi de 100 para 150 Kwanzas, anunciada na terça-feira pelo presidente da Associação de Taxistas de Luanda (ATL), Manuel Faustino, foi unilateral e é ilegal segundo o chefe do Departamento de Preços e Concorrência do Ministério das Finanças, Ernesto Ramos. As negociações entre as duas partes para o estabelecimento de um preço ainda não terminaram.

As Finanças está a fazer estudos que incluem vários aspectos, desde as rotas que percorrem as viaturas, qualidade das estradas e dos táxis, para se encontrar um preço que satisfaça a população e os taxistas. Em menos de quatro meses, os taxistas tentaram em duas ocasiões subir o preço da corrida do táxi.

### 3.6 Fiscalização rodoviária para disciplinar taxistas

*Jornal de Angola*  
15 De Maio de 2015  
Texto: Leonor Mabilia

A Unidade Provincial de Viação e Trânsito em Cabinda vai, a partir do próximo dia 7 de Junho, incrementar as acções de fiscalização rodoviária para apreender as viaturas cujos proprietários exercem actividade de táxi sem estarem legalizados e sem as cores azul e branco exigidas por Lei, anunciou o porta-voz da Instituição, o subinspector André Baza.

A reportagem do Jornal de Angola, André Baza afirmou que o incremento das medidas de fiscalização rodoviária vai ter maior incidência em viaturas que prestam serviço de táxi, para se fazer cumprir a Lei.

"Com humildade peço aos proprietários de viaturas que prestam serviço de táxi, para regularizarem as mesmas, sob pena de verem os seus carros apreendidos e alerto, que só vão poder reaver os mesmos após o pagamento de pesadas multas", referiu, recorrendo ao Decreto Presidencial nº 128/10 que regula o exercício de actividade de táxi no país, que define claramente os procedimentos

legais a ter-se em conta por todo interessado que queira exercer o transporte de pessoas".

Dada a indisciplina que os automobilistas, que prestam serviço de táxi têm demonstrado nas estradas, a Secretaria Provincial dos Transportes, Correios e Telecomunicações esteve reunida, recentemente, com os responsáveis de empresas de táxi, operadores do ramo da Polícia Nacional para um esclarecimento sobre o Decreto Presidencial nº 128/10 que visa regular o exercício de táxi no país.

O porta-voz da unidade provincial de Trânsito esclareceu que para se legalizar uma viatura que exerce actividade de táxi, o primeiro passo a ter em conta é possuir documentação completa da mesma, nomeadamente Livrete e Título de Registo de Propriedade, pagamento do seguro automóvel obrigatório e do Documento de Arrecadação de Receitas (DAR), que vai culminar na obtenção da licença de aluguer junto da Secretaria dos Transportes, Correios e Telecomunicações.

Para aquele oficial da corporação, a legalização que se impõe aos utentes de veículos que exercem a actividade de táxi não só permite que os mesmos possam trabalhar sem obstáculos na via pública como também ao Estado arrecadar mais receitas através de impostos resultantes desse processo e também o crescimento da economia do país".

Governadora pede punições

A governadora acrescentou: "Quem não é detentor da carta profissional e que esteja a transportar passageiros, a Polícia deve necessariamente puni-lo, porque esse tipo de actividade deve ser exercida por pessoas habilitadas. Falando sobre os engarrafamentos que se registam um pouco pela cidade de Cabinda e que já começam a preocupar os automobilistas e não só, a governadora Aldina da Lomba Catembo relacionou os factos com a existência actualmente de muitas viaturas na urbe e ao número reduzido de estradas, que no seu entender as vias secundárias e terciárias "são as alternativas para desafogar o trânsito".

A mudança da sinalização sobretudo a vertical (placas) existente em muitas artérias da cidade de Cabinda para facilitar que as mesmas possam permitir, a fluidez do trânsito em dois sentidos é uma das propostas apresentada pela Administração Municipal de Cabinda e Secretaria provincial das Obras Públicas ao Conselho provincial de Viação e Ordenamento do Trânsito. Aldina da Lomba Catembo considerou-a como importante para criar uma alternativa para desafogar o trânsito, sobretudo na hora de ponta.



O secretário provincial dos Transportes Correios e Telecomunicações, António Custódio, fez lembrar que o recente encontro que As medidas que o sector dos transportes está a tomar tendentes a disciplinar o exercício de actividade de táxi em Cabinda, alegam o presidente da Associação Provincial dos Taxistas de Cabinda, Filipe Binda, por entender que com elas, vai haver melhorias nesse domínio.

O presidente da Associação Provincial dos Taxistas pediu aos associados para o cumprimento das normas que regem o exercício de actividade de táxi no país e ao mesmo tempo apelou os associados a serem disciplinados, quando estiverem no exercício da actividade.

#### Moto táxi

A prática de exercício de mototáxi em Cabinda, uma actividade pouco comum por estas paragens, começa a preocupar as autoridades locais, não só pelo perigo que a mesma representa para os seus utentes mas pelo facto de ser exercida maioritariamente por estrangeiros, na sua maioria ilegais.

O fenómeno, que tende a crescer a cada dia que passa, já começa a tirar o sono às autoridades policiais. O porta-voz da Unidade provincial de Trânsito, André Baza, confirma o facto e reconhece que os cidadãos estrangeiros ilegais que exercem a actividade de moto-táxi não têm licença de condução e são os principais causadores de acidentes de viação.

"Diariamente mais de dois acidentes acontecem na via pública, provocados por pessoas que exercem a actividade de táxi com moto, geralmente, por desconhecerem o código de estrada", disse André Baza, para quem a outra infracção que "os mesmos cometem é o de transportar mais de duas pessoas numa

única motorizada. André Baza afirmou que a motorizada é um meio de transporte, cuja lotação máxima fixada, de acordo com o Código de Estrada, é de transportar duas pessoas incluindo o condutor, mas, os "motociclistas violam a lei, transportando três indivíduos. O oficial da Polícia explicou à reportagem do Jornal de Angola, que no passado dia 17 de Fevereiro ocorreu um acidente em que uma jovem de 25 anos, transportada por um moto-taxista que subia para a zona do Tchizo, foi projectada para o asfalto e fracturou a perna, quando o motociclista tentava fazer uma manobra perigosa depois de se deparar com agentes reguladores de trânsito.

A Unidade provincial de Viação e Trânsito registou durante o primeiro trimestre do ano em curso, 133 acidentes de natureza diversa, que causaram a morte imediata de 33 pessoas, ferimento a outras 158 e

danos materiais avaliados em 17,7 milhões de kwanzas.

As principais causas dos acidentes foram o excesso de velocidade, imprudência dos automobilistas, falta de precaução dos peões, condução ilegal e sob efeito de álcool, não observância das regras de prioridade de passagem.

### 3.7 Taxistas advertidos contra subida de tarifas

*Jornal de Angola*

*14 De Maio de 2015*

Os taxistas da província do Zaire foram exortados a desistirem da decisão de aumentar a corrida de táxi de 100 para 150 kwanzas, num encontro com uma comissão multi-sectorial realizada em Mbanza Congo. O secretário do governo provincial, Félix Kialungila, orientou o encontro e explicou que a fixação de uma nova tarifa é uma decisão tomada com a devida autorização dos órgãos competentes.

Em função do aumento dos preços de combustível, decretado recentemente pelo Executivo, o taxista de Mbanza Congo aumentaram a corrida de táxi, passando de 100 para 150 kwanza, facto que preocupa as autoridade governamental da província.

O director provincial do Transporte, Correio e Telecomunicações pediu "calma" ao taxista numa altura em que o seu sector aguarda pela divulgação do resultado saído do encontro, em Luanda, entre a associação dos taxistas de Angola e os órgãos afim.

As rota são definida pela comissão multi-sectorial, que integra o secretário do governo provincial, directores dos transporte correio e telecomunicações, de investigação e inspecção da actividade económica, representantes do delegado do Ministério do Interior, da Finança, administração municipal de Mbanza Congo e da direcção da associação local dos taxista explicou Jeremias Timóteo.

O Governo procedeu, no dia 30 de Abril, ao ajuste do preço do combustível, marcando o abandono pelo Estado da subvenções à gasolina. O preço da gasolina teve uma variação de 90 para 115 kwanza, ma mantém a ajuda de 21,06 por cento ao do gasóleo, que passou de 60 para 75 kwanzas.

O preço do gasóleo aumentou em 25 por cento e o do gás doméstico subiu d 45 para 55 kwanzas e mantém as subvenções estatais em 67,15. O litro do petróleo iluminante passou a custar 45 kwanzas contra os anteriores 35. As subvenções são de 44,41 por cento.

O Ministério das Finanças enquadra o novo ajustamento do preço do combustível à estratégia da melhoria da qualidade da despesa pública, com o Executivo a poder assegurar a sustentabilidade da política fiscal e o financiamento das ações sociais do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017. Os aumentos também são justificados com o esforço das autoridades adotarem os preços realistas e em troca reforçarem o financiamento do programa que permitem "reduzir as desigualdades sociais".

"A subvenção beneficia mais os grupos mais favorecidos e estimula a prática do contrabando do combustível para os pais e vizinhos", salienta O comunicado do Ministério das Finanças.

Desde Outubro do ano passado, a medida de ajustamento dos preços do combustível produziram poupança de 110 mil milhões de kwanzas, que permitiram "ao executivo cobrir da melhor forma a despesa pública num ambiente adverso da baixa da receita petrolífera provocada pela oscilação de preços no mercado interno internacional".

### 3.8 Entre o pessimismo e o optimismo populista, onde está a dignidade humano?

*Jornal Agora*

*29 De Maio de 2015*

*Texto: Inglês Pinto*

Assinalou-se mais um 25 de Maio! Das lamentações pessimistas de milhões que lutam pela sobrevivência, aos discursos políticos de circunstâncias, com excessos de optimismo, mas que no plano prático estão aquém das legítimas expectativas dos mais de 1,100,000 de habitantes, eis-nos comemorando o 52.2 aniversário da África libertada do jugo estrangeiro, mas ainda refém das grilhetas, muitas das quais criadas pelos seus próprios filhos, traduzidas na fome, na doença. No analfabetismo, na intolerância, no despotismo, na exclusão político-social, nos conflitos cíclicos ou permanentes, nas migrações forçadas, na gestão perdulária do bem público, nos actos hediondos emergentes de fanatismos religiosos ou políticos, na violência xenófoba, no terrorismo de grupo ou de estado, na instabilidade política, enfim, um rosário de agruras que põem em causa o homem africano e a sua dignidade.

Se não fosse o nosso optimismo, claro que, moderado, diríamos: "De que vale orgulharmo-nos de o nosso continente ter sido o berço da humanidade, se é um dos espaços onde mais facilmente se vai ao túmulo, se tivermos direito a tal,

hoje, concorrendo com as turbulentas regiões dos rios Tigre, Eufrates ou Cabul, ou nos últimos dias, com as terras e mares asiáticos"?

África, continente onde milhões sentiram uma das formas mais cruéis de subjugação - a escravatura, cujo memorial em homenagem às vítimas desta prática desumana foi inaugurado a 25 de Março do ano corrente na sede da ONU, onde a maioria dos seus povos foi submetido à exploração colonial, os seus filhos, em especial os das lideranças políticas, não poderão passar a vida nos discursos de vitimização, por vezes para excluir as suas responsabilidades, relativamente ao presente desastroso, até porque, reza a história, alguns de nós fomos algozes dos nossos irmãos, como auxiliares de interesses exteriores, no passado triste e hoje, com novos métodos, a prática de desrespeito aos mais elementares direitos do homem africano subsiste, salvo excepções.

Não queremos, com isto, afastar a intervenção dos poderes político-financeiros externos que, em função dos seus interesses, 'facilitam' práticas contrárias aos legítimos interesses dos africanos. É claro que reconhecemos o papel positivo de grupos, personalidades, instituições, estados cuja prática contribui para que África ultrapasse as suas dificuldades. Por vezes, esses são incompreendidos ou mesmo hostilizados por algumas 'elites' dos poderes africanos ou que nele gravitam.

Conhecer África, sua história, reconhecer os feitos gloriosos dos nossos antepassados é algo que se impõe, não apenas por uma questão de auto-estima, mas de justiça. Mas, este reconhecimento deve ir para além dos memoriais, dos discursos, da inserção nos textos históricos, dos espaços nos museus. Actos nobres presentes como perspectivar, criar as bases para um futuro digno para os filhos de África são a melhor forma de honrar os nossos antepassados. Fazer mais e melhor, diferente do que foi feito pelos dominadores, no que toca às relações sociais, à justiça, ao respeito pelo homem e seus direitos, é o que se impõe e jamais a prevalência de práticas sociais e políticas negativas. Para muitos de nós, é mais dolorosa, injustificável, a opressão, as arbitrariedades dos nossos próprios irmãos. Daí a legitimidade da indignação e contestação.

Como podemos depreender, na maioria dos nossos Estados, não falta o quadro legal para a reivindicação e contestação. A existência de instituições fortes, credíveis, defensoras intransigentes do interesse público e não do egoísmo exacerbado e dos caprichos políticos de pequenos grupos que detêm o poder, são algumas das condicionantes, para que se alcance o nobre desiderato vida digna numa África, para os africanos.

É evidente que, face às arbitrariedades, aos desrespeitos dos direitos fundamentais dos cidadãos, por parte de uns tantos, se impõe o exercício do direito à contestação, à revolta, acto provido de toda a legitimidade, que deve ser exercido dentro dos marcos constitucionais e legais e, caso não haja esta protecção legal, há que conquistá-los, há que lutar pela dignidade, pelo bem-estar colectivo.

Se no plano do crescimento económico temos alguns sinais animadores, no plano do desenvolvimento humano, estamos muito aquém das legítimas expectativas da maioria dos africanos. Em nosso entender, tal facto deve-se mais a razões subjectivas do que objectivas. O velho problema da composição de interesses, do respeito pelo colectivo, a falta de solidariedade ou deficiente concepção e execução de políticas públicas, entenda-se, coerentes para os vários sectores sociais, para além de outros factores. Entendemos que a via para uma África próspera, espaço de felicidade para todos, passa, de entre outras, necessariamente pelo seguinte:

- Um investimento substancial na educação geral dos seus povos, entenda-se, educação de qualidade, capaz de promover uma sociedade de cidadãos, gente dotada de espírito crítico construtivo, consciente das suas responsabilidades, enquanto seres humanos e não meros aglomerados populacionais, facilmente manipuláveis por grupos contrários aos seus legítimos interesses, sejam eles de cariz político ou religioso;

- A criação e/ou o aperfeiçoamentos de instituições do Estado, fortes, sempre ao serviço dos cidadãos, sem discriminação, defensoras dos órgãos do poder, entenda-se, legítimo e efectivamente democrático, elas próprias, no âmbito das suas atribuições, promotoras da convivência salutar entre os cidadãos, da paz, estabilidade política da justiça social, num espírito de solidariedade e respeito recíproco. Entidades cumpridoras da lei e fazendo-a cumprir, desde a constituição às leis ordinárias, bem como tratados e acordos internacionais, a que os Estados, livre e soberanamente se vincularam, postura que se é de exigir, fundamentalmente aos mais altos magistrados das nações africanas, aos órgãos de justiça, defesa, segurança e ordem pública;

- Promoção dos valores democráticos, traduzidos numa efectiva participação dos cidadãos na vida pública, não basta eleições! Em regra polémicas, muitas das quais envolvidas num clima de violência;

- Há que promover a democracia económica como factor que contribui para a igualdade de oportunidades, bem como para concorrência leal entre os agentes económicos. Tudo isto, com base

numa legislação clara, realista, suportada por actos transparentes dos entes públicos, contribuindo para a eficácia da lei que deve ser igual para todos;

- A criação ou consolidação de uma classe média, forte, empreendedora, criadora de riqueza, de postos de trabalho; forte contribuinte fiscal, é uma das condições para a estabilidade e progresso, mas, em nosso entender, isto não passa, necessariamente, pelo assalto e má gestão dos bens públicos, por negociatas, pela promiscuidade entre o interesse público e o privado, pelo contrário, estes podem, perfeitamente, harmonizar-se, não ferindo, deste modo, princípios éticos, deontológicos, morais, o interesse nacional, em geral;

- Ainda no que se refere à democracia, há que realçar que valores democráticos existem que são património universal, aplicáveis em qualquer sociedade e o seu "afastamento" com base nas teorias da "adaptação à realidade africana", não passa de subterfúgios, com o fim de continuarmos com práticas autoritárias em benefício de determinados grupos, prejudicando maiorias. Respeitar a realidade sociocultural, é um facto inquestionável, mas...

- O investimento em infra-estruturas e equipamento sociais, uma nova atitude perante o trabalho, o frear do espírito imediatista e consumista por parte de grupos com maior ascensão social, já que a maioria, face às debilidades financeiras não têm outra solução, não obstante os apelos para a poupança, o estabelecimento de uma rigorosa ordem de prioridades na definição e execução dos orçamentos dos Estados;

- No plano das relações entre Estados e povos, há que dar ou reforçar o verdadeiro sentido e razão de ser da fundação da União Africana, sucessora da OUA, cuja actuação ficou aquém das expectativas. Momentos houve que, aos olhos de africanos mais exigentes, esta era tida quase como um clube de Chefes de Estados e suas equipas, não obstante algumas tímidas acções do foro político. No que toca a algumas organizações regionais, algo de positivo tem sido feito, a exemplo da SADC.

Estas são algumas das ideias que poderão ser tidas como lugares comuns, factos por demais conhecidos, mas cuja efectivação tem sido o 'calcanhar de Aquiles' de África.

Felizmente, temos exemplos positivos, merecedores do nosso elogio e admiração. É o que nos anima a continuar a lutar, com os meios de que dispomos, dando o nosso modesto contributo, enquanto seres humanos, enquanto africanos, até este momento, livres (pessimismo!?)...

### 3.9 Vendedoras agastadas com falta de saneamento básico do mercado

*Jornal Terra Angolana*

*1 De Maio de 2015*

*Texto: David Gaspar*

A má localização do mercado que se situa ao meio do bairro, o aglomerado de lixo e os constantes assaltos que segundo os moradores, são praticados por meliantes do grupo vulgo 'os Kamabatela', cujo líder 'Da Saia' têm forçado os vendedores a preferirem vender em lugares pouco cómodos para comercializar os diversos produtos.

- "Este mercado não está bom. Apenas duas pessoas estão neste momento a comercializar fresco, outras fugiram para outros locais, uma vez que as chapas aqui do mercado voaram, e então não é possível vender assim. Não podemos reclamar uma vez que as nossas reivindicações não são ouvidas pela administração, mesmo pagando as fichas todos os dias, mas não resolvem nada", desabafou uma das vendedoras de nome Mila Anteiro que falava em representação das suas colegas.

Esta solicitou aos responsáveis do mercado que trouxessem todos aqueles que vendem nas ruas para que os poucos que ficaram não abandonem aquele espaço.

Em conversa via telefónica com o administrador do mercado do Sucupira, que se identificou apenas por Araújo, este alegou não existir outra forma de justificar a 'teimosia' "de muitas destas senhoras que continuam a vender nas ruas senão o gosto por lugares não cómodos", desabafou.

Até ao momento, o mercado que tinha perto de 400 vendedoras segundo dados oficiais, viu este reduzir para menos de 50.

"Arranjar um lugar aqui não deve ser apontado como um problema, porque os que estão a vender" na linha férrea, na ponte do Bar ou na entrada da Gamek são pessoas que já venderam aqui", disse Maria António, peixeira do mercado desde a sua fundação. Esta aponta o lixo e às moscas como sendo outra das razões que têm provocado a dispersão das vendedoras e também de muitos compradores que por ali faziam compras, o que tem provocado perdas avultadas por parte de quem vende peixe e outros frescos, isto também devido a câmara do mercado que já não funciona.

Rosário Virgílio é comerciante de material de construção alega que as dificuldades têm sido várias

desde que começou a vender naquele mercado. "Notamos desde o princípio que este mercado foi construído ao meio do bairro em que o acesso para os compradores seria por meio de becos correndo risco de vida devido à delinquência, já constatávamos que seria muito complicado em termos de vendas". "Procuramos ouvir por diversas ocasiões o administrador do mercado, colocando-o a questão dos vendedores que povoam a estrada da Gamek, mas este avançou-nos que apesar da fiscalização ter agido algumas vezes, a dificuldade é tanta e sugeriu que fôssemos a administração do Cazenga para reclamarmos. Mas não acatamos o seu conselho visto não ser nossa competência ir fazer queixa a administração municipal e não o fizemos", concluiu o nosso interlocutor.

Para Agostinho Francisco as dificuldades apontadas são inúmeras, "ainda mais quando sabemos que a falta de clientes deve-se em grande medida ao facto de outros colegas que vendem os mesmos produtos e que deveriam estar a comercializar estes mesmos produtos aqui, no mercado, preferem fazê-lo na estrada, ponte e não só".

A vontade de voltar a vender em locais impróprios por quem permanece até agora dentro do mercado têm crescido a cada dia que passa devido ao frustrante cenário que se vive neste local.

A fraca produtividade por parte de quem vende os seus produtos reflecte um certo nervosismo devido ao pagamento regular de "3.000 kz de ficha a cada mês", numa praça em que os produtos estão expostos às moscas.

"Vendíamos melhor quando estávamos fora porque o mercado antigo era numa rua que dava acesso a outra com grande fluxo", disse o Sr. Gomes vendedor de peças de viaturas que avançou a nossa reportagem que no sábado, 20 do mês transacto alguns vendedores tiveram uma reunião com a administração do mercado para que em unanimidade colmatassem questões ligadas ao mesmo, pois, contrário ao cenário das vendedoras que saíram voluntariamente, as senhoras que ocupavam as cozinhas foram expulsas.

O Terra Angolana aproveitou estar à fala com o administrador para saber as razões que levaram a expulsão das vendedoras, este afirmou que não estava preparado para se debruçar sobre o assunto. Vendedoras abandonam mercado. A equipa do Terra Angolana procurou ouvir algumas das senhoras que deixaram o mercado do Sucupira para venderem no asfalto, estas apontaram as mesmas razões apontadas pelos colegas, como a falta de saneamento básico, o facto de o mercado estar sem tecto, etc.

Dona Judith Ventura vendedora de material escolar alegou ter abandonado o seu lugar devido o risco da sua integridade física. "Por duas vezes que fui perseguida pelos meliantes do grupo "Os Kamabatela".

"Eram por volta das dezassete horas quando eu vinha do mercado sem me ter apercebido que estava a ser perseguida num dos becos que dá acesso à rua principal reparei que alguns miúdos dirigiam-se para mim com garrafas dizendo cota se sacode, cota se sacode, mas graças a Deus corri de tal maneira que não sei se conseguiria agora", disse Judith Ventura.

"Quem quer vender num mercado em que as pessoas temem fazer compras de manhã cedo e que a partir das 16h temos que sair a correr? Ninguém", concluiu uma das confrades da mesma.

João Augusto, 28 anos, é um dos muitos jovens que vendiam no Sucupira, mas que, por razões acima apontadas, sentiu-se na obrigação de vender na ponte do Bar do Grafanil.

Os moradores Pedro Barroso da Silva e a avó Minga afirmam que a situação que se vive no Sucupira é lastimável e reconhecem que este, está muito escondido.

### 3.10 Taxista angolanos querem corrigir mais caras

*Jornal Macro Finanças*

*7 De Maio de 2015*

*Texto: Camilo Lemos*

O presidente da Associação dos Taxistas de Angola, Manuel Faustino, defendeu o aumento do preço dos táxis na sequência da subida dos preços dos combustíveis esta segunda feira, dia 4, em declarações aos jornalistas à margem da primeira reunião do Ministério das Finanças com a direcção da Associação dos Taxistas, que decorreu no Gabinete de Preços e Concorrência daquele Ministério. "Ainda é prematuro dizer para quanto sobe o preço" disse Manuel Faustino manifestando-se a favor da continuação das negociações com o Ministério das Finanças até se chegar a um consenso relativamente ao aumento do preço dos táxis.

Dependente das deliberações do ministro das Finanças que deverá pronunciar-se após as negociações entre a Associação Dos taxistas o Gabinete de Preços e Concorrências a subida de preço ficou sem a data.

"Nós negociámos com os órgãos do Gabinete de Preços e Concorrências. Vão levar as conclusões ao ministro das Finanças assim que estiverem concluídas" disse o presidente da associação.

Não adiantou nada contudo sobre as conclusões e recomendações saídas da primeira reunião, referindo que esperam voltar a reunir ainda esta semana. Manuel Faustino esclareceu que a sua organização não apresentou nenhuma proposta ao Ministério das Finanças, a não ser alguns itens que deverão ser ultrapassados, nomeadamente a subida do combustível e as taxas aduaneira e de câmbio.

"Esses itens dizem-nos que devemos reajustar os preços. Estamos a negociar e esperamos pronunciar-nos brevemente", acrescentou.

Segundo Manuel Faustino, a subida do preço dos táxis justifica-se pelo facto de a gasolina atingir preços mais elevados do que a tarifa de táxi em vigor.

Quanto à subida de preços que já se verifica em algumas paragens da capital, aquele responsável deixa claro que, os que assim procedem vão ter problemas com a polícia.

"Ainda não saiu nada sobre a subida dos preços. Conhecemos a sensibilidade dos nossos motoristas e qualquer erro de informação, eles levam a sério, e nós não podemos correr esse risco", disse.

O presidente da Associação recomendou ainda a todos os taxistas que aguardem novas instruções. "E esperamos que o ministro das Finanças nos responda o mais rápido possível".

Manuel Faustino salientou ainda o facto de a reunião com o Ministério das Finanças estar também a servir para discutir a pauta aduaneira.

"Para terem uma ideia, por uma viatura de marca lace, nós pagávamos 35 mil kwanzas e hoje pagamos 400 mil kwanzas", frisou.

### 3.11 CANDONGUEIROS PREPARAM AUMENTOS APÓS SUBIDA DOS COMBUSTÍVEIS

*Jornal Folha 8*

*9 De Maio de 2015*

Os representantes do sector dos transportes públicos de Angola estão a negociar com o Ministério das Finanças o aumento das tarifas das "corridas", depois de os combustíveis terem subido cerca de 100 por cento em sete meses.

O último dos três aumentos dos preços dos combustíveis, provocado pela redução na subvenção do Estado, aconteceu na noite de 30 de Abril, mas a tarifa oficial nos 'candongueiros' (transporte informal público e também conhecido como táxi) permanece nos 100 kwanzas (81 cêntimos de euros) por viagem.

O preço desta "corrida" está hoje abaixo do litro de gasolina na venda ao público, que agora é de 115 kwanzas (94 cêntimos), e ligeiramente acima do de gasóleo, comercializado a 90 kwanzas (73 cêntimos). Apesar do apelo lançado esta semana pelo presidente da Associação de Taxistas de Luanda, Manuel Faustino, contra a "especulação nos preços", na capital já surgem relatos de "corridas" mais curtas e aumentos de preço, apesar de as tarifas terem um valor oficial.

"Estamos preocupados com os aumentos dos combustíveis, já que hoje o combustível chega a ser mais caro do que a nossa tarifa", apontou Manuel Faustino, que iniciou contactos com o Ministério das Finanças para analisar o assunto.

Os profissionais do táxi defendem que a estrutura de custos deste serviço foi fortemente alterada nos últimos meses, pelo que é necessário "actualizar as tarifas".

Nos últimos sete meses, o preço do litro de gasolina subiu 91%, enquanto o do gasóleo aumentou 125%.

Os preços dos combustíveis - tabelados pelo Governo - estavam inalterados desde 2010, quando, em Setembro último, se deu o primeiro aumento, com o Estado a começar a reduzir os subsídios.

Até às 23:00 de 30 de Abril, o litro de gasolina estava a ser vendido a 90 kwanzas (73 cêntimos) e o de gasóleo a 60 kwanzas (49 cêntimos).

Com esta nova alteração, a gasolina passou a ser vendida em regime de preço livre, até 115 kwanzas (94 cêntimos) por litro, sem qualquer subvenção estatal.

A medida foi justificada pelo Governo com a "conjuntura da economia nacional e global", pela necessidade de aplicar "políticas centradas na promoção do crescimento económico" e de criar "condições básicas" à execução dos princípios projectos nacionais, tendo em conta a actual crise do cotação do petróleo. Devido à falta de capacidade nacional de refinação, o país precisa de importar grande parte dos combustíveis de consumo.

Em contrapartida, este processo é subsidiado por apoios públicos, de forma a manter os preços de

venda artificialmente baixos, mas com custos acima dos 3,5 mil milhões de euros por ano.

Com esta nova subida dos combustíveis, o executivo afirma o propósito de "aumentar a qualidade da despesa pública", em linha com recomendações recentes do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial.

Apesar da subida, o preço do litro do gasóleo continua a ser subsidiado pelo Estado em 21,06%. Já o quilograma do gás doméstico, que passou a custar 55 kwanzas (45 cêntimos de euro) mantém uma subvenção pública de 67,15% do preço e o litro de petróleo iluminante, que passou a ser vendido a 45 kwanzas (37 cêntimos) de 44,41%.

Só a gasolina deixou de ter.

### 3.12 Tribunal condenou taxistas por arruaça e desobediência

*Jornal De Angola*

*11 De Maio de 2015*

O Tribunal Provincial da Huíla condenou, na cidade do Lubango, dez taxistas por crime de especulação de preços, arruaça e desobediência à ordem pública. A informação foi prestada pelo porta-voz do Comando Provincial da Polícia Nacional, superintendente-chefe Paiva Tomás, que esclareceu que os automobilistas foram condenados de um a três dias de prisão.

Paiva Tomás explicou que os taxistas que especularam os preços foram condenados a um dia de prisão, enquanto os arruaçeiros cumprem a pena de três dias correcionais. Os taxistas, depois do aumento de preços dos combustíveis, começaram a cobrar a passagem a 150,00 kwanzas contra os 100,00 kwanzas estabelecidos, sem terem autorização das autoridades competentes.

Outros desencadearam uma greve e forçaram de forma violenta os demais colegas a aderirem. O presidente da Associação Provincial dos Taxistas da Huíla, Alberto Daniel, lamentou a situação.

### 3.13 Produtos de campo atraem clientes ao "Sabão"

*Jornal De Angola*

*12 De Maio de 2015*

*Texto: Fula Martins*

O "Sabão", mercado localizado na comuna da Funda, no município do Cacucaco, tornou-se, nos últimos anos, num local de referência para as

compras de fim-de-semana. Os preços acessíveis praticados neste mercado, 50 quilómetros a Norte de Luanda, são a razão principal para a grande afluência de clientes.

O mercado, que começou por se chamar "Praça de Sábado", funciona agora todos os dias da semana, excepto aos domingos. Os portões abrem às 6h00, mas os primeiros clientes começam a chegar uma hora antes para comprarem os produtos do campo da mão dos agricultores a preços mais baixos.

O grosso da clientela chega por volta das 7h30m, quando se regista grande afluência de donas de casa em busca de produtos para a refeição do dia, da semana ou mesmo do mês.

A grande procura começa às 9h30m, mas é às 13h00 que o mercado atinge a maior movimentação. Às 16h00, a maior parte dos vendedores começa a arrumar a mercadoria para depositar nos armazéns antes de deixar o local.

À entrada do mercado, os clientes são interpelados por jovens, que oferecem os seus préstimos como guias e carregadores das compras. Os produtos agrícolas ficam a certa distância da entrada do mercado e os clientes têm de transpor uma barreira de gente.

Faria Neto, morador no bairro da Vidrul e cliente assíduo do mercado, valorizou a questão dos preços. "Aqui os produtos são de qualidade e muito mais baratos que em Luanda", disse.

Os preços da batata rena e doce, cebola, tomate, quiabo, cenoura, beringela, couve e outros produtos do campo no "Sabadão" fizeram Sebastião Neto esquecer-se dos supermercados de Luanda.

Pedro João, que reside no bairro da Cuca, frequenta o mercado há muitos anos. Disse à reportagem do Jornal de Angola que, mesmo quando residia no São Paulo, ia com frequência fazer compras na Funda. "Os produtos agrícolas aqui são baratos, razão pela qual venho cá quase todos os sábados", disse.

Mais do que as palavras, as compras provavam ao que vinha. Eram sacos de tomate, quiabos, repolho, cenoura, pimentos, alho, limão, melancia, abacate, jimboa, beringela, pepino, mandioca, kizaca, tangerina, laranja, batata-doce, abóbora, banana, rama de batata-doce, cebola, feijão. Um pouco de tudo.

Joaquim Celestino, chefe de cozinha de um hotel na Maianga, disse que fica muito mais em conta adquirir os produtos no "Sabadão" que na cidade.

"Um balde de batata-doce, tomate ou de cebola custa à volta de 800 kwanzas, uma bacia de laranjas 500 e 10 limões pequenos 50", disse a vendedora Sabina Milupa. O mercado, segundo ainda Joaquim Ceies tino é uma grande valia porque, além de hortícolas, tem à venda galinhas, patos, cabritos e porcos, assim como peixe e crustáceos de água doce a preços acessíveis.

#### Requalificação do mercado

Situado na rua principal do bairro da Caop Velha, comuna da Funda, o Sabadão, constituído por várias naves, vai beneficiar obras de requalificação nos próximos meses para proporcionar maior comodidade aos vendedores e clientes.

A empreitada vai ser submetida a concurso público. Uma fonte ligada ao mercado disse que os trabalhos devem incidir na terraplanagem e pavimentação com betão armado, além da reestruturação das barracas de comes e bebes. Para vender no mercado, as quitadeiras têm de adquirir uma ficha, cujo valor varia de acordo com o produto comercializado. As bancadas de bebidas pagam 200 kwanzas por dia e as de hortícolas apenas 50. As fichas são vendidas pelos fiscais, que têm também a função pela segurança no recinto.

#### Trânsito caótico

Sábado é o dia de mais movimento no mercado, o que faz jus ao seu nome. Centenas de compradores deslocam-se de Luanda. A circulação automóvel toma-se um martírio na estrada da Funda, com engarrafamentos provocados por vendedoras ambulantes que procuram tomar a dianteira às confrades do "Sabadão".

António Cassule, residente junto à subestação de tratamento de água de Kifangondo, queixa-se de que, todos os dias, leva cerca de uma hora para se deslocar até à vila de Cacucaco, onde trabalha. Aos sábados, a situação é bem pior.

Considerou desagradável que os automobilistas tenham de partilhar a via com os vendedores ambulantes, enquanto os taxistas, despreocupados, param onde bem entendem.

Sabina Milupa também costuma vender junto à estrada. Discorda que o comércio ambulante seja causa de congestionamentos no trânsito. Está mais preocupada com os atropelamentos que ocorrem, sobretudo, à noite. "A estrada é muito escura. Os acidentes são constantes. Quase todos os dias, há atropelamentos devido à falta de luz e de sinalização na via. Já perdi familiares nesta estrada", disse com uma certa tristeza.

Bernardo Jacinto, vendedor ambulante de produtos hortícolas, referiu que prefere fazer negócio em locais onde há 'engarramentos por ser mais lucrativo.

As vendedoras do "Sabadão" contrariam as ambulantes. Além da concorrência desleal, apontam questões a higiene do meio e a falta de segurança para quem vende ao longo da estrada.

Lina Manuel, que comercializa refeições no mercado, aconselha as colegas a não venderem na via pública devido aos perigos que correm. "Não troco de lugar porque, além dos riscos, estou familiarizada com o local e com os clientes. Tenho família para sustentar e não quero morrer atropelada por estar a vender na rua", explicou.

### 3.14 Macon investe USD 5 milhões no maior terminal rodoviário interprovincial do país

*Jornal O País*

*15 De Maio de 2015*

A empresa de transportes Macon inaugurou nesta terça-feira, em Luanda, um novo terminal de Transportes Interprovincial, em acto presidido pelo Ministro dos Transportes, Augusto da Silva Tomás.

Construído de raiz, o maior e mais moderno Terminal Rodoviário Interprovincial de Angola é a mais recente estrutura da MACON Transportes, um investimento avaliado em mais Kz 500 milhões de Kwanzas (USD 5 milhões), financiado com recurso a capitais próprios.

Localizado na rua 21 de Janeiro, sentido Aeroporto ao Morro Bento, nas imediações do osso Centro/Gamek, em Luanda, o terminal que ocupa uma área de 10.000 m<sup>2</sup>, dispõe de uma ampla área de embarque, bilheteiras, dois restaurantes, 3 lojas de conveniência, um quiosque, uma agência bancária e um posto policial.

O novo terminal vai movimentar pelo menos 160 autocarros por dia, escalados em 80 horários de saída e 80 de chegada.

Tem capacidade para receber 7 mil passageiros, diariamente, para 17 das 18 províncias do país. Além do serviço de transporte de passageiros, estarão disponíveis no novo terminal, entre outros, os serviços de recebimento/entrega de encomendas e transporte de cargas.

Além do serviço de transportes interprovincial, a companhia opera actualmente o serviço de transportes interurbanos nas províncias de Luanda, Malange e a partir de Julho deste ano prevê-se a inauguração deste serviço na província da Lunda Sul.

USD 1 milhão em nova frota de novos autocarros

A transportes privada de passageiros Macon investiu cerca de USD um milhão na aquisição de cinco novos autocarros para rotas interprovinciais, revelou o director geral adjunto da companhia, Luís José Ndapuka Máquina, que falava à margem da inauguração do novo terminal rodoviário.

Segundo o director geral adjunto da transportadora, os meios foram adquiridos no Brasil e China. As novas unidades dispõem de trinta lugares e irão prestar serviço às classes económicas e executivas.

Por sua vez, o coordenador comercial, Armando Macedo, informou que actualmente o preço praticado pela empresa para os serviços interprovinciais vai de Kz 1.200 a Kz 9.200.

Por exemplo, a viagem de Luanda a Ambriz (Província do Bengo) custa Kz 1.200 e de Luanda a Santa Clara (província do Cunene) Kz 9.200.

Além de transporte de passageiros, a Macon vai prestar também serviços de cargas e encomendas.

'Quem pretender transportar bagagens ou enviar uma encomenda deverá pagar um valor conforme o peso da bagagem', referiu o coordenador de cargas, Nelson Carlos. 'Se a encomenda ou a carga não exceder os 20 quilogramas pode custar Kz 3.000 ou um valor inferior', adiantou, precisando ser o peso o critério que determina o preço da carga.

Escassez de mão-de-obra

Noutra vertente, o director geral da Macon, Manuel Alves dos Santos, disse à Angop que a transportadora tem enfrentado muitos constrangimentos relacionados com as más condições de algumas estradas e também a falta de mão-de-obra preparada para os serviços de transportes interprovinciais.

Sobre a escassez de mão-de-obra, adiantou que a empresa tem respondido à demanda através da selecção e treinamento de motoristas.

Deu a conhecer também que a operadora, em função de novo terminal de passageiros, situado ao Morro Bento em Luanda, admitiu pelo menos 100 trabalhadores para diversas áreas, desde a administrativa à técnica.



Relativamente aos serviços de transportes rodoviários Angola/ Namíbia, que a empresa efectuava, disse ter sido suspenso por questões diplomáticas. 'É um assunto de Estados, que a empresa não tem como solucionar. Aguardamos apenas a libertação por via diplomática', afirmou.

A Macon dispõe actualmente de uma frota operacional de 588 autocarro e emprega 2.645 trabalhadores directos e 500 indirectos.

### 3.15 Tribunal condena taxistas que promoveram distúrbios

*Jornal O País*

*15 De Maio de 2015*

O Tribunal Provincial da Huíla condenou na última Sexta-feira, 8, dez taxistas entre um e três meses de prisão convertíveis em multa por promoverem distúrbios na via pública. O acórdão do julgamento apresentado pelo juiz Marcelino Tchamba do referido tribunal diz que nos termos da lei os arguidos, acusados de crimes de contração por conduzirem em estado de embriaguez, foram condenados a pagar taxas de justiça que vão dos 15 mil aos 20 mil kwanzas e multas de 21 mil kwanzas, cujas penas de prisão são substituídas por multa a razão diária de 40 kwanzas, cada um.

De referir que na Quinta-feira, 7, vários condutores de táxi da cidade do Lubango, protagonizaram acções de escândalo que se traduziram na obstrução da circulação de colegas seus que exerciam a actividade, colocando barricadas nos principais pontos de partidas e chegadas, assim como retiraram passageiros dos táxis.

A acção foi motivada pela redução da tarifa de táxi que, ilegalmente, estava fixada em 150 kwanzas desde o último aumento dos preços dos combustíveis, e que, fruto de um encontro entre a Associação e alguns filiados, determinaram o retorno aos anteriores 100 kwanzas. O mau comportamento de certos taxistas do Lubango está a desapontar a sociedade e os efectivos da Polícia Nacional. O porta-voz da Polícia Nacional na Huíla, superintendente-chefe Paiva Tomas disse que os taxistas estão a protagonizar a desordem na via pública por discordarem das decisões saídas da referida reunião.

"Houve uma rebelião contra as forças da ordem pública. Na província da Huíla, estas práticas estão a tornar-se moda, pois, por qualquer situação os motoqueiros colocam -se na via pública com tremenda confusão.

Agora são os taxistas e se for a ver não há motivos para o efeito", disse.

O porta-voz da Polícia, que deplorou esta atitude, contou que hoje qualquer cidadão alega a subida do preço por causa do aumento do custo da gasolina, mas no seu entender, nem todos fazem uso de meios motorizados que consomem o combustível.

Relativamente aos distúrbios, "o que se passou é que os taxistas, tanto motoqueiros como automobilistas, logo a seguir ao anúncio da subida do preço dos combustíveis foram praticando os seus preços sem que a Polícia Económica tomasse conta da situação.

O Ministério dos Transportes, através da direcção provincial, reuniu com os tais para entrarem em acordo e estabelecer-se um preço único, e acreditamos que não houve entendimento que permitisse praticarem a tarifa que pretendem.

Isto levou a que se colocassem na rua e criar grandes distúrbios. Criaram um grupo que se dedicou a fiscalizar taxistas que a circular estivessem a praticar preços que eles achavam inferiores ao pretendido. Foi o motivo suficiente para apedrejarem táxis e retirarem pessoas inocentes com empurrões que não têm nada a ver com a subida ou não do preço do táxi, uma pratica lamentável", explicou, Paiva Tomas.

### 3.16 Mercado de rua volta a surgir na via expresso

*Jornal de Angola*

*20 De Maio de 2015*

Muito Já se falou sobre o assunto, mas pouco ou nada foi feito para retirar o mercado que volta e meia ressurge na Via expresso, entre o desvio do Zango e a entrada do Kilamba.

Depois de a Polícia Nacional ter decidido, no mês passado, retirar os vendedores do local, eles voltaram a montar as suas bancadas na berma da estrada, agora em número mais elevado. Os comerciantes vendem de tudo, desde produtos agrícolas, frescos, enlatados, água engarrafada ou em sacos, refeições e materiais de construção.

Na "paragem da Mutamba", o grande aglomerado de táxis e moto táxis dificulta a circulação normal de viaturas na zona. O ressurgimento do mercado naquela via constitui um perigo para vendedores e comparadores, por ser uma estrada rápida.

Com o surgimento de bairros aos longo da estrada, o número de transeuntes que fazem a travessia para o

mercado é cada vez maior e o risco de acidentes é enorme.

Os vendedores do mercado não estão muito preocupados com o risco de acidentes, na sua ânsia de vender o máximo de produtos.

Beatriz André vende no mercado há quase seis meses e teve de fazer um interregno quando o mercado foi retirado do local. "Agora que vias minhas colegas voltarem para aqui também decidi voltar para sustentar os meus filhos."

Questionada sobre os riscos que corre ao vender na berma da estrada, Beatriz encolheu os ombros e alegou falta de mercado apropriado no bairro próximo. Joana António vende hortaliças e a sua resposta não foge muito da de Beatriz. "Sou viúva e tenho quatro filhos. Tenho de fazer alguma coisa para sustentá-los e como não consigo emprego estou aqui a remediar". As vendas nas bermas das estradas multiplicam-se como cogumelos numa altura em que a sinistralidade rodoviária é a segunda causa de morte, depois da malária.

O movimento de pessoas na compra e venda ultrapassa, muitas vezes, os limites de segurança nas bermas das vias, invadindo as faixas de circulação rodoviária, nas quais circulam filas de viaturas cujos condutores têm de estar permanentemente atentos às movimentações dos peões que, sem aviso e nem precaução, andam na própria estrada para tentarem a venda junto dos automobilistas, uma situação que requer a atenção da polícia.

### 3.17 Governo presta atenção às Famílias

*Jornal de Angola*

*7 De Maio de 2015*

*Texto: Alberto Domingos*

O vice-governador provincial de Malanje para a Esfera Política e Social, Manuel Campo, assumiu, ontem, o compromisso do Governo local em trabalhar para melhorar as condições de vida das famílias. Manuel Campo, que falava durante a abertura da 18.ª Sessão do Conselho Provincial da Família, e Promoção da Mulher que decorreu sob o lema "Minha família minha inspiração", realçou que o Governo Provincial de Malanje realiza acções com vista a reforçar as condições de vida das famílias.

Para melhorar o modo de vida das famílias, disse Manuel Campo, foram criados vários programas integrados de combate a fome e a pobreza. O Vice-governador apontou o Programa Água para Todos,

Os Onze Compromissos com a Criança e os Serviços Municipalizados de Saúde como parte das acções que o Governo Provincial de Malanje executa para a melhoria das condições de vida das famílias.

Através destes programas, disse, as famílias resgatam a curto prazo a sua dignidade e os valores morais, desafios que exigem o envolvimento dos diferentes actores sociais. Manuel Campo considerou importante a realização do encontro, que envolve todos os organismos na vida das famílias na província. Este encontro, prosseguiu o vice-governador provincial de Malanje, realiza-se para marcar o 15 de Maio, consagrado como Dia da Família.

O vice-governador provincial de Malanje para a Esfera Política e Social acrescentou que os pais devem ser os primeiros e principais educadores dos filhos, o Executivo angolano assegura estas medidas e a escola molda os valores que já vem de casa. "O Executivo através do seu Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017, que está a ser levado a efeito em todo o país, cria as condições para que haja famílias bem estruturadas." Manuel Campo lamentou o facto de ainda se registarem na província de Malanje casos de fuga a paternidade, perda de valores morais, violência doméstica, violação de menores e o exagero no consumo de bebidas alcoólicas.

O vice-governador provincial de Malanje para o Sector Político e Social encorajou os participantes a empenharem-se na busca de soluções para sanar os problemas que vivem as famílias de Malanje. A directora provincial da Família e Promoção da Mulher em Malanje, Antónia Maiato, disse que a 18.ª Sessão do Conselho Provincial da Família reconheceu fragilidade das famílias na educação dos filhos.

Antónia Maiato concluiu que o encontro e a antecâmaras de um ciclo de reflexão sobre o papel preponderante das famílias na condução e orientação de todos os seus membros, para desencorajar atitudes negligentes dos pais no crescimento dos filhos e promover a coesão interna, harmonia, paz e amor dentro das famílias.

Participaram no encontro autoridades tradicionais e religiosas, deputados do círculo provincial, membros do Governo Provincial, administradores municipais e membros de organizações sociais.

### 3.18 Taxistas Angolanos Preparam Aumentos Devido aos Combustíveis

*Jornal A República*  
8 De Maio de 2015

O último dos três aumentos dos preços dos combustíveis, provocado pela redução na subvenção do

Estado, aconteceu na noite de 30 de Abril, mas a tarifa oficial nos candongueiros (transporte informal publico e também conhecido como táxi em Angola) permanece nos 100 kwanzas (81 cêntimos de euros) por viagem. O preço desta "corrida" esta hoje abaixo do litro de gasolina na venda ao publico, que agora e de 115 kwanzas (94 cêntimos), e ligeiramente acima do de gasóleo, comercializado a 90 kwanzas (73 cêntimos).

Apesar do apelo lançado esta semana pelo presidente da Associação de Taxistas de Luanda, Manuel Faustino, contra a "especulação nos Preços", na capital angolana já surgem relatos de "corridas" mais curtas e aumentos de preço, apesar de as tarifas terem um valor oficial. "Estamos preocupados com os aumentos dos combustíveis, já que hoje o combustível chega a ser mais caro do que a nossa tarifa", apontou Manuel Faustino, que na segunda-feira iniciou contactos com o Ministério das Finanças para analisar o assunto.

Os profissionais do táxi defendem que a estrutura de custos deste serviço foi fortemente alterada nos últimos meses, pelo que e necessário "actualizar as tarifas". Nos últimos sete meses, o preço do litro de gasolina subiu 91 %, enquanto o do gasóleo aumento 125%.

Os Preços dos combustíveis tabelados pelo Governo estavam inalterados desde 2010, quando, em Setembro ultimo, se deu o primeiro aumento, com o Estado a começar a reduzir os subsídios. Ate as 23:00 de 30 de Abril, o litro de gasolina estava a ser vendido a 90 kwanzas (73 cêntimos) e o de gasóleo a 60 kwanzas (49 cêntimos).

Com esta nova alteração, a gasolina passou a ser vendida em regime de preço livre, ate 115 kwanzas (94 cêntimos) por litro, sem qualquer subvenção estatal.

A medida foi justificada pelo Governo com a "conjuntura da economia nacional e global", pela necessidade de aplicar "políticas centradas na promoção do crescimento económico" e de criar "condições básicas" a execução dos principias

projectos nacionais, tendo em conta a actual crise do cotação do petróleo.

Angola e o segundo maior produtor de petróleo da África Subsariana, garantindo 1,8 milhões de barris por dia, mas devido a falta de capacidade nacional de refinação, o país precisa de importar grande parte dos combustíveis de consumo. Em contrapartida, este processo e subsidiado por apoios públicos, de forma a manter os Preços de venda artificialmente baixos, mas com custos acima dos 3,5 mil milhões de euros por ano.

Com esta nova subida dos combustíveis, o executivo afirma o propósito de "aumentar a qualidade da despesa pública", em linha com recomendações recentes do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial.

Apesar da subida, o preço do litro do gasóleo continua a ser subsidiado pelo Estado em 21,06%. Já o quilograma do gás doméstico, que passou a custar 55 kwanzas (45 cêntimos de euro) mantém uma subvenção pública de 67,15% do preço e o litro de petróleo iluminante, que passou a ser vendido a 45 kwanzas (37 cêntimos) de 44,41 %. Só a gasolina deixou de ter qualquer subvenção estatal.

### 3.19 Famílias Angolanas obrigadas a "Apertar o Cinto"

*Jornal Manchete*  
8 De Maio de 2015  
Texto: Moreira Mário

Os angolanos estão preocupados com o novo aumento do preço da gasolina e gasóleo, uma vez que o custo de vida está cada vez mais alto, por isso acreditam ter dificuldades em se adaptarem, devido aos baixos salários que auferem.

Se o preço de produtos ou bens de primeira necessidade já afligia grande parte dos autóctones angolanos, a, recente subida do preço do combustível 1 levanta uma nova série de situações desagradáveis nas suas vidas. Haverá saída perante este "beco sem saída?", questionam alguns cidadãos que chagaram a conclusão de que aprender a viver de cinto mais apertado do que já esta e a Solução.

"Os preços dos produtos registaram um aumento esta semana e esta difícil viver desta maneira", desabafa António Filomeno que encontramos a fazer compras no mercado dos Kwanzas. Nazaré da Silva diz estar a passar igualmente pelas mesmas vicissitudes: "a vida está pesada, mal tentamos sobreviver a última subida dos

combustíveis em Fevereiro com o pouco que ganhamos, eis que o combustível volta a subir e o preço dos produtos básicos também. Não sei aonde iremos parar com esta situação, queixou-se a cidadã.

Entre tanto, a grande preocupação dos nossos entrevistados tem a ver mesmo pelo facto de a medida do Executivo não estar a acompanhar o correspondente aumento salarial, uma vez que as famílias angolanas vêm perdendo progressivamente o seu poder de compra pelo aumento de preços dos serviços de transportes e dos bens alimentares.

O Manchete apurou, numa ronda pelos principais pontos de venda, os produtos a serem comercializados mais caros vão desde o saco de arroz, açúcar, caixa de óleo alimentar, caixa de massa esparguete, entre outros. Naqueles locais, por exemplo, o saco de 25 kg de arroz que era comercializado a 2.350,00 Kz, subiu para 2.850,00. Já a caixa de óleo alimentar passou para 2.100,00 kwanzas, o saco de 25 kg de feijão agora está a custar 2.600,00 Kz, a caixa de massa esparguete 1.200,00 Kz, a caixa de refrigerantes, 1800,00 Kz e, etc.

O preço de outros produtos que integram os chamados produtos do campo (hortícolas) também vem registando uma subida e, conseqüentemente, o poder de compra dos consumidores têm vindo a diminuir, sobretudo os que auferem o salário mínimo.

O relatório mensal do Instituto Nacional de Estatística (INE) revela que o preço dos bens e serviços em Luanda

cresceu 0,68% entre Setembro e Outubro, incorporando o efeito da subida dos combustíveis. O INE indica para uma inflação de 7,48% em Outubro, enquanto em Setembro foi de 7,19%. Lembramos que a Sociedade Nacional de Combustível de Angola (Sonangol) fixou, desde o dia 30 de Abril, em 115 kwanzas o preço do litro da gasolina, contra os 90 anteriormente cobrados. O preço do litro de gásóleo regista um aumento de 25 por cento, passando de 60 para 75 kwanzas, com o Estado a subvencionar 21,06 do custo.

Quanto aos outros derivados de petróleo, o preço do quilograma do gás doméstico passa de 45 para 55 kwanzas, o que representa um aumento de 22%, com o Estado a subvencionar 67,15% do custo. O Litro do petróleo iluminante regista um aumento de 29% (passa de 35 para 45 kwanzas), sendo que o Estado a subvencionar 44,41 % do preço.

"Com esta medida o Governo pretende prosseguir com os programas de desenvolvimento dos sectores da educação, saúde, agricultura, indústria e

construção, bem como reforço de outras acções sociais, que promovem o melhoramento das condições de vida da população", disse um economista, esquivando-se no entanto, sobre as possíveis tendências inflacionárias que o aumento dos combustíveis poderá provocar nos próximos dias.

### TAXISTAS ESPERAM POR UM SINAL VERDE

Enquanto o Ministério das Finanças (MINFIM) e a Associação dos Taxistas de Luanda (ATL) tem vindo a negociar para um possível reajuste da tarifa de "passagem" do táxi (candongueiros), em função da subida do preço dos combustíveis, parece que alguns associados deste último, não querem esperar pelos resultados que saírem desse encontro e por iniciativa própria alguns passaram a cobrar a corrida 150 kwanzas. O Presidente da associação pede calma aos seus associados e reconhece no entanto que as tarifas actuais, de 100 kwanzas, não são compatíveis com os custos das viaturas de serviço de táxi.

### 3.20 Associação dos Taxistas de Luanda

*Novo Jornal*

*8 De Maio de 2015*

A Associação dos Taxistas de Luanda (ATL) ameaça paralisar as suas actividades, nomeadamente o serviço de táxis, se o Ministério das Finanças não definir, em tempo oportuno, a nova tarifa da corrida dos táxis, proposta pela (ATL).

Desde o início da semana que o presidente dos taxistas. Manuel Faustino tem procurado discutir o assunto com o Ministério das Finanças, mas sem êxito. O finca-pé das autoridades poderá criar transtornos as populações que na sua maioria dependem dos táxis para se deslocarem. O combustível está agora mais caro que a corrida de táxi.

Os taxistas por sua vez merecem, sim, senhor, uma nova tabela de preços que não deve ser ignorada pelas autoridades.

### 3.21 Licença de táxi: Problema resolvido

*Jornal O País*

*8 De Maio de 2015*

*Texto: Nilton Monteiro*

Durante a conversa com os repórteres deste jornal, alguns taxistas levantaram a polémica relacionada com as licenças de táxi do ano 2015, porque segundo contaram, de algum tempo a esta parte o referido documento que habilita os condutores a exercerem a actividade táxi, estava a ser importunados pelos agentes reguladores do trânsito mesmo antes do seu prazo de caducidade, segundo os condutores.

Diferente dos anos anteriores em que a aludida taxa tinha o prazo de validade de doze meses, no ano em curso alguns taxistas viram apreendidos os seus veículos seis meses depois de tratarem o documento.

Segundo o taxista Jerónimo Wanga, tal facto ocorria por desconhecimento dos agentes reguladores do trânsito que apesar de visualizarem o prazo de emissão das licenças interpelavam os condutores sem nenhuma explicação convincente.

Nesta Quarta-feira, o superintendente Catarino Roque da Silva, da Direcção Provincial de Viação e Trânsito de Luanda, garantiu a O PAÍS que as anomalias estão ultrapassadas e todas as licenças tratadas depois de 5 de Setembro de 2014 continuavam a ser validas até o mês de Setembro deste ano.

### 3.22 Taxistas paralisam no Lubango em meio a escândalos

*Jornal O PAÍS*

*8 De Maio de 2015*

Vários condutores de táxi da cidade do Lubango, protagonizaram, nesta Quinta - feira, 7, acções de escândalos que se traduziram na obstrução da circulação de colegas seus que exerciam a actividade, colocando barricadas nos principais pontos de partidas e chegadas, assim como retiraram passageiros dos táxis carregados em várias ruas.

A acção foi motivada pela redução da tarifa de táxi que, ilegalmente, estava fixada em 150 kwanzas desde o último aumento dos Preços dos combustíveis, e que, fruto de um encontro entre a Associação e alguns filiados, determinaram o retorno aos anteriores 100 kwanzas, ficando-se a aguardar pela tarifa oficial a sair das negociações que decorrem em

Luanda, entre a Associação Nacional dos Taxistas e o Ministério das Finanças.

Falando a imprensa, o secretário para a política e contencioso da Associação Provincial dos Taxistas da Huíla, Geraldo Ukuma, disse que diante do curso das negociações em Luanda, "hoje tentamos aqui esclarecer aos nossos associados que a tarifa da corrida praticada nestes últimos dias foi de urna proposta que tinha sido feita por altura em que os preço do combustível tinha subido e aos nossos filiados havíamos dito que a qualquer altura, quando as condições estivessem criadas os Preços seriam estes, de 150 kwanzas".

Esclareceu que os filiados interpretaram mal aquele discurso, entendendo que deviam passar a cobrar já 150 Kwanzas, a revelia de qualquer entendimento oficial com o Ministério das Finanças. O presidente da Associação dos Taxistas da Huíla, Alberto Daniel, aconselha aos seus filiados a manterem o preço da corrida de táxi em 100 kwanzas, sob pena de os infractores serem punidos de acordo com a lei.

"Nós pedimos aos associados para não fazerem escândalos e voltarem ao preço anterior de 100 kwanzas a corrida", apelou. O líder associativo sublinhou que a tarifa que pretendiam aplicar não e resultado de um entendimento entre as autoridades e os operadores do serviço de táxi na cidade do Lubango e a cobrança de 150 kwanzas estava na origem de desentendimentos entre passageiros e taxistas.

### 3.23 Trabalhadores receiam aumento da cesta básica

*Jornal O PAÍS*

*8 De Maio de 2015*

*Texto: Constantino Eduardo*

Embora o executivo promettesse acautelar o comportamento do mercado, trabalhadores receiam que os principais agentes comerciais venham a remover a subida do preço dos produtos da cesta básica.

Segundo a classe trabalhadora, que reivindicou os seus direitos durante a marcha do 1º de Maio, na praça com mesmo nome, em função do incremento, pelo governo, dos preços dos combustivos, que originou na subida os derivados do petróleo, os agentes comerciais vão tender a subida dos Preços dos principais produtos o que poderá se reflectir, negativamente, o modo de vida da população, pois. Quando sobe o petróleo, sobe tudo porque, se não vejamos. As padarias precisam de combustíveis para

produzir o pão, as indústrias precisam de combustíveis para outros e uma série de coisas. Agora se dissermos que mercado não vai consentir, muita sinceramente, não estaremos a ser coerentes", disse o professor Justo Sangano.

O funcionário público clama por regras no mercado, a fim de evitar que o cidadão seja o principal prejudicado no meio disso tudo. Há quem defenda também um reajuste nos salários da função pública para fazer face a situação, todavia a nossa fonte entende que não é suficiente, "porque quando os preços sobem, ainda que a pessoa tenha um salário chorudo, não consegue fazer nada, porque tudo sobe.

O arroz, pão, massa", Um outro trabalhador referiu que é necessário uma mão pesada das instituições do Estado, para conter a onda de especulações prestes a acontecer na aplicação dos preços dos produtos no mercado. Segundo Bento Santos, na última subida dos combustíveis, verificou-se facto do género, daí a razão de apelar aos órgãos afins no sentido de implementarem políticas que visem banir qualquer onda dessa natureza, caso contrário "o Estado estará a tirar o pouco poder de compra do cidadão",

Durante a declaração da UNTA, na presença do governador Isaac dos Anjos, ressaltou-se a necessidade de o governo, embora o país esteja em crise, salvaguardar a condição social de trabalhadores que, eventualmente, venham a ser vítimas de despedimento. Joaquim Laurindo, secretário da UNTA, em Benguela, reiterou o desafio da sua organização na defesa dos interesses do trabalhador. Entretanto, a Associação dos Transportes Públicos de Benguela, apelou aos seus associados a não praticarem preços altos, nem agirem de forma isolada pelo que pede que os associados aguardem pelos resultados de um encontro que há-de manter com as instituições do Estado e prevê-se que do mesmo saia um preço que seja consensual entre a associação e o governo. ao obstante este apelo, a reportagem de OPAIS constatou que grande parte dos taxistas amedronta os passageiros com aplicação de tabelas de preços contrárias ao praticado actualmente, alegando como justificação a recente subida do petróleo e seus derivados "nós passaremos a gastar muito com os combustíveis, por isso temos que aumentar", desabafou um taxista em voz alta.

### 3.24 Governo do Huambo limita circulação

*Jornal de Angola*

*9 De Maio de 2015*

*Texto: Marcelino Dumbo*

Moto táxis e viaturas com peso superior a 30 toneladas deixam em breve de circular em algumas artérias da cidade do Huambo, na tentativa de disciplinar o trânsito rodoviário e diminuir o número de mortes em acidentes de viação. A decisão foi tomada pela Comissão Executiva Provincial de Viação e Ordenamento do Trânsito.

O director de Viação e Trânsito no Huambo afirmou que "as restrições devem ser observadas principalmente nas avenidas da Independência e D'Angereux, onde ocorrem mais da metade dos acidentes de viação". Acrescentou que a decisão se enquadra na estratégia de redução da sinistralidade rodoviária em toda a província.

A medida, disse Porfírio Ekuikui, inclui a instalação de sinalização vertical e horizontal nas ruas e estradas na capital provincial e a remoção no prazo de 60 dias dos mercados do Benfica, Ferro e Cambiote, que funcionam próximo de Estradas Nacionais.

Paragens obrigatórias

Alem disso, declarou, pretende-se incluir o código de Estrada na disciplina de educação moral e cívica. O Director provincial referiu que "vão ser criadas paragens obrigatórias e posições dos motociclistas nas estradas", como forma de reduzir congestionamentos de trânsito. A venda de mercadorias na via pública, lembrou, viola as regras do código de estrada e atenta contra a urbanização. A Comissão Executiva Provincial de Viação e Ordenamento de Trânsito, presidida pelo governador provincial, inclui também representantes da Administração Municipal, delegação do Ministério do Interior, Comando da Polícia Nacional, instituições religiosas reconhecidas, bem como das autoridades tradicionais e organizações da sociedade civil.

## Reacção

O delegado regional centro-sul da associação de moto-taxis Amotrang, disse que as restrições a circulação em algumas vias da cidade do Huambo são benéficas e que a Comissão Executivo Provincial de Viação e Ordenamento do Tránsito pretende criar mais de 70 paragens.

Frederico Fernando revelou que as paragens vão ser criadas por sectores, como os do Nzaji, Cacilhas, Xavier Samacau, Vilinga e Bandeira.

A direcção centro-sul da Amotrang, instalada nas províncias do Huambo, Benguela, Bié, Cuanza Sul e Cuando Cubango, tem 17.546 associados. Para se reduzir o número de acidentes, a direcção Amotrang desenvolve uma campanha junto dos associados sobre a importância de frequentarem escolas de condução. De acordo com o director regional sul da Amotrang, a iniciativa já permitiu a formação de três mil motociclistas.

### 3.25 Feira da Banana rende mais de 200 milhões de kwanzas em negócios

*Jornal Semanário Económico*  
13 De Maio de 2015

*Texto: Stela Cambamba & Maria Teixeira*

A Feira da Banana, que foi realizada na localidade do Panguila, município do Dande, província do Bengo, decorreu no espaço de três dias e contou com 220 novos expositores, com um total de 133 mil quilos de produtos diversos, com maior destaque para a banana, com 120 mil quilos. Segundo João Mpilamosi, porta-voz do evento, a organização teve sucesso quer nos aspectos organizativos, quer nos expositores e em produtos comercializados. Para além dos produtores de banana, a feira contou com 220 novos expositores de vários produtos entre os agrícolas, máquinas e os equipamentos que intervêm na cadeia produtiva da banana.

De acordo com João Mpilamosi, volume de venda esteve em 75 milhões de kwanzas, sendo o de negócios 213 milhões de kwanzas.

Depois de uma ronda feita pela equipa do Semanário Económico, constatámos que os agricultores vendem mais nas feiras.

Nunes Augusto, administrador comunal do município do arobuangongo, província do Bengo, conta que as vendas correram bem. o segundo dia,

estavam a ser comercializadas as últimas toneladas de bananas das 20 que trouxeram. Entre os produtos estavam também a mandioca, laranja, batata inhame, batata-doce e banana pão.

Em comparação com as feiras passadas, Nunes Augusto afirma que a IV edição registou melhoria, em termos de qualidade e quantidade dos produtos expostos.

Do Huambo veio Inácio Chinjamba, director comercial da Cooperativa dos Agricultores e Camponeses do Vale do Calai, município da Caála. Conta que trouxe três tipos de produtos agrícola para a Feira, nomeadamente a batata rena, a cenoura e o repolho, num total de 12 toneladas, repartidas em duas toneladas e meia de batata rena, uma tonelada e meia de cenoura e oito toneladas de repolho.

De acordo com aquele responsável, as vendas foram efectuadas como o desejado pois o seu objectivo foi atingido: fazer conhecer o produto a nível nacional; "tudo que trouxemos teve o interesse dos visitantes; por esta altura, estamos a fazer o despacho das últimas quantidades de repolho". Explica que, no decorrer da feira, foi possível fazer vários contactos para, posteriormente, efectuar negócios com grandes entidades comerciais. O volume de negócios arrecadados na feira rondam os 80%. Confrontando com as outras feiras em que tem participado, sublinha que a feira realizada na província do Bengo é a melhor porque vendeu mais.

Sebastião Mateus João, presidente da Cooperativa Desejo, levou laranja, limão, milho, feijão macundi, quizaca, cana-de-açúcar e bombo no total de quatro mil toneladas. Explica que na Feira da Banana os camponeses têm a vantagem de vender tudo, o que não acontece no mercado paralelo. A falta de transporte para transportar os produtos até ao mercado é um dos problemas, mas na Feira têm o apoio da organização no que toca aos transportes.

Abel Samandalo vem da comuna do monte Belo, município do Bocoio, província de Benguela. Trouxe oito toneladas de ananás e duas de banana; conta que o seu município carece de indústria de sumo, não aproveitando a matéria-prima que tem em grande quantidade. A falta de investimento na província leva muitos jovens a emigrar para outras localidades em busca de trabalho.

A fazenda produz 16 toneladas de ananás por semestre, num espaço de cultivo de 485 hectares. Actualmente, as vendas são satisfatórias, fruto dos contactos que teve na terceira edição da Feira da Banana.

Na Feira encontrámos também o coordenador do Programa Nacional de Investigação Genéticas Biotecnologia, Teixeira Bige, do Instituto de Investigação Agronómica, pertença do Ministério da Agricultura.

O agrónomo explica que o Programa tem como objectivo trabalhar em melhoramento de plantas agro-alimentares. Por agora, estão a estudar a planta do maracujá de modo a criar novas variedades de maracujás. Seguem-se o mamoeiro, a pitangueira, a bananeira, a mandioqueira. O produto final serão o sumo, as compotas, a fruta em calda, a salada de fruta, assim como o licor alcoólico ou não alcoólico e o vinho espumante.

Natércia Seguro, responsável comercial da Turiagro, salienta que em relação às feiras dos outros anos, a de 2015 está completamente diferente. " O conceito estrutural é mais amplo, em termos de dimensão, porque nos outros anos foi mais restrita e, este ano, tem mais participação ao longo de todas as províncias de Angola; cada stand evoluiu bastante em relação aos outros anos". No seu stand estavam seis toneladas de bananas.

Pedro Miguel unes Mayunga, expositor da província do Zaire, esteve a representar a Cooperativa Empresarial do Tonboko Seto. "Em relação à feira do ano passado, notamos algumas inovações neste ano; o número de expositores aumentou e temos uma variedade de produtos a serem expostos", afirma.

Inácio Moxie Passos, representante da província de Malanje, acrescenta que este ano a Feira correu melhor, os espaços eram maiores e registou maior número de participações e de clientela.

Trouxeram para a Feira tortulho, ginguenga, feijão, mandioca, repolho, tomate e muitos outros produtos em mais de cinco toneladas.

Pedro Figueiredo, representante da província do Zaire, diz que trouxeram mais de 260 cachos de bananas diversas, tais como a banana pão, banana prata, banana de mesa e banana maçã e outros produtos diversos da província do Zaire.

Semanário Económico entre os premiados

A IV edição da Feira da Banana terminou com uma gala assistida pelo governador da província do Bengo, João Bernardo de Miranda, membros do governo, técnicos do Ministério da Agricultura e responsáveis de expositores de cada província.

No local, foram premiadas várias categorias, como o pequeno produtor, grande produtor, melhor stand de

máquina e equipamento, stand revelação ou o melhor município. O jornal Semanário Económico foi classificado como o melhor órgão de cobertura jornalística de imprensa escrita. A Rádio Bengo teve o prémio de cobertura radiofónica, a TPA Bengo, cobertura televisiva, com o programa Angola Rural. O Instituto de Investigação Agronómica de Malanje foi reconhecido pelo seu trabalho no sector da agricultura.

A organização pensa superar os níveis atingidos este ano. Os expositores propuseram a realização das férias num espaço de tempo trimestral.

### 3.26 Sustento de famílias provém das tranças

*Jornal de Amgola*

*16 De Maio de 2015*

Presença assídua nos mercados de Luanda, as mulheres que se dedicam a traçar cabelos, dia após dia, têm vindo a conquistar o seu espaço no ramo de actividade que adoptaram. Preços acessíveis e qualidade de trabalho são apontados como os principais motivos.

Com um sorriso no rosto e arte nas mãos, várias são as opções que oferecem para a cabeça, desde o modelo clássico ao popular, que no essencial serve para manter a vaidade da cliente intacta. Segundo apurou o Jornal Angola, dezenas de mulheres dependem das tranças para levar dinheiro em casa e sustentar a família.

Cabeleireira há mais de 16 anos, Teresa António, tomou-se hoje uma presença constante no Mercado do Congoleses. Criatividade e naturalidade no tratamento da cabeça de cada cliente que se senta na cadeira sob sua responsabilidade constituem os seus pontos fortes.

A reportagem do Jornal de Angola conta que, há 10 anos era muito difícil exercer a actividade, principalmente, porque as moças sentiam vergonha de utilizar o seu próprio cabelo por ser ruim. Antes de se impor a moda dos cabelos brasileiros e os produtos de desfriso vigorava à carapinha dura.

"Não havia clientes e as poucas que tínhamos eram senhoras, elas é que escolhiam as tranças africanas. A juventude achava que as tranças eram só para as velhas e hoje é bem diferente", disse. Com alguma tristeza, Teresa António reforça que antigamente o mercado das tranças não evoluía, porque a maioria das mulheres optavam pelo estilo europeu e a dificuldade em arranjar clientes era enorme.



Queixa-se das inúmeras vezes que saiu de casa pela manhã e regressou no final da tarde com os bolsos vazios. "O mais triste era quando acontecia duas vezes consecutiva e não tinha como dar de comer os filhos", lamenta.

Teresa António reconhece que actualmente existe fartura. Dá como exemplo o consumo dos produtos nacionais, as tissagens e os postigos. Realça que, cada vez mais as moças querem se identificar com os penteados afro: "Vejo moças que enrolam o cabelo, parecendo carapinhas duras como nos tempos das nossas avós. Hoje a procura é muita e a oferta é pouca, é só olhar para um bairro que tem um salão de beleza ou uma tenda para trançar o cabelo e a enchente não deixa dúvidas".

Cabeleira experimentada admite que o negócio vai muito bem, tanto é que nunca trança menos de três pessoas por dia, e os preços por tipo variam de 3.500 à 4.000 kwanzas.

Em comum, as cabeleireiras demonstram possuir uma vasta experiência e conhecimento ao tratar da cabeça das suas clientes, fora a negociação e uma paciência enorme. Também envolvida na actividade, no caso, há mais de cinco anos, está Chimena Djemo, 31 anos de idade. Cabeleireira com posto fixo na Rua da Brigada, no Distrito Urbano do Rangel, conta que tem sob seu encargo o sustento de uma família de cinco membros. Embora com dificuldades, sempre conseguiu assegurar o sustento em casa. Antes de trabalhar por conta própria, era funcionária de um salão onde auferia um salário no valor de 35.000 kwanzas por mês. Como o dinheiro não chegava para muita coisa, Chimena Djemo resolveu mudar de rumo. Comprou uma tenda e agora trabalhar por conta própria. Para ela, quando se tem domínio de uma profissão a valorização pode demorar, mais sempre chega e não importa o lugar aonde exercemos a actividade.

"No salão trabalhava de segunda a sábado e ganhava pouco. Só para ter uma ideia entrava às 8h30 e saía às 20 ou 21 horas, dependentemente do número de clientes", revela.

#### Clientela diversificada

Sem boas recordações da época em que trabalhava num salão de beleza feminina, algures no bairro Cassenda, Chimena Djemo afirma que, felizmente aprendeu a profissão que ostenta. Agora trabalha por conta própria e consegue sustentar condignamente a sua família. "Hoje trato do cabelo das minhas clientes de segunda a sábado, no período que vai das 9 horas às 16 horas. Faço tranças do estilo virada, escama,

bailundas e enroladas e por cada cobro 3.500 kwanzas.

Sem dados concretos sob a dimensão geral e real do negócio das traças em tendas ao nível de toda a província de Luanda, estima-se que estejam próximo das centenas às mulheres envolvidas. Lena Baptista integra esta lista.

Debaixo de uma tenda por si montada, no Mercado do São Paulo, é notável a presença de clientela. Enquanto umas traçam outras aguardam a sua vez. Mudar de penteado e aparecer linda aos olhos da sociedade é dos propósitos principais entre a maioria. "Se tranço duas pessoas por dia, mensalmente chego a fazer acima de dez mil kwanzas", disse.

Lena Baptista confessa que, na tenda da qual é proprietária tem recebido todo o tipo de clientes, desde estudantes, trabalhadoras, mulheres de negócios, inclusive algumas de proveniência europeia que partilham o gosto por tranças com feitio africano.

"Todos os cabelos podem usar trança. E só saber fazer a opção certa. Os curtos podem usar como acessório, os longos e lisos podem abusar e escolher qualquer feitio, enquanto para os resistentes o truque passa por colocar tissagem, escamas ou tranças de linha", afirma.

#### Tranças mais solicitadas

O Jornal de Angola apurou que a virada, escama, enrolada, malhamole, de mão, bailundas e as tranças de linha encontram-se entre as mais solicitadas pela clientela. Na generalidade, os preços variam de 2.500 a 4.500 kwanzas. Moradora na Terra Nova, e mãe de dois filhos, Núria Pascoal "mergulhou na onda" das tendas há pouco mais de um ano, depois de anos de trabalho às ordens de um salão de beleza, cujo nome prefere ocultar.

Sem razões para arrependimento, afinal o sustento dos pequenos saiu fortificado, explica que, por exemplo, a enrolada é a mais difícil de trancar, porque além de ser fina e exigir colocar o elástico ainda estão obrigadas a enrolar o postigo e cortar nas pontas. "Pelo trabalho que dá acaba por ser das tranças mais caras, enquanto a escama é a que está na moda. Por outro, uma das boas tranças é a de linha, é um estilo que mantém os cabelos perto do couro cabeludo com as tranças meio grossas", considera.

Depois de um início difícil, muito por força da ausência de clientela, realça que a procura tem vindo a superar a oferta.

Núria Pascoal ostenta hoje mais de vinte clientes fixas e sente a necessidade de alargar o negócio para

manter o conforto e a beleza das clientes que diariamente solicitam os seus préstimos.

Do seu ponto e vista, quando a cabeleireira conhece a linhagem e o fio de cabelo de cada pessoa constitui um passo o sucesso profissional.

### 3.27 Angola é um destino privilegiado

*Jornal Manchete*

*22 De Maio de 2015*

*Texto: Morreira Mário*

O invejável crescimento económico da China, é sustentado pela espantosa capacidade de produzir, de tudo um pouco, a um custo extremamente baixo.

O país é igualmente conhecido pela sua próspera indústria de falsificações. Inclui roupas e calçados de marcas famosas, aparelhos electrónicos, electrodomésticos, brinquedos, produtos de beleza, medicamentos, bebidas, alimentos e não só que, além de imitados similar aos de alta tecnologia, são de péssima qualidade. Segundo relatos disponíveis nas redes sociais, fruto das exportações, só de produtos falsificados, nos mais diversos países do mundo, a China chega atingir anualmente cerca de cinco mil milhões de dólares norte-americanos.

O mesmo relato aponta um ramo mais perigoso na pirataria chinesa que agita o universo: "o de alimentos, cosméticos e medicamentos". O caso mais mediático é o da falsificação de ovos de galinha, parece mentira, mas é verdade. Países como Brasil já detectaram a presença do produto no seu território importado da China, são ovos amplamente falsificados – com uma mistura de gelatina, resina, parafina, gesso, corantes e outras substâncias, que engana o olhar, mas o sabor - ao coloca-lo na panela, surge um odor de produto químico sugerindo que aquilo não é comestível. Se mesmo assim alguém comer o ovo corre sérios riscos de saúde - por conter um ingrediente perigoso como óxido de alumínio e pode causar retardamento mental.

Mas não é tudo. No ano passado, milhares de caixas de pasta de dentes chinesas foram apreendidas no Panamá, na Costa Rica, na Nicarágua e na Austrália. Os produtos continham dietilenoglicol, solvente de uso industrial, bastante empregado como anticongelante em radiadores de carro. Quando ingerido, provoca a falência dos rins e afecta o sistema nervoso central, causando paralisia da fala e dificuldade de respiração, muitas vezes, leva à morte. A dietilenoglicol por ser mais barata piratas chineses a vendiam como se fosse glicerina, substância

amplamente utilizada na indústria de produtos de higiene e medicamentos.

Ainda no mesmo ano, mais de uma centena de pessoas morreram no Panamá depois de tomar xarope contra tosse, cuja fórmula continha a glicerina falsa, dietilenoglicol, na verdade, importada da China.

E o que se pode dizer de Angola quanto a este fenómeno tão preocupante? Felizmente, até agora não foi registado nenhum desses produtos, que causasse dano à saúde dos consumidores. Mas ainda assim, são muitos os casos de produtos impróprios que entram no país dia e noite.

Só para lembrar, no recuado ano de 2012, as autoridades sanitárias, através da sua inspecção-geral, tornaram público a proibição do uso do fármaco Ciprofloxacina injectável 200 mg/100 ml, que circulava no mercado angolano, por apresentar variações das suas características.

Tais características, "organolépticas", segundo a inspecção-geral, eram consubstanciadas na mudança de coloração transparente para amarela. O referido fármaco era afirmativamente originário da China, tendo como fabricante Jiangsu Kangão Pharmaceutical.co.Ltd, lote: 120101; data de fabrico: 0112012 e data de caducidade: 01/2015. Na mesma ocasião, as autoridades angolanas deram igualmente a conhecer a detecção de insecticida de marca Spritex falsificado que, apesar da similar aparência externa com o original, apresentava certas características que o diferenciavam.

Os medicamentos contrafeitos são adulterados ou falsificados, sem nenhum teor para a cura da doença que se propõe. A informação do departamento de Inspeção da Polícia Económica, afirmava que estes fármacos entraram no país, principalmente, através da República do Congo Democrático, pela fronteira do Luvo, Nóqui (Zaire) e Massadi (Cabinda), ambas no território angolano. Por outro lado, os chineses passaram a copiar também livros escolares do ensino primário angolano. E, ao que parece, os mesmos ainda continuam a reproduzi-los em quantidades enormes, mesmo nas "barbas" das autoridades fiscalizadoras do Ministério da Educação.

Um dos aspectos que se nota nos manuais imitados é a falta de qualidade do seu papel e do impresso, pois

diferenciam-se muito dos originais impressos nas editoras autorizadas.

### NINGUÉM TRAVA

Os especialistas em falsificações do país asiático estão a fabricar cópias de todo tipo de produto de maior concorrência no mercado internacional, até viaturas e motorizadas não escapam da máfia. É assim que temos vindo assistir nas nossas estradas uma gama de viaturas com realce os hiaces, cujas características são similares aos da marca japonesa, Toyota Hiace/Çomuter, inclusive os recém-famosos vulgo "quadrádmho". São carros que na verdade não oferecem os padrões exigidos em termos de qualidade.

Só vendo nos nomes atribuídos aos veículos alteram uma ou duas letras - como por exemplo - "Haise", invés de Hiace.

Nos motociclos idem: Suzuki - Sasuky; Kawazaki - Kewazaki ou Kawaseeki; Yamaha - Yamaka, enfim. Tanto nos carros como nas motorizadas, pode se notar a olho nú as debilidades dos mesmos logo à primeira vista. O economista Filomeno Viera Lopes vê com muita preocupação o fenómeno da contrafacção que parece dominar o mercado nacional. De acordo com o especialista que falava à Voa, sendo a China um dos países mais profícuos no fabrico de produtos falsificados, Angola é um destino privilegiado de escoamento.

A fonte realça que não só se observam produtos contrafeitos como também há casos, de branqueamento de moeda e fala da existência de autênticas quadrilhas que estão implantadas no país, o que se poderá traduzir em corpos informais de protecção de grandes negócios ilícitos cujas ligações serão difíceis de descortinar.

### LEGISLAÇÃO DESAJUSTADA

O Serviço Nacional das Alfandegas e de investigação das actividades económicas afirmam que um dos enormes empecilhos do combate à contrafacção e pirataria é falta de laboratórios, a permeabilidade de algumas fronteiras e, sobretudo, a existência de uma legislação inadequada, com sanções "brandas".

O Departamento de Integridade Institucional do Serviço Central das Alfândegas, defende ser necessário que os órgãos de defesa dos direitos da propriedade intelectual tenham meios e pessoal adequado para combater as ilegalidades porque em Angola a entrada de produtos falsificados é enorme.

De resto, o órgão estatal alerta à população no sentido de ter maior atenção as mercadorias provenientes não apenas da China, como por

exemplo, também da Índia, Paquistão, Dubai, Nigéria e República Democrática do Congo.

### 3.28 Preços de táxis sobem

*Novo Jornal*

*29 De Maio de 2015*

DESDE ONTEM, quinta-feira, 28, os preços da corrida de táxis em Luanda subiram 50 por cento, ou de 100 para 150 kwanzas, em consequência da também subida dos preços dos combustíveis no princípio do mês em curso, apurou o NJ.

Esta subida vertiginosa surge depois de sucessivas acções de concertação entre a Associação de Taxistas de Luanda (ATL) e o órgão competente do Ministério das Finanças que considera ilegal e unilateral esta medida.

Reagindo à subida dos preços dos combustíveis, o economista Cristóvão Miguel afirma que a medida era de esperar, uma vez que os combustíveis registaram um incremento elevado, que não compensava os operadores desse segmento de mercado.

"Já era esperado que os preços dos táxis subissem. Considero que a galopante subida dos combustíveis contribuiu em larga medida para a alta dos preços. E outros produtos com certeza terão o mesmo curso", referiu o economista.

O NJ contactou alguns usuários dos transportes públicos que foram unânimes em sublinhar que esta subida irá penalizar os cidadãos mais desfavorecidos, porquanto o salário mínimo nacional permanece abaixo dos 20 mil kwanzas mensais.

Esta semana, a Assembleia Nacional introduziu para debate o projecto de lei de revisão do salário mínimo, numa iniciativa da CASA-CE, mas o debate foi suspenso e o assunto ficou sem equação.

"Isto só vai prejudicar os mais pobres, porque não faz sentido subirem os combustíveis e os salários não sofrerem qualquer incremento", afirmou o comerciante Luís Guilherme.

Idêntico ponto de vista é partilhado por Helena Vilela, funcionária pública, para quem a subida dos táxis indicia "maus momentos" para a vida dos cidadãos, que ao invés de melhorias, sentem a situação a piorar.

"Existem outras formas de arrecadar receitas que não seja penalizar os cidadãos que já não dispõem de dinheiro para sustentar as famílias", referiu Vilela.

Note-se que o litro de gasolina custa actualmente 115 kwanzas, contra os 90 Akz anteriores e o gasóleo passou de 60 para 90 Akz. HS enfrentam. "Vamos continuar a desenvolvendo para melhorar a vida das populações", disse.

## 4. OGE INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

### 4.1 Concentram quase 50% dos projectos de construção em África

*Novo Jornal*  
15 De Maio de 2015

A AFRICA SUBSARIANA continuou a liderar a actividade no sector da construção no continente africano em 2014, tanto em número como em valor de projectos. Segundo o estudo "Tendências da Construção em África 2014" da Deloitte, a região concentrou 119 dos 257 megas projectos de construção registados em África nesse ano, que, em valor, representam um investimento de 145 mil milhões de dólares. Transportes e energia são os sectores que apresentam mais projectos e que mais contribuem para o sector em termos de valor. O estudo realizado anualmente pela Deloitte indica que o valor dos projectos de construção em África cresceu 46,2% em 2014, aproximando-se 326 mil milhões de dólares. Um crescimento verificado em todas as regiões, excepto na África Oriental. Contudo, número total de projectos caiu dos 322 para os 257, uma tendência transversal a quase todas as regiões. Apenas a África Ocidental mantém os 66 projectos de 2013.

A percentagem de projectos no continente africano de valor superior a mil milhões de dólares cresceu 11 % (de 16% para os 27%) em 2014, com o valor médio por projecto a fixar-se nos 1,27 mil milhões de dólares, uma impressionante subida de 84% face a 2013. Em sentido contrário estão os pequenos projectos (entre 5.0 a 100 milhões de dólares), que caíram 17% (dos 39% para os 22%), em igual período.

Relativamente à África Subsariana, o número de mega projectos em 2014 caiu de 124 para 119, com a África do Sul a concentrar cerca de metade dos projectos, seguida de Moçambique (15%) e Angola (13%), que, no conjunto, valem 145 mil milhões de dólares, mais 75% que no ano anterior, revela o estudo.

"África continua a ser um pólo de atracção do Investimento Directo Estrangeiro e do capital africano. Considerando a taxa de conclusão dos

projectos identificados no relatório do ano anterior de 76% - as expectativas de que a área das infra-estruturas irá garantir a tão esperada expansão do mercado neste continente são elevadas", afirma Miguel Eiras Antunes, sócio da Deloitte.

#### Transportes E Energia Dominam

De acordo com o estudo, o sector da energia e o que reúne o maior número de projectos de construção no continente africano (37%), seguido pelo sector dos transportes (34%) e mais distante pelo sector mineiro (9%). A quota de projectos no sector dos transportes cresceu 9% face a 2013, impulsionada pelos investimentos significativos em ferrovias e portos, numa altura em que o desenvolvimento integrado ganha força. Como forma de garantir o crescimento regional sustentável, Este sector lidera em termos de investimento, concentrando 40% do valor total.

Apesar do sector do petróleo e gás representar apenas 5% do investimento total, espera-se um crescimento nos próximos três a cinco anos, dados os varios projectos que se encontram em fase de preparação e que, por isso, não foram considerados neste estudo. Também o sector das águas e resíduos apresenta um valor de investimento demasiado baixo (5%), tendo especialmente em conta o papel crítico que terá a curto médio. E também longo prazo, no futuro do continente e do mundo, em geral.

Na África Subsariana, o sector da energia e também aquele que apresenta o maior número de projectos (46%), um aumento de 13% face a 2013. Um resultado influenciado sobretudo pelos investimentos realizados na área das energias renováveis na África do Sul. Um movimento similar teve o sector dos transportes, cresceu 6%, representando agora 24% do número total de projectos.

O sector mineiro registou uma queda de 9% face a 2013, passando a pesar apenas 10% do conjunto de projectos, tal como o sector de real estate, que desce dos 17% para os 7%, com a África do Sul a substituir Angola como o país com o maior número de projectos de construção neste sector. Segue-se, com 5%, o sector das águas e resíduos (9% no ano anterior), e, com 2%, o sector petrolífero e o das telecomunicações, este ultimo reflectindo a construção do cabo submarino de fibra óptica da Seacom, na África do Sul, e o lançamento do satélite doméstico, em Angola.

#### Parcerias Público-privados Ganham Expressão

Cerca de 10% dos projectos de construção no continente africano, em 2014, resultam de Parcerias Público-Privadas (PPP), um aumento de 4%,

comparando com 2013. "Este é um facto encorajador, já que acreditamos que uma participação significativa do sector privado, juntamente com os governos, será necessária para acelerar o aumento de infra-estruturas no continente", refere Miguel Eiras Antunes da Deloitte.

Apesar do decréscimo no número de projectos promovidos pelo sector público (de 181, em 2013, para 143, em 2014), verificou-se um ligeiro aumento dos projectos detidos pelo sector nacional privado e também por novos players como a Austrália, os Emirados Árabes Unidos e a Índia. "Uma tendência positiva que reflecte o crescente interesse dos investidores estrangeiros e gestores de fundos em África", destaca o responsável,

Em termos de financiamento dos projectos de construção em África, as Instituições Financeiras de Desenvolvimento (IFD) continuam a liderar, embora surjam novos investidores, como Israel (empresas privadas), EAU (organizações/ fundos públicos) e Austrália (empresas privadas). O nível de financiamento governamental cresceu de forma significativa (15%), contudo as instituições estrangeiras mostraram menos apetite para investir (decréscimo de 9%, face a 2013) nesta categoria.

O mercado da África Subsariana apresenta uma grande maturidade, dado o equilíbrio verificado entre os projectos públicos e privados, quando comparado com as restantes regiões do continente, onde os projectos governamentais continuam dominar de forma absoluta. Nesta região, os projectos detidos pelo governo diminuíram 15% face a 2013, aumentando em quase igual proporção (14%) os projectos das entidades locais, que passam a representar quase um terço do total (29%). As entidades europeias e intra-africanas pertencem 9% e 7%, respectivamente (menos 6% do que em 2013, em ambos os casos).

De acordo com os dados do estudo, governo financiou 29% dos projectos da África Subsariana, um aumento de 22% face a 2013, enquanto as entidades locais 24%, as IFD internacionais 14% e as IFD africanas 8%.

#### A Emergência Das Empresas Locais De Construção

As empresas locais de construção foram responsáveis pela execução de 22% dos projectos do continente, um crescimento de 6%, comparando com 2013. Ainda assim, as empresas europeias e dos EUA continuam a liderar em 2014, com uma quota de 40% - menos um ponto percentual do que em 2013, que reflecte a quebra de projectos atribuídos as empresas norte-americanas.

"Este crescimento das empresas locais é particularmente importante e revela a maturidade e capacidade do sector de construção local", conclui Miguel Eiras Antunes da Deloitte.

Na região da África Subsariana, as empresas locais seguem na frente na construção de infra-estruturas, com 28%, uma subida de 17%, ultrapassando as empresas europeias e dos EUA, que lideravam a tabela em 2013, com 28%, e que no ano anterior estiveram responsáveis por apenas 18% dos projectos. A China coube apenas 5% dos projectos de grande dimensão da região, 3% face ao ano anterior.

## 4.2 Transportes públicos têm nova operadora

*Jornal de Angola*

*18 De Maio de 2015*

*Texto: António Capitão*

Uma nova frota de viaturas para táxi entrou em circulação na semana finda, na cidade do Uíge, para reforçar os serviços de transportes interurbanos de pessoas e mercadorias de pequeno volume.

Composta por 12 viaturas ligeiras de cinco lugares, a referida frota vai efectuar rotas inter-urbanas na cidade do Uíge, num sistema de descarga porta-a-porta, cuja corrida é cobrada no valor de 150 kwanzas por ocupante.

A operadora é um investimento do grupo empresarial juvenil local e 85 por cento do financiamento foi do Banco de Poupança e Crédito (BPC), no âmbito do Crédito Jovem.

O administrador municipal do Uíge, Altaneiro Benjamim, que presidiu a cerimónia de lançamento dos serviços, destacou a iniciativa empreendedora, tendo em conta que a mesma vai permitir que os munícipes viagem em segurança e conforto, aumentando igualmente a disponibilidade em termos de transportes públicos.

"É a demonstração do envolvimento do sector empresarial privado na diversificação da economia local, na criação de bens e serviços essenciais para a população e na geração de novos postos de trabalho para a juventude", disse o administrador do Uíge.

Alem disso, o administrador Altamiro Benjamim inaugurou o "Bangulo", um estabelecimento hoteleiro do mesmo grupo, que contém esplanada, restaurante, geladaria, churrascaria e pastelaria.

Dungo Kubi, director-geral da DK, Lda, a empresa que colocou os dois serviços a disposição da população da província do Uíge, considerou que os preços dos produtos estão ao alcance dos clientes de baixa, média e alta renda.

### 4.3 Angola exporta mais Petróleo mas receitas caíram para menos de metade

*Jornal A República*  
22 de Maio de 2015

Os números resultam de relatórios do Ministério das Finanças sobre as receitas fiscais decorrentes da exportação de petróleo, relativos ao período entre Janeiro e Março, compilados hoje pela Lusa, apontando que o Estado angolano arrecadou neste período, de 2015, mais de 344 mil milhões de kwanzas (2,7 mil milhões de euros).

No primeiro trimestre de 2014, as receitas fiscais angolanas com a exportação de petróleo ascenderam a 778,4 mil milhões de kwanzas (6,3 mil milhões de euros), pelo que a quebra, este ano, ascende a 55,7%.

O sentido oposto, a exportação está a crescer 9,9%, passando de 143 milhões de barris de crude no primeiro trimestre de 2014 para mais de 157 milhões de barris nos primeiros três meses deste ano.

A mais recente previsão do Governo angolano, plasmada na revisão do Orçamento Geral do Estado para 2015, aponta para uma produção total de 669 milhões de barris de petróleo este ano, um aumento de 10% face a 2014. Esta ainda prevista a arrecadação de 1,039 biliões de kwanzas (8,4 mil milhões de euros) em receitas fiscais petrolíferas durante todo o ano de 2015.

Estes números confirmam a forte quebradas receitas petrolíferas angolanas que o país tem vindo a exportar mais petróleo, mas arrecadou menos receitas em termos homólogos e justificam-se com a contínua descida da cotação do petróleo no mercado internacional, actualmente a volta de 60 dólares por barril.

Os dados constantes neste relatório do Ministério das Finanças resultam das declarações fiscais submetidas a Direcção Nacional de Impostos pelas companhias petrolíferas, incluindo a concessionária nacional angolana, a empresa pública Sonangol.

Angola é o segundo maior produtor de petróleo da África subsaariana, atrás da Nigéria, estimando o

Executivo superar a produção diária de 1,8 milhões de barris em 2015.

O petróleo garantiu em 2013 cerca de 76% das receitas fiscais angolanas, mas este ano não deveria ultrapassar os 36,5%, de acordo com as projecções governamentais.

### 4.4 BUE a 'meio-gás' consome' 4,4 mil milhões Kz do OGE

*Jornal Expansão*  
22 De Maio de 2015

*Texto: Francisco De Andrade*

Pouco mais de 4,4 mil milhões Kz (40,5 milhões USD ao câmbio actual) foi quanto o Executivo investiu, com receitas do Orçamento Geral do Estado (OGE), na instalação de f39 dependências do Balcão Único do Empreendedor (BUE), das 174 previstas em 2012, quando o programa foi lançado.

Um relatório de balanço da actividade do programa em 2014, produzido pelo Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos e apresentado internamente em Fevereiro último, ao qual o Expansão teve acesso, especifica que, em média, a instalação de cada um dos balcões em funcionamento até ao ano passado custou 50 milhões Kz, qualquer coisa como 456 mil USD.

Segundo o documento, até ao fim de 2014, estavam em funcionamento 89 dependências do BUE, das 174 previstas, o que corresponde a 51%, sendo que 31 (18%) estavam por inaugurar, 50 (29%) não estão inauguradas mas já funcionam, e as restantes 4 (2%) permanecem em obras.

Dados do documento indicam ainda que o custo mensal de um BUE com ordenados do pessoal ronda os 1,9 milhões Kz, sendo que, com o pagamento de bens e serviços, o Estado gastou, durante o ano passado, com cada balcão, 4,2 milhões Kz por mês. Contas feitas, para a manutenção de cada um dos balcões em actividade foram aplicados, mensalmente, em média, 6,1 milhões Kz, num total de aproximadamente 534 milhões Kz.

Entretanto, apesar do valor investido na rede BUE, fonte próxima do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, instituição que coordena o programa, citada recentemente SOL, revelou que a média de empresas licenciadas por cada província é bastante reduzida.

Segundo a fonte, o BUE não recebe novos processos há mais de ano e meio, devido a uma mudança forçada na plataforma tecnológica que estava então a

ser utilizada. Esta alteração, explicou, tem que ver com a necessidade de utilizar um aplicativo que integra todas as instituições que participam no processo de constituição de empresas, designadamente Ministério do Comércio, Imprensa Nacional, Direcção Nacional de Impostos, entre outros.

E, como 'um mal nunca vem só', uma das valências mais importantes do BUE - a constituição simplificada e gratuita de empresas - não está a ser alcançada igualmente há mais de ano e meio devido a problemas técnicos e burocráticos relacionados com as várias instituições públicas que participam no processo de criar uma empresa nova.

"Foi contratada recentemente uma empresa para desenvolver um aplicativo que integra todos os organismos do Estado que participam no processo de criação de empresas. Já está disponível, mas algumas instituições, como o Ministério do Comércio, que emite os alvarás comerciais, não querem ceder, porque se ganha muito dinheiro com isso", enfatizou,

Luanda, avançou, foi a província que mais empresas licenciou até ao momento - pouco mais de mil e menos de 200 foram financiados. Os financiamentos realizados, acrescentou, fixaram-se, em média, nos 375 mil Kz. No entanto, do número projectado para cada província, apenas o Bié e o Namibe têm a totalidade dos balcões previstos a funcionar - nove e seis, respectivamente.

Olhando para os dados de 2014 constantes no relatório de balanço, verifica-se que os BUE já têm cobertura nacional e possuem um total de 2.232 funcionários.

Não estando a criar empresas e a conceder financiamentos, os 89 balcões em funcionamento limitam-se a prestar informações aos utentes e receber reclamações de antigos processos.

Propósitos do BUE são "correctos e oportunos" Questionado sobre o desempenho do BUE, quase três anos depois do arranque, o consultor empresarial Galvão Branco começa por referir que os propósitos políticos e administrativos que presidiram à sua criação são "absolutamente" correctos e oportunos para induzir e dar maior celeridade aos procedimentos tendentes à maior formalização da economia nacional, por via da criação das micro, pequenas e médias empresas (MPME).

"O aparelho e sistema administrativo tradicional do País é muito burocrático, com muito pouca agilidade e eficácia operacional, e bastante permeável a traficâncias", considera.

Para Galvão Branco, O desiderato de descentralizar um conjunto de processos e procedimentos administrativos dos órgãos centrais do Estado para os municípios constitui uma atitude incentivadora ao empreendedorismo sustentado numa actividade legal, com o devido enquadramento fiscal.

Entretanto, afirma, o discurso político de promoção e incentivo à realização de acções empreendedoras e o ordenamento jurídico angolano que dá sustentação a esse propósito, não estão muitas vezes alinhados com as atitudes operacionais dos agentes encarregues da sua materialização.

"A nossa cultura institucional e a postura que preside às atitudes administrativas de muitos agentes públicos é no sentido de 'complicar a vida' dos cidadãos que pretendem dar sentido legal à sua actividade económica com todas as vantagens que daí decorrem para o País", realçou.

Na visão do consultor, Angola ainda não tomou a devida e necessária consciência de que a pouca dinâmica que se verifica no incentivo ao empreendedorismo e ao investimento tem muito que ver com a qualidade do ambiente de negócios que existe.

Considerou, no entanto, também "oportuno" o movimento a que se vem assistindo por parte de alguns cidadãos (jovens, mulheres) de criarem as suas associações empresariais, que poderão constituir-se em instrumentos eficazes de combate a essas práticas que condicionam o empreendedorismo, por via da célere constituição das MPME.

Por outro lado, defende que, se o factor crítico do sucesso desta iniciativa for conferir maior agilidade aos procedimentos tendentes à constituição, licenciamento e certificação das MPME, é "absolutamente" necessário dotar o sistema de competências tecnológicas que permitam obter resultados em tempo real, bem como pessoas suficientemente motivadas e treinadas no uso de ferramentas informáticas devidamente suportadas por redes eficientes de comunicações.

Face à dimensão das necessidades de melhoria, disse não ser expectável atingir-se, em três anos de funcionamento do BUE, uma rede municipal capaz de assegurar a execução dos propósitos desta medida, que considerou ser "de grande alcance estratégico, para a plena formalização da economia nacional".

"Acredito que para os BUE cumprirem o pressuposto da proximidade, isto é, terem um posicionamento espacial ao nível dos municípios, os órgãos do poder local têm de ter um papel de



coordenação e apoio mais incisivo e substancial, dotando as delegações provinciais da Justiça de mais competências e recursos que impactam positivamente na actividade dos balcões", frisa.

Galvão Branco sugere a adopção de mecanismos que possibilitem monitorizar o ciclo dos procedimentos necessários a concretizar, em tempo útil, a constituição de uma empresa e toda a panóplia de requisitos administrativos exigíveis para o seu funcionamento.

"Tem de ser assumido e amplamente divulgado qual o tempo necessário para a constituição de uma MPME, e quais as consequências e responsabilidades que ocorrem para a instituição pública se esse prazo não for cumprido. As administrações municipais têm de ser responsabilizadas pela fiscalização da plena e ágil execução do ciclo dos procedimentos exigíveis, numa lógica temporal", remata.

#### 4.5 TRABALHOS DA PONTE MOLHADA O BENFICA TERMINAM E JULHO

*Jornal A República*  
22 De Maio de 2015

A garantia e do director de infra-estruturas rodoviárias do Ministério da Construção, Carlos Rocha, que acompanhado de uma delegação, esteve a acompanhar o andamento dos trabalhos.

Grande parte da obra já esta concluída, porem o que o pouco que falta encontra-se atrasada, pois como o transito não foi limitado, essa situação atrapalhou o cumprimento do prazo previsto, para sua conclusão que era o mes de Marco, de acordo com o Paulo Salgado, representante da Tecnovia.

" Os trabalhos dos encontros estão um pouco atrasados, mas com a situação do trânsito não ter sido cortado, os trabalhos estão condicionados. Mas tudo esta a ser feito para que no mes de Julho a obra seja entregue", concluiu Paulo Salgado.

A ponte com uma estrutura de betão terá duas faixas de rodagem, dois passeios e bermas. Quando concluída estarão redimidos os constrangimentos do transito naquela zona, garantido maior segurança e fluidez para os automobilistas que por ali circulam.

#### 4.6 Angola e China consolidam parceria

*Jornal de Angola*  
26 De Maio de 2015

A análise de áreas e projectos que integram as possíveis linhas de financiamento e debatida na reunião, tal como a avaliação da cooperação existente, no intuito de dinamizar as acções em curso. Os dois Estados pretendem consolidar a parceria estratégica, reforçar e alargar esse mecanismo aos sectores da agricultura, energia, industria, minérios e formação de quadros.

A secretaria de Estado Ângela Bragança e quem chefia a delegação angolana a Comissão Mista de Cooperação Bilateral. Na agricultura, sector fundamental para a diversificação da economia angolana, esta identificado o projecto agrícola do Cuimba, na Província do Zaire, que prevê a produção de milho, soja e ovos. O Bié procura parceiros para a produção, processamento de sementes para a cultura de cereais, vacinas e medicamentos para animais.

A Comissão Orientadora da Cooperação Económica e Comercial entre Angola e a China reuniu-se, em Abril, em Pequim, e reconheceu a necessidade de um novo ritmo para a cooperação, introduzindo um modelo mais dinâmico para o investimento na industrialização.

A secretaria de Estado da Cooperação, Ângela Bragança, integrou a delegação multi-sectorial encabeçada pelo ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente da Republica, Edeltrudes Costa, e disse que Angola tem os recursos e a China a capacidade tecnológica para apoiar o desenvolvimento do país. "Por isso analisamos a necessidade de dar um novo ritmo a cooperação."

O encontro identificou como áreas de cooperação os sectores ligados a diversificação económica em Angola, nomeadamente a energia, a indústria, a agricultura, a mineração e a formação de quadros. "A energia surge em primeiro lugar, devido a necessidade de desenvolver a rede eléctrica, e também a agricultura como cadeia que vai da produção e escoamento de produtos ate ao seu processamento", explicou Ângela Bragança, No decorrer do encontro foi reafirmada a necessidade da

consolidação da parceria estratégica com a China, para o cumprimento das metas fixadas no Plano Nacional de Desenvolvimento de Angola 2013-2017.

A reunião da Comissão Orientadora resultou da decisão saída do último encontro realizado entre o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, e o primeiro-ministro chinês, Li Keqiang.

A criação de um grupo de trabalho multi-sectorial Angola-China foi proposta pelo Presidente José Eduardo dos Santos no encontro com o primeiro-ministro Li Keqiang, em Luanda. A ideia, prontamente acolhida por Pequim, foi criar um grupo de trabalho multi-sectorial para o planeamento conjunto da cooperação nas áreas de infra-estruturas, finanças e de outros sectores de actividade pública e privada.

Na ocasião, o Chefe de Estado angolano propôs uma agenda de médio e longo prazo e destacou a forma aberta, com vantagens recíprocas e sem tabus como Angola e da China desenvolvem a sua parceria. O Chefe de Estado considerou da China um "exemplo para os povos que lutam pelo seu desenvolvimento", procurando satisfazer todas as suas necessidades materiais, espirituais e culturais.

#### 4.7 Fundo público financia acções em todo o país

*Jornal de Angola*

*26 De Maio de 2015*

*Texto: António Capitão*

O Fundo de Apoio Social (FAS), projecto institucional financiado pelo Banco Mundial, investe 7,2

mil milhões de kwanzas até 2018 em programas de todas as províncias, anunciou ontem, no Uíge, o seu director-geral.

Santinho Figueira, que fez o anúncio no final da reunião de dois dias, disse que o dinheiro se destina à construção de infra-estruturas sociais básicas, principalmente escolas e postos de saúde, formação de quadros da administração local, elaboração de perfis de desenvolvimento municipais, diversificação da economia nas localidades e que o dinheiro provém do Executivo, Banco Mundial e União Europeia. O Executivo e o Banco Mundial participam em separado com 1,7 mil milhões de kwanzas para projectos até 2017 no Uíge, Cuando Cubango, Cuanza Norte e Zaire e a União Europeia com 3.720

milhões apoiar planos sociais até 2018 nas outras províncias.

"As acções a serem desenvolvidas estão devidamente identificadas, bem como as localidades onde devem ser desenvolvidas", referiu e acrescentou: "Procuramos dar uma maior e equilibrada abrangência à aplicação do nosso país para evitarmos as assimetrias". Garantiu que todas as províncias vão beneficiar de proporções iguais nos investimentos". Na reunião, na qual participaram os directores nacionais das várias áreas de serviços, directores provinciais e parceiros sociais do PAS, foram analisadas as actividades desenvolvidas no ano passado.

#### 4.8 Obras decorrem em ritmo acelerado

*Jornal de Angola*

*26 De Maio de 2015*

*Texto: José Bule e Valter Gomes*

As obras iniciadas em finais de Julho do ano passado contemplaram já o loteamento e a terraplenagem dos arruamentos, instalação dos sistemas de águas fluviais e canalizada e de energia eléctrica, além de outros serviços de apoio.

O coordenador do projecto, engenheiro António Vicente, forneceu explicações detalhadas sobre o andamento dos trabalhos, cujo término está previsto para o mês de Outubro deste ano.

O projecto da nova urbanização está a ser executado no âmbito da Requalificação do Uíge e criação de novas centralidades.

"Estamos a trabalhar com o Ministério do Urbanismo para a efectivação das obras desta área, visto que é uma zona nobre e com todas as infra-estruturas necessárias para o conforto da população, principalmente para a juventude", referiu o responsável do projecto.

O governador aconselhou os cidadãos que insistem em construir moradias à volta do projecto habitacional a abandonarem a área e a procurarem zonas indicadas para o efeito.

"Não queremos expulsar ninguém de forma compulsiva. Constatamos que há cidadãos que na calada da noite constroem moradias de forma ilegal neste local. Vamos contrapor esta situação, a partir da nossa Administração Municipal, que vai ter a missão de realojar estes moradores", disse o governador.

O director provincial do Urbanismo e Habitação, Seluyequi Manuel, disse que as acções de arruamento e de instalação dos diferentes serviços técnicos estão bem delineadas e que o desenrolar da sua execução esta a ser acompanhado de forma rigorosa.

"Vamos ter aqui infra-estruturas habitacionais, serviços comerciais, escolas, creches e outros serviços sociais e depois da conclusão das obras vão ser estabelecidas as modalidades a seguir para a aquisição de terrenos, moradia ou serviços sociais no projecto habitacional em causa", disse.

"E um projecto ambicioso, de baixa e média renda, que vai ajudar sobretudo a juventude no alcance de uma casa própria, com vista ao seu bem-estar social", referiu.

O chefe do Departamento Provincial da Juventude e Desportos, Armindo da Silva, afirmou que o projecto habitacional do Catapa vai contribuir bastante na massificação das modalidades desportivas na província, visto que no local estão a ser erguidas algumas infra-estruturas para o efeito.

"No projecto estão a ser construídos ginásios multiuso, para a ocupação dos tempos livres da juventude, campos de futebol e outros espaços recreativos, no sentido de proporcionar bons momentos de lazer aos habitantes", concluiu.

#### Um projecto ambicioso

O Ministério do Urbanismo e Habitação adjudicou a Angolaca, empresa de direito angolano, a execução das infra-estruturas básicas na Reserva Fundiária do Catapa, na cidade do Uíge.

Disse que o referido projecto esta a ser desenvolvido num espaço de 100 hectares e insere-se no Plano Nacional de Desenvolvimento 2013- 2017, que visa criar condições, através de loteamentos para a construção de redes técnicas de saneamento, electricidade, abastecimento de água e arruamentos.

Estes projectos vão permitir aos cidadãos interessados construir de modo organizado, enquanto os investidores privados do ramo imobiliário implementam outros projectos viáveis.

No projecto habitacional da localidade de Catapa estão a ser instaladas 297 colunas para iluminação pública e um centro de distribuição de água, que funciona com duas estações de tratamento.

## 4.9 Conta Geral do Estado no Parlamento

*Jornal de Angola*  
26 De Maio de 2015

Os deputados da Comissão de Economia e Finanças da Assembleia Nacional apreciam e votam amanhã o relatório parecer conjunto final sobre a Conta Geral do Estado referente ao exercício de 2013.

Esta é a segunda vez que a Conta Geral do Estado é submetida ao Parlamento, depois de os deputados o terem feito no ano passado, enquanto instrumento demonstrativo da boa e regular aplicação dos recursos financeiros do país.

A discussão e aprovação da Conta Geral do Estado relativo ao exercício financeiro de 2012 representou um marco histórico das finanças de Angola, consolidando

A discussão e aprovação da Conta Geral do Estado relativo ao exercício lectivo de 2012 representou um marco histórico das finanças de Angola, consolidando as boas práticas de prestação de contas e divulgação dos resultados da gestão e fortalecendo o princípio da transparência no uso dos recursos públicos.

O texto aprovado, cujo conteúdo mereceu parecer independente do Tribunal de Contas, refere que "em 2012 a evolução da economia angolana foi positiva e demonstrou que se encontra recuperada do ajustamento económico causado pela crise económica de 2009".

A Conta Geral do Estado e o conjunto de demonstrações financeiras, documentos de natureza contabilística, orçamental e financeira, relatórios de desempenho da gestão, relatórios e pareceres de auditoria correspondentes aos actos de gestão orçamental, financeira, patrimonial e operacional e a guarda de bens e valores públicos.

A mesma deve ser apresentada aos órgãos de controlo externo, a cada exercício financeiro, nos prazos e condições previstos nas normas e legislação pertinentes.

A Conta Geral do Estado compreende as contas de todos os órgãos da Administração Central e Local do

Estado e dos serviços, institutos públicos e fundos autónomos, bem como da Segurança Social e órgãos de soberania.

Líderes juvenis

A Assembleia Nacional realiza, sexta-feira, um encontro de auscultação aos líderes de organizações juvenis filiadas no Conselho Nacional da Juventude e aos jovens empreendedores.

O encontro, promovido pela Comissão de Saúde, Família, Infância, Juventude e Desportos, Antigos Combatentes e Acção Social do Parlamento, decorre sob o lema "Geração de emprego e contributos a diversificação da economia no Plano Nacional de Desenvolvimento da Juventude".

O programa do encontro reserva, entre outros, intervenções da presidente da Comissão de Trabalho Especializada da Assembleia Nacional, deputada Irene Neto, de urn representante do Conselho Nacional da Juventude (CNJ) e do Fórum Angolano de Jovens Empreendedores (FAJE).

#### 4.10 Mota-Engil factura 79 milhões de dólares para reparar ruas de Luanda

*Jornal Agora*

*15 De Maio de 2015*

O presidente do conselho de administração da construtora Mota-Engil rubricou, esta semana, com o Governo Provincial de Luanda, um contrato de 78,9 milhões de dólares, para reparar estradas, passeios, lancis e sinais de trânsito.

Segundo o governador da província de Luanda, Graciano Domingos, a cidade carece de uma intervenção profunda, mas foram priorizadas as zonas centrais, seguindo-se os arredores da capital, num total de 16 ruas.

Sublinhou, em contrapartida, que o Ministério das Finanças já começou por transferir recursos financeiros para as administrações municipais, para a realização de trabalhos paliativos, que vão permitir a transitabilidade, enquanto aguardam por uma intervenção maior.

O PCA da Mota-Engil, Paulo Pinheiro, prometeu cumprir com os prazos estabelecidos para a execução da obra.

A empreitada visa a reparação de buracos, de passeios e lancis, a reposição ou a colocação de placas de sinais de trânsito, de tampas em falta nas caixas

colectoras de saneamento, pintura de lancis e de sinalização de trânsito horizontal.

A província de Luanda concentra, actualmente, cerca de 6,5 milhões dos 24,3 milhões de habitantes do país.

"A Mota-Engil registou um resultado líquido de 54,6 milhões de dólares em 2014, valor em linha com o lucro registado no anterior", revelou a construtora.

O grupo frisa que o volume de negócios atingiu, no ano passado, um total de 2,6 mil milhões de dólares, dos quais 45% em África.

CONSTRUTORAS EM ANGOLA. A suspensão de obras em Angola, devido à crise provocada pela baixa dos preços do petróleo nos mercados internacionais, está a obrigar as construtoras portuguesas a reforçar as suas apostas em novos mercados, quer no segmento dos clientes particulares aquele país, quer no reforço da presença noutros países, em particular na América Latina

O ministro angolano da Construção, Waldemar Pires Alexandre, terá anunciado, num encontro com empreiteiro; locais e estrangeiros, que a construção de novas estradas e de equipamentos da área social estava suspensa

O mercado angolano representa um volume de facturação anual de cerca de dois mil milhões de euros para as construtoras nacionais. O Sindicato da Construção revelou haver dezenas de trabalhadores a regressar a Portugal e que a situação vai agravar-se.

"A suspensão de obras em curso e o abrandamento nos novos investimentos terão consequências no nosso tecido empresarial. Os prazos de pagamentos poderão sofrer agravamentos.

A repatriação para Portugal das receitas geradas deverá conhecer maiores constrangimentos", disse Reis Campos, presidente da Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas (AICCOPN).

#### 4.11 Governo Provincial solicita aceleração das obras sociais

*Jornal De Angola*

*21 De Maio de 2015*

*Texto: Marcelino Dumbo*

O director provincial do Huambo das Obras Públicas, Sebastião Pacato Júnior, aconselhou os empreiteiros a acelerarem as obras que lhes foram

adjudicadas e prometeu tomar duras medidas contra os incumpridores.

Sebastião Júnior fez este aviso durante um encontro que juntou responsáveis das empresas de construção civil sediadas na província do Huambo para analisar o grau de execução física de todas as obras em curso e os prazos determinados para a sua entrega ao Governo Provincial.

O encontro serviu também para auscultar os problemas que afligem os empreiteiros e reajustar os cronogramas das obras, devido aos constrangimentos causadas pelas chuvas que caíram intensamente sobre o território e atrasaram, em alguns casos, a entrega atempada do trabalho.

O director provincial das Obras Públicas afirmou que o Governo Provincial do Huambo está a cumprir com os pagamentos, embora haja valores cativos devido ao incumprimento e à falta de transparência por parte de alguns responsáveis de empresas.

"O Executivo tem a missão de cumprir com a sua parte de disponibilizar os valores desde que haja qualidade na obra. Existem empresas que já têm obras concluídas, mas que não foram pagas por não apresentarem a garantia das contas bancárias", explicou.

Sebastião Júnior disse que além do trabalho em curso de asfaltagem da Rua do Comércio e Passagem de Nível de São Pedro, existem outros projectos de requalificação da Rotunda do Hospital Militar, de avenidas da sede da cidade do Huambo e de sete quilómetros de estrada do troço entre São Pedro e Santa Iria. Referiu, ao todo, 45 quilómetros de estradas que serão trabalhados antes da próxima época chuvosa.

#### 4.12 Melhora a qualidade de vida na região

*Jornal De Angola*

*21 De Maio de 2015*

*Texto: Victorino Matias*

O aumento substancial de Investimentos sociais a nível das sedes municipais e comunais, durante o ano de 2014, produz reflexos positivos na qualidade de vida das populações, disse, ao Jornal de Angola, a vice-governadora da Lunda Norte para o Sector Económico.

Deolinda Satula Vilarinho qualificou de positivo o nível de execução dos diferentes programas que os

nove municípios da província da Lunda Norte se propuseram realizar, durante o ano passado.

No encontro de balanço anual sobre os fundos financeiros alocados aos municípios para investimentos sociais, a vice-governadora da Lunda Norte para o Sector Económico disse que o programa municipal integrado de desenvolvimento rural e de combate à pobreza permite a implantação, nas diferentes localidades da província, de serviços de assistência médico-sanitária e de melhoria dos sistemas de produção e distribuição de água potável e a construção de escolas, infra-estruturas residenciais e administrativas e o apoio aos pequenos e médios agricultores da região.

"As verbas cabimentadas às administrações municipais permitem executar, sem qualquer tipo de constrangimentos, programas de merenda escolar e aproximar os serviços essenciais da administração pública aos munícipes", afirmou Deolinda Vilarinho, que ressaltou a necessidade de as administrações municipais adoptarem políticas que visam estimular o sector produtivo rural, de forma a aumentar o rendimento familiar e combater o analfabetismo.

Chamou a atenção das administrações municipais para a necessidade de valorizar os recursos humanos, por meio de promoção de concursos públicos, para admitirem quadros com qualificação exigida para a administração local.

O encontro recomendou o aumento das verbas destinadas à criação de infra-estruturas sociais e vias de comunicação, de modo a permitir a recuperação das estradas secundárias e terciárias, para permitir a circulação de pessoas e bens, que em alguns municípios e comunas ainda é deficiente.

O porta-voz do encontro, Adérito Cativa, considerou ser necessário implementar mais acções no sector da agricultura, enquanto base de desenvolvimento do meio rural e instou os administradores municipais a dar maior celeridade na resolução dos problemas ligados aos atrasos salariais e melhorar a gestão do orçamento disponibilizado. O administrador municipal do Caungula, João Uarinhenga, disse que o programa de combate à pobreza reflecte a preocupação dos munícipes e asseguram o surgimento de vários equipamentos sociais, como escolas, postos médicos e edifícios administrativos, que têm proporcionado perspectivas de desenvolvimento e qualidade de vida da população. Destacou o fomento da actividade agropecuária, com a criação de gado bovino e caprino, e ressaltou a execução do programa merenda escolar, que abrangeu 3.476 crianças, em sete escolas localizadas na sede do município e na comuna do Camaxilo.

Já o administrador municipal do Lubalo, Tomás Muacabalo, disse que o programa prestou atenção à melhoria dos cuidados primários da saúde, com aquisição de medicamentos essenciais para combater várias patologias, com realce para a malária, doenças diarreicas e respiratórias agudas e doenças sexualmente transmissíveis. "Amelhoria do sector de Saúde foi determinante para a redução da mortalidade materno-infantil e o alargamento da rede sanitária de proximidade."

Foram adquiridos equipamentos de Hemoterapia e de RX, ambulância para transporte de pacientes da sede do município para hospitais de referência na província, géneros alimentícios e o reforço da campanha nacional de vacinação, informou Tomás Muacabalo.

A construção de infra-estruturas sociais, como escolas primárias e secundárias nas localidades distantes da sede municipal, um campo polidesportivo e residências para os quadros foi anunciada pelo administrador municipal do Lubalo.

#### 4.13 Novo tabuleiro da Ponte Molhada está pronto

*Jornal De Angola*

*21 De Maio de 2015*

*Texto: Cristina Da Silva*

A conclusão das obras de modernização da ponte sobre o Rio Cambamba, também conhecida por "Ponte Molhada", em Talatona, está prevista para Julho, informou, ontem, em Luanda, o director Nacional de Infra-estruturas Rodoviárias do Ministério da Construção.

Carlos Rocha prestou a informação durante uma visita de trabalho que o coordenador do gabinete Técnico de Coordenação e Acompanhamento dos Projectos da Província de Luanda, Luís Filipe da Silva, efectuou à ponte.

A visita de Luís Filipe à "Ponte Molhada", disse Carlos Rocha, visou averiguar o grau de execução das obras e ajudar a ultrapassar eventuais constrangimentos para os trabalhos serem feitos com rapidez e qualidade.

"Trata-se de uma obra muito importante, que facilita a circulação rodoviária num dos principais eixos que ligam as centralidades de Talatona, Benfica e Lar do Patriota", disse Carlos Rocha. Com 92 metros de comprimento, a ponte já tem o tabuleiro de betão armado totalmente feito, e falta apenas a ligação entre os dois extremos.

Neste momento, os técnicos trabalham na colocação dos muros que vão ligar os dois lados, Talatona e Lar do Patriota. O director Carlos Rocha disse que foi necessário dilatar o prazo de execução das obras, sem alterar os custos, para permitir que os trabalhos decorressem sem interromper a circulação rodoviária. O director Nacional de Infra-estruturas Rodoviárias do Ministério da Construção disse que o alargamento da "Ponte Molhada", por si só, não soluciona o problema de congestionamento naquela área, razão pela qual foram concebidas opções, que incluem a melhoria da ponte do Camorteiro e um desvio para diminuir o trânsito sobre a "Ponte Molhada". "A obra tecnicamente está perfeita e tem condições para uma duração longa", disse, ontem, ao Jornal de Angola, José Tomé, director da empresa de fiscalização contratada pelo Ministério da Construção. As obras de melhoramento da "Ponte Molhada" começaram em Julho de 2014.

#### 4.14 Bué a meio-gás consome 4,4 mil milhões Kz do OGE

*Jornal Expansão*

*22 De Maio de 2015*

*Texto: Francisco De Andrade*

Pouco mais de 4,4 mil milhões Kz (40,5 milhões USD ao câmbio actual) foi quanto o Executivo investiu, com receitas do Orçamento Geral do Estado (OGE), na instalação de 89 dependências do Balcão Único do Empreendedor (BUE), das 174 previstas em 2012, quando o programa foi lançado.

Um relatório de balanço da actividade do programa em 2014, produzido pelo Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos e apresentado internamente em Fevereiro último, ao qual o Expansão teve acesso, especifica que, em média, a instalação de cada um dos balcões em funcionamento até ao ano passado custou 50 milhões Kz, qualquer coisa como 456 mil USD.

Segundo o documento, até ao fim de 2014, estavam em funcionamento 89 dependências do BUE, das 174 previstas, o que corresponde a 51%, sendo que 31 (18%) estavam por inaugurar, 50 (29%) não estão inauguradas mas já funcionam, e as restantes 4 (2%) permanecem em obras.

Dados ao documento indicam ainda que o custo mensal de um BUE com ordenados do pessoal ronda os 1,9 milhões Kz, sendo que, com o pagamento de bens e serviços, o Estado gastou, durante o ano passado, com cada balcão, 4,2 milhões Kz por mês. Contas feitas, para a manutenção de cada um dos balcões em actividade foram aplicados, mensalmente,

em média, 6,1 milhões Kz, num total de aproximadamente 534 milhões Kz.

Entretanto, apesar do valor investido na rede BUE, fonte próxima do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, instituição que coordena o programa, citada recentemente SOL, revelou que a média de empresas licenciadas por cada província é bastante reduzida.

Segundo a fonte, o BUE não recebe novos processos há mais de ano e meio, devido a uma mudança forçada na plataforma tecnológica que estava então a ser utilizada. Esta alteração, explicou, tem que ver com a necessidade de utilizar um aplicativo que integra todas as instituições que participam no processo de constituição de empresas, designadamente Ministério do Comércio, Imprensa Nacional, Direcção Nacional de Impostos, entre outros.

E, como 'um mal nunca vem só', uma das valências mais importantes do BUE - a constituição simplificada e gratuita de empresas - não está a ser alcançada igualmente há mais de ano e meio devido a problemas técnicos e burocráticos relacionados com as várias instituições públicas que participam no processo de criar uma empresa nova.

"Foi contratada recentemente uma empresa para desenvolver um aplicativo que integra todos os organismos do Estado que participam no processo de criação de empresas. Já está disponível, mas algumas instituições, como o Ministério do Comércio, que emite os alvarás comerciais, não querem ceder, porque se ganha muito dinheiro com isso", enfatizou.

Luanda, avançou, foi a província que mais empresas licenciou até ao momento - pouco mais de mil e menos de 200 foram financiados. Os financiamentos realizados, acrescentou, fixaram-se, em média, nos 375 mil Kz. No entanto, do número projectado para cada província, apenas o Bié e o Namibe têm a totalidade dos balcões previstos a funcionar - nove e seis, respectivamente.

Olhando para os dados de 2014 constantes no relatório de balanço' verifica-se que os BUE já têm cobertura nacional e possuem um total de 2.232 funcionários.

Não estando a criar empresas e a conceder financiamentos, os 89 balcões em funcionamento limitam-se a prestar informações aos utentes e receber reclamações de antigos processos.

Propósitos do DUE são "correctos e oportunos" Questionado sobre o desempenho do BUE, quase três anos depois do arranque, o consultor empresarial

Galvão Branco começa por referir que os propósitos políticos e administrativos que presidiram à sua criação são "absolutamente" correctos e oportunos para induzir e dar maior celeridade aos procedimentos tendentes à maior formalização da economia nacional, por via da criação das micro, pequenas e médias empresas (MPME).

"O aparelho e sistema administrativo tradicional do País é muito burocrático, com muito pouca agilidade e eficácia operacional, e bastante permeável a traficâncias", considera.

Para Galvão Branco, o desiderato de descentralizar um conjunto de processos e procedimentos administrativos dos órgãos centrais do Estado para os municípios constitui uma atitude incentivadora ao empreendedorismo sustentado numa actividade legal, com o devido enquadramento fiscal.

Entretanto, afirma, o discurso político de promoção e incentivo à realização de acções empreendedoras e o ordenamento jurídico angolano que dá sustentação a esse propósito, não estão muitas vezes alinhados com as atitudes operacionais dos agentes encarregues da sua materialização.

"A nossa cultura institucional e a postura que preside às atitudes administrativas de muitos agentes públicos é no sentido de 'complicar a vida' dos cidadãos que pretendem dar sentido legal à sua actividade económica com todas as vantagens que daí decorrem para o País", realçou.

N a visão do consultor, Angola ainda não tomou a devida e necessária consciência de que a pouca dinâmica que se verifica no incentivo ao empreendedorismo e ao investimento tem muito que ver com a qualidade do ambiente de negócios que existe.

Considerou, no entanto, também "oportuno" o movimento a que se vem assistindo por parte de alguns cidadãos (jovens, mulheres) de criarem as suas associações empresariais, que poderão constituir-se em instrumentos eficazes de combate a essas práticas que condicionam o empreendedorismo, por via da célere constituição das MPME.

Por outro lado, defende que, se o factor crítico do sucesso desta iniciativa for conferir maior agilidade aos procedimentos tendentes à constituição, licenciamento e certificação das MPME, é "absolutamente" necessário dotar o sistema de competências tecnológicas que permitam obter resultados em tempo real, bem como pessoas suficientemente motivadas e treinadas no uso de

ferramentas informáticas devidamente suportadas por redes eficientes de comunicações.

Face à dimensão das necessidades de melhoria, disse não ser expectável atingir-se, em três anos de funcionamento do BUE, uma rede municipal capaz de assegurar a execução dos propósitos desta medida, que considerou ser "de grande alcance estratégico, para a plena formalização da economia nacional".

"Acredito que para os BUE cumprirem o pressuposto da proximidade, isto é, terem um posicionamento espacial ao nível dos municípios, os órgãos do poder local têm de ter um papel de coordenação e apoio mais incisivo e substancial, dotando as delegações provinciais da Justiça de mais competências e recursos que impactam positivamente na actividade dos balcões", frisa.

Galvão Branco sugere a adopção de mecanismos que possibilitem monitorizar o ciclo dos procedimentos necessários a concretizar, em tempo útil, a constituição de uma empresa e toda a panóplia de requisitos administrativos exigíveis para o seu funcionamento.

"Tem de ser assumido e amplamente divulgado qual o tempo necessário para a constituição de uma MPME, e quais as consequências e responsabilidades que ocorrem para a instituição pública se esse prazo não for cumprido. As administrações municipais têm de ser responsabilizadas pela fiscalização da plena e ágil execução do ciclo dos procedimentos exigíveis, numa lógica temporal", remata.

#### 4.15 Troço Maria Teresa-Dondo Recebe Trabalhos De Manutenção

*Jornal Manchete*

*22 De Maio de 2015*

*Texto: Moreira Mário*

Uma delegação do Ministério da Construção e do Instituto de Estradas de Angola (INEA) se deslocou nesta quarta-feira, 20, à província do Cuanza Norte, para constatar o grau de execução das obras em curso na Estrada Nacional 230, mais concretamente no troço Maria Teresa-Dondo.

Os trabalhos que tiveram arranque no passado mês de Abril, está a cargo da empresa M. Couto Alves (MCA) que vai desenvolver ao longo dos 62 quilómetros deste troço rodoviário (Maria Teresa/Zenze ItombelDondo), a reparação do seu tapete asfáltico, tendo em conta a sua degradação, numa iniciativa do INEA.

Os trabalhos consistem na colocação de novo asfalto, visando melhorar a circulação automóvel e atenuar as frequentes situações de acidentes. Segundo o engenheiro da empresa MCA, Teixeira dos Santos, "os trabalhos terão a duração de quatro meses e tudo que a sua empresa pretende é garantir um serviço de qualidade".

"Neste momento já executamos cerca de doze quilómetros", disse o responsável que falava aos jornalistas no final da visita. No entanto, enquanto decorrem com normalidade os trabalhos, automobilistas e passageiros que diariamente frequentam o troço Maria Teresa-Dondo mostraram-se satisfeitos à iniciativa. "Temos tido muitos obstáculos para transitar de Maria Teresa até ao Dondo tudo, devido aos buracos existentes ao longo da via", referiu o camionista Paulo António ouvido pela nossa reportagem.

Já o automobilista José Domingos procura saber quais são os moldes que estão a ser utilizados para a reabilitação da via. "Pelo que eu vejo são trabalhos paliativos que já devia merecer um tratamento mais aplicado substituindo o pavimento antigo por um novo, sobe pena de vir a danificar-se em pouco tempo".

O automobilista apontou um outro problema que tem estado a tirar o sono aos utentes da via, segundo ele, a ausência de pintura do separador. Diz que há três anos que a via foi reabilitada por uma empresa chinesa e a mesma não pintou o separador e, desde então, constituiu perigo às viaturas que circulam ali, sobretudo no período nocturno.

O chefe do Departamento de Manutenção e Conservação de Estradas, Anzancot de Meneses, esclarece que a recuperação do troço se enquadra num programa do INEA, visando reabilitar todas vias nacionais em estado de degradação.

Anzancot de Meneses garantiu que haverá uma intervenção definitiva, mas agora está a fazer apenas um trabalho paliativo, isto é, para atenuar os acidentes rodoviários. O mesmo revelou que o plano traçado foi executado há cerca de cinco anos e, por falta de manutenção, por isso maior parte do tapete encontra-se em degradação progressiva.

"Os trabalhos são de carácter provisório de maneira a permitir melhor circulação do trânsito automóvel, paralelamente a esses trabalhos, o INEA está a desenvolver um projecto para a reabilitação completa ao longo dos 62 quilómetros", proferiu o chefe do Departamento de Manutenção e Conservação de Estradas.



Segundo apurou o Manchete, um total de 20 máquinas entre espalhadoras, cilindros, pá-carregadoras, tractores capinadores e basculantes, foram mobilizados para a empreitada, que conta com a contribuição de 50 trabalhadores, na sua maioria jovens nacionais.

#### 4.16 Ministros aprovam lei do Investimento privado

*Jornal Semanário Económico*  
21 De Maio de 2015

O Conselho de Ministros aprovou na semana passada, durante a sua quarta sessão ordinária, a Proposta de Lei do Investimento Privado e tomou conhecimento do processo de regulamentação da referida Lei que vai à Assembleia Nacional.

O diploma vai permitir que o processo de decisão para o investimento privado no país seja mais ágil e o repatriamento de capitais, lucros e dividendos mais expedito, garantiu a imprensa, o ministro da economia Abrahão Gourgel.

Na base da afirmação do ministro da Economia está a apreciação favorável, na reunião do Conselho de Ministros, presidida pelo Presidente da República José Eduardo dos Santos, da Proposta de Revisão da Lei do Investimento Privado, que vai seguir à Assembleia Nacional.

O documento estabelece as bases gerais do investimento privado na República de Angola e define os princípios e o regime de acesso aos incentivos e outras facilidades a conceder pelo Estado a este tipo de investimento.

No âmbito da extensão das Zonas Económicas Especiais (ZEE), a 4ª sessão ordinária também aprovou o regulamento jurídico aplicável à Zona Económica Especial (ZEEZ). Trata-se de um documento que estabelece a sua regulamentação, criação e fornecimento, assim como as entidades públicas, privadas e mistas que exercem ou pretendam exercer actividades empresariais ou administrativas nas ZEE.

O que vai mudar na LIP

Antes o processo era genérico. Agora passa a ser regulado. Introduziu-se o estabelecimento de sectores prioritários, que são os do Turismo, das Telecomunicações e Tecnologias de Informação, Logística e Transportes, Energia e Águas, bem como o da Construção.

Nesses sectores, o investidor estrangeiro passa a ser obrigado a ter uma parceria nacional numa percentagem de 35 por cento.

O diploma procura dar maior relevância à actuação dos departamentos ministeriais de tutela da actividade em que se insere o investimento.

Antes todo o procedimento (de investimento) era concentrado num único órgão. A nova lei refere que os investimentos até dez milhões de dólares passam a ser aprovados pelos departamentos ministeriais. Os investimentos equivalentes acima de dez milhões de dólares serão encaminhados a titular do poder executivo.

Um investimento no sector da agricultura, por exemplo, deverá ser visto no Ministério da Agricultura e da Indústria, respectivamente.

A antiga lei exigia do investidor cerca de 1 milhão de dólares como valor mínimo para se investir no país. Este valor ficou reduzido a 500 mil dólares.

Quando à nova Lei do Investimento Privado for aprovada no parlamento, para a actual Agência Nacional para o Investimento Privado (ANIP) será reservado o acompanhamento e promoção da política interna do investimento.

AIA aplaude medida

O presidente da Associação Industrial de Angola (AIA) elogiou a iniciativa do Executivo ao considerar que a nova Lei de Investimento Privado, aprovada, apresenta-se mais estruturada e menos burocrática.

José Severino citou a África do Sul, Moçambique, Senegal, Uganda, Camarões e a República Democrática do Congo como alguns dos países que actualmente são os mais activos em termos de investimento estrangeiro.

41 mil postos de trabalho até 2017

Trinta e seis projectos de investimento privado, ao abrigo do programa de aceleração da diversificação da economia de Angola, deverão criar 41 mil postos de trabalho directo nos próximos três anos, chegou a afirmar o ministro da Economia.

Só uma empresa japonesa do sector têxtil, segundo o ministro angolano, tem em curso a recuperação e expansão de três fábricas em Angola, num investimento superior a mil milhões de dólares, considerado "acelerador" do processo de diversificação da economia.

O total dos investimentos privados que se inserem no programa de aceleração da diversificação da economia, com projectos privados já programados e outros novos, ascende a 22,7 mil milhões de dólares e envolve sete agrupamentos tidos como prioritários.

É o caso da agricultura, pescas, petróleo e gás, geologia e minas, turismo, transportes e energia e águas, sendo que "projectos nestas áreas serão tratados pelo governo como prioritários", salientou o ministro da Economia.

No processo de diversificação da economia, segundo os números transmitidos pelo ministro, o peso da agricultura no Produto Interno Bruto angolano cresceu, entre 2012 e 2014, de 7% para 12 %, enquanto o sector dos serviços passou de 22 % para 27%, no mesmo período.

A Assembleia Nacional aprova, por mandato do povo, nos termos das disposições combinadas do n.º 2 do artigo 165.º e da alínea d do n.º 2 do artigo 166.º, ambos da Constituição da República de Angola.

#### 4.17 OGE 2013. Relatório-parecer sem consenso na Assembleia Nacional

*Jornal Agora*

*29 De Maio de 2015*

o documento que faz referência ao Orçamento Geral do Estado (OGE/2013) foi aprovado com a maioria dos deputados do MPLA, enquanto a oposição exige esclarecimentos na despesa e o excedente orçamental do ano em análise.

Sem abstenção, o documento, apresentado numa sessão em que interveio o ministro das Finanças, Armando Manuel, está agora pronto para ir à Apreciação Final Global dos legisladores.

Ao apresentar o relatório, a relatora, Ruth Mendes, referiu que as comissões constaram ter havido, nesse período, um crescimento robusto de 10,9% do sector não-petrolífero.

Mesmo assim, revela o relatório, embora sector petrolífero tenha tido um crescimento negativo de -0.9%, foi possível alcançar uma taxa de crescimento global positiva de 6.8%, escreve a Angop.

Refere, igualmente, ser um indicador importante do peso crescente que o sector não petrolífero vem ganhando na economia nacional, fruto do processo de diversificação da economia em curso.

O relatório destaca o facto de o Balanço Orçamental ter registado um superavit de 84.622 milhões de Kwanzas, não obstante o desempenho da receita ter registado uma redução de 6% em relação ao previsto.

Menciona, em contrapartida, que não houve, nessa 3ª CGE, "observância plena dos procedimentos da Lei da Contratação Pública, por parte de algumas províncias e sectores".

Constataram-se ainda "discrepâncias entre os dados da CGE/2013 e os apresentados pelo Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial e pelos Governos Provinciais, principalmente no que respeita à execução do Programa de Investimentos Públicos (PIP)".

Segundo o relatório, faltou também "correspondência entre a execução financeira e a execução física de alguns projectos", daí a apresentação de 11 recomendações ao Executivo para a melhoria da execução da CGE dos próximos exercícios financeiros.

DADOS DISTORCIDOS. Entre os argumentos apresentados pelos representantes da UNI- TA e da CASA-C E (oposição) no debate de aprovação, para justificar o voto contra, consta o facto de não terem podido fiscalizar e avaliar a veracidade dos dados trazidos no texto.

A CGE-2013 teve parecer favorável do Tribunal de Contas, mas julgam haver falta de dados relativos a empresas estratégicas do Estado.

Apontaram uma suposta presença de "dados diferenciados" e "não consolidados", além de "obras orçamentadas e executadas", mas que não chegaram a ser conhecidas.

Por esses argumentos, a oposição sugeriu que se mandasse de volta a CGE ao Executivo, para correcções e uniformização de alguns desses supostos números.

O MPLA, em maioria nas comissões de especialidade, rebateu as críticas e considerou não ver fundamentos para mandar de volta o documento.

No entender do partido no poder, foram feitas recomendações pontuais que vão ajudar a melhorar as futuras CGE.

A CGE é o conjunto de demonstrações financeiras, documentos de natureza contabilística, orçamental e financeira, relatórios de desempenho da gestão, relatórios e pareceres de auditoria correspondentes aos

actos

de gestão orçamental, financeira, patrimonial e operacional e à guarda de bens e valores públicos.

Deve ser apresentada aos órgãos de controlo externo, a cada exercício financeiro nos prazos e condições previstos nas normas e legislação pertinentes.

A CGE compreende as contas de todos os Órgãos da Administração Central e Local do Estado e dos Serviços, Institutos Público e Fundos Autónomos, bem como da Segurança Social e Órgãos de Soberania.

MINISTRO REBATE. Para o titular das Finanças, Armando Manuel, "a CGE é o exercício mais elevado de consolidação das contas" e, por essa razão, os seus dados devem ser analisados com precisão. Respondendo aos deputados da oposição durante a sessão de aprovação do Relatório-Parecer Conjunto Final de duas Comissões Especializadas do Parlamento, é possível haver, nesse instrumento financeiro, "dados diferenciados" .

"Os dados diferenciados existem, a depender de que óptica estão a ser analisados referiu.

É necessário ter muita atenção quando se olha para os dados de natureza micro numérica e as posições consolidadas da CGE.

Para si, é "irrealista" a afirmação do deputado Lindo Bemardo Tito, da CASA-CE, segundo a qual existe na CGE 2013 um saldo negativo de 1000 milhões de kwanzas.

"Não há, na plenitude das duas peças, quer Relatório da Conta Geral do Estado, quer o Relatório-Parecer do Tribunal de Contas nenhuma referência a um saldo negativo de 1000 milhões de kwanzas, na sua plenitude absoluta da supressão numérica", venceu

Em relação aos dados da Conta Geral do Estado (CGE/2013), Armando Manuel explicou que houve uma evolução no acesso a procedimentos contabilísticos mais abrangentes.

Disse ter sido possível observar 106 milhões 709 e 364 de registos, reflectindo um crescimento na ordem de 80%.

Explicou que, em relação ao quadro macroeconómico de referência, no exercício em causa, o desempenho do crescimento do índice geral de preços (inflação acumulada anual) posicionou-se em 7.7%.

Afirmou ter havido uma desaceleração do sector petrolífero, com uma taxa negativa ordem de - 0.9 %,

contra um crescimento positivo de dois dígitos do sector não petrolífera.

## 4.18 Gestores públicos aprendem sobre o OGE

*Jornal de Angola*

*15 De Maio de 2015*

*Texto: Adelaide Muauumusi*

Gestores públicos da província do Cunene concluem hoje, em Ondjiva, um seminário sobre execução do Orçamento Geral do Estado, normas e procedimentos na inventariação geral dos bens do Estado, promovido pelo Instituto de Formação de Finanças Públicas.

Durante dois dias, os participantes receberam instruções sobre tópicos do orçamento público, sistema de gestão financeira do Estado, processamento de salários, programação financeira, sistema de gestão do património do Estado e contabilidade pública. O vice-governador para o sector económico, António Candeeiro, disse que o curso serve para capacitar e consolidar os conhecimentos e outros procedimentos metodológicos sobre a política pela qual se rege a gestão das finanças públicas, principalmente do OGE.

António Candeeiro acrescentou que o sistema económico mundial vive o impacto da baixa do preço do petróleo no mercado internacional e Angola, sendo um país produtor e com uma economia ainda dependente desta matéria-prima, sente os efeitos da crise. Os gestores públicos devem conhecer e dominar as matérias para garantir a máxima responsabilidade e melhor desempenho na gestão com racionalidade das receitas públicas. "Por enquanto foi feita a revisão orçamental do OGE e da programação macroeconómica para 20 15 e as atenções estão viradas para estimativas das receitas de petróleo para um preço médio de 40 dólares o barril, contra as previsões inicialmente projectadas", esclareceu.

## 4.19 A verdade dos números...

*Jornal Expansão*

*15 De Maio de 2015*

O preço dos combustíveis verificou, a partir do dia 1 de Maio, mais um aumento. De acordo com o comunicado enviado pelo Governo, o aumento baseou-se nos pressupostos da melhoria da qualidade

da despesa pública, do combate à pobreza e execução dos projectos inscritos no Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017. Infelizmente, embora as justificações económicas sejam coerentes, os números no Orçamento Geral do Estado (OGE) rectificativo para 2015 contam uma história diferente. Vejamos:

O combate à pobreza deve começar por corrigir os problemas dos mais desfavorecidos, especialmente mulheres, crianças e ex-militares e desmobilizados de guerra. Se, no caso das crianças, a solução de longo prazo passa sobretudo pela melhoria no sistema de educação, a solução de curto prazo passa por programas de integração, desenvolvimento e outros projectos específicos.

Surpreendentemente, os programas de promoção dos direitos da criança e da reintegração dos antigos combatentes e veteranos de guerra são brindados com valores irrisórios de 214 mil USD e 576 USD respectivamente. Quantos antigos combatentes serão reintegrados com 576 USD (63 Kz)? Para a província de Luanda, no apoio às famílias mais carentes, o Orçamento dispõe de 6,4 mil USD, ou seja, 701 mil Kz, e o apoio às questões do género e promoção da mulher, 3,4 mil USD, ou seja, 399 mil Kz (págs. 120, 145, 146 e 147 do Orçamento, por órgãos).

Na saga das surpresas não ficamos por aqui. O Orçamento do Estado antevê para os projectos de apoio do referido ministério o total de 12,3 milhões USD. Porém, um olhar mais atento permite observar que o valor destinado ao "apoio dos antigos combatentes" beneficia apenas de 654 USD. E o "apoio em situações de calamidades naturais" beneficia apenas de 407,8 mil USD (pág. 121 do Orçamento, por órgãos). Custa-me visualizar que tipo de reinserção se pode levar a cabo com estes valores e que apoios se podem efectuar com 407,8 mil USD.

Outra grande questão tem que ver com a habitação social, especialmente na província de Luanda, onde a situação é mais preocupante. O Orçamento prevê uma verba de 336,8 mil USD para a construção de 30 mil unidades habitacionais e cerca de 2,1 milhões USD para a construção de 29 mil habitações na área do Zango e Sapú. Estamos a falar de cerca de 2,4 milhões USD para cerca de 59 mil famílias. Ou seja, considerando um agregado familiar de cinco pessoas por família (Ministério do Planeamento, IBEP), estamos a falar de cerca de 295 mil pessoas. O que significa que o Orçamento destina 6,8 USD por cada indivíduo (pág. 265 do Orçamento, por órgãos).

A análise podia ser ampla, mas, por simplificação, fico por aqui.

Vamos aos paradoxos. Numa altura de crise, era de esperar que os servidores públicos dessem o primeiro exemplo, porque os exemplos falam mais alto do que as palavras.

Não querendo discutir a legitimidade das despesas, mas apenas a sua pertinência, questiono por que é que, numa altura de crise, o País, que se diz laico, vai gastar 1,8 milhões USD na construção do Santuário da Muxima (pág. do 265 Orçamento, por órgãos)? Ou seja, custará cerca de 75% das despesas com a construção de habitações sociais para 59 mil pessoas em Viana.

Mais, o Orçamento, numa altura de crise, prevê 5,4 milhões USD para a "manutenção e conservação do Memorial Agostinho Neto e 69 milhões USD para as obras do monumento do Cuito-Cuanavale. Mais uma vez, a questão, aqui, não é legitimidade, mas a pertinência desta despesa numa altura em que o Estado apresenta falta de liquidez para pagar a dívidas às empresas, por exemplo. Em conjunto, estas obras totalizam 74,5 milhões USD correspondentes a 2% do orçamento total com a educação (pág. 3 do Orçamento por órgãos e pág. 32 do Relatório de Fundamentação do OGE).

Surpresa das surpresas, o Orçamento prevê um valor de cerca de 645 mil USD para o Torneio Internacional Zé Dú em automobilismo e internacional de hóquei em patins. Ou seja, vai gastar-se com os torneios internacionais o dobro do que se vai gastar com a construção de 30 mil unidades habitacionais (págs. 127 e 265 do Orçamento, por órgãos).

E, quando muitos pensavam que 2015 seria difícil para todos, o Orçamento brinda os magistrados com 7 milhões USD para aquisição de viaturas e 1,4 milhões para a manutenção de residências de membros do Governo e magistrados. Afinal, estamos em crise, ou não?

Finalmente, o Orçamento apresenta um valor de 13,2 milhões USD para o palácio presidencial - 5,5 milhões USD para aquisição de equipamentos e 7,6 milhões USD para aquisição de mobiliário e decoração (pág. 264 do Orçamento, por órgãos). Num País onde 33,6% das pessoas vivem abaixo da linha nacional da pobreza e com uma das maiores taxas de mortalidade infantil do mundo, não me parece um Orçamento justo.

Um Orçamento assim não reflecte o clima de crise que o País está a viver, não é um orçamento alicerçado nos pressupostos da melhoria da qualidade da despesa pública e do combate à pobreza. É um Orçamento que desmoraliza e entristece.

## 4.20 Contas do Estado convencem deputados

*Jornal de Angola*

28 De Maio de 2015

Texto: Santos Pedro e Adelina Inácio

A Conta Geral do Estado do exercício económico de 2013 vai à votação final na próxima reunião plenária da Assembleia Nacional, depois da aprovação, ontem, na especialidade, dos relatórios-pareceres, com 21 votos favoráveis e seis contra.

O documento foi aprovado pelos deputados da primeira e quinta comissões especializadas da Assembleia Nacional. O ministro das Finanças, Armando Manuel, que apresentou a Conta Geral do Estado, afirmou que o sector social, com destaque para a Educação, Saúde, Habitação e serviços comunitários, teve um peso de 92 por cento.

Sobre alguns indicadores macroeconómicos de 2013, disse que o sector petrolífero teve uma desaceleração e a área não-petrolífero registou um crescimento positivo de dois dígitos.

Quanto às receitas correntes arrecadas, calculam-se em 4,7 mil milhões de kwanzas, correspondendo a um nível de execução de 97 por cento em relação à receita total arrecadada. A receita de capital a nível interno e externo posiciona-se em 1,4 mil milhões de kwanzas, correspondendo a uma execução de 84 por cento do total da receita prevista.

O debate na especialidade foi orientado pelo presidente da Comissão de Economia e Finanças da Assembleia Nacional, Manuel Nunes Júnior, num encontro que contou com a presença dos ministros da Economia, Abraão Gourgel, dos Assuntos Parlamentares, Rosa Micoló, e do Comércio, Rosa Pacavira. Os deputados aprovaram os relatórios-pareceres com recomendações ao Executivo sobre a Conta Geral do Estado. No documento, os deputados constataram que o Executivo tem tornado regular a apresentação da Conta Geral do Estado, o que facilita a solicitação antecipada do parecer do Tribunal de Contas pela Assembleia Nacional. Os deputados verificaram que as receitas não-petrolíferas conhecem um crescimento sistemático, tendo em 2013 representado 42 por cento das receitas totais do país. Foi recomendada ao Executivo a criação de mecanismos para melhorar o desempenho das despesas, com um maior rigor na disciplina da execução da Conta Geral do Estado. Os deputados recomendaram ao Executivo a contínua aposta ao sector social.

Recomendaram rigor no acompanhamento da arrecadação de receitas e a qualidade da despesa nas 18 províncias para o equilíbrio na gestão do erário público.

O parecer aprovado pelos deputados "está bem elaborado", segundo o deputado do MPLA João Pinto. Pediu a aprovação do relatório "porque o objectivo é melhorar a Conta Geral do Estado".

A deputada Sofia Mussonguela, da UNITA, explicou que a execução do OGE obedece aos princípios da transparência e boa governação.

Sugeriu mais visitas de trabalho aos órgãos locais da administração pública. Lindo Bernardo Tito, deputado da CASA-CE, reconheceu que o parecer emitido pelo Tribunal de Contas à Conta Geral do Estado facilita as análises das contas gerais do Estado.

## 4.21 Excelentes do petróleo caem em 'Saco Azul'

*Jornal Terra Amgolana*

1 De Maio de 2015

O Fundo Monetário Internacional (FMI), num relatório recentemente publicado nos Estados Unidos da América, revelou que as autoridades angolanas foram as mais conservadoras no que diz respeito ao novo preço de referência do petróleo para efeitos de cálculo do Orçamento do Estado.

O documento denominado Regional Economic Outlook, que avalia o crescimento da África Subsaariana, sublinha que a previsão de 41 dólares para o preço do barril de petróleo de referência durante este ano é a mais baixa entre todos os produtores africanos, nomeadamente a Nigéria, o maior produtor da região.

O relatório afirma que o preço de referência estimado pelos analistas do FMI é de 58 dólares, bem acima dos 41 dólares que o Governo estima ser o valor médio para o barril de petróleo durante este ano, e ainda abaixo dos 51 dólares que a Nigéria inscreveu no seu Orçamento rectificativo.

Embora a avaliação seja positiva, mas não se sabe o destino do diferencial destas previsões feitas pelo Fundo. O Orçamento rectificativo aprovado pelo Parlamento Angolano, prevê um valor global entre receitas e despesas, num valor de 5.2 triliões de kwanzas contra os 7.2 do orçamento anterior para 2015.

A visão estratégica do Executivo que se resumiu na redução da despesa nas infra-estruturas em nada mudou os efeitos ou impacto da descida do preço do petróleo na vida pública do país. O documento divulgado pela instituição liderada por Christine Lagarde prevê que a África subsariana cresça 4,5%, desacelerando face aos 5% do ano passado e que o nosso país cresça 4,5% este ano e 3,9% em 2016.

Esta avaliação aponta para um baixo crescimento das economias da região África subsariana, em relação aos últimos anos, reflectindo principalmente o forte declínio dos preços do petróleo e de outras matérias-primas", lê-se logo no início do relatório, que tem o subtítulo 'Navegando contra o vento', e no qual se oferece uma panorâmica de como os países africanos, nomeadamente os oito maiores produtores de petróleo, estão a adoptar as suas políticas económicas à quebra da receita fiscal.

"Juntamente com preços do petróleo mais baixos no Orçamento, os países introduziram planos para reduzir a despesa, principalmente no investimento público, e aumentar a receita não petrolífera", explica o relatório.

Relativamente ao país, o documento destaca que "Angola está a prever um aumento de 9,5% do produto Interno Bruto (PIB) na balança prunana não petrolífera, principalmente através de cortes na despesa em bens e serviços, nos subsídios aos combustíveis, e no investimento público, que representa uma parte significativa do ajustamento orçamental", para este ano.

A excessiva dependência destes países relativamente a uma só matéria-prima, influencia determinantemente todo o panorama económico, refere o documento alertando ainda para a necessidade de se criarem programas exequíveis para a diversificação da economia.

"Os países exportadores do petróleo são os menos integrados nas cadeias globais de valor em termos de valor acrescentado às suas exportações", lê-se no documento, que pormenoriza, sem dar valores, que "com excepção dos Camarões e do Congo, esta percentagem tem até diminuído, incluindo nos casos de Angola e Nigéria, sugerindo que a diversificação do comércio para além dos recursos naturais tem estagnado, ou até mesmo andado para trás, nos últimos 20 anos, nestes países".

O relatório do FMI apresenta um conjunto de indicadores e previsões sobre Angola, não detalhando as razões que sustentam as estimativas, mas ainda assim fica claro que a inflação deverá aumentar neste

e no próximo ano, passando de 7,3% em 2014 para 8,4% este ano e 8,5% no ano seguinte.

## 4.22 Autoridades cortam gastos em divisas

*Jornal De Angola*  
11 De Maio de 2015

O Executivo vai limitar as despesas em divisas, devido ao dos preços baixos do petróleo no mercado internacional diminuir as receitas do Estado, afirmou o governador do Banco Nacional de Angola (BNA).

José Pedro de Morai declarou no encerramento do I Fórum Nacional de Investimento em Dívida Pública, realizado em Luanda, que a escassez cambial se deve ao declínio nas receitas de exportação e que as autoridades vão "racionar o uso dos dólares até que as receitas de exportação voltem aos carris".

Morais disse que 70 por cento dos gastos são suportados por receitas petrolíferas e que "o dólar tornou-se mais difícil de adquirir por os preços do petróleo terem recuado até 43 por cento desde Junho". Morais reconheceu a depreciação do kwanza.

O pacote legislativo aprovado em 2012 e que exigia às empresas petrolíferas a fazerem pagamentos aos fornecedores e de salários em moeda nacional, contribuiu ainda mais para reduzir a oferta de dólares em alguns domínios da economia.

A inflação de Março atingiu 7,87 por cento e para o governador do BNA deve permanecer entre 7,00 e 9,00 por cento este ano. O país tem reservas internacionais para até seis meses de importações, disse.

Até Fevereiro deste ano, as reservas internacionais eram estimadas em 26,2 mil milhões de dólares, segundo dados no site do B A. José Pedro de Morais lembrou que Angola aumentou os preços dos combustíveis em 1 de Maio, pela terceira vez, quase os duplicando desde Setembro, para cortar o défice orçamental.

"Poucas pessoas no país de 24 milhões beneficiaram da gasolina barata", afirmou. Com a subida do preço da gasolina de 90 para 115 kwanzas, o Estado abandonou as subvenções aquele combustível, mas mantém as ajudas de 21,06 por cento ao gásóleo, que passou de 60 para 75 kwanzas.

O Ministério das Finanças enquadra o ajustamento dos preços dos combustíveis à estratégia da melhoria da qualidade da despesa pública, com o Executivo a

poder assegurar a sustentabilidade da política fiscal e o financiamento das acções sociais do Plano nacional de Desenvolvimento 2013-2017.

## 4.23 Formação em Planeamento Estratégico

*Jornal de Angola*

*19 De Maio de 2015*

*Texto: Mazarino Da Cunha*

Um curso sobre Planeamento, Desenvolvimento Territorial e Investimento Público está a ser ministrado, desde ontem, em Luanda, a membros do Executivo e a governadores provinciais.

O curso é promovido pelo Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial, em colaboração com o Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS) e a Escola Nacional da Administração e enquadra-se no Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 e no Plano Nacional de Formação de Quadros 2014-2020.

A acção de formação compreende seis edições com a duração de 232 horas divididas em 14 módulos e tem por objectivo dotar os quadros de vários órgãos nacionais e provinciais de conhecimentos específicos que os habilitem a melhorar os processos de elaboração, execução e controlo dos projectos inseridos nos Programas de Investimentos Públicos. O ministro do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial, Job Graça, destacou, na abertura do curso, a importância do Planeamento Estratégico na boa governação.

Job Graça recordou que a China, Coreia do Sul e Japão foram países que após a Segunda Guerra Mundial adoptaram o Planeamento Estratégico para acelerar a capacitação intensiva de capital humano e a industrialização nacional. Com este ciclo de formação, sublinhou o ministro, "pretende-se maximizar os resultados da utilização dos escassos recursos nacionais com vista a activar a diversificação da economia e a promoção do crescimento do país".

## 4.24 Menos Verbas no Orçamento

*Jornal de Angola*

*8 De Maio de 2015*

A verba aprovada para a Huíla ficou situada em 56.551 milhões e kwanzas depois da revisão orçamental realizada em Março, contra os 83.526

milhões da previsão inicial, informou o governador provincial.

Marcelino Tyipinge, que falava na abertura da I Reunião Ordinária do Conselho Provincial de auscultação e Concertação Social, disse que "a redução significativa das disponibilidades orçamentais" faz que alguns projectos importantes sejam adiados.

O governador provincial lembrou que a baixa do preço do petróleo no mercado internacional provocou a redução das receitas orçamentais e limita as despesas este ano, mas prometeu que são executadas no próximo ano se a conjuntura financeira evoluir de maneira favorável a obtenção de receitas públicas.

Marcelino Tyipinge realçou que o Executivo e os seus parceiros do sector empresarial apostam na diversificação da economia, abarcando sectores-chave como agricultura, indústria e minas, o que reduz a dependência do sector dos petróleos e a volatilidade da economia nacional a choques externos.

O governador informou que, na província da Huíla, estão em curso investimentos para expandir a produção a vários sectores. O encontro discutiu o relatório do quarto trimestre de 2014, o plano Director Provincial de Turismo da Huíla e o programa de recolha de resíduos sólidos na cidade do Lubango.

## 4.25 Mais investimentos entram na província

*Jornal de Angola*

*1 De Junho de 2015*

O Plano de Desenvolvimento da Província do Cuando Cubango, que cobre o período de 2013 a 2017, estabelece vários incentivos que visam atrair maior fluxo de investimento privado em todo o país, disse a directora do Gabinete de Estudos e Planeamento do Governo Provincial do Cuando Cubango.

Bernadeth Dalva, que falava no final de uma reunião entre representantes do Governo Provincial, empresários e responsáveis de instituições bancárias, mencionou como exemplo o Pólo Industrial de Menongue (PIM), que, ainda em construção, já começou a receber várias propostas de investimentos. Ao mesmo tempo, disse, o Governo Provincial concede e paços aos empresários interessados em investir na indústria da região. A responsável declarou que o Plano de Desenvolvimento da Província contempla uma série de acções no sector industrial,

agro-industrial, agro-alimentar, turístico, entre outros, que podem absorver o investimento privado.

Bernadeth Dalva defendeu maior interacção entre a banca, os empresários e o governo, no sentido de tomarem os investimentos mais sólidos na província do Cuando Cubango e nas demais regiões do país. O delegado das Finanças da província do Cuando Cubango disse ser importante haver uma aproximação mais acentuada entre o Governo Provincial, empresários e a banca e que isso pode acelerar o processo de diversificação da economia em curso no país.

Adriano Neto lembrou que alguns empresários têm conhecimento das políticas aduaneiras e fiscais que vigoram no país, mas outros carecem de esclarecimentos mais profundos para melhor desempenharem as suas tarefas. Nos últimos anos, a região do Cuando Cubango tem registado crescimento acentuado, com investimentos públicos que permitiram a construção de infra-estruturas.

#### 4.26 Angola pode voltar a ser grande produtor de café

*Jornal O País*

*15 De Maio de 2015*

Angola está em condições de voltar a ser um grande produtor de café, considerou o director-geral da Organização Inter-Africana do Café (OIAC), Frederick Kawuama, que efectuou a passada semana uma visita de três dias ao país.

Frederick Kawuama, afirmou haver uma grande possibilidade de revitalização 'da cafeicultura em Angola, por ter sido um dos maiores produtores de café antes da independência. Citado pela agência noticiosa Angop, Kawuama salientou que o país tem a experiência necessária para o efeito e, por ser longa, está em condições de voltar a ser uma grande potência no sector. Para o responsável da OIAC, a revitalização do sector criará emprego nas áreas rurais e um ambiente que visa apoiar as mulheres e a juventude, contribuindo para a diversificação da economia angolana.

Para isso, a organização que reúne os produtores africanos, está em contacto com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), no sentido de apoiar os pequenos camponeses. Tal medida constitui-se como o principal objectivo da OIAC, que pretende reunir esforços de apoio em cada país membro, possibilitando aumentar a produção e a concorrência.

Agricultura familiar reponderá

O director - geral da OIAC visitou Angola num momento em que o país preside à Organização Inter-Africana do Café, condição que assumiu em Novembro de 2014, na capital do Uganda, Campala, no decurso da 54ª Assembleia Geral Anual deste fórum, que congrega os países produtores de café do continente. A sua estadia em Angola teve como objectivo analisar questões relativas à 55ª Assembleia-Geral da OIAC, que se realizará em Novembro em Luanda.

Entre as campanhas de 1990/91 e 2014/15 a produção de Angola oscilou entre um mínimo de 13 mil sacas de 60 quilogramas na de 2009/2010 e 85 mil na de 1998/1999, sendo que na mais recente, 2014/2015, a produção indicada nos dados estatísticos da Organização Internacional de Café é de 35 mil sacas.

Ainda na última semana o ministro da Agricultura, Afonso Pedro Canga, revelou que produção de café comercial no país situa-se em 15 mil toneladas 1 ano, sendo assegurada por, pelo menos, 50 mil produtores, dos quais 98 % praticam a agricultura familiar. O ministro da Agricultura assegurou ainda que a produção interna do café está num momento de recuperação e com perspectiva de crescimento, tendo em conta os investimentos em curso, principalmente, no sector privado. Antes da independência de Portugal, em 1975, Angola era um dos principais produtores mundiais com 4 milhões de sacas ou 240 mil toneladas mas a guerra civil que se registou entre a independência e 2002 destruiu na quase totalidade as plantações de café. Os maiores produtores mundiais de café na campanha de 2014/2015 foram por ordem decrescente o Brasil, com 45,3 milhões de sacas, Vietname com 27,5 milhões e Colômbia com 12,5 milhões de sacas de 60 quilogramas.

#### 4.27 TAAG com prejuízo de USD 14 milhões nas rotas domésticas

*Jornal O País*

*15 De Maio de 2015*

*Texto: Hermenegildo Tchípilica*

A transportadora nacional, TAAG teve em 2014 prejuízos líquidos nas rotas interprovinciais da ordem dos USD 14 milhões, tendo a rentabilidade das rotas domésticas sido negativa, revelou o ministro dos Transportes, Augusto da Silva Tomás.

O ministro, que falava, na última sexta-feira, na Assembleia de Trabalhadores da companhia, destinada a esclarecer a situação contratual entre a TAAG e a Emirates, referiu que quanto mais se voa



para as províncias maior é o prejuízo, adiantando que, dos 12 destinos domésticos servidos pelo serviço regular da TAAG (Cabinda, Soro, Saurimo, Malange, Luena, Catumbela, Kuito, Huambo, Lubango, Menongue, Namibe e Ondjiva), apenas quatro [Cabinda, Catumbela, Huambo e Namibe] apresentam margem positiva. 'Importa notar que entre as rotas com margem positiva apenas Cabinda apresenta valores de rentabilidade significativos, sendo as rentabilidades nas rotas de Catumbela, Huambo e Namibe apenas marginalmente positivas'. 'Todas as outras rotas geram perdas para a companhia não produzindo receitas capazes de cobrir os custos associáveis à operação e comercialização de voos', sublinhou, indicando que 'esta situação é particularmente marcada em destinos que apresentam «load factors» reduzidos (como é caso do Kuito) ou que se encontrem a grande distância de Luanda (como é o caso de Ondjiva) '.

O ministro dos Transportes adiantou igualmente que os prejuízos verificados nas rotas interprovinciais derivam do facto de estes serviços exigirem a realização de várias descolagens e aterragens consecutivas, 'o que agrava de forma substancial os consumos de «jet fuel» face às operações directas. Uma vez que existe um número elevado de frequências interprovinciais por semana, o prejuízo agregado inerente é muito elevado".

Para o governante existem três problemas estruturais que contribuem de forma decisiva para a situação do sector doméstico, nomeadamente a desadequação da frota ao perfil de tráfego, particularmente nas rotas interprovinciais (sendo as aeronaves operadas demasiado grandes para a procura registada), os sobrecustos do contexto (nomeadamente o preço do «jet fuel»), que dificultam a rentabilização das rotas e, finalmente, a adopção de uma lógica de serviço público na operação doméstica, garantido um número de frequências mínimo por províncias e tarifas acessíveis, ainda que de forma comercialmente inviável.

#### Redução da capacidade em 15

Em relação à performance de 2015; Augusto da Silva Tomás indicou que, nos primeiros quatro meses deste ano, e em comparação com o período homólogo de 2014, observou-se uma redução de 1/5 na capacidade oferecida e igual redução na procura dos passageiros. A nível da capacidade, registou-se, neste período, uma redução em cerca de 21 %, passando a oferta de 376 mil para 296 mil lugares. Esta redução deve-se, em larga medida, à descontinuação das aeronaves Boeing 737-200, equipamentos que contavam já com mais de 30 anos de serviço', afirmou.

No que se refere à procura, o ministro dos Transportes, enfatizou que se assistiu a uma redução do tráfego da mesma magnitude, com uma queda também na ordem dos 21 %, passando o número de passageiros transportados de 248 mil para 195 mil.

'Em síntese, a performance do sector doméstico continuou, em 2014, a ser negativa com a grande maioria das rotas e a não gerar receitas para pagar os custos de produção, esta situação é recorrente há vários anos, não sendo evidente uma abordagem que reverta esta situação no modelo actual', avançou.

Ainda segundo Augusto Tomás, nos últimos vinte anos a TAAG não teve lucros e os resultados do início do ano de 2015 denotam algum agravamento da situação. De facto, comparando os primeiros meses deste ano com o período homólogo de 2014 observa-se um duplo efeito de redução da oferta (fruto do «phase-out» da rota clássica Boeing 737 - 200) e da redução da procura em cerca de um quinto.

#### Esclarecimentos da parceria TAAG/Emirates

O ministro dos Transportes esclareceu os trabalhadores da companhia presentes no Centro de Conferências de Belas que o contrato entre a TAAG e a Emirates é fundamental para a sobrevivência da TAAG e para que a transportadora nacional continue a garantir empregos.

Adiantou que a parceria assenta em 8 eixos fundamentais, com ênfase para o crescimento, dotando a transportadora aérea angolana de uma gestão profissional de nível internacional' libertando-a de problemas de eficácia e eficiência que vêm persistindo há longos anos, permitindo aumentar a oferta de destinos para os passageiros angolanos, melhorar substancialmente o serviço que a TAAG presta aos seus passageiros, assim como elevar os padrões de operacionalidade e segurança e sanear financeiramente a TAAG, aplicando rigor em todos os processos de controlo e reduzindo os custos operacionais, através de economias de escala que resultem da aquisição de produtos e serviços na rede do Grupo Emirates.

O ministro classificou o acordo firmado com a transportadora árabe como um contrato de gestão e tranquilizou os trabalhadores sobre a manutenção dos postos de trabalho que, na sua óptica, 'não estão em causa'. 'Trata-se apenas de um contrato de gestão, não pondo em causa os postos de trabalho. Apostar na competência para que a TAAG possa competir com outras empresas de renome internacional. Queremos fazer a combinação da reforma para

rentabilizar a companhia e o ponto mais fraco está na componente humana', referiu.

Acrescentou que o contrato tem um prazo de vigência de 10 anos e entra em vigor uma vez satisfeitas determinadas condições, entre as quais a aprovação pelo titular do Poder Executivo, a elaboração do «due diligence», a indicação e nomeação dos membros do Conselho de Administração e aprovação do plano de negócios.

Desdramatizou informações relativas à privatização das Escalas Provinciais adiantando que a TAAG é 100% angolana, constituindo urna peça fundamental na estratégia de internacionalização de Angola. 'A TAAG não pode ser uma companhia africana. Tem que ser uma companhia de referência mundial e por isso é que fomos buscar os melhores do mundo', disse, apontando que 'a TAAG é solicitada em vários países como Bangui (RCA), Congo Brazzaville, RDC, Camarões, etc., mas a TAAG não tem capacidade de resposta'.

## 4.28 Angola investe em meios de fiscalização

*Jornal de Angola*

*19 De Maio de 2015*

*Texto: Eduardo Pedroa*

O Executivo está a realizar investimentos de vulto no domínio da fiscalização, visando a abertura o comércio transfronteiriço, anunciou a ministra das Pescas, quando visitava alguns empreendimentos no município de Porto Amboim, no Cuanza Sul.

Ao falar aos inspectores do serviço nacional de fiscalização pesqueira e da aquicultura (SNFPA), Victória de Barros Neto afirmou que, "atendendo ao desenvolvimento da região da África Austral, sobretudo na abertura do comércio transfronteiriço, o Executivo tem investido paulatinamente no sector de fiscalização com a aquisição de equipamentos e tecnologia de última geração".

Na província do Cuanza Sul (Porto Amboim), foi construído do centro regional equipado com sistema de monitorização contínua via satélite, que permite a identificação e o controlo das embarcações de pesca nas águas marítimas.

Victória de Barros Neto garantiu que o Ministério das Pescas efectua, nos próximos dias, a entrega de uma embarcação de fiscalização pesqueira denominada "Rei Ekuikui II", com o objectivo de salvaguardar e sustentar uma pesca responsável e um combate eficaz

à pesca ilegal. A ministra defende a formação contínua dos fiscais para elevar a sua capacidade de intervenção e garantir a eficiência do trabalho de fiscalização ao longo da zona marítima.

Durante a visita da ministra das Pescas, o governador do Cuanza Sul, Eusébio de Brito Teixeira, apelou a empreiteira a quem foi adjudicada a obra de construção da fábrica de embarcações pesqueiras para cumprir os prazos acordados, com 'vista a dar início à produção de equipamentos de apoio à pesca.

Em Porto Amboim existe ainda uma antiga estrutura que vai ser reabilitada e melhorada, bem como vai ser efectuada a construção de outras estruturas de apoio à fábrica, cuja execução deve durar seis meses. As obras da unidade fabril, com capacidade para produzir dez embarcações de fibras por mês, está orçada em 150 mil dólares (mais de 15 milhões de kwanzas), adiantou o responsável da empresa "Pinto Conto", António Carlos Luciano.

O governador, que falava à imprensa no final da visita e do lançamento da primeira pedra do futuro empreendimento, realçou que a construção de embarcações de fibra vai permitir o aumento de capturas de pescado do sector. Uma bomba de combustível, com capacidade para abastecer 20 embarcações de pesca artesanal por dia, foi inaugurada sexta-feira, no município da Baía Farta, província de Benguela.

A província do Cuanza Sul registou em 2014 14 níveis de captura avaliados em 17,5 mil toneladas de pescados diversos através da pesca industrial, semi-industrial e artesanal, o que representou um aumento de 1.488 toneladas em relação ao ano anterior. Em todo o país, a produção pesqueira atingiu 396 mil toneladas, um volume acima das metas preconizadas para o ano em análise (6,3 por cento). O Ministério das Pescas atribuiu este sucesso à existência de 253 embarcações, devidamente licenciadas e o envolvimento de 108 empresas nacionais.

A produção de peixe seco atingiu cerca de 15 mil toneladas, 41 por cento da meta para 2014.

## 4.29 Concluída 1ª fase do maior porto de Cabinda em 2018

*Jornal Semanário Económico*

*21 De Maio de 2015*

*Texto: Hélder Caculo*

A primeira fase de construção do Porto de Caio, em Cabinda, avaliada em 600 milhões de dólares, tem a conclusão prevista para o primeiro trimestre de 2018.

A revelação é do presidente do conselho de administração do Porto, Brian Fuggle, em conversa com o "Semanário Económico".

Com vista a dinamizar e redefinir as noções convencionais de comércio no país e fomentar a economia nacional, incentivando a importação e exportação de produtos diversos, em 2002, foi concebido o projecto de construção do Porto de Caio, infra-estrutura de grande porte, situada a nove quilómetros do norte da Cidade de Cabinda, na localidade de Caio. Espera-se que a infra-estrutura venha a gerar, aproximadamente, mil postos de trabalho a curto prazo, e outros 1500 novos postos de trabalho, a longo prazo .

Segundo o responsável, em Outubro deste ano, vão ser escolhidas as empreiteiras que estarão encarregues da construção do Porto e, em Janeiro de 2016, começa parte da construção.

"Estou há 30 anos no sector portuário, e, em todos os projectos em que trabalhei, o Porto de Caio é o de maior dimensão. O porto vai possibilitar maior desenvolvimento na região, criar empregos e fomentar o comércio no país", sublinha.

Segundo dados da empresa concessionária que é responsável pelo planeamento, construção e exploração do porto, a primeira fase envolve ainda a construção de um cais com 775 metros de comprimento. A primeira fase do projecto vai incluir a construção da infra-estrutura portuária, uma instalação enorme de cerca de 100 hectares, com uma estrutura marítima e instalações do terminal, bem como unidades de armazenamento industrial e escritórios administrativos e logísticos. As duas fases subsequentes serão implementadas gradualmente.

"Os portos nunca estão concluídos a cem por cento, na medida em que as comunidades vão crescendo, o Porto vai-se expandindo. É um dos projectos mais importante que a província de Cabinda está a desenvolver", frisa Brian Fuggle.

#### Fases de construção

De acordo com o Layout do projecto, a construção do porto envolverá três fases, tendo sido levados em conta factores que visam garantir que a construção seja implementada de uma forma sustentável e com um impacto mínimo para as comunidades locais e o meio ambiente.

"O layout do Porto de Caio foi detalhado num estudo de viabilidade que incorporou factores-chave, tais como as condições predominantes das ondas, os requisitos de dragagem, infra-estrutura da indústria de

petróleo e condições de navegação de alguns dos maiores navios do mundo", lê-se.

A primeira fase do projecto inclui ainda a construção da infra-estrutura portuária, numa instalação enorme de cerca de 100 hectares, com uma estrutura marítima e instalações do terminal, bem como unidades de armazenamento industrial e escritórios administrativos e logísticos. As duas fases subsequentes serão implementadas, gradualmente.

#### Principais benefícios

Segundo informações, a construção do Porto de Caio será conduzida de acordo com os planos definidos pelo Executivo para construir e melhorar a infra-estrutura existente na região e, desta forma, contribuir para o crescimento contínuo e para a diversificação da base económica de Cabinda.

Espera-se que, com a conclusão da primeira fase em 2018, seja possível reduzir o custo logístico da cadeia de abastecimento a nível da despesa e de tempos de trânsito, o que vai incentivar as empresas a se desenvolverem, gerando crescimento regional, emprego e prosperidade.

Outros benefícios que o Porto do Caio poderá trazer é a exportação de diversos produtos nacionais, como o petróleo e o gás, o fomento das oportunidades comerciais dentro de Angola, assim como o reforço de iniciativas de crescimento económico em Cabinda, como por exemplo, o Parque Industrial de Futila.

#### O Porto de Caio

A expectativa em relação ao Porto de Caio é grande. A estrutura poderá ser considerada uma "porta" de entrada para o comércio em África. Conta com uma instalação portuária de classe mundial e está integrado no novo programa de infra-estrutura do Governo de Angola.

O projecto do Porto de Caio surgiu de uma parceria público-privada com a empresa Caio-porto SA. Uma vez concluído, o Porto de Caio, juntamente com outros portos existentes em Angola, vai redefinir as noções convencionais de comércio com Angola.

O novo projecto está directamente alinhado com os planos do Executivo para a reconstrução e melhoria da infra-estrutura nacional, e de servir como catalisador da cooperação regional e internacional, através da implementação de programas de transporte marítimo, ferroviário, rodoviário e portuário. Espera-se que a abertura do Porto de Caio gere receitas significativas para a região e sirva como factor-chave de desenvolvimento económico.

#### Porquê Cabinda?

O Semanário Económico sabe que um dos principais objectivos que nortearam a criação do Porto de Caio é que o mesmo sirva de "porta" de entrada para uma oportunidade económica global, criando conexão entre Angola e o mundo. Cabinda é, também, estrategicamente importante como centro regional, com a capacidade de servir os países vizinhos, como o Congo e a República Democrática do Congo. Um documento elaborado pela direcção do Porto explica que, pelo facto de a província de Cabinda estar numa posição única para acolher a mais nova adição à infra-estrutura portuária de Angola, vai conseguir reduzir o congestionamento de outros portos em Angola e da região. Segundo o documento, o litoral do enclave de Cabinda possui cinco locais que foram considerados para o desenvolvimento de um porto.

O sítio de Caio foi recomendado e escolhido ao se levar em conta custos e construtibilidade, operacionalidade, aspectos náuticos, impactos ambientais e sociais, além de vários outros critérios.

#### 4.30 Angola recebeu mais investimentos directos

*Jornal De Angola*

*25 De Maio de 2015*

*Texto: Domingos Cadência*

Angola foi o segundo maior destinatário africano de Investimento Directo Estrangeiro (IDE) em 2014, com 16 mil milhões de dólares (1,7 triliões de kwanzas), um pouco abaixo do Egipto que recebeu 18 mil milhões de dólares, noticiou, este final de semana, o "Financial Times".

Esta posição representa uma melhoria de dois lugares em relação ao período anterior, quando o país se tomou no quarto maior destino de investimento estrangeiro directo em África, de acordo com um estudo da consultora Ernst & Young sobre a atractividade empresarial.

O estudo da Ernst & Young atribuía esta performance aos investimentos em curso ao nível das infra-estruturas, nomeadamente em portos e aeroportos, bem como à criação do fundo de investimento soberano e ao anunciado lançamento da Bolsa em Luanda.

No ranking de 2013, o Investimento Directo Estrangeiro (IDE) foi liderado pela África do Sul, seguida pela Nigéria e Quênia, três países que concentraram 40 por cento do total de investimento em mais de 50 Estados africanos. Quanto a Angola, representava 6,9 por cento do investimento estrangeiro.

O ranking do Investimento Directo Estrangeiro referente a 2014 é liderado pelo Egipto, com 18 mil milhões de dólares, seguido de Angola com 16 mil milhões de dólares. Nos lugares seguintes estão a Nigéria, com 11 mil milhões de dólares, Moçambique, com nove mil milhões de dólares, e Marrocos com cinco mil milhões de dólares.

Em 2014, de acordo com o jornal britânico, que cita o FDI Intelligence, África foi a região do mundo que mais cresceu em termos de Investimento Directo Estrangeiro, tendo aumentado o número de projectos em seis por cento e as verbas em 65 por cento, para 87 mil milhões de dólares (cerca de 9,0 triliões de kwanzas), o que compara com o crescimento mundial de apenas um por cento.

Segundo os dados, o crescimento do Investimento Directo Estrangeiro foi equilibrado entre as duas metades do continente, com os investimentos de capital no Norte de África a mais que duplicarem, de 10 para 26 mil milhões de dólares, enquanto a África Subsaariana viu os seus níveis de investimento subirem de 42 para 61 mil milhões de dólares.

A canalização do Investimento Directo Estrangeiro tende a ser orientada pelo mercado, conclui o estudo citado pelo "Financial Times", que nota que as economias que registaram um forte crescimento no ano passado também receberam um aumento de Investimento Directo Estrangeiro em volume.

O continente africano cresceu cinco por cento no ano passado, estando 1,5 pontos acima do crescimento da economia mundial, e para este ano quer o Fundo Monetário Internacional quer o Banco Mundial alertaram para um abrandamento do crescimento, para entre quatro e 4,5 por cento, devido aos efeitos da descida dos preços do petróleo e ao impacto da epidemia do ébola, mas para o próximo ano já é esperada uma recuperação para os cinco por cento.

No primeiro trimestre, a Agência Nacional do Investimento Privado (ANIP) recebeu 37 propostas de investimento no país, avaliados em cerca de mil milhões de dólares (cerca de 11 mil milhões de kwanzas).

A nova Lei de Investimento Privado, já aprovada pela Assembleia Nacional, toma o processo de repatriamento de capitais, lucros e dividendos das empresas internacionais que operam no país mais expedito. A nova regulamentação reduz o excesso de burocracia no investimento em Angola, tomando o "processo decisório mais ágil", de acordo com o Governo angolano. Investimentos privados até um montante de 10 milhões de dólares passam a ser

aprovados além de instruídos e preparados - pelos departamentos ministeriais do respectivo sector, sendo os de capital superior tramitados directamente pelo Presidente da República. "Retirar o excesso de intervenientes no processo de decisores do investimento" é o objectivo do Executivo.

A revisão da legislação coloca o turismo, as telecomunicações e tecnologias de informação, logística e transportes, energia e águas e a construção como sectores prioritários, em que os investidores estrangeiros estão obrigados a ter uma parceria nacional, equivalente a uma percentagem mínima de 35 por cento do capital.

### 4.31 Assembleia Nacional aprova Conta Geral do Estado de 2013

*Semanário Económico*

*28 De Maio de 2015*

*Texto: Marta Cabinda*

Os deputados a Assembleia Nacional (AN) apreciaram e aprovaram ontem, quarta-feira 27, o Relatório Parecer Conjunto Final sobre a Conta Geral do Estado (CGE) referente ao exercício económico de 2013. Com esse exercício, o país regista pela terceira vez, a apreciação e aprovação de uma CGE, depois das contas de 2011 e 2012.

O documento, apresentado está agora pronto para ir à Apreciação Final Global no hemiciclo.

Ao apresentar o relatório, a relatora Ruth Mendes referiu que as comissões constaram ter havido' nesse período, um crescimento robusto de 10,9 por cento do sector não petrolífero.

Segundo o relatório, embora o sector petrolífero tenha tido um crescimento negativo de - 0.9 por cento, foi possível alcançar uma taxa de crescimento global positiva de 6.8 por cento.

Referiu ser um indicador importante do peso crescente que o sector não petrolífero vem ganhando na economia angolana, fruto do processo de diversificação da economia, em curso.

O relatório destaca o facto de Balanço Orçamental ter registado um super avito de 84 milhões de Kwanzas, não obstante o desempenho da receita ter registado uma redução de seis por cento em relação ao previsto.

O texto refere 'ainda que não houve, nessa terceira CGE, "observância plena dos procedimentos da Lei da Contratação Pública, por parte de algumas províncias e sectores" .

Os deputados constataram ainda "discrepâncias entre os dados da CGE/13 e os apresentados pelo Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial e pelos Governos Provinciais, principalmente no que respeita à execução do Programa de Investimentos Públicos (PIP)".

Segundo o relatório, faltou também "correspondência entre a execução financeira e a execução física de alguns projectos", daí a apresentação de 11 recomendações ao Executivo para a melhoria da execução da CGE dos próximos exercícios financeiros.

Oposição aponta falta de dados

Ana Edith de Viegas de Abreu, nasceu na província de Benguela. É licenciada em direito. De 1983 a 2006 desempenhou várias funções no aparelho do Estado. Foi consultora jurídica da ENSA Seguros (1983-1990), administradora da ENSA (1992-2002). Também foi directora do gabinete do ministro das Pescas (1976-1979) e directora do gabinete do vice-ministro da Indústria (1980-1981)

Entre os vários argumentos apresentados pelos representantes da UNITA e CASA-CE (oposição) no debate de aprovação, para justificar o voto contra, consta o facto de não terem podido fiscalizar e aferir a veracidade dos dados trazidos no texto.

A CGE 2013 teve parecer favorável do Tribunal de Contas, mas ainda assim julgam haver falta de dados relativos a empresas estratégicas do Estado.

Apontaram uma suposta presença de "dados diferenciados" e "não consolidados", além de "obras orçamentadas e executadas", mas que não chegaram a ser conhecidas.

Por esses argumentos, a oposição sugeriu que se mandasse de volta a Conta Geral do Estado ao Executivo, para correcções e uniformização de alguns números.

O MPLA, em maioria nas comissões de especialidade, rebateu as críticas e considerou não ver fundamentos para mandar de volta o documento.

No entender do MPLA, foram feitas recomendações pontuais que vão ajudar a melhorar as futuro.

## 5. GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

### 5.1 Municípios de Luanda Recebem Orçamento de Forma Antónimo

*Jornal Manchete*

*15 De Maio de 2015*

*Texto: Albino Sampaio*

O governo da província de Luanda, alocou para reparação das principais vias da capital, setenta e nove milhões de kwanzas, à empresa construtora Mota-Engil, Graciano Domingos, assinou pela parte do governo enquanto que, da empresa Mota-Engil, assinou o Presidente do Conselho de Administração da construtora, Paulo Pinheiro.

De acordo com o governador de Luanda, Graciano Domingos, o referido convénio de adjudicação e reparação de estradas, passeios, lancis e sinais de trânsito, vão permitir oferecer melhores condições as vias da capital do país. Acrescenta que desta forma, permitira melhor circulação rodoviária e das outras questões de interesse do cidadão no casco urbano.

Informou ainda o governante que objecto da empreitada, tem a ver com a reparação de buracos, dos passeios e lancis, reposição da sinalização vertical danificada ou em falta, do pavimento com betuminoso, colocação de tampas em falta nas caixas colectoras de saneamento, pintura de lancis e execução da sinalização horizontal. Graciano Domingos esclareceu que montante total, orçada em 78.973.865,75 milhões dólares reconvertido em kwanzas, ronda por 860. 049.000. 000 Biliões, assim sendo, a empreitada terão como prazo limite de execução de seis meses, cujo início previsto esta quarta-feira, 13, e o seu término para o dia 09 de Novembro do ano em curso, garantiu. No entanto, para se concretizar o programa foram escolhidas 6 ruas como prioritárias, das quais a rua comandante arguelles, Josina Machel, 17 de Setembro, coqueiros, Frederico Engels, major kanhangulo, largo do ambiente, eixo viário, avenidas Ngola Kiluanje, Lenine, Joaquim Kapango, Brasil, Valódia e por ultimo a rua de Portugal. Graciano Domingos, informou que "acabamos de assinar um contrato de empreitada com a mota Engil que tem como objectivo execução, da primeira fase, destas obras nas vias da cidade de Luanda e por seu turno proceder a esse contrato por delegação do presidente da republica, José

Eduardo dos santos, em representação do estado angolano" disse.

Considerou o governador de Luanda que o respectivo convénio oferece melhores garantias de compromisso eficaz e certo ao chefe do estado angolano, José Eduardo dos santos. Informou ainda que o ministério das finanças se encontra nesta altura a transferir recursos financeiros aos municípios para que, enquanto se espera pelas obras de profundidade, possam efectuar alguns trabalhos paliativos como tapar buracos e reparar algumas vias, com vista a se assegurar a transitabilidade. Graciano Domingos salientou também que Luanda, é uma cidade que requer uma intervenção profunda e justificando, porque não pode ser feito tudo no mesmo tempo, face a especificidade de problemas que a capital do país enfrenta. "entendemos começar ainda pelo centro da cidade e depois e que poderemos estender estes serviços a posteriormente para os outras municípios e os seus distritos", referiu.

### 5.2 Defendida participação de todos na gestão

*Jornal de Angola*

*26 De Maio de 2015*

*Texto: Domingos Mucuta*

Uma maior colaboração dos municípios no processo de definição de estratégias de desenvolvimento sustentável do município-sede da província, foi defendida, no Lubango, pelo vice-governador da Huíla para o Sector Técnico e Infra-estruturas, no seminário sobre fundamentos e enquadramentos jurídico-legal de planeamento municipal.

Nuno Mahapi pediu maior colaboração da população, com ideias construtivas, para ajudarem as autoridades do Lubango na execução de projectos e programas que visam o bem-estar da comunidade. O vice-governador da Huíla para o Sector Técnico e Infra-estruturas ressaltou que o plano estratégico é uma ferramenta importante para a planificação do desenvolvimento socioeconómico a curto, médio e longo prazos, por isso deve contar com "a participação de todas as camadas sociais, para melhor abrangência da abordagem".

Nuno Mahapi explicou que a cidade do Lubango completa 92 anos no próximo dia 31 de Maio e regista um crescimento acentuado em termos demográficos. O vice-governador disse que os recursos financeiros destinados a execução de projecto, colocam a cidade do Cristo Rei em desvantagem em relação a outros municípios, por isso "é imprescindíveis a elaboração do plano

estratégico, para definição de áreas prioritárias, com vista a reconquista da sua posição",

Atestado das cidades deve ser encarada de forma transversal, disse, no seminário, o director nacional da Administração Local do Estado, Belisário dos Santos, que se manifestou também apologista da participação dos cidadãos na planificação estratégica. "Não existem planos estratégicos uniformes para todas as cidades ou municípios, devido as características demográficas, geofísicas, históricas e antropológicas, que fazem a planificação de cada região ser diferenciada".

Belisário dos Santos defendeu uma actuação estruturada, integrada e inclusiva entre todos os sectores, departamentos, ministeriais e acidadas, para uma reflexão sobre a construção das cidades, e um programa de sensibilização da população sobre o modo de viver cidadão com o apoio do Banco Mundial.

### 5.3 Encontro nacional este ano

*Jornal De Angola*  
16 De Maio de 2015

O Ministério da Administração do Território prevê realizar este ano o 3º encontro nacional das autoridades tradicionais, para recolher contribuições sobre a real situação do poder costumeiro em Angola.

De acordo com o Ministério da

" Administração do Território, o encontro vai procurar caracterizar as diferentes autoridades tradicionais e a sua inserção nas respectivas comunidades e administrações locais.

Os subsídios atribuídos às autoridades tradicionais e o modo como são pagos em algumas localidades preocupa o Executivo, daí a intervenção do MAT pretende que os Govenos Provinciais procedam à abertura de contas bancárias para todos os beneficiários.

Os participantes podem propor uma legislação das autoridades tradicionais para melhor delimitar a sua actuação e rever a política de continuidade nos marcos do enquadramento jurídico e níveis de governação .

A manutenção da actual modalidade de pagamento de subsídios e a questão à volta da utilização do uniforme comum para todas as autoridades tradicionais devem merecer, igualmente, uma reflexão no encontro. Dados provisórios revelam a existência de 8.306 autoridades tradicionais no país.

### 5.4 Lei da Comissão de Morad-ores em análise

*Jornal De Angola*  
21 De Maio de 2015  
Texto: Marcelo Manuel

A aprovação da Lei de Comissão de Moradores pode influenciar positivamente na melhoria da organização e gestão das comunidades locais, fundamentalmente no que toca à identificação dos seus principais problemas, como os ligados à construção ilegal, fornecimento de água potável e saneamento do meio, disse o director do Gabinete Jurídico do Governo Provincial do Cuanza Norte, Edson Sapiñgala.

A aprovação da lei pode igualmente contribuir para o controlo e redução da delinquência na comunidade, bem como identificar situações ligadas a calamidades naturais, prosseguiu Edson Sapiñgala, no encontro de discussão pública da proposta de lei sobre organização e funcionamento das comissões de moradores

Um dos grandes objectivos da criação e aprovação da lei da comissão de moradores é a resolução de problemas comuns comunitários e territoriais, onde os responsáveis de cada comissão, através das suas atribuições, podem fazer chegar as preocupações da população às entidades competentes, com maior celeridade, evitando alguns trâmites burocráticos, explicou Edson Sapiñgala, que acrescentou: "a nova lei pode influenciar a inserção de cada indivíduo na sua zona de residência, de forma que ele se sinta membro integrantes do seu bairro, criando o espírito de solidariedade e cooperação para a defesa dos interesses comuns de todos os moradores."

O director do Gabinete Jurídico do Governo Provincial do Cuanza Norte disse que a proposta de lei define como comissão de moradores toda a pessoa colectiva pública, resultante da união voluntária e organizada de pessoas residentes num determinado quarteirão, rua, bairro, aldeia ou povoação. Em relação às atribuições e competências das comissões de moradores, o director do Gabinete Jurídico do Governo Provincial do Cuanza Norte destacou a identificação dos moradores de cada comunidade, quer sejam nacionais ou estrangeiros, e a realização do seu registo às autoridades administrativas, limpeza e manutenção de espaços verdes e ruas, controlo de construção ilegal e ocupação de prédios rústicos. O director do Gabinete Jurídico do Governo Provincial do Cuanza Norte salientou a responsabilidade das comissões de moradores no controlo da imigração ilegal.

## 5.5 Ministros aprovam lei do Investimento privado

*Jornal Semanário Económico*  
21 De Maio de 2015

O Conselho de Ministros aprovou na semana passada, durante a sua quarta sessão ordinária, a Proposta de Lei do Investimento Privado e tomou conhecimento do processo de regulamentação da referida Lei que vai a Assembleia Nacional.

O diploma vai permitir que o processo de decisão para o investimento privado no país seja mais ágil e o repatriamento de capitais, lucros e dividendo mais expedito, garantiu a imprensa, o ministro da economia Abrahão Gourgel.

Na base da afirmação do ministro da Economia está a apreciação favorável, na reunião do Conselho de Ministros, presidida pelo Presidente da República José Eduardo dos Santos, da Proposta de Revisão da Lei do Investimento Privado, que vai seguir à Assembleia Nacional.

O documento estabelece as bases gerais do investimento privado na República de Angola e define os princípios e o regime de acesso aos incentivos e outras facilidades a conceder pelo Estado a este tipo de investimento.

No âmbito da extensão das Zonas Económicas Especiais (ZEE), a 4a sessão ordinária também aprovou o regulamento jurídico aplicável as Zona Económica Especial (ZEEZ). Trata-se de um documento que estabelece a sua regulamentação, criação e fornecimento, assim como as entidades públicas, privadas e mistas que exercem ou pretendam exercer actividades empresariais ou administrativas nas ZEE.

O que vai mudar na LLP

Antes o processo era genérico. Agora passa a ser regulado. Introduziu-se o estabelecimento de sectores prioritários, que são os do Turismo, das Telecomunicações e Tecnologias de Informação, Logística e Transportes, Energia e Águas, bem como o da Construção.

Nesses sectores, o investidor estrangeiro passa a ser obrigado a ter uma parceria nacional numa percentagem de 35 por cento.

O diploma procura dar maior relevância a actuação dos departamentos ministeriais de tutela da actividade em que se insere o investimento.

Antes todo o procedimento (de investimento) era concentrado num único órgão. A nova lei refere que os investimentos até dez milhões de dólares passam a ser aprovados pelos departamentos ministeriais. Os investimentos equivalentes acima de dez milhões de dólares serão encaminhados a titular do poder executivo.

Um investimento no sector da agricultura, por exemplo, deverá ser visto no Ministério da Agricultura e da Indústria, respectivamente.

A antiga lei exigia do investidor cerca de 1 milhão de dólares como valor mínimo para se investir no país. Este valor ficou reduzido a 500 mil dólares.

Quando à nova Lei do Investimento Privado for aprovada no parlamento, para a actual Agência Nacional para o Investimento Privado (ANIP) será reservado o acompanhamento e promoção da política interna do investimento.

AIA aplaude medida

O presidente da Associação Industrial de Angola (AIA) elogiou a iniciativa do Executivo ao considerar que a nova Lei de Investimento Privado, aprovada, apresenta-se mais estruturada e menos burocrática.

José Severino citou a África do Sul, Moçambique, Senegal, Uganda, Camarões e a República Democrática do Congo como alguns dos países que actualmente são os mais activos em termos de investimento estrangeiro.

41 mil postos de trabalho até 2017

Trinta e seis projectos de investimento privado, ao abrigo do programa de aceleração da diversificação da economia de Angola, deverão criar 41 mil postos de trabalho directo nos próximos três anos, chegou a afirmar o ministro da Economia.

Só uma empresa japonesa do sector têxtil, segundo o ministro angolano, tem em curso a recuperação e expansão de três fábricas em Angola, num investimento superior a mil milhões de dólares, considerado "acelerador" do processo de diversificação da economia.

O total dos investimentos privados que se inserem no programa de aceleração da diversificação da economia, com projectos privados já programados e outros novos, ascende a 22,7 mil milhões de dólares e envolve sete agrupamentos tidos como prioritários.



É o caso da agricultura, pescas, petróleo e gás, geologia e minas, turismo, transportes e energia e águas, sendo que "projectos nestas áreas serão tratados pelo governo como prioritários", salientou o ministro da Economia.

No processo de diversificação da economia, segundo os números transmitidos pelo ministro, o peso da agricultura no Produto Interno Bruto angolano cresceu, entre 2012 e 2014, de 7% para 12 %, enquanto o sector dos serviços passou de 22 % para 27%, no mesmo período.

A Assembleia Nacional aprova, por mandato do povo, nos termos das disposições combinadas do n.º 2 do artigo 165.º e da alínea d do n.º 2 do artigo 166.º, ambos da Constituição da República de Angola.

## 5.6 Luanada. 'Makas' da cidade apresenta em concertação social

*Jornal Agora*

*22 De Maio de 2015*

*Texto: Júlio Gomes*

A distribuição de energia eléctrica em Luanda piorou nos últimos dias. Até ontem, quinta-feira, só para referir, os moradores do bairro Futungo II estavam às escuras. De água canalizada não se ouve falar há anos, ou seja, desde 2012, por altura das eleições que o precioso líquido deixou de jorrar nas torneiras.

O Futungo II pertence à Administração do Distrito da Samba que, de um modo geral, também se debate com as 'makas' do lixo, do saneamento básico, dos buracos nas estradas secundárias e terciárias, da delinquência, entre outros problemas.

Estas inquietações do distrito da Samba repetem-se na Ingombota, no Rangel, no Sambizanga, no Kilamba Kixi e na Maianga.

"Foram apresentados mais problemas já conhecidos do que soluções. O que queremos são soluções", as palavras são do presidente da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda (CACL), depois de mais de uma dezena de intervenções dos participantes à primeira sessão do Conselho Municipal de Auscultação e Concertação Social, decorrida na Escola Nacional de Administração do Estado (ENAD), sob lema "Todos Juntos é Possível".

O que José Tavares e pares querem é a participação dos cidadãos na solução dos cruciais problemas existentes que enfermam a cidade capital nos nossos dias, desde a obstrução das valas de drenagem, aos

arreliantes engarrafamentos que interferem, directamente, na produção e na produtividade das empresas, ou ainda, ao consumo exagerado de álcool no seio dos jovens.

E, falando do consumo de drogas, o empresário Arménio Selvagem, residente na Samba, levantou a questão dos escombros da antiga fábrica de sabão 'Congeral', que têm sido utilizados como palco para o consumo de estupefacientes. A Polícia está ao corrente da situação, mas pouco ou nada faz para travar a acção dos delinquentes.

"A Polícia vai para o local, dispara para o ar, afugenta os malfeitores e, se apanha alguns, à volta e meia são soltos", referiu Selvagem, manifestando a sua indignação pela degradação do 'modus vivendi' no bairro.

Selvagem disse, igualmente, que boa parte dos moradores veio do interior do país e, como não estavam habituados à convivência urbana, atiram os resíduos sólidos na vala de drenagem, mesmo havendo contentores ao lado: uma vala de escoamento das águas pluviais e residuais que, no entender do empresário, deviam ser tratadas antes de serem atiradas ao mar.

Para o soba da Maianga, Monteiro Kipungo, o que mais apoquentas os munícipes é a irregularidade no fornecimento de energia eléctrica. Neste particular, a coordenadora do Programa de Desenvolvimento de Educação Energética, do Ministério da Energia e Águas (MINEA), Neusa Cumbe, aproveitou a ocasião para reiterar os conselhos de poupança deste bem público entre os consumidores.

O programa, também baptizado 'por 'Vida, Energia & Eu', é uma iniciativa do MINEA, em colaboração com a Empresa Nacional de Produção (PRODEL), a de Transporte de Electricidade (RNT) e a de Distribuição de Electricidade (ENDE).

Os munícipes dizem que, mesmo com o surgimento destas empresas, a questão da iluminação domiciliar e pública piorou. Insistem que, em Luanda, se verifica uma constante 'dança de cadeiras' dos administradores, são concebidos projectos de benefício social, mas depois as coisas falham na hora da implementação. "Aqui, fala-se muito, mas o que se faz é quase nada", completa um morador do Cazenga, interpelado pelo Agora no final do Conselho Municipal de Auscultação e Concertação Social.

Como fez entender a organização do Conselho, em muitos casos, a 'maka' não está na produção ou na distribuição, mas no consumo, havendo a necessidade de se avançar com um amplo programa

de educação, para que todos sejamos "energeticamente responsáveis" lá onde estivermos, acabando, por exemplo, com as 'puxadas' anárquicas e os 'gatinhos' que acabam por beneficiar de energia eléctrica de borla.

TODOS AO ATAQUE. O raciocínio de que devemos todos participar está inserido na gama de conselhos úteis do MINEA, para os quais foram seleccionados nove itens, com destaque para a necessidade do uso de lâmpadas fluorescentes, em detrimento das incandescentes de elevado consumo de electricidade.

'Vida, Energia e Eu' são regras básicas que, se observadas, podem representar também uma redução substancial na factura a pagar por este bem público.

O presidente da CACL, José Tavares, admite que o envolvimento dos cidadãos seja uma das saídas para os grandes problemas da maior cidade do país. A quotização do cidadão é, igualmente, importante para pôr a funcionar as comissões de moradores.

Aliás, comenta-se que pode haver melhorias, por exemplo, na recolha e no tratamento do lixo, já que esta tarefa acaba de ser responsabilizada aos municípios, ocorrendo o mesmo com a questão da reparação das vias secundárias e terciárias que antes estavam sob alçada do Ministério da Construção.

Sobre as estradas, José Tavares anunciou que as verbas já estão disponibilizadas, e a operação de resselagem inicia no próximo mês de Junho.

Em contrapartida, houve quem 'resmungasse', sugerindo que, como o 'tapa-buracos' "é paliativo, deve ser encontrada uma solução definitiva para as vias alternativas da capital", que, mesmo sendo 'apertadas', podem contribuir, em certa medida, para desanuviar o congestionamento de viaturas a que, diariamente, se assiste na urbe.

A cidade de Luanda foi erguida para um universo de pouco mais de 500 mil habitantes e é neste casco urbano onde estão em construção novos edifícios. "Se continuar assim com o mesmo nível de novas construções, é mais certo de que daqui há 20 anos a mobilidade urbana será ainda mais caótica", defendeu um velho habitante da 'Kianda' a este jornal.

Tendo ou não razão, a verdade é que há alguns anos, o arquitecto urbanista António Ndinguanza havia referido, em declarações ao Agora, que Luanda já não suporta mais e, por isso, a solução seria avançar para a projecção de uma nova cidade a Sul ou a Norte e abandonar esta para a história.

PRIORIDADES E GANHOS. Mas, o presidente da CACL defende que a cidade se encontra num ponto decisivo do seu desenvolvimento económico e social.

De acordo com José Tavares, "com uma população superior a dois milhões de pessoas e uma área de 113 quilómetros quadrados, a cidade enfrenta múltiplos desafios, desde a necessidade de regeneração de vastas áreas de assentamentos informais, vulgo rnuusseques".

E a prioridade, avança, consiste na recuperação e na expansão das redes técnicas de água, energia, saneamento, valas de drenagem e dos equipamentos.

O responsável insiste na urgência em conectar as diferentes áreas urbanas existentes e em progressão, através de sistemas de transportes na modalidade intermodal, a emergência da definição de uma estrutura verde urbana que se pretende de características contíguas à localização das diferentes funções urbanas, sejam elas habitacionais, comerciais, turísticas ou empresariais.

No âmbito do Plano Municipal de Desenvolvimento 2015-2017, pensa-se em reduzir a miséria e as desigualdades sociais. "Luanda só se poderá dizer desenvolvida, se todos, ou pelo menos a imensa maioria dos seus habitantes, viverem sem grandes privações", observou o número um da CACL.

Por outro lado, entre as acções realizadas no ano passado, o destaque vai para a arrecadação de mais de 400 mil milhões de Kwanzas resultantes da cobrança de taxas, licenças e multas, que foram transferidos para a Conta Única do Tesouro.

No quadro dos investimentos públicos, avançou-se com um arrojado programa de construção de 192 salas de aulas, dotando, assim, o município com uma capacidade de 434 salas, contra 242 de 2013, o que garante a inserção de mais de 6.720 alunos no sistema de ensino.

O presidente da CACL referiu que, graças à qualidade das infra-estruturas e do ensino, foi possível atingir-se um grau de aproveitamento superior a 85 por cento, no universo de 131.104 alunos matriculados, tendo sido, no mesmo período, alfabetizados 97 mil 592 adultos, um aumento de 50 por cento em relação a 2013.

Um dos aspectos inovadores implementados, disse José Tavares, no sector da Educação, tem a ver com a introdução de salas de aula para a classe de iniciação, bem como do ensino de línguas nacionais (numa primeira fase, Kimbundu) e a criação de laboratórios e salas de informática nas escolas erguidas de raiz.

"Somos pioneiros nestas iniciativas que continuarão a ser desenvolvidas".

SAÚDE E OUTRAS ACÇÕES. Tavares apontou, ao mesmo tempo, os esforços encetados na melhoria do funcionamento das unidades de prestação sanitária existentes e a criação de novas infra-estruturas. A esse respeito, já funciona um hospital geral especializado e outro municipal, bem como quatro centros de saúde especificados, doze centros de referência, dez centros e seis postos de saúde.

Pelo menos 11 centros de saúde foram reabilitados e apetrechados, três dos quais nos distritos da Samba e da Maianga, enquanto os do Sambizanga e do Kilamba Kiayi foram ampliados.

Na longa exposição das acções levadas a cabo pela CACL no domínio da Saúde, José Tavares falou, igualmente, da prevenção e do combate à cólera, envolvendo a sensibilização de 71.143 famílias, pouco mais de 500 mil pessoas, a abertura do bloco operatório e da sala de estomatologia, do hospital municipal do Sambizanga, a realização da campanha de fumigação em todas as artérias da cidade de Luanda, com o objectivo de combater os ninhos de mosquito que provoca a malária.

Não obstante esta acção, há munícipes a reclamarem que "os fumigadores nunca foram vistos nas suas zonas de residência".

"Vivo na Estalagem, e ali o paludismo continua a matar muitas crianças. Se existem campanhas de fumigação, estas devem ser abrangentes e constantes", disse MC ao Agora.

## 5.7 Redução do preço do petróleo reduz apetite dos investidores

*Jornal Semanário Económico*

*21 De Maio de 2015*

*Texto: Mário Monteiro*

A queda do preço do barril de petróleo provocou uma redução significativa dos investimentos nesta indústria, revela um estudo da Rystad Energy, um centro de Estudos baseado na Noruega. Ao todo a retracção dos investidores cujos efeitos poderá estender-se até 2020 deverá atingir um total de 100 biliões de dólares.

A Rystad Energy diz também que em resultado o efeito da contenção dos investidores na exploração o impacto no aumento de produção mundial será igualmente significativo. A Rystad Energy arrolou

para este estudo campos com reservas calculadas em pelo menos 50 milhões de barris.

Angola faz parte de um total de dezassete países, segundo o qual, os investimentos até 2020, deverão cair em pelo menos 50 por cento. O estudo avançado pela Rystad Energy sugere que a queda do preço do petróleo poderá resultar na "suspensão" de Investimentos estimados em 3.1 biliões de dólares.

A Rystad Energy sugere que a contenção actualmente em curso não deverá mudar até que pelo menos a Arábia Saudita se sinta segura na sua estratégia de travar a subida do preço do cru de e com isso "tirar do caminho" operadores do "fracking" que não só prosperaram com o preço alto, como ameaçaram a influência da OPEP no controlo do mercado. Segundo a Rystad, partindo do princípio de que a queda do preço do barril não afecta a sua economia como afecta a de terceiros, pois tem custos de produção muito baixos, a Arábia Saudita tem fôlego para prolongar o jogo por mais algum tempo.

## 5.8 Luanda recupera redes públicas e jardins

*Jornal De Angola*

*21 De Maio de 2015*

*Texto: Amilda Tibéria e Arcângela Rodrigues*

O melhoramento das zonas suburbanas, que inclui a recuperação e expansão das redes de água, energia, saneamento básico, e a estruturação dos espaços verdes nas zonas urbanas consta do Plano Municipal de Desenvolvimento para o triénio 2015-2017, foi apresentado, ontem, em Luanda, pelo presidente da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda.

José Tavares anunciou o plano durante o primeiro encontro do Conselho Municipal de Auscultação e Concertação Social da Cidade de Luanda e informou que o plano ajuda a melhorar as condições de vida dos munícipes. No ano passado foram arrecadados 415,127 mil milhões de kwanzas com a cobrança das taxas de licenças e multas, que foram transferidos para a Conta Única do Tesouro, informou José Tavares, que revelou que no âmbito do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza, o valor disponível no Orçamento Geral do Estado em 2014 para a cidade de Luanda foi de 2,918 mil milhões de kwanzas para projectos de cuidados primários de saúde, construção de infra-estruturas sociais, mobilização social e merenda escolar.

O presidente da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda informou ter sido criado recentemente, por orientação do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, um programa de impacto imediato, tendo o município de Luanda beneficiado de 1,6 mil milhões de kwanzas, para a reabilitação da rede de iluminação pública, aquisição de 30 camiões cisternas, pulverização intra e extra domiciliar e distribuição de 25 mil mosquiteiros às populações.

O director do Gabinete de Estudos e Planeamento da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, Pedro Correia, informou que o Programa de Investimento Público para o Município de Luanda recebeu do Orçamento Geral do Estado para este ano 8,3 mil milhões de kwanzas, montante considerado insuficiente para as necessidades. Para a campanha de vacinação anti-rábica foram disponibilizados 88,6 milhões de kwanzas e para o combate à malária foram alocados 81,5 milhões de kwanzas.

## 5.9 Parlamento debate Lei Geral de Electricidade

*Jornal De Angola*

*21 De Maio de 2015*

*Texto: Adelina Inácio*

A Assembleia Nacional aprecia hoje, na generalidade, a Proposta de lei de Alteração à lei Geral de Electricidade. A proposta visa garantir maior participação do sector privado na produção, distribuição e comercialização de energia eléctrica e introduz o aproveitamento das energias renováveis.

As alterações reflectem a importância dada pelo legislador à atracção de capital privado nesse segmento, estabelecendo que a produção de energia pode ser exercida quer por empresa pública quer por empresa privada. A proposta define a forma de atribuição das concessões.

Outro aspecto importante é o facto de o Estado assumir a electrificação das zonas rurais do país com a criação de um Fundo Nacional de Electrificação Rural, que se insere no projecto de electrificação rural de Angola.

A taxa de electrificação do país deve, até 2025, duplicar, passando dos actuais 30 por cento para 60 por cento. Para isso é preciso promover a electrificação no meio rural e o fundo de electricidade rural

é um instrumentos vital para esse crescimento, refere o relatório de fundamentação.

Estas propostas vêm no seguimento do programa de transformação do sector eléctrico, uma das medidas inseridas no âmbito da política de segurança energética nacional que criou as novas empresas do sector eléctrico, a Rede Nacional de Transporte (RNT, EP), a Empresa de Produção de Electricidade (PRODEL, EP) e a Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade (ENDE, EP), que tiveram os conselhos de administração aprovados no início do mês de Fevereiro.

As alterações vêm aumentar as oportunidades no sector das energias renováveis, motivando não só projectos de iniciativa privada para produção de electricidade, mas também projectos de electrificação rural. O Executivo aprovou o projecto de expansão a todas as províncias da modalidade de pré-pagamento das tarifas de energia eléctrica.

O documento recebeu "luz verde" na última reunião conjunta da Comissão Económica e da Comissão para a Economia Real do Conselho de Ministros, orientada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos. A aprovação da estratégia de expansão dessa modalidade de pagamento das tarifas de energia eléctrica viabiliza a instalação de contadores pré-pagos de electricidade em todas as províncias para aumentar as receitas da empresa de prestação deste serviço.

Projectos em análise

Os deputados analisam também, na generalidade, o Projecto de Lei Orgânica do Sistema de Informação e Gestão dos Processos Eleitorais e o Projecto de Resolução que aprova o Plano das Tarefas Essenciais para a preparação e realização das Eleições Gerais e Autárquicas.

Com o documento de iniciativa legislativa do grupo parlamentar do MPLA pretende-se que os processos eleitorais obedeam aos princípios da co-responsabilização institucional entre a Assembleia Nacional e o Executivo, atendendo aos recursos humanos e financeiros e à oportunidade política.

O Plano das Tarefas Essenciais para preparação e realização das eleições gerais e autárquicas, de acordo com o documento a que o Jornal de Angola teve acesso, visa sistematizar o calendário eleitoral de modo a preparar as condições técnicas e logísticas para a realização da actualização do registo eleitoral oficioso, em todo país, durante os anos de 2015, 2016 e 2017. Prevê ainda a promoção da discussão e aprovação da legislação sobre a Administração Local do Estado e sobre as Comissões de Moradores, adopção da legislação de suporte à realização das Eleições Gerais, a promoção da realização do

processo de delimitação territorial, definindo correctamente os limites territoriais de cada circunscrição autárquica e outros elementos necessários.

#### Outros diplomas

O grupo Parlamentar do MPLA preparou na terça-feira a agenda dos debates que prevê também a análise do Projecto de Lei de Autorização Legislativa que autoriza o Titular do Poder Executivo a legislar sobre a Alteração do Regulamento do Imposto Consumo e da Pauta Aduaneira dos Direitos de Importação e Exportação, a Resolução que aprova, para Adesão da República de Angola, à Comissão Internacional da Bacia do Congo, Oubangui e Sangha e o Tratado sobre o Comércio de Armas, bem como a proposta de Lei que autoriza o Banco Nacional de Angola a emitir e pôr em circulação moedas metálicas de 50 e 100 kwanzas.

O Executivo solicita à Assembleia Nacional autorização legislativa para proceder à alteração das Taxas do Regulamento do Imposto de Consumo com propósito de tributar os produtos petrolíferos e seus derivados, tributar o consumo de bens de luxo e introduzir maior justiça e equidade em sede destes impostos.

O Projecto de Resolução que aprova para Adesão de Angola ao Trato sobre o Comércio de Armas, cria os padrões internacionais comuns para a regulação do Comércio Internacional de Armas e Munições convencionais. Amanhã, os deputados voltam a reunir para debater o Salário Mínimo Nacional, proposto pela CASA-CE. A deputada Guilhermina Prata disse que o grupo parlamentar do MPLA tratou de todos os diplomas legais que vão ser analisados na sessão de hoje.

Quanto ao debate mensal, a também presidente da Comissão dos Assuntos Constitucionais e Jurídicos da Assembleia Nacional considerou o tema importante, mas sublinhou que já existe uma legislação em relação ao salário mínimo nacional e o último ajuste salarial aconteceu o ano passado.

"Vamos dar algumas sugestões e fazer algumas recomendações e acreditamos que daí saia uma iniciativa legislativa sobre esta questão", declarou Guilhermina Prata, adiantando que o Executivo tem feito, ao longo dos anos, ajustamentos salariais pontuais e anuais sobre a problemática do salário mínimo nacional, fixado em 23 mil kwanzas no comércio e indústria.

## 5.10 Crise financeira adia transferência do Parlamento para a Kinanga

*Jornal O PAÍS*

*22 De Maio de 2015*

O Parlamento angolano tem uma dívida acumulada de cerca de USD 40 milhões com três clínicas privadas, o que tem levado à redução dos encargos com a saúde dos seus funcionários, apurou o PAÍS. Mas fontes internas questionam o valor, apontando para números inferiores.

Segundo a fonte deste jornal, e na vigência da actual crise financeira que levou à revisão do Orçamento Geral do Estado para o corrente ano, a gestão da Assembleia Nacional tenciona cortar nos custos com a saúde, com os parlamentares aposentados e seus dependentes.

Entre as outras medidas de cortes para adequar o orçamento às despesas essenciais, a direcção da Casa das Leis também suprimiu o pagamento dos custos de manutenção técnica das viaturas de apoio, devendo cada funcionário pagar com os proventos próprios.

Os cortes estenderam -se ainda à redução da composição das delegações em viagem ao exterior e estas passaram a viajar em classe executiva, ao contrário da primeira classe com que eram brindados no passado.

A fonte deste jornal revela, igualmente, que está erradicada a prática de pagamento aos parlamentares de dois bilhetes de passagem para o gozo de férias no exterior, em primeira classe, de que usufruíram no passado.

Segundo a fonte, em muitos casos, havia preferência dos deputados em viajar por companhias estrangeiras que cobravam valores avultados, logo com um peso considerável no orçamento da Assembleia Nacional.

#### Transferência condicionada

A estreiteza do orçamento do Parlamento, tido como um dos mais abonados dos órgãos de soberania nacional, estará me mo a condicionar a transferência para o novo edifício que, segundo a fonte deste jornal, deveria acontecer ainda no mês passado.

Segundo OPAÍS apurou, as dificuldades de tesouraria inviabilizam o pagamento de despesas de manutenção do novo edifício que rondarão os cerca de USD 1 milhão por mês.

as actuais instalações, a gestão do Parlamento angolano paga qualquer coisa como a metade do valor acima referido.

O secretário-geral da Assembleia Nacional, Pedro de Neri, anunciou os cortes nas despesas em reunião com os funcionários da Assembleia Nacional, noticiada pelo Jornal de Angola esta semana.

O secretário-geral da Assembleia Nacional referiu que o actual quadro económico-financeiro do país, caracterizado pela redução das despesas públicas como resultado da descida do preço do barril do petróleo no mercado internacional, obrigou a Assembleia Nacional a redefinir o plano de gestão para o corrente ano.

O gestor do Parlamento assegurou que estavam, contudo, acuteladas as despesas essenciais para o funcionamento da casa das leis, assim como as de assistência de saúde aos funcionários e seus agregados.

O secretário-geral da Assembleia Nacional encorajou os seus colaboradores a envidarem esforços para a melhoria dos serviços internos e a elevação da imagem do Parlamento, exortando à dinamização da área social da Assembleia Nacional e o apoio às actividades desportivas, com realce para a equipa de futebol do Parlamento.

## 5.11 A nova Luanda parece continuar desconhecida

*Jornal grande notícias*  
29 De Maio de 2015

A nova divisão administrativa da cidade' que passou a ter sete municípios com destaque da integração dos municípios da Kissama e Icolo e Bengo, a criação do municípios de Belas e Luanda sede, e por sua vez a extinção dos municípios do Sambizanga, Samba, Rangel, Maianga, Ingombota e Kilamba Kiaxi que passaram a distritos urbanos e integrados no município sede de Luanda.

Neste contexto o figurino das cidades de Luanda e Bengo, sofre alterações na sua estrutura geográfica fruto da desintegração de parte da província do Bengo em favor de Luanda e o recíproco. Olhando para este assunto, e porque ainda é daqueles que precisa ser trabalhado em termos de notícias, dúvidas e não só, quero ressaltar aspectos concernentes a divulgação da nova cidade de Luanda e também do Bengo. Quando falo em divulgação, refiro-me a todo um trabalho com a mídia, ou seja; é preciso que se

comece a passar esta informação com mais frequências com spots informativos a fazerem menção desta nova realidade administrativa destas duas províncias; é preciso que se produzam novos mapas de Angola, já com a apresentação do novo figurino do desenho destas duas províncias, com informações diversas relativas a toda esta mudança. Os novos espaços limítrofes, as novas dimensões geográficas das duas províncias.

Mas infelizmente até agora, vejo que ainda tem de se fazer muito para esta divulgação.

Há toda uma necessidade de se amiudar as informações relativas a todo este processo, e se ir mais à fundo nesta questão. As pessoas precisam ouvir com certa frequência neste momento, que até certo ponto eram do Bengo e agora passam a ser de Luanda.

Está ainda difícil muitos munícipes/distrícipes aceitarem estas mudanças, e também sei que não é um trabalho do dia para a noite, pois leva muito tempo para que as pessoas não só aceitem mas que acima de tudo se habituem a esta nova realidade. Neste momento ainda vemos legendas na TV no espaços noticiosos a tratarem distritos de municípios, ainda ouvimos jornalistas, repórteres ainda a confundirem distritos de municípios, a tratarem zonas que hoje são distritos, como sendo parte de certos municípios que não é o de Luanda, e assim vai sendo. Importa ainda salientar que todo este processo apesar de ter maior influência na vida dos povos de Luanda e do Bengo, abrange a todos os angolanos, que têm o direito de saber como passa a ser a nova Luanda e o Novo Bengo, pois ainda vemos e ouvimos muitas informações desencontradas quando se faz referência a certas zonas de Luanda. Não sei se a responsabilidade é do MAT, GPL ou CACL, mas penso ser necessário intensificar as acções de divulgação para o crescente conhecimento da nova realidade de Luanda. A imprensa tem um papel preponderante neste desafio, portando deve também fazer o seu papel, mas muito bem, para que não se criem confusões nos cidadãos. Que assim seja.

## 5.12 Administrador quer política de proximidade

*Jornal De Angola*  
12 De Maio de 2015

O administrador do Distrito Urbano da Ingombota, em Luanda, Lobato Neto, defendeu maior aproximação e interacção com a população, na busca de soluções para os problemas locais.

Lobato Neto falava na Ilha do Cabo num encontro de auscultação com a comunidade local, e adiantou que a governação deve ser comparticipada pela população.

O administrador do Distrito Urbano da Ingombota, Lobato Neto, disse, que a administração distrital se encontra empenhada na promoção da governação comparticipada por via da auscultação permanente dos principais problemas que afligem a população, sobretudo das zonas periféricas que são as mais críticas.

Neste âmbito, Lobato Neto referiu que no quadro da promoção de uma maior aproximação entre os órgãos da administração e a população, o seu pelouro realiza visitas de constatação aos bairros e sectores para auscultar os problemas da população.

Os representantes da comunidade da Ilha do Cabo solicitaram às autoridades locais uma intervenção nos colectores existentes na rua adjacente à Avenida Mortala Muahamed próximo da Igreja Católica e maior rapidez na recolha de lixo domiciliário.

O Distrito Urbano da Ingombota ocupa a maior parte da zona baixa de Luanda e é composto pelos bairros Patrice Lumumba, Kinanga, Ingombota (sede), Ilha do Cabo e Maculusso. Conta com cerca de 450 mil habitantes e possui uma extensão de aproximadamente 13 mil quilómetros quadrados.

### 5.13 Aprovado plano de desenvolvimento local

*Jornal De Angola*

*12 De Maio De 2015*

*Texto: Adelina Inácio*

O plano de acção do Fundo de Apoio Social (FAS) , para este ano, foi apresentado ontem em Luanda e tem como foco promover uma economia local diversificada para melhorar o bem-estar social e fortalecer a capacidade dos Governos Provinciais para prestar serviços de qualidade às famílias mais pobres.

Numa parceria com a União Europeia, o documento indica o conjunto de projectos de desenvolvimento a serem concebidos nas comunidades para reduzir as assimetrias territoriais e disparidades sociais no acesso aos bens básicos de 14 das 18 províncias. Estão isentos do programa o Cunene, Cuanza Norte, Cuando Cubango e Lunda Sul, que têm acções financiadas pelo Banco Mundial.

O director-geral do Fundo de Apoio Social, Santinho Figueira, lembrou que a União Europeia doou 30 milhões de euros que são aplicados em três níveis, sendo o primeiro ligado ao financiamento a infra-estruturas sociais básicas, nomeadamente projectos ligados aos sectores da Saúde, Educação, Água e Saneamento Básico.

A segunda componente está ligada ao financiamento de projectos de desenvolvimento de economia local, com destaque para projectos de iniciativas próprias, ligados à agricultura e pescas. O último nível refere-se ao fortalecimento de capacidades institucionais das administrações locais.

O Projecto de Desenvolvimento Local também é financiado através de um crédito de investimento específico e com fundos do Governo angolano. O plano prevê também a formação para os funcionários das administrações municipais com vista a uma gestão participativa.

### 5.14 Lubango terá cinco distritos urbanos novos

*Jornal O PAÍS*

*29 De Maio de 2015*

A proposta, segundo o governante, começou já a ser desenhada e decorre de um estudo realizado por técnicos da administração do território e técnicos da administração local.

Os distritos deverão estar divididos pelos bairros Comercial, Quilemba, Dr. António Agostinho Neto, Tchico e Mapunda, sugeriu Francisco Barros Leonardo, para quem o objectivo último é descentralizar as actividades da edilidade, conferindo "maior autonomia funcional e financeira" aos futuros presidentes distritais.

Para o especialista em ordenamento do território, Carlos Ribeiro, a proposta faz algum sentido até porque pode permitir o surgimento de estruturas que estejam mais próximas aos cidadãos, mas alertou que tudo "dependerá das competências que serão dadas a estes novos distritos" e, sobretudo, da forma como "eles se irão articular com a administração municipal", concluiu o engenheiro e docente universitário.

Já o presidente da Igreja Evangélica Sinodal de Angola (IESA), Dinis Eurico, disse que qualquer medida administrativa que se torne, só será exequível se tiverem em conta sempre as pessoas, porque segundo ele, "as leis são secas, são abstractas". Apoiou a ideia da criação dos novos distritos, mas sublinhou ser importante "envolver os cidadãos em projectos do género para que a lei tenha força na prática", disse o sacerdote evangélico.

Lubango celebra 92 anos de cidade

A cidade do Lubango comemora este Domingo, 31 de Maio, 92 anos, desde que ascendeu à categoria de cidade em 1923, período que se deu, reza a história da antiga Sá da Bandeira, o aumento do comércio e dos serviços, o desenvolvimento dos principais núcleos urbanos da região e, finalmente, a chegada do Caminho-de-ferro de Moçâmedes.

A data é celebrada numa altura em que há muito por fazer, na capital da província da Huíla, embora as autoridades falem dos esforços em curso para conferir melhor imagem ao município sede. Desde o ainda frágil saneamento básico, a reconstrução de infra-estruturas como passeios, áreas de lazer, estradas, revitalização dos transportes públicos praticamente inexistentes, sistemas de telecomunicações e outros serviços essenciais à vida da edilidade, razões que explicam, talvez, as actuais obras da conhecida no passado "cidade jardim" hoje apelidada de "cidade do conhecimento".

Com uma população estimada em mais de um milhão e meio de habitantes' Lubango ultrapassou de longe a capacidade para aquilo que estava concebido acolher (entre 50 a 60 mil habitantes). Especialistas em ordenamento do território não têm dúvidas em afirmar que o crescimento avançou isolado e descolou-se do crescimento infra-estrutural e, o enorme engarrafamento de viaturas nas vias estruturantes da cidade em horas de ponta é exemplo disso.

Apesar de extenso no plano geográfico (3.140 Km<sup>2</sup>) a cidade do Lubango é, comparada com algumas capitais de províncias do litoral sul, centro sul e sul do país, demasiado pequena, sendo que, as zonas periféricas preenchidas maioritariamente com construções anárquicas de casas de adobe revelam em termos territoriais a grandeza do principal centro urbano da província da Huíla.

Administrador do Lubango reconhece muito trabalho pela frente

"A necessidade de requalificação da cidade é hoje um imperativo", disse o gestor da capital da Huíla,

Francisco Barros Leonardo, que adiantou ser um processo já em curso. Na verdade, o processo arrancou em 2005 com o desalojamento de perto de três mil famílias ao longo da linha férrea, encosta da montanha e do rio Mukufi realojadas respectivamente nas novas centralidades da Tchavola, Chimucua e Kuawa.

Tchavola, Tchimukwa, Mutundo, Eiwa e Quilemba são nos dias de hoje as novas centralidades urbanísticas para onde convergem os novos projectos de infra-estruturas sociais, nomeadamente habitação, escolas, centros de saúde e outros serviços.

A centralidade da Quilemba em estado avançado da obra é vista neste momento como que a "joia da coroa", pois, são significativas as infra-estruturas ali erguidas.

Francisco Barros Leonardo reconheceu que é enorme o trabalho que tem pela frente e voltou a apontar, tal como em 2014, o sector social como prioridade da sua gestão, em que destacou os frutos assinaláveis do programa municipal integrado de desenvolvimento rural e combate à pobreza que trouxe melhorias na qualidade de vida dos munícipes mormente no que tange ao ensino, serviços de saúde, água e luz. O saneamento básico é outra preocupação da cidade e a situação agrava-se devido à crise económica do país que se reflecte no desempenho de algumas empresas vocacionadas para a recolha do lixo por conta das dificuldades de tesouraria de algumas delas provocadas pelos atrasos por parte do governo em liquidar as dívidas contratuais. É visível em algumas artérias da cidade o aglomerado de lixo à espera da recolha. "É uma situação que nos preocupa e estamos dentro dos limites a tentar resolver o problema", disse Francisco Barros. Numa altura em que o trânsito automóvel se processa com dificuldade, devido ao engarrafamento sentido em algumas estradas da cidade, principalmente em horas de ponta, Francisco Barros Leonardo, anunciou para breve a conclusão de algumas obras que poderão conferir maior mobilidade urbana à capital da Huíla.

As vias Largo João Paulo II /27 de Março; Santa/Rotunda do bairro Bula Matadi; Casa Pato 1 Estrada Nacional 205 são algumas em andamento, mas apenas a primeira está em fase de conclusão, devendo ser entregues em finais do próximo mês de Julho, segundo o encarregado de obras Joaquim Barbosa em declarações à Rádio Mais.

O administrador municipal do Lubango, aconselhou os munícipes a se envolverem na melhoria da imagem da cidade e disse que "os constrangimentos de hoje, fruto das obras em curso, serão os benefícios de amanhã", concluiu.



### 5.15 Modelo angolano facilita estabilidade

*Jornal de Angola*

19 De Maio de 2015

Texto: Armando Sapalo

O modelo de governação previsto na Constituição de Angola é o mais adequado, porque permite assegurar a estabilidade política e social e a satisfação dos interesses da população, disse, no Dundo, o jurista e docente universitário Cremildo Paca.

O orador, que falava num colóquio promovido pela Ordem dos Advogados, subordinado ao tema "Organização do Estado Angolano, Princípio do Estado Unitário", sublinhou nomeadamente que o país é "um Estado unitário e não regional ou federal".

Cremildo Paca referiu que "se deve reforçar a ideia do reconhecimento da unidade da Nação, sobretudo entre os jovens, para a soberania nacional ser assegurada".

O sistema governativo que vigora em Angola, prosseguiu, possibilita garantir os três feris do Estado previstos na Constituição, asseguramento da justiça, bem-estar social e económico e segurança e ordem interna.

Com o actual modelo, declarou, Estado tem conseguido progressivamente criar as condições necessárias para efectivar os direitos dos cidadãos quanto à qualidade de vida, através da promoção de acções de combate à pobreza.

O jurista disse que "o essencial é que o regime funcione e sirva os interesses da governação no quadro das suas atribuições, consubstanciadas na melhoria das condições de vida da população".

A consolidação do Estado Democrático e de Direito, concluiu, deve ser encarada como tarefa de todos, deixando que os partidos políticos façam as disputas para o acesso ao poder pelas vias previstas na Constituição, tendo em vista a construção de um país melhor.

A palestra, a que assistiram o governador provincial da Lunda Norte, Ernesto Muangala, docentes e estudantes da Faculdade de Direito da Universidade Lueji Ankonda, destinou-se a promover e reforçar a cultura jurídica da população no âmbito de uma iniciativa da Ordem dos Advogados de Angola (OAA).

### 5.16 MAT. Melhorar a comunicação com e sobre os órgãos do poder local

*Jornal Agora*

8 De Maio de 2015

O Ministério da Administração do Território (MAT) lança na quarta-feira, a revista institucional da administração local, denominada "Nossa Terra".

Segundo uma nota dos seus órgãos de apoio, a Criação da revista decorre, da necessidade e de serem introduzidas melhorias na comunicação entre a Administração Central e a Administração Local e pretende-se otimizar a informação das actividades inscritas no objecto social do MAT, complementando-a com a divulgação do que se passa bem nos municípios, cidades e povoações.

### 5.17 Lubango terá cinco distritos urbanos novos

*Jornal O PAÍS*

29 De Maio de 2015

A proposta, segundo o governante, começou já a ser desenhada e decorre de um estudo realizado por técnicos da administração do território e técnicos da administração local.

Os distritos deverão estar divididos pelos bairros Comercial, Quilemba, Dr. António Agostinho Neto, Tchico e Mapunda, sugeriu Francisco Barros Leonardo, para quem o objectivo último é descentralizar as actividades da edilidade, conferindo "maior autonomia funcional e financeira" aos futuros presidentes distritais.

Para o especialista em ordenamento do território, Carlos Ribeiro, a proposta faz algum sentido até porque pode permitir o surgimento de estruturas que estejam mais próximas aos cidadãos, mas alertou que tudo "dependerá das competências que serão dadas a estes novos distritos" e, sobretudo, da forma como "eles se irão articular com a administração municipal", concluiu o engenheiro e docente universitário.

Já o presidente da Igreja Evangélica Sinodal de Angola (IESA), Dinis Eurico, disse que qualquer medida administrativa que se torne, só será exequível se tiverem em conta sempre as pessoas, porque segundo ele, "as leis são secas, são abstractas".

Apoiou a ideia da criação dos novos distritos, mas sublinhou ser importante "envolver os cidadãos em projectos do género para que a lei tenha força na prática", disse o sacerdote evangélico.

Lubango celebra 92 anos de cidade

A cidade do Lubango comemora este Domingo, 31 de Maio, 92 anos, desde que ascendeu à categoria de cidade em 1923, período que se deu, reza a história da antiga Sá da Bandeira, o aumento do comércio e dos serviços, o desenvolvimento dos principais núcleos urbanos da região e, finalmente, a chegada do Caminho-de-ferro de Moçâmedes.

A data é celebrada numa altura em que há muito por fazer, na capital da província da Huíla, embora as autoridades falem dos esforços em curso para conferir melhor imagem ao município sede. Desde o ainda frágil saneamento básico, a reconstrução de infra-estruturas como passeios, áreas de lazer, estradas, revitalização dos transportes públicos praticamente inexistentes, sistemas de telecomunicações e outros serviços essenciais à vida da edibilidade, razões que explicam, talvez, as actuais obras da conhecida no passado "cidade jardim" hoje apelidada de "cidade do conhecimento".

Com uma população estimada em mais de um milhão e meio de habitantes' Lubango ultrapassou de longe a capacidade para aquilo que estava concebido acolher (entre 50 a 60 mil habitantes). Especialistas em ordenamento do território não têm dúvidas em afirmar que o crescimento avançou isolado e descolou-se do crescimento infra-estrutural e, o enorme engarrafamento de viaturas nas vias estruturantes da cidade em horas de ponta é exemplo disso.

Apesar de extenso no plano geográfico (3.140 Km<sup>2</sup>) a cidade do Lubango é, comparada com algumas capitais de províncias do litoral sul, centro sul e sul do país, demasiado pequena, sendo que, as zonas periféricas preenchidas maioritariamente com construções anárquicas de casas de adobe revelam em termos territoriais a grandeza do principal centro urbano da província da Huíla.

Administrador do Lubango reconhece muito trabalho pela frente

"A necessidade de requalificação da cidade é hoje um imperativo", disse o gestor da capital da Huíla, Francisco

Barros Leonardo, que adiantou ser um processo já em curso. Na verdade, o processo arrancou em 2005 com o desalojamento de perto de três mil famílias ao longo da linha férrea, encosta da montanha e do rio

Mukufi realojadas respectivamente nas novas centralidades da Tchavola, Chimucua e Kuawa.

Tchavola, Tchimukwa, Mutundo, Eiwa e Quilemba são nos dias de hoje as novas centralidades urbanísticas para onde convergem os novos projectos de infra-estruturas sociais, nomeadamente habitação, escolas, centros de saúde e outros serviços.

A centralidade da Quilemba em estado avançado da obra é vista neste momento como que a "joia da coroa", pois, são significativas as infra-estruturas ali erguidas.

Francisco Barros Leonardo reconheceu que é enorme o trabalho que tem pela frente e voltou a apontar, tal como em 2014, o sector social como prioridade da sua gestão, em que destacou os frutos assinaláveis do programa municipal integrado de desenvolvimento rural e combate à pobreza que trouxe melhorias na qualidade de vida dos munícipes mormente no que tange ao ensino, serviços de saúde, água e luz. O saneamento básico é outra preocupação da cidade e a situação agrava-se devido à crise económica do país que se reflecte no desempenho de algumas empresas vocacionadas para a recolha do lixo por conta das dificuldades de tesouraria de algumas delas provocadas pelos atrasos por parte do governo em liquidar as dívidas contratuais. É visível em algumas artérias da cidade o aglomerado de lixo à espera da recolha. "É uma situação que nos preocupa e estamos dentro dos limites a tentar resolver o problema", disse Francisco Barros. Numa altura em que o trânsito automóvel se processa com dificuldade, devido ao engarrafamento sentido em algumas estradas da cidade, principalmente em horas de ponta, Francisco Barros Leonardo, anunciou para breve a conclusão de algumas obras que poderão conferir maior mobilidade urbana à capital da Huíla.

As vias Largo João Paulo II /27 de Março; Santa/Rotunda do bairro Bula Matadi; Casa Pato 1 Estrada Nacional 205 são algumas em andamento, mas apenas a primeira está em fase de conclusão, devendo ser entregues em finais do próximo mês de Julho, segundo o encarregado de obras Joaquim Barbosa em declarações à Rádio Mais.

O administrador municipal do Lubango, aconselhou os munícipes a se envolverem na melhoria da imagem da cidade e disse que "os constrangimentos de hoje, fruto das obras em curso, serão os benefícios de amanhã", concluiu.

## 6. URBANISMO E HABITAÇÃO

### 6.1 Primeiras casas da Quilemba estão concluídas

*Jornal de Angola*  
31 De Maio de 2015

*Texto: Domingos Mucuta*

Dois mil dos 11 mil fogos habitacionais que compõem a centralidade da Quilemba, Lubango, estão concluídos, disse na quinta-feira o fiscal da obras durante a visita dos vice-governadores provinciais.

A centralidade ocupa cinco mil hectares divididos em 29 quarteirões, cada um dos quais com 379 casas térreas e edifícios de três pisos, com apartamentos T3.

Neste momento decorrem obras dos sistemas de abastecimento de água e electricidade, bem como das redes de drenagem, arruamentos, passeios e jardins.

A central idade vai dispor de cinco escolas do ensino primário e quatro do secundário e recintos desportivos, além de nove infantários.

Na área destinada à construção dos fogos habitacionais vivem mais de 413 famílias, que vão ser transferidas para casas próximas que começam a ser construídas dentro de dias.

A vice-governadora para o sector Político e Social, Maria João Chipalavela, declarou que a construção de escolas e infantários na central idade da Quilemba é um compromisso assumido pelo Governo Provincial.

A responsável assegurou que, além destes projectos, as autoridades provinciais vão continuar a apostar em outras acções de melhorias das condições de vida das populações.

Disse que os programas para a juventude, crianças, mulheres e idosos estão entre as grande prioridade do Governo Provincial da Huíla.

### 6.2 Imogestin garante entrega de casas no Kilamba em Junho

*Jornal Seminário Económico*

13 De Maio de 2015

*Texto: Mibuel Wagiza*

O processo de entrega de casas na centralidade do Kilamba, em Luanda, gerou polémica depois do anúncio de muitos cidadãos terem pago e não receberam as chaves dos apartamentos. Depois da passagem da responsabilidade da SONIP, empresa que geria o projecto imobiliário, para a Imogestin o processo tende a ganhar outra vitalidade.

O porta-voz da Imogestin, Dilson Cunha garantiu à rádio Luanda Antena Comercial que a verificação das reclamações levada a cabo pela empresa já está concluída e a partir de Junho os beneficiários poderão ser contactados para a celebração de contratos promessa de compra e venda.

Indicou que a empresa verificou cerca de cinco mil casos de reclamações e com base um trabalho conjunto com os seus bancos foi possível ultrapassar a situação.

"Todos que pagaram as sua casas, incluindo na centralidade do Kilamba, serão contactados via telefónica, Email ou através de listas que serão publicadas no Jornal de Angola (JA), visando afirmação de contratos" - disse.

Além da centralidade do Kilamba, outros novos moradores receberão as suas residências nas centralidades de Cacucaco, Musseque Kapari e Km44.

710 edifícios

A assinatura de contrato para arrendamento de residências nas centralidades do país, fundamentalmente em Luanda tinham sido suspensas por orientação do Presidente da República. a altura, o despacho assinado por José Eduardo dos Santos referia que uma comissão para proceder à transferência para a esfera do Estado e ao balanço da situação operacional e patrimonial dos projectos habitacionais do Programa Nacional do Urbanismo e Habitação que na altura se encontrava sob a gestão da SONIP em todo o país, agora tuteladas pela Imogestin.

A comercialização de habitações nestas novas centralidades tem sido alvo de críticas, nomeadamente no que se refere à burocracia necessária, mesmo no caso dos apartamentos prontos a ocupar.

A cidade do Kilamba está localizada a cerca de 40 quilómetros a sul do centro da capital Luanda. O projecto foi concebido para se desenvolver em três fases, com um total de 82 mil apartamentos, numa área de 54 quilómetros quadrados. A primeira pedra do empreendimento foi lançada no dia 31 de Agosto de 2008, sendo a cidade oficialmente inaugurada a 11 de Julho de 2011 pelo Presidente da República José Eduardo dos Santos.

A primeira fase deste empreendimento foi prevista para alojar cerca de dezanove mil pessoas em 115 edifícios, num total de 3.800 apartamentos, erguidos em padrão urbano com serviços públicos integrados' como escolas e instituições financeiras. A formalização da primeira entrega da empreitada comporta dez quilómetros de estrada, 48 lojas, parques de estacionamento, paragens para transporte públicos, entre outros equipamentos urbanos. O escopo inicial do empreendimento compreende 710 edifícios,<sup>24</sup> creches, nove escolas primárias, oito secundárias e cinquenta quilómetros de estradas.

### 6.3 Uso de casas desagrada ao governador

*Jornal De Angola*  
6 De Maio de 2015  
Texto: Pedro Bica

O governador provincial do Bengo, João Bernardo de Miranda, manifestou, ontem, no município dos Dembos, insatisfação pela forma como alguns moradores utilizam as casas construídas no quadro do programa do Executivo de 200 casas por município.

João Bernardo de Miranda lamentou o mau uso das casas sociais, durante uma visita de dois dias aos municípios de Pango Aluquém, Bula Atumba e Dembos e apelou aos moradores a cuidarem bem dos imóveis.

O governador provincial do Bengo salientou que as residências foram erguidas no quadro de um grande esforço do Executivo, daí exortar os seus ocupantes para que as tratem com dignidade.

João Bernardo reconheceu que as obras, apesar dos atrasos registados, apresentam uma execução física de qualidade. Mas deixou orientações aos

administradores municipais, para um melhor acompanhamento das empreitadas.

Durante a sua estada nos municípios de Pango Aluquém, Bula Atumba e Dembos, João Miranda visitou as zonas das 200 residências, obras de construção do Hospital Regional de Bula Atumba e encontrou-se com os administradores municipais.

Com uma população estimada em 351.579 habitantes, na sua maioria dedicada à agricultura, a província do Bengo possui uma extensão territorial de 33.016 quilómetros quadrados e conta com seis municípios.

## 6.4 Altos e Baixos

*Jornal Seminário Angolense*  
9 De Maio de 2015

Ministério da Saúde

Depois de aturadas negociações entre a Comissão Sindical do HAB e a sua direcção, liderada por Constantina Furtado, as duas partes chegaram, finalmente, a acordo quanto à reposição da anterior carga horária dos enfermeiros e à reavaliação dos processos dos funcionários que terão si demitidos de forma ilegal. Mas, para que o conflito fosse sanado, uma vez que havia alguma intransigência pelo meio entre os «pelejadores», foi necessária a intervenção do próprio ministro, que se redobrou em esforços no sentido de se buscar uma base negocial que evitasse a tomada de posições extremistas e fosse capaz de acomodar equilibradamente os interesses de cada parte.

Tribunal Supremo

O presidente do Tribunal Supremo, que preside igualmente o Conselho Superior da Magistratura Judicial (CSMJ), decidiu esta semana levar a cabo uma série de visitas a vários tribunais da província de Luanda, que, na óptica de alguns analistas, terá servido para almofadar os efeitos negativos da Lei N.O. 2/15 sobre o funcionamento dessas instâncias. Se o propósito foi mesmo este ou não, o certo é que a iniciativa tomada por Manuel Aragão não deixa de ser positiva, tendo em conta as debilidades que grassam pelos tribunais, tanto no que toca aos recursos humanos, como em termos de infra-estruturas, pelo que seria bom que as visitas se estendem ao resto do país.

Ministério Público

Como que a correr atrás do prejuízo, o representante do PGR no HUCUVBO decidiu, finalmente, apresentar à imprensa nesta terça-feira o cidadão José

Kalupeteka, que se encontra detido numa cadeia da capital provincial. O acto, que constitui uma indesmentível prova de vida, terá ajudado a colocar fim às especulações que davam o líder da seita a «Luz do Mundo» como estando gravemente ferido ou mesmo já morto, conforme correu solto, sobretudo, nas redes sociais. Não se sabe se essa decisão terá resultado de alguma pressão da imprensa ou da opinião pública, mas a atitude do Ministério Público não deixa de ser digna de louvor, pecando apenas por ter sido tardia.

Ministério das Finanças

O ministério das Finanças parece não ter aquilatado bem o timing ideal para anunciar as últimas mexidas nos preços dos combustíveis, sabendo já de antemão que a decisão haveria de ser encarada pela população como uma chicotada no lombo, apesar da cantilena de que faz parte dos esforços das autoridades que buscam cuidar melhor das obrigações sociais e assistenciais do Estado. O aumento de preços de produtos de consumo nunca foi e jamais será uma medida popular, mais ainda quando tem implicações generalizada como esta. Por isso, anunciar isso em vésperas de uma jornada festiva foi próprio de quem gosta de ver os outros a sofrerem.

Cola Cola

A direcção desta multinacional em Luanda decidiu suspender, na semana passada, um trabalhador de nacionalidade marroquina, que terá adulterado a data de um produto expirado usado na produção de refrigerantes desta marca. Apesar de o facto ter sido denunciado pelos trabalhadores angolanos, em Janeiro deste ano, só agora a direcção deste conglomerado empresarial em Luanda reagiu, mas, pelos vistos, só o terá feito como resultado de uma certa pressão exercida pela publicação há dias de uma matéria a propósito pelo nosso confrade o País. Não fosse a denúncia, a estas horas ninguém saberia que alguém andou a brincar com a nossa saúde, vai-se lá saber porquê.

O GPL

deve estar à espera que aconteça alguma tragédia para finalmente se preocupar com a pouca vergonha que se regista no edifício inacabado que integra a cadeia dos chamados «Lotes do Prenda». Invadido por gente carente de habitação, o «Lote 21», com 20 andares, é ocupado por umas boas dezenas de famílias, que dele fizeram um autêntico chiqueiro, com «ramificações» nas moradias térreas ao redor, para onde os selváticos moradores do prédio atiram todo o tipo de porcaria que produzem. Completamente rebentado, sem

esgotos nem água, não se sabe como aquela gente lá consegue viver. Dantesco. É hora de se tirar a malta lá do sítio, «cda» Governador.

## 6.5 Os lotes têm muitas «makas» e vão cair

*Jornal Seminário Angolense*

*9 De Maio de 2015*

*Texto: Baldino Miranda e Hélder*

*Simões*

Os moradores dos lotes 20, 21, 22, 23 e 24, entre outros, da comuna do Prenda, têm todos os motivos do mundo para chorarem todos os dias. Aliás, muitos deles nem sentem qualquer prazer em viver em tais condições e vivem constantemente aflitos porque o perigo é eminente e uma derrocada pode acontecer a qualquer instante. Talvez mesmo devido a essa situação, naqueles edifícios acontece de tudo por um pouco, desde a criminalidade, à falta de água e energia eléctrica e saneamento inexistente.

Uma denúncia feita pelos moradores daqueles edifícios fez com que uma equipa de reportagem deste jornal se deslocasse ao local e o que foi apurado pelo *Seminário Angolense* foi uma autêntica prova de que aqueles moradores estão atirados à sua sorte. Infelizmente, aqueles cidadãos angolanos vivem em condições completamente desumanas.

A chegada da nossa reportagem não passou despercebida e quando se soube que havia jornalistas a andarem pelos edifícios, foi um espanto geral. Algumas pessoas, satisfeitas com a presença do SA, queriam expor todos os seus problemas de uma só vez, ao passo que os mais concentrados analisaram primeiro a situação e afinaram as memórias para posteriormente apresentarem detalhadamente todos os problemas.

Aqueles edifícios foram ocupados logo após a proclamação da Independência nacional, mas quando começou a degradação, grande parte dos seus primeiros habitantes abandonou-os e, em 1992, os deslocados do conflito armado que voltara a estalar ocuparam novamente os apartamentos vazios. O que acontece é que de lá para cá os governantes nunca deram a devida atenção tanto às pessoas que passaram lá, como às infra-estruturas.

É assim que já há largos anos, muitos vivem em apartamentos sem casas de banho e outras condições que dignificam uma pessoa enquanto ser humano e, inquestionavelmente, tal ambiente tem gerado de alguma forma um mal-estar entre a vizinhança dos prédios e outros que residem nas

imediações dos mesmos e por sinal são as principais vítimas por suportarem todo tipo de lixo e dejectos jogados dos edifícios.

Via de regra, os moradores que não têm casas de banho efectuam as suas necessidades biológicas dentro de casa. Quando a situação for a expulsão de secreções excrementícias fazem-no em sacos plásticos e atiram-nos de cima para baixo. Esta situação ocorre sobretudo no período da noite e a partir das 4 horas da manhã.

Tal facto tem certamente gerado um clima de instabilidade entre os moradores pois, as fezes que alguns moradores deixam muitas vezes no rés-do-chão e nalgumas ruas, têm estado na origem de várias doenças e é o principal ponto de discórdia no âmbito das relações humanas entre a vizinhança.

De acordo com alguns moradores dos edifícios, não tendo outras alternativas no que concerne ao tratamento do lixo e, sobretudo, dos excrementos, não têm outra alternativas senão jogá-lo nas ruas e, muitas vezes, diante de portas alheias. Como quase não há recolha de lixo, as ruelas e becos tresandam a fezes.

#### A angústia dos moradores

Guilhermina Figueiredo vive no lote ao lado do lote 21 há 7 anos, mas teve a sua infância no lote 22 onde cresceu com os tios, antes de ter ido ao bairro Popular na véspera do seu casamento.

«O saneamento básico é sem sombra de dúvida degradante, não existe o mínimo de higiene quer nos edifícios assim como nos casebres que ladeiam os edifícios. Aqui observa-se de tudo um pouco, há situações em que as pessoas deparam-se com fezes na rua todos os dias e para piorar a realidade, as empresas de recolha de resíduos nunca cumprem com o seu dever», desabafou, apelando simultaneamente às autoridades para intervirem de forma urgente, atendendo a gravidade da situação, pois já muitos moradores perderam suas vidas por conta do péssimo estado em que se encontra o bairro.

Segundo a nossa interlocutora que vive fora dos edifícios completamente desgastados, todos os dias têm a sensação de derrocada, devido às fissuras que apresentam, aliás, alguns edifícios são estruturas não acabadas que, por força das circunstâncias, foram ocupados por cidadãos que ansiavam em ter casa própria, mas o destino levou-as para o pior lugar.

Guilhermina revelou à nossa reportagem que devido à falta de segurança nos edifícios, já se registaram vários óbitos de crianças que caíram de andares altos

porque as escadas são precárias e nem têm corrimão ou qualquer apoio.

«Com excepção do lote 22, onde as coisas estão mais ou menos bem encaminhadas, os outros são um perigo para a saúde e um atentado a própria dignidade da pessoa humana. Estou certa que os governantes só terão preocupação depois que acontecer uma tragédia», alertou, ao mesmo tempo que contrariava as edilidades daquela circunscrição que vezes sem conta aparecem publicamente nos órgãos de comunicação social a afirmar que tudo está bem, quando na verdade deixa qualquer um boquiaberto.

De acordo com a interlocutora, algumas vezes na calada da noite, quando todos em casa estão a dormir, deparam-se com movimentos estranhos no tecto da residência e, no dia seguinte quando verificam, encontram fezes embrulhadas em sacos plásticos, lançadas pelos moradores do lote 21 que não possuem casas de banho no interior do prédio.

Segundo ela, na época chuvosa a situação é muito mais complicada porque a água e o lixo nunca fazem um casamento perfeito. «Para evitar situações piores, temos reunido no sentido de organizar o lixo, sem ter que depender da operadora responsável por esta área que só aparece quando bem lhe der na tola. As pessoas geralmente passam por trás dos edifícios e destas áreas, passam simplesmente na via principal sem saberem o que realmente ocorre, tanto nos lotes, assim como nas zonas em redor dos edifícios. Há por trás das nossas alegrias uma amargura imensurável. Passamos muito mal e pensamos que chegou o momento de desabafarmos e os políticos saberem que lhes falta alguma responsabilidade», atestou.

Tino Ngopeo é também morador dos lotes e disse que só sonha em construir a sua própria casa porque o sofrimento é demais. Não tem casa de banho no apartamento que mora e quando é possível negocia com a vizinha para usar a sua casa de banho.

«Passamos muito mal. Não há água no edifício, a energia também é um caso sério e eu não tenho uma casa de banho no meu apartamento. Quando é possível utilizo a casa de banho da vizinha mas, não devo gozar com a paciência dela, pois nem sempre está de bom humor para que a sua casa seja frequentada por pessoas durante muito tempo. Por esta razão, na calada da noite eu defeco num saco e mando a coisa para baixo», confessou.

Por esta prática, alguns vizinhos entendem porque não tem casa de banho mas, ao mesmo tempo, outros o criticam pelo facto de ao invés de atirar o saco com fezes para baixo, devia descer e ir depositar num

depósito de lixo, mesmo que as operadoras tardem em recolher os resíduos.

«A situação não é só minha, há tantos outros nas minhas condições, mas não são criticados por fazerem as coisas as escondidas. A única solução é o governo tirar-nos daqui ou melhorar as condições, passando pela construção das casas de banho e melhorar os vários aspectos dos edifícios», sugeriu.

Uma outra interlocutora com quem a reportagem do *Semanário Angolense* se deparou é Madalena Francisco, que vive ali há 8 anos e confessa não ter passado por momentos muito agradáveis.

«Vivendo aqui, ninguém passa por momentos inesquecíveis e bons, pois as imagens que temos nas memórias são de horror, são como se vivêssemos em escombros de guerra», lamentou, adiantando que o pior é que muitos daqueles edifícios acolhem pessoas da ordem e segurança pública como é o caso de agentes da Polícia Nacional e efectivos das Forças Armadas Angolanas.

Madalena é de opinião que atendendo ao facto de as pessoas estarem a viver em condições completamente sub-humanas, o governo deva criar mecanismos de remoção das pessoas daqueles edifícios para lugares mais cómodos, uma vez que o que está em jogo é a vida e a dignidade da pessoa humana.

João Pedro nasceu e cresceu no lote 21, vive no 10 andar e adiantou à nossa reportagem que o nível de criminalidade é baixo, apesar de muitas vezes os subúrbios serem locais conotados com a marginalidade, o tráfico de drogas, a prostituição, etc. Pedro conforma-se com a realidade e ironiza: «Se o Estado tivesse reabilitado os edifícios e colocado casas de banho, não precisaria ter os EUA como país dos sonhos», pois os lotes são para ele uma marca indelével.

«Tenho 23 anos, apesar de até ao momento não ter uma profissão, sou feliz aqui onde vivo com a família toda. As condições não são das melhores, mas tenho esperança que um dia as coisas melhorem, pode não ser aqui, mas vão melhorar. Já passamos por situações mais difíceis, principalmente naquela fase em que os edifícios não tinham electricidade, as pessoas nem o famoso 'gato' podiam fazer porque as condições na altura não permitiam. Penso que esse já não é um problema da população, ou seja, os administradores que passaram pela Maianga não foram suficientemente capazes em resolver os problemas».

Ao referir-se ao período chuvoso, o interlocutor, que no princípio da conversa parecia ser o homem mais

paciente do mundo, foi ganhando, aos poucos, no decorrer da conversa, um espírito de revolta sem medida. «Aqui quando chove, eu sou o homem mais infeliz do mundo porque aqui suportamos muita coisa que com a chuva só piora, principalmente por causa dos vizinhos que defecam nos sacos ou embalagens para depositar ao lado da porta de quem vive no rés-do-chão», assinalou.

Cabisbaixa, com um semblante de desespero total, encontramos Sofia Vicente Augusto que destila o seu sofrimento por aquelas bandas já há 17 anos, um período que corresponde com a idade do seu primeiro filho, concebido na fase da ocupação ilegal do apartamento sem número, mas no rés-do-chão do lote 23. «Viver aqui é uma das piores coisas que pode ocorrer na vida de um ser humano porque não é possível sobreviver de uma tragédia que não aconteceu», lamenta, num discurso chocante.

A nossa interlocutora põe-se aos prantos porque para ela retratar os problemas que vive todos os dias a um órgão de comunicação social parece-lhe uma soberana oportunidade que procura todos os dias. «Eu vivo no rés-do-chão e, estou condenada a suportar quase tudo, desde as fezes que são depositadas ao lado da minha porta, a fossa que rebenta e a água escorre para a minha porta. Os edifícios têm todos eles quase que os mesmos problemas, falta de segurança, fissuras e ausência de casas de banho. Os dirigentes só sentirão responsáveis quando um destes edifícios desabar e ocorrer uma grande tragédia», avisou.

## 6.6 Uma graua muito perigosa

*Jornal Seminário Angolense*  
9 De Maio de 2015

Entre o lote 21 e o 23 existe uma grua muito perigosa que segundo os moradores, se não for retirada o mais rápido possível poderá muito em breve provocar danos irreparáveis, porque ela está ali há cerca de 40 anos sem trabalhar e as suas bases já estão quase que sem suporte para aguentar. Os parafusos da base já estão velhos, não conseguem garantir segurança fazendo com que ela balance mesmo com um vento leve.

Edgar Manuel, também morador do lote 23, disse que todos os dias passa pela grua e confessa ter medo todas as vezes, porque a grua balança constantemente. Além disso, é um chamariz para as que vêm nela um brinquedo. «Essa existe já há muitos anos e eram três para ser sincero, foram eliminadas duas, que foram usadas na construção do lote 20 e do lote 22. Já fizemos muitas participações à

administração, no sentido de remove-la mas nunca passamos disso mesmo. Eles nunca têm tempo mas prometem e nunca aparecem para honrar as promessas», queixou, afirmando que já recorreram a vários órgãos de comunicação para passar a informação e verem o problema resolvido.

Esta semana, o Semanário Angolense deslocou-se até a administração distrital da Maianga para ouvir o administrador Victor Manuel Batista, atendendo ao princípio do contraditório, ou seja, saber dele a possível solução para aquele caso se verifica na sua jurisdição. O seu secretário, que fez questão de nos informar que o mesmo foi nomeado recentemente e estava em trabalho de campo aconselhou: «Senhores, antes de falar com o chefe seria melhor que fizessem uma carta».

## 6.7 Angola lidera construção no continente

*Jornal De Angola*

*11 De Maio de 2015*

Angola está entre os três países da África Subsaariana que mais mega projectos de construção tiveram no ano passado, logo a seguir à África do Sul e Moçambique, revela um estudo de empresa internacional de consultoria Deloitte divulgado em Luanda.

O documento, "Tendências da Construção em África 2014" afirma que na África Subsaariana o número de mega projectos caiu em 2014 de 124 para 119, com a África do Sul a concentrar cerca de metade, seguida de Moçambique, 15 por cento, e Angola, 13.

No conjunto, os projectos de construção de infra-estruturas da África Subsaariana valem 145 mil milhões de dólares (15,921 triliões de kwanzas), mais 75 por cento em relação ao ano de 2013.

A África Subsaariana continuou no continente em 2014 a liderar a actividade no sector da construção em número e em valor, ao concentrar 119 dos 257 mega projectos.

Transportes e energia apresentaram o maior número de projectos e são os que mais contribuíram para o sector em termos de valor, que em todo o continente cresceu no ano passado 46,2 por cento para 326 mil milhões de dólares (35,794 triliões de kwanzas).

O crescimento foi verificado em todas as regiões, excepto na África Oriental, embora o número total de projectos tenha caído dos 322 para os 257, tendência transversal em quase todas as regiões.

Apenas a África Ocidental mantém os 66 projectos de 2013.

A percentagem de projectos de valor superior a mil milhões de dólares (cerca de dez triliões de kwanzas) cresceu 11 por cento (de 16 para 27 por cento) em todo o continente, com o valor médio por projecto a fixar-se nos 1,27 mil milhões de dólares (cerca de 140 mil milhões de kwanzas), subida de 84 por cento face a 2013. Em sentido contrário estão os pequenos projectos (entre 50 a 100 milhões de dólares - 5.490 e 10.980 milhões de kwanzas), que caíram no mesmo período 17 por cento, de 39 para os 22 por cento.

### Transportes e energia

O sector da energia é o que reúne maior número de projectos de construção no continente africano, 37 por cento, seguido pelo dos transportes (34), ao contrário do sector mineiro, 9,00. A quota de projectos no sector dos transportes cresceu 9,00 por cento face a 2013 impulsionada pelos investimentos significativos em ferrovias e portos, numa altura em que o desenvolvimento integrado ganha força como forma de garantir o crescimento sustentável. Este sector lidera em termos de investimento, concentrando 40 por cento do total.

Apesar de o sector do petróleo e gás representar apenas 5,00 por cento do investimento total, é esperado um crescimento nos próximos três a cinco anos, devido aos projectos que se encontram em fase de preparação na região.

O sector das águas e resíduos apresenta igualmente um valor de investimento demasiado baixo (5,00 por cento), mas também tem tendências de crescimento, tendo em conta o papel crítico que deve ter no futuro do continente e do mundo. A África Subsaariana, o sector da energia é também o que apresenta o maior número de projectos (46 por cento), um aumento de 13 face a 2013 e um resultado influenciado sobretudo pelos investimentos realizados na área das energias renováveis na África do Sul.

O sector mineiro registou uma queda de 9,00 por cento face ao ano económico de 2013, passando a pesar apenas dez por cento no conjunto, tal como o do imobiliário, que desce de 17 para 7,00 por cento, com a África do Sul a substituir Angola como o país com o maior número de projectos de construção neste sector.



## 6.8 Entrega de casas no mês de Junho

*Jornal De Angola*

*12 De Maio de 2015*

Os cidadãos que pagaram casas nas novas centralidades da capital do país começam a ser atendidos

no próximo mês, garantiu ontem à Luanda Antena Comercial (LAC) o porta-voz da Imogestín.

Dilson Cunha afirmou que o processo de verificação das reclamações está concluído e a partir de Junho os beneficiários podem ser contactados para a celebração de contratos promessa de compra e venda.

O porta-voz da Imogestín indicou que a empresa verificou cerca de cinco mil casos de reclamações e com base num trabalho conjunto com os seus bancos foi possível ultrapassar a situação. "Todos os que pagaram as suas casas, incluindo na Centralidade do Kilamba, vão ser contactados por via telefónica, "email" ou através de listas a serem publicadas no Jornal de Angola, para a celebração de contratos", assegurou Dilson Cunha.

Além da Centralidade do Kilamba, outros novos moradores vão receber as suas residências nas centralidades de Cacucó, Mussequé Kapari e km 40.

A Imogestín é a empresa que, em representação do Estado, procede à gestão da construção e das vendas ou outras formas de transmissão das habitações, espaços comerciais e outros activos imobiliários integrados no Plano de Desenvolvimento Construtivo e Comercial dos Projectos Habitacionais.

A segunda e última fase do Projecto Nova Vida, também sob gestão da Imogestín, fica concluída no próximo ano, com a entrega de seis mil apartamentos e vivendas. A Urbanização Nova Vida, em Luanda, é o primeiro projecto habitacional, de grande dimensão executado com fundos públicos depois da Independência Nacional.

## 6.9 Entrega de lotes promove autoconstrução

*Jornal De Angola*

*12 De Maio de 2015*

*Texto: Domingos Mucuta*

A distribuição de lotes de terrenos nas novas urbanizações da província da Huíla dinamizar a autoconstrução dirigida e o realojamento das famílias

em zonas seguras, disse, no Lubango, o director provincial do Urbanismo e Habitação.

António Abílio explicou que a identificação de reservas fundiárias do Estado permite a criação de espaços dignos para as famílias terem uma vida melhor. Mais de cinco mil pessoas foram contempladas com o programa de distribuição de terrenos, iniciado em 2010, com a urbanização das novas zonas habitacionais e a transferência das famílias que residiam em zonas de risco.

O director provincial do Urbanismo e Habitação referiu que a iniciativa preveniu a ocorrência de tragédias, na medida em que muitas famílias que viviam nas encostas dos morros, ao longo da linha férrea e em outras zonas foram retiradas e colocadas em sítios seguros.

Disse que os cidadãos abrangidos receberam terrenos com de mil metros quadrados de extensão nas zonas da Tchavola e Chimucua, comuna de Quilemba, e na urbanização do Eywa.

"O Governo apoiou as famílias vulneráveis com chapas de zinco e pedras", afirmou António Abílio, que lamentou o comportamento de algumas pessoas que mesmo depois de reassentadas em lotes de terrenos nas novas zonas com plano urbanístico definidos voltaram a ocupar espaços em áreas de risco.

O processo, explicou, abrangeu 2.279 pessoas que residiam próximo da linha férrea, 131 da encosta da serra, 1.156 do Mucufie 536 da zona arco-íris, tendo estes recebido terrenos em áreas urbanizadas.

O responsável adiantou que foram também beneficiadas 225 famílias abrangidas pelo projecto de abertura da estrada entre o centro comercial Millennium e a Igreja da Lage. "As pessoas são realojadas em zonas com planos urbanísticos definidos e, em alguns casos, dispõem de infra-estruturas sociais de água, energia e vias de acesso", disse.

A zona do rio Nangombe, arredores da comuna da Quilemba, dispõe de 660 hectares da reserva fundiária do Estado, identificados e urbanizados pela administração municipal para a expansão da cidade.

Os trabalhos de urbanizações realizadas pela equipa técnica permitiram a definição de mais de 2.500 metros de lotes de mil metros de cada loteamento. O processo de distribuição de terrenos desta zona iniciou o ano passado, com a entrega de título de propriedade aos novos ocupantes para construírem as suas moradias. A nova urbanização possui uma área de 195.605 metros quadrados para equipamentos

sociais, 10 .169 metros para estacionamento, 79.993 metros quadros para cemitério e 181.417 para zonas verdes.

#### Protecção e Bombeiros

Os Serviços de Protecção e Bombeiro na Huíla, em parceria com as administrações dos bairros, continuam a sensibilizar as famílias que residem em zonas de riscos para saírem destas áreas, com vista a evitar mais mortes. O porta-voz do Comando Provincial de Protecção Civil e Bombeiro, Inocência Hungulo, disse que as várias palestras realizadas em escolas, igrejas e administrações municipais visam sensibilizar a população a abandonar as zonas de risco, mediante a solicitação de terrenos às autoridades.

O processo, que teve início, em 2010, já foi realizado nos municípios do Lubango, Jamba, Caluquembe, Caconda, Quilengues e Humpata, numa altura em que as zonas de risco continuam a merecer a atenção das autoridades, sobretudo durante a época chuvosa.

"A nossa tarefa não é só intervir quando acontece uma catástrofe, porque sabemos que mais vale prevenir que a remediar. Para nós, o essencial é defender as vidas humanas", rematou Inocência Hungulo.

#### 6.10 Governo quer maior rigor nas obras de casas sociais

*Jornal de Angola*  
19 De Maio de 2015  
Texto: Luís Pedro

O governador provincial do Cuanza Sul, Eusébio de Brito Teixeira, apelou em Cassongue aos empreiteiros no sentido de executarem as obras com maior celeridade, com vista à conclusão do programa de construção de 200 fogos habitacionais em cada município.

O apelo foi feito na segunda etapa de visitas que efectua aos municípios, para constatar a execução das obras dos 200 fogos habitacionais. Após ter constatado a execução das obras do programa habitacional, Eusébio de Brito Teixeira considerou que deve haver maior esforço para o cumprimento dos contratos pelos empreiteiros. Disponibilização das verbas mostra a grande vontade do Executivo de melhorar a situação habitacional dos cidadãos. O governador provincial do Cuanza Sul chamou a atenção dos empreiteiros no sentido de prestarem serviços de qualidade, para que os empreendimentos erguidos durem muito tempo.

"Chamamos a atenção para que os empreendimentos tenham a qualidade requeri da, para que durem o tempo necessário", frisou o responsável provincial

No município do Seles, primeira etapa da visita, o governador constatou o andamento das obras de uma escola, com 13 salas, incluindo uma de informática, já em fase conclusiva, e um campo multiuso.

O programa de visitas do governador provincial do Cuanza Sul estende-se aos municípios da Cela, Quibala, Mussende e Libolo, com o mesmo objectivo.

#### 6.11 Governador diz ser positiva execução de obras na região

*Jornal De Angola*  
23 De Maio de 2015  
Texto: Luís Pedro

O grau de execução das obras em curso na cidade de Waco Cungo e comunas do município da Cela foi considerado positivo pelo governador Provincial do Cuanza Sul, Eusébio de Brito Teixeira.

"Estou satisfeito com o nível acelerado e eficiente dos trabalhos que as empreite iras realizam os quais ficam prontos antes do final do mo", disse Eusébio de Brito Teixeira, durante um périplo pelo interior da província do Cuanza Sul.

O governador provincial visitou as obras do Palácio Municipal, das residências protocolares e de uma escola com 12 salas, no Bairro Certeza.

Eusébio de Brito Teixeira deslocou-se à comuna de Quissanga Kungo, onde está instalado o estaleiro para a edificação da nova centralidade de Wako Kungo, onde vão ser construídas mais de cerca de mil casas de vários tipos, bem como um condomínio para médicos.

Um espaço destinado à autoconstrução dirigida, onde está projectada a construção de escolas, esquadra policial e lojas, tendo em conta o crescimento demográfico da cidade da Cela, foi visitado pelo governador provincial. Na comuna de sanga, o governador Eusébio de Brito Teixeira constatou os trabalhos de colocação de asfalto no troço entre Waco Cungo e Sanga, num percurso de 75 quilómetros, e de uma escola, em fase de acabamento, com 12 salas de aulas.

O governador provincial garantiu, no encontro com a população de Sanga, que, para este ano está agendada a construção de uma esquadra policial, um centro

médico com capacidade para 30 camas, da residência do administrador e do Palácio Municipal.

Depois de visitar os municípios do Uko Seles, Cassongue e Cela, Eusébio de Brito Teixeira vai à Quibala, Mussende, Libolo e Ebo.

## 6.12 CHUVAS DESABRIGARAM MAIS DE TRES Mil FAMILIAS

*Jornal A República*  
8 De Maio de 2015

Três mil e 34 populares da província do Bié foram desalojadas no I trimestre deste ano em consequência das fortes chuvas que se abateram sobre a região, mais 1.080 desalojadas em igual período de 2014. Em declarações, a imprensa na cidade do Cuito, o porta-voz do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, Vasco Chioca afirmou que, as quedas pluviométricas acompanhadas por fortes ventos, descartaram e desabaram inúmeras moradias a nível da província.

Entre as infra-estruturas, atingidas pelos efeitos das chuvas disse, constam instituições estatais e privadas e residências, com destaque para escolares, centros comerciais e igrejas, deixando ao relento e carenciadas muitas famílias.

Vasco Chioca garantiu que o Serviço de Protecção Civil, em parceria com a direcção provincial da assistência e reinserção social angariaram alguns bens de primeira necessidade que foram distribuídos as comunidades afectadas, de forma a acudi-los das dificuldades que enfrentam.

Admitiu que no mesmo período as chuvas causaram ainda a morte de seis pessoas e o ferimento de duas outras, por descargas atmosféricas, em diversas localidades da província do Bié.

## 6.13 Coordenação feliz com o desfecho

*Jornal O País*  
8 De Maio de 2015

O coordenador do bairro 25 de Dezembro, Correia Miguel Pedro, mostrou-se satisfeito com a forma como decorreu o realojamento da população, ao ponto de ter garantido que ais não se registaram infiltrados.

"E bom que as coisas tenham acabado assim, todos que estiveram a tempo connosco nas tendas e

que tiveram direito a casas", afirmou Correia Pedro, admitindo que os cidadãos que haviam abandonado o centro de Caboxa ficaram, provisoriamente, sem residências.

O princípio, ele controlava 177 chefes de família, o que dava em 771 pessoas, entretanto com o abalo provocado pelas condições do centro de acolhimento foi diminuindo consideravelmente. No novo bairro estão realojados 88 famílias em casas do tipo T2. Trata-se de residências com dois quartos, uma sala, casa de banho e cozinha. Actualmente, as habitações estão rebocadas e pintadas as partes de fora, mas, no interior, são visíveis os blocos acinzentados.

Correia Pedro, recordou ter sido no dia 21 de Marco de 2015 que os retiraram das tendas em Caboxa, tendo os responsáveis destruído as mesmas, para se evitar reocupação de oportunistas. O Coordenador disse que o controlo dos residentes passou a ser da responsabilidade dos dirigentes do governo da província, mas que havia no bairro, que denominaram de 25 de Dezembro, 100 casas, entre as quais algumas ficaram por ser adaptadas como escolas, postos médico e de serviços administrativos.

Para si, as pessoas estão felizes com a transferência, mas lamentam a falta de uma escritura que lhes atribui o direito de titulares das residências, uma situação, que, ate a data desta reportagem, constava entre as promessas feitas pelos responsáveis do realojamento, segundo o líder dos moradores, que não deixou de apontar a falta de água como o problema do dia-a-dia.

Sobre a energia, ressaltou que as casas tinham instalação eléctrica, razão pela qual ele e os membros da comunidade estavam esperançosos de que, a qualquer momenta teriam energia eléctrica.

O ocupante da casa número G-088 mostrou-se preocupado com a situação das crianças que ainda estudam na escola da ADPP, localizada nas imediações da área onde estavam as tendas.

"Nesse momenta elas só vão as aulas, quando os pais conseguem dinheiro para os táxis, que cobram entre 200 e 300 Kwanzas. O novo centro habitacional das vítimas das chuvas do Natal de 2013 e guarnecido pela polícia da ordem pública.

## 6.14 Desalojados de Caxito enfrentam novos problemas em casas defectivas

*Jornal O País*

*8 De Maio de 2015*

*Texto: Alberto Bambi -*

*alberto.bamb@opais.co.ao*

Quando foram transferidos das tendas de Caboxa, em Caxito-Bengo, para as 100 casas de cor amarela e rosa, na região de Mabubas, as vítimas das chuvas do natal de 2013 esperavam encontrar condições básicas, como água e energia eléctrica, conforme desabafaram a O PAIS, Terça-feira, 5.

"Mas chegamos aqui, encontramos disponíveis apenas dois tanques plásticos com a capacidade de cinco mil litros cada, para urna população com mais de 500 pessoas, e muito pouco, não chega para fazer quase nada", reclamou a Velha Prancha, como e carinhosamente tratada Esperança Francisco, entre seus familiares e vizinhos.

A idosa que, por sinal, estava a lavar sua roupa, aproveitou a ocasião para mostrar a quantidade de água na bacia, tendo explicado, logo a seguir, que tinha de poupar o líquido, ao máximo, para não lhe faltar, durante a semana em curso.

Este jornal ficou a saber da entrevistada e de outros moradores que o camião-cisterna leva água ao bairro 25 de Dezembro, urna vez por semana, tendo apurado também que, ate ao fecho desta edição, a viatura não tinha aparecido para reabastecer os tanques da comunidade.

Alguns moradores revelaram não ser a primeira vez que o motorista se atrasava a chegar na área, a fim de cumprir com seu dever, adiantando que, nas ocasiões em que lhe chamaram atenção sobre os prejuízos na comunidade, ele defendeu-se, dizendo que o carro era só um e tinha de atender as localidades de Úcua, Quicabo e Libongos, alem de outras povoações longínquas afectas ao município do Dande.

Por serem apenas dez mil litros, nem todos moradores conseguem colocar água em casa, pois, as vezes, o carro chega no momento em que muitos estão ausentes da área. Apesar de ser o único recurso, a população questiona também a qualidade do líquido.

"Há momentos que esta agua deixa lama nos recipientes, isso quer dizer que estamos a consumir um líquido de má qualidade", queixaram-se, urnas vizinhas da anciã, cujos nomes pediram para não

serem citados nesta reportagem, tendo acrescentado que ela e os vizinhos sabiam que a agua estava a ser tirada do centro de captação do rio Bengo, próximo do Triangulo que da para a comuna da Funda, em Luanda.

A velha Prancha disse que outra situação inquietante tinha a ver com a falta de documentos indicativos de titularidade das residências, "Estamos aqui há um mes e, ainda, não nos deram nenhum papel que diz que as casas são nossas", reclamou Esperança Francisco, tendo recordado que, no dia da entrada, houve promessas de se resolver tal situação, o mais rápido possível.

## 6.15 Governador Recua e Pressiona Luanda

*Jornal a Capital*

*8 De Maio de 2015*

*Texto: Marcos António*

Há vários meses a alertar para a hipótese de uma política habitacional ensombrada por fiascos, geralmente a boleia de agentes do ramo imobiliário, o semanário A Capital encontra nas operações para o realojamento definitivo das vítimas das enxurradas em Benguela uma espécie de "flagrante delito", com recuos de um Governo que assegurava não mais de quatro meses para as famílias que se encontram em tendas.

Hoje, a menos de trinta dias da data prevista para o fecho dos acampamentos, já admite que os sinistrados possam deixar os centros de concentração provisória muito para lá do próximo mes de Junho. Ao colocar as rñãos a disposição da palmatória, mesmo com promessas de um esforço gigantesco para evitar incumprimentos, Dos Anjos da consistência a criticas de agentes imobiliários, consultores e promotores, que anteviam lacunas no programa de autoconstrução dirigida, o modelo eleito para as famílias desalojadas.

Há duas semanas, na urbanização delineada para as duzentas e oitenta famílias que se encontram no acampamento do Camuringue, o governador viu-se confrontado por um representante da autoridade tradicional, naquele que foi o momenta que trouxe a baila duas outras opções para o realojamento definitivo.

O soba, como quem domina as dificuldades de centenas de cidadãos agraciados com terrenos, procurou saber se "as pessoas que abandonam as chuvas" terão de financiar a construção das moradias. "Quando se fala em bases (alicerces), estamos diante

de urna estrutura inacabada. Devemos lembrar que o Estado exige uma construção padrão, por isso quero saber quem vai custear", interrogou.

Em reacção, o Eng. Isaac Maria dos Anjos, que dava como certa a entrega de uma base para cada família construir a sua habitação, quando jurava a pés juntos que ninguém ficaria em tendas mais tempo do que o perspectivado, revelou que existem outras hipóteses, igualmente submetidas a apreciação da Comissão Nacional de Protecção Civil.

## 6.16 Falta de esgotos impede na Caála entrega de casas

*Jornal de Angola*

*9 De Maio de 2015*

*Texto: Marcelino Dumbo*

A falta de conclusão das obras das redes técnicas de esgotos, água, energia e de telecomunicações nas novas cidades da Caála e do Lossambo, na província do Huambo, estão a condicionar a entrega definitiva das habitações nas localidades aos futuros moradores.

O facto foi revelado ontem pelo "secretário de Estado do Urbanismo e Habitação, José Silvestre, durante a visita que efectuou as duas novas centralidades, com o propósito de constatar a evolução das obras a cargo da empresa de construção Kora Angola.

Apesar das habitações possuírem já condições de habitabilidade, as mesmas não podem ser entregues, por causa da situação referida.

O secretário de Estado avançou que estão igualmente em curso obras de equipamentos sociais, como escolas, creches, Jardins, entre outros serviços, que devem terminar dentro de seis meses.

José Silvestre salientou ainda que as casas sociais foram construídas no quadro do Programa de Fomento Habitacional "Minha casa, meu sonho", do projecto imobiliário Kora Angola.

No âmbito do programa de urbanização e construção de fogos habitacionais, pelo menos 200 casas sociais foram já construídas e entregues à juventude, na reserva fundiária do Lossambo.

O Programa de Fomento Habitacional, implementado pelo Executivo, tem estado a facilitar a aquisição de casas, principalmente para os jovens e funcionários públicos.

Actualmente, as autoridades locais tem exortadas as empresas executoras destes projectos para respeitarem os prazos contratuais.

## 6.17 Angola na direcção da UN Habitação

*Jornal de Angola*

*27 De Maio de 2015*

Angola rol eleita, em Nova Iorque, membro do Conselho de Governação do UN Habitat, organismo das Nações Unidas criado para o sector da habitação, assentamentos humanos e desenvolvimento urbano sustentável dos Estados membros.

O mandato de quatro anos tem início a 1 de Janeiro de 2016. Angola preenche uma das duas vagas abertas na região Austral de África, com o fim dos mandatos da África do Sul e do Lesoto, a partir de 31 de 1 de Dezembro de 2015.

Nigéria, Quênia e Chade são os outros países africanos eleitos para o mesmo órgão, cobrindo as respectivas vagas regionais.

Para a Ásia e Pacífico foram eleitos o Bahrein e a Índia, para a Europa do Leste foram eleitas a Geórgia e a Sérvia, para a América Latina e Caraíbas o Brasil, Chile e México, e para a Europa, a Alemanha e Suécia.

### Novos financiamentos

O Ministério do Urbanismo e Habitação de Angola trabalha para filiar-se à "Cholter África", uma instituição financeira continental suportada pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD).

Em declarações no Aeroporto Internacional4 de Fevereiro, ontem, antes de viajar para Libreville, o ministro do Urbanismo e Habitação, José da Silva, disse que uma das vantagens da filiação é contar com financiamentos públicos e privados para projectos ligados ao sector da habitação.

Ao tornar-se accionista da instituição, disse o ministro, há a possibilidade de as empresas privadas se candidatarem à solicitação de financiamentos para a habitação.

O Gabão, o ministro José da Silva reúne-se com a "Cholter África", instituição financeira com a qual as autoridades angolanas já trabalham, e participa em alguns encontros no âmbito dos trabalhos do sector da habitação no continente africano.

O Executivo estabeleceu, com o lançamento do Programa Nacional do Urbanismo e Habitação, o desafio de construção de um milhão de casas. "Hoje estamos a produzir o instrumento do ordenamento do território, ao nível de 60 planos directores municipais e 114 planos de urbanização. Temos 11 planos de requalificação urbana e 15 de requalificação rural", disse o ministro.

o quadro da requalificação urbana, o Executivo trabalha na conclusão do estudo de infra-estruturas integradas nas cidades do Luena, Luau, Menongue, Negage, Uíge, Dundo e Saurimo.

"Hoje, podemos dizer que em toda extensão das 18 províncias temos planos de ordenamento do território, planos de urbanização e planos directores", disse o ministro, que acrescentou: "Ao nível da intervenção rural, existem seis centros rurais com projectos de qualificação urbana, além da cartografia, porque este é um elemento fundamental para organização territorial e na preparação de cartas cartográficas ao longo de praticamente todo país".

O Programa Nacional do Urbanismo e Habitação preconiza, para autoconstrução dirigida, 68 por cento do total, informou o ministro do Urbanismo e Habitação, José da Silva. "Por isso, foi lançado o programa de urbanização de reservas fundiárias nas localidades de Saurimo, Uíge, Negage e Menongue".

O ministro do Urbanismo e Habitação informou existir, também, no subprograma da habitação, um aspecto ligado à gestão e alienação de imóveis. "São imóveis construídos ainda no período colonial, em que, a partir da antiga Comissão Nacional de Venda do Património Habitacional, foram alienadas 1.879 habitações. Destaca-se aqui os 24.393 apartamentos vendidos no quadro da SONIP e do Fundo do Fomento Habitacional".

José da Silva concluiu: "Estamos à volta de 82.900 habitações dos diferentes subprogramas concluídos ao longo deste tempo, além de 200 fogos por município, que neste momento têm já construído cerca de 9.500 habitações, das 26 mil previstas".

## 6.18 Centralidade do Dundo está pronta para habitar

*Jornal de Angola*

*30 De Maio de 2015*

*Texto: Armando Sapalo*

A primeira fase da nova centralidade do Dundo, capital da província da Lunda Norte, está concluída, com a construção de 5.004 apartamentos e já pode,

nos próximos meses, receber os primeiros moradores, assegurou, no Dundo, ao *Jornal de Angola*, António Martins, da empresa TPF, responsável pela fiscalização das obras.

António Martins falava na cerimónia de entrega, pela Imogestin, ao Governo provincial da Lunda Norte, das três infra-estruturas públicas construídas na nova centralidade do Dundo, concretamente um hospital com 95 camas, uma creche para 900 crianças e uma escola primária de 50 salas de aulas.

António Martins disse que o projecto de urbanização da cidade do Dundo foi concebido pelo Executivo em 2008, no âmbito do Programa Nacional de Habitação e adjudicado à empresa Pan China, tendo as obras começado em Abril de 2009.

Em termos globais, explicou António Martins, o projecto habitacional compreende quatro fases e prevê-se, com as próximas três etapas da obra, a construção de 20 mil apartamentos.

O responsável da empresa de fiscalização afirmou que a primeira fase, que resultou na construção de 5.004 apartamentos, está implantada numa área de 116 hectares e compreende 419 edifícios de 18, 11, nove e cinco andares. A obra está concluída e todos os apartamentos garantem condições para serem habitados, frisou, acrescentando que "neste momento estão em curso trabalhos de acabamentos que têm a ver com a renovação da pintura dos edifícios".

A nova centralidade do Dundo, segundo António Martins, está concebida para receber 30 mil famílias e contempla centros comerciais, bombas de combustível, unidades policiais e parques de estacionamento.

Com uma rede viária de 26 quilómetros, disse, a centralidade conta com redes de abastecimento de água potável, drenagem das águas residuais e pluviais.

Depois da entrega dos estabelecimentos públicos, disse, o desafio da Imogestin, empresa encarregue da gestão dos projectos habitacionais do Executivo, está agora virado para a próxima fase que tem a ver com a transferência dos apartamentos para a sua comercialização.

Entrega da obra

António Martins aponta o mês de Setembro para o empreiteiro entregar a obra ao governo.

A centralidade do Dundo, sublinhou, foi concebida com um modelo que responde às exigências dos padrões urbanísticos internacionais, no quadro da estratégia da nova estrutura organizacional da capital

provincial, que visa a expansão, renovação e o reordenamento urbano, com vista a proporcionar melhor qualidade de vida aos seus habitantes.

## 6.19 Centralidades em fase de conclusão

*Jornal de Angola*  
29 De Maio de 2015

O projecto habitacional em curso na Província do Huambo está em conclusão e as obras são entregues no princípio do próximo ano, afirmou o vice-governador para o sector Técnico e Infra-estruturas, Calunga Francisco Quissanga.

A província do Huambo foi contemplada com 12 mil fogos habitacionais, distribuídos pelos municípios do Huambo, na localidade do Lossambo, Bailundo, Caála e na comuna da Chipipa, dos quais nove mil já estão concluídos.

Calunga Quissanga referiu que 90 por cento das infra-estruturas internas estão concluídas e que decorrem as obras das infra-estruturas externas, que compreendem as vias de acesso, os sistemas de captação e transporte de água potável, bem como o sistema de recolha e tratamento de resíduos sólidos.

Quanto ao fornecimento de energia, o vice-governador disse que decorrem estudos sobre qual deve ser a fonte de alimentação de energia eléctrica. Nesta primeira fase está contemplada, em cada uma das centralidades, a construção de escolas, centros de saúde e creches, com obras em curso.

"Já temos casas prontas e ainda não estamos a entregar por falta energia, água e sistema de esgotos ligados", disse Calunga Francisco Quissanga, que referiu que a modalidade de aquisição das moradias é a renda resolúvel, mas os preços ainda estão a ser avaliados, dependendo do custo das infra-estruturas que estão a ser feitas.

Questionado sobre a qualidade das obras das referidas centralidades, Calunga Francisco Quissanga referiu que o sistema aplicado nessas obras é o betão inovado, uma novidade para a realidade angolana. "É um material de durabilidade testada e garantida", sublinhou.

Segundo o vice-governador, está igualmente em curso a construção de casas sociais em oito municípios: Huambo, Cachiungo, Chicala Chohanga, Longonjo, Mungo, Chinjenje, Ecunha e Ucuma.

Em cada um desses municípios está prevista a construção de 200 casas. Já foram construídas e entregues 50 casas. A modalidade de aquisição das casas sociais é também a renda resolúvel. Custam quatro milhões de kwanzas a ser pagos em 30 anos, uma média de 11 mil kwanzas por mês.

Por outro lado, todos os dias, os serviços da Mediateca Provincial do Huambo atendem, em média, 600 utilizadores, que aí acorrem para a recolha de informações, pesquisas científica e de estudo, disse a chefe de comunicações e eventos da instituição.

Maria Satota informou que a maioria dos usuários dos serviços da mediateca são estudantes, professores e crianças, que diariamente aparecem logo pela manhã em busca de informações e para se divertirem com os jogos.

Os candidatos a utentes dos serviços da mediateca devem tratar do cartão de utilizador, bastando apresentar uma cópia do Bilhete de Identidade e mil kwanzas. O passe de acesso é entregue em seguida.

A chefe de comunicações e eventos da Mediateca Provincial do Huambo sublinhou que os serviços estão disponíveis de segunda a sábado, entre as 8h00 e 19h00.

Os serviços da mediateca estão disponíveis em diversos formatos, desde livros, áudios, vídeos e revistas. A mediateca é um espaço de complemento académico e conta com áreas de Internet para pesquisas, espaços infantis, de lazer de estudo, multimédia, áudio visual, reprografia para tratar os cartões e salas de conferências.

## 7. TERRA

### 7.1 Participantes defendem desburocratização

*Jornal de Angola*

*31 De Maio de 2015*

*Texto: Victor Mayala*

A desburocratização do processo de aquisição de terrenos foi uma das recomendações saídas do seminário provincial que reuniu em Mbanza Congo pessoas de várias sensibilidades para debater a problemática da ocupação ilegal de terras.

Os participantes recomendaram também a criação de um sistema integrado que permita um tratamento mais célere dos processos de regularização de terrenos.

A situação provocou acesos debates no encontro presidido pelo governador provincial do Zaire, Joanes André, no anfiteatro do edifício 11 do Governo Provincial, onde marcaram presença, além da secretária de Estado da Economia, Laura Alcântara Monteiro, membro acompanhante da Administração Central à província do Zaire, várias personalidades, entre as quais, magistrados judiciais e do Ministério Público, representantes dos órgãos de Defesa e Segurança, administradores municipais, autoridades tradicionais e eclesiásticas.

O encontro decorreu em cumprimento das recomendações saídas do seminário nacional sobre a problemática de ocupação de terrenos, que apontam para a necessidade de diagnosticar a situação actual da ocupação de terrenos no país, tendo em conta os pressupostos estabelecidos nas leis de Terras e do Ordenamento do Território e Urbanismo.

O fórum recomendou ainda a harmonização desses dois diplomas legais à luz da Constituição, para atender as situações emergentes.

A venda de terrenos por parte de muitos cidadãos de má-fé constitui uma prática que, segundo defenderam os participantes, deve ser banida, na medida em que tem sido fonte de muitos litígios nas comunidades.

O comunicado final do encontro refere ainda que a venda ilegal de parcelas de terra é, em muitos casos, feita com recurso à falsificação de documentos. A concessão de terrenos urbanos deve ser feita com base na observância da Lei do Ordenamento do Território e Urbanismo, com base nos planos urbanísticos elaborados.

#### Ampla discussão

As discussões sobre a problemática de ocupação de terrenos no Zaire decorreram em quatro painéis. O primeiro abordou a concessão de direitos sobre terrenos, loteamento, embargo de obras e realojamento, ao passo que o segundo painel tratou da ocupação ilegal de terrenos e protecção das zonas urbanas em desenvolvimento.

O terceiro e quarto painéis versaram sobre segurança jurídica, expropriações de terrenos e responsabilidade criminal por ocupação ilegal de terrenos. No encontro foi lido também o comunicado final do Seminário Nacional, realizado nos dias 1 e 2 de Dezembro de 2014, no Palácio da Justiça, em Luanda.

O governador provincial do Zaire, Joanes André, enalteceu o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, pela iniciativa de orientar a realização dos seminários a nível nacional, sobre um tema actual e de extrema importância para a vida do país e, em particular, da província do Zaire.

Joanes André disse ser tarefa fundamental do Estado assegurar a gestão, cedência e exploração de solos, ao mesmo tempo que advogou o uso e aproveitamento de terras em prol das comunidades, respeitando os fins legais que os fundamentam, para que não sejam fonte de conflitos sociais, mas um factor de paz, harmonia, desenvolvimento económico e social da província.

#### Perda de receitas

O governante lembrou ainda que a usurpação e burla são práticas que têm como consequência a perda, por parte do Governo Provincial, de receitas provenientes da concessão de terrenos e respectivos impostos, além de provocar perturbações ao normal funcionamento das administrações municipais e comunais, que têm de canalizar esforços e recursos para evitar o agravamento de conflitos de várias ordens.

O governador do Zaire frisou que a ocupação de terrenos exige uma política orientadora e coordenadora de esforços, planos, acções e investimentos a vários níveis e não apenas do Governo Provincial. As terras do Estado, advertiu, devem ser reordenadas, estruturadas e colocadas ao serviço das políticas do Estado, de acordo com os critérios fixados nos termos da Lei.

A solução do problema deve ser encontrada através da elaboração de planos directores, loteamento de terrenos e o tratamento célere de processos de concessão.



A secretária de Estado da Economia valorizou a realização do encontro, por se tratar de um assunto de grande impacto social. Laura Alcântara Monteiro notou que o êxodo rural gerou uma grande pressão sobre as cidades, onde passou a haver uma procura inusitada de terrenos, tanto para fins habitacionais como económicos. A secretária de Estado referiu ainda que, entre os vários transtornos causados pela ocupação ilegal de terrenos, destacam-se a desarticulação do sistema viário, cortando o acesso aos transportes públicos e dificuldades na recolha de lixo e no provimento de outros serviços indispensáveis ao bem-estar social das populações.

Distribuídos lotes

À margem do seminário, 50 famílias que viviam em zonas de risco receberam lotes de terrenos numa área segura, em cerimónia presidida pelo governador provincial, Joanes André, ladeado pela vice-governadora para os serviços técnicos e infra-estruturas, Angela Diogo, e pela administradora municipal de Mbanza Congo, Isabel Nlandu Morena.

A administradora municipal de Mbanza Congo disse ao Jornal de Angola que o processo de concessão de terrenos prossegue. No momento, estão loteados 125 terrenos na localidade de Vombo, a cerca de dez quilómetros da cidade de Mbanza Congo. "Estamos a lotear terrenos para as pessoas que viviam em áreas de risco, para permitir que construam em áreas seguras. Penso que a iniciativa vai também desencorajar ocupantes e vendedores ilegais de terrenos", referiu Isabel Nlandu Morena.

Filomena Nvemba, uma das beneficiárias, louvou o gesto do Governo Provincial e, em particular, da Administração Municipal de Mbanza Congo em lotear terrenos para as famílias que residem em zonas de risco nos bairros periféricos da cidade.

"Estou muito contente por receber o meu terreno. Vou já criar as condições para começar a obra nos próximos tempos", disse.

Aos beneficiários de lotes de terrenos foram também entregues, entre outros documentos, o talão de controlo da Administração Municipal, croquis de localização, compromisso de aceitação de terreno e o projecto da casa.

## 7.2 Assaltos às terras que geram milhões (II)

*Jornal A Capital*

*30 De Maio de 2015*

*Texto: Marcos António*

A segunda reportagem da série intitulada «Assalto às Terras que Geram Milhões», um mês após o semanário provincial sobre ocupação de terrenos, colocou o jornal A capital, terça-feira última, 26, nas duas margens do troço Benguela/Lobito, detentoras de um potencial visto à lupa há dez anos por especialistas da Direcção Provincial da Agricultura e Desenvolvimento Rural, num levantamento que coincidiu com a aprovação da Lei de Terras.

A operação produziu resultados que segundo fontes oficiais, acabaram ignorados, se calhar devido às propaladas «ordens superiores», o argumento que determinou, a título de exemplo, a expulsão de quarenta camponesas do perímetro da Catumbela, passando a sua fonte de sustento a ser transformada em fábrica de adubos.

Colocados os dados nestes termos, facilmente se percebe que os caminhos do ordenamento do território, agora em voga como nunca, começaram a ser desbravados ainda na era do Governo de Dumilde Rangel.

Este reconhecimento, dizem as mesmas fontes, não ofusca o mérito do Eng. Isaac dos Anjos, defensor, como se tem observado, de famílias camponesas que vêm o seu espaço ocupado por senhores que fogem de áreas preparadas para a indústria, comércio e serviços.

Um alto funcionário do Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA), integrante da equipa de trabalho, explicou que o levantamento teve início na zona da Penitenciária, à saída de Benguela, e terminou muito para lá da Catumbela, a escassos metros da cidade do Lobito.

A realidade de hoje, refere o técnico, mostra que o betão e o ferro engoliram centenas de hectares de áreas agrícolas, perante o olhar impávido de quem tratou de identificar todo o potencial para uma

actividade, como se vê mediante o discurso oficial, que não coabita com a construção civil.

A reportagem *A Capital* esteve em dois pontos que justificam o que as fontes chamam de contra-senso, fazendo alusão à expropriação de camponeses, sobretudo na Catumbela, quando existem neste mesmo corredor (Benguela/Lobito) enormes hectares ocupados mas sem qualquer utilidade. Entre a localidade da Damba Maria e o bairro da Taka, ao lado do asfalto, é visível, tal como documentam as imagens, a placa que simboliza a presença da Chocoil, um conhecido grupo empresarial angolano, numa parcela ocupada há mais de três anos, o tempo que a Lei impõe para a utilização de um terreno concessionado, para fins habitacionais ou económicos.

O espaço, há muito transformado em matagal, o que ilustra bem o subaproveitamento, tem funcionado como local de concentração de bois e outros animais, acontecendo o mesmo em relação a uma parcela localizada ao lado, pertença de um grupo empresarial que se dedica à importação e exportação de bens e serviços.

Agarrado a exemplos como estes, funcionário do IDA, que optou por fazer vistas grossas à forma como as parcelas são conseguidas, limitou-se a repudiar a exclusão de gente que trabalha para o sustento de milhares de cidadãos. «Por incrível que pareça, os grandes senhores, empresários ou grupos empresariais, mantêm subaproveitados os terrenos. É o que vemos, infelizmente, nos perímetros que foram analisados há uns dez anos», indicou o técnico.

Numa altura em que já conhecia os resultados, o antigo director da Agricultura, Eng. Abrantes Carlos, não se cansava de alertar, em tom crítico, para o facto de Benguela e Lobito estarem a ser ligadas por betão, com todas as consequências dali decorrentes. Mais nas vestes de técnico conhecedor da realidade, indicava que os principais vales agrícolas do litoral da província estavam a ser destruídos.

Já o arquitecto Felisberto Amado, também atento ao cenário, advertia que a província vinha perdendo parte valiosa da Reserva Agrícola Nacional (RAN), salientando que as políticas devastadoras dos espaços verdes eram controversas à preservação do ambiente.

Governador insiste no ordenamento do território

Num discurso a encaixar como uma luva na abordagem inicial deste jornal, o governador da província de Benguela afirmou, categórico, que os terrenos para projectos agrícolas não devem ser sacrificados pela construção civil, apontando como

exemplos os vales do Cavaco e da Catumbela. «Temos terrenos para a construção civil, em locais próprios para habitações, indústria, comércio e serviços», realçou Isaac dos Anjos, ao proceder ao lançamento do seminário sobre ocupação de terras.

Sem nunca ter perdido de vista as conclusões do seminário nacional, organizado pela Presidência da República, acrescentou que a anarquia torna difícil o crescimento económico projectado para os dez municípios da província. Daí que, conforme refere Isaac dos Anjos, o ordenamento do território se afigure como uma tarefa incontornável, sendo certo que, olhando para o lado económico, o Estado não consegue receitas por via da concessão de terras.

O governador foi mais contundente ainda quando ressaltou que o surgimento de iniciativas não deve implicar o esbulho e desapropriação de famílias camponesas, atiradas, regra geral, para situações marginais e de agravamento dos níveis de pobreza.

Aqui chegado, acrescentou que os municípios de Caimbambo, Chongoroi e Cubal, o último já radiografado pelo *A Capital*, estão a perder programas capazes de gerar emprego e de dinamizar a economia, a julgar pelas dificuldades que derivam da ocupação desordenada.

No litoral, insiste o Eng. Isaac dos Anjos, colocando o acento tónico no Lobito, Benguela e Catumbela, há muita anarquia protagonizada por cidadãos sem competência para fazer talhões.

### 7.3 Bairro Operário entre a história e o Zango

*Jornal O PAÍS*

29 De Maio de 2015

Texto: Milton Manaça

A fundação do Bairro Operário (B.O) data do longínquo ano de 1930, altura em que os assimilados luandenses estavam a ser escoraçados pelos colonos portugueses do centro urbano de Luanda, em bairros como Maianga, Coqueiros e as Ingombotas.

Os moradores do BO são famílias antigas de Luanda oriundas da pequena burguesia trabalhadora, funcionários do aparelho do Estado e assalariados que foram enviados para o Musseque Burity, mais tarde chamado de Bairro Indígena e hoje Bairro Operário.

Luísa Gomes de 84 anos chegou ao musseque indígena em 1937 quando tinha apenas 7 anos, altura

em que as únicas referências próximas eram os cemitérios do Alto das Cruzes e dos ingleses, este último abrangia a área onde actualmente está localizada a embaixada americana, segundo estimativas da moradora da Rua do Lobito, que diz ter acompanhado o crescimento do bairro.

Na verdade, de acordo com a velha Luísa, foi aproveitada a proximidade com o centro da cidade para serem construídas residências para albergar a massa proletária que não devia se distanciar do seu local de trabalho, apesar dos primeiros moradores terem encontrado ainda "área virgem".

A linha do comboio saído do Bungo passava pela Robert Hudson, cruzando a Maianga e Vila Alice, tendo como destino a estação do Musseque Burity por onde subiam os operários. É por esta razão, de acordo com Luísa Gomes, que passou a chamar-se Bairro dos Operários já que era nesse lugar em que boa parte dos funcionários dos Caminhos-de-Ferro de Luanda residia, disse a anciã (CFL).

Apesar da sua idade avançada demonstrou estar ainda com a memória fresca, tendo citado Gomes Miala, João Nkukuila, Moisés e Ernesto que a par de outras diz serem das mais antigas famílias do BO que tiveram a felicidade de acompanhar 'in loco' a evolução do bairro.

Luísa Gomes que viu de perto os pais a edificarem com paus e barro a residência que herdou, estando de malas feitas para o Zango, situada há mais de 40 Quilómetros do bairro onde vive a aproximadamente 80 anos e diz-se injustiçada, pois para além de alegar que a sua casa tem um valor superior as casas do Zango, nunca foi seu desejo largar o BO que viu crescer ela e os filhos.

Conceição Manuel, chegou no BO em 1942 proveniente de Caxicane. Hoje com 83 anos contam-se aos dedos das mãos as pessoas da sua geração que ainda sobrevivem, já que a maioria já não faz parte do mundo dos vivos, conforme disse a própria quando questionado sobre o paradeiro das antigas amigas.

Na Rua B onde vive contam-se também as casas de madeira que nos tempos coloriam a parte do bairro que dá acesso à Rua Alameda Manuel Van-Dúnem. Curiosamente, a primeira casa que Conceição encontrou na referida rua já foi destruída, sendo a sua uma das poucas que resiste à degradação do bairro.

Com mais de 70 anos passados no bairro, lembrou - se do tempo em que o vizinho era considerado família, tendo referido que a convivência era saudável e harmoniosa, mas sempre na base do respeito a

propriedade alheia e da separação do que era individual ao que era colectivo, disse.

"Aqui no nosso bairro temos escolas, hospitais, igrejas, água e luz, e é aqui onde eu queria morrer, mas já fomos avisados para deixar o bairro ", disse avó São quando confrontada sobre o processo de requalificação em curso no BO.

## 7.4 Estado deve entregar terrenos urbanizados

*Jornal de Angola*

*15 De Maio de 2015*

*Texto: António Capitão*

As instituições da administração local do Estado devem disponibilizar terrenos urbanizados e em tempo útil para responder às solicitações dos particulares, defenderam, no Uíge, os participantes no Seminário Provincial sobre a Ocupação de Terrenos.

A necessidade de haver maior interacção entre as administrações municipais, comunais e as autoridades tradicionais na cedência de terrenos, dentro dos parâmetros estabelecidos por Lei, de modo a evitar conflitos, foi defendida no Seminário Provincial sobre a Ocupação de Terrenos, no Uíge.

A classificação e a qualificação dos espaços, por meio de planos territoriais e urbanísticos, foi outra conclusão saída do seminário do Uíge. Os participantes recomendaram a capacitação dos técnicos e agentes das administrações locais do Estado concursos de superação em matéria de Lei de Terras e do Ordenamento do Território Urbanístico, tendo em atenção as distorções e insuficiências que se verificam na interpretação e aplicação das mesmas. O governador provincial do Uíge, Paulo Pombolo, disse que o Seminário Provincial sobre a Ocupação de Terrenos serviu para definir um conjunto de medidas concretas para pôr fim aos actos de ocupação e venda anárquica de terrenos, analisar a eficácia das leis de Terras e do Ordenamento do Território, traçar um quadro para a sua aplicação prática e avaliar os actos de ocupação, venda ou concessão de terrenos.

"Pretendemos abrir uma nova perspectiva no sentido de envolver todos os actores deste processo para o alcance de soluções que alterem o quadro actual", disse o governador provincial do Uíge, que acrescentou: "É necessário acabarmos com a venda de terrenos e cedência de terras fora do controlo das instituições de direito, por favorecer conflitos que provocam a desestruturação das comunidades e a escassez de espaços para o surgimento de áreas

urbanizadas e de grande valia socioeconómica". Paulo Pombolo pediu mais colaboração às organizações sociais da província para ajudarem as populações através de palestras sobre o combate à ocupação ilegal de terras.

É uma tarefa difícil o processo de gestão de terras na região devido aos vários actos da população e autoridades tradicionais, que se auto intitulam proprietários de espaços na qualidade de herdeiros de alguns dos seus ancestrais, referiu o governador, para depois acusar algumas autoridades tradicionais de estarem na "linha da frente" na venda, concessão e distribuição ilegal de terras e incentivarem as populações a invadirem as reservas fundiárias do Estado, provocando o surgimento de novos bairros sem estrutura urbanística e planos-directores, para a instalação de infra-estruturas integradas.

"Às autoridades tradicionais estão reservadas a emissão de pareceres sobre o requerimento de um cidadão que solicita terreno. Mas em muitos casos os sobas esquecem-se das suas responsabilidades e assumem-se como agentes do Estado, autorizando, em troca de dinheiro e outros bens materiais, a ocupação dos espaços reservados a fins públicos ou privados", concluiu o governador.

## 7.5 Forais das cidades são actualizados

*Jornal de Angola*

*15 De Maio de Maio*

Um processo para a melhoria da organização das unidades urbanas, mediante um estrito inventário e actualização dos Forais das Cidades, é desenvolvido pelo Ministério da Administração do Território, escreve a revista "Nossa Terra".

Esta iniciativa permite estabelecer uma classificação mais rigorosa das cidades, vilas e povoações de Angola, além de melhorar a definição da estrutura organizativa das sedes capitais.

A "Nossa Terra" refere que para a delimitação rigorosa de cada unidade territorial são usados sofisticados meios tecnológicos de geração recente que envolvem o cálculo e observação por satélite e envolve o Ministério do Urbanismo e Habitação. A publicação indica que o aumento da população angolana, sancionado pelo Censo da População e Habitação de 2014, tomou imperiosa a necessidade de se completar a actualização dos forais das cidades para se projectar o futuro de maneira mais eficiente. A revista adianta que este processo conduz a um ajustamento da divisão político-administrativa do

país, já amadurecido pelo Ministério da Administração do Território. A Direcção Nacional de Organização do Território trabalha na confrontação da base cartográfica já com a descrição dos limites geográficos contidos num documento que data da era colonial.

## 7.6 Ocupações à margem da lei têm dias contados na capital

*Jornal De Angola*

*5 De Maio de 2015*

*Texto: Domingos Cadência*

O Governo da Província de Luanda realiza, amanhã, o seminário sobre a Problemática da Ocupação ilegal de Terrenos, com o objectivo de encontrar soluções para dirimir estes conflitos. A porta-voz do seminário, Ana João, disse que 300 participantes vão debruçar-se sobre o diagnóstico e situação actual da ocupação de terrenos nos municípios de Luanda, bem como a vigência da Lei de Terras. Ana João informou que o encontro resulta de uma orientação do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, como resposta a questões colocadas no F fórum da Mulher Rural.

O seminário provincial foi antecedido por encontros municipais para a auscultação das administrações, autoridades tradicionais, religiosas, comissões de moradores e outros membros da sociedade civil.

A situação actual do cadastro e protecção das reservas fundiária sistema biométrico de cadastramento, controlo de cidadãos nas áreas de risco, segurança jurídica dos terrenos, e concessão de direitos sobre terrenos e loteamentos fazem parte dos assuntos agendados no seminário.

Temas como a ocupação de terras, construção de residências sem infra-estruturas, problemas sociais criminal idade e impacto na governação, impunidade e responsabilidade criminal pela ocupação, bem como medidas preventivas vão estar em debate. Participam no encontro orientado pelo governador provincial de Luanda, Graciano Domingos, o ministro da Defesa Nacional, João Lourenço, deputados à Assembleia Nacional, Polícia Nacional e entidades tradicionais.

## 7.7 China Jiang Su Ursupa Terras De Camponeses

*Jornal Folha 8*

*9 De Maio de 2015*

Cerca de 150 camponeses autóctones acusam a empresa China Jiang Su de proceder, com uso da força, a ocupação ilegal das suas lavras, sitas na zona do Bita Kakati, no município do Belas, em Luanda.

A batalha entre as duas entidades, remonta à 2014, altura em que, alegadamente, a empresa China jurista Lazarino Poulson, Jiang Su invadira a zona, derrubando lavras, residências e empreendimentos comerciais e escolares em construção.

Face a reacção das populações a empresa cobriu toda área com chapas e colocou na zona, um número incalculável de operativos da empresa de segurança Chingango, contratados pela LD Investimentos, alegadamente propriedade do jurista Lazarino Poulson, para efectuar a indemnização dos velhos camponeses "mas parece que a empresa, do Lazarino terá dado destino incerto a este dinheiro", presumiu, acrescentando, estar "a China Jiang Su está totalmente isenta de qualquer culpa neste processo, a nossa seriedade obrigou-nos a contactar o Estado que por meio do Ministério do Urbanismo, cedeu-nos os espaços, e, em contrapartida, contratamos a LD Investimento para indemnizar os proprietários, depois dos técnicos, também contratados, terem realizado o cadastramento de todos os camponeses", advogou.

Por sua vez, o director-adjunto da LD Investimentos, Adilson dos Santos, confirmou por telefone ao F8, terem sido contratados pela China Jang Su para proceder a indemnização aos camponeses, e garantiu estarem a fazê-lo de forma faseada.

"Temos conhecimento de haver certos cidadãos a reclamar indemnização, mas nós estamos a cumprir o cadastramento, já pagamos alguns camponeses, reunimo-nos com os que ainda não beneficiaram e comprometemo-nos a pagá-los no próximo dia 18 de Maio deste ano", aflorou.

FALTA DE SERIEDADE NO CADASTRAMENTO

O pastor Sebastião Makiese, proprietário de uma lavra de 100 metros quadrados naquela zona, disse que os engenheiros contratados pela China Jiang Su, não conseguiram cadastrar todos os camponeses, por exemplo, "quando houve o cadastro, a minha esposa estava doente, e a levei na República Democrática do Congo. Quando cheguei tudo aqui já estava feito e

apercebi-me de que, algumas pessoas estavam a ser indemnizadas pelas terras.

Quando fui fazer o mesmo, um jovem polícia insultou-me, tratou-me de langa e de seguida algemou-me. Eu tenho 52 anos de idade, sou natural do Mbanza Congo, Província do Zaire, e tenho sob meus cuidados em casa, cerca de 14 pessoas, sou uma pessoa muito séria", referiu. Também irritadíssima, está dona Maria, proprietária de uma lavra de 120 metros de comprimentos e 93 de largura, a mesma diz já ter gasto mais de um milhão de dólares para aquisição e tratamento da referida terra.

"Os 600 mil Kz que eles (LD Investimentos) estão a dar não correspondem com a dimensão das nossas lavras e com os gastos todos já feitos", reclamou, acrescentando, "assim como o pastor Seba, não fui cadastrada, mas antes de cobrirem e pagarem as seis (até aqui as únicas que fora pagas), contratei alguns jovens que capinaram a lavra, e plantaram mangueiras, paus de farinha, goiabeiras, etc, tudo pago por mim. Agora esses camaradas dizem que não me vão dar nada pela minha lavra? Estão malucos", sentenciou.

"Se a China Jiang Su, ao invés de pagar-nos directamente preferiu contratar o Lazarino Poulson, não somos culpadas, terão de nos pagar", desabafou Maura, também dona de uma lavra. " Nós acreditamos no Jornal F8, por favor, não nos decepcionem, pois sabemos que o grupo Investimento, do senhor Poulson, é corrupto, não aceitem que vos paguem para não passar a notícia", suplicou Matilde, esposa do general Abel, também detentor de uma parcela de terra na zona.

Quanto a falta de seriedade do cadastramento defendida pelas vítimas, F8 ouviu um dos técnicos de cadastro da zona, que alegou não haver margens de erros no cadastramento realizado.

"A nossa equipa fez um excelente trabalho, mas a verdade é que a China Jang Su deve pagar aos camponeses, se deu o dinheiro à empresa do Lazarino, e este não honrara com o acordo celebrado, as populações não são culpadas e não devem ser prejudicadas, quem está com o terreno é a firma chinesa, então ela tem de indemnizar as pessoas", afirmou o referido técnico.

## 7.8 Governo quer pôr fim à ocupação ilegal de terrenos

*Jornal De Angola*

11 De Maio de 2015

Texto: André Da Costa e Ana Paulo

Luanda regista 'um aumento de casos de ocupação ilegal de terrenos por parte de vários indivíduos que chegam mesmo a agredir e matar proprietários de lavras.'

O Governo Provincial aponta como zonas mais afectadas pela ocupação ilegal de terrenos os municípios de Cacucaco, Belas, Viana, Icolo e Bengo e Quiçama e no casco urbano o Rangel, Sambizanga, Samba e Kilamba Kiaxi.

Para pôr cobro a esse fenómeno, Governo Provincial de Luanda (GPL) organizou, há dias, um seminário com responsáveis das Administrações Municipais, sob as e outras entidades.

No encontro, o governador provincial Graciano Domingos defendeu a tomada de medidas administrativas e coercivas para travar o fenómeno da ocupação ilegal de terrenos na capital do país.

Apenas no município de Belas, mais de 20 cidadãos dirigem-se por dia à Administração para apresentação de reclamações. O soba grande Miguel Neto disse ao Jornal de Angola que camponesas são mortas por meliantes que se apoderam dos terrenos para depois os venderem em parcelas.

Miguel Neto afirmou que muitos cidadãos desconhecem a Lei de Terras. Como soba, tem procurado passar informações a esse respeito às populações. Defendeu que cada área deve ter um coordenador para esclarecer essas situações, em conjunto com o soba grande, Polícia e a Administração.

"Muitos cidadãos sofrem agressões físicas por parte de indivíduos que, sem residir nos bairros, usam o nome de individualidades para se apoderarem dos terrenos e depois vendem sem consultar a Administração Municipal", disse a autoridade tradicional.

Nas áreas do Tanque 1 e 2, no Quenguela Norte, e bairro Cinco Fios, no Bitá, aparecem muitos invasores de terras de camponesas indefesas. O soba lamentou o facto de quando chamada a intervir, a Polícia Nacional detém os indivíduos, mas estes são postos em liberdade dias depois. Além disso, referiu, a esquadra da Polícia do Ramiro tem apenas uma viatura para acudir a tantas solicitações.

### A voz dos camponeses

A camponesa Joana Narciso viu a parcela de 200 metros quadrados, que detém desde o tempo colonial no bairro do Bitá, invadida por um grupo organizado de indivíduos que a ameaçaram de morte e deram-lhe alguns dias para abandonar o local. Os filhos, Diniz e António Moreira, recorreram à Polícia e à Administração de Belas. Com ajuda de alguns vizinhos, conseguiram reaver o terreno.

A mesma sorte teve João Salomão, que recorreu aos militares e à Polícia Nacional, para reaver o terreno invadido no bairro Mulenvos de Cima.

Histórias da ocupação ilegal de terrenos estão na ordem do dia em Luanda. Grupos organizados chegam a invadir quintas, como frisou João Bartolomeu, que teve a sua invadida em Viana e não conseguiu recuperar, porque dias depois encontrou novos ocupantes.

A parcela de terra de Kilunje já foi invadida por 11 pessoas diferentes. Sempre lutou e até agora não venceu. Tem os processos na Administração de Belas à espera de solução.

### Problema grave em Belas

O administrador municipal de Belas, Filipe Espanhol, disse ao Jornal de Angola que o problema da ocupação e venda ilegal de terrenos é dos mais graves e ocupa muitas horas de trabalho aos funcionários e responsáveis locais. A acção dos grupos organizados tem como vítimas preferenciais as mulheres camponesas.

Para Filipe Espanhol, o seminário veio capacitar os técnicos e alertar a população sobre como deve proceder em casos de ocupação de terrenos. O administrador disse que existe um plano de distribuição de terrenos à população, a ser concretizado após o loteamento das áreas, e que algumas áreas já foram distribuídas.

O administrador denunciou que muitas cooperativas de camponeses existentes no município, ao invés da produção agrícola, dedicam-se ao chamado "garimpo de terrenos". Durante as acções de cadastramento, é recorrente verificar-se que, numa área onde os funcionários da Administração fazem o registo de menos de cem pessoas, uma semana depois apareçam mais de mil a dizerem ser camponeses sem nunca terem pegado numa enxada. Situações idênticas foram também denunciadas pelo administrador de Icolo e Bengo, Adriano Mendes de Carvalho. A Administração local recebe de 20 a 30 reclamações por dia. Os ocupantes aproveitam-se da fragilidade das camponesas.

O administrador avançou que vão ser demolidas as obras construídas de forma ilegal e criados mecanismos para distribuição de lotes para benefício da população.

#### Recurso aos tribunais

Carlos Cavuquila, administrador de Cacucaco, disse existirem muitos litígios por terrenos no município, que são resolvidos pelos tribunais. "A Administração Municipal não pode interferir, sob pena de estar a usurpar poderes alheios", referiu.

O município possui ainda alguns espaços baldios. Quando as reclamações são relativas a algum incidente gerado pela afectação de terrenos, os casos são resolvidos pela Administração Municipal.

As áreas com mais casos do género são as do Rio Seco, Sequele e Funda, onde se regista a invasão de terrenos agrícolas. "Estamos a trabalhar para pôr ordem na casa. Há os que ocupam porque querem construir uma casa para viver e há os que ocupam para fazer negócio", disse o administrador.

Adiantou que se está a adoptar um modelo de registo biométrico dos proprietários de terrenos, assim como a proceder ao levantamento das áreas necessárias para a construção de escolas, hospitais e outros serviços.

#### Intervenção dos militares

São muitos os cidadãos que recorrem à Guarnição Militar de Luanda para resolver conflitos de terras, sobretudo quando estão envolvidos elementos das Forças Armadas e Polícia Nacional.

O coronel Carlos André, afecto àquela Guarnição, afirmou que muitos dos indivíduos envolvidos em ocupações de terrenos que alegam serem militares, polícias ou antigos combatentes, na verdade não o são. Disse ainda haver poucos casos de militares envolvidos nesse tipo de situação e os que são notificados recebem o devido tratamento pelos órgãos de Justiça Militar.

O coronel explicou que a intervenção dos militares junto com a Polícia Nacional visa ajudar a Administração do Estado a repor a legalidade.

Existem em Luanda dois destacamentos criados para atender a situações ligadas à ocupação ilegal de terrenos, um na área do Zango e outro em Sacobaia. São constituídos por militares, polícias e elementos da Fiscalização.

"O papel das Forças Armadas Angolanas tem sido importante", afirmou aquele oficial e citou como

exemplo a intervenção que impediu a ocupação anárquica de terrenos na Zona Económica Especial.

## 7.9 Províncias à procura de soluções

*Jornal De Angola*

*11 De Maio de 2015*

*Texto: Isidoro Samutula e Kamuânga*

*Júlio*

A Insuficiência técnica dos agentes da administração pública na Interpretação das leis de terras e do ordenamento do território e do urbanismo, bem como a ausência da articulação entre as várias autoridades na concessão de terrenos são alguns dos factores que contribuem para a ocupação desordenada de terrenos na província da Lunda Norte.

Esta é uma das conclusões do seminário obre a "Problemática da Ocupação Ilegal de Terrenos", realizado na cidade do Dundo com o objectivo de diagnosticar as causas da ocupação desordenada de terrenos e estudar os mecanismos para a sua solução.

No seminário foi debatida a concessão de direitos sobre terrenos e loteamento, segurança jurídica, expropriações, realojamento e embargos, medidas preventivas e protecção das autoridades públicas contra a ocupação ilegal. Foram abordadas questões ligadas ao cadastro provincial de terras e reservas fundiárias, zonas de protecção urbanística e áreas críticas de recuperação e conservação urbanística e a responsabilidade criminal por ocupação não autorizada de terrenos.

Para simplificar o processo de concessão de terrenos pelas instituições da administração local do Estado, os participantes defenderam a sua desburocratização e a elaboração atempada de planos e projectos de loteamento a todos os níveis;

O governador provincial da Lunda Norte, Ernesto Muangala, disse, no seminário, que as ocupações ilegais e desordenadas de terrenos e os relatos de usurpação e burlas provenientes de concessões duvidosas influenciam negativamente nas receitas do Estado e contribuem para a criação de conflitos, para os quais pediu a tomada de medidas para se repor a legalidade.

"As terras devem ser protegidas, cadastradas, ordenadas e disponibilizadas para o serviço das políticas do Estado", sublinhou Ernesto Muangala, que pediu aos órgãos de administração local maior celeridade na elaboração dos planos directores municipais e urbanísticos para a população usufruir da terra de forma ordenada e sustentável

O seminário foi acompanhado pela directora nacional do Ambiente do Ministério de Geologia e Minas. Engrácia Tomás defendeu a solução urgente da problemática da ocupação ilegal de terrenos devido às suas repercussões nos domínios social, político, jurídico e económico do país.

#### Rigor na Lunda Sul

Na província da Lunda Sul, o seminário sobre a "Problemática das Ocupações Ilegais de Terrenos", na cidade de Saurimo, recomendou às administrações municipais e comunais a absterem-se rigorosamente da prática da atribuição de terrenos à população sem a existência prévia de um plano de loteamento estabelecido pela Lei.

O seminário recomendou a criação de brigadas de vistorias para averiguar o nível de aproveitamento efectivo dos terrenos concedidos, bem como a colocação continua de placas de proibição de ocupação nas reservas fundiárias e zonas de risco e o reforço da colaboração entre as administrações municipais, comunais e a direcção provincial do Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente para garantir a eficácia do processo.

Para garantir a transparência do processo de atribuição de parcelas de terrenos, os participantes solicitaram a criação de condições para se fazerem cobranças de impostos de selo em todas os processos de concessão e declarações e pareceres devidamente autenticados.

O seminário abordou a insuficiência técnica das instituições da administração local do Estado em disponibilizar terrenos em tempo útil, a passividade dos órgãos judiciais em tratarem as queixas das vítimas de burla, classificação e qualificação dos espaços e o registo predial das respectivas licenças de loteamento.

O secretário de Estado do Comércio, Álvaro Augusto Paixão, defendeu, no encerramento do seminário que teve a participação de entidades do governo, sociedade civil, autoridades tradicionais e religiosas, uma reflexão profunda deste fenómeno, bem assim como a aceleração do plano director sobre a Lei de Terra para dar resposta aos problemas ligados à ocupação ilegal de terrenos.

## 7.10 Execução de projectos fica condicionado

*Jornal De Angola*

*13 De Maio de 2015*

*Texto: Lourenço Bulue e Victória*

*Quintas*

A ocupação ilegal de terreno faz com que vários projectos de Investimentos públicos sejam Ineficientes, porque o Governo é obrigado a fazer o curso a expropriações, Indemnizações e realojamento das populações, disse , segunda-feira, em Menongue, Cuando Cubango, o ministro do Planeamento e Desenvolvimento Territorial, Job Graça explicou, no seminário provincial sobre a "A problemática da ocupação ilegal de terrenos", que a ocupação ilegal de terrenos impede uma urbanização efectiva, que por sua vez prejudica a previsão de alguns serviços, como é o caso do saneamento básico.

"Estes factores são suficientes para ilustrar os danos que a ocupação ilegal de terrenos pode causar no nosso processo de crescimento e desenvolvimento económico e social", disse Job Graça, que acrescentou ser o desenvolvimento económico e social um bem público que beneficia a todos.

"A terra é propriedade do Estado e todo o indivíduo que por livre e espontânea vontade a ocupar para fins próprios é responsabilizado judicialmente", disse o ministro do Planeamento e Desenvolvimento Territorial.

Aos esforços do Executivo para a melhoria das condições de vida dos cidadãos devem associar-se os demais actores do Estado e da população em geral no sentido da ocupação de terrenos ser feita à luz das leis de ordenamento do território e urbanismo, salientou Job Graça, para quem as conclusões e recomendações dos seminários nacional e provinciais permitem caracterizar melhor o problema e perspectivar a solução para o mesmo.



A província do Cuando Cubango, não obstante a sua extensão, registou muitos casos de ocupação ilegal de terreno, principalmente na capital e nas sedes dos municípios, o que origina perturbações no normal funcionamento das administrações municipais e comunais, reconheceu o governador do Cuando Cubango, Higinio Carneiro. "As administrações municipais e comunais são obrigadas a direccionar grande parte dos seus esforços e recursos para evitar conflitos",

#### Prevenção de conflitos

Uma maior divulgação da Lei de Terras e do regulamento geral de concessão de terrenos para autoconstrução e explorações agropecuárias foi defendida, segunda-feira, no Huambo, por especialistas e técnicos ligados ao sector do urbanismo, habitação e ambiente.

O seminário sobre a problemática de ocupação de terrenos, organizado pelo Governo Provincial do Huambo, recomendou a criação de mecanismos e políticas que incentivem maior articulação, coordenação e cooperação entre os vários órgãos que intervêm no processo de concessão de terrenos. Os técnicos sugeriram a criação de mecanismos e políticas que visem a celeridade e prontidão no tratamento dos casos de conflitos de terras que cheguem aos órgãos judiciais.

Promover uma ampla campanha de legalização e cadastramento dos terrenos cujos titulares não possuam documentação, assim como a criação de mecanismos capazes de desencorajar a ocupação ilegal de terrenos, aumentar o número de efectivos da fiscalização constam das recomendações do seminário.

O governador provincial do Huambo, Kundi Paihama, disse, no seminário, que a terra constitui o principal recurso para a subsistência da espécie humana, por ser onde se realizam as principais acções e dele obtém os bens necessários para a satisfação das suas necessidades. "Mas só com o aproveitamento adequado e racional deste recurso se pode garantir e proporcionar às populações o benefício que ela oferece".

Há em todo o país relatos de conflitos de terrenos entre cidadãos e instituições pública e privada, o quais terminam muitas vezes em acto de violência que causam ferimentos aos intervenientes ou mesmo morte em alguns casos, disse Kundi Paihama.

A problemática da terra na sua dimensão jurídica "deve ser tratada de forma integrada e em função do seu múltiplo uso, tal como o suporte de abrigo ou

habitação da população residente no território", referiu o secretário de Estado da Habitação, Joaquim Silvestre.

O seminário serviu para diagnosticar a situação actual da ocupação de terreno na província do Huambo e abordou temas como "A concessão de direitos sobre terrenos e loteamentos", "Segurança jurídica", "Expropriações, realojamentos e embargos".

## 7.1.1 Infiltração de figuras públicas

*Jornal O País*

*15 De Maio de 2015*

Construída para acolher 150 famílias do Bairro Operário, estão alojadas no edifício Anangola pouco menos de 30 agregados dos ditos moradores da casa mãe, soube a PAÍS de fontes familiarizadas com o assunto.

As fontes que pediram anonimato, revelaram que estão entre os ocupantes dos apartamentos figuras públicas ligadas ao Canal 2 da TPA e à música angolana, que apesar de não serem moradores do B.a foram beneficiados com apartamentos por alegado jogo de influência junto aos responsáveis do processo de realojamentos.

Estão ainda entre os infiltrados, de acordo com as mesmas fontes, cidadãos estrangeiros.

Aliás, no momento em que visitávamos alguns compartimentos deste imponente edifício, veio ao nosso encontro um morador que aparentava ser de nacionalidade maliana, que num português arrojado saudou-nos enquanto acompanhava atentamente a conversa que mantínhamos com os nossos interlocutores.

Para provar que as suas palavras não constituíam mero palavreado, as fontes desafiaram a administração do distrito do Sambizanga a publicar nos órgãos de comunicação social público os nomes dos ocupantes do prédio Anangola com o número dos apartamentos em que foram realojados de modos a demonstrar transparência ao processo.

Mateus Miguel, por exemplo, membro da Comissão adhoc do B. O disse que durante uma visita recentemente efectuada ao edifício, aonde permaneceu cerca de 40 minutos, alegou não ter visto mais de 10 antigos moradores do seu bairro, das mais de 50 pessoas que viu passar, tendo acrescentado que a maioria dos moradores do perímetro cadastrado, os conhece.

Refira -se que o termo de responsabilidade distribuído às famílias a ocuparem apartamentos do edifício Anangola, estabelece no seu primeiro ponto da linha 'd' que a habitação cedida destina -se exclusivamente para residência do beneficiário e os elementos do seu agregado familiar.

O mesmo documento em posse deste jornal, determina a proibição de qualquer outra utilização, nomeadamente, subarrendamento total ou parcial, cedência da casa ou exercício de actividades comerciais ou industriais.

## 7.12 Realojamento polémico no B.O

*Jornal O País*

*15 De Angola de 2015*

*Texto: Milton Manaça*

Depois de ter sido anunciado oficialmente a requalificação do B.O, os seus moradores esperavam que fossem acomodados todos na mesma área de jurisdição conforme haviam prometido as autoridades do distrito de Sambizanga.

O envio das primeiras famílias ao Zango que residiam em anexos das chamadas 'casa mãe', está a criar uma onda de protestos no seio dos residentes deste bairro que esperavam continuar a viver no bairro que os viu nascer.

Segundo os moradores ouvidos por O PAÍS no Domingo, 10, o processo de realojamento começou de uma forma errada pelo facto de não se estar a cumprir o sistema de 'bola de neve' que consiste em realojar as primeiras 150 famílias no edifício construído, e partir as suas antigas residências voltar a construir um outro prédio para acolher outras famílias.

De acordo com Carlos Correia não é isso que está a ser verificado no terreno e alega existir por parte dos responsáveis "um certo aproveitamento das palavras do Presidente da República pelo facto de estarem a ser seleccionados 'compadrios' para ocuparem os apartamentos" construídos com a finalidade de acolher os verdadeiros 'natos' B.O.

Apesar de ter beneficiado de um apartamento T3 e estar a coordenar a comissão do referido prédio baptizado com o nome de Anangola, manifestou o seu descontentamento em virtude do destino que está a ser dado aos seus ex-vizinhos, tendo defendido que as casas do Zango estão muito longe de oferecer condições de habitabilidade que vai de encontro aos moradores do B.O.

Em virtude de não estarem localizados numa área de risco, Carlos Correia apegou-se ao conceito de requalificação para de seguida realçar que num processo como esse as famílias são acomodadas no mesmo bairro, tendo lamentado a desagregação a que estão a ser vítimas muitas famílias impedidas de coabitarem no mesmo espaço.

Este é também o entendimento de Miguel Mateus nascido no bairro dos proletários há 40 anos. Ele defende que a modernização dos bairros, de uma forma geral, na província de Luanda, deveria manter aquilo que têm de essência, sendo, para tal necessário e urgente assegurar-se a continuidade de traços identificativos de cada área, de tal forma que não se anule uma história construída ao longo do tempo. Nos seus depoimentos, os nossos interlocutores deixaram claro não ser pretensão dos moradores inviabilizar ou impedir a modernização da área, mas asseguraram que o processo não está a seguir os trâmites legais, muito menos o aludido sistema de 'bola de neve' como ficou patente no princípio.

"O Zango foi criado para um projecto emergências que são as zonas de risco, e Sabe-se que o Bairro Operário encontra -se numa zona em que os seus moradores têm um tipo de vivência metropolitana", por esta razão, prosseguiu Miguel, a vivência da área em que estão a ser postas as famílias do nosso bairro não vai de encontro com a nossa realidade.

Para os proletários, o processo de requalificação do bairro em que residem não tem necessariamente de passar por demolições e argumentam que o B.O precisa somente de ver asfaltadas as suas ruas que devem contemplar com uma rede eficiente de esgotos.

"Para as residências que apresentam estado elevado de deterioração, o estado devia fazer um processo de comparticipação e o proprietário iria pagar ao longo do tempo, aliás, sendo um bairro histórico onde viveu Agostinho Neto, parte da sua arquitectónica colonial deveria ser mantida para preservar a história", disse outro morador que se identificou como Manuel.

A questão da descaracterização do bairro constitui preocupação da maioria dos moradores que actualmente têm como único ponto de referência a residência em que viveu o primeiro presidente de Angola que depois de reabilitada transformou-se em Casa Cultural Agostinho Neto.

"No bairro em que nasci e cresci eu me sinto como um forasteiro e destruindo o B.O é como se estivessem a destruir parte de mim, porque o homem tem que ter um passado e uma história que tem que

ser preservada", argumentam. Durante o período que O PAÍS esteve no local, muitos moradores abatidos com a situação apenas lamentavam com murmúrios, outros porém, agastados preferem não tecer qualquer tipo de comentário.

### 7.13 Administração pretende adoptar registo biométrico

*Jornal de Angola*  
24 De Maio de 2015

A Administração Municipal de Viana pretende adoptar o modelo de registo biométrico para planificar e controlar a ocupação de terras.

O administrador José Alberto Cavuquila disse à Angop que o plano está em fase de contratação de empresas especializadas, para efectuarem os serviços informáticos.

"Estamos a trabalhar no sentido de pôr ordem quanto à ocupação ilegal de terrenos na circunscrição. Há os que ocupam porque querem construir, mas também há os que ocupam porque querem fazer negócio. Assim, estamos a ver quem é quem, de onde vem e o que pretende", sublinhou.

José Cavuquila defendeu a aplicação rigorosa da Lei de Ordenamento do Território do Urbanismo e a Lei de Terras, para fazer face à situação da ocupação ilegal de terras.

Identificadas as principais causas e as motivações dos diferentes tipos de conflitos territoriais, disse, o conjunto de medidas concretas destinadas a acabar com a ocupação e venda anárquica de terrenos deve ser implementado.

Questionado sobre o envolvimento de funcionários da Administração na venda ilegal de terrenos, Cavuquila acrescentou que quando detectados são sancionados com medidas disciplinares internas e judiciais.

A ocupação ilegal de terras é um fenómeno frequente um pouco por todo o país, principalmente em Luanda, daí a necessidade de as autoridades serem mais actuantes para acabar com esta situação.

O assunto já foi tema de debates em vários fóruns nacionais, mas até ao momento a ocupação ilegal de terras continua a ser um negócio para muitas famílias em Luanda.

O município de Cacuo, um dos principais afectados pela ocupação ilegal de terras, tem 571 km<sup>2</sup> e cerca de 26 mil habitantes. Confina a sul com os

municípios de Viana e Cazenga, a oeste com o Oceano Atlântico e distrito urbano do Sambizanga e a norte e a leste com o município do Dande, na província do Bengo.

Cacuaco é atravessado de norte a sul pelo rio Bengo e tem três comunas: Cacuo, Kicolo e Funda.

### 7.14 Governo disciplina a distribuição

*Jornal De Angola*  
25 De Maio de 2015  
Texto: *Victória Quintas*

O Governo da Província do Huambo está a executar o cadastramento de terrenos para evitar a concessão de terras a dois ou mais interessados, disse, sexta-feira, o vice-governador para o Sector Técnico e Infra-estruturas, Calunga Francisco Quissanga.

A nível da província, o processo começou com as fazendas e desenvolve-se a partir do momento em que o administrador remete o documento de solicitação de terreno para o Instituto Geográfico e Cadastral de Angola (IGCA) para a concessão de espaço, explicou Calunga Francisco Quissanga.

"Se outra pessoa requerer o mesmo espaço, o IGCA insere os dados no computador e já tem resposta imediata sobre quem está naquela parcela, quando foi cedido, que técnicos participaram na instrução e evita o facto de estar a conceder o mesmo espaço a vários requerentes".

Calunga Quissanga referiu que para os terrenos urbanos o processo começa agora, razão pela qual se realizou uma acção formativa dos técnicos das administrações municipais. "Se o cidadão solicitou um lote para a construção de uma casa e já lhe deu aproveitamento útil, com as devidas licenças, ele não está impedido de requerer novamente um espaço, o que não pode é solicitar um terreno, não lhe dar o devido aproveitamento e de seguida solicitar outro".

O vice-governador do Huambo para o Sector Técnico e Infra-estruturas lembrou que a nível da província, apenas duas entidades, o governador e o administrador municipal, podem homologar a concessão de terrenos.

As autoridades tradicionais intervêm algumas vezes no processo de instrução do IGCA para dar o seu parecer, que não é vinculativo, confirmando que a zona solicitada não é por exemplo uma zona de cultivo ou pertença de alguém dentro do direito costumeiro. "Queremos evitar que digam que deram o espaço tal que era pertença de alguém que já lá vive há muito tempo", disse Calunga Kisanga.

O responsável do sector de infra-estruturas disse que a província do Huambo possui 11 reservas fundiárias municipais e 37 comunais.

O vice-governador para o Sector Técnico e Infra-estruturas explicou que tem sido difícil manter intocáveis essas reservas, sobretudo nos municípios do Huambo, Bailundo e Caála, onde se registam algumas invasões e quando se quer implementar projectos sociais é necessário negociar novamente.

## 7.15 Cidadãos mobilizados contra ocupação ilegal

*Jornal de Angola*

*14 De Maio de 2015*

*Texto: Lino Vieira*

O secretário de Estado da Comunicação Social, Manuel da Conceição, apelou a todos os cidadãos para se mobilizarem para impedir a ocupação ilegal de terras, por se tratar de um bem Comum.

Ao discursar na abertura do seminário sobre a problemática da ocupação ilegal de terras no Luena, Manuel da Conceição considerou que a discussão sobre o tema deve ser permanente, tendo em vista os ganhos com a realização de projectos para o bem-estar da população.

"Devemos ser agentes activos nas tarefas apontadas nas conclusões e recomendações para que o esforço feito durante o encontro seja compensado" frisou o secretário de Estado, Manuel da Conceição apelou a cada participante para ser "um disseminador e multiplicador de informação" para que a erra não se torne motivo de conflitos mas "um factor de desenvolvimento e harmonia",

O governador provincial, João Ernesto dos Santos "Liberdade" disse que a terra constitui propriedade originária do Estado, integrada no domínio privado e público, daí que o seu uso e aproveitamento é feito em benefício de todos.

O governador referiu que o seminário permitiu aos participantes estar munidos e em melhores condições para ajudar o Governo Provincial e as administrações municipais e comunais a solucionarem eventuais conflitos. Os participantes reconheceram que a ocupação de terrenos se deve à "intensidade migratória das populações para os maiores centros urbanos",

O desconhecimento dos instrumentos legais vigentes como a Lei de Terras, a insuficiência técnica e de recursos humanos nos órgãos da administração local

do Estado, a ausência do funcionamento eficaz das brigadas de demarcação e a interferência de entidades sem competências técnicas e jurídicas para o efeito foram apontadas como as principais causas da ocupação ilegal de terras, na Lunda Norte, a insuficiência técnica dos agentes da administração pública na interpretação das leis de terras e do ordenamento do território e do urbanismo, bem como a ausência da articulação entre ali várias autoridades na concessão de terrenos são alguns dos factores que contribuem para a ocupação desordenada de terrenos na província. Esta é uma das conclusões do seminário que decorreu no Dundo com o objectivo de diagnosticar as causas da ocupação desordenada de terrenos e estudar os mecanismos para a sua solução.



## 7.16 Agricultores têm pressa na legalização

*Jornal De Angola*

*22 De Maio de 2015*

Associações e cooperativas agrícolas de Icolo e Bengo, Província de Luanda, pediram recentemente maior celeridade nos processos de legalização de terras para o cultivo, para viabilizar a obtenção de financiamento para a produção.

O presidente da União e Confederação dos Camponeses e Cooperativas de Angola (UNACA) em Icolo e Bengo, Eduardo Tavares, disse, ontem, que numa reunião realizada este mês, os filiados da organização concluíram ser necessário que a administração municipal apresse a legalização das terras para cultivo, pois, até hoje, o número de

parcelas com documentos que servem para garantia de crédito é bastante reduzido.

Acrescentou que o município possui 18 associações de camponeses integradas por 3.600 membros, seis dos quais com terrenos legalizados, e 29 cooperativas com 3.625 membros e 12 com documentos, devido à morosidade no tratamento dos documentos pela administração local.

O presidente da UNACA em Icolo e Bengo disse haver a esperança de a nova Administração Municipal, regida por um novo estatuto orgânico, dar mais dinâmica ao tratamento da documentação para legalização das terras, uma vez que as instituições financeiras exigem documentação exacta para a cedência de crédito.

Disse que a legalização permite obter créditos que permitem às cooperativas e associações comprar tractores, moto bombas, carrinhas e barcos a motor para o escoamento dos produtos cultivados na região.

## 7.17 Municípios têm regulamento sobre uso sustentável de solos

*Jornal De Angola*

*21 De Maio de 2105*

*Texto: Isidoro Samutula*

Os municípios do Chitato e Cambulo dispõem de programas específicos que determinem a gestão territorial, ocupação e uso dos solos urbanos e rurais, bem como critérios de identificação da estrutura das redes viárias e equipamentos colectivos.

Estes documentos, feitos no âmbito dos Planos Directores Municipais (PDM), foram aprovados, no Dundo, em sessão ordinária do Governo Provincial da Lunda Norte.

O porta-voz da reunião disse que "estes instrumentos constituem um suporte importante para as Administrações Municipais poderem cumprir as políticas administrativas de forma eficiente e de acordo com as normas legais".

Fernando Barber, que é também director do gabinete de planeamento e estatística do Governo Provincial, salientou que permitem igualmente ter dados fiáveis para o estudo de viabilidade de projectos dos investidores nos municípios.

Os PDM incidem estudos sobre desenvolvimento da actividade agrícola destinada a diversificar a economia nacional. A elaboração dos PDM, referiu, tem como base instrumentos de planeamento de longo e médio

prazo, como o Angola 2025, Plano Nacional de Desenvolvimento 2013/2017 e o Plano Provincial de Desenvolvimento a Médio Prazo 2013/2017.

Fernando Barber declarou também que estes instrumentos têm um enquadramento legal, como as leis de Terras, Ordenamento de Território e Urbanismo, de Água e a Base do Ambiente.

Os PDM, que começaram a ser elaborados no ano passado, contemplam nesta primeira fase os municípios do Chitato e Cambulo.

A seguinte inclui Lucapa, cujo projecto está a ser executado pelo Ministério de Urbanismo e Habitação para posterior apreciação do Conselho Provincial de Auscultação e Concertação Social e Governo Provincial.

A administradora municipal do Cambulo disse que o PDM facilita a planificação dos projectos a concretizar até 2017.

"Vamos redefinir e classificar com maior abrangência as características dos solos e lugares específicos para a construção de infra-estruturas sociais, como escolas e postos de saúde", afirmou.

## 7.18 Ocupação ilegal de terrenos em debate

*Jornal Angola*

*28 De Maio de 2015*

*Texto: Matias Da Costa e José Chaves*

Técnicos das Administrações Municipais e do Instituto de Ordenamento e Urbanismo no Bié participam, desde ontem, no Culto, num seminário sobre litígios e solução de problemas da ocupação ilegal de terras.

O seminário é dirigido por especialistas nacionais e aborda temas ligados à segurança jurídica, expropriação e realojamento, medidas preventivas, concessão de direito à terra e responsabilidade criminal.

O vice-governador do Bié para o Sector Técnico e Infra-estruturas considerou actual a abordagem dos temas e realçou que sobre a problemática da ocupação ilegal de terras orientou as instituições a trabalharem com o Centro de Apoio aos Cidadãos Requerentes de Parcelas.

José Tchatuvela aconselhou os técnicos a aplicarem os conhecimentos para melhor fiscalizarem e arbitrarem processos de fórum urbanístico.

O encontro, os participantes pretendem encontrar soluções que se adaptem à realidade jurídica e social angolana, além de apresentarem à população métodos de solução de litígios, seguros e céleres, e de acesso contratual à terra.

#### Mais casas no Andulo

Os habitantes do Município do Andulo, na província do Bié, aguardam pela conclusão das obras da nova centralidade, no âmbito do programa nacional habitacional, em curso em todo o país. "Estou ansioso pela conclusão das obras, para obter uma residência", disse Fernando António, 28 anos, professor de profissão. Joaquina Quissanga, funcionária pública, moradora no Bairro Tecnil, diz contar todos os dias o tempo que falta para poder concorrer a um apartamento na nova centralidade.

Já Carlos Londaca, enfermeiro, residente na sede da vila, disse que a centralidade do Andulo é um grande projecto do Executivo angolano e é um dos candidatos a uma residência, assim que as casas estiverem concluídas.

O administrador municipal do Andulo, Moisés Américo Cachipaco, disse que a construção da nova centralidade, com mil apartamentos, permite suprir o défice habitacional na circunscrição.

Estão concluídos 172 apartamentos e decorre o processo de arruamentos, pavimentação, instalação da rede de saneamento básico, sistemas de abastecimento de água potável e de energia eléctrica domiciliar e pública. A segunda fase da nova centralidade do Andulo contempla a construção de hospitais, escolas, quadras desportivas multiusos e uma rede viária com cinco quilómetros, mercados e centros comerciais.

O Andulo possui cinco reservas fundiárias, nas quais a área reservada para a construção de casas é de 183.534 hectares.

O Município do Andulo, a 130 quilómetros do Cuito, tem uma superfície de 10.700 quilómetros quadrados e uma população calculada em mais de 300 mil habitantes.

## 8. SERVIÇOS BÁSICOS

### 8.1 Estação De Tratamento De Agua De Cabinda Pronta Para Arrancar

*Jornal Manchete*

*15 De Maio de 2015*

A Estação de Tratamento Agua (ETA), de Cabinda que se encontra em fase de reabilitação e ampliação esta pronta para o seu arranca ainda antes do final do ano em curso. De acordo com o Secretario do sector das águas do enclave o projecto se encontra já na sua fase de conclusão. "Esta e uma obra de raiz, e a primeira construída na província desde a independência", referiu.

Durante o conflito armado que assolou os pais a província mais ao de Angola conheceu um êxodo populacional, em grande escala, por esta razão as infra-estruturas existente tornaram-se incapazes de responder com eficácia a demanda. "A ETA 2, o projecto que funciona desde a independência tem a capacidade de fornecer 400 metros cúbicos de agua por hora, fazendo desta forma a cobertura de 30 por cento da população", disse, o responsável adiantando que " com a entrada em funcionamento da nova ETA, que tem a capacidade de distribuição de 1400 metros cúbicos de agua por hora, as necessidades dos munícipes, irão diminuir pois esta Estação vai proporcionar a cobertura de cerca de 75 por cento da população, restando os outros 25 por cento para os projectos a serem implementados em 2016 2017", afirmou.

Por outro lado o dirigente afirmou que com o andar das obras ate 2017 e dezassete os problemas de agua em Cabinda serão todos mitigados pois outros projectos que visam dar cobertura aos municípios uns já foram aprovados e já se encontram em andamento enquanto outras aguardam o seu arranque. Orçado em 5 milhões e 600 mil dólares a ETA, tem já concluído cerca 90 por cento, faltando apenas 10 para o seu arranque definitivo. O responsável confidenciou ainda ao Manchete que este "projecto tinha inicialmente sido concebido apenas para a produção de 1 700 metros cúbicos por, mas efectivamente havia necessidade de se conhecer o numero real da população, pelo que o censo veio confirmar que Cabinda tem mais de 700 mil habitantes. De realçar que para alem deste projecto Cabinda conta igualmente com projectos que já encontram em fase de implementação nos municípios de Belize, Buco Zau, sendo que no município do Cacongongo o projecto encontra-se em fase de estudo.

### Rede De Distribuição

A rede de distribuição da agua da cidade e outra situação que preocupa o sector pois com o aumento da capacidade de produção do precioso liquido, será necessário uma revisão e ampliação da rede. A rede actual e absoluta, pois data do tempo colonial e que realmente precisa de uma revisão. A produção e o primeiro passo e distribuição, as verbas estão sendo alocadas, estamos a crer que a situação económica do país vai melhor e logo, todos os projectos ao nível do ministério serão implementados.

### 8.2 SENHOR GOVERNADOR

*Jornal A República*

*22 De Maio de 2015*

A cidade de Luanda, por incrível que pareça, não tem contentores ou receptores para depósito e, por isso, as pessoas depositam lixo onde bem quiserem e entenderem. Sim, porque a capital não dispõe de contentores. Os luandenses, dada a carência de contentores, depositam o lixo no chão, depositam os restos dos materiais (resíduos) das obras de construção civil perto dos contentores normais e habituais.

Esta situação, infelizmente, vem tirando mobilidade aos pedestres e/ ou luandenses que tentam caminhar nos passeios obstruídos no qual há, efectivamente, este tipo de material e, como se tudo não bastasse, sem nenhuma intervenção do Governo, bem como das administrações municipais.

E injustificável o Governo de Luanda deixar andar este tipo de situação lamentável sem nenhuma intervenção, de maneira a mudar a situação existencial.

A colocação de contentores para resíduos sólidos, nas ruas de Luanda, deve ser prioridade, sendo que Luanda continua a ser um canteiro de obras. Outra gravosa situação e a inexistência da separação do lixo. Senhor governador, quando se fará a separação do lixo em Luanda?

### 8.3 Cabinda tem problemas de saneamento

*Jornal De Angola*

*22 De Maio de 2015*

*Texto: André Guto*

A Lei de Comissões de Moradores soluciona muitos problemas de saneamento básico com que muitos bairros se deparam, disse o administrador municipal

de Cabinda, na cerimónia oficial de abertura das festividades do 59º aniversário da ascensão de Cabinda a cidade, no próximo dia 28.

Artur Carmo Manuel referiu os problemas de falta de saneamento básico que se registam ainda em muitos bairros da cidade de Cabinda, resultantes de falta de limpeza, depósito de lixo em sítios impróprios, estagnação de resíduos líquidos. "Um esforço deve ser empreendido para combater a delinquência juvenil, a imigração ilegal e melhorar o sistema de abastecimento de energia eléctrica e água às populações e aumentar a rede de infra-estruturas escolares e hospitalares", disse o administrador.

"Se a população cumprisse as normas de ordenamento urbano, não promovendo a descaracterização, o desordenamento urbanístico da cidade e dos bairros periféricos e evitando a ocupação ilegal de terrenos e as construções desordenadas em zonas de risco, os municípios não teriam os problemas sociais que enfrentam hoje", referiu.

Artur Carmo Manuel referiu que fontes históricas revelam que no século XIX, no ano 1883, a cidade de Cabinda começa a formar-se como uma povoação, junto da extensa e calma Baía do Oceano Atlântico, com largas vantagens para a navegação e a prática do comércio. O surgimento do porto estimulou o desenvolvimento urbanístico e o comércio ligado à actividade portuária e outros serviços.

Ao longo do seu crescimento, Cabinda passou por várias transformações e conheceu inúmeras denominações, desde Porto Rico, Vila, Arnélia e Thiowa Tchimuisi, nome da sereia que aí habitava, de acordo com a mitologia da região.

No dia 28 de Maio de 1956 a antiga Vila Amélia ascende à categoria de cidade. Para festejar o 59º aniversário da cidade de Cabinda várias actividades políticas, culturais e desportivas estão programadas, nomeadamente campanhas de limpeza e embelezamento, palestras sobre "Cabinda 59 anos", debate radiofónico sobre o ordenamento da cidade, colóquio sobre a ascensão da antiga vila Amélia à cidade de Cabinda.

Consta do programa das festividades da cidade de Cabinda o lançamento de fogo de artifício, concurso de gastronomia, gala Moda Cabinda, deposição de coroa de flores no cemitério dos nobres e o campeonato nacional de atletismo, segundo o administrador.

## 8.4 Perigo de morte a vista das autoridades

*Novo Jornal*

*15 De Maio de 2015*

*Texto: António Paulo*

A LAGOA ESTÁ bem à entrada da chamada rua do Coelho, bairro Km 9, dentro de uma vedação de chapa

que aos poucos vai desaparecendo, o que chama atenção dos muitos transeuntes que circulam pela avenida Deolinda Rodrigues, vulgo estrada de Catete.

Vários são os meninos que logo pela manhã acorrem à "piscina" para brincar, inconscientemente, na absoluta impureza da água turva. Jorge, de 11 anos, foi a primeira pessoa com quem iniciámos a conversa na manhã de segunda-feira, 11. Desnudado e descalço, o menino banhava-se na água pútrida o que, aos olhos de qualquer adulto, apresenta um enorme perigo não apenas de afogamento, mas também de saúde pública. A inocência, infelizmente, não coíbe as crianças de mergulhar naquela água acastanhada e repleta de lixo.

"A água não está suja. Está limpa", respondeu o menino Jorge quando questionado pela nossa reportagem sobre a condição da água em que brincava. Depois, reconheceu, "não quero ficar doente", disse a criança que já aparentava começar a ganhar consciência do mal que corria.

Deu-nos ainda a conhecer que estudava à 6ª classe e que se encontrava a gozar a primeira semana da pausa pedagógica que se observa nas escolas do primeiro e segundo ciclo do ensino secundário. Um facto que demonstra, desde logo, falta de programação por parte dos responsáveis do sector de ensino e de muitos encarregados de educação, no que toca à ocupação dos alunos em tempo de repouso deste primeiro trimestre.

### PEIXE E MAIS PEIXE

Na lagoa do Fuxi, como já é apelidada, está a nascer peixe, o que atrai muitas crianças e adolescentes que vão para ali brincar e pescar cacussos, tal como testemunhámos no local Até bem perto das 11 horas, Félix, um jovem de 19 anos já havia pescado perto de 40 peixes pequenos que acumulava em baldes.



Uma parte deste peixe é para pôr num aquário e a outra é para comer, explicou o jovem, garantindo haver peixes grandes na lagoa. "Estou a pescar no lago há uma semana.

Apenas pescamos. Não banhamos porque a lagoa é suja, funda e tem lodo", explicou o também estudante.

Jesus é outro jovem pescador e companheiro de Félix. Disse que aprendeu a pescar no Lubango, sua terra natal. "Toda a lagoa tem sempre peixes ou peixinhos. Para além deste local, também tenho pescado em outras áreas, como nos Ossos, que fica na área do 30 e no Calemba Dois, onde também há lagoas", revelou o jovem pescador que também reconhece a podridão da água em que pescava: "Esta água é um perigo para a saúde, mas sei como desinfetar o peixe. Primeiro fervemos, depois temperamos e a seguir vai para a grelha. «Come-se bem", disse o jovem, que, de repente gritou: "já vai, já vai ... aí ... o outro" anunciava o rapaz que, acabava de pescar mais um "cacussinho", enquanto falava com o repórter do NJ.

Em cerca de três lances, num espaço de três minutos, Jesus pescou três peixes, o que fazia acreditar, para os presentes, a existência de vários cardumes na lagoa da Estalagem. "Até ao final do dia, posso pescar um balde. Ontem mesmo, pescamos um balde", gabou-se Jesus que continuava com os arremessos para apanhar mais peixe, a medida que os colocava num balde de quase cinco litros.

No local, também já há pequenos compradores de peixe. Emano, um rapaz de aparentemente dez anos, disse a nossa reportagem que ele e seus companheiros deslocam-se naquela lagoa para comprar "peixinho" que depois são colocados em aquários para criação. "Compramos à 150 Ou 200 kwanzas", revelou o menino residente na circunvizinha.

## MORTES NO LAGO

O buraco, segundo reza a história foi aberto há menos de cinco anos, pela empresa MOTA - ENGIL, com o objectivo de absorver as águas que provinham de alguns quintais daquela área e que ao acumularem-se ao lado da estrada dificultavam a circulação rodoviária na avenida Deolinda Rodrigues. Para solucionar o problema das águas acumuladas a MOTA - ENGIL decidiu, na ocasião, abrir no mesmo local duas valas que hoje se tornaram em autênticas lagoas devido as chuvas.

Em 2011, a lagoa ainda descoberta, fez a sua primeira vítima, um menino de 12 anos que ali brincava em

companhia de outros. Tempos depois, a zona foi vedada para se evitarem mais mortes. Actualmente, a vedação de chapa aos poucos vai desaparecendo, fruto da invasão que tem sido alvo por parte das crianças, adolescentes e jovens que se banham no charco, em plena "morte anunciada".

João Baptista, um cidadão mecânico de motorizadas que tem o local como seu ganha-pão, testemunha a presença ocasional de cadáveres no "rio". "Há uns quatro meses, vimos um cadáver aqui na lagoa. Penso que terá sido alguém assassinado e abandonado aqui", disse o cidadão que, se mostrou igualmente preocupado com a presença de muitas crianças no local.

"Esta situação é triste porque esta água pode provocar muitas doenças. Ainda ontem havia aqui um cão morto. Alguém terá vindo deita-lo aqui, muita gente vem deitar lixo na água. As autoridades deveriam ver isto", apelou o município, acrescentado que vários camiões cisternas também despejam água no lago. "Esta lagoa é funda e representa um perigo muito grande", insistiu o interlocutor.

"Aqui já morreu uma criança", testemunhou o pequeno Francisco da Silva de 11 anos. "Ele não sabia nadar e se afogou. Isto aqui é fundo e tem bichos. Venho buscar peixinho e aproveito banhar", esclareceu a criança que comodamente, em companhia dos seus amigos dava mergulhos na piscina da "Mota Engil".

Tete uma outra entrevistada, também testemunha o perigo que buraco inundado apresenta para as crianças que ali brincam. A jovem que, passa sempre pelas imediações, afirmou a nossa reportagem que tem reparado, ocasionalmente, a presença de pessoas a chorar na lagoa, procurando por parentes desaparecidos, na sua maioria crianças.

Por sua vez, o adolescente, Adilson José, outro interlocutor, juntou que, toda água da chuva que sai da avenida principal de Viana, escorre até a "piscina" aberta pela "empresa MOTA-ENGIL:" que há muito se retirou da zona. "Os trabalhadores das obras cavaram este buraco para retirar a água da estrada. Agora, o poço, serve de esgoto de toda água da chuva. As crianças vêm aqui banhar. Esta água não está boa para os miúdos. Deveriam fechar o quintal para ninguém entrar", alertou o também adolescente.

## "ESTÃO À ESPERA DE UMA TRAGÉDIA"

O cidadão Paulo Jorge mostra-se preocupado pela "indiferença" das autoridades municipal e provincial, face ao perigo que o buraco apresenta. "Até ao momento, nada se faz para devolver a segurança dos

moradores e das crianças que ali brincam. Estamos diariamente, expostos às doenças como paludismo, diarreia e outras, reclamou o cidadão.

Este local, explicou, "foi um estaleiro da Mota Engel. Depois da empresa sair vedaram o espaço, não sei para que fim. Vieram máquinas e cavaram. Fizeram este enorme buraco que agora é uma lagoa perigosa. Se uma destas crianças escapar numa das zonas profundas, morre", avisou também morador.

Paulo Jorge recorda que há três anos uma criança faleceu na lagoa quando brincava com os seus amigos. "Foi assim que decidiram vedar o espaço, mas agora, está novamente descoberto e assistimos o regresso das crianças na lagoa", desabafou o jovem para quem a situação deveria preocupar a todos.

" O país tem órgãos competentes para tratar do assunto. Urna lagoa deste género é morte a vista. Não sei se, isto é critério dos angolanos que só se preocupam em resolver os problemas quando há uma catástrofe. Enquanto não haver mal maior, ninguém liga", criticou o cidadão.

Por fim, o interlocutor apela as autoridades no sentido de prestar maior atenção e segurança de todos cidadãos, apelando para a observância da saúde pública. "As autoridades devem ver este caso, se dê para fechar que fechem novamente. Se poder por um empreendimento para beneficiar o povo, talvez urna escola, que o façam, porque assim como esta, é um risco para muita gente principalmente as crianças. Esta água representa o paludismo, a diarreia, o vômito e outras doenças que já nos tem assolado", concluiu preocupado, o município.

## 8.5 A salvação contra o lixo veio da Itália

*Jornal A Capital*

*30 De Maio de 2015*

*Texto: Wtock Matokisa*

Por via desta triste realidade o que grande número de municípios hoje pergunta é se os governantes dão ou não conta do recado, ou se há alguma obstinação pelo dinheiro escondido no lixo.

Países vizinhos como Namíbia, Zâmbia e mesmo os Congos, aparentemente não apresentam níveis insustentáveis neste campo, iguais aos de Luanda em particular, facto que sugeriria à Angola procurar beber de suas experiências, como aliás defendem especialistas.

Facto porém é que, ainda que não se tenha feito recurso aos vizinhos mais próximos, pelo menos, o Governo da província de Luanda fez recurso à Itália e União Europeia para ajudarem na formação de pessoal no manuseio de resíduos sólidos. O governador Graciano Francisco Domingos deu assim a mão à palmatória reconhecendo, implicitamente que há sim um défice nesse capítulo.

As considerações do governador foram prestadas durante o acto de entrega de 39 carros para a limpeza à Empresa de Limpeza e Saneamento I de Luanda, (ELISAL), pela embaixada da Itália em Angola. Graciano Domingos reputou de grande importância o donativo da embaixada, porque a província vive, actualmente, problemas sérios na recolha de resíduos sólidos.

O GPL reiterou estar em estudo um novo modelo de recolha de lixo, que deve começar a ser implementado em Agosto próximo. O que entretanto ressalta aqui à vista é que, apesar de os amontoados de lixo já não constituírem novidade para os luandenses, pareceu que depois de o GPL anunciar recentemente a municipalização dos serviços de recolha de resíduos sólidos, as coisas pioraram.

Ao que tudo indica, faltaram cálculos aos especialistas do GPL por não primarem pela regularização, primeiro, dos entraves que enfermavam o sistema, nomeadamente a liquidação das dívidas monetárias com as diferentes operadoras, e partirem logo para um novo sistema.

As consequências estão bem patentes em tudo quanto é canto ou rua de Luanda que vai ter que continuar assim até que em Agosto entre, então, em vigor o anunciado novo modelo de recolha de lixo que já abunda em demasia, já que não se disse como será gerida a situação daqui a Agosto.

Segundo o titular do GPL, o novo modelo consistirá em cada município ter uma operadora principal, empresas de pré-recolha e microempresas do ramo do saneamento básico. O objectivo, como disse, é tornar a recolha dos resíduos uma responsabilidade municipal, olhando já para a descentralização administrativa que pode acontecer depois das próximas eleições gerais.

Novo em tudo é que, de acordo com o governador, os municípios serão responsabilizados se actuarem negativamente contra as normas de boa convivência social.

"Os municípios deverão organizar-se no sentido de fiscalizarem a conduta das pessoas. Os incumpridores

destes pressupostos pagarão multas e terão sanções mais pesadas.

## 8.6 Adeus Lixo?

*Jornal A Capital*  
30 De Maio de 2015

Foi em Abril do corrente ano que o GPL avisou que iria, em breve, transferir as responsabilidades de pagamento, controlo e gestão das operadoras de recolha dos resíduos sólidos, antes sob tutela da ELISAL, para as administrações municipais.

A decisão saiu de uma reunião orientada pelo governador provincial, Graciano Francisco Domingos, com os administradores municipais, visando apresentar o novo modelo de limpeza urbana municipal. À luz do novo modelo, a província terá cinco operadoras principais, para além da própria ELISAL.

A eficácia do novo modelo começa a ser avaliada agora, já que, afinal, os meses de Maio, Junho e Julho, serão dedicados aos ensaios do mesmo. Até ao momento, a ELISAL controla 21 empresas operadoras de recolha de resíduos sólidos distribuídas por todos os municípios e distritos urbanos. O que não se disse é: quantas saem e quantas se vão.

Na entrega feita pelo embaixador da Itália Giorgio Di Pietrogioacomo, constam moto-niveladoras, bulldozers, pá retroescavadoras articuladas, retroescavadora de pneus, retroescavadora sem esteira, camiões de sucção de 14 metros cúbicos, camião combinado de 10 mil litros cúbicos, camião rol-on, rol-off de 20 toneladas, carrinha poli guindaste e camião compactado de 20 metros cúbicos, tendo ficado orçados em seis milhões de euros, produtos da empresa italiana IVECO. De acordo com o embaixador, a doação enquadra-se num velho projecto do Governo italiano em execução desde os anos de 1970, por isso, sempre que se torna possível, são disponibilizados meios para Angola.

## 8.7 Exercício, de cidadania alivia impacto do lixo

*Jornal de Angola*  
30 De Maio de 2015  
Texto: Victorino Joaquim

A prática de um exercício activo de cidadania pelos munícipes, com o compromisso de limpar o meio em que vivem e apoiar as autoridades administrativas, é o

caminho apontado pelo governador Graciano Domingos para aliviar os efeitos do problema do lixo em Luanda.

Ontem, na abertura da reunião do Conselho de Auscultação e Concertação Social, órgão de consulta do governador, Graciano Domingos chamou atenção para a necessidade da observância dos horários de depósito dos resíduos sólidos, em locais apropriados.

O governador lamentou a atitude de grande indiferença de muitos cidadãos, que além de não limpar, atiram o lixo em locais impróprios, transferindo para o Estado toda a responsabilidade na resolução do problema.

Não pode ser, acrescentou, todos os cidadãos e habitantes de Luanda sofrem com a acumulação do lixo, porque com isso surgem as doenças e, na pior das hipóteses, os óbitos, onde se gastam recursos financeiros que podiam servir para outros projectos sociais.

Graciano Domingos salientou o facto de Luanda ser a província onde vive a maior elite política do país, que devia ter outra mentalidade e acções mais urbanas, daí lamentar o facto de ser esta mesma Luanda que enfrenta o maior desafio no domínio da limpeza e higiene. "Se existir uma profunda interacção entre os cidadãos e as administrações municipais, comunais e distritais, as pessoas podem contribuir para que Luanda seja uma cidade limpa, apesar do quadro que hoje se vive", reforçou Graciano Domingos. O governador reconheceu que a situação do lixo é crítica e os recursos financeiros disponíveis insuficientes para as tarefas de manter Luanda limpa, "mas podemos mudar o quadro", se cada habitante ter comportamentos urbanos, colocando o lixo nos locais e horários estabelecidos, e limpar à frente da casa ou da loja.

Participaram no encontro representantes das autoridades tradicionais, religiosas, partidos políticos, associações socioprofissionais, administradores e presidentes de centralidades, incluindo o presidente da Comissão Administrativa de Luanda, José Tavares.

Durante os trabalhos, os participantes debateram a proposta de Lei sobre a organização e funcionamento das comissões de moradores, analisaram o relatório de actividades de 2014, o orçamento de 2015, as transgressões administrativas e o novo modelo de limpeza urbana municipal. Com base no Programa de Investimento Público para 2015, a que o Jornal de Angola teve acesso, o Governo da Província de Luanda (GPL) vai investir 21.474 milhões de kwanzas em 137 projectos, com destaque para as

vias rodoviárias e programas de reinserção social dos mais vulneráveis.

O GPL vai ainda investir 8.378 milhões de kwanzas em 51 projectos ligados aos sectores da Educação, Saúde e Segurança Pública.

## 8.8 Governo expande serviço de pré-pagamento

*Jornal De Angola*

*16 De Maio de 2015*

O Executivo aprovou na quinta-feira o projecto de expansão a todas as províncias da modalidade de pré-pagamento das tarifas de energia eléctrica. O documento recebeu luz verde na reunião conjunta das comissões Económica e para Economia Real do Conselho de Ministros, orientada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos.

A aprovação da estratégia de expansão dessa modalidade de pagamento das tarifas de energia eléctrica e não "ajustes nas tarifas eléctricas" conforme noticiámos na nossa edição de ontem viabiliza a que sejam instalados contadores pré-pagos de electricidade em todas as províncias, com a finalidade de aumentar as receitas da empresa de prestação deste serviço. Na mesma reunião, foi apreciado o relatório de balanço de execução do Orçamento Geral do Estado, referente ao primeiro trimestre de 2015, cujas receitas foram estimadas em cerca de 5,454 mil milhões de kwanzas.

Uma proposta foi também apreciada de Decreto Legislativo Presidencial, que estabelece o regime jurídico da Contribuição Especial que incide sobre determinadas operações cambiais de invisíveis correntes, designadamente as transferências para o pagamento dos contratos de prestação de serviços de assistência técnica estrangeira ou de gestão, bem como os contratos de prestação de serviços celebrados por empresas públicas.

Naquela que foi a quinta reunião conjunta convocada pelo titular do poder Executivo, foi apreciado o relatório de avaliação das actividades do sector do Ministério da administração Pública, Trabalho e Segurança Social, no biénio 2013-2014, tendo em atenção o cumprimento dos objectivos definidos no Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017.

## 8.9 Angola deve diversificar diz analista austríaca em Mercado Energético

*Semanário Económico*

*21 De Maio de 2015*

*Texto: Mariano Quissola*

A analista em assuntos internacionais e mercado energético, Karin Kneissl, disse que Angola deve negociar em pé de igualdade com os investidores e nunca depender de um único parceiro, recorrendo-se por isso às palavras de Winston Churchill segundo as quais a "liberdade reside na diversidade". "O que aconteceu em 1998 o preço do petróleo na Holanda reduziu e a economia holandesa estava em decadência porque dependia de uma só commodity e é a isto que chamamos de doença holandesa", disse.

Kneissl aponta na entrevista abaixo as razões que a levaram a não fazer previsões sobre a subida ou descida do preço do petróleo no mercado internacional, mas dá-nos uma pista sobre a probabilidade de o preço do petróleo voltar a reduzir ainda mais. Eis a conversa:

Durante os dois dias de seminário que abordou o mercado energético, a senhora foi muito prudente e recusou-se a fazer previsões sobre a subida ou a descida do preço do petróleo. Limitou-se a fazer conjuntura de acordo com o cenário macroeconómico mundial e geopolítico. Porquê esta prudência?

Porque há uma grande probabilidade do preço descer devido à existência de uma demasiada oferta. O Irão pode voltar a ser um produtor regular. Sabemos que o petróleo não convencional dos Estados Unidos poderá diminuir e o petróleo Iraniano poderá entrar no mercado. A situação económica geral do petróleo não é favorável. Vimos alguma quebra na procura Asiática e foi a procura asiática que manteve o preço mais elevado nos últimos anos. o entanto, se houver uma grande crise no produtor importante do petróleo e de um dia para outro, vários milhões de barris não estiverem no mercado vai ocorrer um pânico e o preço do petróleo vai mudar., mas se este cenário se mantiver, não acredito.

Ainda no âmbito da sua prudência recusou-se a apontar os caminhos que Angola deve seguir. Angola tem que diversificar a sua economia. Quando se está num negócio de petróleo pode-se ganhar muito dinheiro mas pode-se perder muito dinheiro também.

O que é que Angola poderia aprender com a doença holandesa?

Não se focar apenas numa única commodity. A Holanda envolveu-se muito na produção de petróleo e gás e nos primórdios dos anos 70 afectou outras áreas como serviços, agricultura que foram deixados para trás o sector da economia estava vulnerável porque o petróleo era primário.

O que aconteceu em 1998 o preço reduziu e a economia holandesa estava em decadência e é a isto que chamamos doença holandesa. Nós vimos isto na Rússia, Angola e outros países produtores de petróleo. É um dinheiro rápido e fácil, que pode tomar o desenvolvimento possível, mas em detrimento de investimento em outras partes da economia que são necessários estar como agricultura, a manufactura e não só.

Disse também durante a formação que de entre os vários factores que determinam o preço do petróleo no mercado, uma delas é a geopolítica. Que cenário prevê para o futuro geopolítico e quanto a alteração do preço do petróleo?

Quero apenas dar aqui, dois exemplos. A aproximação entre a Rússia e a China. este momento, essa junção tem a ver com o gás, mas poderá ser também escolherem a moeda com que vão fazer troca entre eles. O outro cenário é o risco de confronto entre os Estados Unidos e a China na Ásia. Tudo isso vai ter influência na procura do petróleo e na pessoa que vai fazer gestão das decisões. Temos aqui uma alteração do mundo, vai ser um mundo multipolar e não apenas dominado pelo leste.

O que pode acontecer se a economia Chinesa desacelerar?

Neste momento, a economia chinesa já está a abrandar porque houve maus investimentos na China. Na China há uma bolha imobiliária e de acesso a crédito e também há uma crise social porque há muitos jovens que não estão a encontrar trabalho, e há pessoas mais idosas que não estão a ser cuidadas. O governo chinês tenta encontrar soluções e um dos problemas que agora tem resolver é a poluição que está a destruir todo meio ambiente. Isto também vai

tirar um impacto da quantidade de energia que eles precisam do exterior.

Há analistas que afirmam que a OPEP é conduzida de acordo com a ditadura da Arábia Saudita. Concorda?

Arábia Saudita é o maior produtor, mas sempre foi contestada por outros países membros da OPEP. Isto vai depender se outros membros da OPEP conseguirem coordenar para tentarem aceder um compromisso com Arábia Saudita.

Quer fazer comentário sobre os cinco cenários da OPEP?

Para a OPEP, é sempre difícil ter planeamento ao longo prazo' porque estamos num tempo em que temos curto período de decisão por causa do mercado financeiro que é um grande player no preço do petróleo. A OPEP é muitas vezes acusada de problemas que não tem nada a ver com o assunto. Há muitas pessoas que subestimam a OPEP. Temos que ter uma visão realista do que pode fazer e do que não pode fazer.

Questiona muito a Agência Internacional de Energia. Que opinião tem desta agência?

A Agência de Energia é uma competidora da OPEP, mas a OPEP representa os países que produzem o petróleo e Agência de Energia representa os países que consomem o petróleo. Têm interesses diferentes. Agência Nacional quer segurança no fornecimento e a OPEP quer segurança na procura.

Embora tenha evitado fazer muitos comentários quer deixar um conselho para Angola?

Quando se tem o preço do petróleo muito elevado temos que poupar para os dias mais difíceis. Negociar em pé de igualdade com os investidores. Nunca estarmos dependentes apenas de um único parceiro pois Winston Churchill disse uma vez que, a "liberdade reside na diversidade" .

Nunca depender exclusivamente de uma commodities como o petróleo, ou cobre, mas em contrapartida precisamos de ter em conta aos outros sectores da actividade, como agricultura. Uma economia mais diversificada e mais lenta será melhor no futuro.

## 8.10 “Água para todos” É uma Realidade na comuna do Dingé

*Joranal Manchete*

*22 De Maio de 2015*

*Texto: Jorge Neto*

De acordo com a administradora do município de Caconda, Margarida Issaco Barros, a população daquela circunscrição nunca beneficiou de água potável. "Desde o tempo colonial que este povo nunca beneficiou de água, quando agora no consulado da governadora Aldina da Lomba a população viu este bem, todos ficaram maravilhados e foram muitos os agradecimentos ao Presidente da República e à Governadora local", referiu. Margarida Issaco Barros disse durante a nossa visita a estação de tratamento de água recém-inaugurada, que a referida obra pública abastece mais de seis aldeias incluindo a sede da comuna do município.

Paula Nzumbo, uma habitante da aldeia da Terra Nova, disse que "com a implementação do projecto «Água para todos» na sua aldeia o problema da água ficou resolvido, agora não temos que percorrer longas distâncias para podermos adquirir a água, só temos que agradecer o governo e dar força a mama Aldina para continuar a trabalhar para o bem da população". A responsável daquela circunscrição Administrativa manifestou a sua satisfação porque as promessas eleitorais, feitas em 2012 estão a ser realizadas paulatinamente e isto é uma alegria para as populações. "Estamos a encontrar algumas dificuldades fruto da crise económica que assola o país, mas ainda assim o governo está empenhada no trabalho para ver melhorada a vida das populações", sublinhou.

### SECTOR SAÚDE

No sector da saúde Margarida Issaco Barros frisou ser uma das áreas de maiores investimentos se ter em conta que em quase todas as comunas foram inaugurados postos de saúde e "aonde não tem estamos a trabalhar no sentido de colocar os serviços básicos, e se consideramos que na maioria das aldeias dificilmente encontramos muitos doentes é sinal de que o município está de saúde", disse a responsável, acrescentando que "vamos continuar a envidar esforços para que a população de Cacongo sinta na realidade os ganhos da paz alcançados em 2002".

### SECTOR DA EDUCAÇÃO

No que tange a educação o município que composto de 64 aldeias, conta com 42 escolas o que corresponde a uma média de 70% por cento fez saber a governante local "para nós é uma satisfação, mas

ainda temos muito que fazer para atingir as metas preconizadas, que consiste em ver em todas aldeias escolas de todos os níveis", disse.

### SECTOR DO TURISMO

O município de Cacongo de acordo com a administradora, tem um potencial turístico muito forte pelo que "falta apenas algumas infra-estruturas para a sua exploração na plenitude".

A área do Tiux na comuna de Massabi é um dos exemplos dos pontos turístico apresentado pela governante local "falta apenas a abertura da via num percurso de 7 quilómetros para que turistas nacionais e estrangeiros beneficiarem das belas paisagem e da lagoa naquela localidade", frisou. Acrescentando que "será uma mais-valia pós os jovens poderão praticar a pesca na lagoa diminuindo assim o índice de desemprego no município.

Por outro lado Margarida Issaco Barros apelou aos municípios, a terem "confiança no Executivo, pós tudo estamos a fazer para mitigar as dificuldades da população". Tendo realçado "o programa de combate a pobreza inserido no quadro das acções das administrações municipais que tem vindo a resolver paulatinamente algumas questões sociais ao nível das populações, mormente nas áreas da agricultura, projecto água para todos, aquicultura e outros programas, todos visando tirar as populações da pobreza".

A maior preocupação da administração de Cacongo consiste na comuna de Massabi pois "esta comuna está ladeada do mar e as águas locais são salobras e isto cria muitas dificuldades, mas o Executivo tem já um plano de acção para solucionar o problema, facto constatado aquando da visita do Secretario de Estado das Águas na comuna para avaliar a situação", salientou.

### ALDEIA DE MANDARIN SATISFEITA COM ABERTURA DA VIA

Na aldeia de Mandarim a satisfação da população é visível pois durante muitos anos esta população viveu isolada do resto da comuna devido a via de acesso que se encontrava fechada, mas "com a paz foi possível o governo local abrir a via de acesso de mais ou 12 quilómetros que separava a população", referiu a administradora.

Para o secretario da comissão de Moradores da aldeia de Mandarim, Afonso Cadula "o trabalho que o executivo local está a desenvolver é para o benefício do povo por isso merece todo o nosso apoio, já abriram a via falta chegar a estrada asfaltada e

consequentemente os transportes públicos que é a maior dificuldade na nossa aldeia", concluiu.

## 8.11 Angola. Reunião do OKACOM segunda-feira na capital

*Jornal Agora*

*22 De Maio e 2015*

A Comissão Permanente das Águas do Rio Okavango (OKACOM) vai realizar, entre os dias 25 e 29 deste mês, em Luanda, a 21.ª reunião, com o objectivo de desenvolver uma visão aceite para a bacia hidrográfica do Cubango-Okavango, que servirá de base para a cooperação e desenvolvimento sustentável. Segundo nota do Ministério da Energia e Águas distribuída ontem à Angop, o encontro visa desenvolver uma visão para a OKACOM que reflecta sobre o seu papel como apoiante, facilitador, conselheiro no que respeita ao desenvolvimento dentro do contexto mais alargado do SADC.

## 8.12 Mantidos prazos na eliminação do défice energético

*Jornal De Angola*

*22 De Maio de 2015*

*Texto: Kumuênho Da Rosa*

Uma avaria registada num dos grupos geradores da central hidroelétrica de Capanda está na base da redução, em cerca de 15 por cento, da capacidade de energia disponível, provocando uma série de restrições no abastecimento de luz eléctrica em Luanda. A situação deve ser superada em breve.

O ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, disse, ontem, em exclusivo ao Jornal de Angola, que para além de ficar privada de cerca de 100 mega watts, a capacidade disponível foi limitada pela subida dos índices de consumo, muito comuns nas épocas em que as temperaturas atingem perto de 35/36 graus, o que aconteceu nos dois últimos meses.

"Nas épocas de pico do Verão, o défice no fornecimento de energia é maior, já que a capacidade é limitada e o consumo sobe. Há maior consumo principalmente por causa do uso de aparelhos de ar condicionado. É por essa razão que é mais visível o défice", disse o ministro da Energia e Águas.

João Baptista Borges explicou que a chegada do Cacimbo provoca diminuição do consumo e com isso atenua o défice de energia. Em relação ao grupo gerador avariado, informou que o equipamento está a ser reparado. "A nossa expectativa é podermos repor

rapidamente a unidade que está fora de serviço, e contamos com técnicos da empresa que concebeu e montou as turbinas de Cambambe."

Para o próximo ano e já a pensar na época quente, o sector prevê injectar capacidade térmica de modo a atenuar os efeitos do défice. "Visto que ainda não temos em operação os grandes blocos de capacidade e porque o consumo aumenta todos os dias, vamos proceder à injeção de capacidade térmica, ou seja, recorrer ao aluguer dessa capacidade de modo a mitigar os efeitos do défice", referiu o ministro da Energia e Águas.

Focados no défice

Para inverter o actual quadro energético deficitário, o Executivo criou um plano estratégico a médio e longo prazo. Estão em curso várias obras de grande vulto, como os projectos estruturantes de Laúca, Cambambe II e a Central de Ciclo Combinado do Soyo, com impacto esperado na capacidade energética. A expectativa é que até finais de 2017 o país seja capaz de produzir o suficiente para cobrir as necessidades.

O ministro da Energia e Águas considerou o investimento no aumento da capacidade uma "questão incontornável", pois o "país cresce quase na mesma proporção das necessidades de energia". Além disso, são necessários avultados investimentos e tempo para conceber e dar corpo aos projectos. "Falamos de um programa de mais de 12 mil milhões de dólares", assinalou João Baptista Borges, antes de assinalar a dificuldade de conseguir o dinheiro suficiente e investir, quer nas obras quer no capital humano.

Revisão orçamental

A quebra do preço do petróleo no mercado internacional obrigou o Executivo angolano a rever as suas metas de crescimento e a adoptar um conjunto de medidas para atenuar os efeitos da crise na economia nacional.

Uma das medidas de maior impacto foi a revisão do Orçamento Geral do Estado para este ano, com o sector da Energia e Águas a não ficar imune, embora seja considerado estratégico. João Baptista Borges disse que o sector viu reduzido em 47 por cento o volume de execução financeira dos projectos inscritos.

Mas essa limitação em nada afecta as grandes obras, os chamados projectos estruturantes. O ministro explicou: "Fruto das orientações que recebemos do Presidente da República, priorizámos as obras estruturantes, aquelas que estão ligadas à construção e

reabilitação das hidroeléctricas, que não foram afectadas porque são projectos com financiamento externo."

Outros projectos considerados prioritários são aqueles que já têm pagamentos efectuados e têm as obras já avançadas. Vão aguardar por disponibilidade orçamental os que estavam preparados e até mesmo aprovados, mas que não tiveram início. "Isso implica reajustar prazos e metas, mas os objectivos referidos no Plano Nacional de Desenvolvimento mantêm-se", frisou o ministro da Energia e Águas.

#### Gigante Laúca

O projecto hidroeléctrico de Laúca, na Província do Cuanza Norte, é a maior e mais importante obra de engenharia que o país já realizou. Com a construção de Laúca entram mais dois mil mega watts de capacidade no sistema electroprodutor. "As obras estão em bom curso. Foi feito o desvio do rio, foram concluídos grande parte dos túneis e está a ser erguida a estrutura principal da barragem", assinalou o ministro, que aponta o mês de Julho de 2017 para a entrada em operação da primeira das quatro turbinas que equipam Laúca.

Enquanto prosseguem as obras, ultimam-se os preparativos para a construção do sistema de transporte, que permite levar a energia de Laúca para Luanda, o principal e maior centro de consumo do país e a principal prioridade do projecto, que tem um custo global avaliado em três mil milhões e 700 mil dólares. Com capacidade prevista de produção de 2.067 mega watts de energia eléctrica, o Aproveitamento Hidroeléctrico de Laúca regula o restante caudal do Rio Kwanza, no qual estão previstos quatro novos projectos, além da Hidroeléctrica de Cambambe, nomeadamente Caculo Cabassa, cujas obras começam em 2017, Túmulo do Caçador, Zenza I e 11.

#### Cambambe II

Outro projecto de grande importância no domínio das novas capacidades de produção de energia é a segunda fase da Central Hidroeléctrica de Cambambe, em Malanje.

Quando estiver concluída, Cambambe II produz 960 mega watts contra os actuais 180. A produção de Cambambe, cujo início está previsto para Julho de 2016, é destinada a abastecer Luanda, o Cuanza Sul e Benguela, fruto da interligação das linhas já construídas. A empreitada compreende a construção da segunda central, com quatro grupos geradores, com capacidade para produzir 175 mega watts por unidade.

#### Central do Soyo

Outro projecto que tem uma palavra a dizer na eliminação do défice energético e com grande impacto na qualidade de vida das populações é a Central de Ciclo Combinado do Soyo. Trata-se de um empreendimento que gera cerca de 750 mega watts de energia utilizando o gás natural.

Orçada em 147,7 milhões de dólares, a Central de Ciclo Combinado do Soyo entra em funcionamento a partir do final de 2016 e princípio de 2017. Vai injectar centenas de mega watts de capacidade em Luanda e abastecer as cidades de Mbanza Congo e Nzeto.

#### Luachimo e Chiumbe

Outros projectos de menor envergadura, mas com um impacto local importante, são as centrais de Luachimo e Chiumbe-Dala, no leste do país. Trata-se de uma zona tradicionalmente problemática no que se refere à taxa de electrificação, considerada muito baixa devido ao problema de fornecimento de energia.

O ministro João Baptista Borges adiantou que estão em curso obras de reabilitação da Central de Luachimo, na Lunda Norte. O empreendimento vai gerar 38 mega watts contra os quatro actuais e promete impulsionar a actividade económica na região do Dundo e arredores.

Na mesma região é construída a Central de Chiumbe-Dala, de reduzida capacidade (apenas 12 mega-watts), mas que permite electrificar o Município do Dala, Camanongue e leva energia ao Luena. Além da Central de Chiumbe, é reforçada a capacidade de produção em Saurimo, dentro de uma estratégia que prevê ter na região Leste as três capitais de província com uma produção de energia de acordo com as necessidades.

#### Lomaum e Matala

Na região Centro-Sul despontam dois grandes projectos. A barragem de Lomaum já está ligada a Benguela e começou a produzir e a transportar, embora a título experimental. Lomaum tem um significado histórico, já que a barragem foi sabotada na década de 1980, e a sua reabilitação constitui um marco do advento da paz. Com Lomaum em pleno funcionamento, Benguela tem mais capacidade de resposta à procura em termos de energia, inclusive para apoiar a indústria local.

Outras intervenções de grande expressão decorrem nas barragens da Matala, na Huíla, e de Calueque, no Cunene. A barragem da Matala recebe obras para



melhorar a produção de energia, mais propriamente o funcionamento do equipamento electromecânico instalado.

Na Hidroeléctrica de Calueque a intervenção tem em conta a importância do empreendimento na regularização do caudal do Rio Cunene e consequentemente no propósito de tomar a região uma potência agrícola. O empreendimento dispõe de duas centrais hídricas, um novo canal e 21 pivôs de irrigação.

### 8.13 Cabinda tem problemas de saneamento

*Jornal De Angola*

*22 De Maio de 2015*

*Texto: André Guto*

A Lei de Comissões de Moradores soluciona muitos problemas de saneamento básico com que muitos bairros se deparam, disse o administrador municipal de Cabinda, na cerimónia oficial de abertura das festividades do 59º aniversário da ascensão de Cabinda a cidade, no próximo dia 28.

Artur Carmo Manuel referiu os problemas de falta de saneamento básico que se registam ainda em muitos bairros da cidade de Cabinda, resultantes de falta de limpeza, depósito de lixo em sítios impróprios, estagnação de resíduos líquidos. "Um esforço deve ser empreendido para combater a delinquência juvenil, a imigração ilegal e melhorar o sistema de abastecimento de energia eléctrica e água às populações e aumentar a rede de infra-estruturas escolares e hospitalares", disse o administrador.

"Se a população cumprisse as normas de ordenamento urbano, não promovendo a descaracterização, o desordenamento urbanístico da cidade e dos bairros periféricos e evitando a ocupação ilegal de terrenos e as construções desordenadas em zonas de risco, os municípios não teriam os problemas sociais que enfrentam hoje", referiu.

Artur Carmo Manuel referiu que fontes históricas revelam que no século XIX, no ano 1883, a cidade de Cabinda começa a formar-se como uma povoação, junto da extensa e calma Baía do Oceano Atlântico, com largas vantagens para a navegação e a prática do comércio. O surgimento do porto estimulou o desenvolvimento urbanístico e o comércio ligado à actividade portuária e outros serviços.

Ao longo do seu crescimento, Cabinda passou por várias transformações e conheceu inúmeras

denominações, desde Porto Rico, Vila, Arnélia e Thiowa Tchimuusi, nome da sereia que aí habitava, de acordo com a mitologia da região.

No dia 28 de Maio de 1956 a antiga Vila Amélia ascende à categoria de cidade. Para festejar o 59º aniversário da cidade de Cabinda várias actividades políticas, culturais e desportivas estão programadas, nomeadamente campanhas de limpeza e embelezamento, palestras sobre "Cabinda 59 anos", debate radiofónico sobre o ordenamento da cidade, colóquio sobre a ascensão da antiga vila Amélia à cidade de Cabinda.

Consta do programa das festividades da cidade de Cabinda o lançamento de fogo de artifício, concurso de gastronomia, gala Moda Cabinda, deposição de coroa de flores no cemitério dos nobres e o campeonato nacional de atletismo, segundo o administrador.

### 8.14 Gestão de recursos hídricos em análise

*Jornal de Angola*

*30 De Maio de 2015*

*Texto: Adelina Inácio*

Angola está a elaborar o Plano de Gestão da bacia do rio Cubango que vai definir as acções para exploração sustentável dos recursos hídricos, anunciou ontem, em Luanda, o ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges.

Ao intervir na abertura da reunião de ministros dos Estados membros da bacia do Cubango-Okavango, adiantou que o Executivo traçou um plano de desenvolvimento para 2012-2017, onde as principais linhas de força são a diversificação da economia e o relançamento da actividade agrícola.

A Namíbia, explicou o ministro, está também a elaborar o plano para a faixa de Caprivi, Botswana e região do delta do Okavango: "Os planos integram depois o conjunto de medidas que vão fazer parte das acções estratégicas dos três países".

A elaboração do Plano Nacional de Águas e de utilização integrada dos recursos hídricos, defende João Ministro da Energia e Águas de Angola Baptista Borges, é um instrumento importante para o seu uso racional.

"Os governos têm a responsabilidade de desenvolver acções que preservem as condições que a bacia oferece, para impulsionar a agricultura e a qualidade de vida das populações", disse o ministro, reafirmando o apoio de Angola aos Estados

membros, ao referir que neste momento os países desenvolvem projectos nos lados da bacia da sua responsabilidade.

O ministro da Agricultura, Águas e Florestas da Namíbia, John Mutorwa, garantiu que o seu país está empenhado na gestão prudente e utilização sustentável das águas e recursos transfronteiriços. Lembrou que Angola e o seu país assinaram, o ano passado, acordos sobre a bacia hidrográfica do Cuvelai, quanto à gestão dos recursos hídricos.

John Mutorwa espera que Angola e Namíbia continuem a garantir que todas as acções do acordo sejam implementadas. A organização, que integra Angola, Namíbia e Botswana, gere conjuntamente as questões ligadas à bacia do rio Cubango/Okavango.

A reunião ministerial visou analisar os resultados da implementação do plano de acção estratégica em cada um dos países e a criação do fórum de ministros da Comissão Permanente das Águas da Bacia Hidrográfica do rio Cubango Okavango (OKACOM), órgão que acompanhará, do ponto de vista político, o funcionamento da comissão.

## 9. GÉNERO E VIOLÊNCIA

### 9.1 Elevado índice de criminalidade preocupa moradores do Palanca

*Semanário Angolense*  
30 De Maio de 2015  
Texto: João Silva

Os moradores do bairro Palanca, distrito urbano do Kilamba Kiaxi, clamam por patrulhamento policial naquela zona, devido ao índice de criminalidade que, nos últimos dias, aumentou drasticamente por todo o bairro.

As vendedoras e transeuntes são, descaradamente, assaltados, sem que se faça algo para atenuar a situação. O período mais perigoso começa às 19 horas, com assaltos nas ruas. Já na calada da noite, a atenção dos meliantes vira-se para as residências, cantinas, entre outros estabelecimentos comerciais que são atacados à mão armada, sustentaram os moradores.

De acordo com os mesmos, ultimamente, depois das 19 horas, não é aconselhável circular pelas ruas do bairro, mesmo quando estão diante de problemas de saúde, porque os meliantes não poupam ninguém e até interpelam viaturas e motorizadas.

Os moradores afirmam que a falta de policiamento, sobretudo após anoitecer, «está na base dos marginais se tornarem ainda mais agressivos, porque sentem-se livres para cometer todo o tipo de vandalismo que queiram». Para eles, grande parte dos meliantes são oriundos de outras zonas de Luanda e surgem em pequenos grupos, agindo isoladamente ou em conjunto com jovens do bairro.

Segundo a senhora Elisa, de 45 anos de idade, moradora do bairro há mais de 15 anos, foi assaltada na sua residência por quatro jovens com idades compreendidas entre os dezasseis e vinte e dois anos de idade. A senhora informou que os jovens estavam mascarados e possuíam armas brancas e de fogo.

O assalto foi efectuado na madrugada do passado dia 24, quando os meliantes surpreenderam a família depois de romperem portas e janelas, apoderando-se de alguns haveres como televisores, aparelho de som, telemóveis e valores monetários, entre outros bens, afirmou a cidadã.

A senhora realçou que os meliantes ainda a obrigaram que lhes fosse entregue a chave da viatura que se

encontrava no pátio da residência com intimidação e pancadaria. Por sorte, um vizinho ao lado, pertencente às Forças Armadas Angolanas (FAA), ao ouvir os gritos dos filhos da vizinha, efectuou alguns disparos para o ar, assustando os bandidos que se puseram em fuga, deixando a cidadã com alguns ferimentos nos membros superiores.

Um outro cidadão, disse agastado que não entende que polícia temos, porque de noite, não há policiamento em lado algum e, no Palanca, a situação atingiu extremos graves sem que as autoridades tomem as medidas que se impõem.

O cidadão afirma que já foi vítima de assalto e receberam-lhe uma pasta onde se encontravam documentos da empresa em que trabalha, o que lhe custou o salário de dois meses.

Para ele, nos arredores do hospital Sanatório, a delinquência está a atingir proporções alarmantes e, os assaltos, poderão custar vidas humanas como se tem registado em outros bairros de Luanda.

### 9.2 Causas da criminalidade em Angola: Perversidade dos jovens ou uma sociedade Injusta

*Jornal A República*  
8 De Maio de 2015  
Texto: Mwata Kalucango

Estamos na idade da informática e no mundo das imagens onde o real e o virtual se confunde. O papel da sociedade e manter os valores, preservando a cultura e a estabilidade psicossocial, através das leis, normas de convivência, a preservação dos bens comuns, da memória. As normas forjadas ditam a igualdade para todos, mas isso não acontece sempre, o que gera aumento de tensão, desorganização e desrespeito, humilhando o cidadão, gerando intensas frustrações e descargas agressivas, que vão servir de ingredientes para a violência física e moral. Esse é o carácter de uma sociedade que esta cada vez menos condizente de suas contradições de valores, muitas vezes cruel, injusta, e desigual em suas oportunidades (bairros desestruturados, lixo, águas pluviais, lamas, ruas intransitáveis, passagens pedonais obstruídas, falta de luz, água, sem nenhuma instituição do Estado de Solidariedade social e Juvenil nos bairros pobres, venda ambulante dos jovens, falta de emprego, salários aviltados, dificuldades de construir e assumir uma família), realidade Angolana.

Os adolescentes, em busca de sua identidade adulta, reproduzem, imitam ou estabelecem conluios conscientes e inconscientes, como forma de

contestação e auto-afirmação. Este sistema dissociado e dissonante colabora para a psicotização da sociedade e consequente aumento da violência.

O vandalismo, a delinquência, o álcool, a droga, a prostituição, a perda de respeito pelo privativo, pelos bens públicos, a má qualidade das relações humanas, tomam-se modelos de auto-afirmação e contestação. Quando essas acções tomam-se condutas do quotidiano social temos uma patologia psicossocial. Isso acontece por que os adolescentes e os jovens tendem descarregar sua agressividade por processos primários, expressão rápida e satisfação imediata dos desejos, sem passar pelos critérios de avaliação, simbolização e linguagem que caracterizam os processos secundários. Percebem as consequências depois de ocorrido o facto.

Essa fragilidade egóica e a predominância de mecanismos psíquicos primários diminuem suas possibilidades de ponderar ou reprimir eficazmente seu impulso agressivo.

Para Freud, "a identidade é um amálgama de afectos e representações que o sujeito experimenta e formula como sendo a natureza do seu Eu e do outro, do corpo próprio e do mundo de coisas e objectos. Estas representações e afectos são transitivos, móveis e múltiplos. Mudam conforme a posição que o sujeito ocupa nas relações com os outros, posição constantemente cambiante e permutável, só a força das identificações culturalmente normativas, impostas pelo princípio da realidade e pelos processos secundários, impede o sujeito de derivar para o terreno do imaginário, onde o sentido da identidade é absolutamente subalterno ao princípio do prazer e aos processos primários".

É durante a adolescência que temos condições construtivas e destrutivas do desenvolvimento da estrutura da personalidade dos jovens, a partir da interacção com a sociedade (escola, família, mídia...) da qual fazem parte e na qual vão buscar seus novos modelos identificatórios. A sociedade contemporânea com suas conquistas tecnológicas e maior liberdade social tem o comportamento adolescente prolongado. Num grupo pode haver mecanismos regressivos reprimindo a identidade individual (a globalização e a instabilidade da identidade nacional). Nesse caso os ideais narcísicos ligados à onipotência, a negação da realidade e a cisão podem predominar no ego, consequentemente diminuindo o senso crítico e a autonomia.

No caso de alguns jovens Angolanos desassociados a perversidade latente aflorou mobilizando a arrogância e a onipotência.

Violência e sistema prisional: um reflexo da desigualdade social

A desigualdade social no Sistema Prisional em Angola, elencando os processos societários que, actual na conjuntura social que levaram os sujeitos a se inserirem no mundo do crime. A desconstrução da culpabilização dos sujeitos envolvidos no processo de criminalidade, enquanto os únicos responsáveis pela condição de apanado, uma vez que o Estado não vem garantido os mínimos sociais aos cidadãos levando-os muitas vezes a cometerem um delito. Por fim, o Sistema Prisional que está posta vem se tomando na Universidade para o mundo do crime, não atendendo ao principal objectivo de reintegrar o sujeito ao meio social de forma digna.

### 9.3 Jovem viola e mata a irmã à facada

*Jornal O País*

*8 De Maio de 2015*

*Texto: Romão Brandão*

Lúcia da Silva, de 34 anos, a vítima, e o irmão que a esfaqueou estavam em casa e tinham -se desentendido um dia antes do ocorrido, segundo Maria da Silva, 37 anos, irmã mais velha dos dois. António que é o calcula, sempre foi problemático e discutia muito com a vítima e a Irmã mais velha.

Maria da Silva não aguentava tanta falta de respeito e decidiu viver. Numa casa de renda com o esposo. O irmão, ao ver que a mais velha não estava, um dia após a sua saída, queria apoderar-se da casa e começou a atacar Lúcia da Silva para que a abandonasse também. Aquilo que a princípio era apenas uma discussão entre irmãos, acabou resultando em algo pior.

Antes da luta de domingo, que resultou na morte daquela jovem, Lúcia já havia feito à polícia uma participação a polícia de agressão física perpetrada pelo irmão mais novo.

Foi então que no domingo, "quando eram 16h, o jovem estava com muita raiva e começou a bater a Irmã. Ela não conseguia reagir, abusou-a sexualmente e esfaqueou-a no pescoço. Depois de fazer tudo, pegou num garfo, colocou na mão dela e lhe tapou", conta a irmã.

A filha mais nova da vítima, Fatinha, de 4 anos, presenciou o tio a matar a sua mãe, aliás foi ela quem contou todos os detalhes do assassinato. Maria da Silva tem a certeza que a irmã foi morta pelo irmão

porque a vizinhança ouviu -os a discutir, além das ameaças de morte que antes já tinham sido feitas.

Por outro lado, a certeza de que ela foi antes violada surge porque Maria foi a primeira a encontrar o corpo da vítima, que estava nua e com espermatozóide nos órgãos genitais.

Recebeu feitiço para brilhar, agora está fusco na cadeia.

António, que também era conhecido por Ni, já mostrava interesse em envolver-se sexualmente com a irmã mais velha, segundo a mesma, porque "tinha recebido feitiço para ter fama e dinheiro". "A recomendação do feiticeiro foi que ele devia se envolver com a mãe, mas. Como nos somos órfãos de pai e mãe, então a alternativa foi uma das irmãs", sublinhou a nossa entrevistada.

Acrescentou ainda que já faz dois anos que o irmão recebeu o feitiço e andava normalmente com os medicamentos em casa. Algumas vezes o jovem vestia o surtiã ou biquíni da irmã mais velha, como parte do ritual e dizia que nenhuma mulher lhe chamava mais atenção senão ela (a irmã).

"Eu emagrecia muito, fazia consultas e não acusava nada, então fui a igreja e fiquei 9 meses lá a orar. Quando regresssei ele estava a ficar maluco e foi então que confessou ter recebido feitiço. Disse também que várias vezes tentou usar um pó para me dopar e puder violar, mas não deu certo".

O jovem António, só fez 2ª classe, já tem várias passagens na polícia por crime de roubo, agressão, luta entre grupos e assaltos, e muitas vezes foram as irmãs que fizeram tudo para o tirar da cadeia. "Mesmo assim não reconheceu o esforço que nos, e principalmente a falecida, fizemos para lhe ver fora da cadeia e se arrepender da vida que leva", disse a Irmã mais velha.

Neste momento, António esta preso na esquadra do Cassenda e segundo a irmã, ele parece estar a fugir que enlouqueceu. O nosso repórter esteve na referida esquadra para falar com o jovem e, após várias tentativas, a polícia disse que o cidadão "não reagia bem e parecia ter mesmo enlouquecido".

## 9.4 Criminalidade: Meliantes assumem controlo da periferia e fazem a festa

*Jornal Agora*

*8 De Maio de 2015*

*Texto: Miguel Daniel*

Em Marco de 2013 o Presidente da Republica, José Eduardo dos Santos, havia exonerado a comissária-chefe Elisabeth Maria Ranque Franque, do cargo de delegada Provincial do Ministério do Interior e de comandante Provincial de Luanda. E em sua substituição nomeou o comissário chefe António Maria Sita.

Tendo de garantir a tranquilidade e segurança das populações, o Presidente Republica teria indicado ainda a Região Militar de Luanda sob direcção do Tenente-General Simão Carlitos "Wala" para reforçar a estratégia de combate aos crimes violentos na capital do país, mas tudo não passou de uma operação de charme, porque a onda de crimes não justifica a orientação dada.

O Agora andou em algumas artérias da capital e constatou que as populações dormem em estado de alerta porque a qualquer hora alguém pode ser vítima. Para conter a onda as populações mobilizam apitos, objectos sonoros e combustível para atear fogo a quem se lhes apareça a bater a porta fora de hora.

Matondo João e Mayamba Isabel são um casal de 47 e 43 anos de idade, respectivamente, que viveu na pele as peripécias de um assalto perpetrado por volta das zero horas do dia 23 de Abril por sete jovens armados que se faziam transportar num carro de marca Chevrolet vulgarmente chamado por agarra-o bebe.

"Acredito que se aperceberam que eu me encontrava na casa de banho da marquise, quando estacionaram o carro e começaram a bater na porta pedindo que eu abrisse. Mas pela hora não o fiz, foi então que um deles se introduziu dentro de casa pelo tecto e começou a nos esfaquear", contou, ao recordar que tinham uma Mini Uzi e uma ARM.

Matondo lembrou ainda que os meliantes teriam sido motivados pelo facto de na sua casa se comercializar bebidas e outros produtos da cesta básica, e que segundo ele, acabaram por ser transportados para além dos 53 mil kwanzas em dinheiro.

Entretanto, depois dos incidentes, recorreram ao hospital mais próximo onde receberam os primeiros socorros para depois serem transferidos para os Cajueiros, onde foram devidamente observados e depois mandados para casa.

Por sua vez a esposa, disse, que no mesmo dia teriam informado a polícia, a qual os mandou aparecer no dia seguinte, tendo sido interrogados e instaurado um processo sob a égide da investigação criminal da 15. B esquadra do Comando de Divisão da Policia Nacional do Cazenga.

"Mandaram-nos aparecer na quarta-feira, dia 30, na Divisão para saber o estado do processo, postos e fomos informados que o processo ainda não tinha chegado. E não sabiam dizer quando chegaria, o que demonstra a tamanha leviandade da nossa polícia", disse.

Na mesma rua denominada São José Operário adjacente à Igreja Católica com o mesmo nome, outro senhor que atende por Afonso Kiala terá sido alvejado por um grupo de marginais que haviam-se introduzido na sua residência exigindo o dinheiro das vendas do dia efectuados no mercado do Kikolo.

Segundo os familiares, os meliantes teriam arrombado a porta de um dos quartos que antes era utilizado como cozinha e que tem outra porta queda também acesso a sala, para posteriormente se introduzirem no quarto do casal, e sem hesitar abriram o cofre e levaram os valores que lá estavam.

"A porta do rapaz encontrava-se aberta porque ele se encontrava a assistir a algum programa na TV. Entraram e logo lhe apontaram uma AKM, mandaram-na abrir a porta do quarto, e logo pediram o dinheiro das vendas do dia e por uma pequena resistência deram-lhe um tiro no pé, lastimou, com olhos carregados.

O jovem, que não quis ser identificado, lembrou que não é a primeira vez que a residência é assaltada, presumindo-se o envolvimento de elementos próximos ou colegas do mercado senão mesmo aqueles que encomendam mercadorias e levantaram-na na mesma residência.

"O mais caricato é que depois de alvejarem senhor aconselhara-nos que não lhe déssemos agua e que amarrássemos local atingido para sem demoras

fossemos a um hospital próximo para evitar a perda de sangue", frisou.

Ao concluir que, depois os meliantes seguiram para a casa de uma das irmãs localizadas no bairro da Lily que é também colega de negócios, onde receberam mais dinheiro depois de a terem ameaçado, e dito que já haviam morto o seu irmão Kangos e que senão desse os valores também havia de morrer.

As histórias de assaltos somam e seguem exponencialmente também noutros municípios como é o caso de Viana, onde o Agora constatou que os meliantes assaltam motorizadas cantinas e transeuntes, sobretudo as que chegam do serviço ao cair da tarde e a hora de saída, pelo facto dos bairros estarem quase as escuras nos últimos dias.

Narciso Venâncio de 45 anos de idade, residente na Caop (A) disse a este jornal que na pretérita semana duas cantinas teriam sido assaltadas e que numa delas atearam fogo depois de retirarem toda mercadoria, mas por sorte o jovem guineense não foi afectado.

"Para além das cantinas há pessoas que são assaltadas com recurso a armas de fogo ao longo do dia, sobretudo nas mediações do Pacavira, na rua 14, e na rua da Funda. O filho do meu amigo foi morto as oito horas da manhã por meliantes que haviam recebido uma moto", deplorou.

Narciso solicitou mais trabalho da polícia que segundo ele, se limita a pedir dinheiro aos taxistas, apontando ainda a zona do Capalanga como outra que é tida como sendo de alto risco sobretudo para os trabalhadores e vendedeiras que são as presas preferidas.

As paragens de táxis também servem de locais de concentração de meliantes maioritariamente jovens na flor da idade, que se fazem passar de chamadores ou lotadores de carros, sobretudo nos arredores da Vila de Viana

"Pedimos ao comandante de Luanda para ver essa situação porque estamos cansados. Todos os dias há mortes e roubos em varios bairros do município. Por vezes, não entendemos qual o trabalho que a nossa Policia faz aqui", lamentam.

Os moradores do bairro da Fofoca e zona verde de Viana, estão igualmente preocupados com o índice de criminalidade e apontam a falta constante de energia, como uma das principais causas, para além do estado lastimável de maior parte das vias secundárias e terciárias.

A cidade capital foi ainda sacudida nesta terça-feira, no distrito do Rangel, com o caso de um menino de

sete anos de idade que cansado de maus-tratos matou o tio a tiro, o petiz foi retirado da guarda da família pela juíza do Julgado de Menores.

De acordo com o Comando Provincial de Luanda da Policia Nacional, a juíza entendeu que o menor "não devia permanecer com os pais", dada a falta de condições para manterem a sua tutela, estando neste momento a receber tratamento psicológico.

Segundo a polícia, o menor teria dito que no dia do crime voltou a ser agredido pelo tio, de 28 anos com quem partilhava a casa dos pais. Frustrado pegou em uma das armas de caca do pai e alvejou mortalmente o tio.

CACUACO. O Agora apurou ainda que as populações prometem elas próprias tomar medidas de segurança, recorrendo as equipas de vigilância como se fazia na década de 80 com a Brigada Popular de Vigilância (BPV), devido a inércia das autoridades.

"A resposta que recebemos dos dois dirigentes e de que iriam tratar do assunto, mas, passados alguns dias, tudo continua na mesma, Enquanto isso todos somos vítimas", desabafou a senhora Conceição Lucas.

Tia São como e carinhosamente chamada recorda que na semana passada, mais de uma dezena de casas teriam sido assaltadas e que mesmo comunicando a policia nem sequer um simples sereno foi ouvido.

Paula Ribeiro e outra jovem vítima residente no bairro da nova urbanização ou simplesmente Eco Campos quando chegava do trabalho por volta das 19 horas, segundo ela os meliantes abordaram-na logo depois de ter descido do táxi, quando aguardava por uma moto-táxi que a levaria a casa.

"Depois de me abordarem, puxaram a pasta que tinha sobre o ombro, não aguentei o impulso e assustada caí sobre o asfalto, o que tem provocado estes ferimentos. E isso acontece numa altura em que comecei a trabalhar em um novo emprego em Catete", pranteou, aterrorizada.

O bairro Monte Belo e outro no município de Cacucaco, onde os assaltos ocorrem a qualquer hora do dia, por isso todo cuidado e pouco, apelam os moradores daquela urbe, como resultado da falta de ocupação de maior parte dos jovens que encontram na delinquência o melhor refúgio.

Diga-se que na centralidade nem tudo é centrado como se devia traduzir pela terminologia do complexo habitacional, onde os moradores há muito que vêm reclamando sobre a insegurança, e um maior patrulhamento policial.

Ana Sita uma das moradoras ouvida pelo Agora confirmou os furtos em residências e assaltos perpetrados ao longo dos cerca de 10 quilómetros que separam a centralidade da Via Expresso, recordando que o carro do seu esposo "já foi vandalizado uma vez".

"E notório o movimento de viaturas que param junto aos prédios. Muitas vezes ninguém desce e durante esse tempo não acontece nenhum patrulhamento. Ao entrar na centralidade não se vê agentes da ordem pública, excepto os dois que ficam na portaria", lamentou.

Norberto Costa contou ao Agora que foi igualmente vítima de um assalto na manhã desta quarta-feira, dia 6, nas imediações do campo de futebol do Petro de Luanda (Catetão), ao cruzar uma linha de meliantes que lhe tiraram a carteira, o telemóvel e um par de sapatos.

"Há crimes que acontecem em Angola e em Luanda sobretudo, que não mereciam amnistia no tempo do Mobuto, mas aqui na casa da mãe Joana tudo é possível! por isso e que esses miúdos andam brincar com a polícia", relembrou.

APELO DO MINISTRO. O ministro do Interior Ângelo da Veiga Tavares manifestou-se preocupado aquando do seu último Conselho Consultivo sobre o índice de crime violentos que ocorrem na capital, mais precisamente os que terminam em mortes. "E necessário que se incremente trabalho de inteligência criminal para conhecer tempestivamente todos aqueles que se dedicam a essa pratica e podermos dar resposta a elas", disse.

## 9.5 Desburocratizar e Cadastrar os Terrenos para evitar ocupação Ilegal

*Jornal O País*

*8 De Maio de 2015*

*Texto: Ireneu Mujoco -*

*ireneu.mujocorpops.co.ao*

A ideia vem expressa no comunicado final do referido seminário, realizado esta Quarta – feira, 6, que reuniu especialistas ligados a gestão de solos (urbanistas, arquitectos, engenheiros) e outros técnicos, que reconheceram haver burocracia excessiva para a aquisição de terrenos para vários fins, junto das autoridades competentes.

Para facilitar os munícipes no acesso a compra de terreno, os participantes recomendaram a aplicação

de instrumentos como a Lei do Ordenamento do Território, a aprovação do diploma da tabela dos direitos fundiários, inventariação de terrenos que estejam em situação ilegal, assim como a criação do cadastro municipal e nacional de terras.

O seminário realizado com base nas conclusões saídas do Fórum sobre a Mulher Rural, que teve lugar em Junho do ano passado, em Luanda, sob orientação do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, defendeu ainda a aceleração do processo de criação, aprovação e implementação das operações de loteamento de terrenos nos termos da Lei.

No encontro, em que participaram ainda membros das Forças Armadas Angolanas (FAA), da Polícia Nacional (PN), políticos, governantes, organizações sindicais, entidades eclesiais e autoridades tradicionais, decidiu-se a reversão dos terrenos para a esfera jurídica do Estado, em caso do incumprimento útil e efectivo, decorrido o prazo previsto na Lei. Durante o encontro, orientado pelo governador Graciano Domingos que esteve ladeado por Fernando Espanhol, administrador municipal de Belas, recomendou-se ainda a necessidade de um acompanhamento conjunto entre os órgãos de Estado e as autoridades tradicionais relativamente a ocupação de terrenos.

Para facilitar o combate a ocupação ilegal de terrenos, os mais de 300 participantes neste seminário defenderam a imperiosa necessidade de capacitar, técnica e administrativamente, os agentes autuantes, no sentido de poderem averiguar a autenticidade dos documentos exibidos (identificação de terreno no plano de ordenamento e loteamento).

#### Factores da ocupação ilegal

Realizado com o objectivo de diagnosticar a situação actual da ocupação de terrenos, proceder a análise da eficácia da Lei de Terras e da Lei do Ordenamento do Território, avaliar os actos de impunidade e nulidade de ocupação, venda e concessão de terrenos, os intervenientes apontaram vários factores que concorrem para a ocupação ilegal de terrenos.

Entre os vários, apontaram a falta de clareza das competências na tramitação dos processos para a constituição de direitos fundiários, por se verificar, reiteradas vezes, conflitos de competências entre os órgãos da Administração Pública. Acresce-se a isso, a deficiente classificação e qualificação dos terrenos urbanos, suburbanos e rurais. Outro factor apontado no debate e a falta de definição dos terrenos classificados como reserva do Estado, e a falta também da uniformização do modelo de título emitidos pelas administrações municipais, assim

como a insuficiência na interpretação da Lei de Terras e da Lei do Ordenamento do Território e Urbanismo.

A morosidade das instituições da Administração Local do Estado para dar resposta as solicitações de concessão de espaços aos cidadãos, a deficiente concertação por parte das autoridades que tem competência para conceder terrenos e o desconhecimento por muitos cidadãos dos procedimentos para a sua legalização, são outros factores que contribuem para o agravamento da ocupação dos solos.

#### Ocupação de terrenos em Luanda

Segundo governador de Luanda Graciano Domingos, no seu discurso de abertura deste seminário, o fluxo migratório de Luanda começou a revelar-se com a chegada de cidadãos que saíam do interior para as zonas urbanas em busca de seguranças e melhores oportunidades de vida, durante o conflito armado pós independência.

Acrescentou que mesmo com o funda guerra e o advento da paz, a capital do país continua a receber cidadãos, daí o surgimento da carência habitacional, e, conseqüentemente, o abarrotamento dos centros urbanos da província que dirige. O governante justificou que o Estado foi tolerante nesta invasão silenciosa de terrenos por parte dos cidadãos, na medida em que, desde o alcance da Independência Nacional ate a conquista da paz, em 2002, tinha as acções viradas para a resolução do problema da guerra fratricida que o país viveu durante 27 penosos anos.

O governador reconheceu que face algumas deficiências do ponto de vista da legislação, bem como aspectos do funcionamento dos órgãos da Administração Local, deram azo a que muitos oportunistas se aproveitassem para fazer a ocupação ilegal de terrenos.

Referiu também que a ocupação de parcelas de terra tem motivações de natureza económica, havendo grande procura de soluções habitacionais, aumentando assim o custo das residências e dos terrenos, que transformaram-se em "artigos de luxo e uma área de negócios bastante atractiva".

A fonte acrescentou que o fenómeno "ocupação ilegal de terrenos" gerou a problemática dos litígios de terrenos entre os próprios ocupantes ilegais. No caso concreto de Luanda, o governante apontou os municípios de Cacuaco, Belas e a Viana, como sendo as zonas periféricas mais cobichadas, enquanto as



zonas suburbanas são os distritos de Rangel, Sambizanga, Samba e Kilamba Kiaxi.

Refira-se que, para além de Luanda, realizaram-se também seminários em todas as províncias do país, numa iniciativa do Titular do Poder Executivo, através da Casa Civil, cujo primeiro encontro teve lugar em Setembro do ano passado, em Luanda. Estiveram neste encontro os governadores de províncias e administradores municipais.

## 9.6 Ocupação de terras Governo anuncia regularização jurídica fundiária

*Jornal Agora*

*8 De Maio de 2015*

Graciano Domingos esclareceu que a medida é uma orientação do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, quando procedia ao encerramento do "Seminário Provincial Sobre a Problemática da Ocupação Ilegal de Terrenos" promovido quarta-feira pelo Governo Provincial de Luanda.

De acordo com o governante, este processo vai consistir na análise do ponto de vista urbanístico das construções existentes e daquelas que, devido à sua localização, não venham a ser regularizadas porque os espaços que ocupam servirão para infra-estruturas viárias ou para outras redes técnicas como saneamento ou electricidade.

Para isso, prosseguiu, serão criadas ao nível de todos os municípios, com a excepção do município de Luanda, várias unidades de regularização jurídica fundiárias que cuidarão dos planos de Requalificação dessas áreas já ocupadas, da organização administrativa dos processos de "constituição de direito de superfície e preparar todo processo conducente ao registo matricial até ao registo predial.

Exemplificou que o cidadão pode agora dirigir-se à referida unidade de regularização, apresentar o seu processo e esta entidade que vai por sua vez cuidar da elaboração do croqui de localização, da análise urbanística da localização da casa e depois emite o parecer se a residência é regularizável ou não.

Se for regularizável, o cidadão pagará um valor que será fixado, que tem a ver com o processo em si, com o pagamento do direito de superfície e finalmente o cidadão vai buscar o seu título de registo predial.

Graciano Domingos fez saber que parte do valor pago pelo município será para custear as despesas do trabalho feito e a outra será receita do Orçamento do

Estado, prevendo-se assim aumentar, com essa regularização, a matéria colectável ao nível dos municípios.

Disse ainda que o Governo Provincial vai institucionalizar a obrigatoriedade da inscrição dos terrenos nas administrações municipais, através dos chamados boletins de inscrição que constara do cadastro municipal com dados sobre como o mesmo foi adquirido, como o mesmo se tornou propriedade do cidadão, além de conter os elementos do cadastro geométrico para se evitar sobreposições.

Anunciou igualmente a institucionalização, propondo ao Ministério das Finanças, a cobrança de taxas pelo não aproveitamento urbano dos terrenos que constituem propriedade plena.

Explicou que se alguém for proprietário de um terreno será obrigado a aproveitá-lo, no prazo que o município fixar, sob pena de pagar taxas progressivas ou impostos, assim como a quem pertencer direito de superfície e não aproveitá-lo nos prazos patentes nas escrituras, poderá perdê-lo e reverter o terreno ao Governo da Província, sem qualquer indemnização.

Segundo o governador, há a necessidade de se criar alguma tipificação específica no domínio penal para a ocupação de terrenos, porque "entendedor nível da província, que a ocupação ilegal de terrenos já está a abolir com a nossa soberania nacional e é necessário se tomar alguma atitude porque senão poderemos ter dissabores, sobretudo nas províncias fronteiriças do país".

No quadro da modernização administrativa vai se evoluir no sentido da Criação de uma estrutura similar ao guiché. "Já existe o guiché único do imóvel e queremos que o mesmo venha também a abarcar toda tramitação inerente à regularização dos direitos fundiários, bem como a Criação de aplicativos que facilitem a gestão do território urbano na província de Luanda seja a escala provincial ou municipal", enfatizou.

O "Seminário Provincial Sobre a Problemática da Ocupação de Terrenos" teve como objectivo, definir medidas concretas para acabar com a ocupação ilegal e venda anárquica de terrenos, analisar a eficácia da Lei de Terras e da Lei do Ordenamento do Território e traçar um quadro para a sua nulidade de ocupação, venda e concessão de terrenos.

Entretanto, a engenheira Informática Maria Rosa Beteca, defende a construção de um sistema de informação estruturado a uma base de dados sistematizado, onde os atributos, objectos e as tabelas estejam relacionados.

A técnica, que dissertava quarta-feira sobre tema, o Cadastro Predial Provincial de Luanda, no seminário provincial sobre a problemática da ocupação ilegal de terreno, considerou fundamental a actualização sistemática do cadastro, por implicar a obtenção de maior receita para o Estado.

Nesta senda, defendeu a implementação do Cadastro Predial Urbano, apoiado no sistema de informação geográfica de Luanda, uma tarefa de longo prazo que ocupara previsivelmente uma grande equipa ao longo de vários anos.

Disse também que as Informações constantes do cadastro predial urbano da Província de Luanda constituem um suporte principal da avaliação de imóveis de informações cadastrais e dos impostos.

Para Maria Rosa Beteca, o reforço da capacidade de gestão operativa e de monitorização das dinâmicas territoriais e urbanísticas, torna o cadastro predial de grande importância,

Por outro lado, considerou que apesar desta importância, a ausência generalizada deste cadastro tem sido memorizado. "Estando as dinâmicas territoriais a trópicas associadas a propriedade e as decisões dos seus detentores, este facto tem prejudicado a gestão territorial em particular a urbana e isso é visível na ocupação de terreno, concluiu.

Aquela técnica fez algumas comparações entre o cadastro geométrico e predial, as fases da operação e estrutura e ainda sobre os conteúdos dos dados.

O seminário que visou definir um conjunto de medidas concretas para acabar com a ocupação e venda ilegal de terrenos, analisar a eficácia da lei de terras e ordenamento do território e traçar um quadro para a sua aplicação prática, avaliar os actos de impunidades e nulidade do fenómeno.

**MAIS ESCOLAS EM FUNCIONAMENTO.** Duas escolas do primeiro e segundo ciclos, com 12 salas de aulas cada, uma biblioteca e uma sala de Informática foram inauguradas ontem, quinta-feira, em Luanda, nos municípios de Belas e Icolo e Bengo.

De acordo com a Angop, o estabelecimento de ensino 2048, localizado no município do Belas, na urbanização do Nova Vida, comporta, para além das 12 salas de aulas, recinto desportivo, área administrativa e vai funcionar nos períodos diurnos e nocturnos.

A escola foi construída numa área total de cinco mil 119 metros quadrados, tendo o edifício ocupado um espaço de mil e 92 metros quadrados, ficando sobre a

responsabilidade de uma empresa chinesa Yiga Lda. A obra, que teve a duração de um ano, custou aos cofres do estado cerca de 200 milhões de Kwanzas.

Já a segunda escola, 6075, construída na comuna do Bom Jesus, município do Icolo e Bengo, também possui uma sala de informática e uma biblioteca, quadra desportiva, balneários de apoio, gabinetes administrativo, entre outras áreas.

A escola foi erguida num espaço de dois mil e 400 metros quadrados, ficando orçado em cerca de cento e 98 milhões de kwanzas. Nesta escola, as aulas serão apenas no período diurno, numa primeira fase, podendo estender ao nocturno em função do número de alunos que procurarem o local.

Entretanto, no âmbito das acções de prevenção sanitária, 2000 litros de Solução de hipoclorito de cálcio começaram a ser distribuídos a partir de ontem, as comunidades da Camuxiba e Povoado no distrito urbano da Samba, em Luanda, no âmbito da 26ª fase de acção preventiva de combate a cólera, promovida pela Comissão Administrativa da Cidade de Luanda. Em declarações a Angop o chefe de secção, de Saúde do distrito da Samba, Miguel Maiande, adiantou que acção dos especialistas esta virada também para a realização de palestras, distribuição de Solução de hipoclorito de cálcio, desinfestação de tanques de água e disseminação de material de propaganda.

Disse ainda que a acção preventiva que decorrerá nas comunidades consideradas críticas em termos de saneamento básico, terá a duração de dois dias, com início no bairro da Camuxiba.

As campanhas de prevenção periódica ocorrem em simultânea em todos os distritos que compõem a Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, Maianga, Rangel, Ingombota, Sambizanga, Kilamba Kiaxi e Samba. Enquanto isso, o hospital dos Cajueiros, no município do Cazenga, regista diariamente mais de 30 casos de malária, principalmente em crianças menores de 10 anos.

A directora clínica daquela unidade hospitalar, Amélia Hukuambua, disse que os pacientes, na sua maioria, são provenientes do município de Caculo e distritos de Viana, Kilamba Kiaxi, Sambizanga e Rangel, (município de Luanda).

A título de exemplo, afirmou que só no mês de Abril foram consultados 40 pacientes/dia, provenientes de Viana Segundo aquela entidade, nesta época chuvosa os casos de malária são altos, devido as péssimas condições de drenagem, águas estagnadas e dormir sem mosquiteiro.

Amélia Hukuambua afirmou que a malária continua a provocar muitas mortes que nem sempre chegam ao conhecimento das autoridades sanitárias, situação que vai continuar nas próximas épocas de chuva, caso não se resolva a situação do escoamento das águas residuais.

A directora clínica disse estarem mobilizadas equipas e elaboradas estratégias internas de actuação para fazer face à situação, com os poucos recursos existentes, tanto humanos e financeiros, para atender o número de pessoas com a doença.

**DOENÇA DE SONO.** Ainda é um problema de Saúde Pública, com um registo de 11 casos nos primeiros quatro meses do corrente ano, mais três em relação a igual período do ano anterior. Quem deu conta desses dados foi Josenando Teófilo, director do Instituto de Combate e Controlo das Tripanossomiases, falando à imprensa em Viana, considerando que é completamente falso quando algumas pessoas alegam que a eliminação da enfermidade em Angola é já um facto.

De acordo com a Angop, a título de exemplo, disse que em 1974 o país registou em todo o seu território apenas três casos, mas até 1997 mais de oito mil casos foram registados.

Deste modo, explicou, os 11 novos casos registados apenas este ano, caso não sejam tomadas medidas enérgicas de combate e prevenção da enfermidade, podem levar a uma prevalência ainda maior. "Os desafios são enormes e todos devemos estar atentos e ajudar no combate a essa enfermidade", exortou.

Segundo Josenando Teófilo, a doença do sono propaga-se através da mosca tsé-tsé e é um perigo que não se pode negligenciar, pois é uma enfermidade dramática que se assemelha ao tétano, meningite ou raiva, com uma letal idade elevada.

Referiu que a mosca tsé-tsé continua nas proximidades de Luanda, podendo ser encontrada na zona onde está a ser edificado o campo de golfe da capital do país, na barra do Cuanza, no Panguila, Bom Jesus, Cabiri, Maria Teresa ou na província de Malanje, e facilmente pode penetrar numa viatura e ser transportada até a capital do país ou outras zonas de Angola.

"O perigo não está longe, há pouco tempo foi diagnosticado um doente com Tripanossomiase proveniente de Malanje, e caso a mosca estivesse na viatura em que se fazia transportar outras pessoas podiam contrair a doença", enfatizou.

Entretanto, garantiu que nas zonas referidas e noutras com prevalência da doença, continuam a ser colocadas armadilhas para se apanhar o vector.

"Com ou sem crise económica, com muito ou pouco dinheiro, as autoridades sanitárias estão atentas e vão continuar a combater a Tripanossomiase", assegurou.

O director realçou que a região norte do País, por ter um sistema ecológico propício para o desenvolvimento da mosca tsé-tsé, com galerias florestais húmidas, e a zona mais afectada pela enfermidade. A Tripanossomiase Humana Africana, ou doença do sono, é uma infecção parasitária encontrada na África Subsariana e transmitida pela mosca tsé-tsé.

Essas moscas podem ser encontradas em 36 países da África Subsariana, colocando em risco cerca de 60 milhões de pessoas. A infecção ataca o sistema nervoso central, causando distúrbios neurológicos graves. Sem tratamento, a doença é fatal.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), mais de 95% dos casos reportados são causados pelo parasita *Trypanosoma Brucei Gambiense*, encontrado nas regiões Oeste e Central da África o restante dos casos é causado pelo *Trypanosoma Brucei Rhodesiense*, encontrado nas regiões Leste e Sul da África. 70% De todos os casos são reportados na República Democrática do Congo (RDC).

Em 2010, 7.200 casos de doença do sono foram registados. No entanto, a OMS acredita que o número corresponda apenas a uma fracção da quantidade real de ocorrências, que estão próximas das 30 mil por ano.

Entretanto recentemente, o representante da Organização Mundial de Saúde (OMS) em Angola, Hernando Agudelo, defendeu em Luanda, que o aumento exponencial das doenças não transmissíveis em África representa um "significativo desafio ao desenvolvimento" do continente africano.

Reconheceu de igual modo que as doenças não transmissíveis (DNT), designadamente, as cardiovasculares, a diabetes, os diversos tipos de cancro, as doenças respiratórias crónicas, as hemoglobinopatias, as doenças mentais, a violência e os traumatismos já não são somente doenças emergentes, tendo já alcançado "proporções alarmantes, estando a aumentar exponencialmente".

## 9.7 Indecisão do Tribunal Penaliza Cidadãos

*Folha 8*

*16 De Maio de 2015*

*Texto: Antunes Zongo*

Alegada falta de coragem do Tribunal Provincial de Luanda, Dona Ana Joaquina, em deferir ou indeferir o requerimento lavrado pelos moradores do bairro Operário, onde solicitam a suspensão dos actos administrativos da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda (CACL) e do Distrito Urbano do Sambizanga, no bairro supra, esta a causar danos irreparáveis ou de difícil reparação aos requerentes, porque as referidas instituições do Estado continuam a realizar demolições de residências na zona, sem pré-comunicação aos habitantes, que se negam ir ao Zango.

Muitos dos mesmos dizem não terem beneficiado de apartamentos no edifício Anangola, devido o número irrisório de residências no prédio, e garantem que a sua casa estão avaliadas em mais de um milhão de dólares, "Sr. jornalista, olhe bem para a minha casa. Acha que será evolução sair desta grande residência para aquelas 13 do Zango III? Aquelas residências não custam 40 mil dólares, o Estado deve ser um agente de bem, e não o contrário", disse Mário Cláudio, nascido a 37 anos, no bairro Operário. Portanto, diante da visível desproporcionalidade de forças para rivalizar com a máquina poderosa capitaneada por José Tavares, presidente da Comissão Administrativa de Luanda, coadjuvado por Mara Quiosa, administradora do Sambizanga, os moradores, face ao artigo 60 do Decreto-lei 4-A/96 de 05 de Abril de 1996, requereram ao Tribunal Provincial de Luanda, a suspensão dos actos administrativos, das duas instituições supracitadas, no passado dia 02.02.15. Passados três meses, o Tribunal, devido a "submissão partidocrata" continua sem se pronunciar sobre uma providência cautelar, com sentido de urgência. "A suspensão apenas pode ser pedida em separado da interposição do recurso contencioso, no caso de em processo administrativo de reclamação, o autor do acto ter indeferido pedido de suspensão formulado por qualquer interessado", vide n.2 do Decreto-lei atrás citado. Na realidade foi o que ocorreu, mas o Tribunal continua sem dizer nada, esquecendo-se que a demora na decisão é susceptível de causar danos irreparáveis ou de difícil reparação para todos nós", lamentou A Francisco, morador.

F8 contactou um funcionário sénior da 1ª Secção da Sala do Cível e Administrativo do Tribunal Provincial de Luanda, e este garantiu, o processo que responde

pelo nº 2454/15-C, estar a seguir os "seus" trâmites normais. "Os advogados dos moradores do bairro Operário pretendem com a acção, revogar, por violar direitos fundamentais, considerados invioláveis, pela Constituição, a musculatura dos actos administrativos da Comissão Administrativa de Luanda e do Distrito Urbano do Sambizanga", disse um escrivão, alegando ainda ter havido distração, porquanto, "os advogados dos moradores, deveriam intentar uma espécie de acção, para o caso em concreto e foram em sentido contrário, o que esta a causar este constrangimento", concluiu.

## 9.8 Vítimas passam a receber apoio da Reinserção Social

*Jornal de Angola*

*17 De Maio de 2015*

*Texto: Sampaio Júnior*

O trabalho, assegurou Isaac dos Anjos, não terminou. "Os novos desafios, agora, tem outras características que permitem a sua permanência e dentro de um determinado prazo espera-se que sejam executados mais 300 bases em construção civil para execução de casas definitivas que vão albergar os sinistrados.

Toda esta empreitada tem como condão os materiais doados por varias organizações, membros da sociedade civil, pessoas singulares e colectivas, que estiveram solidárias com as populações vítimas do sinistro".

A imprensa, o governador afirmou: "Agora que terminou o processo de assistência solidária segue a fase de instalação definitiva dos sinistrados na futura centralidade, que se situa no ordenamento entre o Culango e Biópio, município da Catumbela, no quadro da expansão das cidades do Lobito e da Catumbela, onde vamos proporcionar maior qualidade de vida".

Isaac dos anjos, reconhecendo a pessoa humana como o bem supremo, realçou que "qualidade de vida e o método utilizado para medir as condições de um ser humano, que envolve o bem espiritual, físico, mental, psicológico e emocional, além de relacionamentos sociais, como família e amigos e também a saúde, educação, poder de compra, habitação, saneamento básico e outras circunstâncias da vida".

No encontro com os membros da sociedade civil, o governador de Benguela pediu aos seus colaboradores para passarem a mensagem aos populares para que não confundam o padrão de vida, uma medida que quantifica a qualidade e quantidade

de bens e serviços disponíveis. "Durante as enxurradas, em Marco, que abalou a nossa bela cidade portuária do Lobito, registamos acções positivas desenvolvidas pela comissão Governador provincial afirmou que a coordenação provincial de Protecção Civil e Bombeiros, durante e depois das calamidades moderna industrialização, frisou, vai ser impulsionada no ordenamento do Culango e Biópio, com empreendimentos de pequenas e grandes empresas. "Esses empreendimentos são os principais motores do crescimento económico, que servem de tecido auxiliar as pequenas, médias e grandes empresas", referiu,

Adiantou: " E essencial a promoção de serviços que possam dar resposta a direitos básicos de cidadania, de carácter social. Esses serviços vão gerar coesão social e propiciam, naturalmente, uma maior igualdade de oportunidades".

Todo trabalho adicional que tivermos que fazer, como entrega de parcelas de terrenos as comunidades, vai continuar a ser feito, de forma que as habitações construídas em zonas de risco vão continuar a ser cadastradas e espera-se contar com a contribuição das populações, no senti do destas acatarem com as orientações das administrações municipais". O governador reconheceu que a actividade feita pela Comissão Provincial de Protecção Civil e Bombeiros assentou no processo de um intenso trabalho conjunto com outros membros da sociedade civil, que resultou em êxito.

Um total 9.136 sinistrados na província, dos quais 778 no município da Baía-Farta, 6.818 em Benguela, 410na Catumbela 1.130 no Lobito são os dados registados.

#### Recursos financeiros

Os recursos financeiros, doados por pessoas singulares e colectivas, foram usados em primeira instancia para a compra de urnas, transportes para os funerais, tendas, agua potável, instalação de casas de banho prefabricadas e merenda para mais de 900 soldados dos varies ramos das Forças Armadas Angolanas que se prontificaram na primeira limpeza nos arredores da cidade do Lobito.

Em relação aos apoios recebidos, Isaac dos Anjos destacou, entre outros, 0 do Executivo com urna quantia em dinheiro de 112 milhões de kwanzas, numa orientação do Presidente da Republica de Angola, José Eduardo dos Santos. Enumerou o envio, pela Endiama, de dois cheques, um de 900 mil kwanzas e o outro de 100 mil, perfazendo um total de um milhão de kwanzas, da Embaixada de Cabo Verde, no valor de um milhão de kwanzas e o mesmo

valor da Embaixada de Cuba em Angola. O Banco Angolano de Investimentos (BAI) foi citado como tendo disponibilizado dois milhões e 995 mil e 700 kwanzas.

#### Ocupação ilegal de terrenos

O governador de Benguela, Isaac dos Anjos, quer a contribuição da sociedade para acabar com o fenómeno de ocupação ilegal de terrenos na província de Benguela, que da azo a construção em zonas de risco.

"A ocupação desordenada de terrenos e o aproveitamento político tem fomentado a desordem, de informação e impunidade urbana, dificultando o andamento e concretização de projectos de autoconstrução dirigida", frisou o governador de Benguela. Acrescentou: "E importante que usa e aproveitamento da terra seja feito em prol de toda comunidade, para que não sejam fontes de conflitos sociais, mas factor de paz em harmonia, para que possamos alcançar o desenvolvimento económico e social".

De acordo com Isaac dos Anjos, ao nível da província de Benguela, o fenómeno de ocupação ilegal de terrenos cria muitas dificuldades ao Governo. "O Governo Provincial tem necessidade de promover o ordenamento de terras, para que se estabeleçam a favor das comunidades direitos fundiários e se avaliem as disponibilidades para novos assentamentos", sublinhou.

Os terrenos solicitados para aproveitamento agrícola, disse Isaac dos Anjos, não podem ser sacrificados para a construção civil, como se assistiu nos vales do Cavaco e da Catumbela, onde a semente deu lugar ao cimento. Na província de Benguela, o Governo tem identificados terrenos para construção civil, dentro do quadro legal das Reservas Fundiárias do Estado, para a construção de moradias, industria, locais para o comercio e serviços.

Em Benguela, precisou, existem planos para o ordenamento nos municípios do Cubal, Caimbambo e Chongoroi, para estabelecer projectos geradores de empregos e dinamizadores da economia.

## 9.9 Reclusos inseridos no sistema de ensino

*Jornal De Angola*

*23 De Maio de 2015*

*Texto: Domingos Mucuta*

Os reclusos da unidade provincial do Lubango estão inseridos no sistema de ensino, no quadro do projecto de reeducação e Inclusão social dos cidadãos privados de liberdade, disse, ontem, no Lubango, o chefe da brigada de reeducação, João Hélder, durante a visita do juíza-presidente do Tribunal Provincial da Huíla à unidade penitenciária.

Duzentos e quarenta reclusos frequentam o ensino primário e o primeiro ciclo do ensino secundário e muitos outros são alfabetizados com o método "Sim Eu Posso".

O ensino conta com a parceria e apoio da Direcção Provincial da Educação, que disponibiliza materiais escolares, e o projecto inclui a aprendizagem de desporto, música, dança e teatro.

O juiz-presidente Artur Ngunza, disse haver "um bom trabalho" feito pela direcção da unidade penitenciária, pelo ministério público e pelo tribunal, que vai imprimir mais dinâmica para acelerar os processos, uma preocupação apresentada pelos reclusos ao magistrado judicial. "Peço calma e fiquem tranquilos porque estamos disponíveis para solucionar os vossos problemas. Os processos são julgados dentro dos prazos legais."

### Reclamações

Os reclusos da Penitenciária da Comarca da Huíla solicitaram na quarta-feira durante a visita do juiz presidente do Tribunal Provincial àquela cadeia, maior celeridade no envio de processos de recurso ao Tribunal Supremo. Os reclusos afirmam numa mensagem entregue ao juízo presidente Artur Ngunza, recentemente nomeado para juiz presidente do Tribunal Provincial, que "muitos dos processos foram entregues há cinco anos" e continuam sem resposta.

A Penitenciária da Comarca da Huíla tem uma capacidade de 520 reclusos, mas actualmente regista um excesso de 434 presidiários, entre homens e mulheres, perfazendo um total de 954 internos.

Os subscritores do documento lamentam igualmente que haja jovens detidos sem julgamento e há dificuldades "em pagar as indemnizações aos ofendidos" por em muitos casos serem "somas avultadas" a que se juntam as taxas de justiça,

situação que "condiciona o gozo da liberdade condicional".

Os reclusos pedem na mensagem ao juiz presidente do Tribunal Provincial da Huíla que o pagamento das multas seja faseado para mais facilmente beneficiarem da liberdade condicional.

Na mensagem, os reclusos salienta a melhoria da alimentação na unidade prisional, assistência médica e higiene.

## 9.10 Grande adesão de mulheres à alfabetização

*Jornal De Angola*

*22 De Maio de 2015*

*Texto: Weza Pascoal*

Ao todo, 19.691 pessoas, dos 12 aos 40 anos, das quais 11.904 do sexo feminino, frequentam, este ano, na Província do Cuando Cubango, o Programa de Alfabetização e Aceleração Escolar, disse ao Jornal de A Angola o responsável do sector.

O Programa de Alfabetização e Aceleração Escolar tem no Cuando Cubango 403 alfabetizadores distribuídos pelos nove municípios, a maioria nos do interior, onde há maior número de interessados, principalmente do sexo feminino, em aprender a ler e escrever.

O responsável referiu que o Programa de Alfabetização regista na província grande adesão, principalmente daqueles que devido à guerra não tiveram oportunidade de estudar.

Agostinho Tololi lamentou que li falta de transporte prejudique o acompanhamento e divulgação do programa nas zonas mais distantes, onde muitas vezes as aulas são ministradas em varandas, debaixo de árvores e igrejas, sem as condições indispensáveis ao ensino de ensino e aprendizagem.

O Programa de Alfabetização e Aceleração Escolar, promovido pelo Ministério da Educação, destina-se a erradicar o analfabetismo até 2017.

A população da região tem sido aconselhada a aderir às aulas de alfabetização e têm sido construídas mais salas em zonas distantes das sedes municipais.

## 9.11 Milhares de Mulheres mortas pelos parceiros

*Jornal De Angola*  
22 De Maio de 2015

Mais de quarenta e três mil mulheres foram assassinadas pelos respectivos parceiros ou parentes íntimos, em todo o mundo, em 2012, revelou, ontem, o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC).

O director executivo do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, Yuri Fedotov, disse que mulheres e meninas continuam a ser mortas em grande quantidade em todo o mundo e que "esses casos envergonham qualquer sociedade".

O chefe do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime declarou que esses assassínios representam apenas os sinais mais visíveis e brutais do que está a acontecer com milhões de mulheres. Escondido do público, disse Yuri Fedotov, estão as terríveis experiências diárias de violência, incluindo abusos sexuais, que denigrem a vida de mulheres e meninas.

O alto funcionário da ONU disse que "esse tipo de experiência acontece tanto nas cidades como em áreas rurais, em escolas, locais de trabalho e especialmente em casa. O representante do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime afirmou que "todos devem reconhecer que, da mesma forma que nenhuma sociedade está imune a esses actos violentos, todos fazem parte da solução, porque nenhuma mulher ou menina deve se sentir isolada ou em perigo".

O director executivo do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime afirmou que a promoção de sociedades inclusivas fornece não somente a segurança que as mulheres precisam, mas também oferece oportunidades, igualdade e prosperidade.

A agência está a trabalhar para acabar com o preconceito do género "enraizado" em muitas legislações e sistemas judiciários e que "perpetuam" a impunidade para este tipo de crime violento. Para acabar com este crime, afirmou Yuri Fedotov, a comunidade internacional deve trabalhar num espírito de parceria.

"Se isso não for feito, o mundo vai continuar a ver esse crime violento a minar completamente os esforços para criar sociedades cada vez melhores e inclusivas", alertou o director executivo do Escritório das Nações Unidas sobre as Drogas e Crime.

## 9.12 Assaltos nas escolas do Bengo

*Jornal Grande Noticias*  
29 De Maio de 2015

Fernando Domingos Caponte, um dos encarregados de educação contou à imprensa que, a falta de segurança em algumas escolas do município do Dande tem contribuído para aumentado da delinquência. Caponte, salientou ainda que, os delinquentes são adolescentes que consomem bebidas alcoólicas e outras drogas, nos arredores das escolas, eles esperam os outros meninos a saída da escola para receberem os seus haveres, como calçados, dinheiro, cadernos e algumas vezes chegam a agredir as crianças que não têm o que eles necessitam.

O encarregado, falou, por outro lado, que a maioria das escolas do Bengo, não possuem seguranças, para proteger a integridade física, quer dos alunos como dos funcionários. Fernando Caponte, foi mais além, recordando a problemática dos desmaios nas escolas de Caxito, realçando a falta de seriedade no apurar das causas por parte de entidades de direito.

Fonseca, estudante do Instituto Médio Politécnico do Panguila, exprimiu-se ao Grandes Notícias, que o momento mais crítico que a classe estudantil na província o Bengo vive além da delinquência é a falta de bibliotecas e o atraso por parte dos professores que vivem em Luanda e leccionam aqui. Joana Lombo Pedro, estudante da 11ª classe da escola do 2º ciclo, "Kímamuenho, acrescentou que em caso de trabalhos de investigação temos que recorrer a província de Luanda, porque Caxito é "pobre em biblioteca e livrarias.

## 10. AMBIENTE

### 10.1 Caçadores furtivos incorrem em crime

*Jornal de Angola*  
18 De Maio de 2015

Quem for surpreendido com animais e carne de animais cuja caca é proibida em Angola e internacionalmente incorre em multas entre 300 e 600 mil kwanzas e em processos-crime, alerta um comunicado do Ministério do Ambiente.

Os infractores, salienta o documento, são detidos e as armas apreendidas. Elefantes, rinocerontes, todos os felinos, palanca negra, girafas e baleias são algumas das espécies que não podem ser abatidas em Angola.

### 10.2 Mudanças climáticas juntam especialistas

*Jornal de Angola*  
26 De Maio de 2015  
*Texto: Walter António*

Representantes de 191 países participam, desde ontem, no Congresso Mundial de Meteorologia na cidade de Genebra, para traçar estratégias, políticas, prioridades orçamentos para fortalecer os serviços climáticos a escala global.

A conferência realiza-se de quatro em quatro anos e avalia o crescimento da população mundial, as condições extremas do clima e os seus impactos socioeconómicos.

A cimeira estuda as formas de responder as necessidades de uma população global em crescimento e, ao mesmo tempo, lidar com a mudança e a variação do clima, com as condições climáticas extremas e os seus impactos socioeconómicos. O secretário-geral da Organização Mundial de Meteorologia, Michel Jarraud disse que para promover o desenvolvimento sustentável e ajudar a humanidade a lidar com a mudança climática são necessários maiores investimentos e cooperação internacionais.

Michel Jarraud afirmou que até agora, os desastres relacionados com o clima já destruíram ou prejudicaram milhões de vidas.

"A lista de eventos climáticos extremos é longa e há provas científicas de que pelo menos alguns deles não ocorriam se não fosse pela interferência humana",

afirmou o secretário-geral do Congresso Mundial de Meteorologia. Michel Jarraud disse que a extensão das geleiras no Ártico, registada em Fevereiro, foi a menor já captada pelas imagens de satélite.

### 10.3 Apelo à cultura preventiva e formação de quadros

*Jornal de Angola*  
27 De Maio de 2015  
*Texto: André Da Costa*

As autoridades locais do Estado foram exortadas, ontem, em Luanda, pelo ministro do Interior, a desenvolverem um maior controlo do território sob sua jurisdição no sentido de evitarem construções ilegais em zonas de risco e prevenirem prejuízos materiais e humanos em caso de desastres naturais.

Ângelo da Veiga Tavares falava na abertura da reunião da Comissão Nacional de Protecção Civil e referiu que a capacidade de gestão dos recursos financeiros deve constituir factor importante na avaliação dos responsáveis dos municípios, comunas e distritos urbanos.

O ministro do Interior, coordenador da Comissão Nacional de Protecção Civil, sublinhou ser necessário que os poucos recursos disponíveis sejam geridos de forma adequada e com parcimónia, evitando dispersões para melhor gestão das situações de crise. "Tal perspectiva impõe que se preste particular atenção ao desenvolvimento das capacidades técnicas, através da formação de quadros e da criação de uma cultura preventiva, com o objectivo de assegurar a sustentabilidade das nossas acções a longo prazo."

No plano internacional, o ministro do Interior disse que Angola faz parte da plataforma global de gestão de riscos e assinou o novo quadro de acção para a redução do risco de desastres, no âmbito da Conferência Mundial realizada este ano no Japão.

"As alterações climáticas provocadas pela acção do homem colocam diante dos Estados membros desafios sem precedentes na história da humanidade", afirmou Ângelo da Veiga Tavares, citando o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, durante a sua intervenção na Assembleia-Geral das Nações Unidas.

"Este novo quadro pretende reduzir os danos em eventuais desastres e criar capacidades para resistir, absorver e recuperar de forma eficiente os seus efeitos e de maneira organizada prevenir que vidas humanas e bens sejam perdidos", explicou o ministro



do Interior, que acrescentou que as instituições, dirigentes e responsáveis a vários níveis, funcionários municipais, comunais e os cidadãos são capacitadas para adoptar uma postura adequada perante os riscos impostos pelas mudanças climáticas.

Ângelo da Veiga Tavares considerou que as cidades e as áreas modernas representam um sistema denso e complexo de serviços que enfrentam um crescente risco de desastres, pelo que estratégias e políticas públicas devem ser desenvolvidas para a construção de cidades sustentáveis.

Com a adopção desses planos, disse o ministro, a Comissão Nacional de Protecção Civil dá passos fundamentais na protecção da vida, do ambiente e dos investimentos em curso no país.

#### Desastres no mundo

O ministro do Interior sublinhou que a reunião da Comissão Nacional de Protecção Civil se realizou numa altura em que no mundo o risco de desastres é crescente e o seu impacto causa um elevado número de mortes, altos índices de desprotecção social e retrocesso nos processos de desenvolvimento dos países. "Angola regista ainda algumas situações adversas como a seca, as inundações, a pobreza, o êxodo rural, a ocupação anárquica do solos, o crescimento urbano desordenado, situações que impõem a procura de soluções para prevenir e solucionar tais problemas", referiu.

Ângelo da Veiga Tavares frisou que a criação do Sistema Nacional de Protecção Civil reduziu o impacto dos desastres, mas reconheceu que é preciso reforçar e consolidar o sistema, de forma a melhor proteger a vida, o desenvolvimento e os investimentos públicos e privados.

A reunião da Comissão Nacional de Protecção Civil fez o balanço das actividades realizadas em 2014 e nos primeiros meses do ano, e analisou as acções estratégicas de prevenção e redução de riscos de desastres no quadro do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017.

Os ministros da Administração do Território, Bornito de Sousa, Energia e Águas, João Baptista Borges, Cultura, Rosa Cruz e Silva, Assistência e Reinserção Social, João Baptista Kussumua, Comunicação Social, José Luís de Matos, e o secretário de Estado da Saúde, Carlos Alberto Masseca, participaram na reunião da Comissão Nacional de Protecção Civil.

## 10.4 Identificadas as zonas de risco na província

*Jornal de Angola*

*27 De Maio de 2015*

*Texto: Lourenço Bule*

A Comissão Provincial de Protecção Civil do Cuando Cubango identificou 51 zonas de risco iminentes em toda a extensão da província, revelou, em Menongue, o chefe da secção de planeamento e operações do Comando Provincial do órgão da Polícia Nacional.

Francisco Dala disse que as zonas de risco foram identificadas pela comissão no exercício das suas obrigações de localização, constatação, levantamento, prevenção e mitigação dos desastres colectivos de origem natural ou tecnológico.

O chefe da secção de planeamento e operações do Comando Provincial de Protecção Civil e Bombeiros disse que as áreas foram identificadas no município de Menongue, com mais zonas de risco, num total de 12, Calai com nove, Cuito Cuanavale (oito), Cuangar (sete), Cuchi (cinco), Rivungo (quatro), Dirico (dois) e igual número para Nancova e Mavinga.

Estas zonas são consideradas de risco por se situarem próximo dos rios Cuando, Cubango, Cuchi, Cuebe, Cueleí, Luahúca, Cuito, Cubia e Luengue.

"Quando chove, a tendência é de aumentar o caudal, causando inundações e ataques constantes de jacarés e hipopótamos às populações", disse o chefe de departamento.

Francisco Dala acrescentou que outras zonas de risco estão localizadas ao longo das ravinas, sobretudo no Cuito Cuanavale, áreas de descargas atmosféricas e arenosas, causando assim destruição de casas, escolas, unidades sanitárias, igrejas, pontes, estradas, isolamento de famílias e restrição da circulação de pessoas e bens.

Além destes danos, as inundações podem ainda causar aumento de doenças diarreicas agudas, malária, infecções na pele, febre tifóide, conjuntivite, absentismo elevado no serviço por motivos destas enfermidades ou de mortes, aumento das despesas para aquisição de medicamentos e sobrelotação nos hospitais da região.

## Estratégias de actuação

Como estratégia, Francisco Dala referiu que a comissão, em casos de calamidades naturais, perspectiva a criação e a aplicação do Plano local de Preparação e Resposta (PPR) e a formação de comissões municipais de protecção civil.

Outras estratégias têm a ver com a potencialização da subcomissão executiva provincial e das comissões municipais de capacidade interventiva, para responderem às exigências do processo de preparação, prevenção e resposta, em colaboração com as organizações da sociedade civil. As operações de protecção civil encontram-se previstas, dispostas e sistematizadas de acordo com a Lei n.º 28/03 de 07 de Novembro, que define no ponto primeiro do artigo 20, que em situação de acidentes graves, catástrofes ou calamidades e de perigo de ocorrência destes fenómenos são desencadeadas acções em harmonia com os programas e planos de emergência previamente elaboradas.

"Em caso de activação do PPR, deve ser articulado com outros planos municipais, provinciais, regionais ou nacionais de emergência, podendo estes ser especiais, expandindo as coordenações técnicas e operacionais dos meios a empenhar e a adequação das medidas de carácter excepcional a adoptar".

## Obras em curso

Na região, refira-se, estão em curso diversas acções de impacto social para melhorar a qualidade de vida da população.

Das obras em curso destaque para as dos sectores da Saúde e da Educação, que visam baixar os índices de mortalidade nas comunidades e melhorar o processo de ensino e aprendizagem.

As vias de acesso também estão a ser reabilitadas, para melhorar as trocas comerciais e facilitar o escoamento de produtos agrícolas.

## 10.5 Invasão habitacional ameaça espécies

*Jornal de Angola*

*27 De Maio de 2014*

*Texto: Walter António*

A Administração do Parque Nacional da Quissama está preocupada com o elevado número de pessoas que residem no local, pondo em risco a sobrevivência de muitas espécies, disse, ontem, na Quissama, o administrador do parque.

Miguel Savituma informou que mais de 40 mil pessoas residem no interior da reserva e muitas das quais praticam a caça ilegal e o abate de árvores para fazer lenha.

No interior do parque, referiu, as pessoas habitam em casas de chapa e a maioria é proveniente de outras províncias em busca de melhores condições de vida.

"Temos uma grande preocupação com as pessoas que vivem no bairro da Cabala. Na sua maioria são provenientes da ilha de Luanda e fazem pesca no rio e no mar, dentro do parque, e muitas vezes as redes arrastam animais", disse.

## Perigo à vida animal

"Os caçadores ilegais constituem um perigo para os animais", referiu o administrador, que apelou à população para ajudar a proteger a biodiversidade combatendo a caça ilegal e o abate de árvores, factores que podem contribuir para a extinção da fauna e da flora.

Com uma área de 9.960 quilómetros quadrados, o Parque da Quissama é protegido por 31 fiscais e nele vivem centenas de elefantes, oncos, gungas, avestruzes, hipopótamos e milhares de pequenos mamíferos como o bambi, o javali, o veado, além de 36 girafas. Segundo o administrador, semanalmente, o Parque Nacional da Quissama recebe mais de 100 visitantes, número muito superior ao que se registava nos anos anteriores.

## Apoio da União Europeia

A União Europeia patrocina em Angola, desde 2012, um projecto sobre biodiversidade no valor de três milhões e 900 mil euros.

A gestora de projectos da delegação da União Europeia em Angola, Susana Martins, disse, ontem, em Luanda, que o projecto se destina a reabilitar o Parque Natural do Iona e ao planeamento estratégico da gestão de todos os parques em Angola. O director-geral do Instituto Nacional da Biodiversidade e Áreas de Conservação, Abias Huongo, afirmou que ainda não é conhecido todo o potencial da biodiversidade do país.

"O país tem uma grande diversidade de ecossistemas, cerca de 14 biomas (conjunto de determinadas condições ecológicas climáticas que caracterizam uma determinada região) que durante muito tempo não foram estudados. O estudo começou no tempo colonial e em muitas áreas não se fez trabalho profundo. Os trabalhos feitos actualmente estão a trazer novos elementos à fauna e à flora", acrescentou.

O coordenador do projecto da biodiversidade e conservação do Parque Nacional do Iona, Aristófares Ponte, revelou que o Ministério tem desenvolvido estrategicamente e de forma integrada diversas acções, projectos e planos para tomar rica a diversidade biológica angolana.

## 10.6 Sistema inovador limpa os oceanos

*Jornal de Angola*

*27 De Maio de 2015*

Um sistema inovador desenvolvido por um jovem holandês de 20 anos vai começar a limpar toneladas de plástico dos oceanos em 2016. O projecto "The Ocean Cleanup", da responsabilidade de Boyan Slat, é lançado no próximo ano na costa de Tsushima, uma ilha localizada entre o Japão e a Coreia do Sul.

O anúncio foi feito, ontem, pelo jovem fundador do projecto, que criou uma plataforma flutuante única capaz de se mover pelos oceanos. Aproveitando a força dos cinco grandes sistemas de correntes marítimas do mundo, o sistema consegue concentrar, para posterior recolha, até 3.000 metros cúbicos de plástico de cada vez, o equivalente a uma piscina olímpica, num único local.

No seu primeiro lançamento, a plataforma limpa uma extensão de cerca de dois mil metros de oceano, e prevê-se que funcione durante, pelo menos, dois anos e apanhe o plástico que ali circula antes de este dar à costa na ilha de Tsushima", que, neste momento, estuda a possível utilização desta matéria-prima como fonte de energia alternativa.

O "The Ocean Cleanup" revelou que o início da aplicação prática do sistema representa um marco importante na missão de limpeza do plástico que polui os oceanos de todo o mundo. Nos próximos anos, Slat quer estender o alcance da plataforma aos mil quilómetros para limpar cerca de metade da "Grande Ilha de Lixo do Pacífico".

## 10.7 Autoridades de Cabinda apertam o cerco à exploração ilegal da madeira

*Jornal Semanário Económico*

*13 De Maio de 2015*

*Texto: Marta Cassinda*

O Governo da província de Cabinda adoptou uma estratégia para o combate ao garimpo de madeira,

com vista a proteger os recursos florestais na região, principalmente na floresta do Maiombe.

O secretário provincial da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pesca, João Tati Luemba, disse ontem, que em função disso, a partir de agora cada empresa madeireira licenciada é obrigada a ter pelo menos urna serração na sua área de exploração para absorver parte da força de trabalho desempregada.

A medida visa também beneficiar as populações das respectivas zonas de corte, de madeira serrada que muito carecem e fazer face à exploração desregrada de madeira em toro.

Em declarações à Angop, o responsável afirma que a solução da problemática do garimpo demadeira em Cabinda depende da criação de postos de trabalho capazes de dar emprego à juventude que encontra no garimpo uma alternativa para sobrevivência. Tati Luemba adiantou que o plano anual de exploração é de 20 mil metros cúbicos de madeira em toro que, entanto, nunca foi alcançado em virtude da incapacidade técnica das empresas madeireiras.

Como se pode confirmar nas estatísticas disponíveis, em 2013, devido a essa realidade a província produziu 11.875 metros cúbicos.

No Cuanza Norte, por exemplo, comando Municipal da Policia Nacional da Banga, desencadeou no final do mês de Março uma operação destinada a conter a exploração ilegal de madeira que provoca danos económicos e ambientais, informou o responsável do Gabinete de Estudo de Análise e Informação (GEIA) do comando local da corporação, António Capita Neto.

Segundo o responsável, a operação resultou na apreensão de 196 peças de madeira serrada e quantidades não determinada de barrotes, na localidade de Mucongo, comuna de Aldeia ova, que se encontrava em posse de madeireiros furtivos igualmente detidos.

Esclareceu que esta é a terceira acção do género realizada desde o início da operação, em princípios deste mês, em que foram apreendidas 170 peças de madeira serrada nos arredores da sede municipal da Banga e outras 80 na localidade de Cacumo Zenza, com vista a desencorajar tal prática.

A exploração ilegal de madeira ocorre principalmente nas comunas da Aldeia-Nova e Cariamba, apontou o responsável.

Realçou que a referida prática viola o disposto no artigo 12º da Lei 6/99, de 10 de Setembro (Lei das

infracções contra a economia), publicada no Diário da República n.º 30 Iª Serie.

Afirmou que a acção consta das medidas tomadas pela administração municipal que visa a contenção da exploração ilegal de madeira e que conta com o apoio da Polícia Nacional na interpelação de viaturas que transportem madeira, sobretudo no período nocturno, para fugirem da fiscalização.

#### Recursos florestais

O ministério da Agricultura e Pescas está a realizar, a nível nacional' um inventário florestal para determinar a quantidade de florestas que o país possui. Consta que o processo de elaboração do inventário será um banco de dados que vai permitir divulgar a quantidade do recurso que o país possui, pois só assim se poderá começar a sua exploração de forma objectiva, em quantidade e qualidade, correspondendo com as exigências nacionais e internacionais.

Dados oficiais indicam que em Angola são registadas queimadas anárquicas e não autorizadas principalmente nas regiões do centro e norte sem se medir as consequências que estas podem transmitir ao ecossistema.

Angola possui florestas artificiais e naturais. numa área de 53 milhões de hectares .

## 10.8 Huambo vai analisar impacto das queimadas no ecossistema

*Jornal Semanário Económico*  
13 De Maio de 2015

O Centro de Ecologia Tropical e Alterações Climáticas (CETAC) pretende realizar no ano em curso, na província do Huambo, um estudo para determinar os impactos que as queimadas causam no ecossistema, por tratar-se de um fenómeno comum na época seca, nas zonas rurais desta região.

Segundo o director do centro, Joaquim Lauriano, a investigação vai centrar-se, fundamentalmente, na divisão de talhões sujeitos a serem queimados de forma sucessiva, bem como na intensidade que devem ser feitas estas acções, com vista a se obter resultados concretos sobre a influência sobre o ambiente.

Informou estarem a decorrer, neste momento, trabalhos de recolha de informação para' posteriormente, passar-se à fase de investigação sobre a fumaça que esta prática liberta, além da promoção

de debates e campanhas de sensibilização sobre a ecologia das queimadas na sociedade.

O Director afirmou que as queimadas trazem para o ecossistema impactos negativos e positivos, apesar dos negativos sobressaírem mais na sociedade, por desconhecer-se, em muitos casos, a importância do fogo do ponto de vista ecológico.

Por isso, esclareceu que um dos aspectos positivos das queimadas, sobretudo quando são bem acompanhadas e feitas nos meses de Julho e Agosto, tem a ver com facto de exercerem uma grande influência no ecossistema, visto que depois de serem efectuadas a vegetação rebrota logo que começam as primeiras chuvas (Setembro e Outubro), afigurando-se importantes no ciclo de crescimento da vegetação.

Joaquim Lauriano argumentou que, logo nas primeiras chuvas, depois das queimadas, surgem os nevoeiros, que, por sua vez, provocam as condensações nocturnas que resultam no orvalho e no aparecimento de um ambiente favorável ao desenvolvimento de insectos aproveitados para a alimentação dos vários processos ligados à fortificação dos solos e polinização do ambiente.

Sobre os factores negativos, disse ser do domínio de todos os cidadãos, na medida em que, ao serem efectuadas desordenadamente, destroem os pequenos animais, como coelhos, cobras, lagartos e outros insectos, além de prejudicar o desenvolvimento das plantas, o que, de certa forma, debilita a própria flora.

#### Sobre o CETAC

O CETAC, em funcionamento desde Novembro de 2012, destina-se ao estudo e investigação das alterações climáticas e preservação dos recursos naturais e dos ecossistemas. A criação do mesmo, o único do género no país, enquadra-se no programa do Governo para o relançamento do projecto de investigação científica e estudo das alterações climáticas, conservação e preservação do ambiente.

O aproveitamento das águas residuais, valorização dos solos degradados, constituição de equipas de investigação e apoio à elaboração e implementação de políticas e programas de preservação do ambiente constituem, entre outros, os objectivos da criação da instituição tutelada pelo Ministério do Ambiente. O Centro de Ecologia Tropical e Alterações Climáticas permite aos especialistas, estudantes dos institutos médios e superiores ligados à área aproveitar as possibilidades oferecidas para melhorar as condições de vida das populações, através da utilização racional dos recursos hídricos e climáticos .

## 10.9 Congo. Desastre ambiental aqui mesmo ao lado na floresta tropical

*Jornal Agora*

*15 De Maio de 2015*

*Texto: Sérgio Soares*

Mais de 50 mil quilómetros de estradas estão a ser abertos em pleno coração da floresta tropical congoleza, às portas de Angola, financiadas por grandes bancos de desenvolvimento internacionais. O impacto ambiental é devastador, afecta 40 milhões de pessoas e já causou a morte a dois terços da população de elefantes

A última grande mancha de floresta tropical na África Sariana, no coração da República Democrática do Congo (RDC), está ameaçada pelo impacto de projectos rodoviários agressivos que a rasgam em todas as direcções para facilitar a vida aos madeireiros e a explorações mineiras.

No Congo, uma área de floresta tropical cinco vezes maior do que a Bélgica foi entregue à exploração madeireira desde 2002.

A segunda maior floresta tropical do mundo, berço de vida selvagem única, como os gorilas e elefantes, está a ser, desde então, gradualmente esventrada e os animais a ser extintos.

As companhias internacionais de extracção de madeira estão a instalar o caos social e a destruir o ambiente nesta parte de África e já actuam na região de Cabinda e no Norte de Angola.

Milhões de pessoas e de animais selvagens dependem deste ecossistema crucial para a regulação do clima local e global. Grandes secas ou inundações em Angola podem ter origem neste desastre ambiental em curso.

O alerta é renovado ao Semanário Agora pelo biólogo William Laurance da Universidade James Cook da Austrália.

"A experiência mostra que a abertura das primeiras estradas marca o início do fim dos habitats naturais", sublinha o investigador.

"A melhor analogia que posso usar é que a desflorestação actua como um cancro. Quando a primeira estrada é aberta para o interior de uma floresta virgem, a desflorestação tende a espalhar-se de forma contagiosa ao longo dessa estrada", explica.

Só na bacia do Congo estão em curso projectos de novas estradas com um total de 50.000 quilómetros. Quem promove o projecto são bancos de desenvolvimento e quem beneficia com a madeira, o marfim e os minérios retirados da floresta são empresas chinesas.

"Estou muito preocupado com os investimentos da China e com a remoção dos recursos naturais, nomeadamente madeira e minérios", diz ao Agora o eminente biólogo, que há dezenas de anos investiga os impactos ambientais nas florestas da Amazónia, Congo, e na savana do Serengueti, partilhada pelo Quénia.

"Neste momento, estão em curso projectos de obras em 29 corredores de desenvolvimento em África, e a China é o maior financiador, seguido da Índia, da Rússia e do Brasil.

"É muito difícil equilibrar o lado positivo destes investimentos e os seus impactos negativos", diz, salientando os desastres ambientais associados, a inflação causada por estes projectos e o facto de impedirem a diversificação da economia.

**BOOM DO SECTOR MINEIRO.** O continente africano está a viver um verdadeiro boom no sector mineiro, impulsionado por investimento estrangeiro.

A velocidade e a escala deste súbito desenvolvimento significam que a salvaguarda dos aspectos ambientais está em perigo de marginalização ou mesmo de poder ser totalmente ignorada, afectando o património biológico, nomeadamente, da floresta tropical da África Central, denuncia o investigador David P. Edwards, do Centro para as Ciências do Ambiente Tropical e Escola de Biologia Marinha da Universidade James Cook.

O sector mineiro vai, indiscutivelmente, alterar a face de África nas próximas décadas. "Existem oportunidades para um desenvolvimento sustentável, combate à pobreza e protecção ambiental, mas estes desenvolvimentos positivos raramente serão atingidos sob regimes onde a corrupção e a governação frágil prevalecem".

O crescimento das explorações mineiras tem atraído biliões de dólares em investimento estrangeiro (Jannah & Ping 2011; Zhang 2011) e vai resultar num substancial crescimento económico e desenvolvimento, mas também trazer enormes riscos para as sociedades locais e para o meio ambiente.

As potenciais ameaças ambientais provocadas pela rápida desflorestação e exploração mineira - África representa cerca de 30% dos recursos minerais mundiais, nomeadamente, estratégicos como fosfatos, platina, ouro, diamantes, alumínio, urânio, ferro e carvão. Contudo, ainda menos de 5% da exploração mineira global ocorreu em África, e a maior parte do continente ainda está por explorar, segundo um estudo de Taylor e a I de 2009. No caso do investimento chinês em África, só no sector mineiro verificou-se que o mesmo quadruplicou entre 2000 e 2009, de USD 25,7 biliões para USD 103,4 biliões por ano (Zhang 2011).

Mas não foi só o investimento chinês a crescer, também o de outros BRIC (Brasil, Rússia, e Índia) e do Canadá e Austrália tem dado mostras de enorme crescimento.

Por exemplo, mais de 230 empresas mineiras australianas estão envolvidas em mais de 600 projectos de exploração mineira em mais de 42 países africanos.

Entre os países lusófonos, Angola é dos maiores alvos de investimento estrangeiro no sector rodoviário, ferroviário (corredor do Lobito), construção de barragens e sector mineiro, com potenciais perigos ambientais e sociais. Mas em termos de riscos ambientais decorrentes da exploração mineira, Moçambique ocupa a primeira linha no que diz respeito à preocupação com as explorações de carvão de Moatize, entre outras.

## 10.10 Palanca Negra Gigante corre perigo

*Jornal De Angola*

*22 De Maio de 2015*

A situação actual da Palanca Negra Gigante está a preocupar as autoridades devido à continuação da acção ilegal dos caçadores furtivos, sobretudo na Reserva Natural Integral do Luando, em Malanje, disse, ontem, em Luanda, o director do Instituto Nacional da Biodiversidade e Áreas de Conservação (INBAC), Abias Huongo.

"Apesar dos esforços empreendidos para garantir o controlo da Palanca Negra Gigante, são precisos mais apoios, nomeadamente apoio financeiro, para que o projecto de conservação da Palanca Negra Gigante, lançado em 2009, seja um sucesso", disse Abias Huongo, que acrescentou: "As ameaças são contínuas na região e a caça ilegal periga a sobrevivência das Palancas que ainda sobrevivem."

Armadilhas específicas para a caça deste animal foram encontradas na Reserva Natural Integral do Luando, em meados de 2014, e uma fêmea da Palanca Castanha foi abatida por um caçador furtivo no Parque Nacional de Cangandala, na Província de Malanje.

A reprodução da Palanca, confio nada ao Santuário do Parque Nacional de Cangandala, continua e hoje há um total de 40 animais, incluindo crias muito jovens. O nível de reprodução ainda é insatisfatório, mas o número actual de palancas representa o resultado do trabalho árduo com vista a retirar o Parque Nacional de Cangandala da lista de extinção da Palanca Negra Gigante.

### Parque da Cangandala

O número de Palancas controladas no Parque de Cangandala e na Reserva Natural Integral do Luando encontra-se abaixo de 200, contra os 2.000 animais controlados no tempo colonial, informou Abias Huongo, que adiantou: "Estudos continuam a ser feitos sobre a Palanca Negra Gigante, como é o caso das salinas e a sua importância para a sobrevivência do animal. A caça furtiva é um grande problema, assim como a destruição do habitat é outra ameaça frequente".

O Ministério do Ambiente pôs a circular um comunicado a informar que os caçadores furtivos e outras pessoas singulares que forem surpreendidas com animais e carne de animais cuja caça é proibida incorrem em multas de 300.000 a 600.000 kwanzas, além de serem responsabilizados criminalmente. Além das várias advertências feitas,

O Ministério do Ambiente começou a vedar o Parque Nacional de Cangandala. Para a reserva do Luando, Abias Huongo defendeu a necessidade de estimular o trabalho dos pastores da Palanca Negra Gigante para tomar a sua actividade oficial em função dos objectivos preconizados pelo Estado no processo da sua recuperação.

## II. MIGRAÇÃO

### II.1 Endiama Doa Viaturas Para Reforçar Combate À Imigração

*Novo Jornal*

*15 De Maio De 2015*

*Texto: Faustino Diogo*

O COMBATE A IMIGRAÇÃO e garimpo ilegal de diamantes na província da Lunda-Norte foi reforçado com a entrega de meios rolantes a polícia local para melhor patrulhar as zonas de entrada dos ilegais vindos da Republica Democrática do Congo.

A entrega de quatro viaturas todo terreno. Por parte da Endiama, enquadra-se no plano de cooperação entre a diamantífera e o governo local.

"Era preciso encontrarmos uma solução e não podemos permitir que os diamantes sejam roubados como tem estado a acontecer e o governador aconselhou-nos a reforçar a capacidade da policia e conjuntamente com as nossas forcas de segurança conseguirmos fazer um patrulhamento permanente nas zonas de fronteira e garimpo ilegal", explicou o presidente do conselho de administração da Endiama Carlos Sumbula.

A melhoria rodoviária da policia local e apenas uma das medidas em curso para minimizar esta situação de ilegalidade na província da Lunda-Norte. Estando em curso acções de controlo que passam pelo confisco do material de trabalho dos garimpeiros ilegais, com resultados satisfatórios segundo o responsável máximo da Endiama

"Neste momento estamos com um balanço positivo. A nível do Lucapa, a região já esta limpa, apreendeu se muito equipamento que esta ser armazenado. E aqueles que vierem fazer a exploração ilegal serão recebidos os seus equipamentos e sensibilizados a voltarem em Angola só quando tiverem a sua situação resolvida", adiantou.

As viaturas entregues fazem parte do plano de apoio social que a Lunda-Norte tem recebido e satisfaz a governação. "São apoios com os quais podemos minimizar os problemas da nossa Província e não são os primeiros, porque já recebemos no município do Cuango. Estamos satisfeitos com a comparticipação social da Endiama, em particular no Dundo disse o governador Ernesto Muangala que considera o

combate a imigração e garimpo ilegal de diamantes mais abrangente.

"Para esta operação não bastarão apenas estes apoios. É importante a comparticipação dos cidadãos nacionais e a criação de condições para os cidadãos nacionais que vivem ao longo da fronteira. O conjunto destas medidas contribuirá na redução da imigração ilegal. Há necessidade das autoridades eclesiásticas, tradicionais, juventude, mulheres e todos residentes na província da Lunda-Norte colaborarem", justificou à sua posição Ernesto Muangala.

De acordo o líder máximo da província, a policia nacional também esta a reforçar os efectivos nos postos fronteiriços. As administrações municipais foram orientadas a fazer um levantamento sobre os estrangeiros que vivem nas suas regiões, mas e preciso ter alguns cuidados.

"Temos na província alguns cidadãos estrangeiros que vivem a mais de 15 anos, tem família angolana e estão ilegais. São questões que devem ser tidas e conta", concluiu Ernesto Muangala que considera o quadro actual da imigração na Lunda-Norte de "não alarmante".

### II.2 Assistidas mais Famílias vindas de países vizinhos

*Jornal A República*

*22 De Maio de 2015*

Em declarações a imprensa, sobre o assunto, a responsável sublinhou que destas foram reassentadas 790 pessoas nos municípios do Cuito com 85 elementos, Andulo e Camacupa com 46 indivíduos cada, Chinguar 18, Chitembo com dez, Catabola sete e Cunhinga com 578 sujeitos.

Alda Chapanga frisou ainda que entre 2010 e 2011 foram decepcionadas 314 pessoas, num total de 110 famílias, saídas igualmente das repúblicas da Namíbia, Zâmbia, Botswana e África do Sul, e que acrescentou encontram-se em situação social estável.

Neste momento, salientou a fonte, encontram-se no centro de trânsito, situado na localidade do Cuquema, município do Cuito (107 pessoas), vindos sobretudo da Republica Democrática do Congo.

Para permitir o respeito dos 11 compromissos a favor da criança, a instituição em parceria com os sectores da justiça, saúde, educação, energia e agua e outros, continuam na melhoria das condições de serviços no centro de transito do Cuito. Dos serviços sociais, sublinhou a responsável, fazem parte da melhoria da

assistência sanitária, registo de nascimento, ingresso do processo de ensino e aprendizagem, fornecimento de água potável entre outros.

### 11.3 Combate sem tréguas aos estrangeiros ilegais

*Jornal Agora*

*15 De Maio de 2015*

*Texto: Martins Chambassuco*

Os municípios do Lucapa, Cuango e Xá-Muteba, na Lunda Norte, são apontados como as zonas negras onde o fenómeno do garimpo de diamantes, por parte de estrangeiros ilegais, ganha espaço todos os dias. As motivações são várias, desde a procura de melhores condições de vida, o lucro fácil e tráfico de seres humanos.

As autoridades locais lutam contra o tempo, para reduzir a entrada ilegal na província.

O governador provincial garantiu, no final da reunião do comité de defesa e segurança local, que o quadro não é preocupante, porque, segundo o mesmo, a situação já foi pior e cada vez mais as forças de defesa e segurança interna tudo fazem para reduzir a presença de ilegais na região.

Uma coisa é certa, reconheceu, patrulhar as zonas de travessia da Lunda Norte é uma tarefa difícil e exige firmeza e dedicação de todos.

Estes apelos fizeram que a Endiama, que detém os direitos de concessão das minas de diamantes em Angola, se juntasse à causa do Governo da Lunda Norte, oferecendo quatro viaturas todo-o-terreno para facilitar o patrulhamento da fronteira com a RDC e ajudar na sensibilização da população que vive ao longo da linha que divide os dois países. Por outro lado, autorizou a participação dos efectivos do ALFA 5 e BIKUAR no novo modelo de combate à imigração ilegal e à exploração artesanal de diamantes. Considerada espinhosa, até para quem conhece, a missão tem por objectivo aumentar a presença nas vias alternativas de acesso em tempo chuvoso e os pontos clandestinos de penetração.

O Agora apurou, em contrapartida, que, muitas vezes, os 'buracos' por que entram os estrangeiros são revelados pelos nacionais que frequentemente recorrerem ao outro lado da fronteira, para receber assistência médica e formação.

Em resposta a esta situação, o governador Emesto Muangala garantiu que uma das medidas a tomar a este respeito, no novo modelo de repatriamento de

estrangeiros ilegais, na Lunda Norte, será o de construção de postos de saúde e escolas para os que vivem ao longo da fronteira. A iniciativa contribuirá bastante para o combate à invasão silenciosa da província.

O homem forte da província assegurou que os postos de fronteira, no Chitato e Cambulo, continuarão abertos, embora circulem relatos de que, do número de estrangeiros que entram em Angola por estes lugares, 70% fixam-se.

"Vamos continuar a trabalhar com as autoridades congolezas, brevemente teremos um encontro entre governadores, abordaremos esta situação e reportaremos o que está a falhar, para corrigirmos. Não se trata de operação coerciva, mas queremos que haja maior colaboração da população", disse Muangala.

Embora seja tarefa exclusiva da Polícia de Guarda-Fronteira, o trabalho preliminar de abordagem aos imigrantes ilegais contará com as forças de segurança mineira do ALFA 5, uma cooperação que se impõe.

O objectivo, de acordo com o presidente do conselho de administração (PCA) da Endiama, Carlos Sumo bula, é proteger as zonas estratégicas com reservas de diamantes já conhecidas e combater aqueles que, de forma ilícita, retiram do país a riqueza nacional.

O trabalho consistirá na busca, com rigor, de informações que levem à captura e à expulsão dos imigrantes ilegais e travar as tentativas de penetração na província. A missão visa determinar o país de origem, o destino, o potencial colaborador em solo angolano e os eventuais pontos de alojamento.

CONTRIBUTO DA ENDIAMA. Em jeito de balanço do novo modelo de contenção da imigração ilegal na Lunda-Norte, Carlos Sumbula fez saber que a 'operação' já iniciou e as zonas tidas como sensíveis já estão a ser limpas, como é o caso do Lucapa, onde foram apreendidos diversos equipamentos utilizados pelos angolanos e estrangeiros ilegais na exploração artesanal da pedra preciosa.

Em termos práticos, segundo avançou, a situação poderá melhorar com o reforço da capacidade operativa da Polícia de Guarda-Fronteira em meios rolantes. Com as carências já apontadas, o gestor garantiu que a empresa que dirige tudo fará para continuar a apoiar as autoridades na protecção das zonas diamantíferas e reduzir os fluxos migratórios à margem da lei e garantir a estabilidade da região.

Garantiu, por outro lado, que a apreensão dos equipamentos tem desencorajado muitos, mas o



quadro poderá melhorar ainda mais, caso o patrulhamento, tal como concebido, seja permanente e muitos poderão regressar, mas pode haver casos daqueles que procurarão encontrar outras latitudes dentro do país.

"O governador sugeriu que se fizesse o recenseamento, nas comunidades, dos habitantes para se saber quem entrou na Luanda Norte. Pensamos que este método poderá dar resultados", afirmou, no final da reunião de defesa e segurança da Lunda Norte, onde participou como convidado.

A preocupação continua a ser a extensão fronteiriça (710 quilómetros). "A penetração não tem sido nos pontos oficiais, por isso vamos ajudar nesta campanha", sublinhou.

Mais determinado, Carlos Sumbula defende, com firmeza, o combate à imigração ilegal e à exploração artesanal de diamantes não autorizada

"Com o desenvolvimento que o país está a conhecer, os congoleses têm a tendência para entrar no nosso território, em busca de melhores condições de vida nas zonas de exploração diamantífera e atingir outras regiões. Não podemos permitir que os nossos diamantes sejam roubados como tem estado a acontecer nos últimos tempos. O governador aconselhou-nos a reforçar a capacidade operativa da Polícia Nacional, para, com as nossas forças de segurança. ALFA 5 e BIKUAR, fazer que haja um patrulhamento permanente", referiu o PCA da Endiama, lembrando, igualmente, que as forças estão prontas para reter os meios usados pelos estrangeiros e têm a responsabilidade de sensibilizar os infractores para regressar aos países de origem e voltarem a Angola, quando tiverem a sua situação migratória resolvida.

## 11.4 Imigração ilegal e o garimpo de diamantes

*Jornal Agora*

*15 De Maio de 2015*

*Texto: Galvão Branco*

É inquestionável que o Executivo tem vindo, ultimamente, a ter uma intervenção mais próxima e com maior eficácia junto do sector diamantífero, com o propósito estratégico que este recurso tenha uma incidência maior na formação do PIB (actualmente acerca de 5%), contribua para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos que habitam nos territórios de exploração e que as questões de natureza ambiental sejam responsabilmente atendidas.

A grande questão que se coloca, na absoluta estabilidade deste ramo económico, é claramente a exploração artesanal e toda a panóplia de problemas 'persi' gerados, em que o incentivo à imigração ilegal é, sem dúvidas, o maior problema que o país tem de enfrentar, já que, para além de proporcionar uma saída ilícita dos nossos recursos, é indutora de outro tipo de problemas que, no extremo, atentam contra a segurança do Estado.'

O envolvimento de operadores artesanais na exploração diamantífera está devidamente regulado, sendo o licenciamento traduzido na concessão da designada 'Senha Mineira', o acto jurídico que permite somente os angolanos exercerem esta actividade, sujeitos, entretanto, a um conjunto de regras, em que a comercialização tem de subordinar aos circuitos da SODIAM.

Segundo fontes oficiais, estima-se que a produção de diamantes coII\ origem no sector artesanal (legal) seja de cerca de 650.000 quilates! ano e que 10!15% desse montante seja traficada, saindo ilegalmente do país.

Não havendo dados exactos, é, contudo, verosímil admitir que mais de 250.000 cidadãos estrangeiros exerçam ilegalmente esta actividade, com maior incidência no hinterland mineiro do Nordeste, com principal proveniência da RDC, se bem que já comece por ser preocupante a mesma situação 'nas zonas diamantíferas da província do Bié.

Faz parte da estratégia do sector dar melhor nível de estruturação e organização aos operadores artesanais licenciados para o efeito, por via da criação de cooperativas que permitam constituir redes de comercialização que tenha como núcleo a SODIAM e que a sociedade concessionária - a ENDIAMA - preste o apoio e a assistência técnica necessária a uma actividade que permita a esses cidadãos angolanos terem uma vida com mais dignidade e uma atitude mais responsável em matéria de sustentabilidade ambiental.

A problemática da exploração diamantífera pelas suas especificidades e características muito particulares é muito susceptível à geração de conflitos e controvérsias de natureza política, como vem ocorrendo com alguma frequência no país, cujas consequências afectam a imagem de Angola e dos angolanos.

Creio que a estratégia e o modelo que o sector vem adoptando para a dinamização desse complexo sector apontam para a sua estabilização em matéria de exploração empresarial e artesanal, sendo, contudo, necessário aperfeiçoar os mecanismos de controlo ao garimpo praticado pela imigração ilegal.

## 11.5 Imigrantes ilegais expulsos do país

*Jornal De Angola*  
11 De Maio de 2015

O Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) anunciou ter expulsado, na primeira semana de Maio, 1.300 estrangeiros por permanência ilegal no país.

Estes números, segundo o SME, dizem respeito ao período entre 30 de Abril e 6 de Maio, com a expulsão de 1.261 estrangeiros por via administrativa e 18 por via judicial, uma subida semanal de 80 expulsões. Além disso, indicam os números oficiais do Serviço de Migração e Estrangeiros, estão contabilizados actualmente, através dos Centros de Detenção de Estrangeiros Ilegais, 667 cidadãos detidos, em situação irregular, que "aguardam a formalização das respectivas expulsões". São maioritariamente (302) da República Democrática do Congo, mas também há uma centena de cidadãos da Guiné Conacri na mesma situação, de acordo com o SME.

Ainda segundo o balanço mais recente do SME, no mesmo período, por infracções migratórias, foram sancionados com multas 114 cidadãos e 27 empresas.

## 11.6 Imigrantes ilegais expulsos no Zaire

*Jornal De Angola*  
12 De Maio de 2015

O Serviço de Migração e Estrangeiros na província do Zaire repatriou, nos últimos sete dias, 121 cidadãos estrangeiros, dos quais um da Malásia e 120 da República Democrática do Congo (RDC), por entrada e permanência irregular no território nacional.

Os referidos cidadãos foram interpelados e detidos nos municípios de Mbanza Congo, Soyo, Cuimba e Nzeto, no âmbito das acções de busca e recolha de estrangeiros em situação migratória ilegal.

Foram abortadas cinco tentativas de violação da faixa fronteiriça entre a província angolana do Zaire e a região do Baixo Congo (RDC), número igual ao da semana passada.

Em função das ocorrências, foram detidos 11 elementos da República Democrática do Congo que, após o registo operativo, foram encaminhados à Direcção Provincial do Serviço de Migração e Estrangeiros para tramitação processual.

Semanalmente dezenas de elementos da República Democrática do Congo em situação migratória irregular são interpelados pelas autoridades migratórias no Província do Zaire. Os últimos dados indicam que a Polícia interpelou e deteve 273 cidadãos da República Democrática do Congo por entrada e permanência ilegal no país.

## 11.7 Retornados da RDC já têm documentos

*Jornal de Angola*  
20 De Maio de 2015  
Texto: Joaquim Júnior

Um total de 5.155 cidadãos regressados da vizinha República Democrática do Congo (RDC) e reassentados na Província do Uíge já possuem o seu Bilhete de Identidade, revelou ao Jornal de Angola a vice-governadora para o Sector Político e Social, Maria Fernandes da Silva, que coordena o processo de repatriamento.

Durante a apresentação do relatório sobre o repatriamento dos cidadãos angolanos oriundos da RDC, Maria Fernandes da Silva indicou que este número faz parte de um universo de 7.871 pessoas que regressaram à Província do Uíge.

A coordenadora do processo de repatriamento explicou que o processo de recepção dos compatriotas que viviam na RDC decorre normalmente. "As condições criadas no campo de acolhimento, no Município de Maquela do Zombo, permitiram-nos receber os nossos compatriotas com direito ao Registo de Nascimento e Bilhete de Identidade de forma gratuita, o que facilitou a inserção dos seus filhos no sistema de ensino".

A vice-governadora do Uíge para Sector Político e Social adiantou que 304 pessoas foram devolvidas à procedência por não reunirem os requisitos necessários, segundo triagem do Serviço de Migração e Estrangeiros (SME).

## 11.8 Auxílio à imigração ilegal é punível por lei

*Jornal de Angola*  
27 De Maio de 2015  
Texto: Isidoro Samutula

O governador provincial da Lunda Norte, Ernesto Muangala, esclareceu, ontem, a população de Xá Muteba, que os cidadãos angolanos que acolhem ou

facilitam a entrada ilegal de estrangeiros no território nacional são responsabilizados criminalmente.

Ernesto Muangala falava na visita de constatação à primeira cooperativa de exploração artesanal de diamantes, criada no âmbito do processo de licenciamento para a exploração artesanal de diamantes.

O governador provincial apelou aos cidadãos estrangeiros que estão ilegalmente em território nacional a abandonarem o país de forma voluntária, de modo a cumprir com os pressupostos da lei que lhes permitam entrar legalmente.

"O Governo da Lunda Norte, em colaboração com o Governo da República Democrática do Congo, que faz fronteira com a nossa província, criou as condições, com a abertura dos postos fronteiriços de Chissanda, no Município do Chitato, e Itanda, no Município do Cambulo, para a entrada e saída dos cidadãos angolanos e da RDC de forma legal", sublinhou o governador da Lunda Norte. Ernesto Muangala acrescentou que "não há necessidade de os cidadãos congolezes entrarem no território nacional de forma ilegal para se instalarem nas áreas de exploração mineira, criando prejuízo para a economia nacional".

O governador apelou aos membros da cooperativa, às autoridades tradicionais, trabalhadores e à população da região para maior controlo no recrutamento de pessoas para trabalhar, para evitar a entrada de imigrantes em situação ilegal na cooperativa.

"Os diamantes são para os angolanos, como todas as riquezas que o país possui. Não queremos estrangeiros que entram no nosso território ilegalmente para criar dificuldades, mas queremos cidadãos estrangeiros que entram e vivam legalmente", frisou Ernesto Muangala.

O presidente da Cooperativa Kabuto, Muteba Adolfo Pinto, disse que o grupo evolui para um projecto mineiro com a integração de 1.400 trabalhadores nacionais, dos quais 800 em regime de contrato a termo certo e 600 em prestação eventual de serviços.

## 11.9 Angolanos na Zâmbia querem regressar

*Jornal De Angola*

*24 De Maio de 2015*

O cônsul de Angola na província zambiana de Solwezi, António Sawimbo, informou sexta-feira que 4.500 dos sete mil angolanos instalados no campo de

refugiados de Maheba manifestaram interesse em regressar ao país.

Em declarações à imprensa, o diplomata disse que os compatriotas passam várias dificuldades, sobretudo falta de assistência médica e medicamentos a, alimentar e formação académica.

António Sawimbo indicou que o consulado angolano, em colaboração com o Governo zambiano, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e a Organização Internacional de Migrações (OIM) estão empenhados na criação de condições para o transporte ao país de milhares de angolanos até Dezembro deste ano.

"Até Dezembro deste ano, os cidadãos angolanos que perderam o estatuto de refugiados e permanecem na Zâmbia na condição de residentes ilegais, não têm outra saída senão regressar ao país para não serem expulsos daquele Estado vizinho", advertiu António Sawimbo, salientando que o consulado está a sensibilizá-los no sentido de regressarem a Angola o mais rápido possível.

Questionado sobre os cidadãos angolanos presos e condenados na Zâmbia, o cônsul disse que o processo corre os trâmites legais, para posterior transferência para Angola, onde devem cumprir as penas. A recente deslocação à fronteira comum (Jimbi) dos governadores provinciais do Moxico, João Ernesto dos Santos "Liberdade", e de Solwezi (Zâmbia), Dan Kafwaya, constituiu uma "ocasião ímpar" para o relançamento das relações bilaterais.

O diplomata angolano manifestou-se esperançado de que o anúncio da assinatura, para breve, do memorando de entendimento entre os dois Estados vai contribuir para a solução dos vários problemas existentes, sobretudo nos domínios da circulação rodoviária e assistência médica e medicamentosa dos angolanos residentes em Solwezi.

Sawimbo defendeu a reabilitação do troço rodoviário que liga Cavungo (Alto-Zambeze) a Solwezi, para permitir a livre circulação das populações entre os dois países irmãos. Com a instalação de postos fronteiriços na fronteira comum, o movimento migratório que se realiza entre as duas províncias (Moxico e Solwezi) é melhor controlado.

## 12. EXPLORAÇÃO MINEIRA

### 12.1 Imigrantes ilegais invadem a Lunda Norte

*Semanário Angolense*

*30 De Maio de 2015*

*Texto: Gaspar Faustino*

As autoridades estimam que 300 mil pessoas da República Democrática do Congo (RDC) exploram, de forma ilegal, os solos da Lunda Norte em busca de diamantes. O combate é duro e permanente, mas o sucesso é limitado por causa da exiguidade de meios. É este o cenário nas zonas fronteiriças desta província angolana.

Em declarações à comunicação social, o director da Empresa de Diamantes de Angola (ENDIA-MA), António Carlos Sumbula, lança um «grito de socorro» que deve merecer particular atenção das autoridades, para melhorar o serviço operativo na fronteira.

«Nós não podemos permitir que os nossos diamantes sejam roubados como tem estado a acontecer. O senhor governador aconselha que devíamos reforçar a capacidade operativa da Polícia Nacional», disse António Carlos Sumbula.

«Há necessidade de criar harmonização desta fronteira no domínio técnico, para criar picadas. Se essas condições fossem criadas, facilitaria o trabalho de patrulhamento das duas forças», disse, sublinhando que «a questão de segurança é primordial, até porque muitos desses imigrantes trazem consigo convicções religiosas tão aliciantes como destabilizadoras para uma sociedade angolana que é muito diversificada culturalmente».

António Carlos Sumbula disse ainda que a população local deveria colaborar mais: «Sou de opinião que os cidadãos na cidade do Lukapa deveriam colaborar com as autoridades no sentido de colmatarmos esta situação, que se vem arrastando há muito tempo».

Por sua vez, Ernesto Muangala, governador da província da Lunda Norte, salientou que existem 27 imigrantes a contendas com a justiça, resultante de uma operação que a Polícia de Guarda Fronteira (PGF) está a intensificar neste momento ao longo da zona fronteiriça e nas áreas de exploração artesanal de diamantes, visando a interpelação dos estrangeiros que violam a fronteira para chegar ao território nacional ilegalmente.

O governador considerou preocupante a situação, denunciando a existência de alguns cidadãos nacionais que incentivam esta prática auxiliando os estrangeiros, sobretudo no seio dos congolese democráticos, pelo facto de serem considerados «mão-de-obra barata».

Enquadramento geográfico

A Lunda Norte situa-se no Nordeste de Angola e faz fronteira a Norte e a Leste com a República Democrática do Congo, a Sul com a província da Lunda Sul e a Oeste com a província de Malanje. Está dividida administrativamente em nove municípios e 25 comunas, erguidas numa área territorial de 103.760 Km<sup>2</sup>.

Com a RDC partilha duas delimitações de fronteira, a Norte e a Leste, através das províncias de Bandundu, Kassai Ocidental e Katanga. A sua extensão fronteiriça é de 770 Kms com este país vizinho, sendo 650 Km por terra e 120 Km fluviais.

Essa extensão territorial é assegurada por especialistas de duas Unidades, a 6<sup>a</sup> e a 7<sup>a</sup>, da Polícia de Guarda Fronteira.

A fronteira terrestre vai desde a margem direita do rio Cuango, município com o mesmo nome, até ao posto de Guarda Fronteira do Itanda, na área do Catemba, município de Cambulo. A esta linha de fronteira, definida por picadas e riachos, juntam-se outros 120 quilómetros de fronteira fluvial, através do rio Cassai.

### 12.2 Direitos dos trabalhadores, subida dos combustíveis e liberdade de imprensa

*Jornal Seminário Económico*

*7 De Maio de 2015*

Nesta primeira semana de Maio três assuntos mereceram destaque e motivo de conversas e debates na sociedade angolana, em particular em Luanda: primeiro a subida dos preços dos combustíveis, segundo a comemoração do Dia do Trabalhador e o Dia consagrado à Liberdade de Imprensa.

Nas conversas sobre o primeiro assunto a nota introdutória era o facto de a medida ter coincidido com o dia 1 de Maio, consagrado ao trabalhador. Por acaso os dois primeiros assuntos se relacionam directamente, uma vez que a subida dos preços dos combustíveis ganhou o carácter de "presente" do Dia do Trabalhador angolano.

A coincidência pareceu tão bem agendada que muitos trabalhadores e desempregados só se aperceberam no dia 2, outros no dia 3 e alguns ainda na segunda-feira, 4, porque andaram em ambientes festivos a desfrutar do feriado prolongado.

Vale a pena relembrar por que foi instituído o dia 1 De Maio. A data que tem origem na primeira manifestação de 500 mil trabalhadores nas ruas de Chicago e numa greve geral em todos os Estados Unidos, em 1886. Três anos depois, em 1891, o Congresso Operário Internacional convocou, em França' uma manifestação anual, em homenagem às lutas sindicais de Chicago.

A primeira acabou com 10 mortos, em consequência da intervenção policial. Foram os factos históricos que transformaram o 1 de Maio no Dia do Trabalhador. Até 1886, os trabalhadores jamais pensaram exigir os seus direitos, apenas trabalhavam.

Ainda sobre a subida dos preços dos combustíveis, já manifestamos por diversas vezes, neste espaço, que a medida, embora se pretenda reforçar outros sectores da vida económica, motiva, por outro lado, a inflação generalizada da economia, tendo em conta que o principal factor de produção no país, para além do homem, é a luz eléctrica, suportada por fontes alternativas. Entenda-se, geradores.

Entretanto, ficou-se por esclarecer que medidas serão tomadas para reduzir o custo de produção nos sectores agrícolas e da pesca, cujas actividades dependem em grande mediada dos combustíveis, fruto do deficitário fornecimento da luz eléctrica, que se espera venha a ser resolvido a partir de 2017 com projectos como Laúca e outros.

Sobre a liberdade de imprensa os debates giram geralmente em tomo da existência ou não da liberdade de imprensa, a falta de rigor no tratamento das notícias e acesso às fontes de informação. Por razões de espaço resta-nos abordar o seguinte: a liberdade de imprensa não é um benefício ou direito exclusivo dos jornalistas, mas consta na lista dos direitos e garantias do homem consagrados nas constituições. Os titulares de cargos públicos deviam saber que prestar informação a um jornalista, ou a um órgão, não é um favor que faz. É um dever.

## 12.3 Mercado nacional absorve granito explorado na Huíla

*Jornal Negócio e Mundo*

*7 De Maio de 2015*

*Texto: Patrícia de Oliveira*

O Executivo está a incentivar a utilização de granito nacional nas obras públicas, o que abre boas perspectivas para os exploradores. Para dar resposta a este e outros desafios, a empresa de exploração e de produção de pedras ornamentais Emanha já investiu mais de 20 milhões de dólares para reequipamento das suas fábricas, pedreiras e reabilitação de infra-estruturas nas províncias da Huíla, Namibe e Benguela.

"Já esperávamos a decisão do Executivo de obrigar uso exclusivo de inerte de produção nacional. O entanto, este -ano ainda não tivemos solicitações. Temos capacidade de produzir 50 mil metros quadros por ano", disse o director geral.

Segundo o director-geral, Henrique Carriço, a Emanha fez investimento o ano passado com a compra de duas máquinas de corte com vista a alargar a capacidade de corte de pedra e produção da sua empresa. Para este ano, disse que o início está a ser mau, mas acreditam numa evolução positiva comparativamente ao quadro actual

No entanto, a Emanha deixou de exportar granito para os anteriores mercados, designadamente, para países da Europa, da Ásia e outros. "A compra era mais barata em relação aos gastos feitos pelas empresas angolanas para colocar a pedra no mercado internacional, mesmo sabendo que a qualidade é muito superior em relação à que vem da China", justificou.

Na primeira experiência de exportação ocorrida em 2004 não foram bem-sucedidos, optando então pelo mercado nacional que absorve roda a produção.

Acrescentou que é viável vender para o exterior, pois o país precisa de pedras e é nesta perspectiva que a empresa que dirige adoptou a estratégia de dar prioridade as obras públicas em curso no território nacional.

As máquinas que custaram um milhão de dólares

O ano passado a empresa adquiriu duas máquinas na Itália onde investiu meio milhão de dólares com o objectivo de aumentar a produção dos inertes. Compramos uma máquina moderna que possibilita responder mais rápido as encomendas, temos de rentabilizar as máquinas que adquirimos", referiu

A Emanha tem uma capacidade instalada na ordem dos 50 mil metros quadrados por ano.

A Emanha tem uma capacidade de instalada na ordem dos 50 mil metros quadrados por ano. "Conseguimos produzir na ordem de 50 mil metros quadrados por ano em diversas matérias e vender já transformados ", explica.

Aquele responsável referiu que actualmente a empresa possui três pedreiras, localizadas na Huíla, Namibe e Benguela, com uma produção anual de 100 mil metros cúbicos de granitos que alimentam fábricas próprias, cujo produto acabado é comercializado no mercado nacional.

"A Emanha está a trabalhar rochas ornamentais nas espécies ego Angola, Cinza Caraculo, Rosa Lucira e Rosa e pensa-se introduzir no mercado a Rosa Huíla, sendo que o mesmo é relativamente novo e é explorado na comuna da Huíla, município do Lubango", avançou.

Disse que em Benguela a pedreira está a produzir calcário e no Namibe o Mármore branco, onde a empresa compra o bloco para que posteriormente seja transformado pela fábrica do Lubango.

A Emanha começou a exploração e transformação de granitos em 2002, na província da Huíla. O surgimento da empresa permitiu já a criação de 46 postos de emprego. Este momento, a empresa trabalha com material como, granito, mármore, calcário.

## 12.4 Recursos naturais pouco explorados podem ajudar na diversificação da Economia

*Jornal Seminário Económico*  
7 De Maio de 2015

A indústria extractiva de rochas ornamentais pode contribuir no processo de diversificação da economia nacional, afirmou no Lubango, o director-geral da empresa de exploração e transformação de rochas ornamentais, "Emanha", Henrique Caniço.

Ao falar à Angop, a propósito do papel das empresas no processo de diversificação da economia nacional, o empresário disse existirem vários recursos naturais em Angola 'que ainda não foram explorados, principalmente na área de rochas ornamentais.

## 12.5 Garimpeiros legais extraíram 332 milhões USO em diamantes

*Jornal Seminário Angolense*  
9 De Maio de 2015

A produção artesanal de diamantes, que é o serviço dos antigos garimpeiros, agora oficialmente organizados, extraiu quase um milhão de quilates de diamantes no ano passado, que vendidos representaram 25,50% do total das receitas do sector e 11 % dos tributos e taxas destinados aos cofres do estado.

N. Talapaxi S. A receita bruta da produção artesanal de diamantes alcançou, em 2014, a cifra de 332 milhões 202 mil 648,87 dólares norte americanos, um montante correspondente a mais ou menos 24,50% do total dos rendimentos da extracção das «pedras brilhantes» nesse período, que foi de cerca de um bilião e 300 milhões de dólares.

Os dados vêm expressos no «Balanço de Actividades do Subsector Diamantífero -Ano 2014 - Perspectivas e Oportunidades», apresentado recentemente, em Luanda, por Fernando Sebastião, responsável pela área de administração e finanças da Endiama, a Empresa Nacional de Diamantes.

De acordo com as contas exibidas pelo citado administrador, os garimpeiros organizados oficialmente em empresas, na produção artesanal, extraíram mais de 930 quilates de diamantes que foram comercializados há um preço médio de pouco mais de 350 USD por cada quilate.

Assim, os impostos e taxas que incidiram sobre a receita bruta a favor dos cofres do Estado totalizaram quase 11 milhões e 600 mil dólares norte americanos - 11% do bolo tributário inteiro, que foi de 97 milhões 729 mil 784,57 dólares norte americanos.

Completando a tabela geral da produção de diamantes em 2014, além da produção artesanal, a extracção industrial do produto, que é a que sustenta realmente o sector, foi de mais de oito milhões de quilate vendidos ao preço médio de 125,00 por quilate.

O rendimento industrial bruto da «kamanga» ultrapassou ligeiramente um bilião de dólares norte-

americanos, dos quais foram descontados um pouco mais de 86 milhões de dólares.

De acordo com a apresentação de Francisco Sebastião, em termos de projectos, contribuíram na produção artesanal de diamantes um total de nove empresas, destacando-se aí a Iestar Diamonds e a Ascorp.

No que diz respeito a comercialização, estabelecendo uma análise comparativa, da produção vendida (quilates, receitas), os números mostram que em relação ao ano de 2013, registou-se um aumento de 5%, para a venda de quilates e de 16 % para as receitas brutas influenciada subida do preço em 10%.

Os principais destinos de toda a produção diamantífera angolana, somando os dois modos de extracção, a industrial e a artesanal - são os Emirados Árabes Unidos, Hong Kong e Israel.

Também foram delimitados pela Endiama as áreas de cadastramento de 654 operadores do mercado para o funcionamento das cooperativas de exploração artesanal e sem industrial e emitidas 135 senhas de exploração artesanal no Bié e Malanje.

## 12.6 Mais de USD 20 milhões investidos em granitos

*Jornal Seminário Angolense*  
9 De Maio de 2015

A empresa de exploração e de produção de pedras ornamentais (granitos) A Emanha, uma empresa especializada em granitos, investiu, nos últimos anos, mais de 20 milhões de dólares americanos no reequipamento das suas fábricas e pedreiras e na reabilitação de infra-estruturas nas províncias da Huíla, Namibe e Benguela.

Falando sobre o papel das empresas de exploração mineira na diversificação da economia angolana, o director-geral da companhia, Henrique Carriço, disse que a Emanha fez este investimento nos últimos 13 anos com vista a alargar a capacidade de responder a procura dos produtos da sua empresa.

Henrique Carriço afirmou que actualmente a empresa possui três pedreiras e está a trabalhar as rochas ornamentais nas espécies Negro Angola, Cinza Caraculo, Rosa Lucira e Rosa. 'pensa-se introduzir no mercado a Rosa Huíla.

Por outro lado, o país deve criar um plano director de exploração mineira, para permitir às empresas saber o potencial geológico do território e o que podem explorar, segundo o professor da Faculdade de

Ciências da Universidade Agostinho Neto, Pedro Claude Nsungani.

Para o académico «as empresas mineiras não podem ser chamadas só para explorar, mas devem receber orientações daquilo que existe e do que se vai explorar, e isto cabe ao Governo fazer este estudo e apresentar a estas empresas».

Em paralelo, disse, estar sendo criado o plano director de exploração agrícola, de modo a criar incentivos nesta actividade a nível do interior do país, para que as populações possam regressar às zonas rurais e produzirem mais no campo, para ajudar a diversificar a economia.

«A carta do solo de Angola mostra que país é fértil para prática da agricultura, portanto deve criar incentivos desta prática nas províncias para que as populações regressem às zonas rurais e produzam mais no campo», disse.

Referiu que, enquanto durar a semana de Geologia, serão apresentados os resultados dos estudos feitos no país por docentes, licenciados e outros membros da Faculdade de Ciências do curso de Geologia e Minas envolvidos nestas pesquisas.

Salientou ser objectivo do encontro analisar a importância deste ramo do saber, que pode ajudar o Governo, bem como mostrar as outras formas de diversificar a economia nacional com os recursos existentes.

## 12.7 SPE perde mais um «round»

*Jornal Seminário Angolense*  
9 De Maio de 2015

A Sociedade Portuguesa de Empreendimentos (SPE) vê-se cada vez mais «apertada» na disputa judicial que a opõe à ENDIAMA e ao Estado angolano. Depois de em Janeiro último o Tribunal Supremo não lhe ter dado provimento a uma providência cautela r, em Março passado, veria a mesma instância proferir um acórdão que lhe é desfavorável em relação a uma queixa sua contra um acto administrativo do antigo ministro da Geologia e Minas e da Indústria, Joaquim David.

Em causa está o decreto executivo 159/11 do então ministro, emitido em Outubro de 2011, em que revogava a licença de exploração de diamantes da Sociedade Mineira do Lucapa (SML), onde a SPE é accionista com 41%, enquanto a ENDIAMA detém 51%. A razão desta medida foi a inactividade da mina por mais de ano e meio, o que resultou em prejuízos

financeiros na ordem dos 100 milhões de dólares, greves e deterioração de equipamento.

A lei angolana determina que nenhuma concessão mineira pode ficar inactiva durante 90 dias seguidos ou 180 alternados e no próprio contrato de concessão à SML reza isso mesmo. Foi por esta razão que o antigo ministro entendeu revogar a licença de exploração.

Julgando-se prejudicada pela decisão ministerial, a SPE intentou em Março de 2012 uma acção judicial contra o acto do ministro no Tribunal Supremo, considerando-o ilegal, pelo que pedia que fosse considerado nulo, portanto, sem qualquer efeito. Além disso, pedia também uma choruda indemnização - fala-se em mil milhões de dólares.

Só que, após apreciar os argumentos da queixosa e os contra-argumentos da outra parte, o Tribunal Supremo considerou exactamente o contrário. Ou seja, os juizes da 3.ª Secção da Sala do Cível da instância consideraram que a demanda da empresa portuguesa não procedia e entenderam «indeferir o presente recurso, e, em consequência, confirmar os actos praticados pelo ministro da Geologia e Minas e da Indústria», segundo se lê no acórdão do processo com o número 289/12, ao qual o Semanário Angolense teve acesso.

Antes disso, em Janeiro deste ano, a providência cautela r interposta pela SPE no Tribunal Supremo (catalogada com o número 58/15), a requer suspensão da eficácia do acto administrativo do ministro, alegando que era inválido, merecera já também resposta negativa.

Como diz a sabedoria popular, o azar costuma rejeitar a solidão. Por outras palavras, um azar nunca vem só. É precisamente isto o que parece estar a acontecer com a SPE, que, desde o início do processo, parece não se cansar de disparar para os próprios pés.

Antes mesmo do acórdão de Março último relativamente à queixa apresentada pela SPE, esta decidiu intentar, em Agosto de 2012, duas acções arbitrais: uma contra a ENDIAMA e outra contra o Estado angolano. Só que, ao enveredar por este caminho, violou claramente a proibição legal de demandar duas acções sobre o mesmo caso em tribunais diferentes, uma vez que a disputa já estava no Tribunal Supremo.

Nas acções arbitrais, a SPE 'voltaria a «meter água», quando escolheu árbitros que não estavam habilitados a exercer tais funções devido à falta de garantia quanto ao princípio da imparcialidade.

Primeiro indicou o renomado advogado português Marcelo Rebelo de Sousa. Só que «se esqueceu» que, sendo este membro do Conselho de Estado do seu país, era parte interessada, já que o Estado português detém 81% das acções da SPE por intermédio da Parpública, empresa gestora das participações estatais lusas.

Daí à destituição de Marcelo Rebelo de Sousa pelas entidades nomeadoras, o passo foi curtíssimo. Os entes nomeadores são o Tribunal Permanente de Arbitragem de Haia, no caso da acção contra o Estado angolano, e o juiz presidente do Tribunal Provincial de Luanda (TPL), no da acção contra a ENDIAMA.

Obrigada a «capitular» neste particular, a SPE foi compelida a encontrar um subtítulo. Por isso, indicou outro prestigiado advogado português, no caso José Miguel [Júdice, figura experiente em matéria de arbitragem. Mas, aqui, a emenda foi pior que o soneto. Isto porque o causídico substituto também não garantia imparcialidade nem independência, uma vez que é precisamente advogado da já citada Parpública, co-proprietária da SPE. Como era óbvio, a ENDIAMA demandou a sua destituição, o que foi aceite sem reboço pelo TPL.

De azar em azar, a SPE viu também recentemente o Tribunal Supremo suspender a acção de arbitragem por si intentada contra a ENDIAMA. Várias razões subjazem a esta medida, avultando uma em especial. Trata-se decisões da arbitragem que contrariam a lei, uma das quais é a tentativa de apreciar um pedido de exclusão da ENDIAMA da SML feito pela SPE. Ora, de acordo com a lei angolana, nomeadamente das sociedades comerciais, esta é uma prerrogativa atribuída apenas aos tribunais judiciais e não aos arbitrais.

Em síntese, sendo que a motivação das acções intentadas pela SPE tanto contra a ENDIAMA quanto contra o Estado angolano é o acto administrativo do então ministro Joaquim David, que o Tribunal Supremo considerou válido, as probabilidades de sucesso da empresa portuguesa são cada vez mais remotas.

Na verdade, neste «combate» judicial para aqui não são chamadas as acções arbitrais - resta-lhe um último «round», praticamente também condenado a perdê-lo, em razão de que o acórdão do Tribunal Supremo de Março último pode fazer jurisprudência. Trata-se do recurso ao plenário da instância.

Vamos ver como a SPE sai do «canto» em que se meteu neste «combate» que lhe vem sendo desfavorável até aqui.



## 12.8 Operadores carecem de isenções fiscais

*Jornal de Angola*  
10 De Maio de 2015

Os operadores da Indústria de extracção de rochas ornamentais no país precisam de Isenções fiscais na exportação dos seus produtos, defendeu o presidente do Conselho da Administração da empresa "Angostone".

Carlos Alberto Gonçalves, que dissertava, na cidade do Lubango, sobre o papel das empresas mineiras no processo de diversificação da economia, garantiu que o sector dispõe de capacidade para dinamizar a diversificação da economia nacional, "mas é preciso que o Estado crie mais incentivos. As elevadas taxas levam muitos produtores a paralisarem a actividade de venda no exterior, já que não dá para cobrir os custos e obter lucros".

Em declarações à Angop, Carlos Gonçalves defendeu que o Estado deve criar incentivos para este sector produtivo com a redução das taxas de exportação no Porto do Namibe, actualmente fixadas em 31 dólares por metro cúbico.

Para o gestor, o sector mineiro joga um papel importante no crescimento de qualquer país e "é nesta perspectiva que as empresas de extracção de rochas estão a trabalhar, não só para fazer crescer o país, mas também para apoiar as comunidades com acções sociais".

Neste momento, sublinhou o gestor, o sector enfrenta uma crise no mercado internacional, na medida

em que os operadores são obrigados a competir com outros produtores que beneficiam de isenções fiscais dos seus governos. Em locais como Espanha, China, Portugal e Itália, onde o produto angolano liderava a preferência, outros concorrentes do mercado acabam por conquistar a preferência do consumidor local. Carlos Gonçalves reconhece que o Governo angolano tem envidado um esforço considerável para melhorar o ambiente de negócio, "mas ainda é insuficiente", diante da concorrência imposta por outros operadores do mercado internacional.

Para o gestor, a indústria extractiva de rochas ornamentais (granito) constitui uma das principais fontes de geração de emprego, na região sul de Angola, sobretudo, para a população mais jovem que procura a primeira oportunidade no mercado de trabalho. Na província da Huíla, existem 16 empresas que realizam a exploração e transformação de rochas ornamentais.

## 12.9 Limpopo inicia exploração de ouro

*Jornal de Angola*  
19 De Maio de 2015

A fase de prospecção de ouro na localidade de Limpopo, Município da Jamba, na Província da Huíla, termina este ano e a exploração do mineral começa no início de 2016.

A directora provincial da Indústria, Geologia e Minas, Paula Joaquim, disse que os primeiros resultados da prospecção iniciada em 2012, naquela zona, apontam para a existência de ouro de qualidade e em quantidade, sinais que considerou bastante animadores.

"A geologia e minas contribui para o processo de diversificação da economia nacional, e com a exploração de ouro na região da Jamba deve participar no crescimento do país, o que pode fazer esquecer a queda do preço do petróleo no mercado internacional", referiu Paula Joaquim, que garantiu a existência de mão-de-obra capacitada para trabalhar no projecto e a eventual contratação de mais quadros. Sobre o processo de prospecção de ouro no município de Chipindo, igualmente na província Huíla, iniciado no ano passado, a responsável disse que são satisfatórios os trabalhos decorridos até ao momento.

Em Setembro de 2014, o ministro da Geologia e Minas, Francisco Queiroz, frisou que o levantamento geológico-mineiro que está em curso em todo o país permite obter "muita informação" sobre a localização do potencial de ouro em Angola. "O ouro é um dos minerais que surge no apoio geológico de Angola, entre outros", disse na altura o ministro, sublinhando a intenção de Angola se tornar num dos principais produtores no continente africano.

A aposta neste subsector mineiro motivou a criação, em Maio de 2014, da Agência Reguladora do Mercado de Ouro de Angola.

O Governo angolano pretende criar pólos de desenvolvimento mineiro pelo país, no âmbito da aposta na diversificação da economia nacional e quando está em curso o levantamento das potencialidades de Angola neste sector. Sobre as capacidades mineiras do país, Angola é um potencial produtor de 38 dos 50 minerais mais procurados no mundo.

Além da extracção, as autoridades angolanas querem também captar o interesse de investidores

estrangeiros para a instalação de unidades de tratamento dos minerais. A fábrica de lapidação de diamantes, depois de reestruturada, trata mensalmente 5.000 quilates de diamantes, aumentando valor ao produto que era exportado em bruto. Situada nos arredores de Luanda, o investimento permite lapidar 100 por cento de uma pedra de diamante, da produção nacional, contra os 40 por cento anteriores.

Com esta medida, o Executivo prevê aumentar as receitas com a venda dos diamantes. Depois do petróleo, os diamantes são a principal fonte de receitas do país, tendo rendido em 2014, até Novembro, 1,2 mil milhões de dólares.

## 12.10 Projecto de produção de ferro avaliado em 199,5 milhões USD

*Novo Jornal*

*22 De Maio de 2015*

O PROJECTO DE EXPLORAÇÃO e produção de ferro gusa na localidade do Cutato, município do Cuchi, província do Kuando Kubango, pela empresa Modulax, com uma produção inicial prevista para Dezembro deste ano, está avaliado em 199,5 milhões de dólares norte-americanos.

A informação foi avançada há dias em Menongue, pelo director geral da Modulax, Geraldo Basques, quando apresentou o projecto aos membros do governo, aos secretários de Estado da Indústria, Quiala Gabriel, e para as Minas, Miguel Paulino de Almeida, directores nacionais do urbanismo, das florestas, planeamento, entre outros presentes.

Segundo o director geral, a implementação do projecto compreende duas fases sendo a primeira de instalação de um alto-forno com a capacidade de produção de 96 mil toneladas/ ano de ferro gusa, será chamado planta escola, instalação de britagem para abastecimento de forno e instalação de centrais de carbonização de madeira, para a produção de carvão vegetal.

A segunda fase contempla a instalação de dois altos-fornos com capacidade de produção de 420 mil toneladas/ano de ferro gusa, instalações de britagem de maior porte, planta de concentração, sinterização e instalação de clonagem de eucalipto.

Geraldo Basques informou que alto-forno da primeira fase terá capacidade de 119 metros cúbicos (m<sup>3</sup>) de volume útil.

A segunda fase, com alto fornos de 2x250 metros cúbicos, tem o valor de investimento de 94 milhões

de dólares e terá uma capacidade de produção de 420 mil toneladas/ano, um valor de concentração de 41,5 milhões, uma capacidade de produção de um milhão e 200 mil toneladas/ano.

A delegação visitou na última sexta-feira a localidade do Cutato, município do Cuchi, onde os trabalhos de prospecção já tiveram início. O projecto emprega actualmente 100 trabalhadores, inicialmente.

## 12.11 Em busca de metais preciosos no Planalto Central

*Jornal Seminário Angolense*

*23 De Maio de 2015*

O Governo angolano aprovou um investimento privado para a prospecção de metais raros e preciosos nas províncias do Huambo e do Bié, que se poderá prolongar por sete anos.

A informação consta de um despacho assinado pelo ministro das Geologia e Minas de Angola, Francisco Queiroz, de 6 de Maio, que autoriza o contrato de investimento celebrado pela concessionária nacional para o sector mineiro, Ferrangol, e os investidores privados da Ozango Minerais.

A actividade de prospecção será desenvolvida numa superfície aproximada de 3.670 quilómetros quadrados, entre os municípios da Caála, Longonjo, Katabola e Ukama, nas duas referidas províncias.

Uma vez concluída a fase de prospecção e avaliação, que decorrerá num período de cinco a sete anos, seguir-se-á a fase de exploração, caso haja interesse do grupo privado e autorização do Estado. Os direitos mineiros poderão permitir a actividade até 35 anos, estabelece o mesmo despacho.

A implementação do Programa de Diversificação da Indústria Mineira, recorda o documento, insere-se nas prioridades de governação angolano até 2017, numa altura em que as receitas do Estado continuam centradas no sector do petróleo.

Em Setembro último, numa entrevista à agência Lusa, em Luanda, o ministro da Geologia e Minas afirmou que a produção industrial de ouro e outros metais preciosos no país, actualmente com projectos em fase de prospecção, deverá arrancar depois de 2017.

De acordo com Francisco Queiroz, o levantamento geológico-mineiro que está em curso em todo o país vai também permitir obter «muita informação» sobre localização potencial de ouro em Angola.

«O ouro será seguramente um dos minerais que vai surgir no mapa geológico de Angola, entre outros», apontou, admitindo que o país tem o objectivo de se tornar «num dos principais» produtores no continente africano. (Lusa)

## 12.12 Kk Lança-se à produção de ferro gusa

*Jornal Seminário Angolense*  
23 De Maio de 2015

A produção do ferro gusa que está a implantar-se no Cutato, município do Cuchi, a 94 quilómetros da capital da província Kuando Kubango, a cidade de Menongue, enquadra-se num projecto integrado que começa com o processo de mineração e culmina com a fabricação de instrumentos agrícolas e outros equipamentos provenientes da transformação do ferro.

O acto de apresentação do projecto, que está sendo realizado pela empresa Modulax, aconteceu na semana passada com a informação de que a produção inicial está prevista para Dezembro deste ano e está avaliado em 199,5 milhões de dólares norte-americanos.

Segundo o director geral da Modulax, Geraldo Basques, a implementação do projecto compreende duas fases. A primeira é de instalação de um alto-forno com a capacidade de produção de 96 mil toneladas/ano de ferro gusa, instalação de britagem para abastecimento de forno e instalação de centrais de carbonização de madeira, para a produção de carvão vegetal. O alto-forno dessa fase terá capacidade de 119 m<sup>3</sup> de volume útil.

A segunda fase contempla a instalação de dois altos-fornos com capacidade de produção de 420 mil toneladas/ano de ferro gusa, instalações de britagem de maior porte, plantaçao de concentraçao, sinterizaçao e instalaçao de clonagem de eucalipto.

Com alto fornos de 2x250 metros cúbicos, a segunda fase tem o valor de investimento de 94 milhões de dólares e terá uma capacidade de produção de 420 mil toneladas/ano, um valor de concentraçao de 41,5 milhões, uma capacidade de produção de um milhão e 200 mil toneladas/ano.

O referido projecto está sendo implantado numa área de 62.500 hectares, sendo dois mil hectares para a planta siderúrgica e sinterizaçao, 300 para a estrutura de elunagem, 60 mil para o plantio e 200 hectares para a mineraçao.

O Secretários de Estado da Indústria, Quiala Gabriel referiu que o projecto é um ponto de partida para industrializaçao do município, que vai permitir uma contribuiçao mais efectiva no Produto Interno Bruto e na diversificaçao da economia.

### Garantia de empregos

Quila Gabriel destacou que o projecto vai garantir empregos diversos, tanto na fase de exploraçao, como na fase de transformaçao do mineiro. São esperados 3.500 empregos directos para a primeira e segunda fases da empreitada.

A mão-de-obra local beneficiará de uma capacitaçao técnica, de acordo com o director geral da Modulax. O projecto permitirá também a geraçao de oportunidades de novos negócios, a substituiçao de alguma importaçao assim que traça o surgimento da base para o desenvolvimento do futuro polo siderúrgico integrado.

Quanto aos impactos económico e social, Geraldo Basques fez saber que o empreendimento representará uma mudançao radical no desenvolvimento daquela regiãoo, uma vez que se espera um desdobramento de industriais, tais como fundiçoes, cimenteiras, entre outras.

O responsável explicou que planeia-se o plantio de eucalipto e plantas siderúrgicas na regiãoo do Cuchi, visando agregar valor ao minério de ferro e fornecer matéria-prima para a produçao de aço em Angola.

Geraldo Basques avançou que a produçao local possibilitará outros desdobramentos como a produçao de fundidos, cimento e outros derivados, aproveitando a infra-estrutura já existente, tanto de caminho-de-ferro e portos, quanto a recursos minerais e florestais disponíveis.

### Último subtítulo

O presidente do Conselho de Administraçao da Empresa Nacional de Ferro de Angola - Ferrangol, Diamantino de Azevedo, fez saber por sua vez que a sua empresa está a trabalhar na prospecçao de mineiros de ferro, ouro, cobre, manganês, entre outros, que visam engrandecer cada vez mais o sector mineiro.

Em declaraçoes à imprensa no final do acto de apresentaçao do projecto de produçao do ferro gusa, Diamantino de Azevedo, disse que as províncias da Huíla, Kwanza Sul, Kuando Kubango e Cabinda estão neste momento a ser alvos da prospecçao de diversos mineiros, visando contribuir para a diversificaçao da economia nacional.

O gestor acrescentou que, com a actividade de prospecção de mineiros, a mineração começa a ganhar um outro rumo no país, tendo augurado que grande parte desses projectos possam ser transformados em minas e assim contribuir significativamente para a evolução no sector.

Angola é rica em minerais, especialmente diamantes, petróleo e minério de ferro. Possui também jazidas de cobre, manganês, fosfatos, mica, chumbo, estanho, ouro, prata e platina.

### 12.13 Petróleo e formação amarram a cooperação

*Jornal Seminário Angolense*  
23 De Maio de 2015

Angola e Equador vão partilhar experiências no domínio da produção petrolífera, bem como em áreas científica, agrícola e cultural, de acordo com a Secretária de Estado das Relações Exteriores, Ângela Bragança, em declarações prestadas na passada quarta-feira.

A diplomata explicou que os dois países vão trocar delegações sobretudo para poderem traçar as linhas em que esta cooperação vai incidir fundamentalmente no concernente ao intercâmbio da luta contra a pobreza.

O petróleo representa 40% das exportações do Equador e contribui para a manutenção de uma balança comercial positiva. Desde o final da década de 1960, a exploração e a produção de petróleo aumentaram, enquanto as reservas provadas eram estimadas em 6,51 biliões de barris em 2011.

O ministro das Relações Exteriores e Mobilidade Humana da República do Equador, Ricardo Armando Patino Aroca, esteve durante dois dias em Luanda na semana passada, numa visita oficial destinada ao fortalecimento das relações bilaterais.

Em Angola, o governante equatoriano cumpriu uma intensa agenda de trabalho, com realce para uma audiência com o Presidente da República, José Eduardo dos Santos. No encontro com o estadista angolano, as partes vincaram a intenção de partilhar experiências no domínio da produção petrolífera, bem como nas áreas científica e a agrícola, além da cultural.

Com o seu homólogo angolano Georges Chikoti, o ministro Ricardo Aroca assinou três instrumentos jurídicos voltados para os sectores económico, político e diplomático, que permitirão maior abertura na cooperação entre os dois estados. Trata-se, entre

outros, do Acordo Geral de Cooperação da Economia Científica Técnica e Cultural.

Para o ministro das Relações Exteriores de Angola, são diplomas que possibilitarão uma grande abertura por parte do Equador na formação de estudantes angolanos no sector universitário, mormente na área das tecnologias de informação e outras que permitam partilha.

O petróleo representa 40 por cento das exportações do país e contribui para a manutenção de uma balança comercial positiva. Desde o final da década de 1960, a exploração e a produção de petróleo aumentaram, enquanto as reservas provadas eram estimadas em 6,51 biliões de barris em 2011.

«Os acordos vão permitir que outros sectores do nosso Governo possam agora cooperar numa base legalmente estabelecida. E pelas conversas que tivemos hoje, há uma grande abertura da parte equatoriana para que até estudantes angolanos possam prosseguir os estudos [no Equador] no sector universitário», disse o ministro das Relações Exteriores de Angola, Georges Chicoti, no final da cerimónia.

O ministro equatoriano falou da experiência do seu país no que concerne ao investimento e aposta no ensino para o ingresso às universidades. O ministro referiu que a descoberta de novas tecnologias faz com que o seu país esteja cada vez mais empenhado em capacitar quadros em áreas de inovação, compartilhando experiências com países como Angola.

Ressaltou que a crise económica que o mundo vive sustenta ainda mais a teoria de capacitar profissionais em áreas novas para maiores e melhores descobertas, dispensando áreas como exploração de petróleo.

«É necessário explorar o mar em áreas como energia, áreas biológicas, medicinais, dentre outras, uma vez que existem recursos naturais renováveis que proporcionam outras formas de subsistências», realçou.

A República do Equador está localizada na América do Sul e é limitada a norte pela Colômbia, a leste e sul pelo Peru e a oeste pelo Oceano Pacífico. As suas relações diplomáticas com Angola estabeleceram-se em 1997.

## 12.14 África do Sul propõe remessa de capitais

*Jornal de Angola*

*7 De Maio*

*Texto: Natacha Roberto*

Os empresários da Cidade do Cabo pretendem investir nos sectores da agricultura, logística e petróleo, anunciou o responsável da delegação de empresários que participaram no Fórum Empresarial Angola África do Sul, em Luanda.

Aurélio Sekesseke disse que apesar da baixa do preço do barril do crude no mercado internacional, o seu governo quer apostar fortemente no petróleo e ajudar Angola a acelerar o crescimento económico.

Aurélio Sekesseke salientou que a intenção é garantir mais emprego aos jovens angolanos com a participaram em vários projectos do Executivo nas províncias. "Queremos apoiar o Governo angolano a executar os projectos que integram o Plano Nacional de Desenvolvimento", referiu. No fórum participaram 17 empresas com sede na Cidade do Cabo.

O representante da companhia sul-africana Wesgro, Michael Gamwo, informou que a sua firma quer apostar no Turismo com a criação de parcerias locais. "Nos somos o primeiro ponto de contacto para os compradores estrangeiros, exportadores locais e investidores que queiram tirar vantagens do potencial da região", explicou. A Wesgro é uma agência de promoção do Turismo, Comercio e Investimento para a Cidade do Cabo e facilita o acesso ao mercado de exportação. A Afri-cross Logistical Solutions é uma outra companhia que integra as 17 empresas interessadas em investir na cadeia de logística.

A empresa actua na Solução logística em varios países de África onde promove a integração de novas tecnologias para melhorar o sistema logístico, No sector da agricultura e agro-indústria estão interessadas as empresas All Choice e a EPMSA e Fruit & Veg City. A All Choice é especializada em produtos agrícolas frescos (uvas, citrinos, macas, peras, batata-doce, cebola e cenoura), segundo o seu representante, Carel Merwe. Actualmente, a empresa tem representações no Gabão, Gana, Quénia, Tanzânia, Nigéria, Benin, Congo, Egipto, Marrocos e alguns países da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). AEPMSA lidera no mercado sul-africano e opera em 11 países de África. A empresa investe na agricultura primária com assistência técnica. Com marcas próprias, a EPMSA processa produtos a grosso e a retalho.

A Fruit & Veg City, fundada em 1993, comercializa produtos acessíveis através da parceria com os agricultores. Com mais de 100 armazéns, a firma esta em varios países da África Austral. Na indústria de óleo e gás estão as empresas Siyaya Gas, SMD Marine, Tropope, Wasaa Gasses.

As empresas abastecem gás as companhias mineiras e fabricas industriais e prestam serviços de inspecção e manutenção. A Wassa Gases actua como distribuidor de mercadorias e produtos químicos para as companhias petrolíferas.

## 12.15 Londres apoia projectos na região da Lunda Norte

*Jornal de Angola*

*7 De Maio de 2015*

*Texto: Gabriel Bunga*

A Embaixada britânica em Angola apoia, nos próximos dois anos, um projecto de resolução de conflitos na província da Lunda Norte, no âmbito dos Princípios Voluntários nas zonas de exploração mineira.

O embaixador britânico, John Dennis, e o director nacional da Organização Não Governamental Search for Common Ground, Francisco Ngongo, assinaram ontem em Luanda um acordo de cooperação avaliado em 100 mil dólares para acções nos municípios do Dundo, Cuango, Xá Muteba e Capenda Camulemba.

No âmbito do acordo, a Embaixada britânica disponibiliza o dinheiro e a Search for Common Ground e a Associação Juvenil para o Desenvolvimento Comunitário de Angola (AJUDECA) implementam os projectos sobre resolução de conflitos nas zonas de exploração mineira.

Os projectos abrangem funcionários das empresas de exploração mineira, autoridades tradicionais e comunidades locais. O embaixador John Dennis disse que a intenção é ajudar o Executivo nos esforços de melhorar a situação dos Direitos Humanos nas zonas de exploração mineira. John Dennis disse que o Estado angolano esta empenhado na aplicação dos Princípios Voluntários. "Tenho confiança que o progresso actual vai continuar no futuro", disse, e que Angola esta a registar um crescimento no sector industrial e reúne condições para a aplicação dos Princípios Voluntários.

O Reino Unido vai continuar a apoiar a aplicação dos Princípios Voluntários em todo o mundo. O projecto consiste na formação das comunidades para

promoção do diálogo nos processos de resolução de conflitos. Empresas, autoridades tradicionais e administrativas são prioritárias na aplicação do projecto.

"Precisamos de promover mais diálogo entre as empresas, comunidades e autoridades, para ter uma contribuição sustentável no processo de paz e desenvolvimento", disse. Francisco Ngongo realçou que a Search for Common Ground tem como missão verificar as razões de violação de direitos humanos e treina as comunidades sobre técnicas e métodos de resolução de conflitos.

Os Princípios Voluntario foram fundados em 2000. Trata-se de um conjunto de ideias que defende a promoção dos direitos humanos nas diferentes zonas onde existe a exploração de diamantes em diversos países. Angola é um dos principais produtores de diamantes no Mundo.

## 12.16 BM tem nova representante em Angola

*Jornal Agora*

*8 De Maio de 2015*

O Banco Mundial (BM) nomeou, em Abril último, a economista moçambicana Clara de Sousa para o cargo de representante residente para Angola e São Tomé e Príncipe, com residência em Luanda.

"E para mim um grande privilégio poder contribuir para os esforços que Angola e São Tomé e Príncipe estão a levar a cabo para reduzir a pobreza e criar condições para que a prosperidade nestes dois países seja melhor partilhada por todos. Estando baseada em Luanda, terei oportunidade de seguir de perto o evoluir das situações dos dois países e assim dar continuidade ao trabalho iniciado pelos meus predecessores, mobilizando os especialistas do Banco Mundial espalhados pelo globo que melhor possam responder as necessidades de assistência que as autoridades dos dois países nos colocarem", disse a sua chegada ao nosso país.

De acordo com uma nota de imprensa do BM a que a Angop teve acesso, Clara de Sousa possui um doutoramento em Economia pela Universidade de Warwick no Reino Unido, um mestrado em Economia Quantitativa do Desenvolvimento pela mesma universidade e um mestrado em Economia Internacional pela Universidade de Sussex, e tem cerca de duas décadas de experiência de trabalho em política fiscal e macroeconómica.

Ingressou para o BM em 2005 como economista sénior no departamento de Políticas Económicas para a Região da América Latina e Caraíbas e desde então desempenhou várias funções de relevo na instituição e em várias partes do mundo, sendo a mais recente a de economista sénior na vice-presidência para o Desenvolvimento e Finanças.

Antes de entrar para o BM, Clara de Sousa foi administradora no Banco de Moçambique, além de directora e professora da Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane em Maputo, Moçambique.

## 12.17 Exploração Mineira em Cabinda com novos Projectos empresariais

*Jornal Agora*

*8 De Maio de 2015*

*Texto: Martins Chambassuco*

Segundo a Associação Industrial de Angola (AIA), os recursos existentes em Cabinda e Zaire poderão ter levado a esta definição de projectos integrados, os dois quiçá, sob uma mesma gestão ao que se presume com uma empresa israelita que já leva um longo currículo na produção de fertilizantes.

Os industriais angolanos, que não se opõem as iniciativas do Executivo, por sinal enquadradas no programa de diversificação da economia, questionam-se se trata de um projecto privado ou uma iniciativa estatal com gestão privada e se é um projecto ancorado a exportação e a servir o mercado interno ou inverso.

A AIA lembra, por outro lado que este projecto tem raiz colonial, prosseguido no regime socialista por empresa búlgara (perdeu-se todo o investimento por insegurança).

Ainda assim, acresce, no entanto, a questão das infra-estruturas portuárias e de transportes e se haverá preços a competir com o mercado internacional, pois a maior parte do mercado nacional destinatário não será, com certeza, aquelas províncias.

Entre as incertezas levantadas aquando do anúncio do documento que avança estas iniciativas empresariais, a AIA garante que a constituição da Empresa Nacional de Agro-Minerais e da Agro Minas Sociedade Anónima, e a necessidade de se assegurarem os recursos minerais para dar maior produtividade a nossa agricultura que ainda regista baixos rendimentos por hectare em particular no

segmento campesino e dependente de importações destes insumos.

Como não existe "investimento privado" por razões mais que sobejas, o Estado tem de entrar ou e mesmo uma sua estratégia para manter o monopólio, pois a partir de agora não se conhecendo os contornos de tais objectivos qualquer interessado em investir já não o fará.

O medo, de acordo com aquela associação, certamente que as melhores concessões minerais ficarão agregadas as estas sociedades, mas como sociedades anónimas, resta saber quem são os accionistas privados, provavelmente mais tarde a assumirem o projecto.

"Nos próprios fizemos propostas ao Ministério de Geologia e Minas nesse sentido, sobretudo sobre calcário dolomítico para correcção dos solos ácidos, no centro e sul do país, e encorajamos empresas a fazerem o mesmo. Acredito que estas empresas com projectos próprios e já em fase de financiamento perderão confiança e a própria banca deixará de ter interesse em financiar os projectos para este segmento", disse José Severino, que avançou ainda que "o nosso receio é que pela mão do Estado eles possam não ter a eficiência desejada e tenhamos mais empresas a terem de ser subsidiadas".

## 12.18 Indústria extractiva pode contribuir na Diversificação da Economia

*Jornal de Angola*  
8 De Maio de 2015

A indústria extractiva de rochas ornamentais pode contribuir no processo de diversificação da economia nacional, afirmou nesta quarta-feira, no Lubango, o director-geral da empresa de exploração e transformação de rochas ornamentais, "Emanha", Henrique Carrico,

O responsável que falava à Angop, a propósito do papel das empresas no processo de diversificação da economia nacional, o empresário disse existirem vários recursos naturais em Angola que ainda não foram explorados, principalmente na área de rochas ornamentais.

Segundo Henrique Carrico o mármore branco produzido no Namibe e um potencial "adormecido" e uma outra pedra denominada "negro absoluto" que também foi encontrada nesta província e que é rara, e que apenas localizava-se no norte da Europa, podem trazer grandes benefícios para a economia nacional.

Disse existir na Huíla áreas que ainda não foram exploradas, principalmente nos municípios do norte (Caluquembe, Caconda, Quilengues e Cacula) e que possuem grandes quantidades de rochas ornamentais e podem trazer benefícios para a província e em particular o país.

Na Huíla existem mais de 16 empresas que se dedicam à exploração e transformação de rochas ornamentais.

## 12.19 País tem 200 concessões Diamantíferas cadastradas

*Jornal O País*  
8 De Maio de 2015  
Texto: Hermenegildo Tchípilica-  
Hermenegildo.tchipilica@opais.co.ao

O subsector diamantífero nacional integra um total de 200 concessões cadastradas, onde se destacam 18 projectos de prospecção em actividade, 12 em exploração e 4 em fase de desenvolvimento, segundo um documento da Empresa Nacional de Diamantes de Angola (Endiama, E.P.) a que OPAÍS teve acesso.

O documento, intitulado balanço de Actividades do Subsector Diamantífero 2014- Perspectivas e Oportunidades, apresentado recentemente no Conselho Consultivo do Ministério da Geologia e Minas (MGM), refere que nos projectos de exploração de jazigos secundários (aluviões) existem 9

concessões, nos jazigos primários (Simbióticos) 3, existindo 18 projectos de prospecção em actividade, 4 concessões para exploração paralisados com investimentos identificados, uma área cadastrada para a exploração artesanal, assim como 152 concessões paralisadas sem investidores e 5 concessões em mobilizado para a exploração.

Por províncias, os projectos de prospecção respeitam a Lunda Sul, Lunda Norte e Malange. Em Malange esta em curso o projecto Maúa, em que a mina se encontra em desenvolvimento e cujo investidor é a Socim. A Lunda Sul esta em desenvolvimento um jazigo primário na mina de Tchizuoz, cabendo 0 investimento a Sociedade Mineira do Catoca. Na Lunda Norte e no que torna ao projecto Lulo, com um jazigo primário e secundário, a mina está em desenvolvimento e os investidores são a Nare/Lucapa Diamond, enquanto a mina de Tchegi, que também é um jazigo primário e secundário se encontra igualmente em desenvolvimento e tem como investidor a Escom Mining.

O domínio do desenvolvimento geológico mineiro, a Endiama realizou contactos com 13 investidor interessados no subsector diamantífero com destaque para a Alrosa De Beers, CITIC, Boule Minin Group, Cosir Angola, Wolf Minin e a CRCC.

Foram ainda cadastrados os operadores para o funcionamento de cooperativas de exploração artesanal e semi-artesanal, assim como foram emitidas 133 senhas de exploração artesanal nas provinciais do Bié e Malange. Também foram realizados levantamentos das necessidades logísticas e de suporte a actividade artesanal e semi industrial de diamantes, assim com a identificação do local para o funcionamento das lojas de compra de diamantes.

Produzidos 9 milhões de quilates

Em 2014 a Endiama, EP produziu e comercializou cerca de 9 milhões de quilates de diamantes entre produção industrial e artesanal. A produção industrial de diamantes contribui com um total, de 12 projectos com destaque para Catoca, Cuango e Chitotolo, enquanto a produção artesanal teve a contribuição de 9 empresas, corre destaque para a Jestar Diamonds e a Ascorp. A Jestar Diamonds teve uma contribuição de 5% para a produção total, a Ascorp de 30% e a BK de 1%.

USD 1,3 mil milhões em receita bruta

A comercialização de diamantes permitiu arrecadar uma receita bruta de USD 1,3 mil milhões, a um preço médio de USD 148/quilates, revertendo para o Estado, a título de contribuições fiscais, uma receita de USD 98 milhões.

Os principais destinos dos diamantes angolanos, segundo o documento, foram Emirados Árabes Unidos, Hong Kong e Israel. A produção industrial foi de 8.072.112,22 quilates com um preço médio de USD 125,63, o que gerou uma receita bruta de USD 1.014.096.918,72, tendo os impostos e taxas gerado um valor de USD 86.156.978,88. Já a produção artesanal teve uma produção de 934.506,68 quilates com o preço médio de USD 355,48, gerando uma receita bruta de USD 322.202.648,85 e taxas e impostos na ordem dos USD 11.572.805,69.

Comparativamente ao ano de 2013 e no que respeita a produção vendida em quilates e a receita, registou-se um aumento de 5% na venda de quilates e de 16% nas receitas brutas, influenciadas pela subida do preço em 10%.

## 12.20 Combate a imigração e garimpo ilegal de diamantes

*Jornal Grandes Notícias*  
22 De Maio de 2015

O combate a imigração e garimpo ilegal de diamantes na província da Luanda-Norte foi reforçado com a entrega de meios rolantes a polícia local para melhor patrulhar as zonas de entrada dos ilegais vindos da Republica Democrática do Congo.

A entrega de quatro viaturas toda terrena, por parte da Endiama, enquadra-se no plano de cooperação entre a diamantífera e o governo local.

"Era preciso encontrarmos uma Solução e não podemos permitir que os diamantes sejam roubados como tem estado a acontecer e o governador aconselhou-nos a reforçar a capacidade da polícia e conjuntamente com as nossas forcas de segurança conseguirmos fazer um patrulhamento permanente nas zonas de fronteira e garimpo".

## 12.21 País Avança Com Exploração De Ouro

*Jornal a Capital*  
23 De Maio de 2015

*Texto: Presbítero Lundange*

O sector mineiro representa apenas 5% do Produto Interno Bruto angolano, contando exclusivamente com a contribuição do subsector dos diamantes.

De acordo com dados do Ministério da Geologia e Minas, os diamantes renderam, em 2014, algo como 1 bilhão 308 milhões de dólares, como resultado da venda dos mais de 8 milhões de quilates produzidos no mesmo período.

Para o titular do sector, o valor ainda é exíguo por aquilo é o potencial do sector mineiro angolano.

"Parece um número grande mas em termos de PIB não representa muito", considerou Francisco Queiroz, para quem "gostaríamos que o sector da Geologia e Minas tivesse uma representação no PIB muito mais elevada".

O governante tem, entretanto, fé que quadro pode inverter-se quando o país concluir os trabalhos que visam a busca de informação sobre aquilo que é o seu potencial mineiro.



## 12.22 Combate sem tréguas aos estrangeiros ilegais

*Jornal Agora*

15 De Maio de 2015

Texto: Martins Chambassuco

Os municípios do Lucapa, Cuango e Xá-Muteba, na Lunda Norte, são apontados como as zonas negras onde o fenómeno do garimpo de diamantes, por parte de estrangeiros ilegais, ganha espaço todos os dias. As motivações são várias, desde a procura de melhores condições de vida, o lucro fácil e tráfico de seres humanos.

As autoridades locais lutam contra o tempo, para reduzir a entrada ilegal na província.

O governador provincial garantiu, no final da reunião do comité de defesa e segurança local, que o quadro não é preocupante, porque, segundo o mesmo, a situação já foi pior e cada vez mais as forças de defesa e segurança interna tudo fazem para reduzir a presença de ilegais na região.

Uma coisa é certa, reconheceu, patrulhar as zonas de travessia da Lunda Norte é uma tarefa difícil e exige firmeza e dedicação de todos.

Estes apelos fizeram que a Endiama, que detém os direitos de concessão das minas de diamantes em Angola, se juntasse à causa do Governo da Lunda Norte, oferecendo quatro viaturas todo-o-terreno para facilitar o patrulhamento da fronteira com a RDC e ajudar na sensibilização da população que vive ao longo da linha que divide os dois países. Por outro lado, autorizou a participação dos efectivos do ALFA 5 e BIKUAR no novo modelo de combate à imigração ilegal e à exploração artesanal de diamantes. Considerada espinhosa, até para quem conhece. A missão tem por objectivo aumentar a presença nas vias alternativas de acesso em tempo chuvoso e os pontos clandestinos de penetração.

O Agora apurou, em contrapartida, que, muitas vezes, os 'buracos' por que entram os estrangeiros são revelados pelos nacionais que frequentemente recorrerem ao outro lado da fronteira, para receber assistência médica e formação.

Em resposta a esta situação, o governador Ernesto Muangala garantiu que uma das medidas a tomar a este respeito, no novo modelo de repatriamento de estrangeiros ilegais, na Lunda Norte, será o de construção de postos de saúde e escolas para os que vivem ao longo da fronteira. A iniciativa contribuirá bastante para o combate à invasão silenciosa da província. O homem forte da província assegurou

que os postos de fronteira, no Chitato e Cambulo, continuarão abertos, embora circulem relatos de que, do número de estrangeiros que entram em Angola por estes lugares, 70% fixam-se.

"Vamos continuar a trabalhar com as autoridades congolezas, brevemente teremos um encontro entre governadores, abordaremos esta situação e reportaremos o que está a falhar, para corrigirmos. Não se trata de operação coerciva, mas queremos que haja maior colaboração da população", disse Muangala.

Embora seja tarefa exclusiva da Polícia de Guarda-Fronteira, o trabalho preliminar de abordagem aos imigrantes ilegais contará com as forças de segurança mineira do ALFA 5, uma cooperação que se impõe.

O objectivo, de acordo com o presidente do conselho de administração (PCA) da Endiama, Carlos Sumo bula, é proteger as zonas estratégicas com reservas de diamantes já conhecidas e combater aqueles que, de forma ilícita, retiram do país a riqueza nacional.

O trabalho consistirá na busca, com rigor, de informações que levem à captura e à expulsão dos imigrantes ilegais e travar as tentativas de penetração na província. A missão visa determinar o país de origem, o destino, o potencial colaborador em solo angolano e os eventuais pontos de alojamento.

## 12.23 Aumentou a exportação de minérios

*Jornal de Angola*

21 De Maio de 2015

Angola exportou em Abril 1 721 metros cúbicos de rochas ornamentais, um aumento de 24,69 por cento em relação a Março, refere o boletim informativo do Ministério da Geologia e Minas.

O total das vendas em Abril, no mercado interno e no estrangeiro, ascendeu a 617 mil dólares, enquanto em Março se situou em 403 mil

O subsector dos minerais de construção civil- burgau, brita, calcário, areias e argila - registou uma produção total de 322.588,69 metros cúbicos. A produção de areia contribuiu com 25 por cento, burgau, 13, brita, 39, argila, 2 e calcário 21 por cento. Esta produção provém das províncias de Cabinda, Benguela, Namibe, Cuanza Sul, Cuanza Norte, Bié, Bengo, Huambo, Malange, Huíla, Zaire e Uíge. Em relação a Março registou-se uma variação negativa de 2,02 por cento.

Nos diamantes, foram produzidos e comercializados em Março 553.390.03 quilates, ao preço médio de 150,07 por cada um deles.

A Direcção do Comércio, Hotelaria e Turismo da Huíla arrecadou, no primeiro trimestre, cerca de 4,9 milhões de kwanzas, resultantes da emissão de 100 alvarás comerciais, um aumento de 3,44 milhões de kwanzas, em relação a igual período do ano passado.

Mais de 3,7 milhões de kwanzas são provenientes de actividades comerciais e prestação de serviços, enquanto 1, 14 milhões de kwanzas dos serviços de hotelaria e turismo.

Durante o período em referência, foram licenciados 79 estabelecimentos comerciais de pequena dimensão, 18 de média e três de grandes dimensões, nos municípios do Lubango, Chibia, Humpata, Jamba e Cuvango, informou o director provincial de Hotelaria e Comércio, Fernando Calola.

A maior parte das unidades de venda de combustíveis e lubrificantes estão na cidade do Lubango, com 154 lojas, seguida pela Matala com 17 estabelecimentos.

A Província da Huíla tem 4638 estabelecimentos comerciais, dos quais 2980 retalhistas, 813 grossistas e 845 de prestação de serviços e 878 unidades hoteleiras.

## 12.24 Executivo aprova contrato para prospecção de metais

*Jornal De Angola*  
22 De Maio de 2015

O Executivo aprovou um contrato de investimento privado de até sete anos para a prospecção de metais raros e preciosos nas províncias do Huambo e do Bié, revelou, ontem, em Luanda, o ministro das Geologia e Minas de Angola, Francisco Queiroz.

O documento autoriza o contrato de investimento celebrado pela concessionária nacional para o sector mineiro, Ferrangol, e os investidores privados da Ozango Minerais.

A prospecção é desenvolvida numa superfície aproximada de 3.670 quilómetros quadrados, entre os municípios da Caála, Longonjo, Catabola e Ucama, nas províncias do Huambo e do Bié.

Uma vez concluída a fase de prospecção e avaliação, que decorre num período de entre cinco a sete anos, é iniciada, caso haja interesse do grupo privado e autorização do Estado, a fase de exploração, cujos direitos mineiros permitem que a actividade se

prolongue até 35 anos, estabelece o mesmo despacho.

A implementação do Programa de Diversificação da Indústria Mineira, diz o documento, insere-se nas prioridades de governação em Angola até 2017, numa altura em que as receitas fiscais continuam centradas no sector do petróleo.

Em Setembro último, o ministro da Geologia e Minas afirmou que a produção industrial de ouro e outros metais preciosos no país, actualmente com projectos em fase de prospecção, deve começar depois de 20 17.

Francisco Queiroz informou que levantamento geológico-mineiro em curso em todo o país permite obter "muita informação" sobre localização potencial de ouro em Angola.

"O ouro é seguramente um dos minerais que surge no mapa geológico de Angola", disse o ministro, admitindo que o país tem o objectivo de se tornar "num dos principais produtores no continente africano".

## 12.25 Exploração de ferro já tem financiamento

*Jornal Agora*  
22 De Maio de 2015

O projecto foi apresentado, recentemente, na cidade de Menongue pelo director-geral da Modulax.

Geraldo Basques disse, durante a cerimónia de apresentação da empresa, que o mesmo compreende duas fases: a primeira consistirá na instalação de um alto-forno com capacidade de produção de 96 mil toneladas/ano, instalação de britagem para o abastecimento de forno e de centrais de carbonização de madeira, para a produção de carvão vegetal, enquanto a segunda fase contempla a instalação de dois altos-fornos, com capacidade de produção de 420 mil toneladas/ano, instalações de britagem de maior porte, plantaço de concentração, sinterização e instalação de clonagem de eucalipto.

Citado pela Angop, o responsável informou que a segunda fase tem um custo actualmente estimado em 94 milhões de dólares.

Esse é o primeiro dos dois projectos anunciados em Março, último pelo ministro da Geologia e Minas.

O segundo será implantado no Cuanza Norte, com um investimento avaliado em 288 milhões de dólares.

O Governo espera que os dois projectos entrem, brevemente, em funcionamento.

O projecto está localizado na região da Cerca (Zenza do Itombe), no Cuanza Norte, e deverá arrancar em 2016/2017.

O de Cuchi, no Cuando Cubango, vai envolver um investimento total de cerca de 798 milhões de dólares, com base em carvão vegetal, a partir do qual vão ser produzidas pequenas barras de ferro comercializáveis.

## 12.26 Rochas angolana mais atractivas

*Jornal Agora*

*22 De Maio de 2015*

A informação foi avançada pela instituição no seu boletim oficial.

Os dados apontam que o valor das vendas (no mercado local e exportações), durante o mês de Abril, se cifrou em cerca de 617. 094. 07 dólares contra 1ú3.219.15 dólares do mês anterior, um aumento na ordem de 53,04 %.

O subsector dos minerais de construção civil (inertes), que engloba o burgau, brita, calcário, areias e argila, registou uma produção total de 322,588.69 metros cúbicos. Deste valor, a produção de areia contribuiu com 25 %, o burgau (13%), a brita (39%), a argila (2%) e o calcário (21%). Estas produções são provenientes das províncias de Cabinda, Benguela, Namibe, Cuanza Sul, Cuanza Norte, Bié, Bengo, Huambo, Malange, Huíla, Zaire e Uíge.

Comparativamente aos resultados registados no mês de Março (329.253.85 metros cúbicos), registou-se uma ligeira variação negativa de 2,02 %.

No domínio dos diamantes, em Março deste ano, foi produzido e comercializado um total de 553.390.03 quilates, no valor de 83.047.134,18 dólares, e ao preço médio de 150,07 por quilate.

Neste período, não foi registada a produção do projecto 'Luminas' (sociedade mineira), Lunda Norte, devido ao elevado nível pluviométrico registado na região.

## 12.27 Valor a investir no projecto de produção de ferro

*Jornal Expansão*

*22 De Maio de 2015*

O projecto de exploração e produção de ferro gusa no município do Cuchi, província do Cuando Cubango, pela empresa Modulax, está avaliado em mais de 21 mil milhões Kz (199,5 milhões USD). O projecto emprega actualmente 100 trabalhadores.

## 12.28 Projecto de produção de ferro avaliado em 199,5 milhões USD

*Novo Jornal*

*22 De Maio de 2015*

O PROJECTO DE EXPLORAÇÃO e produção de ferro gusa na localidade do Cutato, município do Cuchi, província do Kuando Kubango, pela empresa Modulax, com uma produção inicial prevista para Dezembro deste ano, está avaliado em 199,5 milhões de dólares norte-americanos.

A informação foi avançada há dias em Menongue, pelo director geral da Modulax, Geraldo Basques, quando apresentou o projecto aos membros do governo, aos secretários de Estado da Indústria, Quiala Gabriel, e para as Minas, Miguel Paulino de Almeida, directores nacionais do urbanismo, das florestas, planeamento, entre outros presentes.

Segundo o director geral, a implementação do projecto compreende duas fases sendo a primeira de instalação de um alto-forno com a capacidade de produção de 96 mil toneladas/ ano de ferro gusa, será chamado planta escola, instalação de britagem para abastecimento de forno e instalação de centrais de carbonização de madeira, para a produção de carvão vegetal.

A segunda fase contempla a instalação de dois altos-fornos com capacidade de produção de 420 mil toneladas/ano de ferro gusa, instalações de britagem de maior porte, plantação de concentração, sinterização e instalação de clonagem de eucalipto.

Geraldo Basques informou que alto-forno da primeira fase terá capacidade de 119 metros cúbicos (m<sup>3</sup>) de volume útil.

A segunda fase, com alto fornos de 2x250 metros cúbicos, tem o valor de investimento de 94 milhões de dólares e terá uma capacidade de produção de 420 mil toneladas/ano, um valor de concentração de 41,5 milhões, uma capacidade de produção de um milhão e 200 mil toneladas/ano.

A delegação visitou na última sexta-feira a localidade do Cutato, município do Cuchi, onde os trabalhos de prospecção já tiveram início. O projecto emprega actualmente 100 trabalhadores, inicialmente.

